

EM TORNO DA E(I)MIGRAÇÃO IBÉRICA PARA AS AMÉRICAS

PRÁTICAS ASSOCIATIVAS E TURISMO DE RAÍZES

COORDENAÇÃO

Susana Serpa Silva
Fernando de Sousa
Diogo Ferreira

Letras
Lavadas[®]
edições

EM TORNO DA E(I)MIGRAÇÃO IBÉRICA PARA AS AMÉRICAS

PRÁTICAS ASSOCIATIVAS E TURISMO DE RAÍZES

COORDENAÇÃO

Susana Serpa Silva

Fernando de Sousa

Diogo Ferreira

2022

Letras
Lavadas®
edições

Ficha Técnica

Título

EM TORNO DA E(I)MIGRAÇÃO IBÉRICA PARA AS AMÉRICAS:
PRÁTICAS ASSOCIATIVAS E TURISMO DE RAÍZES

Coordenação

Susana Serpa Silva, Fernando de Sousa, Diogo Ferreira

Edição

Letras Lavadas *edições*

Paginação

Pedro Melo/Nova Gráfica, Lda.

ISBN

978-989-735-426-7

Data de publicação

2022

Apoios

Governo Regional dos Açores, Direção Regional da Ciência e Tecnologia -MC - Apoio à Edição de Publicações Científicas 2022 (Ref.: M.3.3.C/Edições/106/2022).

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo do projeto estratégico do CHAM – Centro de Humanidades - FCSH, Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores – Ref.^a UIDB/04666/2020 / CHAM-Açores.

CEPESE.

Comissão de Arbitragem Científica

Ana Paula Pires (Universidade dos Açores); Cristina Donza Cancela (Universidade Federal do Pará); Daniel Marcos (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IPRI); Julio Antonio Yanes (Universidad de La Laguna); Luís Balkar Pinheiro (Universidade Federal do Amazonas); Luiz Nilton Corrêa (Faculdade de Tecnologia em Saúde CIEPH – Santa Catarina); Maria Luíza Pinheiro (Universidade Federal do Amazonas); Mariana Corção (Universidade de Aveiro); Paula Marques dos Santos (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego – IPV); Vítor Fonseca (Universidade Federal Fluminense) e Zeila Demartini (Universidade Metodista de São Paulo / CERU).



Índice

Preâmbulo	8
-----------------	---

PARTE I

Fluxos migratórios e conexões entre a Europa do Sul e as Américas

Imigração e Identidade na América Ibérica

José Jobson Arruda	10
--------------------------	----

As Convenções Consulares entre Portugal e Brasil de 1863 e 1876 – evolução da questão das heranças dos emigrantes

Conceição Meireles Pereira	33
----------------------------------	----

O reconhecimento da Coroa aos emigrantes portugueses no Brasil – a atribuição das ordens honoríficas (1864-1889)

Isilda Monteiro	54
-----------------------	----

Um “Contactador de Colonos” – José Antunes dos Santos e o lucrativo negócio da e/imigração para São Paulo (décadas de 1880-1920)

Paulo Cesar Gonçalves / Nelly de Freitas.....	78
---	----

Leis para os que se vão buscar: o engajamento de colonos nos Açores do século XIX

André Nicolau.....	97
--------------------	----

A importância da imigração ibérica para o crescimento da cidade de São Paulo/Brasil: um estudo sobre o Bairro do Brás

Arlete Assumpção Monteiro	124
---------------------------------	-----

Os primeiros processos de emigrantes que integram o acervo da BPARPD: novos dados sobre a emigração micaelense nos inícios do século XX (1919)

Susana Serpa Silva.....	140
-------------------------	-----

As duas faces da emigração feminina para a América do Sul

Celeste Castro.....	171
---------------------	-----

<i>Una autobiografía en verso: reflexiones sobre su experiencia migratoria de un bertsolari navarro en Uruguay (1949-1997)</i> Óscar Álvarez Gila	193
<i>O Vulcão depois do vulcão: o mistério que gerou futuros em destinos longínquos</i> Carlos Lobão	209
<i>Trajetórias de pesquisadores estudiosos da imigração no Brasil</i> Luís Reznik / Paulo Cesar Gonçalves / Rui Aniceto Nascimento Fernandes..	251
<i>A imigrante académica brasileira: experiência, preconceito e sexismo à luz do estereótipo como barreira de integração</i> Camila Lamartine	275
<i>Flow of Brazilian arrivals in Portugal, 1936-2000: contributions to a study</i> Carlos Alberto Damas	300

PARTE II

O papel do associativismo nas comunidades de e(i)migrantes

<i>Contributos para a história do associativismo brasileiro e luso-brasileiro no Portugal Contemporâneo: os processos de aquisição de personalidade jurídica (1868-2007)</i> Fernando de Sousa / Ricardo Rocha.....	324
<i>Inmigración transatlántica, asociaciones voluntarias y sanidad en Argentina. Aproximaciones historiográficas y nuevas evidencias</i> Alejandro Fernández	357
<i>Beneficência Portuguesa – Assistencialismo, empreendedorismo e solidariedade imigrante na cidade de São Paulo</i> Yvone Dias Avelino	376

Nacionalismo español, emigración y asociacionismo étnico en la Argentina: una mirada a través de la Asociación Patriótica Española en las primeras cuatro décadas del siglo XX

Ruy Farías 394

El Asociacionismo Cultural Vasco y la Resistencia Política en América (1936-1975)

José Manuel Azcona / Miguel Angel Ajuriaguerra Escudero 418

Resignificaciones étnicas entre los emigrantes castellanos y leoneses y sus descendientes en América en el marco de sus prácticas asociativas

Arsenio Dacosta / Juan Andrés Blanco Rodríguez / Rubén Sánchez Domínguez 448

Reestructuración y ajustes del asociacionismo de la emigración exterior española a través de las nuevas tecnologías: los casos de Argentina y de Reino Unido

Rubén Sánchez Domínguez / Arsenio Dacosta / Juan Andrés Blanco Rodríguez 462

PARTE III

Cultura e Turismo de Raíces: a importância da identidade e da memória

Lugares da Memória – Percursos pelo património dos brasileiros de torna-viagem

Alda Neto 486

Rotas da Memória em Fafe – O Brasileiro Torna-Viagem

Isabel Borges 507

Patrimônio cultural italiano na cidade de São Paulo: Bixiga, um espaço singular

Célia Toledo Lucena 520

Casas regionais: lugares de memória e de reforço identitário

Lená Medeiros de Menezes 545

Açorianos em São Paulo – Tradição, Identidades e Turismo

Maria Izilda Matos / Elis Regina Barbosa Angelo 567

<i>Das práticas de ajuda mútua ao “fandango de finta”: a (re)invenção da identidade portuguesa no litoral do Paraná</i>	
Roseli Boschilia / Emílio Carlos Boschilia.....	589
<i>Intersecções do Turismo com a Emigração em Daniel de Sá</i>	
Leonor Sampaio da Silva	612
<i>Herança portuguesa e visitação turística de brasileiros a Portugal</i>	
Sênia Bastos / Leandro Rodrigues Gonzalez Fernandez	623
<i>Gastronomia da Memória – O que leva os turistas brasileiros que visitam o Porto a (re)conhecer a atual gastronomia portuguesa?</i>	
Maria Isabel Andrés Marques / Alexandra Matos Pereira	638
 Nota sobre os coordenadores.....	 657

Preâmbulo

A importância da diáspora na História e na Cultura dos países ibéricos é uma evidência para as sociedades hodiernas, tal como a imigração nas Américas é uma realidade incontornável e essencial no percurso histórico dos respetivos países. Ora, entre as comunidades e(i)migrantes é comum implementar-se, nos territórios de acolhimento, práticas de solidariedade e de associativismo — de cariz assistencial, cultural ou recreativo —, como formas de apoio, de preservação da identidade ou de afirmação social e económica. Por outro lado, decorrente da e(i)migração, o turismo de raízes, ou seja, as visitas dos descendentes aos países de origem dos familiares, em busca de referências, memórias e experiências, assume uma cada vez maior relevância, proporcionando redes de circulação e novos produtos turísticos.

Estes são os grandes temas abordados nesta publicação, acrescidos de outras análises do fenómeno emigratório, em geral, os quais, em 2019, deram o mote ao Seminário que decorreu no *campus* de Ponta Delgada da Universidade dos Açores, organizado pelo CHAM Açores, núcleo do CHAM – Centro de Humanidades, pelo CEPESE e pelo LABIMI (UERJ), com o título *Estudos de E(I)migração Ibérica: Práticas Associativas e Turismo de Raízes*.

Este *e-book*, porém, não se constitui como um volume de atas, na medida em que os textos publicados não equivalem exatamente às comunicações apresentadas, tendo sido desenvolvidos e aprofundados, além de submetidos ao crivo de *blind peer review* que constitui, à partida, uma maior garantia de isenção e qualidade científica. A organização e a divisão da obra também não correspondem aos painéis em que se dividiram os trabalhos do evento, tendo sido adequadas às temáticas dos textos publicados, alguns dos quais nem fizeram parte dos trabalhos. Este é um *e-book* de natureza interdisciplinar e internacional, associando a História, a Cultura e o Turismo através do olhar e do estudo de investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e argentinos.

Agradecemos a todos(as) quantos(as) tornaram possível a publicação desta obra coletiva, que reúne um total de vinte e nove textos originais, que concorrem para um melhor conhecimento da problemática da e(i)migração ibérica para as Américas, em particular no tocante ao associativismo e ao turismo de raízes.

Os Coordenadores

PARTE I

Fluxos migratórios e conexões entre a Europa do Sul e as Américas

Imigração e Identidade na América Ibérica

José Jobson Arruda¹

América receptiva

Uma das forças motrizes da história na longuíssima duração foi o deslocamento dos seres humanos, os movimentos populacionais, independentemente dos motivos que os tenham determinado, constante histórica enfeixada em conceitos mais genéricos, migrações, transmigrações, ou mais específicos, imigração e emigração, que pretendemos enfocar no prisma da América Ibérica.

O continente americano definiu-se como espaço receptor de imigrantes, a começar pelas vagas migratórias que sobre o território se lançaram deste na remota pré-história possivelmente de origem controversa, asiática ou polinésica, mas que foram atraídos por receptáculos climáticos acolhedores, como aquele ensejado pela longa espinha dorsal representada pelos Andes que se espicham do extremo sul patagônico até o extremo norte americano, por ofertarem diversidade climática variada pelas diferentes alturas em que a vida humana poderia se desenvolver, protegendo e agasalhando contra a instabilidade climática excessiva, como propõe o ecologista Thiago Rangel (RANGEL, 2018, p. B7).

Vagas ocupacionais

Quando, nos inícios do século XVI, os europeus se lançaram aos mares, originando a segunda grande vaga de ocupação do território que viriam a denominar americano, o fizeram sobre a base populacional ameríndia há milênios aí instalada, caracterizada por encontrar-se em patamares de desenvolvimento cultural e institucional em níveis extremos: culturas da idade da pedra e civilizações que, em muitos aspectos, eram capazes de se emparelhar com as mais desenvolvidas do mundo conhecido. De modo geral, contudo, a supremacia cultural e tecnológica dos migrantes europeus se

¹ FFLCH/ USP / Cátedra Jaime Cortesão.

impôs, constringendo as possibilidades de uma hibridação cultural à base de trocas iguais e pacificadas, no enlace complexo entre tradição e modernidade que configura a paisagem cultural no âmbito latino-americano na pós-modernidade (CANCLINI, 1997)².

À vaga europeia contínua que se estende por três séculos realiza-se paralelamente a massiva migração compulsória de cativos africanos destinados aos trabalhos forçados na agricultura e na mineração, e também a uma variedade imensa de atividades outras para os quais foram requisitados em função do baixo custo de sua força trabalho, a energia vital que alavancou a colonização nas terras americanas e criou uma chaga social imorredoura que, somente no Brasil, ultrapassou os 4 milhões de indivíduos, e na América espanhola mais de 1.6, na estimativa modesta de David Eltis (ELTIS, 1987). Se contabilizados fossem todos os africanos forçados a se transladarem para o continente americano, incluindo todas as Antilhas e a América britânica, o número ultrapassaria os dez milhões de cativos. Cifra próxima aos equivalentes dez milhões de nativos que habitavam o território quando chegaram os conquistadores espanhóis e os navegantes portugueses³.

Antes mesmo que findasse a escravidão negra no Brasil, e no restante do continente americano, teve início a quarta e última vaga migratória, representada por um relançamento da imigração europeia a partir dos meados do século XIX, em números tão avassaladores que, qualitativamente, transmuta a natureza do movimento anterior, mesmo porque, aos centros tradicionais de onde provinham os imigrantes, Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda, Itália, juntaram-se praticamente todas as nações da Europa, Ocidental e Oriental, um deslocamento sem paralelo e ressignificado pela inclusão de novas nacionalidades, sobretudo de migrantes procedentes do Oriente médio, sírios, libaneses, judeus, e asiáticos, e especialmente japoneses.

Este breve esboço demonstra que os Estados nascidos no espaço territorial americano são o produto de vagas contínuas de ocupação que se sucederam no decorrer de milênios, se bem que os chegados nos últimos séculos deram a tônica do processo de amalgamação cultural verificado. Equivale di-

² O termo hibridação difundido nos anos 1990 passa por uma revisão crítica. Considera-se a necessidade de “rehistoricizar” o conceito a partir do cosmopolitismo que privilegia as diásporas culturais como contraponto.

³ As estimativas são desencontradas para a América espanhola, variando de exorbitantes 112.5 milhões para 8.4 milhões de habitantes, número proposto por William M. Denevan, *apud* BETHELL, 1998, v. I, p. 130. Não menos dúbios são os números referentes às populações indígenas brasileiras. Cf. HEMMING, 2007. p. 737, indica a existência de 3.250 milhões de nativos no Brasil.

zer que Estados, nações, e cidadãos estão visceralmente marcados pelo signo da migração, nasceram e se construíram no balanço das ondas imigratórias, o que explica serem elas fundamentais na definição de suas identidades, individuais e coletivas, reais e mentais, identidades que são, por vezes, mais sonhadas do que efetivadas.

América Latina ou Hispânica

Este denominador comum, a raiz adventícia do imigrante que se enraíza em solo estranho e produz um singular mescla cultural num espaço geográfico determinado, espicou a curiosidade intelectual de muitos pensadores que, neste princípio embasados, alvitram a possibilidade de um coletivo amplificado que abraçasse, senão a totalidade do continente, pelo menos parte demarcada pelo limite cultural representado pelas línguas de extração latina, espanhol e português; substrato comum que levou muitos intelectuais a pensarem na possibilidade de pensar-se como um todo, cujas características dominantes pudessem ser enfeixadas num conceito que estabeleceria os marcos de uma (im)possível América Latina.

Mas não foram os latinos ibéricos, espanhóis ou portugueses, que impulsionaram a divulgação do conceito, mas sim os franceses após a invasão do México pelas tropas de Napoleão III em 1861 à frente de uma coligação internacional, com o objetivo de recuperar o espaço e a influência perdidos após a venda da Louisiana aos Estados Unidos, nos inícios do século. De comum acordo com o imperador da Áustria, Francisco I, o sobrinho de Napoleão escolheu o irmão mais novo do imperador austríaco, Fernando Maximiliano José, para assumir o trono do império mexicano em 1864, com o título de Maximiliano I de Habsburgo-Lorena, sustentado no poder pelas tropas de ocupação realistas e conservadores mexicanos, frente à imensa maioria do país dominada pelos guerrilheiros do presidente deposto Benito Juárez.

O conflito entre liberais e conservadores no México arrastava-se por mais de 50 anos, ou seja, desde os primórdios do movimento emancipacionista. Maximiliano rejeitou o apoio dos conservadores, atraiu liberais para seu gabinete e fez um projeto igualmente liberal, promovendo numerosas medidas de apoio às camadas mais pobres da população, em sua majoritariamente indígenas, medidas consoantes com suas próprias convicções, mas que não foram realizadas a tempo para obter o apoio dos mexicanos pobres. Se havia defensores da presença de um príncipe estrangeiro capaz de es-

tabelecer um equilíbrio na disputa entre as partes e manter a nação unida, o fato de ser sustentado por um exército estrangeiro deslocava o embate entre liberais e conservadores para o conflito entre o “México e a França, a república mexicana e uma monarquia estrangeira”, passando Maximiliano a representar essencialmente as forças de ocupação, uma tragédia, pois encontrava-se “num país que não queria”, não “como presente de um invasor”, em suma “o imperador que havia tentado unir liberais e conservadores, ricos e pobres, mexicanos e europeus terminou repudiado e abandonado por todos” (BAZANT, 1998, p. 463).

Em situação difícil, precisando de apoio no continente, voltou-se para o Brasil, aproximando-se do imperador D. Pedro II seu primo-irmão, por ser filho de uma princesa austríaca, Maria Leopoldina de Áustria. Recebido pela família imperial brasileira, apesar da acolhida discreta do imperador, enviou a seguir uma proposta de aliança formal fazendo-se representar por seu embaixador, D. Pedro Escandon, que a justificou em nome dos interesses comuns entre dois povos irmãos, identificados por origem, raça, crença e governo, propondo uma ponte entre os dois grandes impérios dos Habsburgos na América, aliança que, aos olhos das jovens repúblicas latino-americanas, soava estranha e ameaçadora.

Um sonho ousado e ambicioso, frustrado pelo trágico desenlace do império mexicano de Maximiliano, pois, capturado pelos guerrilheiros de Juárez recusou a oferta de preservar a vida em troca da retirada do país, preferindo a honra de enfrentar o pelotão de fuzilamento, ato immortalizado pela arte eterna de Édouard Manet. Desenlace que enterrou as pretensões dos Habsburgos e pôs a pique o sonho americano dos franceses, bem como a possibilidade de uma configuração latina da América ancorada em dois impérios de tradição europeia, revelando no emaranhado dos acontecimentos um detalhe singular: o surgimento de uma nova potência no concerto latino-americano, os Estados Unidos, cujo posicionamento intransigente fora decisivo para determinar a derrota do brevíssimo império mexicano ao exigir de Napoleão III a retirada das tropas francesas, inaugurando com este ato fase agressiva da política exterior norte-americana no cenário político do continente centro-americano.

Na contramão dos interesses norte-americanos, Leopoldo Zea, um dos mais criativos intelectuais mexicanos, dedicou grande parte de sua numerosa obra às reflexões sobre o pensamento latino-americano e sua construção identitária, num momento em que a hegemonia dos Estados Unidos já se

firmara no continente⁴. Apesar de ter concedido espaço em suas obras coletivas a intelectuais brasileiros, foram poucos os que delas participaram, a exemplo do antropólogo Darcy Ribeiro, uma de suas principais referências no país. Considerando-se que a ideia de América Latina foi agasalhada com maior envolvimento pelos intelectuais ideologicamente situados no campo da esquerda, surpreende que Gilberto Freyre tenha se manifestado a favor do movimento num ensaio dedicado ao tema intitulado *Americanidade e latinidade da América Latina*, publicado em 1963. Nele justifica sua posição afirmando que “O brasileiro é uma gente hispânica, sua cultura é hispânica – no sentido de ibérica”, o que faz dele um ser duplamente hispânico, por ser dotado de uma “cultura transnacionalmente pan-hispânica”, típica dos países americano-tropicais (BETHELL, 2009, p. 313), o que faz sentido se considerarmos o seu conhecido iberismo, que não se reproduz, contudo, em vários escritores brasileiros que preferiam referir-se à *Literatura hispano-americana*, como o fez Manuel Bandeira em 1949.

A radicalização política dos anos 1970 criou condições para uma aproximação forçada entre escritores, intelectuais e acadêmicos que buscaram exílio em países de clima político mais favorável, o que fez reacender a concepção de uma possível América amplificada para além dos limites da hispanidade. Este é o caso de Fernando Henrique Cardoso que, exilado no Chile, após o golpe militar de 1964, num texto publicado em 2006, afirma que foi em Santiago onde despertou para o conceito de América Latina, mesmo porque a ideia de que a região pudesse ser um bloco político e cultural não era nada popular naquela época, sobretudo quando se considerava que a herança portuguesa e o tamanho continental do Brasil pouco tinham a ver com países como Peru, Venezuela ou México (CARDOSO, 2006, p. 312).

Este é o dilema chave que tolhe a possibilidade de um pensamento positivo a favor do constructo latino-americanidade. Fernando Henrique mal despertou para o problema e já o soterrou, ao invocar não as similaridades entre o Brasil e a América hispânica, invocando a dimensão geográfica e a densa herança portuguesa como elementos que diferenciavam substancialmente os dois espaços. Salienta os traços de diferenciação, não os de similaridade. Não se coloca por afinidade, mas sim por oposição, deixando falar mais alto a alteridade, o que não é exclusividade de pensadores brasileiros,

⁴ O livro de Leopoldo Zea, *El pensamiento latino-americano*, publicado em 1965, e republicado em 1976, já havia sido editado em inglês, em 1963. A questão da identidade é o tema central do livro *Descubrimiento e identidade latino-americana*, de 1990.

pois, “tanto o Brasil como a América hispânica preferem construir sua identidade a partir da negação mútua” (FREDRIGO, 2003), mas talvez porque, dialeticamente, os limites que separam as noções de identidade e alteridade tenham uma capilaridade mais irrigada no continente americano.

A busca de um espelhamento comum foi uma constante na comunidade culta do hemisfério em sua porção meridional, a exemplo do clássico de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 2006). O *Espelho de Próspero*, de Richard Morse, dialoga com esta tradição (MORSE, 1995). Busca apreender a imagem arquetípica do Novo Mundo espelhada nos Estados Unidos e projetada sobre a América Ibérica, espelhamento que deveria procurar refletir-se em outras experiências, a exemplo da história europeia mais remota,

apostar em um passado singular, o que leva a imaginação luxuosa do historiador a formular o paradoxo de um passado promissor [...], de uma sociedade supostamente desviante em relação aos pactos tradicionais da modernidade ocidental que os EUA realizara (MONTEIRO, 2009, p. 181).

O reforço da expressão América Ibérica apontava para a busca das raízes europeias. Entretanto, a utilização da expressão América Latina não se perdeu de todo. Sobreviveu nos momentos de conagração diplomático; nos discursos que buscam legitimar acordos de cooperação econômica; efetivamente um apelo mais retórico do que qualquer outra coisa. Mas, perscruta-se no horizonte seu retorno à cena histórica reciclada nos termos da pós-modernidade⁵, pois o *cultural turn* reposicionou o lugar da cultura nas interpretações historiográficas, criando espaço para repensar fenômenos e processos sociais a partir das dinâmicas dos conjuntos culturais, em termos de identidades sociais (PARGA, 1992, p. 9-41).

A questão da identidade

Se a ideia de América Latina ou Ibérica se tornou um macro sujeito a inquietar os intelectuais na primeira metade do século XX, na segunda foi

⁵ Visível no ressurgimento da temática engendrada como eixo temático fulcral de novos e promissores programas de pós-graduação no Brasil. Cf. PRADO, 2011, p. 112-121.

o conceito de identidade que incendiou seus imaginários. Não sem motivo. O longo conflito envolvendo as nações mais desenvolvidas e cultas da Europa entre 1914 e 1949 soterrou os princípios iluministas e instalou a era da barbárie, levando os indivíduos à necessária busca de um encontro com si mesmos, a necessidade de autoconhecimento via espelhamento do outro. A crise dos imperialismos e do colonialismo europeus, bem como o desenvolvimento das *mass media*, demarcaram a passagem à pós-modernidade (RUSSEN, 1993, p. 131).

Finda a ideia de uma racionalidade central na história, fragmentaram-se os sujeitos na forma de incontáveis nações nascidas do movimento de descolonização, cada uma delas buscando construir seu próprio perfil no confronto com suas ex-coirmãs. O estilhaçamento sobrelevou as individualidades limitadas, por vezes contingentes, fugazes. Avultam as minorias políticas, étnicas, religiosas, sexuais, estéticas, tornando audíveis suas vozes na defesa de suas vontades, ambições, sonhos. O colapso do comunismo, por seu turno, extinguiu as utopias e sepultou as teorias, arrastando consigo os projetos grandiosos de transformação visceral das sociedades (ARRUDA, 2014, p. 76-77), colocando em pauta o tema prioritário dos processos de identitários.

Era o momento oportuno para os estudos antropológicos, ciência que nascera com o descobrimento das sociedades exóticas por parte dos europeus, sociedades que a princípio se pensavam primitivas, imóveis, e cuja exploração caberia aos etnólogos, no fundo um antagonismo reafirmador do eurocentrismo *vis a vis* as sociedades ditas primitivas. Foi neste contexto dos anos 1970 que, no bojo do Seminário Interdisciplinar dirigido por Claude Lévi-Strauss no *Collège de France*, entre 1974 e 1975, o tema foi proposto pelo filósofo Jean-Marie Benoist e debatido por especialistas em diferentes áreas do conhecimento, certos de que “la crise d’identité serait le nouveau mal du siècle”.

Encontrava-se numa encruzilhada, e sua manifestação nas sociedades não ocidentais era provocada pela demolição dos hábitos seculares, o desaparecimento de modos de vida e o fim de velhas solidariedades. Reconhecia Lévi-Strauss que, reduzida a seus aspectos subjetivos, uma crise de identidade não oferecia interesse intrínseco, a não ser para aqueles que pretendiam que a experiência do outro, individual ou coletiva, era por essência incomunicável e nada mais faziam do que refugiar-se em um novo obscurantismo. Seria forçoso, portanto, assumir que nenhuma sociedade constitui um modelo fortuito, nem a possibilidade de adquirir uma identidade substancial,

pois ela é partilhada com uma multidão de elementos comuns a outras culturas, mas que podem realizar sínteses que acabam por colocar problemas inovadores (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 9-11). A questão do outro surge, nestes termos, como condição constitutiva e afirmativa de uma determinada identidade, em sua dimensão sensível e inteligível, tornando-se um verdadeiro desafio explorar as identidades numa época dedicada a explorar a diferença, completa Jean-Marie Benoist (BENOIST, 1983b, p. 21-22). Mas esta elaboração teórica não é tudo. A noção de identidade não pode ser entendida como um cenário virtual ao qual temos que nos referir para explicar um certo número de coisas, conscientes de que ela jamais tenha uma existência real, sendo necessário conferir-lhe um substancialismo dinâmico, arremata Claude Lévi-Strauss.

A alteridade torna-se, portanto, a questão chave para as reflexões neste campo do conhecimento: a questão do outro. O meio pelo qual o indivíduo se coloca no lugar do outro inconscientemente, movido por um desejo de comunhão, de fusão, de comunidade, mecanismo complexo pelo qual o indivíduo assimila aspectos, atributos do outro e se transforma sob o modelo do seu contrário, fazendo com que a busca apaixonada pelas diversas figuras do outro domine “o campo intelectual dos anos 1970”. É a busca do Outro no espaço, graças à antropologia, o Outro em si, com a psicanálise, ou ainda o Outro no tempo, com a antropologia histórica”. Nietzsche/Freud/Marx são mobilizados para a busca do Outro como avesso da Razão Ocidental, bem como “Adorno e Horkheimer já haviam iniciado no pós-guerra a reflexão sobre as relações conflitantes entre a Razão e o seu Outro, o mito” (DOSSE, 2007, p. 269-270).

Como toda noção, categoria, ou conceito vale pela densidade daquilo que representa, que lhe confere utilidade na produção de conhecimento, as questões identitárias se ajustam plenamente ao estudo do fenómeno imigracional, o objeto histórico apropriado para a utilização desta terminologia. Imigração e identidade requerem-se mutuamente. O ato de identificar busca nos migrantes considerados individualmente e no movimento coletivo que realizam; um conjunto de características que os distingue, e que torna possível a individuação por contrastá-los com processos similares. Nesta perspectiva, que endereça para nosso foco problemático, ajusta-se a definição da noção de identidade proposta por Ana Bella Péres Castro em *Tiempos de emigrar; identidades en construcción* (PÉREZ CASTRO, 2012, p. 70), no qual apoia-se em Gilberto Giménez, para quem a identidade é indissociável da cultura e que todos os seres humanos pertencem e se apropriam

de determinados repertórios culturais, convertendo-se a identidade no lado subjetivo da cultura em virtude de um jogo dialético entre a autoafirmação e diferença (GIMÉNEZ, 2005, v. 2. p. 11), sendo, em última instância, a forma pela qual os sujeitos interiorizam a cultura.

Ana Bella conclui, em seus próprios termos, que

la identidad es un concepto rico en su polisemia y de gran complejidad en su proceso de construcción social. Su pluralidad es incuestionable, como lo es su interrelación, por ello es posible hablar de identidad individual, identidad social e identidad regional como tres eslabones que se unen, se sobreponen y también tienden a fracturarse, dando paso a identidades contrapuestas (PÉREZ CASTRO, 2012, p. 71).

O que lhe permite afirmar que o emigrante ou os emigrantes são atores sociais que possuem uma identidade, uma representação de si mesmos em relação aos demais atores, relações que podem ser harmônicas ou contraditórias, de igualdade ou desigualdade, marcando assim seu tipo de construção identitária, seja coletivo ou individual entre sujeitos (PÉREZ CASTRO, 2012, p. 73). Espreitar a identidade via migrações é uma forma de demonstrar que a identidade se constrói num processo de interação, pois a identidade

no es una esencia, atributo o propiedad intrínseca del sujeto, sino que tiene un carácter intersubjetivo y relacional. Es la autopercepción de un sujeto en relación con los otros [...] emerge y se afirma sólo en confrontación con las otras identidades en el proceso de interacción social, la cual frecuentemente implica relación desigual y, por ende, luchas y contradicciones (GIMÉNEZ, 2005, p. 21-22).

Identities diasporicas

Stuart Hall projeta esta temática a um *troisième niveau* por focar a identidade, sobretudo as identidades gestadas nos fluxos migracionais, no bojo das narrativas diaspóricas, nas quais a noção chave é a de *diferença*, isto é, “a natureza intrinsecamente híbrida de toda identidade e das identidades diaspóricas em especial”, assumindo-se que a identidade “é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto e não uma essência ou uma substância (HALL, 2003, p. 15). Neste enquadramento, emergem as reflexões inovadoras sobre as identidades diaspóricas contemporâneas centradas nos

processos de deslocamento dos descendentes de escravos africanos no espaço caribenho (HALL, 1994), das quais resultam proposições teóricas e metodológicas válidas para todos os processos migracionais coetâneos.

Para Hall, um dos traços definidores das identidades contemporâneas é a fragmentação do sujeito e consequente desenvolvimento das identidades culturais que nascem do pertencimento dos sujeitos fragmentados a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais, ou seja, identidades fragmentadas, deslocadas, “descentradas”. Ou seja, as categorias classe, gênero, orientação sexual, etnia, raça e nacionalidade, que ancoravam nossa inserção efetiva e mental como indivíduos sociais, perderam significado, ou tiveram suas essências ressignificadas, transformações que mudaram as “identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados”, promovendo um deslocamento ou descentração dos sujeitos que justifica falar em crise de identidade, da concepção essencialista ou fixa da identidade (HALL, 2006, p. 9).

Em suma, a crise da noção iluminista de sujeito contínuo – ou sociológica de sujeito autônomo – é o colapso da concepção segundo a qual a “identidade sutura o sujeito à estrutura, estabiliza tanto os mundos culturais quanto os sujeitos que nele habitam, tornando-os unificados e predizíveis”. Assinala a emergência do sujeito pós-moderno, um sujeito múltiplo, fragmentado, dotado de várias identidades, por vezes contraditórias, que fazem de nossa autopercepção identitária algo provisório, variável e problemático. Sujeito conceitualizado como não sendo possuidor de uma identidade fixa, essencial, ou duradoura por estar em “celebração móvel”, por ela ser continuamente transformada em relação aos sistemas culturais que as envolvem e que as definem “historicamente, e não biologicamente”.

Neste sentido, o sujeito assume “identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”, pois elas transmitem ao sujeito a sensação de deslocamento permanente por reunir em si identidades contraditórias e até mesmo conflitantes. Por esta razão, Hall considera que a identidade “plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, porque ela é fruto de uma construção histórica que fazemos de nós mesmos, “uma confortadora narrativa do eu”. Assim sendo, “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p. 13).

A reviravolta no conceito de identidade promoveu uma efetiva desconstrução em variadas áreas do conhecimento, todas elas críticas de algum modo à noção de identidade enquanto pensada em sua dimensão essencialista, unificada, integral, mas que face à ausência um novo conceito, segundo Hall, pode-se continuar a utilizá-lo “em sua forma desconstruída ou destotalizada”, deprimida de sua condição paradigmática, descolado de sua localização política, pois o que está em jogo “não é uma teoria do conhecimento do sujeito, mas uma teoria da prática discursiva”. Precisamente porque “identidades são construídas dentro, não fora do discurso [...] por serem eles produzidos “em condições institucionais e históricas específicas” e “construídos através, não fora das diferenças”, pois são “pontos de ligação temporária à posição do sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. Em suma, “identidades são, como foram, a posição que o sujeito é obrigado a tomar enquanto sempre sabedor que são representações, e que representações são sempre construídas através de uma ausência, através de uma divisão, do lugar do Outro, e assim nunca pode ser adequado – idêntico – ao processo subjetivo que neles foram investidos”, isto porque a identidade é intersecção, sutura (HALL, 1996, p. 1-2, 4, 6).

Em seu artigo sobre *Identidades poscoloniales*, Nair Maria Naya Ferreira recupera pontos essenciais da construção teórica de Stuart Hall no campo dos sujeitos. Suas proposições visam revalorizar o conceito de identidade como elemento estratégico no reposicionamento discursivo, atrelando-o à constante transformação das identidades entendidas como produto das mudanças havidas no processo histórico. Busca o lugar do indivíduo no mundo através da análise dos complexos processos de representação que o obrigam a inscrever-se num tempo e num lugar específico. Vincula o conceito de identidade ao de identificação, entendido como um processo de construção contínuo por sujeitá-lo a uma historicização radical, à forma pela qual se empregam os recursos da história, da língua e da cultura, no interior de um todo no qual importa mais saber “no que estou me convertendo”, do que saber “quem eu sou”, quais foram as minhas origens. A questão fundamental que se põe não é saber de onde viemos,

sino de reflexionar acerca de cómo la percepción de nosotros mismo surge de la forma em que hemos sido representados, del modo em que podremos representarnos em el futuro y, por tanto, em qué podremos transformar-nos (HALL, 1996, p. 167).

Nesse sentido, a identidade torna-se num ponto de convergência entre os discursos e as práticas culturais que buscam fixar os indivíduos como sujeitos sociais, com discursos específicos, e interpelá-los a partir dos processos que produzem as subjetividades que os constroem como sujeitos dotados do direito à voz. Nestes termos, “as identidades são pontos de sutura”, vinculadas temporalmente com as posições que as práticas discursivas constroem para os sujeitos. Situação que permite apreender a identidade sempre dinâmica dos povos colonizados que Hall recupera em seu sentido mais tradicional, o de “identidade cultural”, pois ela

no se encuentra enterrada como una pieza arqueológica, sino que surge del proceso mismo de búsqueda y de reconstrucción imaginativa de ese pasado escondido. La identidad es, por tanto, un gran constructo que permite darle coherencia a experiencia de fragmentación y dispersión que constituye la historia de todas las diásporas (HALL, 1996, p. 168).

A construção das identidades pós-coloniais pressupõe, portanto, o reconhecimento dos pontos diferenciais em relação à experiência anterior, especialmente das terríveis rupturas e descontinuidades históricas às quais foram submetidos, momento no qual os sujeitos pós-coloniais tomam consciência de si. É neste redimensionamento teórico que Stuart Hall se permite afirmar que a África foi a mãe oculta de todas as civilizações que nasceram da escravidão e da diáspora negra. Aporia que prioriza o processo mesmo de transformação, a forma pela qual as narrações do passado situavam os indivíduos específicos e, acima de tudo, perscrutava o modo pelo qual se inseriam no bojo destas mesmas narrativas construídas por via da memória, da fantasia, do mito, ao invés de fixar-se num passado essencialista. Este é o *sense of place* empregado por Seamus Heaney⁶, e que Hall converte nos pontos de sutura da identificação, tanto no discurso da cultura, quanto no da história. Teoria que articula tensões inerentes a um coletivo de intérpretes da pós-colonialidade, isto porque, nos dizeres de Nair Maria Anaya Ferreira

⁶ Em *Preoccupations*, Seamus Heaney diz: “whether that country of the mind takes its tone unconsciously from a shared oral inherited culture, or from a consciously savoured literary culture, or from both, it is this marriage that constitutes the sense of place in its richest possible manifestation”. HEANEY, *apud* IZARRA, 2010. p. 17.

al hacer énfasis en el proceso de transformación y romper con la linealidad factual da história occidental, permite también reconocer la heterogeneidad cultural/racial/ lingüística de los individuos poscoloniais y transcender las dualidades valorativas mediante las cuales los europeos rotularan los pueblos colonizados (FERREIRA, p. 169).

Trata-se, evidentemente, de um novo olhar sobre as questões relacionadas aos movimentos migratórios bem como aos processos identitários, pois prioriza a dinâmica dos conjuntos culturais que possibilita ir além das abordagens econômicas, sociais, políticas, ou demográficas, e que muito poderá agregar ao conhecimento destas questões cruciais da história dos povos em geral e, muito especialmente, do continente americano construído pelos deslocamentos populacionais. Nesse viés, *Narrativas de la diáspora irlandesa bajo la Cruz del Sur*, de Laura Patrícia Zuntini de Izarra tem muito a dizer. A expressão de ordem que ilumina seu estudo é a percepção do lugar, *the sense of place*, de Seamus Heaney que, segundo Laura, traduz as tensões que pesam sobre o sujeito em transformação, no caso, o imigrante diaspórico que se revela no bojo de um processo de identificação que exige tradução cultural e assume um posicionamento intersticial, “entre culturas, convertendo-se em agente de transformações no espaço social em que habita” (IZARRA, 2010, p. 212).

As literaturas diaspóricas constituem-se em materiais privilegiados para acessar estas transformações operadas nos seres humanos e “verificar como os aspectos políticos e sociais do encontro de culturas – sejam estas do centro ou das margens – articulam uma estratégia textual de tradução em vez de uma representação mimética do real”. Isto dá ao escritor, ou ao leitor, “a possibilidade de exercer uma percepção multidimensional, e experimentar distintas realidades de intersecção cultural” por criarem “um efeito estético de espaços móveis de tradução ao invés de espaços de equivalências e diferenças, próprios dos discursos comparatistas [...]”. Nestes termos,

o espaço textual estabelece uma ligação forte entre o espaço e o tempo histórico para construir, esteticamente, um novo estado de consciência da diáspora que se fará visível na estrutura das narrativas ao mostrar as inter-relações entre o eu social e a realidade interna do sujeito (IZARRA, 2010, p. 213).

Demonstrando que Laura Izarra está empenhada em rehistoricizar os conceitos,

em traduzir esteticamente as dificuldades do sujeito contemporâneo em aceitar situar-se em um lugar intermediário entre dois polos dialéticos e de praticar a identidade sem censuras, como relação, como processo dinâmico onde estratégias de construção e desconstrução lhe permitem sempre criar um diálogo aberto com o outro (IZARRA, 2010, p. 223).

Dinâmica cultural que Frantz Fanon denomina dinamismo sincrético, aquele que criticamente se apropria dos elementos constitutivos dos códigos mestres da cultura dominante creolisando-os, desarticulando determinados signos e rearticulando seu significado simbólico, constatação da qual se vale Stuart Hall para ressignificar o Novo Mundo, que se constitui para nós como um lugar, uma narrativa de deslocamento, que dá “lugar a uma plenitude imaginária, recriando o interminável desejo de retorno às ‘origens perdidas’” (HALL, 1990, p. 236). Dinamismo sincrético que, para Homi Bhabha, seria uma forma de hibridismo no sentido em que o ato de tradução cultural, tanto a representação quanto a produção, recusa a cultura original prévia na medida em que todas as formas de cultura estão num processo contínuo de hibridação, no qual não lhe interessa, ou lhe interessa menos, a possibilidade de traçar momentos originais a partir dos quais um terceiro emergiu, pois, nos seus termos, hibridismo é o ‘terceiro espaço’, que permite a outras posições emergirem. E sim que este “terceiro espaço desloca as histórias que o constituíram, e estabelece nova estrutura de autoridade, novas iniciativas políticas” (RUTHERFORD, 1990, p. 211).

Lugares privilegiados do ponto de vista metodológico porque são esses “entre-lugares” que fornecem o terreno para a “elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início aos novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação”. É exatamente no interstício que “as experiências intersubjetivas e coletivas de nação, o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”. O entre de entre-lugar, entre-meio, entre-tempo é o “fio cortante da tradução e negociação [...] que carrega o fardo do significado da cultura [...], o lapso com que todas as histórias devem se defrontar para elaborarem um novo começo” (BHABHA, 1998, p. 20, 69, 339).

Por esta via de raciocínio, assume-se que as identidades se alojam nos interstícios identitários, nas dobras, nas suturas, nos terceiros espaços, que remete à noção de localidade da cultura, princípio contrário ao de nacionalismo que remete à unicidade cultural, à origem, à etnia, à homogeneidade. Nesta perspectiva, Homi Bhabha propõe a construção do senso de nação como uma forma de afiliação social e textual, uma complexa estratégia de identificação cultural que funciona em nome do povo ou da nação, e fazem deles sujeitos e objetos imanentes de uma série de narrativas sociais e literárias, que faz na “nação ocidental uma ambígua e obscura forma de viver” (BHABHA, 1990a, p. 293), e a certeza de que a nação como narrativa somente encontra seus horizontes nos “olhos da mente”.

Posto nestes termos, a sensação que se tem é a de que tais narrativas se encontram suspensas no ar. Que elas se explicam por si mesmas. Que as narrativas se autoconstroem e constroem o mundo em que vivemos. O talentoso Stuart Hall deu-se conta desta dislexia. Ao constatar a mudança profunda do conceito de identidade na modernidade tardia, a emergência inconteste das identidades pós-modernas, correlaciona-as ao processo de globalização. Remete a Karl Marx para lembrar o caráter revolucionário da produção globalizada, a essencialidade da mudança que toda solidez desmancha no ar, mudanças constantes, rápidas e permanentes, que promovem deslocamentos no sistema social, forçando sua descentração, um deslocamento induzido por forças fora de si mesmas, transformando-se no tempo e no espaço, numa permanente “descontinuidade”. Um processo sem fim de rupturas e fragmentações que geram pluralidades nos centros de poder. Invocando Ernest Laclau, Hall argumenta que as sociedades tardias são atravessadas pela “diferença”, “diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos”. Diferenciação que não resulta em colapso social porque “suas diferentes identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulada”, mas de modo sempre parcial, fazendo com que a “estrutura da identidade permaneça aberta” e, portanto, com potencial multiplicador para novas articulações, que promovem a “criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos”, recompondo, permanentemente, a estrutura funcional do sistema e do corpo social (HALL, 2006, p. 14-18).

Wallerstein repõe a questão num cenário mais amplo. Afirma que as múltiplas comunidades a que todos pertencemos, nossa “identidade social”, são todas “construções históricas” e, mais do que isto, “construções em perpétua reconstrução”, o que significa não serem “sólidas”, nem “insignifican-

tes ou efêmeras”, e que seu desenvolvimento através dos tempos é, necessariamente, “uma reflexão sobre a ideologia do tempo presente”. Refletem a divisão social do trabalho no seio da economia do mundo, permanentemente submetida a uma espécie de constrição externa que demarca os limites da subsistência, constrição esta que Balibar denomina “fator social”, o esforço humano que busca quebrar tais constrangimentos à busca de objetivos outros que não se resumam à “incessante acumulação de capital”, uma história “ambígua e antissistemática” que flui das entranhas do movimento do capital (BALIBAR, WALLERSTEIN, 1991, p. 228-231).

Dinâmica indutora da multiplicidade identitária do mundo globalizado, forma de organização social da produção que incorporou em sua divisão social do trabalho todas as zonas geográficas existentes sobre a terra, que acabou por criar uma situação absolutamente original, ou seja, “pela primeira vez na história da humanidade, somente um sistema histórico sobre ela existia” (WALLERSTEIN, 1991, p. 108). E existe.

Stuart Hall trabalha o fenômeno da identidade no campo da sensibilidade e da simbolização, mas remete à materialidade impressa na linhagem que remete à Marx para alçar-se ao nível explicativo. Immanuel Wallerstein realiza o mesmo trajeto no sentido inverso. Parte da materialidade, do sistema produtivo capitalista globalizado, dos modos de produzir que se esfumam no ar e comandam o ritmo incessante da mudança com seus efeitos sociais e impactos identitários. O que surge à primeira vista como epistemologias antinômicas são, na verdade, manifestações da própria complexidade histórica. O simbólico não dá conta das mudanças cruciais porque necessita apelar para ingredientes externos, esquemas outros que não os supridos pela razão simbólica. É necessário, pois, “pensar a relação dialética entre simbolização e materialidade, entre linguagem e meio social, entre esquemas e recursos, entre economia e cultura” (ARRUDA, 2017a, p. 105) se quisermos dar conta do fenômeno identitário no mundo extremamente complexo e clivado que tipifica a vida social hodierna.

Identidade e Imigrações na América Ibérica

Identidade e individualização são expressões companheiras. Pressupõe o diálogo permanente entre o singular e o plural; entre os traços particulares de uma pessoa, ou do conjunto de pessoas formando um coletivo, graças aos quais é possível identificá-lo num amplo repertório de configurações de

mesma natureza. Possui, incontornavelmente, caráter relacional, qualidade inata das expressões contrastadas; uma síntese do diverso (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 11), lugar virtual sem existência fática (BENOIST, 1983a, p. 332), pois se inscreve no universo do simbólico, expressa alteridade, um estado de vir a ser que exhibe uma certa dose de teleologia, na medida em que não pode escapar à condição de uma construção ideológica.

Termo polissêmico que pode ter múltiplas conotações, sobretudo se referida à sua dimensão sociocultural, que para os propósitos desta análise tem a maior serventia, porque “remete ao conjunto de valores, símbolos, crenças, e costumes de uma cultura que se diferencia de outras [...], elementos coesionadores de um grupo social ao fundamentar seu sentimento de pertencimento” (DI CASTRO; LUCOTTI, 2012, p. 9-10). A mágica que expressa cada indivíduo, todos os indivíduos, aglutinados numa dada sociedade, intrinsecamente limitada em seu escopo, mas ilimitada em sua soberania, pois cada um de seus membros tem a um só tempo em sua mente uma imagem da comunidade à qual se sentem pertencer (ANDERSON, 2008, p. 32). Se a identidade cultural é pensada como resultado de uma síntese étnica, a fonte genuína do ser nacional, o processo de formação encerra inevitavelmente certa volubilidade, porque as injunções históricas fazem oscilar os elementos de sua caracterização e a identidade metamorfoseia-se no fluxo do tempo.

No século XIX, a mestiçagem latina era tida por parcela significativa da intelectualidade como traço de inferioridade sociocultural; no bojo do movimento modernista do século XX surge como marca de autenticidade, a ser intensamente valorizada. Ou seja, a identidade não se constrói por si, não é um dado da natureza, é uma construção que exige construtores, homens cultos que, incumbidos de definir a identidade de um povo, são eles mesmos marcados pela incerteza de suas próprias identidades, intelectuais que reclamam para si mesmos autoridade para executar a missão política de forjar a consciência nacional e promover a organização social, supondo-se que são apetrechados intelectualmente para captar os sinais identificadores de uma nação inscrita na realidade (PÉCAULT, 1990, p. 312).

Acepção terminológica que exponencializa as relações entre Estado e sociedade na contemporaneidade, na qual os cidadãos já não se apresentam como corpo social compartilhado, atestando o fenômeno do surgimento de novas identidades e sua condição de princípio básico da organização social, segurança pessoal e mobilização política (RIVERO, 2012, p. 16), que põe em evidência um traço moderno da identidade, sua dinâmica intrínseca, que a

torna indissociável da cultura, uma vez que todos os seres humanos pertencem a determinados repertórios culturais, em cujo âmago desenrola-se um jogo dialético permanente entre autoafirmação e diferença, resultado do modo dessemelhante através do qual os indivíduos interiorizam a cultura e fazem do outro o referencial ontológico primacial para defini-lo em relação a si mesmo.

Estas reflexões sobre o conceito de identidade, seja em seu caráter essencialista de representação mimética do real, seja no sentido das narrativas diaspóricas entendidas como uma estratégia textual de tradução, permitem-nos afirmar que o século XIX não foi um século perdido para a América Latina, exatamente porque foi o século de sua fundamentação identitária. Porque assistiu à incorporação dos outrora considerados pelas elites povos bárbaros: índios, mestiços, afro-americanos, e até mesmo os agricultores de origem ibérica, equivale dizer, a parcela maior das massas imigrantes, que, através de seus porta-vozes, buscaram “expressar-se no discurso geral da sociedade”, movimento de conjunção das concepções intelectuais oriundas tanto da elite quanto das camadas populares, cristalizado na segunda década do século XX (MORSE, 1995, p. 26).

Mas, sobretudo, porque o *boom* literário dos anos 1960/1970, o fenômeno do realismo mágico, tornou-se a linguagem literária do mundo emergente pós-colonial porque embasou a formulação de sua “independência cultural pela canibalização de uma fieira de tradições europeias”, transformadas em simples matéria-prima nos textos de Gabriel Garcia Marquez, Mario Vargas Llosa e Julio Cortázar (SOMMER, 1990, p. 71). No Brasil, um intelectual de elite, como Paulo Prado, passava a afirmar que não éramos um mosaico étnico, mas sim uma nação que se vivenciava coletivamente na medida em que a riqueza da nossa cultura era tributária da sua capacidade de incorporar, reproduzir e renovar os valores essenciais de outras culturas, certamente as europeias, sincrese étnica que o fenômeno da massiva imigração se encarregava de acentuar, explicitando em sua inteireza a peculiar capacidade de conciliação cultural, tão cara a Gilberto Freyre.

Mas, como sabemos, os conceitos são historicamente produzidos, e o conceito de identidade não é exceção. Se no século XIX a consolidação das jovens nações latino-americanas atribuem valor ao conceito de identidade nacional, no século XX, após as experiências trágicas dos nacionalismos agressivos que levaram o mundo à II Guerra Mundial, as reservas sobre sua propriedade e validade histórica avolumaram-se, pois o atrelamento do conceito de identidade à ideia de nação poderia levar ao racismo e à xenofobia,

passíveis de inomináveis manipulações políticas; ao exacerbado poder do Estado, das classes sociais, conjunto de elementos dissolventes das diferenças, criador de unidades fictícias.

Este preâmbulo histórico-conceitual fundamenta a comparação identitária entre as trajetórias históricas das Repúblicas latino-americanas e o Império no Brasil referidas aos processos migratórios específicos. Remete, portanto, ao contexto histórico da formação dos Estados nacionais, período no qual as identidades coletivas dominavam a cena histórica, tendência que se projeta até os anos 80 do século XX, quando o livro de Fernando Braudel sobre a identidade da França, demonstrando o prestígio do conceito, fecha o ciclo. Pois, de fato, trata-se de um livro sobre a história da França segundo a fatura braudeliana, renovada por unir civilização material e cultura material, enlace que busca a identidade na França profunda, na França da longa duração (BRAUDEL, 1986); mas sem a incorporação do aparato conceitual teórico conceitual incrustado no conceito de identidade acima referido. Conceito este que é produzido no contexto da fragmentação dos grandes sujeitos históricos dos anos 1970, com a explosão das identidades múltiplas referidas a singularidades étnicas, religiosas, sexuais, mas que pode ser extremamente útil se reportado aos processos de formação identitários da fase anterior.

O que define o imigrante no fundo do seu ser é a desidentidade⁷. Um estado de anomia, quase cataléptico que se instala em sua mente no lapso de tempo, que pode ser geracional, entre o descolamento da identidade primeira e a aquisição do novo autorretrato, um movimento complexo rumo à integração passando pela assimilação. Transcurso nada linear, porque inclui recaídas identitárias na forma de apego às tradições culturais, na recusa em assumir uma nova cidadania, no sonho de retorno ao país de origem. É isto que faz das redes de imigração, fortemente enraizadas no Brasil e na Argentina durante os séculos coloniais, a condição fundamental para decidir o destino de quem chega. Sabidamente, para muitos portugueses que embarcaram para o Brasil no século XIX, especialmente os originários dos Açores, a primeira opção não era o Brasil, e sim os Estados Unidos, o que fez das redes de imigração forjas de identidade; células de acolhimento trans-

⁷ O vocábulo desidentidade não está dicionarizado, mas desidentificar e desidentificação remete a perder a identidade, justificando o neologismo. A inspiração para criá-lo, contudo, vem dos versos do cantor Facundo Cabral: No soy de aquí ni soy de allá; No tengo edad ni porvenir; Y ser feliz es mi color; De identidad. Perfeito, com exceção do verso final, pois se o ser não tem lugar, idade, futuro, ou cor, ele é a própria *desidentidade*.

formadas em verdadeiros laboratórios de aclimação⁸, criando uma rede de proteção para o recém-chegado contra a hostilidade social, política, meio ambiental e mesmo cultura.

A inserção em um mundo diferente leva a que os sujeitos sociais se insiram num entremeado de relações tanto conflitivas quanto harmônicas. Uma e outras determinam empatias ou antipatias, a valorização e a desvalorização de sua cultura, a inclusão ou a exclusão. Por isso é possível dizer que a migração provoca a construção de identidades múltiplas fundamentadas em pertencimentos étnicos e sociais, em procedências regionais e em função de valorizações (DI CASTRO; LUCOTTI, 2012, p. 11).

De fato, é extremamente complexa a relação dos recém-chegados com a tradição local, pois, oriundos de culturas diversas, por vezes muito distantes, os imigrantes são estudados, especialmente, no prisma do estranhamento, das dificuldades de adaptação e de integração no novo ambiente, da reconstrução das identidades, das trocas advindas do processo de assimilação dos estrangeiros e do mútuo impacto produzido no contato entre estrangeiros e nacionais. Exatamente por isso a imigração afigura-se como um fenômeno total, na medida em que impacta as culturas nacionais envolvidas. Nestes termos, “se a imigração reconfigura a auto percepção dos agentes, transforma, sobretudo, imagens sedimentadas das nações, obrigando-as a absorver construções diversas das suas, por provocar a redefinição das alteridades” (ARRUDA, 2011, p. 313). Equivale dizer, o turbilhonamento do imaginário não afeta somente os imigrados, afeta a própria autoimagem da nação de acolhimento, transformação imagética que fica na dependência da continuidade ou não dos fluxos migratórios matriciais, da receptividade que as Nações surgidas da metrópole oferecem aos ex-colonos transformados da condição de arrogantes senhores da terra em imigrantes indesejados.

A imigração construiu nações completamente diferentes em seus comportamentos frente aos colonizadores, apesar de terem ambos uma base cultural razoavelmente homogênea e trajetórias históricas similares, mas não iguais. De fato, enquanto o processo de emancipação política das colônias

⁸ O Projeto Brasil-Portugal sobre imigração produziu numerosas pesquisas sobre a temática em tela, três delas publicadas no volume organizado por Lená Medeiros de Menezes e Fernando Pessoa, *Brasil-Portugal. Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a E/Imigração* (LANG, CAMPOS, 2017, p. 295-316; FERNANDEZ, 2017, p. 317-332; VIGNOLI, CAMPI, 2017, p. 279-294).

hispânicas na América, e mesmo no período posterior a ele, rompem-se as afinidades com a Monarquia espanhola, buscando as jovens nações a espelharem-se em exemplos legitimadores de sua nova condição, a exemplo dos Estados Unidos, no Brasil, preservam-se os laços afetivos e morais com o Reino português, garantindo a unidade e a estabilidade do novo Império tropical por 67 anos, ainda regido por príncipes da dinastia bragantina (ARRUDA, 2017b, p. 53).

Se imigrar é entrar na narrativa do outro e, reciprocamente, abrir-se à construção intersubjetiva de si mesmo, a resultante somente poderia ser um jogo complexo de construção/desconstrução/reconstrução de identidades, pela qual os imigrantes, à custa de seu próprio esquecimento, dão sua memória ao outro. Transferem ao receptor a narração de suas vidas, realizando um “exercício peculiar pelo qual se outorgam uns aos outros suas identidades”, paráfrase inspirada no belo texto “El amor como proceso de construcción intersubjetiva del si mismo”, de Gerardo de la Fuente Lora (LORA, 2012, p. 53-68).

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict, 2008 – *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARRUDA, José Jobson, 2014 – *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda.
- ARRUDA, José Jobson, 2017a – “Por uma renovada História Econômica”, in Alexandre Sales *et al.* (org.), *Rumos da História Econômica no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- ARRUDA, José Jobson, 2017b – “Receptividade e/imigracional comparada Brasil-América: os portugueses”, in Lená Medeiros de Menezes; Fernando de Sousa (org.), *Brasil-Portugal. Pontes sobre o Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.
- ARRUDA, Maria Armanda, 2011 – “Imigração e cultura: ruptura com as Raízes portuguesas”, in Fernando de Sousa *et al.*, *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: CEPES.
- BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel, 1991 – *Race, Nation, Class Ambiguous Identity*. London: Verso.
- BAZANT, J., 1998 – “O México da Independência a 1867”, in Leslie Bethell (org.), *América Latina colonial*, v. I. São Paulo: Edusp.
- BENOIST, Jean-Marie, 1983a – “Conclusions”, in Claude Lévi-Strauss (org.), *L'identité*. Paris: PUF.
- BENOIST, Jean-Marie, 1983b – “Facettes de identité”, in Claude Lévi-Strauss (org.), *L'identité*. Paris: PUF.
- BETHELL, Leslie, 1998 – “Notas sobre as populações americanas às vésperas das invasões europeias”, in Leslie Bethell (org.), *América Latina colonial*, v. I. São Paulo: Edusp.

- BETHELL, Leslie, 2009 – O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, v. 22, n. 44.
- BHABHA, Homi, 1990a – “DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation”, in Homi Bhabha, *Nation and Narration*. London: Routledge.
- BHABHA, Homi, 1990b – *Nation and Narration*. London: Routledge.
- BHABHA, Homi, 1995 – “Freedom’s Basis in the Indeterminate”, in John Rajchman (ed.), *The Identity in Question*. London: Routledge.
- BHABHA, Homi, 1998 – *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BRAUDEL, Fernand, 1986 – *L’identité de la France*. Espace et Histoire. Paris: Arthaud-Flammarion.
- CANCLINI, Néstor Garcia, 1997 – *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp.
- CARDOSO, Fernando Henrique, 2006 – *The Accidental President of Brazil: A Memoir*. New York: Public Affairs.
- DI CASTRO, Elisabetta; LUCOTTI, Claudia, 2012 – “Introducción”, in Elisabetta Di Castro; Claudia Lucotti (coord.), *Construcción de identidades*. México: UNAM/Juan Pablos Editor.
- DOSSE, François, 2007 – *História do Estruturalismo*, vol. II. São Paulo: Edusc.
- ELTIS, David, 1987 – *Economic Growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press.
- FERNANDEZ, L.R.G., 2017 – “Trajetórias identitárias da Casa de Portugal de São Paulo expressas nos eventos culturais (1990-2010)”, in Lená Medeiros de Menezes; Fernando de Sousa (org.), *Brasil-Portugal. Pontes sobre o Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, p. 317-332.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza, 2003 – O Brasil no epistolário de Simon Bolívar: uma análise sobre o desconhecimento entre as Américas. *História Revista*, v. 8, n. 1/2.
- GIMÉNEZ, Gilberto, 2005 – *Teoría y análisis de la cultura*, vol. 2. México: Conaculta.
- HALL, Stuart, 1990 – “Cultural Identity and Diaspora”, in Jonathan Rutherford (ed.), *Identity, Community, Culture, Difference*. London: Lawrence & Wishart.
- HALL, Stuart, 1994 – “Cultural Identity and Diaspora”, in Patrick Williams; Laura Christman (ed.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory. A Reader*. New York: Columbia University Press.
- HALL, Stuart, 1996 – “Introduction: Who Needs “Identity”?”, in S. Hall; P. du Gay, (ed), *Questions of Cultural Identity*. Londres: Sage Publications.
- HALL, Stuart, 2003 – *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMJ.
- HALL, Stuart, 2006 – *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D&P Editora.
- HEANEY, Seamus, 1980 – *Preoccupations*, apud Laura Patricia Zuntini Izarra, *Narrativas de la diáspora bajo la Cruz del Sur*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor.
- HEMMING, John, 2007 – *Ouro Vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp.
- HOLANDA, Sérgio Buarque, 2006 (1.^a ed. 1936) – *Raízes do Brasil* (Edição comemorativa). São Paulo: Companhia das Letras.
- IZARRA, Laura Patricia Zuntini, 2010 – *Narrativas de la diáspora bajo la Cruz del Sur*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor.
- LANG, A.B.S.; CAMPOS, M.C.S.S., 2017 – “Comunidade portuguesa em São Paulo: associativismo e identidade”, in Lená Medeiros de Menezes; Fernando de Sou-

- sa (org.), *Brasil-Portugal. Pontes sobre o Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, p. 295-316.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1983 – “Avant-Propos”, in Claude Lévi-Strauss (org.), *L’identité*. Paris: PUF.
- LORA, Gerardo de la Fuente, 2012 – “El amor como processo de construcción intersubjetiva del sí mismo”, in Elisabetta Di Castro; Claudia Lucotti (coord.), *Construcción de identidades*. México: UNAM/Juan Pablos Editor.
- MONTEIRO, Pedro Meira, 2009 – As raízes do Brasil no espelho de Próspero. *Novos Estudos*, v. 83, n.º 28.
- MORSE, Richard, 1995 – *Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PARGA, José Sánchez, 1992 – “Producción de identidades e identidades colectivas”, in Almeida Vinuesa, José/Bustamante, Teodoro/Gutiérrez Vega, Daniel/Ibarra C., Hernán/Sánchez Parga, José/ Unda, Mario, *Identidades y sociedad*. Quito: Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA), PUCE.
- PÉCAULT, Daniel, 1990 – *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática.
- PÉREZ CASTRO, Ana Bella, 2012 – “Tiempos de emigrar: identidades en construcción”, in Elisabetta Di Castro; Claudia Lucotti (coord.), *Construcción de identidades*. México: UNAM/Juan Pablos Editor.
- PRADO, Luiz Fernando Silva, 2011 – As identidades latino-americanas: itinerários metodológicos, história e historiografia. *História Unisinos*, v. 15, n. 1.
- RANGEL, Thiago, 2018 – “Simulação aponta berços, museus e túmulos da biodiversidade da América”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 jul. 2018, Ciência.
- RIVERO, Mariflor Aguilar, 2012 – “Hacia una política de las identificaciones”, in Elisabetta Di Castro; Claudia Lucotti (coord.), *Construcción de identidades*. México: UNAM/Juan Pablos Editor.
- RUSEN, Jörn, 1993 – “La historia, entre modernidad y postmodernidad”, in Jose Andrés-Gallego, Jose (dir.), *New History, Nouvelle Histoire: Hacia una Nueva Historia*. Madrid: Editorial Actas.
- RUTHERFORD, Jonathan, 1990 – “Interview with Homi Bhabha”, in Jonathan Rutherford (ed.), *Identity, Community, Culture, Difference*. London: Lawrence & Wishart.
- SOMMER, Doris, 1990 – “Irresistible romance: the foundational fictions of Latin America”, in Homi Bhabha, *Nation and Narration*. London: Routledge.
- VIGNOLI, M.; CAMPI, D., 2017 – “Associativismo e cultura – as práticas de sociabilidade dos imigrantes europeus em Tucumán, Argentina, ao longo dos séculos XIX e XX”, in Lená Medeiros de Menezes; Fernando de Sousa (org.), *Brasil-Portugal. Pontes sobre o Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, p. 279-294.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1991 – *Geopolitics and Geoculture. Essays on the Changing World-system*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZEÁ, Leopoldo, 1976 (1.ª ed. 1965) – *El pensamiento latino-americano*. Barcelona: Editorial Ariel.

As Convenções Consulares entre Portugal e Brasil de 1863 e 1876 – evolução da questão das heranças dos emigrantes

Conceição Meireles Pereira⁹

Introdução

A organização da administração diplomática e consular foi uma das múltiplas áreas de intervenção do Estado liberal que, desde os seus alvares, se apercebeu de tal urgência, buscando aperfeiçoamentos sucessivos ditados pelas necessidades dos tempos e das conjunturas. A este propósito, veja-se a evolução dos regulamentos consulares que, após vários arremedos, sempre considerados insatisfatórios, teve como marco referencial o Regulamento Consular aprovado em 1851 (composto por 8 capítulos e 171 artigos) e, não obstante as alterações que sofreu, vigorou por mais de meio século; só no final de 1903 foi aprovado outro Regulamento Consular, inevitavelmente mais extenso e detalhado (11 capítulos e 311 artigos) a denotar uma maior preocupação com a proteção aos cidadãos e com a arrecadação de espólios (PEREIRA, 2020, p. 110-122).

No Brasil, o percurso manifesta algumas semelhanças com o caso português, sendo promulgados três Regulamentos Consulares – 1834, 1847 e 1872 – com aumento progressivo da extensão dos seus textos: o de 1834 continha 80 artigos, enquanto os seguintes apresentavam 230 e 233, respetivamente, traduzindo um aprimoramento do seu articulado mercê de acrescentos detalhados e modernização por via de eliminação de disposições obsoletas. Após 1889, o regime republicano apressou-se a produzir abundante legislação neste domínio, consagrando, dez anos depois, na viragem do século, a “Convenção Consular”, que compilaria mais de quatro centenas de artigos (CASTRO, 2009).

⁹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Ademais, todas as nações se empenhavam num processo de atualização do seu relacionamento internacional, empreendendo tratados bilaterais de vários tipo (comércio, navegação, amizade, etc.) assim como convenções de diversa índole¹⁰, designadamente consulares. Com efeito, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos reguladores das relações externas, nomeadamente comerciais e de proteção dos seus naturais a residirem no estrangeiro, assistiu-se a um amplo movimento de reforma de antigas convenções consulares e celebração de novas.

Após a Regeneração, e no seguimento do Regulamento Consular de 1851, Portugal assinou nas décadas subsequentes uma série de convenções consulares com diversos países (Suécia-Noruega, França, Itália, Império Austro-Húngaro, Bélgica, República do Peru, Confederação Suíça, entre outros).

Em 1845, Portugal celebrara já uma convenção consular com a vizinha Espanha, mas em 1861 o governo desse país propôs a reforma do seu artigo 3º, relativo às heranças de portugueses a residir em Espanha e de espanhóis com domicílio em Portugal, alegando que o aí disposto “dava lugar a muitos inconvenientes”¹¹. Assim, nova convenção foi assinada entre os dois países em fevereiro de 1870¹², abordando essa matéria em três artigos (19º a 21º) que eram a cópia exata do acordado nesse domínio entre Portugal e a Itália na convenção consular realizada em inícios do ano anterior (artigos 9º a 11º)¹³.

Embora a grande maioria dos estudos consulares versem a vertente comercial¹⁴, é sobre a questão sucessória que este se pretende debruçar, tomando como campo de análise as duas convenções realizadas entre Portugal e o Brasil (1863 e 1876) e a legislação intermédia, tendo como objetivos principais perceber o enfoque dispensado ao assunto, bem como identificar especificidades e evolução que ele sofreu nos dois convénios, pese embora o atrás mencionado Regulamento Consular de 1851, nos seus artigos 26º a 32º, se coloque como o diploma base na época sobre a matéria¹⁵.

¹⁰ Monetárias, postais, telegráficas, propriedade literária, entre outras.

¹¹ *Diário de Lisboa*, n.º 26, 1.2.1863, p. 258.

¹² Texto completo em *Diário de Governo*, n.º 90, 22.4.1871,

¹³ *Diário de Governo*, n.º 115, 24.5.1869.

¹⁴ Como aponta a obra recente BARTOLOMEI, CALAFAT, GRENET, ULBERT, 2017.

¹⁵ Saliente-se a falta de estudos sobre matéria consular de uma forma geral, designadamente em Portugal: “En revanche, rien de comparable n’a été publié pour les Pays-Bas, le Portugal, Venise, le Danemark ou l’Autriche. De même, il n’y a aucune étude monographique qui résumerait l’histoire de l’institution consulaire dans son ensemble” (ULBERT, 2017).

Esta problemática toma como premissa o facto de, na segunda metade do século XIX, os Estados terem acautelado com mais rigor os interesses relacionados com os direitos de sucessão dos seus naturais que falecessem em território estrangeiro, alargando para tal as funções dos funcionários consulares. Com efeito, como explicou Bousquet para a realidade francesa,

les conventions les plus récentes leur confèrent [ao pessoal consular] des attributions importantes en matière d'ouverture de succession d'un de leurs nationaux en France. Ils peuvent faire apposer les scellés, accomplir tous les actes conservatoires et procéder à la liquidation de la succession (BOUSQUET, 1883, p. 96).

1. A Convenção Consular entre Portugal e o Brasil de 1863 – a questão das heranças em um artigo

Esta Convenção Consular foi assinada no Rio de Janeiro em 4 de abril de 1863 pelos representantes plenipotenciários dos dois monarcas: José de Vasconcelos e Sousa, do lado português¹⁶, e o Marquês de Abrantes, ministro dos Negócios Estrangeiros do Império Brasileiro¹⁷, sendo ratificada pelo monarca português em 5 de julho, após aprovação no Parlamento em 19 de junho.

Teria a duração de 10 anos (contados a partir do dia da troca de ratificações que se realizaria na capital do Brasil no prazo máximo de três meses) mas poderia manter-se em vigor por mais tempo, pois se um ano antes do fim desses dois lustros nenhuma das partes notificasse a sua intenção de fazer cessar os seus efeitos, a convenção continuaria a vigorar por mais um ano, e assim sucessivamente, até à expiração de um ano contado a partir do dia em que uma das partes fizesse à outra aquela notificação (artigo 19º). Durou um pouco mais do que o prazo inicialmente estipulado, cerca de 14 anos.

Como a introdução do seu texto deixava bem claro, o objetivo primordial a atingir era o desenvolvimento das relações comerciais, pelo que o meio mais adequado para alcançar tal desiderato consistia na fixação “de

¹⁶ Conselheiro de Estado, grã-cruz da Ordem de Cristo, entre outras, e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

¹⁷ Além de detentor de condecorações de várias ordens honoríficas, era senador do Império e conselheiro de Estado.

uma maneira clara e positiva” dos “recíprocos direitos, privilégios e imunidades dos funcionários consulares, bem como determinar as obrigações a que ficarão adstritos nos dois países”¹⁸.

Dos 19 artigos que constituem o documento, os primeiros estipulavam a admissão dos cônsules gerais, cônsules e vice-cônsules nomeados pelos governos de ambos os países, reservando-se cada uma das partes o direito de excetuar para o futuro as localidades onde não julgasse conveniente o estabelecimento desse pessoal consular; estabeleciam os seus privilégios, isenção de aboletamento e de todas as contribuições diretas (pessoais e de bens móveis ou sumptuários, salvo se se tornassem proprietários ou se exercessem a atividade comercial); asseguravam a sua imunidade pessoal (com exceção de crimes inafiançáveis e em questões relacionadas com a atividade comercial, se a praticassem), não podendo ser intimidados a comparecer perante os tribunais; os seus substitutos (designados pelo titular em caso de impedimento, ausência ou morte) exerceriam interinamente as funções consulares, usufruindo de todos os direitos, privilégios e imunidades inerentes ao cargo; continuavam a ser consideradas como súbditos das suas nações os brasileiros que exercessem tais funções em postos portugueses ou vice-versa; salvaguardavam a inviolabilidade dos arquivos consulares; conferiam ao pessoal consular o direito de “obter pronta justiça” para reclamar sobre qualquer infração cometida contra os tratados ou convenções entre os dois países ou contra qualquer abuso de que se queixassem os seus nacionais.

Os artigos restantes estabeleciam as diversificadas funções do pessoal consular nas situações em que os seus compatriotas se podiam ver envolvidos, desde residentes a marinheiros¹⁹. Entre essas funções, o artigo 13º contemplava as que deviam ser praticadas no caso de morte de um súbdito de uma das duas partes contratantes no território da outra. As autoridades locais competentes deveriam imediatamente noticiar o óbito ao pessoal consular do distrito, ou este às autoridades locais se dele tivessem primeiramente conhecimento. Falecendo um súbdito da sua nação sem deixar herdeiros ou designar testamenteiros, ou cujos herdeiros não fossem conhecidos, estivessem ausentes ou fossem incapazes, o pessoal consular teria de proceder a uma série de atos, em estrita articulação com a autoridade local:

¹⁸ *Diário de Lisboa*, nº 231, 14.10.1863. Nesta edição do diário oficial publicou-se na íntegra o texto da referida convenção, p. 2861-2865.

¹⁹ Naufrágios e avarias de navios mercantes ou de guerra, desordens a bordo e deserções.

- i) Colocar selos em todos os papéis e mobília do falecido;
- ii) Fazer inventário dos bens do falecido;
- iii) Proceder à venda de todos os bens móveis e dos que se pudessem deteriorar; administrar ou liquidar a herança pessoalmente ou por intermédio de um agente por ele nomeado – a autoridade local apenas interviria se um ou mais súbditos do país ou de uma terceira potência tivessem direitos de sucessão, circunstância em que a questão deveria ser levada aos tribunais do país, procedendo então o cônsul como representante da sucessão. Proferido o julgamento, deveria executá-la se não tivesse por conveniente apelar ou se as partes não se acomodassem, continuando depois com pleno direito à liquidação;
- iv) Anunciar a morte do indivíduo num dos jornais do seu distrito e não poderia fazer entrega da herança ou do seu produto aos legítimos herdeiros, ou a seus procuradores, senão depois de pagas todas as dívidas do falecido ou de haver decorrido um ano depois do dia da morte sem que se tenha apresentado reclamação alguma contra a herança;
- v) A administração e liquidação das sucessões dos brasileiros falecidos em Portugal cabia aos cônsules do Brasil quando os herdeiros fossem menores, filhos de brasileiros nascidos em Portugal, e vice-versa.

2. O Acordo de 1867 para a execução do artigo 13º da Convenção Consular de 1863

Embora o texto do artigo 13º fosse razoavelmente claro, pode considerar-se bastante omissivo do ponto de vista dos procedimentos, nomeadamente porque mesclava alguns atos simples com outros de índole judicial, necessariamente complexos e melindrosos, e sobretudo porque implicavam uma colaboração próxima entre os agentes consulares e as autoridades locais.

Com efeito, o seu cumprimento revelou-se difícil e sobretudo gerador de “conflitos de atribuições entre os funcionários consulares de Portugal e as autoridades locais do Brasil”²⁰. Nesta conformidade, quatro anos depois, os dois Estados viram-se obrigados a estabelecer um acordo para regular a

²⁰ O texto do referido acordo encontra-se em *Diário de Lisboa*, n.º 215, 24.9.1867, p. 2855-2856.

execução do referido artigo. O representante português foi José de Vasconcelos e Sousa, que fora o ministro plenipotenciário que negociara a convenção consular em causa, enquanto o Brasil se fez representar por António Coelho de Sá e Albuquerque, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. O texto do acordo resultou bastante extenso, composto por 19 parágrafos, que em seguida se apresentam com o objetivo de demonstrar o nível de pormenor que teve de ser alcançado para pôr termo aos antagonismos criados pelas disposições do polémico artigo 13º.

O § 1º reiterava que no caso de morte de um súbdito português no Brasil as autoridades locais competentes deviam avisar imediatamente os funcionários consulares em cujo distrito ocorresse o óbito, devendo esses funcionários avisar aquelas autoridades se fossem os primeiros a saber do facto. Os dois pontos deste parágrafo detalhavam: 1º) Sempre que o falecimento acontecesse em localidade onde não houvesse funcionário consular da nacionalidade do finado, a autoridade local competente devia participar imediatamente ao governo imperial, por intermédio da presidência da respetiva província, prestando todos os esclarecimentos que tivesse colhido sobre as circunstâncias do óbito, cabendo à presidência da província transmitir nos mesmos termos e sem demora esta participação ao funcionário consular do distrito. No entanto, a autoridade local devia proceder na forma da lei do país à aposição dos selos, ao inventário dos bens e aos atos subsequentes até à chegada do funcionário consular, o qual, depois de verificado o seu direito de intervir, devia prosseguir na liquidação se não estivesse terminada e, em caso contrário, receberia da autoridade local a parte do espólio que restasse da liquidação; 2º) O funcionário consular mandaria publicar num dos jornais do distrito o anúncio do falecimento, com todos os esclarecimentos que pudessem ser úteis aos herdeiros do espólio. Se não houvesse jornal no distrito, o anúncio seria feito por editais afixados nos lugares mais públicos.

Pelo § 2º, a intervenção dos funcionários consulares de Portugal na arrecadação das heranças de seus nacionais falecidos no Brasil, devia observar as regras seguintes: 1º) Quando o súbdito português não tivesse deixado herdeiros de sua nacionalidade, ou quando herdeiros portugueses maiores, presentes e capazes concorressem com herdeiros menores, ausentes ou incapazes, que não fossem portugueses, o funcionário consular não devia intervir; 2º) Quando entre os herdeiros houvesse um ou mais portugueses menores, ausentes ou incapazes, cabia ao funcionário consular a administração exclusiva da herança se não houvesse testamenteiro nem herdeiros de nacionalidade diversa da do finado, entre os quais houvesse viúva ou her-

deiro que pudesse e devesse ficar na posse e cabeça do casal, ou menores ausentes ou incapazes; 3º) Se com um ou mais herdeiros portugueses menores, ausentes ou incapazes houvesse, ao mesmo tempo, quer um testamenteiro, quer herdeiros de diversa nacionalidade da do finado, entre os quais houvesse ou viúva ou herdeiro que pela lei pudesse e devesse ficar na posse e cabeça do casal, ou um ou mais herdeiros menores, ausentes ou incapazes, o funcionário consular português administraria a herança conjuntamente com um dos referidos ou o representante legal dos ditos menores; 4º) Aos herdeiros menores nascidos no Brasil de pais portugueses seria aplicado o estado civil de seu pai até à sua maioridade, em conformidade com a lei de 10 de setembro de 1860, em reciprocidade da faculdade que teriam os funcionários consulares do Brasil em Portugal de administrar e liquidar as heranças de seus nacionais em casos análogos; 5º) Os legatários universais ou por título universal eram equiparados aos herdeiros.

Estabelecia o § 3º que nos casos em que tivesse de intervir exclusivamente, o funcionário consular devia: 1º) Pôr os selos, quer *ex officio* quer a requerimento das partes interessadas, em toda a mobília e papéis do defunto, prevenindo com antecedência a autoridade local competente, que poderia assistir ao ato, e, se julgasse conveniente, cruzar com os seus selos os que tivessem sido postos pelo funcionário consular; 2º) Fazer o inventário de todos os bens e objetos do defunto, em presença da competente autoridade local (se esta comparecesse) e de duas testemunhas idóneas.

O § 4º explicava que o funcionário consular português fixaria, de acordo com a autoridade local, o dia e hora em que devia ter lugar a dupla operação da aposição dos selos (que devia efetuar-se no mais curto prazo) e do inventário; o aviso do funcionário consular à autoridade seria feito por escrito e esta acusaria a receção. Se a autoridade local não comparecesse, apesar de lhe ter sido feito o convite, o funcionário consular procederia sem demora nem segundo aviso a esses atos: 1º) Os selos duplos postos pelo funcionário consular e pela autoridade local só seriam levantados de comum acordo. Todavia, se o funcionário consular deixasse decorrer 15 dias sem chamar a autoridade local para levantar os selos, esta pedir-lhe-ia por escrito que fixasse o dia e hora em que esta operação devia ter lugar e ele devia acusar a receção; se o funcionário consular não respondesse no termo de 8 dias, a autoridade local procederia ao levantamento dos selos e ao inventário. Se tivesse sido fixado de comum acordo o dia e hora para o levantamento dos duplos selos e a autoridade local não comparecesse, o funcionário consular devia marcar o prazo de 8 dias para tal operação e comunicá-lo por escrito à

autoridade local; se esta, tendo recebido o aviso, não comparecesse, o funcionário devia proceder, no oitavo dia sem mais demora, aos referidos atos; 2º) O funcionário consular lavraria os termos dos atos de aposição e levantamento dos selos e do inventário, dos quais devia remeter cópia autenticada no prazo de 4 dias à autoridade local; os termos seriam assinados também pela autoridade local se tivessem sido lavrados na sua presença.

O § 5º determinava que a autoridade local era a única competente para proceder à abertura do testamento, mas deste e do termo de abertura deveria dar traslado autenticado ao funcionário consular no prazo de 4 dias. 1º) Se durante a aposição dos selos ou feitura do inventário, o funcionário consular achasse um testamento, devia descrever a sua forma exterior no termo que lavrasse, rubricá-lo perante as partes interessadas e presentes e dar parte ao juiz territorial competente para que ele o abrisse segundo as formas legais; 2º) Se o testamento estivesse depositado no consulado, o funcionário devia promover a sua abertura pelo juiz territorial; 3º) As questões de validade do testamento eram submetidas aos juízos competentes.

Segundo o § 6º, quando tivesse lugar a nomeação de um tutor ou de um curador, o funcionário consular devia promovê-la pela autoridade local competente, se não estivesse já providenciado.

Nos casos em que ao funcionário consular competia exclusivamente a administração e liquidação das heranças, o § 7º explicava que ele devia: 1º) Arrecadar e conservar em sua guarda todos os bens pertencentes ao espólio, tanto móveis como imóveis (representados pelos respectivos títulos), assim como os semoventes; 2º) Promover em conformidade com as leis e usos do país a venda de todos os bens móveis da herança que fossem de fácil deterioração ou que não se pudessem guardar sem perigo ou grande despesa, bem como das ações de companhias, quando não houvesse no espólio dinheiro para fazer as entradas ou quando corressem risco iminente de depreciação; 3º) Tratar da conservação e melhor aproveitamento dos bens cuja alienação não devesse ser feita ou tivesse de ser demorada no interesse da herança; 4º) Cobrar, quer amigável quer judicialmente, as rendas, aluguéis, dividendos de ações, juros de capitais e quaisquer outros rendimentos e quantias devidas ao espólio, vencidas quer antes quer depois da data do falecimento; 5º) Receber o produto da venda dos bens móveis e imóveis no caso de esta ter sido autorizada pelo juiz; 6º) Liquidar a herança, satisfazendo todos os seus encargos, dívidas e legados, passando quitação aos devedores.

Segundo o § 8º, logo que a herança estivesse liquidada seria dividida entre os herdeiros em conformidade com a partilha determinada pelo juiz

competente, que nomearia, se necessário, peritos para a avaliação dos bens, formação dos quinhões e designação das tornas. 1º) Em caso nenhum o funcionário consular podia ser juiz das contestações relativas aos direitos dos herdeiros, colações à herança, legítima e terça, pois deviam ser submetidas aos tribunais competentes; 2º) O funcionário consular remeteria à autoridade local que tivesse de proceder à partilha uma demonstração completa do líquido da herança acompanhada dos documentos relativos aos atos da sua administração e liquidação. Depois de proferida a sentença de partilha, esses documentos seriam devolvidos pela autoridade local com um traslado da sentença e cálculo da partilha.

O § 9º esclarecia que o funcionário consular não podia fazer a entrega da herança aos legítimos herdeiros ou aos seus procuradores senão depois de pagas todas as dívidas que o defunto tivesse contraído no país ou depois de haver decorrido um ano da data do falecimento sem que tivesse sido apresentada qualquer reclamação. Antes de qualquer distribuição aos herdeiros devia ainda pagar os direitos estabelecidos pelas leis do país sobre a transmissão das heranças.

Como acordava o § 10º, nos casos em que a administração e liquidação tivessem sido feitas em comum, pelo funcionário consular e a viúva ou cabeça do casal ou testamenteiro ou representante legal dos menores ausentes ou incapazes, todos os atos de aposição de selos, inventário, administração e liquidação deveriam também ser feitos em comum, procedendo como dois liquidadores encarregados da liquidação da mesma sociedade; nenhuma desobriga seria válida se não tivesse duas assinaturas.

Caso sobreviesse alguma questão, quer entre os co-herdeiros quer entre os herdeiros e terceiros que se julgassem com direito contra a herança, deveria ser devolvida aos tribunais competentes, figurando o funcionário consular, nos casos em que administrasse sozinho, como representante da herança. Proferido o julgamento, o funcionário consular devia executá-lo, se não achasse conveniente apelar ou se as partes não se tivessem acomodado amigavelmente, prosseguindo depois a liquidação que tinha sido suspensa enquanto se aguardava a decisão do tribunal (§ 11º).

Pelo § 12º aclarava-se que, se à época do falecimento os bens ou parte dos bens de uma herança, cuja administração e liquidação pertencessem ao funcionário consular, se achassem embargados, penhorados ou sequestrados, ele não podia tomar posse dos ditos bens antes do levantamento dessas limitações. O funcionário teria então o direito de ser ouvido, de velar conjuntamente com o tutor ou curador na observância das formalidades legais

e, se a execução se efetuasse, receberia o remanescente do produto da venda. Se durante a liquidação feita pelo funcionário sobreviesse um embargo, penhora ou sequestro dos bens ou parte dos bens da herança ele seria nomeado guarda ou depositário dos bens embargados, penhorados ou sequestrados.

Nos casos em que o funcionário consular recebia a faculdade de intervir na herança de seus compatriotas, o § 13º esclarecia que ele não podia pôr selos nem inventariar declarados falidos. A administração e liquidação desses bens seriam feitas conforme as leis especiais do país.

Ainda nos casos em que o funcionário consular podia intervir nas heranças dos seus nacionais, o § 14º determinava que não poderia pôr selos, inventariar, administrar ou liquidar os bens pertencentes a uma sociedade comercial. Era obrigado a conformar-se com as disposições especiais estipuladas no contrato de sociedade e com as regras estabelecidas pela lei comercial do país. Se a sociedade continuasse depois da morte do sócio, o funcionário consular receberia para os herdeiros as partes dos lucros que lhes coubessem; se a sociedade fosse dissolvida por morte do dito sócio, o funcionário deixaria liquidar a sociedade por quem competisse e receberia somente a parte líquida que pertencesse à herança. Ficava entendido que nos casos previstos por este parágrafo e pelos dois precedentes, o funcionário consular tinha sempre o direito de velar a bem dos menores ausentes ou incapazes.

Estipulava o § 15º que a superveniência de herdeiros maiores e capazes durante a liquidação começada pelo funcionário consular não fazia cessar os seus poderes senão quando não houvesse mais um só incapaz ou ausente entre os herdeiros por cujo interesse ele intervinha; se todos os herdeiros se tornassem maiores e capazes antes de finda a liquidação, e se eles se apresentarem todos quer em pessoa quer por procuradores, seria o funcionário consular obrigado a entregar-lhes toda a liquidação.

O § 16º elucidava que se a herança de um súbdito português falecido no Brasil *ab intestato* se tornasse vaga, isto é, se não houvesse nem cônjuge sobrevivente nem herdeiro em grau sucessível, essa herança deveria ser devolvida à fazenda pública do Brasil. Depois da aposição dos selos, o juiz territorial exigiria do funcionário consular, em nome do Estado, o inventário dos bens do defunto. Teriam de ser publicados três anúncios consecutivamente, por diligência do juiz territorial, de 3 em 3 meses, nos jornais do lugar em que a sucessão fosse aberta e nos da capital. Estes anúncios deviam conter o nome e apelido do falecido, o lugar e data do seu nascimento (se fossem conhecidos), bem como a sua profissão e data e lugar

do passamento. O magistrado tinha ainda de diligenciar, por intermédio do Consulado do Brasil em Lisboa, a publicação de anúncios semelhantes nos jornais da cidade mais próxima do lugar de nascimento do defunto. O funcionário consular procederia à administração e liquidação da herança, segundo as regras estabelecidas neste acordo. Se decorridos dois anos a contar do falecimento não se tivesse apresentado cônjuge sobrevivente ou herdeiro, tanto pessoalmente como por procurador, o juiz territorial proferiria por sentença (que era intimada ao funcionário consular) a ordenação da entrega da herança ao Estado. O funcionário consular entregaria à fazenda pública todos os objetos e valores provenientes da herança, bem como todos os documentos relativos à administração e às contas da mesma. A administração da fazenda pública tomava então posse da herança, ficando obrigada a prestar contas aos herdeiros ou cônjuges que aparecessem em conformidade com a lei do país.

O § 17º previa que os cônsules-gerais, cônsules e vice-cônsules podiam nos casos de intervenção exclusiva ou conjunta delegar todas ou parte das suas atribuições de administração e de liquidação, mas os agentes ou delegados que nomeassem para representá-los não gozariam de nenhum dos privilégios nem das imunidades concedidas aos funcionários consulares pela convenção de 1863.

Explicava o § 18º que os herdeiros, se fossem todos maiores, presentes e da nacionalidade do finado, poderiam de comum acordo encarregar o funcionário consular da sua nação de administrar, liquidar e partilhar os bens da herança, mas se esta compreendesse imóveis situados no país devia ser chamado um tabelião ou escrivão do lugar para assistir ao ato de partilha amigável e assiná-lo com o funcionário consular, sob pena de nulidade. O funcionário consular teria ainda o direito de receber na sua chancelaria, a requerimento de todas as partes interessadas, qualquer ato de partilha amigável de herança de seus nacionais entre herdeiros todos maiores, presentes e capazes, embora entre eles houvesse súbditos do país de sua residência, desde que os bens da herança estivessem situados no território da sua nação. Os traslados destes atos de partilha, devidamente legalizados pelo funcionário consular e selados pelo consulado, fariam fé em juízo perante todos os tribunais, juízos e autoridades de Portugal e do Brasil, e teriam respetivamente a mesma força e valor que teriam se fossem passados por tabelião e outros escrivães competentes do país, contanto que esses atos fossem lavrados conforme as leis do Estado a que o funcionário consular pertencesse e fossem previamente submetidos às formalidades de selo, registo e insi-

nuação e a quaisquer outras que regessem a matéria no país em que o ato da partilha fosse executado.

Quanto ao § 19º e último, exarava que tudo quanto nos parágrafos antecedentes deste acordo ficava estipulado para o caso de falecimento de um súbdito português no Brasil teria recíproca aplicação ao caso do falecimento de súbdito brasileiro em Portugal.

Como se constata, este acordo visava aclarar os procedimentos em matéria de arrecadação, liquidação e administração das heranças dos portugueses falecidos no Brasil, definindo as competências que cabiam ao pessoal consular português nesse país e as que eram atribuídas às autoridades locais. No entanto, verifica-se também que os procedimentos a que ficavam obrigados os funcionários consulares portugueses nesse domínio revestiam-se de grande complexidade, pelo que é lícito questionar o seu total entendimento bem como o seu correto cumprimento, até porque os recursos humanos não eram abundantes nos postos consulares, a burocracia exigida era considerável e o número de situações desta natureza aumentava progressivamente, tendo em conta os crescentes quantitativos de emigrantes portugueses no Brasil. Terá o acordo contribuído para a diminuição dos atritos entre as autoridades locais brasileiras e o pessoal consular português? Constituiu-se como um instrumento facilitador das tarefas atribuídas aos funcionários consulares nacionais na matéria em causa?

3. A circular com instruções para os cônsules de Portugal no Brasil sobre arrecadação, liquidação e administração das heranças dos portugueses falecidos nesse país (1869)

Mais de dois anos volvidos sobre a assinatura do acordo de 23 de maio de 1867, abordado no ponto anterior, foi publicado em 9 de setembro de 1869 um decreto que, tendo em conta o relatório de Mendes Leal, ministro dos Negócios Estrangeiros, determinava em cinco artigos a criação em cada consulado do Brasil de uma comissão consultiva (composta de três vogais, provenientes da classe comercial, propostos bienalmente pelo ministro de Portugal na corte do Rio de Janeiro e confirmados pelo governo) para auxiliar os cônsules no desempenho dos seus deveres no tocante à arrecadação, administração e liquidação das heranças; idêntica comissão (cujos três membros eram propostos pelos cônsules e nomeados pelo ministro de Portugal no Brasil) passaria a funcionar junto de cada vice-consulado; as pri-

meiras comissões consultivas dos consulados seriam diretamente nomeadas pelo referido ministro e ao governo cabia determinar, através de instruções especiais aos cônsules, os casos em que eles deviam consultar a comissão e com ela roborar os respectivos atos²¹.

Definitivamente, a execução do artigo 13º perseverava de difícil cumprimento, ao ponto de se revelarem necessárias comissões consultivas para auxiliarem nas tarefas e resoluções do pessoal consular.

Na circular emitida por Mendes Leal na mesma data assumia-se que pelo acordo de 1867 haviam sido “satisfatoriamente resolvidas as dificuldades que suscitara a execução do artigo 13º”, ou seja, as esferas de atuação das autoridades locais brasileiras e do pessoal consular português tinham ficado “claramente definidas”²². Ainda assim, esta circular continha instruções para os cônsules no Brasil sobre o processo de arrecadação, liquidação e administração das heranças dos portugueses falecidos nesse país, pois quando não deixavam “herdeiros presentes e maiores, ou cujos herdeiros forem ausentes, menores ou incapazes, estão envolvidos interesses transcendentais e sacratíssimos direitos que impõem ao governo o dever impreterível do máximo desvelo”. Ao realçar as duas modalidades de intervenção do pessoal consular – exclusiva (quando os herdeiros menores, ausentes e incapazes eram todos portugueses) e mista (quando esses herdeiros eram de nacionalidade brasileira, tendo esses funcionários de intervir com o cabeça de casal, testamenteiro ou viúva) – a circular recomendava “o mais constante espírito de conciliação”, isto é, a harmonia com as autoridades e particulares do Brasil devia prevalecer a todo o custo.

Embora grande parte das diretrizes exaradas neste diploma não constituíssem novidade, haja em vista o claramente disposto no citado acordo, algumas acrescentavam ou esmiuçavam os procedimentos que se prendiam sobretudo com a guarda de títulos e do dinheiro arrecadado.

O acordo de 1867 tinha já previsto a venda das ações de companhias, quando não houvesse no espólio dinheiro para fazer as entradas ou quando corressem risco iminente de desvalorização; esta circular esclarecia que os títulos de dívida do Império e os bens de raiz só podiam ser vendidos quando o seu preço fosse indispensável para pagamento a credores legalmente habilitados, quando a sua conservação fosse excessivamente dispendiosa ou se da demora na venda pudesse resultar a sua depreciação.

²¹ *Diário de Governo*, n.º 214, 21.9.1869, p. 1151

²² *Diário de Governo*, n.º 214, 21.9.1869, p. 1151-1152.

As quantias de dinheiro que fossem encontradas em casa do finado ou provenientes da venda dos bens pertencentes à herança, do seu rendimento ou da cobrança de dívidas deviam ser depositadas numa conta-corrente de um banco aprovado pelo governo brasileiro, assim como deviam ser depositadas as somas que fossem remetidas pelos vice-cônsules ou agentes consulares aos cônsules, e por estes ao Consulado-geral do Rio de Janeiro. Neste, quando os depósitos excedessem 40 mil réis, a quantia remanescente devia ser convertida em bilhetes do tesouro brasileiro. Quando os depósitos ultrapassassem 20 mil réis nos consulados de Pernambuco e Baía e 10 mil nos restantes consulados, as quantias deviam ser remetidas ao Consulado-geral do Rio de Janeiro. Os pagamentos continuavam a ser efetuados nos consulados onde os espólios fossem arrecadados, mas se as partes interessadas o preferissem, podiam ser recebidos no Consulado-geral.

O movimento de fundos entre o cônsul-geral e os outros funcionários consulares era feito através de saques do tesouro público ou das tesourarias gerais, mas na falta deste expediente fazia-se por meio de remessas em dinheiro ou por meio de saques dos funcionários sobre o Consulado-geral, ou vice-versa, se tal conviesse aos interessados. Cada consulado teria um cofre especial e dois claviculários: o cônsul e um dos membros da comissão consultiva. Este cofre devia ser depositado no banco onde o cônsul tivesse conta-corrente e nele seriam recolhidos os bilhetes do tesouro, títulos de valores, pedras preciosas ou joias pertencentes aos espólios, bem como os papéis particulares de família.

O funcionário consular devia dar conhecimento à comissão consultiva de todos os pagamentos que efetuasse por conta dos espólios, mas o modo de executar esta disposição seria combinado entre eles, dando-se conhecimento à legação antes de ser posto em prática. Era expressamente proibido aos funcionários consulares, sob pena de imediata demissão, levantar qualquer quantia depositada sem que os cheques sacados fossem autenticados por um dos membros da referida comissão. Complementarmente, eram obrigados a consultar a comissão quando tivessem de: vender bens móveis ou imóveis cujo valor excedesse mil réis; fazer despesas relacionadas com a administração dos espólios; intentar ações ou transigir sobre as ações intentadas; resolver questões importantes e duvidosas em que fossem interessados os herdeiros que representassem. Por sua vez, das resoluções da comissão deviam lavrar-se atas registadas num livro exclusivo para esse efeito.

Os funcionários consulares deviam abrir uma conta-corrente para cada espólio que arrecadassem, lançando aí todas as quantias recebidas e gastas.

Deviam presidir pessoalmente, ou representados por pessoa da sua confiança, às vendas feitas em leilão. O auto podia ser lavrado pelo leiloeiro mas devia ser sempre autenticado pelo funcionário consular ou pelo seu representante, assim como o pagamento dos bens vendidos devia ser feito pelo comprador ao funcionário consular ou ao seu representante. O funcionário consular seria responsável se da negligência na venda dos objetos resultassem prejuízos. A unidade monetária a que estas instruções se referiam era a do Império do Brasil.

Não obstante a minúcia dos textos regulamentares, esta circular previa que quaisquer casos omissos e dúvidas suscitados na execução das instruções deviam ser lavados ao conhecimento da legação, que resolveria como fosse mais oportuno, conveniente e justo. Mais, terminava com um aviso aos funcionários consulares, recomendando “o cumprimento estrito das presentes instruções, na certeza de que o governo de Sua Majestade não pode desculpar a mínima negligência nesta parte essencialíssima do serviço”²³.

4. A Convenção Consular entre Portugal e Brasil de 1876 – significados e consequências

Igualmente produzida no reinado de D. Luís, a Convenção Consular entre Portugal e Brasil de 1876 foi também concluída no Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro²⁴, tendo como plenipotenciário do rei de Portugal Matias de Carvalho e Vasconcelos²⁵ e, do imperador do Brasil, João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe²⁶. Tinha duração prevista de 5 anos, continuando em vigor se 12 meses antes de findar o prazo nenhuma das partes notificasse à outra a intenção de fazê-la cessar.

Em termos gerais, pode indagar-se o que muda entre as duas convenções. A primeira e muito visível diferença reside no número de artigos, que quase duplica, fixando-se em 36. Há ainda mudanças na ordenação de alguns tópicos e no desenvolvimento de outros. Todavia, há um assunto que nitidamente sobressai pela extensão e detalhe que lhe são conferidos: a

²³ *Diário de Governo*, n.º 214, 21.9.1869, p. 1152.

²⁴ Com carta de ratificação do monarca português de 28 de abril desse ano. Documento publicado na íntegra no *Diário de Governo*, n.º 125, 5.6.1876, p. 1069-1071.

²⁵ Conselheiro de Estado, ministro e secretário de Estado honorário, condecorado com ordens honoríficas de Portugal, Brasil e Bélgica.

²⁶ Ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, senador do Império, conselheiro do imperador, condecorado com ordens honoríficas do Brasil, Portugal, Espanha e Bélgica.

questão das heranças dos cidadãos de uma das partes contratantes falecidos no território da outra. É esta temática que explica o diferencial numérico de artigos entre ambas: enquanto na convenção de 1863 a questão é tratada exclusivamente no artigo 13º, com vários pontos embora, como atrás se viu, na de 1876 o tema espraia-se entre os artigos 15º e 32º, ou seja, em dezoito artigos. Traz esta convenção algo de novo em tal matéria exarada ao longo de metade dos artigos que a compõem?

Na verdade, não contém qualquer novidade, pois esses artigos são praticamente o decalque dos que compunham o acordo de 1867 para a execução do artigo 13º da convenção consular anterior. Isto é, entendeu-se que o texto desse acordo devia ser integrado numa nova convenção, eventualmente para garantir o seu melhor e mais cabal cumprimento. Não obstante tratar-se da cópia dos artigos do referido acordo, denota-se uma redação mais ágil e uma ordenação mais racional com vista a alcançar maior clareza no seu articulado, além de pequeníssimas alterações de alguns procedimentos. A ilustrar esta última situação, por exemplo, a convenção já não previa a obrigação do funcionário consular mandar anunciar pelos jornais do distrito ou por editais públicos o falecimento, mas atribuía aos funcionários consulares do país do falecido o exercício de todos os atos necessários para a arrecadação, guarda, conservação, administração e liquidação da herança no caso de os herdeiros serem desconhecidos ou quando o executor nomeado em testamento estivesse ausente ou não aceitasse o encargo.

Por sua vez, o § 17º do acordo tinha previsto que os cônsules-gerais, cônsules e vice-cônsules podiam delegar todas ou parte das atribuições que lhes competiam em matéria de administração e liquidação de heranças, enquanto a convenção alargava essa possibilidade de delegação a todas as atribuições (artigo 33º), mantendo embora a condição de que os agentes ou delegados nomeados para representá-los não gozariam de nenhum dos privilégios nem das imunidades concedidas aos funcionários consulares.

Finalmente, o § 19º e último do acordo estipulava que tudo quanto aí se determinava para o caso de falecimento de um súbdito português no Brasil teria recíproca aplicação ao caso do falecimento de súbdito brasileiro em Portugal, enquanto o texto da convenção integrava esta reciprocidade ao longo dos vários artigos, o que era comum na redação de diplomas desta natureza.

Pelo exposto, constata-se que a questão de execução das heranças pelo pessoal consular, estando já presente num artigo da Convenção entre Portugal e o Brasil de 1863, necessitou de ser revista quatro anos depois num acor-

do estabelecido entre os dois países em virtude das dificuldades processuais com que se deparou, suscitou ainda a promulgação de um decreto e a publicação de uma circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros português e veio a ocupar grande parte do texto da nova convenção que as duas nações celebraram em 1876. Esta detalhava as atribuições dos funcionários consulares envolvidos nessas operações de forma bem mais minuciosa do que as convenções que Portugal assinou com a Itália e a Espanha (1869 e 1870), apesar das grandes responsabilidades conferidas ao pessoal dos consulados nesse domínio constituírem um denominador comum.

A evolução e especificidade da questão entre o Brasil e Portugal explica-se pela escala, isto é, pelo aumento notório da emigração portuguesa rumo a esse país a partir de meados de Oitocentos, engrossando ano após ano os quantitativos de portugueses residentes nesse país, maioritariamente homens solteiros, sendo frequente entre os casados não emigrarem acompanhados de suas mulheres e filhos. Apesar da diversidade de cenários entre a comunidade lusa no Brasil, a prática de fazer testamento estava longe de ser dominante, pelo que a maioria dos indivíduos morria *ab intestato*. A confirmar este panorama, veja-se, a título de exemplo, o quadro elaborado pelo Consulado-geral de Portugal no Rio de Janeiro, intitulado “Arrecadações conforme a Convenção Consular de 1876. Mapa do movimento dos espólios no mês abaixo designado do ano de 1878”, que reporta 56 óbitos de cidadãos nacionais, todos do género masculino, deixando espólios de montantes diversos mas na totalidade falecidos na situação *ab intestato*, e em que os primeiros atos de intervenção dos funcionários consulares tinham ocorrido entre agosto de 1876 e agosto de 1878²⁷, justamente a comprovar o cumprimento das disposições da nova convenção consular²⁸.

É consabida a relação de existência de testamento com níveis mais elevados de riqueza e bem conhecidos os testamentos dos “brasileiros de torna-viagem”, a beneficiar predominantemente instituições e particulares portugueses. No entanto, muitos dos óbitos dos nacionais residentes no Brasil que deixavam bens móveis e/ou imóveis revestiam-se de aspetos complexos no tocante à sucessão, matéria a que a historiografia sobre emigração tem muito escassamente atendido.

²⁷ *Diário do Governo*, n.º 275, 3.12.1879, p. 2817.

²⁸ Estes mapas de arrecadações feitos pelos vários consulados de Portugal no Brasil tornam-se bastante frequentes no *Diário do Governo* a partir de então (embora alguns contando data errada da convenção), informando também recorrentemente sobre outro dado: “herdeiros ausentes”.

Na realidade, tais espólios podiam não transitar para a posse dos herdeiros, portugueses na esmagadora maioria dos casos; podiam ser desviados por indivíduos conhecidos do falecido, pela máquina consular e judicial brasileira e inclusivamente pelo próprio pessoal consular português. Recorde-se o escândalo ocorrido em 1861, no Consulado-geral de Portugal no Rio de Janeiro, em torno da prestigiada figura do seu cônsul, o barão de Moreira, acusado de, com a conivência do seu vice-cônsul, ter não só participado em esquemas de trabalho forçado de súbditos portugueses mas também de se ter apropriado de pecúlios destes após a sua morte (PAULINO, 2005).

Por outro lado, as situações laborais de muitos emigrantes portugueses revestiam-se de aspetos que escapavam à possibilidade de intervenção legal; não era invulgar, por exemplo, partilharem negócios com um ou mais sócios (portugueses ou brasileiros) e nem sempre a posse dos bens e respetivas quotas-partes estavam corretamente documentadas, podendo ser facilmente manipuladas na altura do falecimento.

A literatura tem já vincados os tipos característicos do “brasileiro de torna-viagem” e do emigrante sem sucesso que viveu e morreu na penúria, mas o dos herdeiros desapossados configura uma situação bem mais nebulosa e certamente também numerosa. Dado o emaranhado jurídico e processual neste domínio, a convenção de 1876 pretendeu consignar os procedimentos consulares, pese embora a promulgação sucessiva de legislação permita intuir incumprimentos reiterados, independentemente das suas causas.

Não surpreende, pois, a intensa produção, a partir de 1876, de relatórios, avisos, editais, etc., provenientes da Direção dos Consulados e dos Negócios Comerciais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, fazendo sempre menção à convenção desse ano, como marco referencial de boas práticas nesse domínio. Exemplos como o seguinte tornaram-se recorrentes na imprensa e no diário oficial:

Tendo falecido na freguesia do Porto das Caixas, no império do Brasil, o súbdito português António Ferreira Mourão, solteiro, sem testamento e sem herdeiros sucessíveis, o qual era comerciante naquela localidade e fazia parte da firma social de Matos & Mourão, foram, em conformidade com o artigo 32.º da Convenção Consular em vigor entre Portugal e aquele império, chamados por edital do juízo territorial competente, datado de 10 de novembro último, os interessados à he-

rança do falecido para no prazo de três meses, a contar daquela data, comparecerem naquele juízo.

O que se publica para conhecimento dos interessados²⁹.

Também os mapas obituários dos súbditos portugueses falecidos no Brasil e publicados no *Diário do Governo* após 1876 passaram a ter informações pormenorizadas, em conformidade com as disposições da referida convenção. As notas aí contidas especificavam, entre outros aspetos, a existência ou não de espólio, a natureza deste, a existência de herdeiros e seu grau de parentesco. Exemplificativamente, vejam-se as “Observações” contidas no “Mapa obituário dos súbditos portugueses falecidos no distrito consular em Pernambuco durante os meses de agosto e setembro de 1879”:

- (a) Não deixou espólio em cuja arrecadação o consulado interviesse.
- (b) Tem viúva presente e filhos de maior idade.
- (c) Deixou espólio constante de um estabelecimento comercial que se está liquidando, por uma administração nomeada pelos credores do mesmo espólio, sobre a fiscalização deste consulado.
- (d) Deixou um espólio constante de cavalos para círculo equestre, e mais objetos próprios de circo.
- (e) Deixou espólio a arrecadar, pendente em juízo, questão sobre a competência do consulado para fazer o inventário, por existir presente um co-herdeiro de menor idade, nascido no Brasil, de pai português. O consulado pugna pela observância do que foi estipulado no artigo 18.º da Convenção Consular entre Portugal e Brasil, com referência ao estado civil dos filhos de portugueses nascidos no Brasil enquanto são de menor idade³⁰.

Conclusão

Prevenir situações que anteriormente se haviam revelado irresolúveis e proteger os interesses dos nacionais em matéria de sucessão dos seus bens, observando uma dimensão moral e judicial conexas aos direitos dos herdeiros, terão sido os objetivos fundamentais do processo percorrido entre as convenções consulares entre o Brasil e Portugal de 1863 e 1876, a traduzir hodiernas

²⁹ *Diário do Governo*, n.ºs 5 e 6, 8 e 9.12.1879, p. 35 e 37, respetivamente.

³⁰ *Diário do Governo*, n.º 275, 3.12.1879, p. 2817.

preocupações com as múltiplas implicações do crescente fenómeno de migração. A variedade de tarefas adstritas ao pessoal consular, que no século XIX ganhou ênfase nas vertentes marítima, comercial e judicial, demonstrava que a instituição consular acompanhou a evolução das necessidades de comércio, assim como a mobilidade dos indivíduos e residência em países estrangeiros (LEE, QUIGLEY, 2008). Os princípios estabelecidos na obra fundacional de Emer de Vattel, *O Direito das Gentes* (1758), abriu o caminho para a noção de proteção dos nacionais em territórios diversos do seu como uma função do Estado, incentivando o culto de relações mútuas entre as nações (BUENO, FREIRE, OLIVEIRA, 2017) mas obviamente quaisquer convénios internacionais teriam de favorecer os próprios Estados participantes. O aperfeiçoamento da instituição consular no século XIX – face à conjuntura da modernidade do Estado-nação – insere-se no incremento das relações externas e cooperação na ótica da defesa recíproca dos interesses nacionais.

As convenções consulares entre Portugal e o Brasil de 1863 e 1876 revelam um percurso difícil no estabelecimento de procedimentos gerais do pessoal consular e muito particularmente no que à administração e execução das heranças dizia respeito. Se a primeira visou esclarecer os mútuos “direitos, privilégios e imunidades dos funcionários consulares”, a segunda sublinhou a “necessidade de se determinarem e fixarem de uma maneira clara e precisa” as “atribuições, prerrogativas e imunidades de que deverão gozar os agentes consulares, em cada um dos dois países, no exercício de suas funções”.

Intermediaram esta duas convenções um pacificador acordo bilateral (1867) que objetivava definir as áreas de intervenção do pessoal consular português e as autoridades locais brasileiras no tocante à arrecadação, administração e execução de heranças de portugueses falecidos no Brasil, uma vez que o artigo 13º da convenção de 1863 dera azo a conflitos entre eles, e, dois anos depois, uma circular interna de instruções sobre a atuação e procedimentos pelas quais se devia reger nessa matéria o pessoal consular português – agora amparado por comissões consultivas, cuja criação só se compreende pela complexidade e responsabilidade das funções do pessoal – que recomendava espírito conciliador e observância fiel das suas diretrizes, já que não se poderia tolerar a mínima negligência nessa área específica, considerada “essencialíssima” do serviço consular.

A convenção de 1876 duplicou a sua extensão porque incorporou no seu texto as deliberações do acordo de 1867, ficando assim dominada pela temática dos deveres dos funcionários consulares face às heranças dos cida-

dãos de uma das partes contratantes falecidos no território da outra, a provar que tal matéria justificava a ratificação de uma nova convenção entre os dois países. Portugal assistia então a uma massiva emigração para o Brasil, que aliás equilibrava a sua balança financeira, enquanto o Brasil prosseguia a sua política de atração de imigração, sobretudo europeia. Os direitos dos cidadãos eram assim protegidos, ao mesmo tempo que se acautelavam os interesses das nações.

Fontes e Bibliografia

Fontes

BOUSQUET, G., 1883 – *Agents Diplomatiques et Consulaires*. Paris: Société d’Imprimerie et Librairie Administratives.

Diário de Lisboa. Lisboa, 1863-1867.

Diário do Governo. Lisboa, 1869-1880.

Bibliografia

BARTOLOMEI, Arnaud; CALAFAT, Guillaume; GRENET, Mathieu; ULBERT, Jörg (dir.), 2017 – *De l’utilité commerciale des consuls. L’institution consulaire et les marchands dans le monde méditerranéen (XVII^e-XX^e siècle)*. Roma: Publications de l’École Française de Rome. Disponível em: <https://books.openedition.org/efr/3253>.

BUENO, Elen de Paula; FREIRE, Marina; OLIVEIRA, Victor Arruda Pereira de, 2017 – As origens históricas da diplomacia e a evolução do conceito de proteção diplomática dos nacionais. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, vol. 17, p. 623-649. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1870465417300454>.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira, 2009 – *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*, vol. I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

LEE, Luke T.; QUIGLEY, Jonh B., 2008 – *Consular Law and Practice*, 3.^a edição. Oxford: Oxford University Press.

PAULINO, Gracinda Freire Proença, 2005 – *Rotina e percalços no Consulado Geral de Portugal: Rio de Janeiro (1840-1899)*. Porto: Universidade do Porto.

PEREIRA, Conceição Meireles, 2020 – “O Serviço Consular português da Regeneração ao fim da Monarquia – um estudo através do *Diário do Governo*”, in *Os Jornais Oficiais em Portugal e no Mundo. Da História Impressa à Memória Digital*. Porto: CEPESE, p. 110-122.

ULBERT, Jörg, 2017 – “Introduction”, in Arnaud Bartolomei; Guillaume Calafat; Mathieu Grenet; Jörg Ulbert (dir.), *De l’utilité commerciale des consuls. L’institution consulaire et les marchands dans le monde méditerranéen (XVII^e-XX^e siècle)*. Roma: Publications de l’École Française de Rome. Disponível em: <https://books.openedition.org/pur/7758>.

O reconhecimento da Coroa aos emigrantes portugueses no Brasil – a atribuição das ordens honoríficas (1864-1889)

*Isilda Monteiro*³¹

Introdução

A emigração portuguesa para o Brasil foi vista, na segunda metade do século XIX, pelas elites políticas e culturais em Portugal como um fenómeno isolado, “expressão sintomática de uma vivência patológica da sociedade portuguesa, a que o sentimento de decadência nacional, prevalecente nos finais da centúria, viria a emprestar ainda maior consistência” (MAIA, 2009, p. 163). Ou seja, a construção da emigração como um problema, que Victor Pereira (2014, p. 33-36) refere relativamente à emigração portuguesa para países europeus durante o Estado Novo, começou a fazer-se bem cedo, no início da segunda metade do século XIX, quando o Brasil era o destino preferencial dos portugueses que buscavam fora do País as condições de vida que não encontravam em Portugal.

Pelo menos até à 2.^a Guerra Mundial, na análise do fenómeno migratório, o discurso oficial português acentuou a noção de decadência. Um discurso centrado na imagem do emigrante como um homem pobre, rústico e analfabeto que, na sua ignorância, se tornava presa fácil de engajadores sem escrúpulos, conduzindo-os a um futuro incerto em terras brasileiras, e na de uma emigração que empobrecia o País.

Foram poucos os que assumiram um discurso contrário, defendendo as vantagens que a emigração e os emigrantes traziam ao País, viessem eles a configurar ou não o estereótipo do “brasileiro” de torna-viagem. Eça de Queirós em 1874, na sua qualidade de diplomata, assumiu uma defesa clara da emigração, ressaltando os aspetos positivos que trazia ao País. No relatório que então apresentou, faz o historial da emigração em contexto europeu, refletindo sobre as causas e qual deveria ser o papel do Estado, terminando com uma análise sobre as vantagens gerais da emigração, classificando-a como

³¹ ESE de Paula Frassinetti / CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

“força civilizadora” (apud MAIA, MONTEIRO, 2015, p. 125). Por sua vez, em 1887, perante a Câmara de Deputados, um dos palcos principais das críticas à emigração portuguesa, Oliveira Martins sublinhou a importância das remessas dos emigrantes portugueses no Brasil, para resolver o déficit nacional (apud MAIA, MONTEIRO, 2015, p. 125).

Estas posições não conseguiram sobrepor-se à visão negativa da emigração portuguesa, construída a partir da percepção das elites, que temiam ver perturbados os seus interesses, sustentados em modos tradicionais de organização social e económica. A emigração era apontada como a responsável pela falta de mão de obra nos campos e cidades do País, e, dessa forma, por fazer aumentar os salários, ao mesmo tempo que expunha além-fronteiras a miséria de uma parte significativa da população. As mesmas elites que, perante os emigrantes de sucesso que regressavam à sua terra natal ou que na medida das dinâmicas dos seus negócios e dos seus interesses, circulavam entre o Portugal e o Brasil, sentiam-se também ameaçadas pela capacidade empreendedora destes homens com experiência, conhecimento e riqueza adquiridos em outras paragens.

Por sua vez, a leitura dos jornais então publicados no Norte de Portugal permite perceber que, ao nível local e regional, existem outras leituras mais favoráveis da realidade emigratória (MONTEIRO, 2009). A par do discurso “oficial”, produzido nos principais palcos do poder político da capital, emerge um outro, mais próximo do quotidiano das localidades nortenhas. Afastado da visão negativa da emigração centrada no despovoamento, na deslocalização de riqueza e de mão-de-obra, na miséria e na fragilidade nacional de um país que deixava partir os seus filhos, este discurso revela uma outra perspectiva, a de uma população que vê refletida no seu dia a dia, na melhoria das suas condições de vida, o sucesso das expectativas colocadas na emigração para o Brasil (MAIA, MONTEIRO, 2015, p.121). As remessas enviadas pelos emigrantes no outro lado do Oceano permitiam às suas famílias em Portugal uma vivência mais desafogada, que se refletia de forma evidente nos campos do interior do país.

Alguns estudos publicados ainda no final do século XX, numa linha de investigação que continuou nos anos seguintes, realçaram o papel desempenhado no desenvolvimento económico português pelos emigrantes portugueses que viram concretizadas no Brasil as suas expectativas de vida (por exemplo, BAGANHA, 1994; ALVES, 1994). Expectativas diferentes como diferentes eram as suas proveniências sociais e culturais. Na verdade, a emigração portuguesa para o Brasil não cabe na visão estreita que empiricamente sobre ela

se construiu – a do emigrante português, homem ou mulher, jovem ou velho, “rude, pobre e analfabeto, que, enganado pelos empregadores, um dia desejou ser rico, atravessou o Oceano, onde veio a morrer, longe da sua terra natal, mais miserável e infeliz do que quando partira” (MONTEIRO, 2010, p. 169).

Tal como já tivemos oportunidade de dizer em anteriores trabalhos, a leitura atenta da imprensa periódica e o levantamento dos registos de passaportes, documento de que o emigrante se deveria munir para partir legalmente, fazem perceber que a par desse tipo de emigrante – certamente a maioria – havia, também, um outro – o daquele que partia com a mesma ou maior ambição para o Brasil, nos mesmos paquetes, mas que, contrariamente ao anterior, tinha património próprio, formação e uma bem montada rede de familiares e amigos a quem recorrer, num e noutro país. “Enquanto dos mais pobres, apetrechados apenas da ‘sciencia de empunhar a enxada’ (RIBEIRO, 1913, p. 1), pouco mais há a esperar do que o trabalho duro e a morte inglória longe da terra natal, em torno dos mais favorecidos criam-se grandes expectativas” (MONTEIRO, 2009, p. 169), não só sobre a possibilidade da sua notoriedade no Brasil e envio das remessas em dinheiro, graças a uma vida de trabalho intenso e sério que constantemente se sublinha, como na do retorno produtivo ao país de onde partiram

Se em Portugal as razões para partir parecem não faltar, no Brasil, para os que lá aportavam, abundavam as ofertas promissoras de uma vida melhor. O desenvolvimento das principais cidades, com especial destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, preenchia os sonhos da maioria dos portugueses para quem o exercício de uma atividade comercial era o objetivo a atingir. A chegada ao Brasil significava uma oportunidade de melhoria na vida dos portugueses que optavam por sair do País. Uma vida a ser construída de trabalho, oportunidades, opções, e, inevitavelmente, de sorte e de azar. Se para uns o Brasil foi um destino sem retorno e malsucedido, outros houve, em número consideravelmente inferior, que cumpriram as expectativas e enriqueceram. É a estes que a imprensa local se refere elogiosamente, reconhecendo-lhes o papel primordial para a dinamização económica, social, educativa, cultural e até política das suas terras de origem, contribuindo para o desenvolvimento do País onde nasceram.

Contudo, as vozes de alguns intelectuais e políticos e da imprensa local não são as únicas que, na segunda metade de Oitocentos, se afastam do discurso oficial produzido em torno da emigração portuguesa para o Brasil. A atribuição pelo monarca das ordens honoríficas aos emigrantes portugueses no Brasil ou aos seus descendentes pelo monarca, em reconhecimento dos serviços diver-

sos prestados ao País, por proposta, frequentemente, dos seus ministros, passa inevitavelmente à população uma mensagem que contradiz o discurso oficial dominante. Ou seja, se por um lado, num dos principais palcos do poder – o Parlamento –, se veiculava uma imagem negativa da emigração portuguesa, considerando-a como um grave problema a resolver, por outro, o rei e os ministros do seu governo reconheciam aos emigrantes portugueses no Brasil a excelência dos serviços que, de forma diversificada, prestavam ao País, atribuindo-lhes as ambicionadas e prestigiadas insígnias das ordens honoríficas. Com a sua atribuição, o rei fazia publicamente ressaltar o mérito e o sucesso daqueles que um dia emigraram para o Brasil, ou que, já lá nascidos, mantinham a ligação a Portugal, elevando-os a um patamar social que fazia esbater as origens sociais mais humildes e o estigma que recaía sobre o ser emigrante. Em troca, além das receitas decorrentes do pagamento dos direitos devidos por cada um dos agraciados, o monarca procurava assegurar a ligação destes homens com o País onde tinham as suas raízes. Detentores de capital e de capacidade empreendedora, eles constituíam uma mais valia que o poder político precisava de manter afetivamente ativa e ao serviço do desenvolvimento português.

Importa, por isso, no âmbito da emigração portuguesa para o Brasil, olhar a atribuição das ordens honoríficas aos emigrantes portugueses e aos seus descendentes diretos de uma forma mais sistemática, que permita ir além da referência pontual a essas condecorações nas biografias dos “brasileiros” de torna viagem, a ilustrar o maior ou menor sucesso e reconhecimento da figura em causa.

Foi isso que nos propusemos fazer no presente estudo, com a apresentação dos primeiros resultados da investigação já desenvolvida.

1. Objeto de estudo, objetivos, fontes e metodologia

Com base nos pressupostos enunciados, fez-se o levantamento sistemático da informação relativa à atribuição das ordens honoríficas ao longo de um período de 25 anos, entre 1864 e 1889, considerando dois campos de análise. No primeiro, procurou-se perceber, a partir da consulta do *Diário de Lisboa* e das atas dos debates parlamentares, qual o enquadramento legislativo da atribuição das ordens honoríficas; no segundo, o objetivo foi conhecer os números do reconhecimento régio – quantos e quem foram os emigrantes portugueses no Brasil agraciados durante o período referido e quantas e qual a tipologia das condecorações atribuídas.

A “folha oficial do governo português”, então designada de *Diário de Lisboa*, passa, desde 1864, a publicitar, na sua parte oficial, os diplomas régios de atribuição de condecorações de ordens honoríficas. Essa publicitação, realizada no âmbito das competências do Ministério do Reino, ocupa habitualmente a primeira página, sendo introduzida pelo título “Agraciados com mercês honoríficas” completado pela indicação do mês dos respectivos diplomas. As listas apresentam para cada um dos agraciados, agrupados segundo a tipologia da condecoração atribuída, o dia do respetivo diploma régio, informação sobre a área profissional e funções exercidas, local de residência e o serviço prestado ao País com base no qual a mercê foi concedida. Mais raramente, inclui-se a terra de naturalidade do agraciado e a indicação do autor da proposta ao rei. Conferindo-lhe um lugar de destaque, a publicação da atribuição do grau superior das ordens honoríficas – a grã-cruz – era feita pela publicação do texto integral da carta régia na primeira página do periódico, antecedendo as listas que acabámos de referir.

As cartas régias e as listas dos agraciados com mercês honoríficas aparecem de forma constante ao longo do período analisado, embora se verifique que a partir de 1879 a informação disponibilizada sobre cada um dos agraciados é mais reduzida. Trata-se de uma limitação da fonte, à qual se juntam as repetições, erros e gralhas compreensíveis na imprensa desta época – algumas vezes detetadas pelos redatores do jornal e corrigidas *à posteriori* – e, sobretudo, a ausência de informação relativamente ao local de residência do agraciado ou nacionalidade que, quando não indicados não permitem identificar a sua ligação ao Brasil, condição primeira do levantamento efetuado.

A partir desta informação disponibilizada na folha oficial, construiu-se uma base de dados de todos os agraciados com as ordens honoríficas residentes no Brasil ou súbditos do imperador desse país. Na verdade, entre estes últimos encontram-se emigrantes portugueses naturalizados brasileiros que era necessário identificar enquanto tal. Para isso, nome a nome, fez-se posteriormente uma pesquisa em fontes de diversa tipologia, com especial destaque para a imprensa portuguesa e brasileira da época, e nas bases genealógicas disponíveis online.

Importa ainda referir que nas listas dos agraciados da folha oficial, há certamente “brasileiros” de torna viagem que, apesar do seu passado ligado ao Brasil, apresentam como local de residência cidades ou vilas em Portugal, pelo que não constam da nossa base de dados, o que, naturalmente, constitui uma limitação do estudo, cujos resultados agora se apresentam.

O período considerado neste estudo, como referido atrás, foi o de 1864 a 1889. Se a baliza cronológica inicial decorre do facto atrás referido – a publicação sistemática dos diplomas régios de atribuição de grã-cruzes e as listas dos agraciados com comendas, grau de cavaleiro e oficial das várias ordens honoríficas começou a fazer-se a partir de 2 de janeiro de 1864 –, o ano de 1889 justifica-se com o fim do reinado de D. Luís (iniciado em 1861). No reinado seguinte, o de D. Carlos, vai verificar-se uma reforma das ordens honoríficas já existentes e a criação de novas ordens (OLIVEIRA, ESTRELA, 2009). É nossa intenção, na segunda fase da investigação, analisar o período de 1889 até ao final da Monarquia.

2. As ordens honoríficas portuguesas na segunda metade do século XIX

No século XIX, a Monarquia Liberal apropriou-se de conceitos e instituições do passado para, a partir de novas leituras e formas (ESTRELA, 2009, p. 32), construir a sua dimensão simbólica. Foi o caso das ordens militares que, assumidas como ordens de mérito, foram integradas, devidamente secularizadas, na nova realidade política. A legitimação da nova classe dominante e da nova ordem política “por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias)” referida por Bourdieu (1989, p. 10) não foi assim descurada pelos homens que então passaram a exercer o poder.

Em 1862, no reinado de D. Luís, o ministro do Reino, Anselmo José Braamcamp, no preâmbulo do alvará que reformou a Ordem Militar de Santiago no reinado de D. Luís, justificou, de forma clara e à luz dos princípios liberais, a incorporação das insígnias e dignidades das ordens “de cavalaria” na Monarquia Constitucional, que, como faz questão de sublinhar, “longe de repugnar à índole do sistema representativo, concorda com ele e completa-o”:

A igualdade política e civil, confirmada na Carta Constitucional da monarquia, não exclui, antes admite esta categoria de prémios em um país que se ensoberbece, como o nosso, do seu glorioso passado. A nobreza do talento, da lealdade, do patriotismo e do valor nasce de todas as sociedades, identifica-se com elas, esclarece-as e dá-lhes nome na história. Todas as aristocracias podem ofuscar-se ou ser proscritas, a todas podem gastar os séculos, as ideias e os costumes, menos a esta,

porque se firma em alicerces que os anos e as vicissitudes da fortuna não abalam, porque em todas as épocas, nas monarquias ou nas repúblicas, foi sempre a expressão da verdade dos progressos humanos na sua mais bela manifestação.

Acrescentando, logo depois;

Patentes a todos as carreiras que o privilégio zelava outrora como propriedade de classes exclusivas, hoje que todas se prezam, mesmo os mais distintos por sangue e avós, de remoçarem a nobreza herdada, querendo ser filhos das próprias obras, fora pouco razoável preconceito estranhar as recompensas honoríficas que, a par da nobreza transmitida por tradição, reconhecem e sancionam outra nobreza mais próxima de nós e das instituições, que principia e acaba com os indivíduos, a nobreza do talento e da ilustração pessoal.

Substituir, pois, uma gloriosa ficção a prémios, que não lisonjeiam senão o interesse; comemorar com o espontâneo testemunho do príncipe, magistrado supremo da nação, os nomes que ela celebra entre os primeiros; é ligar o presente ao porvir, mas ligá-lo pelo que o coração encerra de mais puro e generoso, a honra; e pelo que a si mesmo se exalta e eleva, a nobreza da inteligência das armas e do patriotismo (*Diário de Lisboa*, 3.11.1862).

Desta forma, e tal como acontecera até então, a atribuição das ordens militares vai continuar a ser durante a Monarquia Constitucional um importante instrumento ao serviço do poder, “fomentando a formação de clientelas” (PIMENTEL, 1997, p. 46) e servindo como meio de remuneração de serviços (BRAGANÇA, 2009, p. 181), ao mesmo tempo que, pela manutenção e atualização dos direitos de mercês e demais impostos que recaíam sobre a sua atribuição, se buscava também o aumento das receitas do Estado.

Após 1834, com a implementação definitiva da Monarquia Constitucional, o rei, tal como os seus antecessores, continuou a assumir o cargo de grão-mestre das ordens honoríficas, cabendo-lhe, nesse âmbito, a sua atribuição. A cada uma destas ordens, com origens e percursos distintos, vão corresponder finalidades e insígnias específicas.

As Ordens Militares de S. Bento de Avis, de Santiago de Espada e de Nosso Senhor Jesus Cristo partilham a mesma origem medieval e religiosa – as duas primeiras, em contexto de Reconquista Cristã –, mas como ordens

honoríficas vão assumir finalidades distintas. Segundo a carta de lei de 19 de junho de 1789 de D. Maria I, a Ordem Militar de S. Bento de Avis direcionava-se “para premiar a ornar o corpo militar”, enquanto a Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo deveria distinguir os “maiores postos e cargos políticos, militares e civis”.

Por sua vez, a Ordem Militar de Santiago de Espada que, segundo o mesmo diploma, se destinaria a recompensar a magistratura, foi, como referimos atrás, objeto de uma reforma em 1862, no reinado de D. Luís, passando “a remunerar os serviços científicos, literários e artísticos, as obras do engenheiro, a eloquência e as vigílias da erudição no magistério, os primores do cinzel e da palheta, e todas as manifestações da arte, em que sobressaírem talentos distintos”, sob a denominação de “Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem de Santiago, do mérito científico, literário e artístico” (*Diário de Lisboa*, 3.11.1862).

Mais recentes, a Real Ordem de Santa Isabel e as Ordens Militares da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa foram instituídas por D. João VI. A primeira, Real Ordem de Santa Isabel, data de 4 de novembro de 1801 tinha por finalidade distinguir damas nobres. A segunda, a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, criada em 1808, aquando da chegada ao Brasil do então regente D. João, destinava-se a “remunerar os mais relevantes serviços, assim como dos seus vassalos, como de ilustres estrangeiros, que não tiverem outro prémio, que lhe seja equivalente, senão o da honra”, entre os quais, todos aqueles que o acompanharam na saída do País, conforme se refere no decreto de 13 de maio desse ano (ESTRELA, 2009, p. 43). Por fim, a Ordem Militar Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa foi criada alguns anos mais tarde, em 6 de fevereiro de 1818, e a sua atribuição não se destinava a um setor específico da sociedade, podendo ser concedida a civis e a militares.

Cada uma destas ordens apresentava um quadro próprio de classes de membros – os detentores de grã-cruz, no topo da hierarquia, seguindo-se os comendadores e os cavaleiros e, na base, os oficiais (no caso da Real Ordem de Santa Isabel, damas grã-cruz e damas de 1.^a e 2.^a classe). Contudo, os números estatutariamente definidos para cada uma dessas classes, ao longo do século XIX, nunca foram cumpridos, como aliás, o nosso estudo permitirá facilmente perceber.

O processo de atribuição das ordens honoríficas no período em estudo assentava em três fases distintas – a da submissão pelo ministro ao monarca da proposta da personalidade a agraciar, a da publicação do diploma régio de

atribuição e, finalmente, após prova do pagamento dos direitos de mercês e demais impostos pelo agraciado, o do registo da mercê recebida, a partir do qual já podia fazer uso das respetivas insígnias. Contudo, na generalidade dos casos, este processo formal seria o culminar de um mais ou menos longo processo informal, que a documentação oficial não regista, feito com recurso às redes de influência social e política.

3. Os agraciados das ordens honoríficas – procedimentos e custos

Após a atribuição das ordens honoríficas, e para que estas se tornassem efetivas e os agraciados pudessem habilitar-se com os respetivos diplomas e usar as respetivas insígnias, havia procedimentos a cumprir. Entre estes ressaltava o pagamento de impostos, nomeadamente dos chamados “direitos de mercê”, a cumprir pelo recebimento de mercês de cariz muito diferente, que, nesta época, iam desde a atribuição de ordens honoríficas (consideradas mercês honoríficas) ao provimento em cargos públicos (classificadas como mercês lucrativas).

O primeiro documento legal produzido sobre essa questão data de 31 de agosto de 1836. Trata-se de um decreto de Agostinho José Freire, no qual se impõem regras para o pagamento dos referidos direitos de mercê. Salientando a “negligência” dos agraciados no cumprimento dessa obrigação e a necessidade de “ocorrer às perdas enormes, que está sofrendo a Fazenda Pública”, determina-se um período de quatro meses para fazer o respetivo pagamento, quer para os que já as receberam quer para os que as venham a receber, contando o tempo a partir da data do diploma de atribuição da mercê. O não pagamento determinava a anulação da mercê atribuída, dando disso conhecimento público através da folha oficial (*Diário do Governo*, 7.9.1836).

Nesse mesmo ano de 1836, em 31 de dezembro, os valores a pagar a título de direitos de mercê são tabelados, tendo subjacente a ideia de que os agraciados devem contribuir para os cofres do Estado. O objetivo de Passos Manuel, então ministro do Reino, é claramente enunciado – o imposto em causa “tem de produzir um aumento da receita pública talvez excedente a quarenta contos de réis anuais” (*Diário do Governo*, 18.1.1837). Relativamente às ordens honoríficas, a tabela estipulava as seguintes quantias a pagar:

Grã-cruz – 400 mil réis;

Comendador – 150 mil réis;

Cavaleiro – 50 mil réis;

Por trânsito de uma para outra ordem – ½ dos direitos correspondentes ao grau para o qual transita.

Cavaleiro, oficial, comenda ou grã-cruz da Ordem da Torre e Espada – ½ dos direitos correspondentes.

Ficavam isentos do pagamento dos referidos direitos, “as viúvas e órfãos que pereceram pela causa das liberdades pátrias durante a guerra contra a usurpação” (art.º 9º, § único). Dois anos depois, em 9 de abril de 1836, a pauta foi derogada relativamente às Ordens Militares de São Bento de Avis e da Torre e Espada (*Diário do Governo*, 11.4.1838).

Contudo, os direitos de mercês não eram os únicos impostos que os agraciados estavam obrigados a pagar. Num diploma datado do mesmo dia 31 de dezembro de 1836, determinava-se que, extinta a Recebedoria do Selo das Mercês e Papéis Forenses, ficavam incumbidas as contadorias da Fazenda de Lisboa e do Porto de receber os valores correspondentes ao imposto de selo (no resto do País seriam os recebedores do concelho):

Carta régia de grã-cruz – 50 mil réis;

Decreto ou diploma de comendador – 20 mil réis;

Decreto ou diploma de oficial ou cavaleiro – 10 mil réis;

Diploma de trânsito de uma para outra ordem – 10 mil réis (*Diário do Governo*, 18.1.1837).

Em 1842, por não ter ocorrido o desejado aumento de receitas e se ter verificado que os valores avultados os tornaram de “difícil receção”, o diploma de 28 de outubro passou a permitir o pagamento dos direitos de mercê em prestações, por desconto no vencimento, ou prestações “afiançadas”, caso o agraciado provasse a falta de meios, até ao prazo máximo de quatro anos (*Diário do Governo*, 5.11.1842). Estas formas de pagamento foram ainda alargadas pela carta de lei de 26 de março de 1845, determinando-se a publicação no *Diário do Governo* da lista de todos os agraciados com ordens honoríficas que até então não tivessem pagado os respetivos direitos. O mesmo se passaria a fazer para todos aqueles “que para o futuro se não encartarem dentro de quatro meses contados da data das mercês” (*Diário do Governo*, 31.3.1845). Dois meses após essa publicação as mercês seriam anuladas, sendo dado conhecimento público dos respetivos decretos de anulação no mesmo jornal.

Até 1860, ao longo de duas décadas, foi este o enquadramento legal dos impostos – direitos de mercê e imposto de selo – a pagar pelos agraciados das ordens honoríficas. Contudo, a instabilidade política e militar que marcou o País durante esse período, a falta de organização e de meios do Estado para assegurar a cobrança e fiscalização destes impostos, não criou as condições necessárias para o cumprimento da lei. Como escreverá mais tarde Fontes Pereira de Melo, até 1860 a cobrança dos direitos de mercês pelo Estado esteve “abandonada”, justificando a sua afirmação com os reduzidos valores inscritos nas receitas do Estado durante a década de 1850 (*Diário de Lisboa*, 11.2.1867). Essa situação só será alterada na segunda metade de oitocentos.

Com a Regeneração, os esforços de modernização institucional, apesar das suas limitações (ALMEIDA, 2007, p. 251), implementaram uma burocracia mais complexa e centralizadora, que se veio a refletir, a partir da década de 1860, no processo de registo da atribuição das ordens honoríficas, de forma a assegurar a cobrança dos impostos que a legislação estipulava e, dessa forma, a sua entrada para as receitas do Estado. Um processo que além de se tornar progressivamente mais complexo, impondo procedimentos e prazos, acarretou para os agraciados um aumento dos custos que, como verificámos, já eram elevados, não só pelo aumento dos valores dos impostos existentes como pela introdução de novos tributos. É o caso do imposto de viação que, a partir de 30 de julho de 1860, passou a recair sobre os direitos de mercê (10%) (*Diário de Lisboa*, 3.8.1860). O desenvolvimento material que caracterizou a segunda metade do século XIX, nomeadamente a construção de estradas, com a qual se procurou recuperar a economia do país, exigia uma liquidez financeira de que o Estado não dispunha e que vai procurar no aumento dos impostos e nos empréstimos.

Em 11 de agosto de 1860, o governo presidido pelo Marquês do Loulé, mantendo os valores definidos em 1836, atualizou o mecanismo de fiscalização e arrecadação dos referidos direitos de mercê e restantes impostos com eles relacionados. Numa tentativa evidente de criar condições para que os agraciados pudessem pagar os impostos tabelados (como referido atrás, as mercês sobre as quais havia direitos a pagar eram de cariz diversificada, abarcando também o provimento em empregos públicos), mantiveram-se neste diploma diferentes modalidades de pagamento:

- a pronto – em dinheiro ou em títulos de dívida fundada interna ou externa de 3% pelo seu valor nominal;
- por meio de encontro no vencimento, até quatro anos, desde que o agraciado tivesse vencimento certo pelos cofres do Estado;
- a prestações, até quatro anos.

Este diploma de 11 de agosto de 1860 (regulamentado em 28 de agosto seguinte) determinava ainda que:

Quando no referido prazo de dois meses o agraciado não pague de pronto os direitos que dever, tenha ou não solicitado a faculdade de os satisfazer por encontro ou prestações, serão extraídos do registro mencionado no artigo 3.º os documentos necessários para se efetuar a cobrança no prazo de quatro anos diretamente do agraciado, ou por intervenção do pagador do cofre por onde ele receber os seus vencimentos.

§ único. Estes documentos terão força executiva, e no caso de não serem pagos os direitos respectivos servirão de base aos competentes processos, nos mesmos termos estabelecidos para as dividas por impostos de repartição ou lançamento (art.º 6.º).

Desta forma, e contrariamente ao que ficara estabelecido em 1836 e 1845 em que o não pagamento determinava a anulação da atribuição da mercê (ou seja, das ordens honoríficas que aqui se referem), devendo disso dar-se conhecimento público, a lei de 11 de agosto de 1860 considerava-a válida, mesmo que o agraciado não pagasse ou não formalizasse junto da repartição pública a forma como iria proceder ao pagamento, acionando o Ministério do Reino os meios ao seu dispor para cobrar as quantias em falta. A possibilidade da não aceitação da ordem honorífica não era sequer considerada. Como veremos mais à frente, a possibilidade de renúncia das ordens honoríficas, em forma de lei, só virá a acontecer oito anos depois, em 1868.

No ano seguinte, em 10 de dezembro de 1861, entra em vigor um novo decreto para regular a fiscalização e cobrança do imposto de selo. Assumindo no preâmbulo a eliminação e diminuição de algumas taxas, António José de Ávila, então ministro da Fazenda, elevou em compensação “as que se referiam a diplomas sem significação económica”, como os diplomas nobilitários, bulas ou licenças confirmatórias de bispos ou arcebispos, diplomas de empregos da casa real e ordens militares. Relativamente a estes últimos, a tabela que acompanhava o decreto, permite verificar que, comparativamente a 1836, os valores foram aumentados:

Carta de mercê de grã-cruz – 55 mil réis;

Carta de mercê de comendador – 22 mil réis;

Carta de mercê de oficial ou cavaleiro – 11 mil réis.

Contudo, e no que toca especificamente às ordens honoríficas, valores houve que diminuíram – a mudança de uma para outra ordem militar passou dos 10 mil para os 5 mil e 500 réis; os oficiais ou praças de pré do Exército e da Armada e empregados do Estado que forem agraciados por serviços distintos no exercício das suas funções, pagariam apenas metade do valor definido; ou poderiam ficar isentos, no caso da razão da atribuição assentar “em serviços relevantes, e prestados em combate contra o inimigo, ou por distinto e provado mérito literário, ou por ato singular e público de devoção cívica” (*Diário de Lisboa*, 20.12.1861). Além das alterações das quantias a pagar, o diploma de António José de Ávila acrescenta um novo item, tornando ainda mais evidente o objetivo de engrossar as receitas do Estado – o pagamento do imposto de selo da portaria que autorizava o uso da insígnia antes ainda de ser passada a carta de mercê (5 mil 500 réis).

Os novos regulamentos para cobrança e fiscalização do imposto de selo que entraram em vigor em 4 de setembro de 1867 (*Diário de Lisboa*, 18.9.1867) e em 2 de dezembro de 1869 (*Diário de Lisboa*, 6.12.1869), determinaram procedimentos mais específicos e rigorosos, não havendo, no entanto, alteração ao nível das taxas a pagar.

Por sua vez, o registo das ordens honoríficas no Ministério do Reino implicava o pagamento de emolumentos que, na prática, era mais um adicional a somar aos direitos de mercês, imposto de selo e de viação, já tabelados. Pelo diploma de 16 de abril de 1867, esses valores passaram a ser os seguintes:

- Grã-cruz – 120 mil réis;
- Dama da Ordem de Santa Isabel – 120 mil réis;
- Comendador – 80 mil réis;
- Oficial – 80 mil réis;
- Cavaleiro – 50 mil réis;

Por trânsito de uma para outra ordem – $\frac{1}{2}$ dos emolumentos correspondentes ao grau para o qual é transferido;

Militares agraciados com a comenda da Ordem de S. Bento de Avis ou da Ordem de Santiago, do Valor, Lealdade e Mérito – $\frac{1}{2}$ dos emolumentos determinados para o grau recebido;

Militares agraciados com o grau de cavaleiro da Ordem de S. Bento de Avis ou da Ordem de Santiago, do Valor, Lealdade e Mérito – isentos (*Diário de Lisboa*, 27.5.1867).

Em 1 de julho do ano seguinte, após este assunto ter sido discutido no Parlamento, Fontes Pereira de Melo assinou o diploma que limitava o pagamento dos direitos de mercê (lucrativas e honoríficas) a duas modalidades:

- a pronto, em moeda corrente, no prazo de dois meses a contar da data da mercê, beneficiando o agraciado do abatimento de 10% do valor a pagar;
- a prestações mensais (até 48), no valor mínimo de mil réis (*Diário de Lisboa*, 5.7.1867).

Deixou assim de ser possível o pagamento em títulos de dívida fundada, por se considerar que isso punha não só em causa os princípios da justiça e da moral sobre os quais deviam assentar as leis tributárias, ao beneficiar os que optassem por o fazer dessa forma, relativamente aos outros que, por falta de capital, não podiam pagar a pronto, como acarretava ainda “um desfalque considerável na receita pública” (*Diário de Lisboa*, Câmara dos Deputados, sessão de 26.4.1867).

Em 1875, as condições de pagamento dos direitos de mercê tornam-se ainda mais restritivas. O diploma que entrou em vigor em 20 de março desse ano determinou a obrigação, no caso do pagamento a prestações, de o agraciado apresentar como garantia uma caução ou uma fiança idónea (*Diário de Lisboa*, 14.5.1875).

Finalmente, em 1880 entrou em vigor uma nova tabela dos direitos de mercê que, passados cinquenta anos, atualizou os valores definidos em 1836, estipulando o seguinte:

Grã-cruz – 480 mil réis;

Comendador – 180 mil réis;

Cavaleiro – 60 mil réis;

Pelo trânsito de uma para outra ordem – $\frac{1}{2}$ dos direitos correspondentes ao grau para o qual transita;

Os vários graus da Ordem Militar de Avis e da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito – isentos (*Diário do Governo*, 3.7.1880).

Em 1887, por carta de lei de 25 de agosto, o governo foi autorizado a dispensar do pagamento dos direitos de mercê, emolumentos da secretaria e imposto de selo, os operários “que pela sua aplicação ao trabalho e por mérito artístico relevante forem agraciados com mercês honoríficas, bem como os que já o tenham sido”, e que ainda não o tivessem feito (*Diário do Governo*, 29.8.1887).

Em 1898, o governo de Luciano de Castro reuniu num único decreto (de 16 de agosto) a legislação dispersa sobre direitos de mercê (*Diário do Governo*, 12.9.1898), e que esteve em vigor até ao final da Monarquia.

Para trás ficaram duas tentativas para implementar um imposto único, em substituição dos vários impostos que recaíam sobre a atribuição dos direitos de mercês (direitos de mercê, correspondente adicional de 20% para viação, selo e emolumentos das secretarias de Estado). Em 1870, com o intuito de simplificar o processo de registo das mercês pelos agraciados, o ministro da Fazenda Anselmo José Braamcamp apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta de lei para a criação de um imposto único de mercês, reconhecendo que a multiplicidade de impostos, além de perfazer quantias avultadas, que tornava penoso o seu pagamento, obrigavam-nos a percorrer, a eles aos seus procuradores, diversas instâncias para o poderem fazer (*Diário do Governo*, 25.4.1870). Aprovado pelo Parlamento após acesos debates, o diploma de 31 de maio de 1870 autorizou o governo a criar o imposto único de mercês, determinando uma redução de 10% para quem pagasse a pronto e a limitação a três anos para os que optassem por o fazer em prestações (*Diário de Lisboa*, 1.6.1870). Este imposto, contudo, não chegou a ser regulamentado, voltando a ser proposto, anos mais tarde, em 1905, no Parlamento pelo ministro da Fazenda Manuel Afonso Espregueira (*Diário do Governo*, 17.8.1905).

Como era reconhecido pelo poder político, o dinheiro proveniente do pagamento dos direitos de mercê ascendia a valores elevados. Contudo, estabelecidos em 1836, após a implantação definitiva da Monarquia Constitucional, mantiveram-se inalterados até 1880, tendo sofrido então apenas um ligeiro acréscimo. Durante o período considerado, parece não ter havido interesse em alterar a situação e aumentar as quantias definidas na lei em 1836, porque isso poderia condicionar a utilização das ordens honoríficas como moeda de troca na compra de fidelidades, benefícios e votos, transversal a toda a elite política.

Entre as poucas vozes que se ouviram no Parlamento a sublinhar a diferença deste tributo relativamente a outros, sobressai a de José de Morais Pinto de Almeida. Em 1866, este deputado apresentou à Câmara de que fazia parte um projeto de lei no qual propunha um aumento dos direitos a pagar pela atribuição dos títulos nobiliárquicos e ordens honoríficas, alegando que:

Os objetos de luxo, os deleites e comodidades da vida, as cousas que satisfazem mais as vaidades e os caprichos do homem, do que as suas necessidades reais, são as que nos estados devem carregar com a maior

quota de imposto, e é por isso que na maior parte deles, senão em todos, as taxas sumptuárias são relativamente mais altas do que aquelas que recaem nas cousas necessárias ou simplesmente uteis à vida.

Talvez que há trinta anos essa tabela fosse a que se devesse estabelecer; hoje porém que o amor dos títulos e as ambições nobiliárias são cada vez maiores, e que por outro lado a matéria tributária tem aumentado pelo desenvolvimento da indústria e do trabalho do homem, crescendo o imposto na proporção desse desenvolvimento, é impossível que permaneça a mesma.

Os valores propostos por Pinto de Almeida eram substancialmente superiores aos que estavam contemplados na tabela de 1836:

Grã-cruz – 1 milhão de réis;

Comendador – 600 mil réis;

Cavaleiro – 200 mil réis (*Diário de Lisboa*, 31.3.1866).

Remetida à Comissão da Fazenda na sessão de 27 de março de 1866, esta proposta não mais saiu de lá. Renovada pelo mesmo deputado na sessão de 26 de abril do ano seguinte, teve o mesmo destino.

No ano seguinte, 1867, foi Faria Guimarães que se pronunciou na Câmara dos Deputados, no debate sobre os emolumentos das secretarias de Estado, exprimindo o que pensava sobre os direitos de mercê:

Este imposto acho-o eu bom, por uma circunstância especial que se dá; é porque mercês ninguém é obrigado a aceitá-las, e por isso quem as quer paga-as. É uma espécie de contrato; quer uma mercê, um título, uma condecoração? Pague-a, e pague bem, porque quem não pode pagá-las não as pede, e a verdade é que a maior parte delas são pedidas (*Diário de Lisboa*, Câmara dos Deputados, sessão 1.3.1867).

Na mesma linha de pensamento, alguns dias antes, o ministro da Fazenda Fontes Pereira de Melo escrevera no relatório que apresentou à Câmara dos Deputados que os impostos devidos pela atribuição das ordens honoríficas “assentam sobre uma base em que o imposto não é repugnante, e o pagamento se faz geralmente sem custo” (*Diário de Lisboa*, 11.2.1867). Assim parece acontecer. Verifica-se um aumento das receitas provenientes do pagamento desse imposto, entre 1860 e 1866, como demonstrou Fontes Pereira de Melo no mesmo relatório.

Na verdade, a possibilidade de renúncia existia, mas a consulta do *Diário do Governo* permite perceber que muito raramente os agraciados com as ordens honoríficas formalizavam essa vontade segundo os mecanismos definidos, pela primeira vez, e por o haverem “suplicado algumas pessoas despachadas com mercês honoríficas”, no diploma de 30 de novembro de 1868, pelo governo “reformista” do Marquês de Sá da Bandeira. A renúncia deveria ser requerida ao Ministério do Reino até dois meses para os residentes no continente, quatro meses para os residentes em outros países europeus e um ano para os residentes fora da Europa, contando-se sempre o tempo a partir da data em que tiveram conhecimento oficial da atribuição de tais mercês. O referido diploma tinha ainda efeitos retroativos, permitindo-se aos que já as tivessem recebido apresentar a respetiva renúncia, contando o tempo a partir da data do decreto de 1868 e fazendo o agraciado prova de nunca ter feito uso das mercês renunciadas (*Diário de Lisboa*, 7.12.1868)

4. Os emigrantes portugueses no Brasil agraciados com ordens honoríficas (1864-1889) – as ordens e os graus

No período considerado no presente estudo – 1864 a 1889 –, foram 434 os emigrantes portugueses no Brasil agraciados pelo monarca D. Luís com as ordens honoríficas.

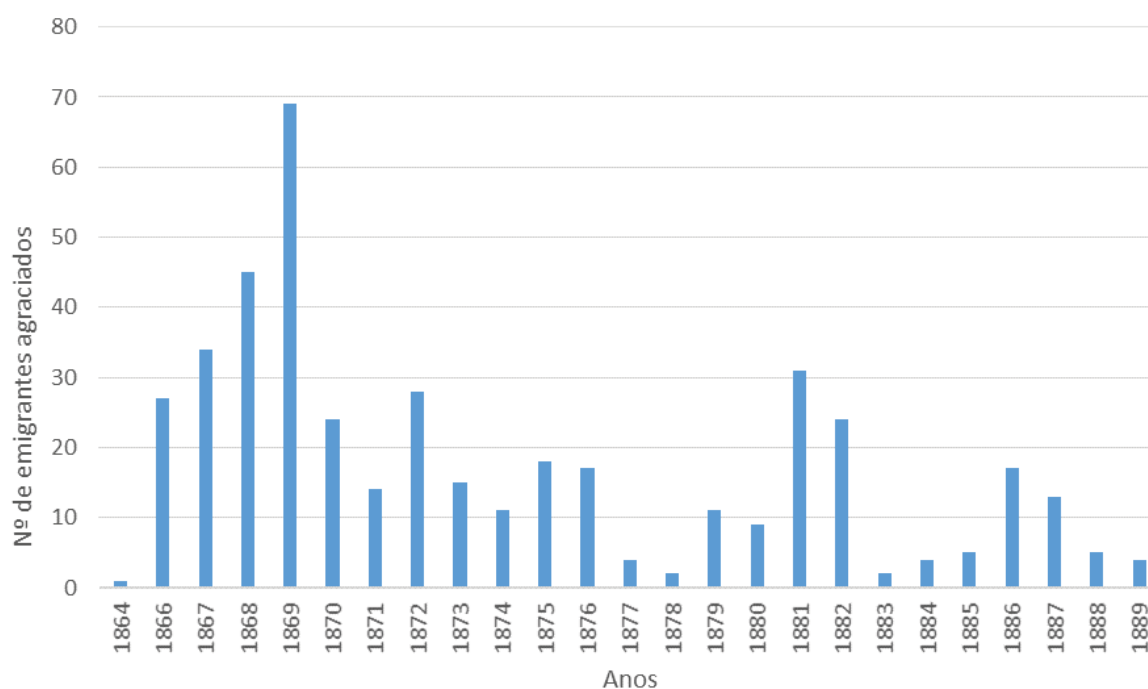
Entre eles, como referido, contabilizaram-se também aqueles que, tendo nascido em Portugal, após alguns anos de permanência no outro lado do Oceano, vieram a solicitar a naturalização brasileira. É o caso do médico José Francisco da Silva Lima que nasceu em Portugal, em 15 de janeiro de 1826, e muito novo emigrou para a Baía, naturalizando-se cidadão brasileiro em 1862 (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, s.d.), tendo recebido em fevereiro de 1874 a comenda da Ordem de Cristo (*Diário do Governo*, 1874.2.14); e do português Joaquim José Pereira Santiago, residente em Rio de Janeiro, que, no mesmo ano de 1862, passou a ser súbdito do imperador (Decreto n.º 1158 de 9 de julho de 1862). A este último, em novembro de 1868, o rei D. Luís atribuiu o grau de cavaleiro da Ordem de Santiago do Mérito Científico, Literário e Artístico, “em atenção aos seus serviços e circunstâncias, e ao merecimento de que tem dado manifestas provas com a publicação de vários escritos, de que é autor” (*Diário do Governo*, 1868.12.31).

Por sua vez, a prática habitual do Estado português em recorrer a indivíduos da sua confiança para preencher os cargos consulares (PEREIRA,

2019, p. 145), sobretudo num território como o Brasil, que contava com a presença de uma forte comunidade portuguesa, justificou também a opção por considerar como emigrantes portugueses todos aqueles que, não sendo identificados nas listas dos agraciados publicados no jornal oficial como cidadãos brasileiros, desempenharam funções nos diversos consulados que Portugal tinha nesse país. Excluímos, no entanto, o Barão de Wildik, Pedro Afonso de Figueiredo, cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro, agraciado em fevereiro de 1884 com a comenda da Ordem de Santiago, por ter uma carreira consular exercida também fora do Brasil.

Como se pode verificar no Gráfico n.º 1, entre 1864 e 1889, a maioria dos 434 emigrantes portugueses no Brasil agraciados com ordens honoríficas, recebeu a mercê (302) entre os anos de 1866 a 1876 (69,6%). Nos anos seguintes, os números baixam significativamente, com exceção de dois anos – 1881 e 1883 –, em que foram agraciados 55 emigrantes (12,7%). Por sua vez, nos anos extremos da série – 1864, 1888 e 1889 –, bem como em 1877, 1878, 1880 e entre 1882 e 1885, o número de emigrantes agraciados com as ordens honoríficas é diminuto, situando-se abaixo de 9.

Gráfico n.º 1
Número de emigrantes portugueses no Brasil agraciados com as ordens honoríficas (1864-1889)



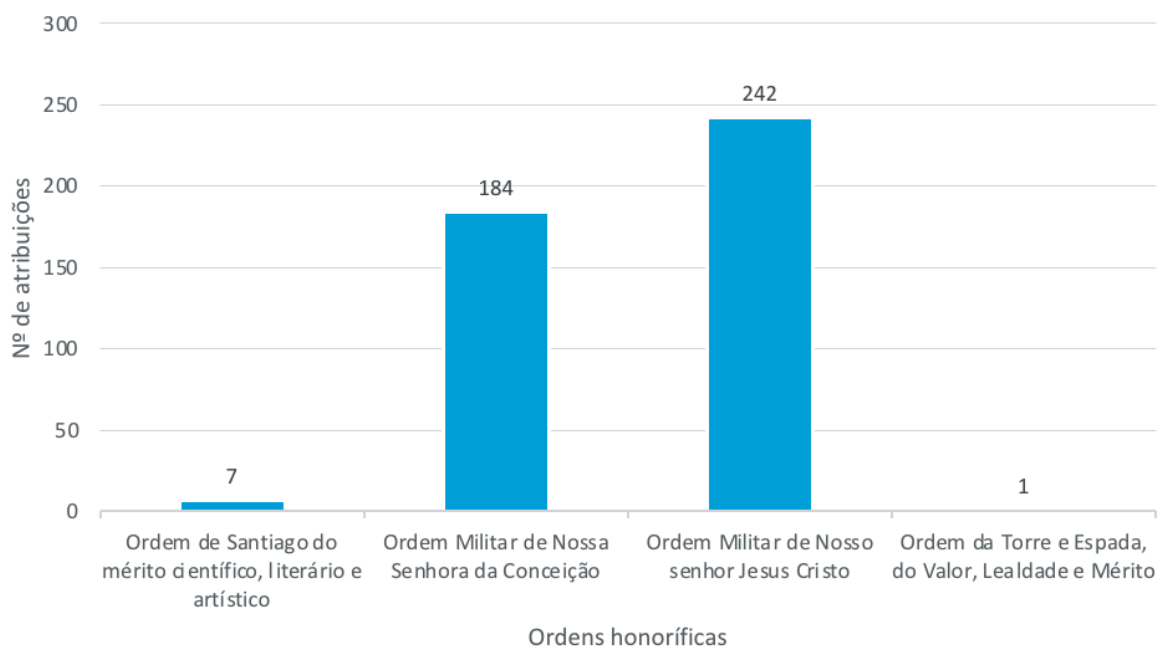
Fonte: *Diário do Governo*, 1864-1889.

No Gráfico n.º 2, apresentamos o número de atribuições por ordem honorífica, entre 1864 e 1889. São quatro as ordens atribuídas – a Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (1 atribuição), a Ordem de Santiago (7 atribuições), a Ordem de Cristo (242 atribuições) e a Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa (184 atribuições), com evidente predominância destas últimas. Sublinhe-se que das ordens concedidas durante a Monarquia Constitucional, a Ordem Militar de S. Bento de Avis se destinava apenas a militares e a Ordem da Torre e Espada, pelo que se determinava no decreto de 13 de maio de 1808, estava reservada para altos cargos ou serviços de especial relevância, apresentando, por isso, um caráter mais exclusivo. Foi o caso do bacharel em Medicina, natural de Vila Franca de Xira, José Rodrigues de Matos, o único dos emigrantes portugueses no Brasil agraciado com o grau de cavaleiro desta ordem honorífica durante o período em análise, “em atenção aos seus merecimentos e circunstâncias, e aos bons serviços que prestara com armas na mão a favor do trono constitucional” (*Diário do Governo*, 1869.2.1).

Por sua vez, a Ordem de Santiago que, como sabemos, a partir de 1862 passou a distinguir o mérito científico, literário e artístico, tinha um campo para atribuição naturalmente mais reduzido.

No período de 1864 a 1889, além do já referido Joaquim José Pereira Santiago, foram agraciados com esta ordem honorífica o fundidor Miguel Couto dos Santos, “fundada no distinto merecimento industrial do agraciado” (cavaleiro, set. 1866); os bracarenses e homens de letras Joaquim da Costa Araújo Júnior (cavaleiro, out. 1864) e Fernando Castiço (cavaleiro, nov. 1868); o ator e dramaturgo lisboeta Luís Cândido Furtado Coelho (cavaleiro, jul. 1869); o músico e compositor terceirense, Rafael Coelho Machado (cavaleiro, jan. 1870); e, finalmente, o médico e jornalista, natural de Gumie, Vi-seu, Francisco Bento Alexandre de Figueiredo Magalhães (oficial, dez. 1886),

Gráfico n.º 2
Número de atribuições por ordem honorífica (1864-1889)



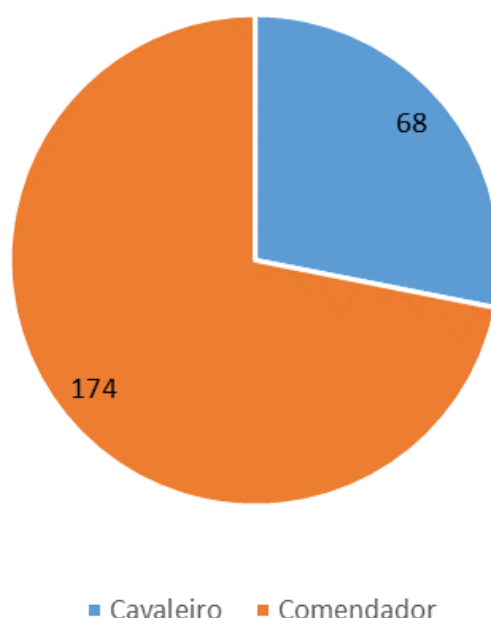
Fonte: *Diário do Governo*, 1864-1889.

Se considerarmos a atribuição, por grau, destas duas ordens honoríficas aos emigrantes portugueses no Brasil, verifica-se que relativamente à Ordem Militar de Cristo (Gráfico n.º 3) predomina o grau de comendador (174 atribuições), seguindo-se o de cavaleiro (68 atribuições). Quanto à Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa (Gráfico n.º 4), além das 109 comendas atribuídas, foram agraciados 74 emigrantes com o grau de cavaleiro. D. Luís atribuiu ainda a grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa – o grau mais elevado – a um único emigrante português no Brasil, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão.

O caráter excecional desta atribuição justifica que nos detenhamos um pouco sobre esta personalidade. Nascido no Porto em 16 de fevereiro de 1843, este homem emigrou para o Brasil com 13 anos de idade. Tendo-se dedicado aos negócios, como tantos outros seus compatriotas, distinguiu-se pela participação em debates nas sociedades instrutivas e literários do Rio de Janeiro onde fixou residência. “Espírito esclarecido e adiantado, interveio, no seu desejo de reformar e combater as velhas e atrasadas praxes rotineiras que eram apanágio do comércio de então, em todas as assembleias de bancos e companhias de que foi acionista e da Associação Comercial, de que foi membro prestante” (*Brasil-Portugal*, 16.2.1903, p. 29). Foi ainda um dos fundadores do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, de que veio a ser presidente até à sua morte em 12 de abril de 1888. Além da grã-cruz atribuída por D. Luís em setembro de 1887, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão recebeu condecorações brasileiras.

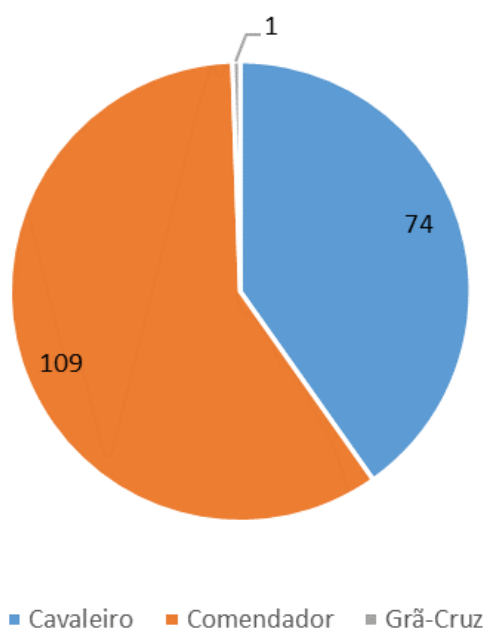
É de notar que no período considerado, o monarca agraciou com a grã-cruz das ordens honoríficas portuguesas 33 cidadão brasileiros, a maioria dos quais titulares e/ou detentores de altos cargos.

Gráfico n.º 3
Atribuição da Ordem de Cristo aos emigrantes portugueses no Brasil por grau (1864-1889)



Fonte: *Diário do Governo*, 1864-1889.

Gráfico n.º 4
Atribuição da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa
aos emigrantes portugueses no Brasil por grau (1864-1889)



Fonte: *Diário do Governo*, 1864-1889.

Por último, importa salientar que na maioria das situações referidas nas listas publicadas no *Diário do Governo*, foi o ministro dos Negócios Estrangeiros que submeteu à aprovação régia o nome do emigrante português no Brasil a agraciar. Compreensivelmente. Devido às funções que exercia era ele que tinha canais de comunicação abertos com aquele país, nomeadamente através dos consulados.

Conclusões

No século XIX, a Monarquia Liberal apropriou-se das ordens militares e da sua dimensão simbólica para as integrar, mediante uma nova leitura, na nova realidade política. A “par da nobreza transmitida por tradição, [as ordens honoríficas] reconhecem e sancionam outra nobreza mais próxima de nós e das instituições, que principia e acaba com os indivíduos, a nobreza do talento e da ilustração pessoal”, como escreveu Anselmo José Braamcamp, em 1862. Importante instrumento ao serviço do poder para a angariação ou remuneração de apoios e para o aumento das receitas do Estado, com o liberalismo alarga-se substancialmente o número dos que podem ser contemplados, entre os quais os emigrantes portugueses no Brasil.

A informação recolhida a partir das listas de agraciados com ordens honoríficas publicadas no *Diário do Governo* desde 1864 permitiu perceber que, entre esse ano e o de 1889, um total de 434 emigrantes portugueses no Brasil tiveram a possibilidade de integrar a “classe decorada” com esse tipo de mercê, a que se referiu criticamente Rodrigues de Freitas na sessão da Câmara dos Deputados de 14 de maio de 1880.

A maioria deles terá certamente cumprido as obrigações definidas na legislação, de forma a fazer registar a mercê recebida que lhe permitia usar as respetivas insígnias. Embora as quantias envolvidas fossem elevadas, o prestígio que isso significava justificaria o investimento financeiro a fazer. Ao nível individual, a atribuição das ordens honoríficas pela Coroa aos homens que, num determinado momento da sua vida, abandonaram Portugal por não terem um país à medida das suas expectativas, seria certamente entendida como o corolário do reconhecimento público do seu sucesso. Um sucesso que, patenteado na primeira página do jornal oficial, mostrava o quanto o discurso oficial em torno da emigração estava, nalguns casos, desfasado da realidade, motivando os mais ambiciosos a tentar a sua sorte no outro lado do Oceano.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Brasil-Portugal. Lisboa, 16.2.1903.
Diário do Governo. Lisboa, 1836-1889.

Bibliografia

- ALMEIDA, Pedro Tavares de, 2007 – “A burocracia do Estado no Portugal liberal (2.^a metade do século XIX)”, in Pedro Tavares de Almeida; Rui Branco (coord.), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha, séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 53-79.
- ALVES, Jorge, 1994 – *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. [S.n.]: Ed. de Autor.
- BAGANHA, Maria Ioannis B., 1994 – As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX (128) (4º), p. 950-980.
- BOURDIEU, Pierre, 1989 – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- BRAGANÇA, José Vicente Pinheiro de Melo de, 2013 – As Cortes vintistas e as antigas ordens militares. *Lusíada. História*, 9-10, p. 157-189.
- CASA DE OSWALDO CRUZ /FIOCRUZ, s.d. – “Lima, José Francisco da Silva”, in *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*.

- Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/limajossil.htm> [Acesso em 3.2.2021].
- ESTRELA, Paulo Jorge, 2009 – *Ordens e Condecorações portuguesas 1793-1824*. Lisboa: Tribuna da História.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2009 – “Os “brasileiros” de torna-viagem e as relações Portugal-Brasil na década de 1930 – estudo de caso”, in Fernando de Sousa *et al.* (coord.), *Nas duas margens: os Portugueses no Brasil*. Porto: Ed. Afrontamento/CEPESE, p. 163-175.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa; MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2015 – Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal – finais do século XIX e inícios do XX. *Navegar*, 1(1), p. 117-142.
- MONTEIRO, Isilda, 2009 – “A imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX”, in Fernando de Sousa *et al.* (coord.), *Nas duas margens: os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE, p. 329-347.
- OLIVEIRA, Humberto Nuno de; ESTRELA, Paulo, 2009 – Dom Carlos I e a Falerística. *Lusíada. História*, 5-6, p. 11-41.
- PEREIRA, Conceição Meireles, 2019 – O Serviço Consular português da Regeneração ao fim da Monarquia – um estudo através do *Diário do Governo. População e Sociedade*, 32, p. 144-156.
- PEREIRA, Victor, 2014 – *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores.
- PIMENTEL, António Filipe, 1997 – “Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Origens, significado, iconografia”, in *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa – Actas de II Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Ed. Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 457-488.
- RIBEIRO, Sebastião A., 1913 – A Emigração. Aspectos do problema – seus grandes males – consequências do êxodo. *Vila-Realense*, 9.10.1913.

Um “Contactador de Colonos” – José Antunes dos Santos e o lucrativo negócio da e/imigração para São Paulo (décadas de 1880-1920)

*Paulo Cesar Gonçalves*³²

*Nelly de Freitas*³³

Introdução

Durante o período denominado pela historiografia de a “Grande Emigração”, companhias de navegação, agências de recrutamento e agentes de emigração foram os principais intermediários de um grande negócio que interligou Europa meridional e América entre as décadas finais do Oitocentos e a Primeira Guerra Mundial (SORI, 1979; LEITE, 1991; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1988; GONÇALVES, 2012; DE FREITAS, 2014; FEYS *et al.*, 2018). Movimento que fez parte dos mais de 50 milhões que deixaram o Velho Continente e partiram na aventura do além-mar, desde princípios do século XIX (ROSOLI, 1992, p. 10). Hobsbawm (1996, p. 279) observou que onde havia grande demanda por trabalho ou por terra de um lado, uma população ignorante das condições no país escolhido de outro, separados por longa distância, o agente ou contratador prosperava, acumulando lucros enviando “gado humano” para as companhias de navegação ansiosas por completar suas equipagens. Os agentes eram pagos pelos empregadores e pelos centavos de homens e mulheres que não raramente haviam atravessado metade de um continente estranho antes de embarcar para cruzar o Atlântico³⁴.

Em meio a esse grande deslocamento transoceânico de populações da Europa, o caso brasileiro, e, sobretudo o paulista, apresentou característica específica: uma política ostensiva de pagamento de passagens a grupos familiares de imigrantes destinados à lavoura cafeeira em intenso processo de

³² UNESP – Universidade Estadual Paulista / CNPq / Cátedra Jaime Cortesão (USP).

³³ PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³⁴ Existem poucos estudos sobre a rede capilarizada de indivíduos que agiam no meio rural da Europa mediterrânea (Portugal, Itália e Espanha) fazendo propaganda e recrutando emigrantes para as agências de emigração e companhias de navegação. Para a Itália, ver Dore (1956), Martellini (2001) e Vendrame (2016); para Portugal, Leite (1996); para Espanha, González (2002). Para um balanço sobre o tema, ver Gonçalves (2014).

expansão para atender à crescente demanda mundial por café. Entre 1881, ano da primeira lei provincial que destinou verba para subsidiar a entrada de imigrantes, e 1915, quando o fluxo de estrangeiros começou a declinar em virtude do conflito mundial, São Paulo recebeu pouco mais de 1,7 milhão de europeus. Destes, quase um milhão foram subvencionados com passagens pagas pelo governo³⁵, destinados prioritariamente às fazendas de café (HOLLOWAY, 1984). Um fluxo transoceânico que exigiu organização e capitais para se concretizar, abrindo possibilidades de ganhos para sujeitos dispostos a recrutar, transportar e alocar os braços que saíam do Velho Continente em busca de melhores condições de vida no outro lado do Atlântico.

Além de interferir na demografia do fluxo de saída de europeus em termos quantitativos e qualitativos, o subsídio de passagens por parte do Estado possibilitou às agências de introdução de imigrantes sediadas em território nacional, que representavam determinadas companhias de navegação, participar ativamente da organização dos deslocamentos, inicialmente, através dos contratos para introdução de imigrantes e, depois, pelo recebimento de um prêmio por imigrante introduzido (GONÇALVES, 2012).

Dentre inúmeros sujeitos, este texto enfoca a firma de José Antunes dos Santos, a principal agência de recrutamento de imigrantes portugueses e espanhóis, e representante da companhia de navegação francesa Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur (SGTMV) de Marselha, cuja rota do Mediterrâneo serviu-se significativamente do transporte de passageiros de 3.^a classe. O objetivo, portanto, é analisar de forma mais aprofundada algumas estratégias de recrutamento de imigrantes e seus desdobramentos em termos de negócio lucrativo para os executores desse serviço, no caso, José Antunes dos Santos, bem como tentar traçar a trajetória desse personagem tão desconhecido pela historiografia da imigração. Ou seja, procuramos responder as seguintes perguntas: Quem era José Antunes dos Santos? Como e quando se tornou intermediário no processo migratório? Como conseguiu estruturar uma rede para recrutar os imigrantes? Como ocorreu a evolução de seus negócios?

³⁵ Cálculo baseado em Departamento Estadual do Trabalho. Dados para a História da Imigração e da Colonização em S. Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. São Paulo, ano V, n. 19, 1916, p. 183-185. Para os anos de 1881 a 1888, não estão especificados os imigrantes subsidiados e espontâneos.

José Antunes dos Santos e os contratos para introdução de imigrantes

Após a fundação da Sociedade Promotora de Imigração por importantes cafeicultores paulistas, em 1886, todos os contratos relativos à imigração foram centralizados na entidade que, contando com o financiamento do Estado, celebrou acordos de introdução de imigrantes com agências sediadas na província. Nessa primeira fase, os serviços foram prestados basicamente por Angelo Fiorita e José Antunes dos Santos. Saber como e quando esses intermediários começaram a trabalhar com o transporte de imigrantes não é tarefa fácil, há pouca documentação sobre eles e as informações que conseguimos foram coletadas em diversas fontes e arquivos.

Antes de começar a recrutar imigrantes, A. Fiorita, que levava o nome de seu fundador, nada mais era do que uma representação comercial de exportação e importação de mercadorias italianas, cujos contatos no exterior facilitaram o desenvolvimento desse novo ramo de atividade. Em janeiro de 1889, Angelo Fiorita substituiu A. Fiorita pela A. Fiorita & C. para “continuação do negocio de introdução de emigrantes, agencia de vapores, saques e comissões³⁶”. A Angelo Fiorita & C. constituiu-se na principal parceira da Sociedade Promotora de Imigração e a única responsável pela introdução dos 36 mil imigrantes dos contratos de 3 de julho de 1886 e 27 de julho de 1887. Entretanto, mesmo assinando contratos com as autoridades brasileiras, nada a impedia de fazer acordos com outros agentes para conseguir cumprir suas metas. Assim, por exemplo, no acordo de 2 de março de 1888, para a introdução de 60 mil, a agência contou com a colaboração de Zerrenner Büllow & C. e José Antunes dos Santos.

As informações mais completas das Listas Gerais de Desembarque de Passageiros em Santos³⁷, como porto de embarque, número e país de origem dos imigrantes, permitem constatar, através do cruzamento dos dados, que a Angelo Fiorita & C. dividia os campos de ação na Europa com José Antunes dos Santos, ficando esta firma, com os territórios português e espanhol e suas ilhas, Fiorita com a Itália, enquanto Zerrenner Büllow & C. agia apenas na Alemanha. Todas eram agentes ou representantes de companhias de navegação europeias como as italianas Navigazione Generale Italiana (NGI),

³⁶ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro – AERJ. Fundo Presidência da Província. Box 0479. Documento de 29 de Janeiro de 1889 explicando a criação da A. Fiorita & Cia.

³⁷ Listas Gerais de Desembarque de Passageiros. Memorial do Imigrante de São Paulo. Microfilmes 1000/1 e 1001/2.

La Veloce, Ligure Brasileira; as alemãs Hamburg-Amerika, Nord-Deutscher Lloyd; as francesas Messageries Maritimes, Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur (SGTMV).

Apesar de parceiro de Angelo Fiorita no negócio do recrutamento de imigrantes, ao que tudo indica, José Antunes dos Santos seguiu caminho inverso. Enquanto o primeiro era um representante comercial de importação e exportação de mercadorias, que depois se dedicou ao negócio da imigração (GONÇALVES, 2017), o segundo parece ter iniciado suas atividades recrutando imigrantes para posteriormente ampliar seus negócios através de novas sociedades em Portugal e no Brasil, como procuramos demonstrar mais adiante.

Encontramos o nome dele pela primeira vez nos arquivos portugueses, em duas cartas: uma enviada pelo vice-cônsul português em Campinas ao cônsul português no Rio de Janeiro e outra deste ao ministro dos Negócios Estrangeiros português. Nos documentos, as autoridades portuguesas criticavam as atividades do José Antunes dos Santos, um cidadão português, nascido na Ilha de São Miguel, nos Açores, onde ainda morava em 1886, que desempenhava “a reprovada missão de engajador³⁸” de imigrantes açorianos para o Brasil desde 1882 e era um agente “sem remorço de conciencia³⁹” porque recrutava os imigrantes contando mentiras para convencê-los a emigrar.

Em abril de 1885, José Antunes dos Santos assinou um contrato com o governo de São Paulo para introduzir 6 mil imigrantes⁴⁰. Segundo informação que consta no relatório do presidente da província, como o agente não conseguiu cumprir a meta no tempo necessário (até setembro de 1885), o Estado resignou o contrato dele. Apesar disso, outro acordo foi assinado em 17 de maio de 1886, quando Antonio de Queiroz Telles, o novo mandatário paulista, contratou com José Antunes dos Santos a introdução de 4 mil imigrantes da Europa ou das Canárias, Açores e Madeira, sendo mil suecos, dinamarqueses e alemães, alegando a necessidade de não se restringir aos

³⁸ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros – AMNE. Caixa avulsa sobre emigração. Caixa n.º 1067. Carta enviada em 2 de Março de 1886 pelo cônsul português no Rio de Janeiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português em Lisboa.

³⁹ AMNE. Caixa avulsa sobre emigração. Caixa n.º 1067. Carta enviada em 19 de Fevereiro de 1886 pelo vice-cônsul português em Campinas ao cônsul português no Rio de Janeiro.

⁴⁰ *Relatório com que Elias Antonio Pacheco...passou a administração da província de São Paulo...em 19 de Outubro de 1885...*, op. cit., p. 19; *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886*. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler & C, 1886, p. 37.

italianos como única fonte dos braços que a lavoura necessitava⁴¹. O contrato foi parcialmente cumprido entre agosto de 1886 e abril de 1887, com a entrada de 869 famílias, totalizando 3.174 indivíduos – mil alemães, suecos e dinamarqueses e o restante dividido entre os insulares – ao custo de 240 contos de réis⁴².

Nos anos posteriores, José Antunes dos Santos aparece na documentação somente como parceiro de Angelo Fiorita para transportar imigrantes portugueses e espanhóis. Entretanto, ao que tudo indica, desde 1886, ele se mudou para Lisboa onde fundou uma companhia, porque a partir de 1888, nos documentos, ele é referenciado como José Antunes dos Santos & Cia. Pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) talvez permitam descobrir mais sobre ele e os seus negócios, mas acreditamos que fundou uma companhia comercial conforme indicação de uma carta do Secretário das Obras Públicas e Industrias em 1896⁴³ e de outro documento de procuração, datado do mesmo ano, no qual aparece mencionado como José Antunes dos Santos & Companhia “de Lisboa, firma social representada pelo sócio José Antunes dos Santos⁴⁴”.

Alguns documentos sobre a emigração portuguesa para o Brasil confirmam que parte do serviço de arrolamento contratado junto à Fiorita era repassada a José Antunes dos Santos. Um ofício da Inspetoria de Imigração em São Paulo sobre a chegada de imigrantes portugueses embarcados na Ilha da Madeira no vapor alemão *Rhein*, trazia em seu cabeçalho: “por conta do contrato celebrado pelo Sr. Angelo Fiorita com o governo provincial e remetidos por José Antunes dos Santos” (SILVA, 1992). Um contrato celebrado entre Fiorita e José Antunes dos Santos ratifica essa informação. Conforme esse acordo José Antunes dos Santos se obrigava “a fazer embarcar e transportar os de nacionalidade portuguesa das ilhas da Madeira, Açores e Canárias e assim também Gallegos, Hespanhóis, Allemães e Belgas (...) todos os emigrantes deverão ser agricultores”.

⁴¹ *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Barão do Parnahyba no dia 17 de janeiro de 1887*. p. 124-125.

⁴² *Exposição com que o Exm^o. Sr. Visconde do Parnahyba passou a administração da Provincia de São Paulo ao Exm^o. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves Presidente desta Provincia no dia 19 de novembro de 1887*. p. 117. As subvenções eram as seguintes: 80\$000 pelos maiores de 12 anos; 40\$000 pelos de 7 a 12 anos; 20\$000 pelos de 3 a 7 anos.

⁴³ AERJ. Presidência do Estado. Caixa 037.288.Vol. I. Carta enviada em 17 de Novembro de 1896 pelo Major Martinho Alvares Ferreira da Silva e Jacintho Alvares da Silva procurador, ao Secretario das Obras Publicas e Industria.

⁴⁴ AERJ. Presidência do Estado. Caixa 037.288. Vol. I. Documento de procuração de 25 de novembro de 1896.

Em troca do recrutamento, Angelo Fiorita se obrigava a pagar a José Antunes dos Santos, “sessenta mil reis por imigrantes maiores de doze annos, trinta mil reis, por imigrantes de sete a doze annos e quinze mil reis por imigrante de três a sete annos (...) o preço das passagens [incluindo] todas as despesas e comissões a que (...) José Antunes dos Santos possa ter direito.” O contrato especificou igualmente que Angelo Fiorita “abrirá (...) um credito em qualquer praça da Europa ou remetendo por cabo telegráfico as quantias que lhe forem pedido”. O papel de José Antunes dos Santos ficou restrito ao recrutamento e transporte dos imigrantes já que não tinha “responsabilidade alguma pela collocação dos imigrantes. A responsabilidade que (...) José Antunes dos Santos assume por este contrato finaliza-se pelo embarco dos emigrantes de acordo com os contratos celebrados”. O contrato sendo executado na Europa por José Antunes dos Santos e no Brasil por Angelo Fiorita⁴⁵.

No final do mesmo ano, Angelo Fiorita assinou um novo contrato, representando ao mesmo tempo José Antunes dos Santos e Fonseca & Cunha, com o Governo Imperial para a introdução de 250 mil imigrantes europeus⁴⁶. Alguns anos depois, a firma de José Antunes dos Santos, a José Antunes dos Santos & Cia “com sede em Lisboa e sucursal em Gibraltar” (CÁNOVAS, 2001, p. 130), assinou um contrato com o governo de São Paulo para a introdução de 20 mil imigrantes⁴⁷ sendo qualificada como importante recrutador de imigrantes espanhóis (CÁNOVAS, 2001, p. 160).

Em 1895, a Sociedade Promotora de Imigração encerrou suas atividades. Havia introduzido em São Paulo mais de 220 mil europeus, em sua grande maioria italianos (*apud* HALL, 1969, p. 95)⁴⁸. A volumosa receita passaria a ser distribuída mediante novos contratos subordinados à Secretaria de Agricultura de São Paulo. Função assumida precocemente, já em 21 de agosto de 1894, quando foi concluído o primeiro acordo entre o estado com uma antiga conhecida da Promotora, a Angelo Fiorita & C. Acerto que pretendia trazer 50 mil europeus, sem exceder em 10 mil o número de italianos e que contou mais

⁴⁵ Arquivo Nacional do Brasil – ANB. Fundo 5º Ofício e Notas do Rio de Janeiro. Micro Im n.º 009.011.79. Livro 48, 37, 37v e 38. *Contrato para a introdução de imigrante de nacionalidade portuguesa do 12 de junho de 1888*, p. 37v.

⁴⁶ AERJ. Funda Presidência da Província. Caixa PP 049. Contrato assinado em 4 de dezembro de 1888 entre o Governo Imperial e Angelo Fiorita, Fonseca & Cunha e José Antunes dos Santos para introdução de 250 000 immigrants.

⁴⁷ Contrato de 6 de agosto de 1897 entre o Governo do Estado de São Paulo e José Antunes dos Santos & Cia. *Diário Oficial de São Paulo*, 10 de agosto de 1897, p. 21095-21096.

⁴⁸ *Relatorio da directoria da Sociedade Promotora de Imigração em 31 de dezembro de 1895*.

uma vez com a participação de José Antunes dos Santos⁴⁹. Na mesma data do contrato com a Fiorita, o governo também estabeleceu acordo com José Antunes dos Santos para introdução de 20 mil imigrantes: 10 mil espanhóis, 5 mil portugueses do continente e ilhas e 5 mil alemães, belgas suecos e dinamarqueses⁵⁰. Dois anos depois, em julho de 1896, José Antunes dos Santos assinou um contrato com o intendente da imigração no Estado de Rio de Janeiro para introduzir, no prazo de oito meses, 2 mil imigrantes de Portugal (continente e ilhas) e espanhóis das Canárias no Rio de Janeiro⁵¹.

Apesar das dificuldades enfrentadas no âmbito interno e externo, que traziam consigo grandes oscilações do movimento migratório, além do aumento significativo dos retornos, o afluxo de imigrantes na última década do Oitocentos chegou a quase 735 mil, com picos excepcionais em 1891, 1895, 1896 e 1897. A fórmula dos grandes contratos exclusivos para introdução de imigrantes, no entanto, dava sinais de esgotamento.

Na virada do século, a política de subvenção de passagens foi alterada pela Lei n. 673, de 9 de setembro de 1899, sobre o serviço de introdução de imigrantes, e regulamentada um ano depois pelo Decreto n. 823, de 20 de setembro. Fixou-se um prêmio por imigrante – primeiro, em libras esterlinas e diferenciado por nacionalidade, depois, no valor único de 50 francos⁵² – a ser pago às companhias de navegação ou armadores que se encarregassem de trazer braços para a lavoura constituídos em famílias de agricultores com pelo menos um indivíduo apto para o trabalho, além de impor limite ao número de imigrantes a serem introduzidos anualmente de acordo com os decretos a serem emitidos: em 1900 (4 mil); em 1901 (25 mil); em 1902 (10 mil); em 1904 (5 mil); em 1905 (20 mil); 1907 (10 mil); 1908 (10 mil); 1909 (10 mil); 1910 (10 mil)⁵³.

Regulamentou-se, ainda, “os pedidos de introdução de imigrantes com destino certo na lavoura” a serem encaminhados para a Secretaria da Agricultura, que os distribuiria às companhias de navegação, com as quais o governo havia ajustado o fornecimento de bilhetes de chamada⁵⁴. Esses pedi-

⁴⁹ Departamento Estadual do Trabalho. Contratos relativos á immigração. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. São Paulo, ano VI, n. 22, 1917, p. 47-48.

⁵⁰ Os 10 mil espanhóis deveriam ser da Galícia, Navarra, Vascongadas, Canárias, Málaga e Cáceres.

⁵¹ AERJ. Presidência do Estado. Caixa 32. Contrato de 10 de Julho de 1896 entre José Antunes dos Santos e o intendente da imigração, José Antonio de Freitas.

⁵² Para ter uma idéia de valor, informamos que em 1889, o Franco valia “mais ou menos” 345 réis. (SANTA-ANNA NERY, 1889, p. 316, *apud* DE FREITAS, 2014, p. 296).

⁵³ *Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo* (1900), p. 206-212.

⁵⁴ Decreto n. 1.247 de 17 de dezembro de 1904. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo* (1904), p. 137-140.

dos eram também conhecidos como “fórmulas de chamadas”, nos quais os fazendeiros estipulavam a quantidade de imigrantes requeridos.

As duas principais agências, antigas parceiras da Sociedade Promotora e do governo paulista, não ficaram de fora dessa nova fase. Em 23 de março de 1901, José Antunes dos Santos obrigava-se perante o estado a trazer 14 mil imigrantes espanhóis, portugueses, italianos e austríacos. Segundo informações oficiais, esse acordo e o de 6 de agosto de 1897 foram liquidados em 2 de maio de 1902⁵⁵. O que chama atenção, é que a agência foi autorizada, inclusive, a trazer mais 3 mil imigrantes pelo regime do Decreto n. 823⁵⁶. No relatório da Secretaria de Agricultura de 1902 encontram-se informações sobre esses contratos. José Antunes dos Santos deixou de trazer 2.570 imigrantes dos 14 mil e acabou por perder a importância de 10 contos depositada anteriormente como garantia da execução do acordo. No mesmo documento em que se expôs tal dificuldade, o secretário observou que terminados os contratos de março de 1901, estabeleceu-se o serviço de introdução de imigrantes mediante subvenção a qualquer companhia de navegação ou armadores, no regime do Decreto n. 823. Com o prêmio de 50 francos, o estado acabou por gastar 24.050 francos com a chegada de 481 pessoas em 1902⁵⁷.

As alterações promovidas pela Lei n. 673 em conjunto com o decreto já mencionado deixaram seus primeiros sinais nas Listas Gerais de Desembarque de Passageiros do ano de 1901. Assim, ao lado de Angelo Fiorita & C. e José Antunes dos Santos, começaram a aparecer nomes de companhias de navegação já bastante conhecidas no transporte de imigrantes – NGI, La Veloce, Ligure Brasileira, Transports Maritimes, Nord-Deutscher Lloyd – e outras, até então, nem tanto – as inglesas Royal Mail Steam Packet e Pacific Steam, as espanholas Cantabrica e A. Folch y C., as italianas Italia Società di Navigazione, Dufur & Bruzzo e Giuseppe Zino, a alemã Hamburg-Amerika, e a nacional Lloyd Brasileiro⁵⁸.

Na verdade, José Antunes dos Santos, além de ser um agente da Angelo Fiorita & C. e da Ligure Brasileira em Lisboa, anteriormente já representava a companhia de navegação francesa SGTMV. Esse acordo era fundamental para Fiorita estender sua área de recrutamento para outros países europeus

⁵⁵ Contratos relativos à imigração. *op. cit.*, p. 51. No entanto, de acordo com o Relatório da Secretaria da Agricultura de 1902, citado a seguir, o contrato de 23 de março de 1901 não foi cumprido integralmente.

⁵⁶ Contratos relativos à imigração. *op. cit.*, p. 51.

⁵⁷ *Relatório apresentado ao Bernardino de Campos, Presidente do Estado, pelo João Baptista de Mello Peixoto, Secretário da Agricultura, anno de 1902.* p. 173.

⁵⁸ Listas Gerais de Desembarque de Passageiros. Memorial do Imigrante de São Paulo. Microfilmes 1010/11; 1011/12; 1012/13; 1013/14; 1014/15; 1015/16 e 1016/17.

e assim cumprir as cotas das nacionalidades estipuladas nos contratos. A relação entre ambos está explicitada, por exemplo, na carta enviada à La Veloce em 1890, que o jornal *Fanfulla* reproduziu em 4 de junho de 1894, na qual Fiorita informava à companhia que “Seus grandes vapores fariam o transporte da emigração portuguesa e espanhola tocando Málaga, Barcelona, Almería, etc. (...) Um de nossos agentes e sócio de Lisboa, senhor José Antunes & Cia dará preferência aos seus vapores, mesmo sendo agente da Companhia Transports Maritimes de Marselha.”⁵⁹

Oferta que não se concretizou, pois a grande maioria dos imigrantes ibéricos encaminhados por José Antunes dos Santos continuou viajando em vapores franceses da Messageries Maritimes e SGTMV⁶⁰, e alemães da Nord-Deutscher Lloyd. A logística e a geografia determinavam a divisão das rotas entre as companhias. Os navios de bandeira francesa saíam de Marselha e tocavam portos do Mediterrâneo para embarcar imigrantes – Barcelona, Valência, Gibraltar, Málaga – enquanto os de bandeira alemã faziam escalas em portos atlânticos – Vigo, Leixões, Lisboa. Ambos podiam ainda parar nas Canárias, Madeira e Açores⁶¹. Nesse sentido, sua rede de recrutamento deveria agir eficazmente em amplo território e, para tanto, encontrava-se espalhada pela península e arquipélagos ibéricos, além de Bordeaux e Marselha.

A partir de meados do primeiro decênio do século XX, a entrada de imigrantes em São Paulo apresentou significativa modificação quanto à diversidade da nacionalidade dos que chegavam. Os italianos, sempre maioria, foram ultrapassados pelos espanhóis⁶². Tal fato pode ser creditado à entrada em vigor da lei de emigração italiana de 1901, cujos reflexos foram sentidos nos anos seguintes, às condições adversas que se impunham aos campos espanhóis e portugueses, mas também aos efeitos negativos causados pelas condições dos colonos nas fazendas, que se agravavam a cada crise na economia cafeeira.

⁵⁹ *Fanfulla*. 04 de junho de 1894. Centro de Apoio à Pesquisa (CAPH) – FFLCH/USP.

⁶⁰ Os vapores da SGTMV também foram utilizados por Angelo Fiorita & C. para trazer imigrantes italianos. Listas Gerais de Desembarque de Passageiros. Memorial do Imigrante. (vários anos).

⁶¹ Listas Gerais de Desembarque de Passageiros. Memorial do Imigrante. Microfilme 1005/6. Em menor medida no arquipélago dos Açores, cuja emigração direcionava-se, em sua grande maioria, aos Estados Unidos. Cf. LEITE, 1994.

⁶² No período 1910-1914, 88 692 italianos e 108 154 espanhóis entraram em São Paulo e, no período 1915-1919, foram 17 142 italianos e 27 172 espanhóis. Cf. LEVY, 1974, p. 83.

De engajador nos Açores a homem de negócio em praças portuguesas e brasileiras

Em 1903, Angelo Fiorita havia morrido e sua firma já não aparecia mais nas Listas Gerais de Desembarque de Passageiros. Antes desse ano e após várias parcerias com Fiorita, José Antunes dos Santos já tinha celebrado contrato de forma independente com o governo do Rio de Janeiro como em Julho de 1896⁶³ e com o governo de São Paulo em 1901, comprometendo-se a trazer portugueses, espanhóis e, de forma inédita até então, italianos. A ampliação de sua área de ação para Itália pode ser explicada pela associação com outra agência portuguesa de nome Rui D'Orey & C., para formar a Orey, Antunes & C., cuja sede continuava em Lisboa, porém com uma vasta rede de agências em cidades como Gênova, Nápoles, Vigo, Málaga, Marselha e Gibraltar. Existem fortes evidências a respeito dessa união. O acompanhamento das edições do *Almanack Laemert*, publicado no Rio de Janeiro, permite conjecturar sobre a evolução dessa sociedade, que contou com a participação, inclusive de brasileiros como Paulo Prado⁶⁴, o qual abriu, junto com José Antunes dos Santos, um “largo negócio de comissões”⁶⁵, estabelecido também em Lisboa sob o nome Orey Antunes & Cia.

Além disso, o histórico do grupo português Orey Antunes (que ainda hoje atua em diversos segmentos, inclusive o de navegação e comércio), informa que em 1900, a empresa Rui D'Orey & C., fundada em 1886 para se dedicar à venda de ferro e aço, iniciou sua atividade de agente de navegação, associando-se ao Sr. Antunes dos Santos, “comerciante na praça lisboeta que detinha alvará e licença para transporte de emigrantes para o Brasil, e que tinha estabelecimentos naquele país”. José Antunes dos Santos “teria proposto ao Ruy de Albuquerque d'Orey o negócio da navegação, tendo como base o transporte de emigrantes de Portugal para Terras de Vera Cruz” (CÂMARA, 2005, p. 23) e dando para o mesmo, em 1889, uma procuração “para que pudesse tratar do fretamento de navios e qualquer assunto respeitante à entrada de emigrantes no Brasil” (CÂMARA, 2005, p. 23). Muito provavel-

⁶³ AERJ. Presidência do Estado. Caixa 32. Contrato entre José Antunes dos Santos e o intendente de imigração, José Antonio de Freitas para introduzir 2 mil imigrantes de Portugal e da Espanha. Sobre os contratos com o Rio de Janeiro, consultar igualmente: ROCHA TRINDADE, 1984. Na Lista Geral de Desembarque de Passageiros existe menção a um contrato celebrado entre J. A. dos Santos e o Estado do Rio de Janeiro para a introdução de 10 mil imigrantes. Memorial do Imigrante. Microfilme 1006/7.

⁶⁴ Filho de Antônio da Silva Prado (1840-1929), político e cafeeiro influente, Paulo da Silva Prado (1869-1943) foi igualmente cafeeiro, investidor em negócios e escritor. Sobre essa sociedade na perspectiva da cafeicultura paulista e a demanda por braços, ver ALEGRE, 2014.

⁶⁵ *Gazeta d'Orey*, publicação familiar periódica, n° 3, Junho de 2005, p. 3

mente Antunes dos Santos e José Antunes dos Santos eram a mesma pessoa ou firma, pois em alguns relatórios da Associação Comercial registraram abaixo-assinados de negociantes ligados ao porto em que aparece o nome J. A. dos Santos⁶⁶. Anos mais tarde, em 1907, uma casa denominada Antunes dos Santos & C. entrou para a lista de sócios da mesma Associação⁶⁷, nome que começou a figurar também nas Listas Gerais de Desembarque de Passageiros em meados de 1905⁶⁸.

Ademais, sabemos que em 1892, José Antunes dos Santos estendeu a procuração ao irmão (Waldemar de Albuquerque d'Orey) e ao cunhado (Joaquim Pedro Quintela) do dono da Orey Company “alargando o âmbito das competências” (CÂMARA, 2005, p. 25) e que, em 1896, decidiram criar uma nova companhia, a partir da fusão da firma José Antunes dos Santos e Cia. e da firma Ruy d'Orey e Cia., constituindo em 1900, a casa Orey Antunes & Cia., “nome que permanece até o terceiro quartel do século XX” (CÂMARA, 2005, p. 25-27). Podemos supor que essa aproximação foi estratégica para José Antunes dos Santos obter ajuda para recrutar mais emigrantes em Portugal e aumentar as trocas comerciais com o Brasil.

Como já mencionamos, seria necessário realizar mais pesquisas nos arquivos portugueses para localizar documentos sobre esses últimos acordos, mas de maneira geral não encontramos a menção do nome Orey nas listas de passageiros ou em documentos brasileiros até o final do século XIX. Com efeito, as Listas de Desembarque testemunham que, a partir de 1900, José Antunes dos Santos começou a compartilhar o recrutamento dentro de sua área de atuação (Portugal e Espanha) com Orey, Antunes & C., este também responsável pelos imigrantes da Itália. De qualquer forma, a escassez de documentos exige um exercício de comparação para tentar comprovar essa sociedade. Ademais, encontramos esse nome em um documento sobre a criação, no Rio de Janeiro, em abril de 1900, da Orey Antunes & Cia com sedes em São Paulo e Santos, “para exploração de agencia de companhia de navegação, comissão e consignações⁶⁹”. No *Almanack do Rio de Janeiro*, em 1901, um anúncio de meia página da casa Orey Antunes & C. apresenta, juntamente com o nome dos sócios – José Antunes dos Santos, Ruy d'Albuquerque d'Orey, Waldemar d'Albuquerque d'Orey, José d'Albuquerque d'Orey e

⁶⁶ Relatório da Associação Comercial de Santos (1900-1901). Arquivo da Associação Comercial de Santos – ACS.

⁶⁷ Relatório da Associação Comercial de Santos (1907-1911). ACS

⁶⁸ Listas Gerais de Desembarque de Passageiros. Memorial do Imigrante. Microfilme 1015/16.

⁶⁹ ANB. Fundo da Junta Comercial. Book 382, register n.º 49115 and book 36, register n.º 8879, year 1900. *Contract of creation of the trade society Orey Antunes & Cia.*

Frederico d'Albuquerque d'Orey –, os dizeres: “Orey Antunes & C. de Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, sucessora da José Antunes dos Santos de Lisboa”⁷⁰.

Figura n.º 1
Anúncio da companhia Orey Antunes & C.

1092 NOTABILIDADES COMMERCIAES,

Orey Antunes & C.
DE LISBOA, RIO DE JANEIRO, S. PAULO E SANTOS

Successora de José Antunes dos Santos & C. de Lisboa

SOCIOS José Antunes dos Santos, Ruy d'Albuquerque d'Orey. Waldemar d'Albuquerque d'Orey. José d'Albuquerque d'Orey. Frederico d'Albuquerque d'Orey.	AGENTES NO BRAZIL: das Companhias seguintes: Companhia de Navegação Transports Maritimes de Marseille.
---	--

EM SANTOS E S. PAULO
Companhia Messageries Maritimes
de Bordeaux

EM LISBOA Companhia Transports Maritimes de Marseille
— La Ligure Brasileira — La Veloce. ✕ ✕ ✕

COMMISSÕES e CONSIGNAÇÕES

15 Rua do Commercio 15, (S. Paulo) CAIXA do CORREIO N. 237
END. TELEG.— DOREY

RIO DE JANEIRO — Rua General Camara, 10 — (Caixa do Correio, 683)
Santos — Rua Quinze de Novembro 65 — Caixa do Correio 202

Fonte: *Almanack Laemert* do Rio de Janeiro, 1901. BN.

A análise do “Mapa dos imigrantes entrados pelo porto de Santos no ano de 1901”, que faz parte do Relatório da Associação Comercial de Santos⁷¹ permite constatar que José Antunes dos Santos foi responsável pela entrada de 18.360 imigrantes (Orey, Antunes & C. não foi citado nesta estatística); as nacionalidades não estavam discriminadas em relação aos introdutores, mas considerando-se que o número de portugueses e espanhóis era de 8.703, e que A. Fiorita & C. trouxe 29.613 dos 41.908 italianos, restaram 12.295 destes. Mesmo que todos os imigrantes trazidos pelos “armadores diversos” e os espontâneos fossem italianos, ainda sobriam 9.385 italianos que obrigatoriamente chegaram ao porto de Santos por conta do agente português.

⁷⁰ *Almanack do Rio de Janeiro*, 1901. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – BN.

⁷¹ Relatório da Associação Comercial de Santos, 1902. ACS

Nas Listas Gerais de Desembarque de Imigrantes para o mesmo ano⁷² observa-se que a soma dos imigrantes italianos (trazidos por Orey, Antunes & C.), portugueses e espanhóis (recrutados por José Antunes dos Santos) chegou a 18.368, número muito próximo daquele que aparece no relatório da Associação Comercial de Santos e atribuído unicamente a José Antunes dos Santos.

Quadro n.º 1
Mapa dos imigrantes que chegaram ao porto de Santos em 1901, por nacionalidades

Italianos	Espanhóis	Portugueses	Poloneses	Húngaros	Austríacos	Suíços	Total
41.908	5.883	2.820	189	49	33	1	50.883

Fonte: *Relatório da Associação Comercial de Santos*, 1902. Anexo n. 75. ACS.

Quadro n.º 2
Mapa dos imigrantes que chegaram ao porto de Santos em 1901, por agências introdutoras

Angelo Fiorita & C.	29.613
José Antunes dos Santos	18.360
Diversos Armadores	2.015
Espontâneos	895
Total	50.883

Fonte: *Relatório da Associação Comercial de Santos*, 1902. Anexo n. 75. ACS.

No *Jornal do Commercio*, na seção “Avisos Marítimos” existiam anúncios de Orey, Antunes & C. que informavam o endereço das sedes em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro⁷³. O nome de José Antunes dos Santos não consta no jornal, mas o endereço da Antunes dos Santos & C. (rua 15 de Novembro, 70) fornecido pelo relatório da Associação Comercial de Santos, era praticamente o mesmo da publicidade. Em 1915, a casa D’Orey & C. apareceu na relação de sócios da mesma Associação. Ao seguirmos os anúncios do *Almanack do Rio de Janeiro*, já mencionado acima, verificamos a convivência das firmas José Antunes dos Santos, Antunes dos Santos & C., Orey Antunes dos Santos & C. e D’Orey & C., nas duas primeiras décadas do século. Sem contar que as relações dos sócios apontam para uma imbricada rede formada por esses ho-

⁷² Listas Gerais de Desembarque de Passageiros. Memorial do Imigrante. Microfilmes 1010/11, 1011/12 e 1012/13.

⁷³ *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (1900-1901) Seção Diária: “Avisos Marítimos” (anúncios de saída dos Vapores), várias edições. BN.

mens de negócios, na qual cada um tinha sua parte nas diversas sociedades: por exemplo, em 1903, a firma Orey Antunes dos Santos & C. apareceu como sócia da Antunes dos Santos & C.; em 1909, foi José Antunes que também constou como sócio da Antunes dos Santos & C.; anos mais tarde, em 1915, Orey Antunes & C. surgiu com sócio da D'Orey & C.⁷⁴.

Em meio a essa profusão de nomes, deve-se destacar o interesse da casa Ruy D'Orey no negócio de recrutamento de imigrantes e a união de forças com José Antunes dos Santos, que propiciou à nova casa intensificar a participação nesse tipo de serviço. Foi assim que após o final dos grandes contratos, Orey, Antunes & C. tornou-se um dos importantes responsáveis pela entrada de imigrantes no regime instituído pelo Decreto n. 823 de 1900 em execução da Lei n. 673 de 1899, que estabelecia um prêmio a ser pago pelo Estado a quem transportasse europeus aptos para a lavoura. Tal fato ocorreu até meados de 1907. A partir de então, surgiu o nome de Antunes dos Santos & C., que continuou importando braços para São Paulo, sobretudo espanhóis durante o auge dessa imigração⁷⁵.

A despeito das mudanças de nome, ao menos uma característica foi mantida, a representação comercial da Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur que, como já mencionado, foi uma das mais importantes companhias de navegação a transportar imigrantes europeus para o Brasil. Da mesma forma, quando a SGTMV, para facilitar suas relações com a administração espanhola, decidiu fundar, em 03 de julho de 1909, uma filial, a Companhia de Navigation France-Amérique, particularmente destinada a transportar a emigração espanhola para a América do Sul (CROCE, 2003, p. 54), a firma Antunes dos Santos & C. começou a aparecer em anúncios do *Almanack do Rio de Janeiro* como agente geral dessa nova companhia⁷⁶.

Parceria que proporcionou passageiros em grande quantidade para a companhia de navegação francesa lotar suas instalações de 3ª classe, ao mesmo tempo em que permitiu a José Antunes dos Santos expandir seus negócios a partir do recrutamento de imigrantes europeus, associando-se a homens de negócios do Brasil e de Portugal. O breve histórico publicado na obra *Impressões do Brasil no Século Vinte* resume parte da trajetória deste açoriano.

⁷⁴ *Almanack do Rio de Janeiro*, 1901-1918. BN.

⁷⁵ Listas Gerais de Desembarque de Passageiros. Memorial do Imigrante. Microfilmes 1015/16 a 1035/36.

⁷⁶ *Almanack do Rio de Janeiro*, 1910 e 1915. BN.

Há cerca de 13 anos, fundou o sr. Antunes dos Santos, de sociedade com o dr. Paulo Prado, a firma acima, no Rio de Janeiro, estabelecida também em Lisboa sob o título Orey Antunes & Cia. A casa do Rio adquiriu em breve posição proeminente, não só pelo seu largo negócio de comissões, como também pela avultada importação, que faz por conta própria, com a introdução de automóveis no Rio de Janeiro. Em 1908 instalaram os srs. Antunes dos Santos & Cia., à Rua Silveira Martins, 139, uma grande e espaçosa garagem, capaz de acomodar 50 carros grandes, munida de oficinas de reparos, depósito de acessórios e outras seções necessárias ao bom andamento de um estabelecimento deste gênero (LLOYD *et al.*)⁷⁷.

O negócio da emigração, no entanto, parece nunca ter saído do horizonte de José Antunes dos Santos. Em documentos do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, compilados por Halpern Pereira, cujo tema era o transporte de emigrantes, o aliciamento de portugueses para o Brasil na década de 1920 era destaque. Um ofício “confidencial” do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração encaminhado ao Consul português em Santos (SP), datado de 06 de abril de 1924, por exemplo, informava que vinham “de há muito tempo os negocios da casa Orey, Antunes & Cia., com varias empresas de emigração desse Estado” e que a “casa Orey, Antunes & Cia. é uma das agencias de Navegação que maior numero de emigrantes transporta”, a “unica que mensalmente conduz emigrantes portugueses com bilhetes de passagens pagos nessa cidade pelas taes empresas de emigração”, acarretando “exodo de famílias completas”.

Três anos mais tarde, outro ofício sobre o tema da emigração fazia o caminho inverso – do consulado em Santos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa – informando sobre as alterações nas autorizações concedidas pelo Departamento Estadual do Trabalho à Sociedade Paulista de Imigração e Colonização à Antunes dos Santos & Cia. “(firma portuguesa)” para introdução de imigrantes no exercício de 1927 (PEREIRA, 2002, p. 354-356). No ano seguinte, a firma de Antunes dos Santos chegou a trazer 1.541 imigrantes por conta do contrato de 14 de janeiro de 1928 com o governo paulista (PAIVA, 2004, p. 110)⁷⁸.

⁷⁷ Uma obra panorâmica, com mais de mil páginas, ricamente ilustrada, dedicada a apresentar a ocupação do território brasileiro e as atividades econômicas nele desenvolvidas.

⁷⁸ Paiva compilou as informações do *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo*, ano XIX, n. 70, 1930.

Considerações Finais

A história dos intermediários no processo migratório no Brasil mostra como os governos europeus foram implicados em uma ordem mundial globalizada no final do século XIX e início do século XX. Com efeito, não é possível entender a função dos intermediários sem levarmos em consideração o sistema de rede global que se configurava de forma mais complexa. Ademais, não se pode apreender a importância do papel dos intermediários sem cruzar as informações contidas em diversas fontes, brasileiras e de outros países. No caso do José Antunes dos Santos, foram necessárias tanto fontes brasileiras como portuguesas para conseguir esboçar o perfil desse personagem que de simples recrutador de imigrantes, possivelmente nos Açores, passou a recrutar milhares de imigrantes portugueses e espanhóis, transitando de pequeno negociante para homem de negócios ligados à importação e exportação, não apenas de braços, mas também de mercadorias. Certamente, seria preciso alargar as pesquisas para obtenção de mais informações sobre seu percurso, pois, como escreveu a historiadora portuguesa Miriam Halpern Pereira, o papel das agências de emigração e outros intermediários “um dos grandes negócios da época, [é] um assunto bastante silenciado” (PEREIRA, 2009, p. 45).

Cabe lembrar ainda que, apesar de as correspondências diplomáticas portuguesas serem úteis e importantes para entender a história dos intermediários, os pesquisadores devem tomá-las com muito cuidado porque refletem somente o ponto de vista das autoridades que as produziram. Os documentos portugueses e brasileiros que utilizamos fornecem uma imagem negativa desses intermediários, mas podemos considerar que, apoiados nos subsídios destinados pelo governo brasileiro ao transporte de imigrantes, entendido como instrumento fundamental para incentivar a vinda de trabalhadores, esses intermediários desempenharam um papel bem-sucedido prestando serviços essenciais – e certamente lucrativos – ao estabelecimento de uma rede global: Brasil-Portugal e, geralmente, Europa-Brasil.

Não há dúvida de que as ações dos intermediários foram muito criticadas. Porém, o fato de terem contribuído para o aumento da emigração para o Brasil e os reflexos econômicos importantes das remessas monetárias para os países de origem dos emigrados, levaram até mesmo os críticos mais acerbos da ação desses intermediários a admitirem uma contribuição positiva. Com efeito, por exemplo, durante mais da metade de um século, a economia portuguesa dependeu muito das remessas que ajudaram a construir

a infraestrutura do país, além dos efeitos positivos em escala micro para as famílias que recebiam dinheiro dos emigrados (CHANEY, 1986).

O múltiplo papel das remessas na economia portuguesa pode explicar em parte a ambígua política de emigração do governo português e porque os recrutadores, apesar de incomodarem e serem criticados em artigos de jornais e correspondências diplomáticas, nunca tiveram grandes impedimentos para lidar com seus negócios lucrativos de engajadores de emigrantes. Dentre eles, destacou-se José Antunes dos Santos, uma trajetória de sucesso, que esta pesquisa, dentro de seus limites, procurou perseguir no esforço de apreender os reflexos do plano estrutural – a grande emigração europeia para a América – em percursos individuais, como foi o caso deste contratador de imigrantes que saiu dos Açores para estabelecer uma ponte entre a Europa meridional e o Brasil.

Fontes e Bibliografia

Fontes

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO, 1916 – Dados para a Historia da Imigração e da Colonização em S. Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano V, n. 19. São Paulo, p. 175-208.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO, 1917 – Contratos relativos á imigração. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano VI, n. 22. São Paulo, p. 39-55.

LLOYD, Reginald; FELDWICK, W.; DELANEY, L. T.; EULALIO, Joaquim; WRIGHT, Arnold (orgs.), 1913 – *Impressões do Brazil no Século Vinte: sua história, seu povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g38n.htm>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

SANTA-ANNA NERY, Frederico José de, 1889 – *Le Brésil en 1889*. Paris: Ch. Delagrave/Syndicat du Comité franco-brésilien.

Bibliografia

ALEGRE, Silvia Elena, 2014 – *O tráfico de andaluzes para o café: cafeicultores paulistas no negócio de atração e transporte de imigrantes (1886-1918)* (dissertação de Mestrado em História apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

CÂMARA, Maria João da, 2005 – *Orey, uma família, uma empresa, 1886-2006*. Lisboa: Medialivros-Actividades Editoriais, SA.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann, 2001 – *A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista* (dissertação de Mestrado em História apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

- CHANEY, Rick, 1986 – *Regional emigration and remittances in developing countries: the Portuguese experience*. Nova York: Praeger.
- CROCE, Alain, 2003 – *La Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur et ses filiales: Compagnie de Navigation France-Amerique, Sefton Steamships Company & Lloyd Latino*. Le Touvet: Éditions M.D.V.
- DE FREITAS, Nelly, 2014 – *Des vignes aux cafés: Étude socio-économique et statistique sur l’émigration de l’archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIXe siècle*. Funchal: CEHA, Coleção Teses 14.
- DORE, Grazia, 1956 – Il mezzogiorno e gli agenti di emigrazione. *Rassegna di Politica e di Storia*, v. 3, p. 10-17.
- FEYS, Torsten et al. (orgs.), 2018 – *Maritime Transport and Migration: The Connections between Maritime and Migration Networks*. Liverpool Scholarship Online. Disponível em: <https://doi.org/10.5949/liverpool/9780973893434.001.0001>. [Acesso em: 09 de set. 2022].
- GONÇALVES, Paulo Cesar, 2012 – *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda/Fapesp.
- GONÇALVES, Paulo Cesar, 2014 – “Agenti, subagenti, engajadores e ganchos: o recrutamento de emigrantes na Europa Mediterrânea”, in Fernando de Sousa et al. (orgs.), *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: CEPESE, p. 276-298.
- GONÇALVES, Paulo Cesar, 2017 – “Un principe mercante” ao sul do Equador. *Archivio Storico dell’Emigrazione Italiana – A.S.E.I.*, Viterbo/Itália, v. 13, p. 131-143.
- GONZÁLEZ, Alexandre Vázquez, 2002 – Os novos senhores da rede comercial da emigração a América por portos galegos: os consignatarios das grandes navieiras transatlânticas, 1870-1939. *Estudios Migratórios*, n.º 13-14, p. 9-49.
- HALL, Michael, 1969 – *Origins of mass migration in Brazil, 1871-1914* (tese de Doutorado). Nova York: Columbia University.
- HOBBSAWM, Eric J., 1996 – *A era do capital, 1848-1875* (5ª. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOLLOWAY, Thomas H., 1984 – *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934* (tradução de Eglê Malheiros). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1991 – O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil 1851-1914. *Análise Social*, n.º 112-113, p. 741-752.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1994 – *Portugal and emigration, 1855-1914* (tese de Doutorado). Nova Iorque: Columbia University.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1996 – Os negócios da emigração (1870-1914). *Análise Social*, v. XXXI, n. 136-137, p. 381-396.
- LEVY, Maria Stella Ferreira, 1974 – O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista Saúde Pública*, 8 (supl.), p. 49-90.
- MARTELLINI, Amoreno, 2001 – “Il commercio dell’emigrazione: intermediari e agenti”, in Piero Bevilacqua; Andreina de Clementi; Emilio Franzina (orgs.), *Storia dell’emigrazione italiana*, v. I. Roma: Donzelli Editore, p. 463-475.
- PAIVA, Odair da Cruz, 2004 – *Caminhos cruzados: Migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru, SP: Edusc.

- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: Edusc; Portugal: Instituto Camões.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2009 – A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano. *Ler História*, 56, p. 41-50.
- ROCHA TRINDADE, Maria Beatriz, 1984 – *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa; Instituto Português de Ensino a Distância.
- ROSOLI, Gianfausto, 1992 – Un quadro globale della diaspora italiana nelle Americhe. *Altreitalie*, n.º 8, p. 8-24.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás, 1988 – *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Editorial.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1992 – *Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica.
- SORI, Ercole, 1979 – *L'emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*. Bolonha: Il Mulino.
- VENDRAME, Maíra Ines, 2016 – *O poder da aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH/RS.

Leis para os que se vão buscar: o engajamento de colonos nos Açores do século XIX

*André Nicolau*⁷⁹

Os Açores fazem, naturalmente, o comércio da escravatura branca, e aqui aonde tão alto se levantam as vozes contra a escravatura preta, não se consentirá a proteção desta outra escravatura tão escandalosa, que se faz diferença daquela outra, não é senão para mais abominável, porque trafica gentes mais civilizadas do que aqueles outros (GARRETT, 1839, p. 215).

O século XIX ficou marcado por uma intensa campanha de combate ao tráfico e à escravatura negreira, da qual o Brasil não ficou excluído, na medida em que “coube aos portugueses o papel pouco honroso de terem iniciado o tráfico de escravos no Atlântico” cujo principal destino era, pois, a colónia brasileira (CALDEIRA, 2013, p. 29).

O tráfico de escravos é uma marca incontornável na história do Brasil, quer enquanto colónia portuguesa e, após 1822, na qualidade de país independente, em virtude das dimensões que atingiu, do peso económico que representou e das consequências resultantes de três séculos de um intensivo abastecimento de mão de obra coerciva, nomeadamente a miscigenação e o desequilíbrio racial (NICOLAU, 2019, p. 31).

Estima-se que, ao longo de trezentos anos, mais de quatro milhões de africanos desembarcaram nos portos brasileiros. De acordo com os dados apresentados por Helbert Klein, entre 1531-1575 chegaram cerca de dez mil escravos no Brasil, ao passo que entre 1846-1850 o número ronda os duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos negros, numa altura em que o cerco se apertava cada vez mais aos esclavagistas brasileiros, culminando com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850 (KLEIN, 1987, p. 132-133).

Não obstante, importa recuar aos alvares da centúria de oitocentos por forma a compreender a origem e as causas da pressão abolicionista, assim como as alternativas forjadas para fazer face à anunciada gradual necessidade de substituição do trabalho escravo.

⁷⁹ CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Pressão britânica, desequilíbrio racial e revoltas negreiras no Brasil

No decorrer do primeiro quartel do século XIX registaram-se profundas mudanças na sociedade brasileira, na verdade, assistimos à combinação de um conjunto de fatores que colocou em causa a ordem estabelecida, isto é, uma sociedade marcadamente escravocrata e racista, na qual uma minoria branca detinha em “cativo” uma imensidão de negros que, perante a lei, eram equiparados a “bens transacionáveis”. Este registo manteve-se até ao século XIX, altura em que a Grã-Bretanha entrou em cena, encetando diligências no sentido de compelir à abolição do tráfico e, num segundo momento, da escravatura em Portugal e, por conseguinte, no Brasil, que era onde se concentrava o cerne da atividade escravagista.

A Grã-Bretanha assumiu-se como grande instigadora de uma intensa campanha de negociações e boicote ao tráfico de escravos, voltando costas ao vil comércio que contribuiu, sobremaneira, para o crescimento económico britânico durante três séculos. De acordo com Valentim Alexandre, o arranque da Revolução Industrial assumiu-se com uma premissa determinante, criando condições propícias à campanha humanitária encabeçada pelos britânicos, pois atenuou o peso político e económico dos interesses mercantis baseados no exclusivo de que gozava o açúcar das Antilhas no mercado britânico (ALEXANDRE, 1991, p. 294). Ademais, o surto industrial modificou os parâmetros sociais e económicos vigentes, de maneira que a escravatura se assumia como um obstáculo ao seu incremento, desde logo, porque interessava manter os escravos em África, que funcionava como mercado de abastecimento de matérias-primas e de escoamento de produtos.

Em resultado do apoio à manutenção da independência nacional⁸⁰, na sequência das invasões francesas, a coroa portuguesa viu-se sem condições para recuar perante as exigências britânicas, de maneira que foram assinados dois tratados, em 1810, de aliança e amizade, e de comércio e navegação, que se revelariam muito vantajosos para a coroa britânica, contrastando com o agravamento da situação social e política nacional. À luz do artigo 10.º do Tratado de Aliança e Amizade, D. João VI, à época ainda príncipe regente, comprometia-se a cooperar para com a “causa da humanidade e da justiça”,

⁸⁰ França e Espanha firmaram, em novembro de 1807, o Tratado de Fontainebleau, que previa a invasão e posterior divisão de Portugal pelas duas nações.

através da paulatina abolição do tráfico de escravos em todos os territórios lusos (*Coleção das Leis do Brasil de 1810, 1891*, p. 43-50).

Não obstante o acordado no Tratado de Aliança e Amizade, D. João VI tentou retardar o mais possível a abolição do tráfico de escravos, dado que o Reino de Portugal não estava preparado para perder a mão de obra escrava no imediato, mormente o território brasileiro, onde o trabalho coercivo se assumia como máquina catalisadora da economia.

A contenda não ficou resolvida durante o jugo português em solo brasileiro, nem tão pouco nos primeiros anos de independência do Brasil, pese embora a assinatura de novos acordos, nomeadamente o Tratado anglo-brasileiro de 1826, à luz do qual a Grã-Bretanha reconhecia a independência do Brasil, em troca da extinção do tráfico de escravos no período de três anos após a sua ratificação, que aconteceu a 13 de março de 1827.

A opinião pública dividia-se entre os abolicionistas e os escravagistas⁸¹, que se envolveram em longos debates ideológicos, nomeadamente na imprensa, todavia a elite escravocrata tinha um elevado peso social e económico, o que explica, em parte, o grau de complexidade e morosidade de que se revestiu o processo de abolição do comércio de escravos e a abolição da escravatura no Brasil.

A montante da intensa pressão exercida pela Grã-Bretanha, e do surgimento de uma facção de arraigados abolicionistas brasileiros, não pode ser esquecido o clima de insegurança semeado por revoltas negreiras, que puseram em xeque esta ameaça intermitente, que ganhou maiores proporções face ao desequilíbrio racial patente no Brasil, como podemos aferir no quadro n.º 1.

Quadro n.º 1
População do Brasil por etnia e condição social em 1798 e 1872 (em 1000)

	1798	1872	Taxa de crescimento em %	Distribuição em % 1798	Distribuição em % 1872
Europeus	1.010	3.787	1,79	31,1	38,1
Africanos (inclusive mulatos)	1.988	5.756	1,44	61,2	58,0
Africanos livres	406	4.245	3,17	12,5	42,7
Africanos escravos	1.582	1.511	-0,06	48,7	15,2
Índios	252	387	0,58	7,8	3,9
Total	3.250	9.930	1,51	100,0	100,0

Fonte: MERRICK, GRAHAM, 1979, *apud* BACCI, 2002, p. 155.

⁸¹ Sobre o debate entre abolicionistas e escravagistas, veja-se, por exemplo, SIQUEIRA, 2017.

Se juntarmos a esta equação o exemplo legado pela Revolta Haitiana é, pois, natural que a elite agrária brasileira começasse a sentir um certo desconforto mediante o intensificar de boicotes e agitações negreiras.

Os escravos eram equiparados a objetos transacionáveis, vendidos em mercados negreiros, após uma travessia intercontinental, repleta de desgaste, epidemias e privações. Os cativos procuravam, por vários meios fugir, ao calvário a que estavam sujeitos, mas, caso fossem capturados eram torturados e, por vezes, mortos para servir de exemplo aos demais. Não obstante o embaraço que as fugas causavam aos fazendeiros, foram as insurreições em massa que maior apreensão semearam, na medida em que ameaçavam a segurança pública, numa sociedade dominada por uma minoria branca que era dona de escravos. Os escravos encontraram na rebelião uma poderosa arma na luta e resistência contra a escravidão, enfraquecendo o poderio dos fazendeiros através da fuga, da construção de quilombos, de assaltos, chegando ao ponto de assassinar capatazes e os próprios senhores de terras e seus familiares.

A resistência negra foi um processo contínuo e permanente⁸² com caráter racial e social. Jaime Rodrigues foi um dos autores que estudou as rebeliões escravas ainda em solo africano e durante a travessia atlântica. A título de exemplo, chega-nos um relato datado de 1782 que se desenrolou em um navio no porto de Cabine, onde:

Negros embarcados sublevaram-se, arrombaram o paiol onde estavam as armas e munições e ocuparam o convés do navio. Apesar da resistência dos tripulantes que abriram fogo contra os rebelados e mataram alguns deles. Os negros responderam que não se rendiam, que se os apertasse largavam fogo ao navio e que preferiam morrer a sair dali. O final desse processo a morte de todos aqueles que estavam a bordo, pois os escravos espalharam pólvora por todo navio e atearam fogo (RODRIGUES, 1968, p. 223-224, *apud* COSTA, 2012, p. 8).

Na verdade, os negros eram vistos como uma fonte inesgotável e extremamente rentável, pelo que as desordens e fugas foram minimizadas, até que a situação tomou grandes proporções e um grande número de escravos

⁸² De acordo com RODRIGUES (1968), a fuga e formação de quilombos remonta a 1559 e manteve-se até abolição da escravatura, pela Lei Áurea, em 1888.

se começou a rebelar⁸³, de forma mais ou menos organizada, contra a minoria branca de quem eram propriedade.

Face ao intensificar da pressão britânica e do clima de insegurança que pairava, várias foram as vozes a defenderem publicamente a gradual substituição da mão de obra escrava, acompanhada da introdução de imigrantes europeus atreitos aos trabalhos agrícolas. Falamos, pois, de nomes como o de Hipólito José da Costa, fundador do *Correio Braziliense* (1808-1822), José Eloy Pessoa da Silva, autor de *Memoria sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus, e pretos da África no Império do Brasil* (1826), João Severiano Maciel da Costa que, cinco anos antes, publicou *Memoria sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil: sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remedir a falta de braços que ela pode ocasionar*, ou ainda o Visconde de Abrantes que, anos mais tarde, em 1846 trouxe a lume *Memoria sobre meios de promover a colonização*.

Efetivamente, durante a década de vinte do século XIX intensificou-se a campanha de atração de imigrantes europeus destinados a fixarem-se em regiões despovoadas, ou com carência de população, recebendo, para o efeito, privilégios por parte da Coroa.

Atrair para colonizar *versus* engajar para lucrar

Ainda durante a longa estadia da família real no Brasil, mais concretamente no ano de 1818, D. João VI arquitetou uma política de imigração assente na atração de colonos europeus selecionados que vinham, segundo o monarca, “promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brasil a qual não pode rapidamente progredir sem o auxílio, e acrescentamento de habitantes atreitos dos diversos géneros de trabalho com que a agricultura e a industria costumam remunerar os Estados que as agasalham”⁸⁴ (*Coleção das Leis do Brasil de 1818*, 1889, p. 40). Ademais, era imperativo pôr em marcha um plano com vista à gradual substituição dos escravos por braços europeus, como sinal de boa vontade às exigências britânicas, sem esquecer

⁸³ Uma das mais célebres rebeliões ficou conhecida como revolta ou levante dos Malês, tendo deflagrado na Bahia em 1835. Os africanos sublevados eram, na sua maioria, afetos ao islamismo e pugnavam contra duas pesadas heranças do sistema colonial português, desde logo a prática da escravatura e a intolerância religiosa. Sobre este conflito, veja-se REIS, 1986.

⁸⁴ Optou-se pela atualização da grafia.

a classe latifundiária brasileira que começava a sentir as consequências da intervenção britânica, nomeadamente o aumento da procura de escravos e a inflação do valor de mercado.

D. João VI deu o primeiro passo naquilo a que podemos chamar de “política de atração de colonos europeus”, que pugnava, entre outros objetivos, pelo reforço da mão de obra no espaço rural, o que atenuaria, desde modo, os danos económicos, sociais e políticos da possível abolição do tráfico de escravos na colónia brasileira. No plano externo, procurou estreitar relações de amizade com a Confederação Suíça, de modo a facilitar a vinda de população excedente daquela proveniência, custeada a expensas estatais e atraída por uma política de doação de terras⁸⁵.

Ora, por carta régia datada de 2 de maio de 1818, o rei decide “anuir favoravelmente à solicitação que me foi presente por parte do Cantão de Friburgo”, visando o estabelecimento de algumas famílias suíças no Reino do Brasil, em troca da concessão de “convenientemente porção de terreno para utilmente cultivarem, além de outras vantagens que lhes mandei declarar”. Quatro dias depois, a 6 de maio, o monarca promulgou um decreto onde “manda comprar a fazenda denominada do Morro Queimado, em Cantagalo para assento de uma colónia de suíços”, tendo encarregado “da Inspeção do Estabelecimento dos Colonos Suíços, Monsenhor Miranda, chanceler-mor do Reino do Brasil, por confiar da sua inteligência e merecimento, esta importante Comissão” (*Coleção das Leis do Brazil de 1818*, 1889, p. 39-42).

No período pós Grito do Ipiranga, D. Pedro I deu continuidade à política de captação de braçais, financiando a fixação de colonos europeus em pequenas propriedades que, desta feita, provinham da Irlanda e Alemanha e não exclusivamente da Suíça (SIQUEIRA, 2017, p. 185).

A angariação de colonos a expensas estatais tinha os dias contados. Gerou-se uma onda de contestação à política de colonização imperial, assente na concessão de créditos e na doação de terras, depauperando, deste modo, o erário imperial. A classe terratenente dava voz a um protesto que ecoava na imprensa e no parlamento, onde, através da pena ou do uso da retórica, as contestações de nomes como o do senador de São Paulo e em várias ocasiões ministro, Nicolau de Campos Vergueiro, foram recorrentes.

⁸⁵ Além de fretar o transporte dos colonos e de lhes conceder terras, o governo brasileiro responsabilizava-se, também, pelo apetrechamento de ferramentas agrícolas, animais, sem esquecer as ajudas de custo concedidas até que os núcleos coloniais se tornassem autossuficientes.

Em 1828, Campos Vergueiro posicionou-se contrário à criação de um núcleo colonial em São Paulo, asseverando que “chamar os colonos para fazê-los proprietários a custas de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças. O meu parecer, pois, é que se acabe o quanto antes com a enorme despesa que se está fazendo com eles [...]” (*apud* SIQUEIRA, 2017, p. 201).

Outro dos parlamentares que mais se opunha aos elevados gastos com a vinda de colonos foi Xavier Ferreira, uma vez que entendia que ocupavam as melhores terras e que só davam despesas, nas palavras do mesmo “40 contos de réis por ano de Ordenados, e Subsídios mensais com esta gente inútil, e prejudicial, a qual, apenas se lhe paga, dispensa-se, vão vadiar, e só voltam o seguinte mês para receber dinheiro” (*apud* SIQUEIRA, 2017, p. 202).

Os intentos da elite agrária brasileira não se harmonizavam com as premissas colonizadoras seguidas até 1830, empenhados que estavam em manter a grande propriedade e a economia agrícola de exportação. Para o efeito, diligenciaram a vinda de trabalhadores braçais de todo o mundo destinados a adensar a disponibilidade de mão de obra nas fazendas, que entrava em decréscimo devido ao aumento do valor de mercado dos escravos africanos (ALENCASTRO, 1998, p. 31).

A materialização dos intentos dos fazendeiros projetou-se sob a forma de um grande empreendimento cuja base assentava na articulação de uma vasta rede de intermediários e de serviços, da qual:

[...] participaram instituições públicas, companhias de navegação, companhias ferroviárias, agências de recrutamento e de colonização, propagandistas, agentes e subagentes, bancos, casas de câmbio e hospedagem nas cidades de embarque e desembarque. Uma complexa rede de atividades que acabou por estender seus braços ao comércio local e internacional. (GONÇALVES, 2008, p. 222).

Numa altura em que o tráfico de escravos dava sinais de comprometimento no Brasil, eis que os grandes prejudicados, isto é, os traficantes e as companhias envolvidas no tráfico e os fazendeiros a quem estes vendiam os escravos, se viram para o aliciamento de imigrantes pobres e analfabetos, ora formando ou financiando companhias e associações de colonização, que tinham uma vasta rede de agentes, desde autoridades do país de origem, engajadores, companhias de navegação, entre outros, que lucravam com o “negócio da emigração”, porque o empregador que contrata o trabalhador

rural paga o preço da viagem do mesmo, em troca de alguns anos de trabalho gratuito⁸⁶, definidos num contrato de locação de serviços, com a agravante de serem, muitas vezes, agentes portugueses os responsáveis e os que mais lucravam por esta “caça” à carne branca. (NICOLAU, 2019, p. 50-51). A esse respeito, atentemos no seguinte ofício endereçado ao Ministro da Marinha em 1843⁸⁷:

A emigração efetua-se ordinariamente em navios portugueses, e é promovida por especuladores portugueses, comumente os mesmos que se empregavam no tráfico da escravatura e que disto se têm algum tanto desviado em consequência de já não ser já a bandeira portuguesa a que melhor cobre aquele trato. Um dos tais traficantes dirige-se ordinariamente às ilhas dos Açores ou Madeira, onde outros agentes têm previamente angariado número suficiente de colonos, e ali os embarca a furto, iludindo as autoridades, e contrariando as sábias decisões do governo de Sua Majestade (*Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a emigração portuguesa*, 1873, p. 33).

À imagem do que acontecera nas colónias britânicas na América do Norte, os trabalhadores engajados eram de origem social baixa, desempregados ou em condição profissional débil, logo não tinham capacidade financeira para pagar a travessia atlântica que lhes abria as portas para o *Eldorado* brasileiro. Neste sentido, era necessário que alguém adiantasse o valor da passagem, e é aí que entram em cena as companhias de colonização, que tiveram no Marquês de Carcavelos um acérrimo defensor, na medida em que as considerava imprescindíveis ao recrutamento das gentes desejadas, acrescentando que os moldes de funcionamento dessas empresas seriam similares aos das que se dedicavam ao tráfico de escravos:

Não desanimemos na formação dessas companhias. Não se formavam elas para ir buscar estrangeiros à Costa d'África? Pois o mesmo acontecerá agora com estes estrangeiros livres, porque nisto elas também têm interesse; e o interesse que movia àquela expedição há de mover a esta (*Sessão do Senado*, de 6.7.1830).

⁸⁶ Geralmente, o período de trabalho gratuito era de três anos “quando o emigrado não tem ofício ou é tão somente cultivador; a este tempo de serviço junta-se sempre o necessário para pagar ao senhor os adiantamentos indispensáveis para o vestuário, e não poucas vezes se aumenta ainda em consequência das multas estabelecidas pela lei” (*Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, 1873, p. 34-35).

⁸⁷ Ofício dirigido pelo comandante do brigue escuna *Tamega*, em estação no Brasil e Rio da Prata, ao Ministro da Marinha, a 4 de abril de 1843.

Efetivamente, a demanda por lucro continua a mover os ávidos traficantes que não abandonaram o tráfico de escravos por completo até à publicação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, antes dividiram-se entre o tráfico de escravos africanos e o engajamento de imigrantes pobres provenientes da Europa, especialmente do Norte de Portugal e das ilhas, com particular incidência sobre o Arquipélago dos Açores. Esta ideia é corroborada por um relatório consular francês datado de 1852 onde é dito que “A navegação de Portugal procurou suprir com os colonos do Porto e dos Açores o vazio deixado pela extinção do tráfico negreiro” (ALENCASTRO, 1998, p. 37). Outro facto que importa frisar é a referência “a navegação de Portugal”, isto porque o grosso dos traficantes eram portugueses ou descendentes de portugueses que se haviam fixado no Brasil e enriquecido à custa deste vil comércio, sendo o nome de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro o mais conhecido de todos, a que podemos juntar os dois irmãos açorianos João e António Severino de Avelar. A simultaneidade do tráfico de escravos e o tráfico de engajados colocou em alerta as autoridades britânicas em relação à atividade dos capitães e donos de companhias de navegação açorianas (ALENCASTRO, 1998, p. 37).

Nicolau Pereira Campos Vergueira (1778-1859), ou apenas Senador Vergueira, foi um político luso-brasileiro e fazendeiro de café, que nasceu no Município de Macedo de Cavaleiros, e rumou ao Brasil aos vinte e cinco anos, onde viria a desempenhar importantes cargos públicos, nomeadamente o de Senador de Minas Gerais, Ministro da Justiça e Ministro do Império. No entanto, para este trabalho interessa-nos, sobretudo, destacar a sua ação enquanto catalisador da entrada de imigrantes europeus, destinados a laborar na sua Fazenda em Ibicaba, onde colocou em prática o famigerado sistema de parceria, que viria a levar à miséria milhares de europeus⁸⁸.

Disso nos dá conta Thomas Davatz, colono suíço, que laborou para Nicolau Vergueira, e que publicou, em 1858, a obra *Memórias de um Colono no Brasil*, onde afirma que os colonos que emigram “presos” por contratos de locação de serviços, tornam-se verdadeiras propriedades do luso-brasileiro, só lhes restando conformarem-se com a ideia de que são tratadas como “simples mercadorias, ou como escravos”, arrependendo-me “por quantos cabelos tenho na cabeça, no dia em que me decidi emigrar” (DAVATZ, 1951, p. 72, 144). Não obstante, este refere que quando decidiu rumar ao Brasil,

⁸⁸ Sobre o sistema de parceria levado a cabo pelo Senador Vergueira em Ibicaba, veja-se, por exemplo MENDES, 2017.

imbuído na ideia de fortuna fácil, o “O sr. X. predisse o que me sucederia. Em vez de dar crédito a suas boas palavras, preferi confiar nas boas notícias que me chegavam.”⁸⁹ (DAVATZ, 1951, p. 144).

O intensificar de relatos como o que acabamos de apresentar, que iam sendo publicados na imprensa, a par dos ecos de revoltas imigrantes, contribuíram para a ilegalização da prática de firmar contratos de locação de serviços por parte de países como a Alemanha, Itália, a Inglaterra e França, por forma a obstruir práticas subversivas da dignidade humana, nomeadamente em solo Brasileiro. Todavia, em Portugal, tal prática não foi ilegalizada, mas antes desaconselhada, tendo efeitos redutores, como teremos oportunidade de elucidar, assolando, sobretudo, o arquipélago dos Açores, reservatório de braços durante o período da colonização brasileira dirigida pela coroa, e terreno de atuação preferencial dos vis engajadores, que se alimentavam da desventura alheia.

Leis para os que se vão buscar

O interesse imperial na promoção da colonização tornou-se evidente, desde logo, na produção legislativa.

Logo em 1830, foi publicada a lei de 13 de setembro de 1830 que “regula o contrato por escrito sobre prestação de serviços feitos por Brasileiro ou estrangeiro dentro ou fora do Império” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*, 1830, p. 33).

Ora, de acordo com a letra de lei, durante a vigência do contrato de locação de serviços, o contratante “poderá transferir a outro⁹⁰ este contrato, com tanto que não piore a condição do que se obrigou a prestá-los [os serviços]”. Por sua vez, o contratado “não poderá apartar-se do contrato, enquanto a outra parte obrigada aos serviços cumprir a sua obrigação, sem que lhe pague os serviços prestados, e mais a metade do preço contractado” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*, 1830, p. 33).

⁸⁹ Os engajadores apregoavam a ideia de constituição de fortuna fácil, da abundância de terras devolutas e das facilidades em tornarem-se proprietários. No entanto, a realidade era bem distante, desde logo porque a Lei das Terras de 1850 (lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850) impôs um travão à apropriação de terras devolutas, ao estabelecer a compra como única forma de acesso à terra, abolindo o regime de sesmarias.

⁹⁰ À imagem do que acontecia com os escravos, era comum encontrar anúncios publicados na imprensa a dar conta do desaparecimento, da intenção de adquirir ou de vender colonos. A 4 de fevereiro de 1854, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro anunciou a venda de “duas fazendas, uma de café e outra de cana, está com 60 escravos, e aquela com 67 colonos”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 4.2.1854.

O não cumprimento dessas determinações resultava em prisão, levada a cabo pelo juiz de paz, “se em dois dias depois da condenação não fizer efetivamente o pagamento, ou prestar caução suficiente”. Depois de três “correções ineficazes” [idas para o cativeiro], o contratado era condenado “a trabalhar em prisão até indenizar a outra parte” e, na eventualidade de se ausentar do lugar onde laborava, “era reconduzido preso por deprecado do Juiz da Paz, provando-se na presença deste o contracto, e a infração” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*, 1830, p. 33).

Volvidos pouco mais de sete anos desde a promulgação da lei de 13 de setembro de 1830, foi publicada a lei n.º 108, de 11 de outubro de 1837, “pelo qual Vossa Majestade Imperial manda executar o Decreto da Assembleia Geral Legislativa [...] em que se dão providências sobre os contratos de locação de serviços dos colonos estrangeiros” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1837*, 1861, p. 78).

Segundo o artigo 1.º, o contrato de locação de serviços “pelo qual algum estrangeiro se obriga como locador, só pode provar-se por escrito”, mas, no caso dos ajustes tratados tendo como intermediária alguma Sociedade de Colonização reconhecida pelos governos municipais e pelos presidentes das províncias, os títulos “por elas passadas, e as certidões terão fé publica para prova do contrato” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1837*, 1861, p. 78).

Os colonos podiam ajustar os seus serviços pelo período que bem lhes parecesse, contudo, os menores não podiam empenhar-se por um espaço temporal que excedesse a sua menoridade, exceto se tal fosse necessário para indenizar as despesas com eles feitas, “ou se forem condenados a servir por mais tempo, em pena de terem faltado às condições do contrato” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1837*, 1861, p. 78).

O artigo 7.º estipulava que o locatário de serviços que despedisse o locador, sem justa causa, antes de este terminar “o tempo porque o tomou, pague-lhe todas as soldadas” que este ganharia se não fosse despedido. O mesmo artigo apresenta as condições para despedimento por justa causa do locador, a saber: 1.º doença, que o impeça de prestar os serviços para que foi ajustado; 2.º condenação à pena de prisão, ou outra que o impeça de laborar; 3.º embriaguez habitual; 4.º injúria dirigida ao locatário, à sua esposa, filhos, ou outro familiar; 5.º ineficácia no desempenho das funções para as quais foi ajustado. Ficava, pois, o locador obrigado a indenizar o locatário da quantia em dívida, sob pena de ser preso e condenado a trabalhar nas obras públicas “por todo o tempo que for necessário, até satisfazer com o

produto líquido de seus jornais tudo quanto dever” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1837*, 1861, p. 78).

O desalento apoderava-se dos pobres colonos que em desespero fugiam, agravando ainda mais o seu *status quo*, uma vez o artigo n.º 9 previa a pena de prisão “onde quer que for achado, não será solto, enquanto não pagar em dobro tudo quanto dever ao locatário” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1837*, 1861, p. 78).

Efetivamente, os contratos de locação de serviços e a legislação reguladora dos mesmos funcionaram como uma amarra para os colonos, promovendo grandes abusos por parte do patronato, que controlava os órgãos decisórios, nomeadamente os juízes, que pendiam a favor dos últimos, fechando os olhos ou minimizando os atropelos e abusos à lei vigente que, por si só, já defendia os proprietários e as companhias de colonização.

Pelo decreto n.º 356, de 26 de abril de 1844, ficava regulamentada a dedução do imposto de ancoragem dos navios empregues no transporte de colonos, assim como a “qualidade” dos colonos a transportar.

No capítulo I eram apresentadas as “qualidades dos colonos” a recrutar, qualidades essas que eram condição *sine qua non* seria concedido um desconto na “importância do imposto de ancoragem, que tiverem de pagar as Embarcações que os conduzirem [colonos]”. Em primeiro lugar, os colonos tinham de ser “destituídos de meios” para satisfazer o pagamento da passagem, premissa essencial para o bom funcionamento do sistema de “tráfico de colonos”, amplamente difundido na imprensa segundo o rótulo da “escravatura branca”. Para além de pobres, exigia-se que se apresentassem “robustos, saudáveis e diligentes no serviço, em que se tiverem ocupado na sua pátria”, com idade entre catorze e vinte e um anos, escolhido entre “criados de servir, lavradores, ferreiros, carpinteiros e pedreiros [...] em igual número de sexos” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1844*, 1845, p. 111-112).

Não obstante, o decreto previa exceções, nomeadamente o desconto do imposto de ancoragem relativo a colonos com idade não superior a cinquenta anos, na condição de trazerem consigo “filhos, ou filhas em número tal, que contando-se cada filho por quatro anos, principiando a conta pelos vinte e um anos, tenham pelo menos a idade de trinta e sete anos” (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1844*, 1845, p. 111-112).

Excluídas do desconto ficavam as passagens de moças solteiras que não se fizessem acompanhar pelo pai, uma vez que a probabilidade de caírem nos meandros da prostituição era elevada, assim como de “senhora que seja passageira de camarote”, pois não se encaixava no perfil de recru-

tamento desejado (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1844*, 1845, p. 111-112).

De acordo com os artigos. n.º 5 e 6, o desconto de ancoragem dos navios chegados ao Brasil com colonos era superior quanto maior fosse o número de almas transportadas. Ora vejamos, por cada colono chegado aos portos brasileiros era descontado uma quantia “que não passe de sessenta mil réis por cada hum”, ao passo que “Se os colonos passarem de dez, acrescentar-se-á á avaliação um por cento por cada dezena de colonos”, até um limite de seis por cento (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1844*, 1845, p. 112).

Era, pois, o próprio Estado a incentivar a entrada de colonos no império, legislando no sentido de fomentar o transporte dessas gentes, nomeadamente através da isenção de impostos, que ficavam em situação de “pseudo-liberdade” e de jugo face aos contratadores.

A realidade contrastava com as promessas de riqueza fácil, o *Eldorado* brasileiro, desde logo, porque os colonos transportados à luz do Decreto de 26 de abril de 1844 não podiam, no período de três anos, retirar-se da Província para onde haviam sido contratados. Ademais, estavam privados de “comprar, aforar, arrendar, ou adquirir o uso de terras por qualquer título que seja”, ou ainda “estabelecer casa de negócio, ou administra-la”, exercer o ofício de caixeiro, assim como vender de porta a porta, sob pena de incorrerem nas penalizações previstas na Lei Reguladora dos Contratos de Locação de Serviços, de 11 de outubro de 1837 (*Coleção das Leis do Império do Brasil de 1844*, 1845, p. 114).

Efetivamente, a legislação brasileira em matéria de recrutamento e contratação de colonos era perniciosa aos colonos, salvaguardando os intentos da elite agrária e das companhias de colonização. Os contratos de locação de serviços funcionavam como um elemento vinculativo e repressivo, na medida em que estabeleciam uma clara relação de dependência, resultando na privação de liberdade dos incautos colonos, que partiam rumo ao desconhecido, cansados que estavam da miséria, imbuídos pelas vãs promessas dos agentes da colonização.

Dos Açores para o Brasil

A “fuga das gentes” assume-se como uma constante na história dos Açores, não estivéssemos a falar de um Arquipélago de povoamento imi-

grante⁹¹, que contou com a vinda de contingentes reinóis, nomeadamente filhos segundos, que aspiravam a ascensão social, que se não lhes afigurava possível em território continental.

Contudo, a breve trecho, as desigualdades sociais vigentes no Reino foram-se transplantando para o Arquipélago, e eis que a emigração surge como uma resposta aos mais desfavorecidos face à situação socioeconómica em território insular. Neste particular, importa destacar a posição do Brasil colonial que, durante vários séculos, assumiu-se como destino preferencial da emigração açoriana e portuguesa em geral, sob o real patrocínio da Coroa. Falamos, pois de uma emigração coletiva, os “casais das ilhas”, famílias inteiras que viravam costas às ilhas, rumando ao Brasil a fim de cumprir o desígnio da Coroa de ocupação de regiões despovoadas, ou com reduzida expressão populacional, cujo exemplo paradigmático foi Santa Catarina.

Os movimentos migratórios açorianos representaram, durante séculos, a principal resposta à necessidade de atenuar os desequilíbrios demográficos, a crises de subsistência ou ainda a catástrofes naturais, para mais quando, ainda que de forma intermitente, a Coroa promoveu e financiou a partida de famílias e de recrutas, de modo que podemos afirmar que “A emigração açoriana seria, assim, consequência quer de fatores de crise, quer do estímulo ocasional, mas decisivo, das instituições da coroa, havendo períodos em que ambos coincidiram e se auxiliaram mutuamente” (MATOS, SOUSA, 2008, p. 538; ÁVILA, MENDONÇA, 2002, p. 11-33),

No período pós-independência do Brasil, as terras de Vera Cruz mantiveram-se no topo das preferências dos emigrantes açorianos, tendo contribuído, para o efeito, o longo historial de relações entre as duas nações, a existência de uma vasta comunidade açoriana instalada, a afinidade linguística, o mito do *Eldorado* brasileiro, a par da política de promoção da imigração europeia seguida pelo executivo brasileiro.

De acordo com Miguel Calmon Almeida eram os colonos de “Portugal e suas Ilhas” aqueles que melhor correspondiam ao perfil traçado pela elite agrária brasileira, para responder à inflação do custo de venda dos escravos. Os portugueses em geral e os açorianos em particular eram, segundo Miguel Calmon, “os nossos colonos naturais, e os mais apreciáveis”, visto que “falam a nossa língua, têm os nossos costumes e hábitos de frugalidade e temperança”, contudo:

⁹¹ Sobre o povoamento dos Açores, veja-se, por exemplo, MENESES, 2008, p. 63-109.

Reconheço, que o Governo Português desejará antes colonizar as suas Possessões ultramarinas, do que um País que hoje lhe é estranho: penso com tudo, que nem lhe será possível, nem talvez útil o proibir absolutamente a emigração para o Brasil. Não julgo possível, porque a irmandade ainda existente na linguagem, Religião, Leis, Governo, e costumes, é um íman irresistível, que atrairá sempre para aqui a gente desempregada de Portugal, e suas Ilhas. E a conhecida fertilidade do nosso País, a amenidade do seu clima, e sobretudo a certeza de encontrarem aqui amigos, conhecidos, e conterrâneos, são outros tantos motivos, que convidarão os emigrados de origem Portuguesa a preferir o Brasil a qualquer outra Região do Novo-Mundo (ALMEIDA, 1835, p. 5).

Os Açores e a infâmia “escravatura branca”

Na sequência do triunfo liberal na Guerra Civil portuguesa, assistimos a uma intensificação da emigração açoriana, desta feita, com caráter espontâneo, rumo ao Brasil, evidenciada nos registos de passaportes⁹² que, pelo Decreto de 18 de julho de 1835, passaram a fazer parte do elenco de responsabilidades dos Governadores Civis⁹³, figura criada na sequência da nova divisão administrativa do Arquipélago⁹⁴.

As ilhas açorianas foram sobremaneira afetadas pela presença de engajadores e de embarcações destinadas ao recrutamento e transporte de brancos, rumo ao Brasil. Os capitães dos navios, os “banqueiros do mar”, como lhes chamou Miriam Halpern Pereira, eram figuras centrais no negócio do engajamento, visto que eram os responsáveis por abrir crédito aos colonos que, na impossibilidade de pagarem em terra o valor da passagem, viam os seus serviços serem “leiloados” à chegada ao destino, ainda a bordo, ou em praças que em tudo se assemelhavam aos mercados de tráfico de escravos. Num claro sinal de desobediência para com os princípios emanados na legislação portuguesa, os capitães dos navios faziam aquilo que, em 1843, o

⁹² Sobre a análise dos registos de passaportes emitidos nos Distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, durante a primeira metade da centúria, veja-se SILVA, 2009, 2010. Relativamente à segunda metade da centúria, consultar ÁVILA, MENDONÇA, 2002.

⁹³ A par da concessão dos passaportes, estavam, de igual modo, incumbidos de combater a emigração clandestina.

⁹⁴ A Capitania Geral dos Açores, criada em 1766 pela mão do Marquês de Pombal, foi substituída por um novo sistema administrativo, os distritos, na sequência das reformas liberais. O Decreto de 18 de julho de 1835, estabeleceu, então, a divisão dos Açores em três distritos, a saber: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Faial, chefiados por um Governador Civil.

Açoriano Oriental denunciava como “o escândalo de reterem os passageiros a bordo quando chegam a qualquer porto daquele Império, até contratarem os seus serviços para serem assim indemnizados da passagem, que devia ser pago no porto da saída” (*Açoriano Oriental*, n.º 417, de 15.4.1843, p. 71).

A 16 de maio de 1835, foi publicada uma portaria a determinar a adoção de medidas por parte do Perfeito da Província Oriental dos Açores, por forma a obstar à emigração engajada, uma vez que:

[...] diferentes especuladores, e até Sociedades Estrangeiras [...] que se empregam em promover a emigração de habitantes das Ilhas dos Açores tanto para o Brasil, como para as Anilhas, e outros países aonde a abolição do tráfico da escravatura [...] faz necessária para suprir a falta destes, a importação de novos colonos e que a fim de a obterem se dirigem com preferência aos habitantes dos Açores, angariando-os com promessas de vantagens, que longe de se realizarem vão conduzir os infelizes que as acreditam a uma situação desesperada, em que lhes é forçoso ou perder brevemente a vida debaixo da influencia de climas rigorosos, ou vendo-se em total desamparo, e privados de meios de se retirar, sujeitarem-se a uma sorte tão infeliz como a dos escravos que vão substituir (*Coleção de Leis e outros Documentos Officiais de 1835*, 1835, p. 159-160).

Existia, na verdade, a necessidade de desenvolver uma política dissuasora face à emigração engajada, na qual as autoridades religiosas e locais assumiam um papel proeminente. Nesse sentido, em agosto de 1860, um ofício do Ministério do Reino encarregava o Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada de divulgar a lista dos portugueses mortos no Rio de Janeiro entre 1 de março de 1860 a 4 de maio do mesmo ano, onde constavam 754 portugueses falecidos. Devia o Governador Civil enviar as listas aos Administradores dos Concelhos, que as fariam chegar aos respetivos párocos, “convidando esses a que lesem aos seus fregueses em dois domingos sucessivos à hora da missa conventual, fazendo-as depois afixar na porta da Igreja paroquial para geral conhecimento”⁹⁵.

Contudo, a sensibilização não era suficiente, citando Alexandro Herculano, “que resultado se tira de dizer a homens que veem na Pátria um prospecto de miséria, “vós arriscaí-vos a ser miseráveis na vossa emigração?”. Ao

⁹⁵ PARPD – Fundo Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada. Correspondência recebida, 23.8.1860, doc. 1653.8.2.

menos, dirão eles, essa desventura é incerta, e podemos lá ser felizes, quando aqui temos quase a certeza de nunca o ser” (*Diário do Governo*, n.º 12, de 13.1.1838).

Efetivamente, era a miséria o principal veículo incitador da emigração engajada, a par das aparentes facilidades de transporte concedidas, que se revelavam, pois, como um engodo para uma vida de penúria além-fronteiras. Tal facto é reconhecido pelo executivo português na Portaria de 16 de maio de 1836, ao reconhecer a necessidade premente de “atenuar quanto for possível a verdadeira causa expulsiva da emigração, promovendo, tudo quanto possa concorrer para multiplicar os meios de subsistência” (*Coleção de Leis e outros Documentos Oficiais de 1835*, 1835, p. 159-160).

Segundo Susana Serpa Silva, parece não haver lugar para dúvidas quanto ao papel expulsivo que assumiam o atraso e as dificuldades da economia açoriana, de tal modo que “a precariedade do emprego, a desigual repartição da terra e, em especial, a endémica escassez de recursos constituíam os aspetos estruturais e mais prementes que impeliam muitos açorianos à emigração” (SILVA, 2002, p. 351).

Em sessão da Câmara dos Deputados da Nação, de 24 de abril de 1839, Almeida Garrett colocou a tónica, precisamente, na questão da miséria insular, à qual surge associada a problemática da “escravatura branca”:

[...] Sr. Presidente, como muito bem notou um Deputado da Província Oriental dos Açores, pela maior parte dos géneros coloniais, que nos são levados, nós não temos a dar em troca, infelizmente, senão carne humana. Os Açores fazem, naturalmente, o comércio da escravatura branca, e aqui aonde tão alto se levantam as vozes contra a escravatura preta, não se consentirá a proteção desta outra escravatura tão escandalosa, que se faz diferença daquela outra, não é senão para mais abominável, porque trafica gentes maris civilizadas do que aqueles outros (*Ata da Câmara dos Senhores Deputados da Nação*, n.º 86, de 24.4.1839, p. 215).

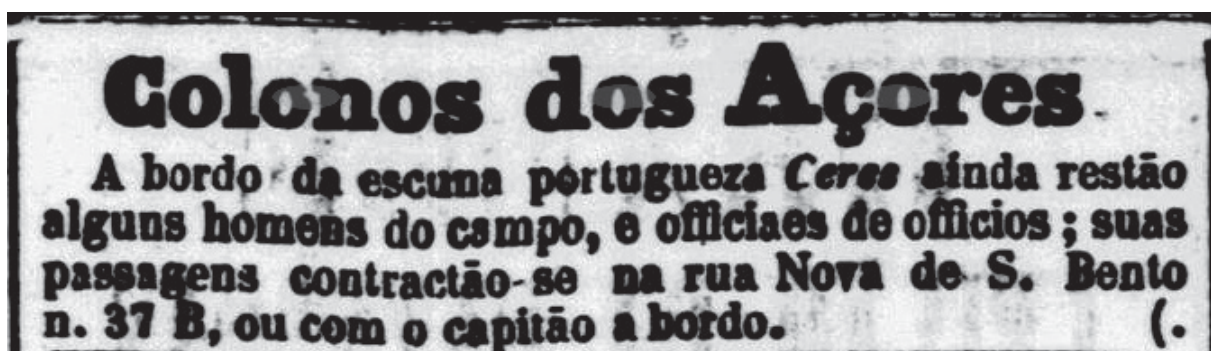
Gerou-se uma onda de agitação e de denúncia na opinião pública e publicada, assim como nos debates parlamentares da prática que Herculano chamou de “escravatura branca” (*Diário do Governo*, n.º 12, de 13.1.1838).

A tormenta fundamentava-se em relatos que chegavam a Portugal relativos às condições de viagem, ao vínculo subjacente aos contratos de loca-

ção de serviços, que redundava num estado de servidão temporária, a par da alegada inoperância dos cônsules portugueses no Brasil.

A expressão “escravatura branca” encontra representação na realidade social brasileira, nas duras condições a que eram submetidos os colonos, desde logo as péssimas condições a bordo, a que se juntavam os enganos e o enviesamento dos contratos de locação de serviços que, mais não faziam do que empurrar os incautos para uma condição de servidão temporária e que, em muitos casos, tinha por fim a morte (NICOLAU, 2019, p. 77).

Figura n.º 1
Exemplar de um anúncio dirigido aos contratadores de colonos açorianos



Fonte: *Jornal do Commercio*, n.º 54, 24 de fevereiro de 1857.

Já em 1837, o *Açoriano Oriental* noticiava o retorno à ilha São Miguel de emigrantes que haviam rumado ao Rio de Janeiro “engordados pela esperança fantástica de felicidade” e que, confrontados com a dura realidade, “tiveram por melhor voltar à sua pátria, e muitas centenas deles o fariam também se os desastrosos contratos, em que os engajaram, e a falta de meios para se transportarem para aqui, lhe fossem não fossem de um invencível obstáculo para a sua vida” (*Açoriano Oriental*, n.º 127, de 23.9.1837).

Ora, através de um eloquente e elucidativo discurso, proferido na sessão de 18 de março de 1837 das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, Passos Manuel dissecou a base do negócio do engajamento de colonos, que possibilitava a chegada de um camponês pobre à outra margem atlântica. Uma vez que “não têm dinheiro para pagar as passagens para o Brasil, obrigam-se por uma escritura pública a todo o serviço que lhes for designado, e por tanto tempo, quanto for necessário para pagar a passagem”, assim como os custos acrescidos provenientes de despesas com alimentação, a que se somavam os dias de retenção a bordo, até encontrarem um contratador. Chegados ao Brasil, “eis os Açorianos no mercado, a quem

mais dá, e de lá vão os brasileiros comprá-los temporariamente!”. Passos Manuel termina a sua intervenção questionando se “não é isto vergonhoso ao nome português? E há-de consentir-se tal?”.

A imprensa regional, nacional e, inclusive, alguns periódicos brasileiros⁹⁶ encetaram uma campanha visando esclarecer e, inclusive, coibir o que consideravam ser uma “emigração suicida”. Para o efeito, recorreram à denúncia do modo escandaloso como procediam os aliciadores, identificando os navios empregues no “tráfico” e os engajadores. Contudo, a partida de braçais continuava em crescendo, ideia corroborada pela publicação da Portaria a 2 de setembro de 1839, na qual o governo português reconhece, que apesar dos esforços intentados para obstar, “continua a efetuar-se a emigração de um prodigioso número de habitantes das ilhas do arquipélago dos Açores para o Império do Brasil” (*Coleção de Leis e outros Documentos Oficiais* publicados no ano de 1839, 1839, p. 334-335.)

O engajamento de homens e mulheres⁹⁷ desvalidos não aconteceu apenas nos Açores, mas foi no Arquipélago que atingiu maiores proporções, pelo menos durante o segundo quartel do século XIX, como evidencia a consulta dos Debates Parlamentares portugueses e da imprensa da época.

Esta premissa é corroborada pelos dados partilhados no *Diário do Governo*, de 6 de maio de 1846, relativos à saída de emigrantes para o Rio de Janeiro no ano de 1845. Dos Açores saíram 1284 indivíduos, apenas ultrapassados pelos 1976 indivíduos que partiram da cidade do Porto.

De referir, que os emigrantes que saíram do Porto eram, na esmagadora maioria, comerciantes, “homens de ofícios mecânicos, principalmente pedreiros e carpinteiros, que com os seus jornais e bastante economia, poucos são os que ficam no Brasil, e já se acostumam a voltar à pátria no fim de três anos”. Em contraponto, “Para a gente das Ilhas dos Açores, talvez em sequência da cessação em grande parte do tráfico de escravatura, tem-lhes aparecido no segundo semestre deste ano, engajamentos para toda a qualidade de serviços”, geralmente, mal remunerados (*Diário do Governo*, n.º 105, de 6.5.1846.)

⁹⁶ Nomeadamente, o *Periódico dos Pobres*, *O Grito Nacional* e o *Jornal do Commercio*, publicados no Rio de Janeiro. Sobre a denúncia da imprensa brasileira, ver NICOLAU, 2019.

⁹⁷ A emigração feminina era regular, redundado, por vezes, em casos de prostituição. A esse respeito, veja-se, por exemplo, *O Angrense*, n.º 4, de 15 de outubro de 1836. Para obstar a prostituição de imigrantes, o Decreto n.º 356, de 26.4.1844, relativo à dedução do imposto de ancoragem não previa a dedução do mesmo no caso da passagem de moças solteiras, que não se fizessem acompanhar pelo pai.

Quadro n.º 2
Número de súbditos portugueses transportados para o Rio de Janeiro no ano de 1845,
de acordo com a sua proveniência

Proveniência	Período	N.º de passageiros	Somatório anual de emigrantes
Lisboa	1º semestre	55	125
	2º semestre	70	
Porto	1º semestre	1308	1976
	2º semestre	668	
Açores	1º semestre	451	1284
	2º semestre	833	
África	1º semestre	24	98
	2º semestre	74	
Madeira	1º semestre	132	132
	2º semestre	0	
Setúbal	1º semestre	1	1
	2º semestre	0	
Cabo Verde	1º semestre	0	3
	2º semestre	3	
Ásia	1º semestre	6	6
	2º semestre	0	
Total			3625

Fonte: Elaborado com base nos dados colhidos no *Diário do Governo*, n.º 105, 6 de maio de 1846.

Outra diferença significativa prende-se com o facto de os emigrantes que partiram do Porto fazerem-se acompanhar de passaporte, “não acontecendo o mesmo aos dos Açores, os quais embarcam alguns deles clandestinamente, em consequência das medidas que ali se tem tomado para obstar à emigração” (*Diário do Governo*, n.º 105, de 6.5.1846).

Em novembro de 1859, a barca *Nova Lima* ancorou no porto do Rio de Janeiro com 353 passageiros a bordo, dos quais apenas 47 traziam passaporte (ver quadro n.º 3). De pronto, o cônsul português no Rio, providenciou a libertação dos colonos retidos a bordo, que esperavam pela vinda dos contratadores e levou a cabo um interrogatório aos passageiros. Quando questionado se antes do embarque haviam combinado o preço das suas passagens para o Brasil e as condições, Maximo Soares respondeu que “não havia ajustado cousa alguma sobre o pagamento das passagens nem a respeito das condições”, aditando que “tencionava pagar a passagem da mesma forma que os seus companheiros, isto é, com os seus serviços

de cocheiro, em que tencionava ocupar-se, pagando tal importância por adiantamento, quem o contratasse”. À pergunta, “Se os engajadores lhe asseguraram que não precisava de passaporte, e que sem eles seriam recebidos a bordo”, Maximo asseverou todos que tinham assegurando que era “desnecessária a despesa do passaporte”, para além de que não tinha condições monetárias para o adquirir, de maneira que “se decidira a embarcar” para escapar à penúria⁹⁸.

Quadro n.º 3
Relação entre os açorianos embarcados de forma legal e clandestinamente,
entre 1855 e 1859, confirmados pelo Cônsul Português no Rio de Janeiro

Ano	Embarcação	Legais	Clandestinos	Total	Clandestinos (%)	Proveniência
1855	<i>Milheiro</i>	70	143	213	67%	Horta
1857	<i>Nereide</i>	145	98	243	40,3%	Horta
1857	<i>Sousa C.</i>	73	186	259	71,8%	Ponta Delgada
1859	<i>Esperança</i>	49	234	283	82,7%	Ponta Delgada
1859	<i>Pomona</i>	68	236	304	77,6%	Horta
1859	<i>N.Lima</i>	47	306	353	86,7%	Ponta Delgada
Total		452	1203	1655	72,7%	

Fonte: ÁVILA, MENDONÇA, 2002, p. 131.

Os engajadores incitavam à emigração furtiva, visto que os clandestinos não eram tidos em conta na limitação do número de passageiros, de acordo com a tonelagem da embarcação, pois eram embarcados após a fiscalização das autoridades do porto, resultando num amontoado de gentes, sem salvaguarda das condições básicas de higiene, e que, por vezes, resultava na propagação de doenças, tais como a febre amarela.

A atuação dos traficantes seguia um padrão, após a largada da baía, de onde saíam com um número adequado de emigrantes legais, as embarcações pairavam na costa das ilhas durante alguns dias, até que chegassem os clandestinos, longe da atenção e do raio de ação das autoridades.

⁹⁸ BPARPD – *Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada*. Correspondência recebida, 21.1.1860, doc. 1663.1.1

Quadro n.º 4
Embarcações vindos dos Açores, que chegaram ao Rio de Janeiro
nos primeiros meses de 1857 com número de passageiros muito superior ao permitido

Ano	Embarcação	Capitão	Proveniência	Toneladas	Capacidade	N.º de embarcados	% de excedentes
1857	<i>Ceres</i>	Francisco José Terra	Ilha do Faial	82	33	154	78,6%
1857	<i>Milheiros III</i>	José D'Abreu	Ilha do Faial	294	118	314	62,4%
1857	<i>Lima</i>	Azevedo Castro e Campos	Ilha de São Miguel	203	81	200	59,5%
1857	<i>Amisade</i>	_____	Ilha do Faial	90	36	174	79,3%
Total					268	842	68,2%

Fonte: Elaborado com base nos dados partilhados no *Açoriano Oriental*, n.º 1159, 18.4.1857.

Chegados ao destino, com um mero contrato verbal ou uma obrigação de dívida, os açorianos ainda tinham de negociar os contratos de locação com os possíveis “compradores”, assistindo-se a um autêntico “leilão de homens” a bordo⁹⁹, aonde se dirigiam os engajadores brasileiros, “munidos das licenças das alfândegas para o desembarque”, pagando a viagem dos contratados e, em seguida, conduziam-nos aos proprietários, “que haviam encomendado a mão de obra e a quem os engajadores cobravam uma soma igual ao duplo ou triplo do preço da passagem”, soma esta que tinha de ser paga em serviço pelos engajados (PEREIRA, 2002, p. 37).

O sonho de retomar às ilhas endinheirados era cada vez mais uma miragem, pois, como podemos aferir pela resposta do cônsul geral do Portugal no Rio de Janeiro – relativamente à 3.^a pergunta do *Questionário para os consules portugueses nos países da imigração*, a saber: “Quantos imigrantes contratados para serviços agrícolas nos últimos dez anos têm voltado à pátria depois de adquirirem alguns bens? Quantos se fixaram definitivamente nesse país” – António de Almeida Campos:

É raro o caso de adquirirem, mesmo durante largos anos, meios pecuniários, com que possam pagar as despesas de regresso á sua pátria, os imigrantes sujeitos a contratos de prestação de serviços, atentos

⁹⁹ Homens e mulheres eram escolhidos em função das suas características físicas, de maneira que nem todos os colonos encontravam contratador no imediato, permanecendo em cativo no navio até que alguém os contratasse, acrescendo a despesa dos dias de retenção até à assinatura de um contrato.

os termos dos mesmos contratos e disposições de lei [...]. Todos esses indivíduos começam por estar desde logo onerados com a dívida do transporte para este país, a qual com a adição de despesas contadas a arbítrio dos empregadores elevase á soma de 120\$000 a 150\$000 réis. No tempo do cumprimento do contrato, os colonos em vez de amortizarem essa dívida, aumentam-na, e em geral, findo o referido tempo, que ordinariamente é de dois ou três anos, devem 400\$000 a 600\$000 réis, conta ainda feita a arbítrio exclusivo dos proprietários. Para solução de semelhante ónus, veem-se forçados a renovar os contratos, até que perdida toda a esperança de resgate fogem, não obstante o risco que correm de serem presos e condenados a trabalhos públicos, na forma da legislação que rege a matéria (*Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, 1873, p. 91).

As associações de filantropia alimentavam uma réstia de esperança de poderem regressar à terra natal, sem o dinheiro do *Eldorado*, mas com uma imensa saudade da família e da vida insular, que não lhes parecia tão dura após a experiência traumatizante no Brasil. A Caixa de Socorros D. Pedro V era uma dessas instituições que apoiava emigrantes portugueses em solo brasileiro e que em março de 1866 divulgou os dados relativos aos dois anos de atividade, declarando ter ajudado 2426 indivíduos, 1510 portugueses, dos quais 562 açorianos.

Quadro n.º 5
Proveniência dos portugueses auxiliados pela Caixa de Socorros D. Pedro V

Proveniência	N.º de Socorridos
Açores	562
Minho	351
Douro	247
Trás-os-Montes	81
Estremadura	75
Madeira	38
Alentejo	11
Algarve	2
Cabo Verde	1
Total	1510

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Atividades da Caixa de Socorros de D. Pedro V, publicado no *Jornal do Commercio*, n.º 88, de 30.3.1866.

Quanto à tipologia dos Socorros concedidos, em primeiro lugar consta a concessão de dinheiro e auxílios para a educação (1402 auxiliados), seguida do pagamento de passagens para Portugal e para os Açores (520 auxiliados). Seguem-se apoios relativos à aquisição de medicamentos, comida e roupa, cabendo-nos também destacar os onze indivíduos que solicitaram passagens de Lisboa para os Açores.

Quadro n.º 6
Tipologia dos auxílios concedidos pela Caixa de Socorros D. Pedro V

Tipologia do auxílio	N.º de auxiliados
Dinheiro e auxílios para a educação	1402
Médico, botica e dieta	132
Médico e botica	231
Roupa	32
Morada e comida	24
Auxílios a irmãos de ordens terceiras	52
Passagens para Portugal e para os Açores	520
Passagens para diversos portos do Brasil	19
Passagens para o Rio da Prata	3
Passagens de Lisboa para os Açores	11
Total	2426¹⁰⁰

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Atividades da Caixa de Socorros de D. Pedro V, publicado no *Jornal do Commercio*, n.º 88, de 30.3.1866.

Não desmerecendo o precioso contributo das associações de filantropia, efetivamente, muitos desvalidos não conseguiam recorrer ao apoio dessas mesmas instituições, nomeadamente porque estavam muito longe dos grandes centros urbanos, para além de que as sociedades existentes eram “insuficientes para prover de remédio tão grandes males” (ORTIGÃO, s.d., p. 76).

A década de 1860 assinalou o principiar de uma tendência decrescente da emigração engajada e das partidas clandestinas, tendência esta justificada por alterações dos condicionalismos no Brasil e não tanto pelo reforço da vigilância nos Açores ou pela alteração das condições expulsivas, persistindo o *status quo* socioeconómico.

¹⁰⁰ Refere-se ao número total de auxiliados, incluindo as esposas de portugueses, assim como a filhos nascidos no Brasil.

Portanto, não é de estranhar que em ofício datado de outubro de 1874¹⁰¹, a Diretoria da Alfândega de Ponta Delgada alertasse para a necessidade de serem tomadas medidas de modo a evitar a emigração clandestina patrocinada pelas baleeiras, que iam para alto mar sem que lhes fosse solicitado alvará de saída, facilitando a angariação de emigrantes furtivos, desta feita canalizados em maior escala para os Estados Unidos da América, que se assume como o destino de eleição durante a década de 1880.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- AÇORES. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada. *Correspondência Recebida* (1835-1873).
- ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e, 1835 – *Memória sobre o estabelecimento duma companhia de colonização nesta Provincia oferecida aos baianos*. Baía: Typ. do Diário. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4948/1/000297_COMPLETO.pdf [Consultado a 18/04/2020].
- BRASIL, 1830 – *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Typographia Naciona, p. 33. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. [Consulta realizada a 19/02/2020].
- BRASIL, 1845 – *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1844*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 111-114. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. [Consulta realizada a 26/03/2020].
- BRASIL, 1861 – *Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1837*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 76-80. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. [Consulta realizada a 22/02/2020].
- BRASIL, 1891 – *Coleção das Leis do Brasil de 1810* – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 43-50. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. [Consulta realizada a 12/01/2020].
- BRASIL, 1891 – *Coleção das Leis do Brasil de 1818*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 39-42. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. [Consulta realizada a 05/02/2020].
- GARRETT, Almeida, 1839 – *Ata da Câmara dos Senhores Deputados da Nação*, n.º 86, de 24 de abril de 1839.
- PORTUGAL, 1835 – *Coleção de Leis e outros Documentos Officiais publicados desde o 1.º de janeiro até 9 de setembro de 1835*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 159-160. Disponível em: [https://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/657_Portaria%20\(16.05.1836\).pdf](https://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/657_Portaria%20(16.05.1836).pdf) [consultado a 17/07/2020].
- PORTUGAL, 1873 – *Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional.

¹⁰¹ BPARPD – *Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada*. Correspondência recebida, outubro de 1874, doc. 1666.35.11.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de, 1998 – Proletários e Escravos: Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos*, n.º 21, p. 30-56. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/232807743/ALENCASTRO-Luiz-Felipe-de-Proletarios-e-Escravos> [consultado a 29/10/2020].
- ALEXANDRE, Valentim, 1991 – Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851). *Análise Social*, vol. XXVI (2.º), n.º 111, p. 293-333.
- ALVES, Jorge Fernandes, 2018 – Discursos cruzados entre Brasil e Portugal: emigração, colonização e escravatura branca. *Revista Nordestina de História do Brasil. Cachoeira*: UFRB, vol. I, n.º 1, p. 66-95.
- ÁVILA, José; MENDONÇA, Luís, 2002 – *Emigração Açoriana (Sécs. XVIII a XX)*. Lisboa: s.n.
- CALDEIRA, Arlindo, 2013 – *Escravos e Traficantes no Império Português. O Comércio Negro Português no Atlântico Durante os Séculos XV a XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- DAVATZ, Thomas, 1951 – *Memórias de um Colono no Brasil* (tradução de Sérgio Buarque de Holanda). São Paulo: Livraria Martins.
- GONÇALVES, Paulo Cesar, 2008 – *Mercadores de Braços. Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração para o Novo Mundo* (tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo).
- KLEIN, Helbert, 1987 – A Demografia do tráfico Atlântico de Escravos para o Brasil. *Estudos Económicos: Instituto de Pesquisas Económicas*, vol.17, n.º 2.
- MATOS, Paulo Lopes; SOUSA, Paulo Silveira e, 2008 – “População e movimentos migratórios. A atração pelo Brasil”, in Artur Teodoro de Matos; Avelino de Freitas de Meneses; José Guilherme Reis Leite (dir.), *História dos Açores do descobrimento ao século XX*, vol. I. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, p. 535-578.
- MENDES, Filipe Landim Ribeiro, 2017 – Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista. *Anais do Museu Paulista*, série 25, n.º 1, p. 301-357.
- MENESES, Avelino de Freitas de, 2008 – “O povoamento”, in Artur Teodoro de Matos; Avelino de Freitas de Meneses; José Guilherme Reis Leite (dir.), *História dos Açores do descobrimento ao século XX*, vol. I. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, p. 63-109.
- MIRANDA, Sacuntala de, 1999 – *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Salamandra.
- NICOLAU, André, 2019 – *Colonos precisam-se: a “escravatura branca” no quadro da emigração açoriana para o Brasil (1835-1873)* (dissertação de mestrado em História Contemporânea defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337881510_Colonos_precisam-se_a_escravatura_branca_no_quadro_da_emigracao_acoriana_para_o_Brasil_1835-1873. [consultado a 26/01/2021].
- ORTIGÃO, Ramalho – *Farpas. Aspectos Vários da Sociedade, da Política, da Administração*. Tomo X. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC.

- REIS, João José, 1986 – *Rebelião Escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês em 1835*. S.l.: Brasiliense.
- RODRIGUES, José Honorário, 1968 – A rebeldia negra e a abolição. *Afro-Ásia*, n.º 6-7, p. 101-117.
- SILVA, Susana Serpa, 2002 – Em busca de novos horizontes: Açores, emigração e aculturação nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX. *Arquipélago, História*. 2.^a série, vol. 6, p. 347-360.
- SILVA, Susana Serpa, 2009 – “Emigração Legal e Clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)”, in Fernando de Sousa; Ismênia Martins; Izilda Matos (coord.), *Nas Duas Margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, p. 381-399.
- SILVA, Susana Serpa, 2010 – “O distrito da Horta no contexto da Emigração Açoriana: uma análise com base nos registos de passaportes (1836-1839)”, in Maria de Nazaré Sarges *et al.* (orgs.), *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka Tatu, p. 335-346.
- SILVA, Susana Serpa, 2012 – A emigração açoriana para o Brasil, por meados do século XIX, e a questão da “escravatura branca”. *História: Questões & Debates*, n.º 56, p. 37-61.
- SIQUEIRA, Francisca Pereira, 2017 – *Dignidade e honra nacional: debates sobre o fim do tráfico de escravos na opinião pública brasileira e portuguesa (1810-1850)* (tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Santiago de Compostela).

A importância da imigração ibérica para o crescimento da cidade de São Paulo/Brasil: um estudo sobre o Bairro do Brás

Arlete Assumpção Monteiro¹⁰²

A memória humana é múltipla. Nela encontram-se reminiscências e lembranças de tempos idos, entrecruzados, registrados em fragmentos. As possibilidades da memória humana são muitas. Trabalhar com o registro das memórias é caminhar em terreno muitas vezes escorregadio, entretanto muito fértil. É trabalhar com reconhecimento de vivências e traumas do passado, reconstrução de um tempo anterior (MONTEIRO, 2019).

A história de São Paulo no decorrer do final do século XIX e princípio do XX está atrelada à economia cafeeira, ao transporte ferroviário e aos processos imigratórios.

Nos últimos dias de outubro de 1819, passou por São Paulo o mineralogista Auguste de Saint Hilaire, que vinha das terras do interior de paulista. Escreveu três livros sobre plantas brasileiras, registrou costumes e a geografia por onde passava.

Roberto Pompeu de Toledo em seu livro *A Capital da Solidão* (2003, p. 267) aponta que os naturalistas tinham muita curiosidade pelo Novo Mundo. Quando o Duque de Luxemburgo foi nomeado embaixador da França junto à Corte de Portugal, então instalada no Brasil Saint Hilaire pediu para vir junto.

Saint Hilaire não foi o único deles, pelo contrário, faz parte da trupe dos que, como Spix e Martius, e como Langsdorff estiveram no Brasil pela mesma época. Saint Hilarie, cientista, tinha o propósito de pesquisar, comparar, coletar.

Na época que Saint Hilaire chegou à São Paulo governava a cidade João Carlos Augusto de Oyenhausen; Saint Hilarie o descreveu em seu diário como um homem ativo, cujos traços e atitudes indicavam claramente sua ascendência alemã. Falava francês, tinha conversa agradável e demonstrava

¹⁰² PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos-Universidade de São Paulo.

alguma cultura, mas faltava-lhe finura e era desleixado com a própria pessoa (TOLEDO, 2003, p. 274).

Nos idos de 1825, São Paulo era um vilarejo pacato, habitado principalmente por mulheres, crianças, religiosos e idosos. Os homens e seus filhos maiores acompanhavam os pais e familiares em busca de ouro e pedras preciosas, desbravando serras e sertões no interior de São Paulo e outras paragens brasileiras.

Como resultado de uma política governamental, à princípio imperial e posteriormente provincial, foi planejado o povoamento da cidade e arredores com a implantação dos Núcleos Coloniais.

Em 1877, o governo imperial selecionou terras ao redor do centro urbano de São Paulo, para formação de quatro núcleos coloniais: Santana, Glória, São Caetano e São Bernardo. O poder público visava especificamente o povoamento e a produção agrícola dos arredores paulistanos (MONTEIRO, 1996).

Historicamente, o atual bairro de Santana/SP tem sua origem no Núcleo Colonial de Santa Ana fundado numa região isolada devido às barreiras naturais: o Rio Tietê e a Serra da Cantareira. As famílias de imigrantes – italianos, em sua maioria, portugueses e espanhóis – foram sendo instaladas com o objetivo de povoar as terras mais distantes do centro da cidade e desenvolver a agricultura. Outros Núcleos Coloniais foram implantados como o Núcleo da Glória, nas proximidades da atual Praça João Mendes até a rua Lavapés, onde se instalaram famílias italianas, principalmente da província de Lucca, que portavam saberes da região de origem e logo instalaram marcenarias, fábricas de macarrão, de cordas, de chapéus, contribuindo com a insipiente industrialização de São Paulo e desenvolvendo o bairro do Cambuci.

Nos arredores da cidade foram planejados três Núcleos Coloniais: de São Bernardo, de São Caetano e do Pilar, neste último formaram-se os municípios de Mauá e Ribeirão Pires, pertencentes ao Grande ABC Paulista.

O Bairro do Brás, objeto do presente artigo, se diferencia, tendo sua origem na rota terrestre que unia a Vila de São Paulo ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, passando pelo povoado da Penha de França, percurso conhecido como Caminho da Penha. O sr. José Braz, português, era proprietário de uma chácara na região e construiu em suas terras uma capela em homenagem ao Senhor Bom Jesus do Matosinho, no qual era devoto. As primeiras referências a José Braz constam das Atas da Câmara dos Vereadores de 1769, na solicitação para edificação da capela que pretendia construir.

Logo o trecho passou a ser conhecido como Caminho do José Braz. Em 1803, a capela de Bom Jesus do Matosinho foi substituída por uma igreja maior.

Em 1818, o Brás foi elevado à categoria de freguesia; a igreja construída por José Brás tornou-se matriz, entretanto, a região era praticamente despovoada, com algumas chácaras e terrenos com atividades agrícolas. As inundações do Rio Tamanduateí dificultavam o crescimento do bairro e o isolavam do centro da cidade. Em 1836, o recenseamento da população registrou 659 habitantes e o de 1865 totalizava 164 casas.

Ao longo do caminho acima mencionado foram sendo construídas chácaras para residências de famílias da sociedade paulista como a chácara do engenheiro Carlos Bresser (1804-1856), de origem alemã, que chegou a São Paulo em 1838, aceitando o convite para ser instrutor de obras na cidade de São Paulo, feito pelo marechal Daniel Pedro (Peter) Müller (*1786†1841), o primeiro diretor de Obras Públicas da Província de São Paulo e um dos assessores do imperador Don Pedro I. Carlos Bresser realizou inúmeras obras públicas em São Paulo como a Ponte do Carmo, a primeira ponte sobre o Rio Tamanduateí, a Ponte de Sant'Anna, no Rio Tietê, unindo o centro urbano da cidade às terras mais distantes do outro lado do rio, o primeiro matadouro municipal (1849), além de outras obras. Em sua chácara, Bresser construiu mais de 200 casas e galpões, para aluguel, administrados por ele e seus descendentes (UNZELTE, 2003).

Outra chácara a ser referenciada é a Chácara que pertenceu Sra. Domitila de Castro e Canto Melo (1797-1867), que foi a preferida de Don Pedro I.

Domitila Canto Melo era filha do brigadeiro João de Castro Canto e Melo, açoriano da Ilha Terceira que chegou ao Brasil com 21 anos, em 1774; logo depois foi transferido para a cidade de Santos, São Paulo. Domitila, aos quinze anos de idade casou-se com o alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça, do Corpo dos Dragões da cidade de Vila Rica, Capitania de Minas Gerais. Devido aos maus tratos do marido, Domitila conseguiu autorização para retornar à casa paterna com seus filhos. Entretanto o marido não se conformava com o retorno da esposa para São Paulo resultando num atentado à Domitila no centro da cidade São Paulo; a moça passou um longo período de recuperação e solicitou a separação do marido, o que conseguiu depois de cinco anos.

Em 1822, Don Pedro de Alcântara, então príncipe regente, em visita à São Paulo, conheceu a Sra. Domitila, dias antes da Proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822 e se encantou com sua beleza. Passado alguns meses, Domitila mudou para o Rio de Janeiro. Em 1823, o

imperador Dom Pedro I a instalou na rua Barão de Ubá, hoje bairro do Estácio, no Rio de Janeiro. Domitila recebeu o título de Marquesa de Santos. Em 1826, a Sra. Domitila ganhou do Imperador a mansão conhecida como Casa Amarela, localizada na atual avenida D. Pedro II, perto da Quinta da Boa Vista. Don Pedro I e a Marquesa de Santos mantiveram um longo relacionamento só rompido em 1829, quando o Imperador oficializou o matrimônio com Dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa do imperador D. Pedro I. A Marquesa de Santos teve cinco filhos durante o relacionamento com D. Pedro I.

A Marquesa retornou a São Paulo e, posteriormente, uniu-se ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, em 1833, cujo casamento oficial foi realizado na cidade de Sorocaba, São Paulo, em 1842; portanto a Chácara do Ferrão, na região do Brás, pertencente à Marquesa de Santos é posterior ao relacionamento da Marquesa com Don Pedro I.

Outras chácaras podem ser mencionadas na história do bairro do Brás. O brigadeiro Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda e sua família também possuíam chácaras no Brás, entretanto residiam no centro da cidade de São Paulo, na Rua Boa Vista. O brigadeiro Joaquim Mariano se destacou nas campanhas do Império nas fronteiras do sul do Brasil. Outros membros da família do brigadeiro Joaquim Mariano, também possuíam propriedades na região do caminho em direção a estrada para o Rio de Janeiro: Joana Batista Galvão de Moura Lacerda, irmã do brigadeiro; Gertrudes Galvão de Moura Lacerda, também irmã do brigadeiro e casada com o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão; Eleutério da Silva Prado, cunhado de Manoel Rodrigues Jordão e de Gertrudes Galvão de Moura Lacerda, pois era casado com Ana Vicência Rodrigues Jordão, irmã de Manoel Rodrigues Jordão; Ana Eufrosina Jordão, filha primogênita de Manoel Rodrigues Jordão e Gertrudes Galvão de Moura Lacerda; Ana Eufrosina era casada com Rafael de Araújo (WEBER, 2013).

Entretanto há discórdias quanto a origem ao nome do bairro do Brás; Paulo Cursino de Moura (2021) assinala que a região possui tal denominação devido ao sr. Brazílio de Aguiar Castro (1840-1891) filho de Rafael Tobias de Aguiar e da Marquesa de Santos que foram proprietários da chácara do Ferrão.

O desenvolvimento do bairro foi lento até que a economia cafeeira se expandiu por terras do interior paulista proporcionando grande expansão da economia com a exportação do café e o crescimento da cidade de São Paulo,

até então terra de passagem de tropas e tropeiros com destino ao porto exportador de Santos.

A construção da ferrovia The São Paulo Railway trouxe grandes mudanças ao bairro do Braz. Inaugurada em 1867, ligando o Porto exportador de Santos ao planalto paulista, teve importante papel no enriquecimento rápido da cidade de São Paulo e no desenvolvimento do interior paulista. A ferrovia serviu de transporte dos imigrantes que desembarcavam no Porto de Santos com destino às fazendas cafeeiras, que necessitavam de mão de obra para lavoura, em decorrência das novas leis para a libertação da escravidão africana no Brasil até a assinatura da Lei Áurea (1888) que extinguiu a escravidão definitivamente do país.

Papel importante para a construção da ferrovia, moderno meio de transporte no Brasil, cabe a Irineu Evangelista de Sousa, investidor que propôs ao governo imperial a construção da Companhia de Estrada de Ferro, ligando o Porto Mauá, na baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, à encosta da Serra da Estrela, em 1854. Um pequeno trecho de 14,5 km foi construído para demonstrar ao imperador a eficiência do novo meio de transporte que conhecera em Londres: a ferrovia. O trecho servira para exportar o café produzido no Vale do Paraíba até o Cais de Magé que seguiria de barco até o Porto do Rio de Janeiro. Pelo empreendimento, Dom Pedro II concedeu-lhe o título de “Barão de Mauá”.

As dificuldades do transporte do café do interior do Estado de São Paulo, Brasil, para o porto de Santos, preocupava o empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, um homem conhecido do centro financeiro de Londres e entendido do moderno meio de transporte: as ferrovias. Visando facilitar o escoamento do café, o ouro verde brasileiro, produto de suma importância para a economia brasileira, conseguiu do Imperador D. Pedro II a concessão de terras para a construção da ferrovia a “The São Paulo Railway” popularmente conhecida como “A Inglesa”. Foi um empreendimento audacioso na Serra de Paranapiacaba, uma região completamente despovoadade, de difícil acesso, coberta pela Mata Atlântica, de vegetação fechada e diversificada, com constantes nevoeiros. A construção teve início em 1860 do litoral para o planalto, sendo inaugurada em 1867. No alto da serra foi planejada e construída a vila ferroviária, aos moldes das existentes no Canadá. A ferrovia teve papel importante na substituição da mão de obra escrava para a mão de obra livre nas fazendas de café: facilitou o acesso dos imigrantes que desembarcavam no porto de Santos com destino às fazendas, passando

pelo controle da Hospedaria dos Imigrantes, construída no bairro do Braz, entre os anos de 1886 e 1888.

Uma grande malha ferroviária foi construída nas plagas do interior paulista por diferentes companhias, através do capital dos cafeicultores, objetivando o transporte do café até os trilhos da “The São Paulo Railway” que, com seus 246 km até a década de 1930, consistia na única ligação ferroviária do planalto paulista ao porto de Santos. Várias cidades nasceram ao redor de estações ferroviárias e ou das fazendas. Pode-se dizer que o tripé café, ferrovia e imigração fez nascer uma São Paulo que é hoje uma das maiores metrópoles do mundo (MONTEIRO, 1996).

Ao longo da ferrovia foram instaladas as paradas do trem. O Bairro do Brás foi presenteado com uma estação, consequentemente, recebeu uma porteira fechando o caminho que o ligava o centro da cidade ao bairro, para dar lugar à passagem dos trens de quando em quando; os problemas começaram ao mesmo tempo que ao redor da Estação do Brás foram sendo edificadas confeitarias, restaurantes e lojas que proporcionaram o desenvolvimento ao bairro.

O Brás tornou-se um atrativo para os imigrantes ibéricos e mediterrâneos que buscavam trabalho e melhores condições de vida do outro lado do Atlântico, o “fazer a América”, como diziam os italianos.

No período de 1855 a 1920, desembarcaram no Porto de Santos, SP, o total de 1.690.646 imigrantes.

Quadro n.º 1
Entrada de Imigrantes no Porto de Santos, SP (1855-1920)

Período	Entradas
1885-1865	4.525
1866-1876	7.026
1877-1887	69.863
1888-1898	717.794
1899-1909	417.132
1910-1920	474.306
Total	1.690.646

Fonte: *Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, 1920.

A maioria dos imigrantes tinha como destino trabalhar nas fazendas de café do interior paulista, outros permaneceram na cidade de São Paulo,

trabalhando no comércio ou como mão de obra para as indústrias que se desenvolviam na cidade, principalmente no bairro do Brás e arredores.

O respeitável médico brasileiro Dr. Drauzio Varella (2000) em seu livro *Nas Ruas do Brás*, aponta:

O pai de meu pai era pastor de ovelhas numa aldeia bem pequena, nas montanhas da Galícia, ao norte da Espanha. Antes do dia clarear, ele abria o estábulo e saía com as ovelhas para o campo. Junto, seu amigo inseparável: um cachorrinho ensinado.

Numa noite de neve na aldeia, depois que os irmãos menores dormiram, meu avô sentou-se ao lado da mãe na luz quente do fogão à lenha:

- Mãe, eu quero ir para o Brasil, quero ser um homem de respeito, trabalhar e mandar dinheiro para a senhora criar os meus irmãos.

Ela fez o que pode para convencê-lo a ficar. Pediu que esperasse um pouco mais, era ainda um menino, mas ele estava determinado:

- Não vou pastorear ovelhas até morrer, como fez o pai.

Mais tarde, como se fazia em outras noites de frio, a mãe foi pôr uma garrafa de água quente entre as cobertas para esquentar a cama dele:

- Doze anos, meu filho, quase um homem. Você tem razão, a Espanha pouco pode nos dar. Vá para o Brasil, terra nova, cheia de oportunidades. E trabalhe duro, siga o exemplo do seu pai.

Meu avô viu os olhos de sua mãe brilharem como líquido. Desde a morte do marido, era a primeira vez que ela chorava diante de um filho (VARELLA, 2000, p. 5-6).

O Sr. Paco, vizinho da aldeia de pastores de ovelhas, onde morava a família do avô do Dr. Varella, planejava emigrar para o Brasil com toda família. O menino tanto insistiu que Sr. Paco concordou em trazê-lo na viagem até o Porto de Santos, em São Paulo, mas não se responsabilizaria mais a partir do desembarque na nova terra.

A chegada dos navios que traziam imigrantes ao porto de Santos, SP era aguardada por agenciadores que arranjavam empregos para os recém-chegados.

A ferrovia facilitou o trajeto dos imigrantes para as fazendas de café, como para fuga de imigrantes das fazendas por dívidas ou amores proibitivos, como também para aquelas famílias que conseguiram amealhar uma economia pelo trabalho na agricultura cafeeira que as possibilitava a instalação em outros centros urbanos, principalmente no Brás, onde se iniciava o processo de industrialização, com grande oferta de mão de obra.

O avô do Dr. Drauzio Varella não teve dificuldades em arranjar emprego logo que se despediu da família que o acompanhou durante a viagem. Foi trabalhar numa fazenda de café na cidade de Jaú, interior do Estado de São Paulo. Assim que conseguiu um dinheirinho foi morar no Brás, pois o bairro tornou-se um atrativo para os imigrantes destinados ao trabalho nas fazendas de café, em terras mais longínquas.

Como outros estrangeiros, meu avô foi morar no Brás, bairro industrial perto do centro onde havia duas estações de trem e uma hospedaria para receber imigrantes. Comprou uma carroça para entregar mercadorias – ainda não existiam caminhões de transporte – e meteu a cara no trabalho. [...] Como não sabia ler e precisava assinar recibos, pagou um garrafão de vinho para que um espanhol mais velho lhe ensinasse (VARELLA, 2000, p. 7).

Quando se estabeleceu economicamente no Brás, trabalhando na distribuição de mercadorias, o avô do Dr. Varella tornou-se proprietário de uma companhia de transporte empregando espanhóis recém-chegados. Ficou tão agradecido ao Brasil que proibiu sua mulher de ensinar espanhol aos filhos. Esses meninos são brasileiros. Se aprenderem espanhol podem acabar voltando a Espanha para morrer na guerra (VARELLA, 2000, p.8).

O Brás tornou-se também atrativo para os imigrantes que se instalaram no Cone Sul da América do Sul. A pesquisa empreendida com imigrantes espanhóis demonstrou que muitos andaluzes deixaram vilas e povoados de Málaga e Granada e partiram não somente para o Brasil como para o norte da Argentina, no final do século XIX e princípio do XX. A família Baho, oriundos da vila de Nerja, litoral de Málaga, Espanha, partiu com destino à Argentina, fixando residência no Chaco. Depois de um tempo, os dois irmãos Miguel e João Baho, já maiores, decidiram deixar o Chaco e partiram para

São Paulo, com destino ao bairro do Brás, como sapateiros. Miguel conheceu uma jovem e foi muito bem aceito na grande família da moça, moradores do Brás há muitos anos, cujo pai era tropeiro, trazendo as mulas do sul do Brasil para a feira de Sorocaba, em São Paulo, onde os animais eram comercializados. Como sapateiro fabricava sapatos sob encomenda na própria moradia garantindo o sustento da família e sua permanência no bairro. A figura n.º 1, que segue abaixo, retrata sua esposa e a primeira filha do casal, ambas com sapatos do mesmo modelo confeccionados pelo espanhol sapateiro. O andaluz, além do ofício que desempenhava, portava saberes de sua terra natal, como a homeopatia, que já era desenvolvida em Andaluzia, na Espanha. Nunca mais voltou a Argentina e não retornou a Espanha. Terminou seus dias no Brás que o acolheu.

Figura n.º 1
Alzira Baho e a filha Hermínia Baho, com sapatos iguais



Fonte: Foto de foto. Foto original em estúdio do Bairro do Brás/SP, fotógrafo desconhecido.
Data da foto 1926. Acervo da pesquisadora.

No início do século XX, o Brás era um bairro com ruas de paralelepípedos e pouquíssimos automóveis. O apito das fábricas determinava o coti-

diano dos moradores, em sua maioria italianos, operários das indústrias do bairro.

A paisagem do bairro era dominada pelos italianos, mais numerosos e barulhentos do que os portugueses e espanhóis da vizinhança. Gente simples, oriunda de pequenos povoados devastados pela guerra, uma mistura de calabreses, napolitanos, sicilianos, vênets e milaneses. Falavam dialetos incompreensíveis uns para os outros (VARELLA, 2000, p. 25).

De acordo com José Sacchetta (2011, p. 194-195), em 1896, Portugal e Espanha assinaram um acordo para reprimir a emigração clandestina em seus territórios, ou seja, portugueses que embarcavam para o Brasil e Estados Unidos em portos da Espanha e espanhóis que partiam em portos lusitanos. Após a assinatura do acordo entre os dois países, período compreendido entre 1897-1903, segundo os dados, ocorreu uma diminuição de portugueses para o Brasil mantendo a média anual aproximada de 11 mil imigrantes portugueses que chegavam ao Brasil. A redução de espanhóis nos portos brasileiros foi mais acentuada. Em 1896, os dados registram um total de 157.423 imigrantes de que chegaram ao Brasil, sendo 22.299 portugueses e 24.154 espanhóis. Em 1903 do total de 44.706 imigrantes que chegaram no Brasil, 17.318 eram portugueses e 10.046 espanhóis. No período de 1919 a 1930, do total de 946.062 de imigrantes que desembarcaram no Brasil, 337.723 eram portugueses, representando 35,7 %, os italianos compunham 12,3%, com 116. 211 imigrantes e os espanhóis somavam 91.626, representando 9,7%. Pelo recenseamento Geral do Brasil de 1920, do total de 433.477 residentes lusos, 167.198 residiam em São Paulo (SACHETTA, 2011, p. 245).

O sociólogo José de Souza Martins, professor da Universidade de São Paulo, em seu artigo “Rapaziada do Brás”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 14 de setembro de 2009, assinalou que em algumas regiões da Itália, o Brás era mais conhecido do que São Paulo.

O Brás, nos primórdios do século XX, apresentava um grande desenvolvimento cultural. Em 1908, foi aberto ao público o Teatro Colombo, no Largo da Concórdia, instalado nas edificações de um antigo mercado. No decorrer do presente estudo, uma informante destacou que seu sogro tocava violino no Teatro, antes da apresentação começar; o violino permaneceu em sua casa até recentemente, sendo doado a uma escola do bairro de Santo Amaro em São Paulo. O Teatro localizava-se numa região de grande movimento

pois ali estava a Estação do Brás, da ferrovia The São Paulo Railway e a Estação do Norte, da Ferrovia Central do Brasil, que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro. No ano seguinte, o Teatro Colombo passou a exhibir filmes quando foi arrendado pela Companhia Cinematográfica Brasileira, de Francisco Serrador.

O cine Piratininga, fundado em 1910, de estilo simples, onde o piso era de paralelepípedos tornou-se muito popular. Segundo a informante – acima mencionada – nascida e criada no Brás, os frequentadores do cinema levavam guarda-chuva, pois se chovia seria utilizado para proteção da água da chuva, por isso o cinema não funcionava em dias de chuva devido as goteiras e rachaduras do teto.

O Ideal Cinema, aberto em 1911, na Rua do Gasômetro, instalado no espaço em que o Sr. Vicente Linguanoto tinha uma fábrica de beneficiar arroz; em decorrência da expansão da arte cinematográfica, decidiu mudar de ramo utilizando o mesmo galpão para as exhibições cinematográficas. No mesmo ano e próximo ao Cinema do Sr. Linguanoto foi inaugurado o Isis-Theatre, na rua do Gasômetro. E outros tantos cinemas foram instalados no Brás e, neste breve relato, cabe destacar o Cine Oberdan, fundado em 1929 pela sociedade italiana Leale Oberdan, na Rua Ministro Firmino Whitaker, 63. O cinema possuía 1.600 lugares e um sistema de segurança considerado bem melhor do que outras salas existentes no bairro. Na tarde do domingo 10 de abril de 1938, o cinema exibia o filme “Criminosos do Ar”, com cenas de policiais e bandidos que trocavam tiros, quando um dos espectadores gritou “fogo” e a criançada começou a correr em pânico. Essa triste história até hoje é contada pelos antigos moradores e seus descendentes quando entrevistados sobre o Bairro do Brás. A autora do presente artigo, quando criança, ouviu muitas vezes a história do cine Oberdan, contadas por sua mãe e irmãs que nasceram e cresceram no Brás.

Cabe apontar ainda mais duas salas de cinemas que marcaram a história do Brás, o Cine Roxi, na Avenida Celso Garcia, fundado em 1930 que funcionou até 1970, quando as salas de cinema entraram em decadência e o cine Universo, também na Avenida Celso Garcia, que durou até 1970.

Em conversas mantidas com participantes selecionados para o presente estudo, o médico aposentado, atualmente com mais de 90 anos, nascido e criado no Bairro do Brás, descendente de imigrantes espanhóis, da região de Valência, relatou que seu pai possuía a Confeitaria Aliança, no Largo da Concordia, em frente ao Estação do Brás, de grande movimento de pessoas devido à proximidade com as duas estações ferroviárias como também pelo

costume das senhoras elegantes incluírem em seus passeios de final de tarde, um chá ou um sorvete na Confeitaria. Destacou que – quando criança – passava muito tempo no estabelecimento, após o horário escolar, ajudando no controle dos tickets de consumo dos fregueses, para pagamento no caixa da confeitaria.

Alexandre Bossolani, em seu livro *Rapaziada do Brás. A vida dos jovens nos anos 60*, (2017, p. 113), assinala que o comércio do Brás era de mini-lojas ou feito nas próprias casas, sem nenhuma estrutura organizacional, tocado pelo dono, ajudado pelos familiares e quando tinha algum empregado, era para o serviço de entrega ou limpeza. O comércio normalmente era constituído na frente das casas onde se destruía uma sala de visitas ou um quarto e colocavam uma porta de enrolar, um balcão de madeira e divisões para guardar o dinheiro e as mercadorias colocadas em prateleiras até o teto; esse tipo de estabelecimento era conhecido coma as vendas. Segundo o autor, as residências do Brás, nos anos de 1950-1960 eram quase sempre geminadas de um dos lados e sempre tinham uma sala de visitas. Quando a família aumentava colocava-se na sala uma cama ou sofá onde dormiam os filhos. Um dos cômodos mais importantes da casa era a cozinha

... era ali que a dona da casa passava o maior de sua vida, era ali que se fazia a grande maioria das refeições, era ali que as mulheres, durante o dia, se encontravam para suas intermináveis conversas e que, depois do jantar, enquanto a mulheres lavavam as louças, os homens contavam as experiências vividas em seu dia de trabalho (BOSSOLANI, 2017, p. 12-13).

Destaca ainda o autor que na década de 1960 vários membros da mesma família moravam no mesmo casarão, quase sempre construído por seus pais ou avós, pois à medida que seus filhos iam se casando a casa era dividida, e as pessoas passavam a morar junto aos pais. Pode dizer que era uma forma de economizar custos e, ao mesmo tempo, cuidar dos idosos da família.

O Brás, assim como os bairros vizinhos da Móoca e Belenzinho eram essencialmente bairros operários.

No ensino escolar havia rigidez de horários, na postura na formação das filas na escola e disciplina em sala de aula. Caso contrário, as crianças eram severamente castigadas. Nas escolas imperava a divisão dos alunos de acordo com a idade e o sexo, ou seja, Escola de Meninos, Escola de Meninas. As matérias ministradas pelas professoras eram comuns a ambos, apenas

com algumas variações como bordar, costurar, pintura nos cursos de meninas e para os meninos fazer trabalhos com fios como redes, macramê e marcenaria.

Bossolani (2017, p. 60) aponta que o professor tinha a última palavra: repreendia, punha de castigo, retirava da classe o aluno indisciplinado, mandava para a Diretoria e indicava suspensão ou até expulsão da escola. Frente a tanto poder do professor os alunos tinham muito respeito e medo de seus professores. No bairro do Brás existiam escolas estaduais como a Escola Estadual Domingos Faustino Sarmiento e o Instituto de Educação Padre Anchieta classificadas como as melhores de São Paulo. O Primeiro Grupo Escolar do Brás, passou a denominação de Grupo Escolar Romão Puigari, em homenagem a um de seus diretores. Cabe neste trabalho mostrar que o imigrante também tinha a possibilidade de se dedicar a outros trabalhos na cidade. Romão Puigari, nasceu na cidade de Vigo, Espanha, em abril de 1865. Chegou ao Brasil aos doze anos residindo no interior paulista. Formou-se professor e seu primeiro emprego como docente foi na cidade de Mogi Mirim, no interior paulista. Em 1895, foi nomeado para ser professor da Escola Normal “Caetano de Campos” e depois diretor do Grupo Escolar do Brás durante dois anos, morrendo precocemente. No decorrer do presente estudo, um dos informantes falou, com orgulho, que havia estudado no Romão Puigari.

Muitas crianças que residiam no Brás e bairro operários vizinhos trabalhavam longas jornadas nas indústrias existentes na região cuja remuneração complementava o sustento da família. As condições de trabalho não eram boas e exerciam atividades sem equipamentos de proteção. Culturalmente, as famílias acreditavam que o trabalho era uma possibilidade de tirar as crianças da rua, ocupando a criança para evitar a marginalidade. Os meninos começavam a trabalhar com sete ou oito anos em serviços de entregas, de venda de jornais e as meninas começam com nove e dez anos, em geral nas tecelagens e oficinas de costuras ou cuidando de crianças ou realizando serviços domésticos. Depoimentos obtidos para o presente estudo mostraram que na década de 1920-1930 muitas meninas a partir de treze anos trabalhavam nas lojas de cristais e discos da Rua Direita, no centro da Cidade de São Paulo onde aprendiam a ouvir música clássica e óperas.

O número de escolas não atendia a todas as crianças; a maioria das crianças que trabalhavam largavam os estudos sem terminar o curso primário. As matérias ministradas nas escolas no curso primário eram Linguagem,

Aritmética, Geografia e História do Brasil. Muitas escolas ensinavam os alunos a cantar os hinos nacionais e cânticos de homenagem aos santos.

Como as escolas existentes não conseguiam atender toda população infantil, começaram a surgir as classes isoladas, onde professoras ministravam as primeiras letras numa sala de sua própria casa, reunindo crianças de diferentes idades (figura n.º 2).

Figura n.º 2
Bairro do Brás. Escola na casa da professora



Fonte: Acervo da pesquisadora. Fotografia desconhecido.
Data da foto aproximadamente 1926.

Com o desenvolvimento das indústrias começaram a surgir as vilas operárias com edificações de moradias e instalações apropriadas para os filhos dos empregados, como creche e escola. Um dos exemplos foi a Vila Maria Zélia no Bairro do Belenzinho.

Pode-se dizer que a pesquisa empreendida sobre o Bairro do Brás mostrou que os imigrantes que se fixaram no Brás e bairros operários vizinhos como Móoca e Belenzinho, com muito esforço e trabalho conseguiram deixar para as novas gerações uma estrutura sócio-econômica e cultural que alicerçou a formação de uma nova classe média paulista, valorizando a educação de seus filhos e ofertando para a sociedade destacados profissionais

da área da saúde e educação entre outras. O Brás foi cantado em música e declamado em poesias, do Brás nasceram muitos escritores, artistas, poetas e músicos. Assim com a ferrovia que marcou o bairro do Brás, um sonho que terminou, o Brás dos anos vinte a sessenta mudou, os cinemas encerraram as sessões cinematográficas nos anos setenta, os teatros do Brás viraram templos religiosos e um novo Brás surgiu com a migração de brasileiros do norte e nordeste do país e, nos últimos anos, tornou-se um atrativo de populações dos países vizinhos, principalmente de paraguaios e bolivianos que buscam trabalho e educação para seus filhos no novo Brás que emerge das cinzas de um Brás que acabou.

Bibliografia

- ALMEIDA, Vicente Unzer de, MENDES SOBRINHO, Octavio Teixeira, 1951 – *Migração rural-urbana*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola.
- BORGES, T. Pompeu Accioly, 1955 – *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Política Agrária.
- BOSCO, Santa Helena, JORDÃO NETTO, Antonio, 1967 – *Migrações*. São Paulo: Departamento de Imigração e Colonização.
- BOSSOLANI, Alexandre, 2017 – *Rapaziada do Brás. A vida dos jovens nos anos 60*. São Paulo: Al Print Editora.
- DELGADO, Lucília A., 2002 – História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, 6, p. 9-25.
- DEMARTINI, Zeila, 2018 – Narrativas de imigrantes do passado e do presente: questões para pesquisa. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, vol 3, n.º 7, p. 45-66.
- DIEGUES JR., Manuel, 1964 – *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- ELLIS, Alfredo, 1934 – *Populações paulistas*. São Paulo: Editora Nacional (Brasileira: v. 27).
- FONTES, Paulo, 1997 – *Trabalhadores e cidadãos: Nitro-Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume.
- GHEDINE, André., s/d – *História dos Bairros Paulistanos*. Disponível em: http://almanaque.folha.História.uol.com.br/bairros_bras.htm
- GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba, 2007 – Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Revista Katálysis*, vol.10.
- LANG, Alice Beatriz; CAMPOS, Maria Christina, 2018 – *Chegaram as Caravelas. Portugueses em São Paulo*. São Paulo: Letra e Voz.
- LANGENBUCH, Juergen Richard, 1971 – Os núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX. *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 46, p. 88-106.

- MACHADO, Antonio de Alcântara, 1982 – *Brás. Bexiga e Barra Funda*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- MENDES, José Sacchetta Ramos, 2011 – *Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP.
- MENESES, Lená; SOUSA, Fernando de, 2017 (orgs.) – *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos Olhares sobre a E/Imigração*. Porto: CEPES.
- MONTEIRO, Arlete A., et al. (orgs.), 2019 – A realidade brasileira em transformação: novos problemas, novos olhares, novas pesquisas. *Cadernos CERU-USP*, v. 30 n. 2.
- MONTEIRO, Arlete Assumpção (org.), 2018 – Deslocamentos Humanos. Cultura, decisões e conflitos. *CORDIS*, Revista digital PUCSP, n.º 20.
- MONTEIRO, Arlete Assumpção, 1996 – *Santo André: de seus primórdios à industrialização* (tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, área História Econômica).
- MONTENEGRO, Antonio Torres, 2010 – *História, metodologia e memória*. São Paulo: Editora Contexto.
- MOURA, Paulo Cursino, 2021 – *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1853/paulo-cursino-de-moura> [Acesso em: 24 de Abr. 2021].
- NAXARA, Márcia Regina Capelari, 1998 – *Estrangeiro em sua Própria Terra. Representações do Brasileiro. 1870/1920*. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- PAIVA, Odair da Cruz, 2000 – *Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e dos dilemas da construção do Brasil moderno (1930-1950)* (tese doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).
- PASCAL, Maria Aparecida, 2005 – *Portugueses em São Paulo. A face feminina da imigração*. São Paulo: Expressão Arte & Editora.
- PATARRA, Neide Lopes. (coord.), 1996 – *Migração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial.
- ROCHA, Maria Beatriz Trindade; Horta, Ana Paula Beja; Ribeiro, José, 1995 – *Sociologia das migrações: as migrações: permanência e diversidade*. Realização de Carlos Alberto Augusto; Tecnóloga Ana Paula Antunes. Coordenação de Maria Beatriz Rocha-Trindade. Lisboa: Universidade Aberta, 1 prog. vídeo (14 min. 37 seg.).
- SOUSA, Fernando de, et al., 2014 – *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: CEPES.
- TOLEDO, Roberto Pompeu, 2003 – *A Capital da Solidão. Uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- UNZELTE, Celso (org.), 2003 – *A Família Bresser na História de São Paulo*. São Paulo: Editora Saraiva.
- VARELLA, Drauzio, 2000 – *Nas ruas do Brás*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, Coleção Memória e História.
- WEBER, Maria Aparecida Lacerda Duarte, 2013 – Uma Chácara no Brás. *Revista da ASBRAP*, n.º 20, p. 193-204.

Os primeiros processos de emigrantes que integram o acervo da BPARPD: novos dados sobre a emigração micalense nos inícios do século XX (1919)

Susana Serpa Silva¹⁰³

Introdução

A Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), situada na ilha de S. Miguel (Açores), incorporou o Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada (FGCPD) – órgão que, desde 1835, superintendia as ilhas de Santa Maria e de São Miguel – o qual, além de incluir *Livros de Registo de Passaportes* (séculos XIX-XX), contém *Processos de Concessão de Passaportes* (Processos de Emigrantes e Viajantes), numa série que começa em 1919 e termina em 1988. Esta série ainda não se encontra tratada do ponto de vista arquivístico, pelo que as caixas e os respetivos processos ainda mantêm cotas provisórias¹⁰⁴.

Segundo informação do próprio Arquivo, a documentação relativa aos processos de emigrantes tem início em 1919¹⁰⁵, porque os anteriores a esta data terão sido eliminados, na origem, por motivos incertos. Colocamos a hipótese de essa eliminação ter sido resultante da escassez de papel e da necessidade de reutilização do mesmo, mesmo de livros e documentos oficiais, em especial, durante o período da Primeira Guerra Mundial, uma vez que as ilhas dos Açores foram muito afetadas pela falta de vários produtos incluindo matérias-primas.

Este pequeno estudo, sustentado na consulta e análise dos primeiros processos que integram a referida série, representa o começo de uma inves-

¹⁰³ CHAM-Centro de Humanidades – Nova/UAc.

¹⁰⁴ Consultar: <https://bparpd.azores.gov.pt/acervo/grupo-de-arquivos/> Anexos – Guia dos Fundos do Arquivo.

¹⁰⁵ BPARPD – FGCPD – Processos de Emigrantes e Viajantes – Caixa 1 – 3753: processos n.º 1 a n.º 101; Caixa 2 – 3754: processos n.º 102 a n.º 184; Caixa 3 – 3755: processos n.º 185 a n.º 270; Caixa 4 – 3756: processos n.º 271 a n.º 368; Caixa 5 – 3757: processos n.º 369 a n.º 435; Caixa 6 – 3758: processos n.º 436 a n.º 510. Convém salientar que uma percentagem muito residual, dos mesmos, consistia em requerimentos para viagens de negócios, para prosseguimento de estudos ou por lazer.

tigação, de natureza diacrónica, que importa continuar e aprofundar. Mas, para já, consultamos as caixas que cobrem todo o ano de 1919 que, por sinal, se afigura um período de elevado número de partidas da ilha de S. Miguel. As seis caixas consultadas perfazem um total de 510 processos. Ainda que, no cômputo geral, representem uma pequena amostra, permitem-nos descortinar dados muito interessantes e bem representativos desta realidade estrutural da sociedade insular.

Um primeiro dado a considerar é, de facto, o elevado número de partidas ao longo de 1919, ano subsequente ao fim da Primeira Guerra Mundial. Apesar da taxa de natalidade continuar a ser elevada, a emigração ia motivando um decréscimo da população insular (MENDONÇA, ÁVILA, 2002, p. 205-206). Na ilha de S. Miguel, por exemplo, entre 1911 e 1920, houve uma diminuição de 4499 indivíduos (MENDONÇA, ÁVILA, 2002, p. 205), o que significa que mesmo em períodos mais atribulados, de mudança de regime em Portugal (implantação da República) e de conflitualidade na Europa e no mundo, a emigração açoriana não estancava, pois o território insular era limitado e as oportunidades reduzidas.

A Primeira República e os processos de emigração

Em Portugal, com a implantação do novo regime, em outubro de 1910, para além das inúmeras medidas inovadoras e reformistas, uma das prioridades governativas foi a de reorganizar os processos de concessão de passaportes, por via de um maior rigor e consequente acréscimo de burocracia. Passou a ser obrigatória a apresentação de certidões e, a instituição do registo civil, veio facilitar este procedimento com a oposição dos párocos. Desde 1912, à conta dos Administradores dos Concelhos ficaram os Termos de Abonação de Identidade que obrigavam a uma recolha de dados mais completa e exigente, que por seu turno, também facilitava os trabalhos de natureza estatística. Para os jovens, a situação relativa ao serviço militar tinha de ser bem esclarecida e quanto aos passaportes coletivos, as regras tornam-se mais apertadas (deviam incluir, apenas, o casal, os filhos e criados). Em 1919, os passaportes coletivos deixam mesmo de ser autorizados (sobre as mudanças de procedimentos, ver SILVA, 2018, p. 50-ss.).

A partir de 1914 aumentam as exigências processuais com a inclusão de apresentação de fotografias, o que, na prática, estava longe de ser generalizado. Tornam-se frequentes as circulares, dirigidas aos Administradores

dos Concelhos, no sentido de combaterem irregularidades com os processos de passaportes e, em geral, de reprimirem fortemente a emigração clandestina que nas ilhas, por exemplo, assumia contornos preocupantes, para as autoridades, desde o século XIX.

Os processos de concessão de passaporte consistiam na organização de um conjunto de documentação que começava com o requerimento de concessão de passaporte redigido em papel selado e dirigido ao Governador Civil. Este era acompanhado da certidão de nascimento do emigrante e dos respetivos acompanhantes, caso os houvesse, bem como do requerimento e certidão do registo criminal, passados pelo Juiz de Direito. Note-se que a certidão de nascimento permitia identificar o lugar de origem, mas também os familiares mais próximos (pais e avós).

Quando o emigrante era menor de idade, uma mulher solteira ou casada, mas com marido ausente (já emigrado, portanto), tornava-se obrigatória a apresentação do termo de justificação ou apenas termo, pelo qual, e com o reconhecimento de testemunhas, se comprovava o consentimento paterno ou marital quanto à necessária viagem. Também servia como comprovativo de nascimento no estrangeiro, nos casos em que as segundas gerações eram naturais do país de destino escolhido pelos progenitores.

Nos casos de emigrantes do sexo masculino era obrigatória a declaração de pagamento de caução ou licença militar e, por fim, o termo de abonação de identidade onde constam todos os dados civis e físicos do emigrante e dos seus acompanhantes.

Exemplos de Termos de Abonação de Identidade

⁶⁰ Lagittini, animal, exposto. — ⁶¹ Sabe-lor, amulphabro. — ⁶² Berto, pando, encurtado com Sabe, encurtado com depento, honeste, a reserva, a reserva territorial, bano. — ⁶³ V. art. 1.º § 1.º, da Lei de 15 de abril de 1927, no seu 2.º parágrafo, na rubrica a (pregrinos). — ⁶⁴ Melhor de Borno, netrolo, TSTSE de oposição, com com a família, testam, no, singular, praprietas, etc.

Exemplos de Termos de Abonação de Identidade

Nome		Parentesco com o impetrante		Idade		Estado		Profissão		Filiação		Inscrição		Serviço militar		E' imigrante?		Classe em que embarca		Emigra pela 1.ª vez?		Fim com que emigra	
Antonio Luiz		Filho		25		Solteiro		Agricultor		Filho		Inscrição		Serviço militar		E' imigrante?		Classe em que embarca		Emigra pela 1.ª vez?		Fim com que emigra	
Nome		Parentesco com o impetrante		Idade		Estado		Profissão		Filiação		Inscrição		Serviço militar		E' imigrante?		Classe em que embarca		Emigra pela 1.ª vez?		Fim com que emigra	
Nome		Parentesco com o impetrante		Idade		Estado		Profissão		Filiação		Inscrição		Serviço militar		E' imigrante?		Classe em que embarca		Emigra pela 1.ª vez?		Fim com que emigra	

Fonte: BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

O termo de abonação de identidade, de que podemos visualizar dois exemplos (frente e verso) nas figuras n.º 1 e 2, é um documento rico em informações sobre os emigrantes e seus familiares, incluindo dados pessoais e físicos acrescidos, em alguns casos, de fotografias. O termo tem início com a indicação da data em que o processo é instruído na Administração do Concelho correspondente. Depois, apresenta o nome completo do emigrante, a idade, estado civil, profissão, filiação (com a ressalva de ser legítimo, natural ou exposto), a naturalidade e a residência (com a identificação do concelho e freguesia), o grau de instrução (sabe ler, sabe ler e escrever ou analfabeto) e, quando aplicável, dados relativos ao serviço militar, com a indicação de isento, remido, caucionado, licenciado, reserva ou baixa. Uma vez que estes serviços também abrangiam aqueles que viajavam a negócios ou por lazer, a clarificação da condição de emigrante é outro dado que podemos encontrar nos termos de abonação de identidade. Esta condição estava em conformidade com o disposto na Lei de 25 de abril de 1907 – lei régia que os republicanos adotaram – e que definia o próprio conceito de emigrante:

Artigo 1.º

[...]

Parág. 1.º

1.º - Os nacionais que se dirigirem para os portos estrangeiros do ultramar em navios de vela ou a vapor, tendo ou não carreiras regulares, embora gozem do privilégio de paquetes, que nos termos do art.º 2.º da carta de lei de 27 de Março de 1877 se consideram como empregados no transporte de colonos e emigrantes, e neles sejam transportados na última classe de passageiros, ou por preço, alimentação, ou condições a ela correspondentes;

2.º - Os nacionais, não compreendidos no n.º 1 deste parágrafo, que se prove tentarem sair pela via marítima a fim de fixarem a sua residência nos portos estrangeiros do ultramar, ou pela fronteira terrestre a fim de em portos estrangeiros se embarcarem para aqueles [...]”¹⁰⁶.

De acordo com a lei, emigrantes eram todos quantos embarcavam para portos estrangeiros do ultramar, em navios de colonos ou emigrantes e que, como tal, eram transportados em condições precárias inerentes à última classe de passageiros. Por outro lado, eram também tidos por emigrantes todos quantos procuravam fixar residência no estrangeiro, saindo do território

¹⁰⁶ Consultar: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/95/139/p304>

nacional por via marítima ou terrestre. Podemos, assim, afirmar que para o regime republicano os emigrantes continuavam a definir-se como os nacionais que vão residir no estrangeiro ou como nacionais de baixa condição social que embarcam “na última classe de passageiros”. Por consequência, outro dado que se colhe do termo de abonação de identidade é, precisamente, a classe em que aquele indivíduo vai embarcar, sublinhando (para além da profissão) a sua posição social. Acrescem outras duas informações importantes e que são: se é emigrante pela 1.^a vez ou não e com que finalidade abandona a sua terra natal. Esta última informação permite descortinar o que já se podia configurar como processos de chamada, uma vez que muitos indicam, como motivo da partida, juntar-se à família ou viver com familiares.

Por último, o termo apresenta a descrição física dos emigrantes (altura, características do rosto e dos cabelos, cor dos olhos e da pele, sinais particulares, etc.), observações, o destino (qual o país e cidade), número de acompanhantes (se for o caso) e as testemunhas. Aliás, já no requerimento apresentado o emigrante indicava o país para onde pretendia ausentar-se.

Como se depreende, os processos possibilitam um maior aprofundamento do estudo da emigração, desde logo por permitirem traçar perfis mais completos dos próprios emigrantes do que sucede com os simples registos de passaporte. Assim, podemos afirmar que através destas fontes é possível concorrer para o desenvolvimento de estudos de matriz prosopográfica associados aos grupos e famílias de emigrantes.

Neste período em estudo, o passaporte passou a ser individual, mas os processos podiam ser individuais ou coletivos (caso envolvessem a família).

Figura n.º 3
Exemplar de passaporte

REPUBLICA PORTUGUEZA

PASSAPORTE

Lei de 25 d'Abril de 1907

Governo civil
do
DISTRITO
DE
Ponta Delgada

2.ª Repartição
n.º 76
Registrado no liv.º *comp.*
a fl. *trinta*

SIGNAES

Idade *29* annos
Altura *1,56*
Pezos *ovais*
Cabellos *castanhos*
Oculos *castanhos*
Olhos *azules*
Nariz *regular*
Boca *fechada*
Cez *branca*

SIGNAES PARTICULARES

uma longa cicatriz na face direita

Concedo passaporte a *Milza de Lencdes Sequeira, solteira, doméstica natural de Guimarães e residente na freguesia da freguesia de Ponta Delgada*

para *os E. U. de America do Norte*
levando

Elbonado por documentos legaes

Rege ás autoridades administrativas e a todas aquellas a quem pertencer o seu conhecimento, não ponham embargo algum ao portador.

Valioso por tempo de 1 anno.

Dado em Ponta Delgada aos *vinete e seis* dias de *junho* de 1919

Custo do passaporte *600*
Emolumentos... *1845*

CHIEFE DA REPARTIÇÃO
Vigilante Lello Anselmo

ASSIGNATURA DO PORTADOR
António

O GOVERNADOR GUB.
Vigilante Lello Anselmo

3\$00 (Três E.)
1\$00 (Um E.)
DE *junho* DE 1919 DE *junho* DE 1919

ACCRES ADMINISTRATIVO
0\$50 DE *junho* DE 1919

ACCRES ADMINISTRATIVO
0\$50 DE *junho* DE 1919

Fonte: BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

Passando à análise dos dados, começamos por verificar a condição e o número de requerentes de passaporte com a finalidade de emigrarem para territórios de além-mar.

Quadro n.º 1
Requerentes de Passaporte (Ano de 1919)

Requerentes	N.º de pedidos
Em nome próprio, a título individual	222
Em nome próprio e no dos seus acompanhantes	102
Em nome de um ou mais menores	149
Total	473

Nota: entre os 510 processos totais não foram considerados os que não se relacionavam com a emigração, nem aqueles que estavam incompletos, existindo, somente, dados parciais. Também se registaram algumas falhas, pressupondo-se que os processos tenham desaparecido ou sido anulados. Fonte: BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

Como comprovam os dados do quadro anterior, foram solicitados, ao longo do ano de 1919, 473 passaportes de emigrantes – no estrito sentido do termo – quer a título individual, seja de adultos ou menores de idade, quer a título familiar, incluindo, pois, acompanhantes.

Quadro n.º 2
Total de emigrantes abarcados pelos processos (1919)

Emigrantes	Masculino	Feminino
Crianças até 12 anos	76	74
Jovens até 20 anos	53	127
Adultos	163	182
Séniore (+65)	4	16
Total	296	399

Nota: a tabela inclui os requerentes em nome próprio, os emigrantes menores e todos os acompanhantes. Fonte: BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

De acordo com os dados do quadro n.º 2, no ano de 1919 terão saído, da ilha de S. Miguel, 695 emigrantes, em conformidade com os dados recolhidos e sem contar com eventuais partidas na clandestinidade. Como se pode verificar, as faixas etárias correspondentes a jovens e adultos (população ativa) são as que contemplam maior número de emigrantes, tendência que se

prolonga desde o século XIX e que se relaciona com a procura de melhores condições de vida, ou seja, um novo começo...

Um aspeto a salientar, no ano em estudo, é o número mais elevado de mulheres em relação aos homens. Se ao longo de oitocentos a emigração insular, tal como a do Reino, era maioritariamente masculina, nos finais da centúria começaram a aumentar as saídas de famílias, incluindo, pois, muitos elementos do sexo feminino. Acresce que, em 1919, partem mesmo, sozinhas, numerosas mulheres como se pode ver pelo quadro n.º 5 do Anexo. De um total de 101 requerentes a título individual, 40 são jovens solteiras a que se juntam 36 viúvas. A maioria justifica a decisão de partir com o desejo de “melhorar de fortuna”, mas algumas alegam ir juntar-se a familiares, tal como a maioria das mulheres casadas que partem para se reunir aos maridos já emigrados. Excetuando os casos de uma proprietária e de uma bordadeira, todas se afirmam como domésticas, constituindo assim um quadro feminino típico insular, de inícios do século XX e, por consequência, uma mão de obra pouco qualificada. Aliás, 40 são dadas como analfabetas ou sem qualquer instrução, embora, entre as restantes, algumas pouco mais saberiam do que ler e assinar.

Juntando estas mulheres, que partem sozinhas, às que seguem com familiares – especialmente marido e filhos – como se apresenta no quadro n.º 5, do Anexo, o volume de emigrantes femininas aumenta consideravelmente somando o valor já indicado no quadro n.º 2. Além das esposas que vão na companhia dos maridos, partem muitas filhas. Mesmo entre os menores de 21 anos que emigram sozinhos – na maioria para se juntarem aos progenitores e a outros familiares – o número de filhas, netas e sobrinhas é sempre superior aos dos filhos, netos e sobrinhos (ver quadro n.º 4)¹⁰⁷.

Sendo certo que emigravam muitas mulheres para se reunirem à família (marido e filhos já emigrados), também é certo que nos Açores, por inícios do século XX, o número de habitantes do sexo feminino superava os do sexo masculino e, talvez por isto, algumas jovens solteiras resolviam partir, *quiçá* à procura de um bom casamento. Como se constata no quadro n.º 3, esta era a realidade demográfica nos três distritos do arquipélago.

¹⁰⁷ “Durante os 30 anos do Ciclo do Brasil, as mulheres constituíam 45% do total da emigração do distrito de Ponta Delgada. Esta percentagem subiu para os 48% durante o Ciclo dos Estados Unidos-Canadá”. (MIRANDA, 1999, p. 129).

Quadro n.º 3
Número de “Varões” e “Fêmeas” nos distritos dos Açores (1903-1907)

	Varões	Fêmeas	Total
Angra do Heroísmo	33.291	40.041	73.332
Horta	24.298	30.935	55.233
Ponta Delgada	59.463	68.263	127.726
Total	117.052	139.239	256.291

Fonte: *Censos de Portugal (1903-1907)* – Quadro I – Fogos e População do Continente e Ilhas.

As mortes causadas pela gripe pneumónica, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, terão vindo agravar a clivagem. Em outubro de 1918, por exemplo, só no concelho de Ponta Delgada faleceram 145 indivíduos, maioritariamente do sexo masculino. Também no concelho da Ribeira Grande as cifras de mortalidade masculina foram muito elevadas¹⁰⁸.

Quanto aos 121 requerentes, em nome individual e do sexo masculino, elencados no quadro n.º 4, em Anexo, 60% são indivíduos solteiros (73) e quase todos em busca de um futuro melhor. Não obstante, encontram-se alguns proprietários ou profissionais do comércio, quer entre emigrantes casados, como solteiros e o nível de literacia é muito superior ao das requerentes do sexo feminino. Apenas 10 indivíduos são identificados como analfabetos ou sem instrução, o que representa uma diferença considerável, talvez resultante das preocupações do regime republicano com a escolarização, em especial masculina.

¹⁰⁸ BPARPD - FGCPDL – *Mapas de Registo de Óbitos*, 1918.

Quadro n.º 4
Emigrantes menores de 21 anos que partem sozinhos – síntese

Quem requer	Emigram	Idades	Motivos
Pais: 35	Filhos: 37	Menores de 12 anos: 8	Melhorar de fortuna: 57
Mães: 24	Filhas: 42	Entre 12 e 16 anos: 32	Juntar-se à família: 15
Marido: 1	Neto: 1	Entre 17 e 20 anos: 56	Educar-se e viver com um parente: 1
Pai/Marido: 1	Netas: 4	Mais de 25 anos (esposas): 2	Melhorar de fortuna e juntar-se à família: 6
Avôs: 3	Sobrinhos: 2		Viver com os pais: 6
Padrinho: 1	Sobrinhas: 7		Sem motivo: 1
Tios: 5	Afilhados: 1		Trabalhar: 5
Tia: 1	Menores sob tutela: 2		Viver com o pai: 3
Os próprios: 9	Esposas: 2		Viver com a mãe: 1
As próprias: 14			Viver com o seu irmão: 1
Tutores: 2			

Notas: O processo identificado como ‘PAI/Marido’, envolve 3 pessoas, a mulher, uma filha e um filho (daí as colunas do meio apresentarem 98 casos e não 96).

Há dois processos que quem requer são ‘as próprias’, mas é o avô paterno que requer os registos criminais e o consentimento é dado por testemunhas que afirmam que os pais estão nos EUA (colocado no campo ‘netas’ pois como referido é o avô que requer o registo criminal).

Na maioria dos casos, quando são os próprios a requererem os passaportes, são os pais ou as mães que dão o seu consentimento para estes poderem emigrar (daí o número de filhas e filhos a emigrarem ser bastante elevado, porque mesmo sendo os próprios a pedirem o passaporte, tinham de ter o consentimento dos pais).

Fonte: BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

A saída de jovens e de adultos em idade de recrutamento militar obrigava a alguns procedimentos. Podiam partir caucionados, ou seja, pagando 150 escudos de caução, na agência do Banco de Portugal, quantia esta que revertia para a Direção Geral da Secretaria da Guerra. Podiam também partir licenciados, isto é, com uma licença concedida pelo Ministério da Guerra, através do Comandante Militar dos Açores e nos termos do *Regulamento Geral do Serviço do Exército*. O licenciado devia:

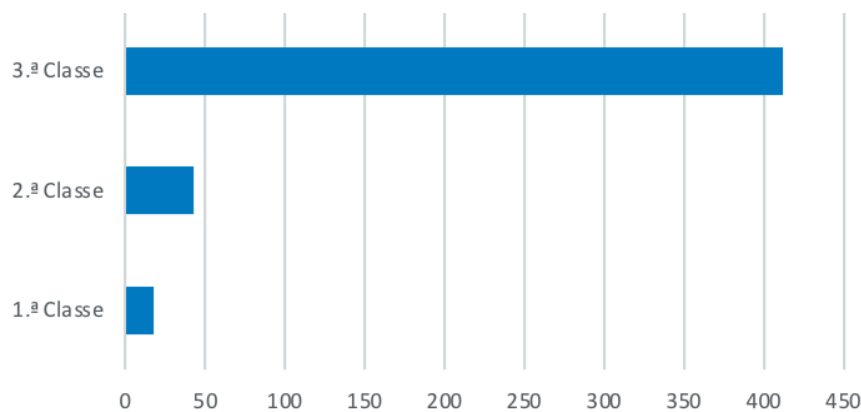
apresentar-se, no prazo de cento e vinte dias contados da data da concessão da licença, ao agente consular da localidade onde for residir, ou à autoridade militar, e, na falta desta, à autoridade civil.

De igual modo deverá proceder logo que lhe constar ter sido decretada a mobilização extraordinária do exército. Deverá ainda apresentar-se anualmente à autoridade civil, ou ao agente consular, na localidade em

que residir, e bem assim às respectivas autoridades quando regressar à metrópole¹⁰⁹.

Outras informações que se podem retirar dos processos dos emigrantes e que se afiguram relevantes relacionam-se com a classe do navio em que partem e com o número de vezes que emigram.

Gráfico n.º 1
Classe do navio em que partem (1919)

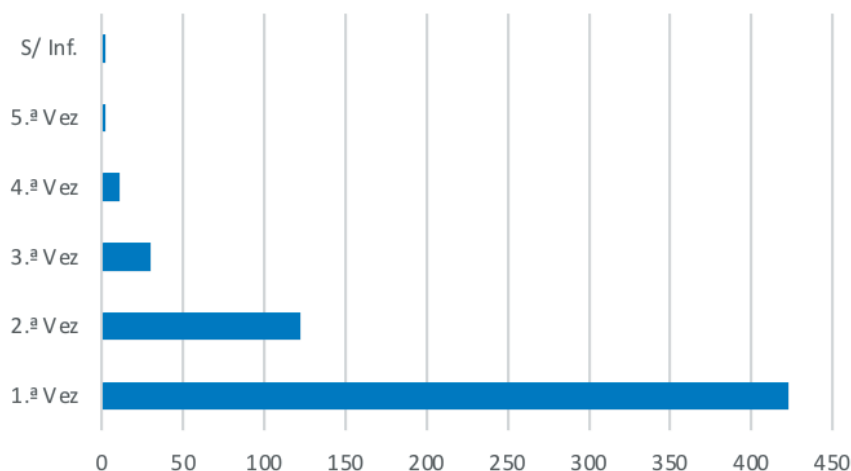


Fonte: BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

O elevado número de passagens de 3.ª classe não é surpreendente e inscreve-se, aliás, no modelo de transporte de emigrantes a nível mundial. Estes “viajantes” eram oriundos das classes sociais mais desfavorecidas e, por isso, só tinham possibilidade de viajar (e com sacrifício) em 3.ª classe. Ainda assim, deparámos com mais de 60 emigrantes que embarcaram em 2.ª e 1.ª classes, configurando um maior desafoço que se pode explicar pelos seguintes fatores: o facto de irem ao encontro de familiares, emigrados há vários anos e com um nível de vida melhor, que lhes terão propiciado uma passagem mais cara; o facto de muitos indivíduos não emigrarem pela primeira vez, podendo assim ter garantidas algumas poupanças que lhes permitiam certos “luxos” como o de viajar numa classe melhor.

¹⁰⁹ BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, Caixa n.º 2 – 3754, Proc. 132/1919.

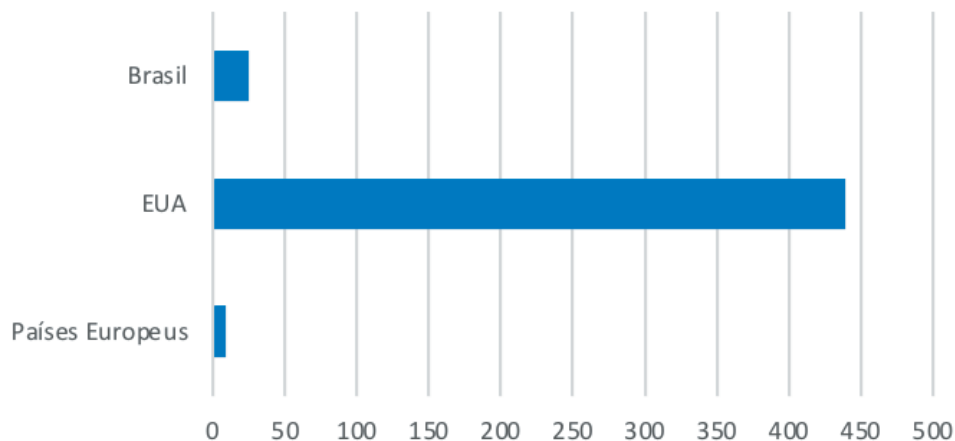
Gráfico n.º 2
Número de vezes em que os requerentes emigram (1919)



Fonte: BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

Como se depreende da leitura do gráfico n.º 2 a emigração micaelense, em 1919, não representava um processo unívoco e, naturalmente, já seria assim antes, como depois. Segundo os processos compulsados, 122 pessoas emigraram pela 2.ª vez, 30 pela 3.ª vez e 11 pela 4.ª. O quadro n.º 6, em anexo, que diz respeito à emigração de famílias, apresenta vários casos de emigração pela 2.ª e 3.ª vez. Por conseguinte, verificavam-se processos de retorno, em alguns casos, temporário. Observando os dados da referida tabela, verifica-se que há mães que emigram, com filhos, pela 2.ª vez o que pode pressupor alguma inadaptação inicial ao destino de emigração ou a procura da ajuda familiar, de avós que ficaram na ilha, para os primeiros tempos de criação dos filhos. Há pais de família que também emigram pela 2.ª ou 3.ª vez e, nestes casos, apresentam-se como proprietários, lavradores e até, num caso, como “capitalista” denunciando, assim, uma ascensão social e económica que os terá levado a regressar à terra natal para investir, voltando, depois, ao destino de emigração para continuarem a “melhorar de fortuna” e propiciar um melhor futuro aos filhos.

Gráfico n.º 3
Países de destino

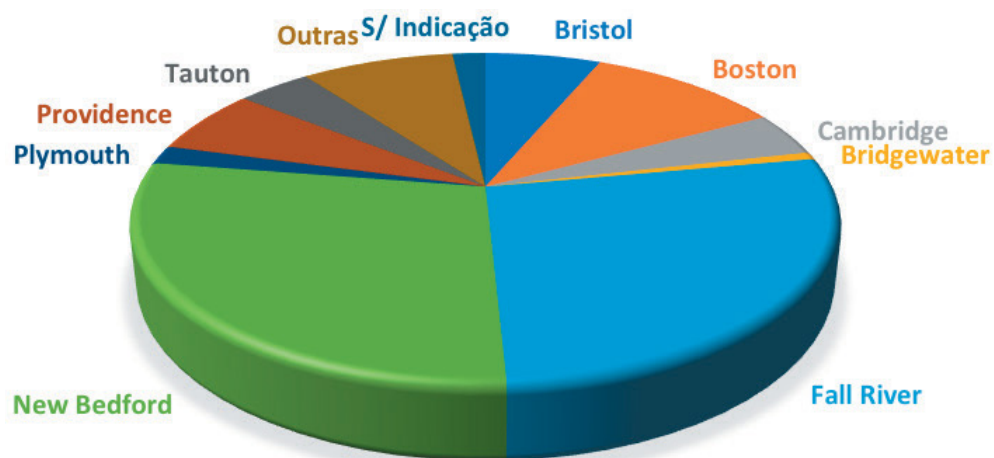


Cidades do Brasil indicadas: Rio de Janeiro: 8; S. Paulo: 3; Manaus: 2; Santos: 1.
Países da Europa: Inglaterra (Londres e Manchester: 4; França (Paris): 1; Bélgica (Gand): 1 e Suíça: 1.
Fonte: BPARPD – FGCPD – Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

Em 1919, o Brasil representa já – pelo menos no tocante ao distrito de Ponta Delgada – um destino de emigração residual. Desde 1900, os EUA constituíam o grande polo de atração dos micaelenses (MIRANDA, 1999, p. 91), incentivada pelo desenvolvimento industrial do país e, por consequência, pela possibilidade de obter um emprego na produção fabril e, ainda, pela fixação de familiares em períodos anteriores. Como já podemos afirmar em outro trabalho nosso, excetuando o distrito da Horta (em que a emigração para a América do Norte foi mais precoce), é no decorrer da última década do século XIX que começa a inverter-se a tendência brasileira em prol dos EUA e a procura deste novo destino foi bem marcante entre os habitantes da ilha de S. Miguel como comprova o gráfico anterior (SILVA, 2017, p. 171).

Além dos países de destino, os processos permitem-nos identificar as cidades para onde rumavam os emigrantes. No caso dos EUA, o gráfico n.º 4 é bem elucidativo quanto à fixação de açorianos na costa leste do país, destacando-se, já em 1919, cidades com New Bedford e Fall River as quais, ainda na atualidade, agregam grandes comunidades de açor-descendentes (ROCHA, 1991, p. 226). Assim, pelo conjunto de localidades selecionadas, os estados mais procurados eram os de Massachusetts, Rhode Island e arredores, representados nos mapas n.ºs 1 e 2.

Gráfico n.º 4
Cidades dos EUA onde vão fixar residência



Fonte: BPARPD – FGCPD - Caixas de Processos de Emigrantes, n.º 1 a 6.

Mapas n.º 1 e 2
Estados norte-americanos de maior fixação de açorianos



Fontes: <https://espanol.mapsofworld.com/continentes/norte-america/estados-unidos/massachusetts.html> e <https://www.ezilon.com/maps/united-states/rhode-island-physical-maps.html>

Notas Finais

Os Processos de Concessão de Passaportes – ainda pouco estudados no tocante aos Açores – permitem conhecer o perfil dos emigrantes de uma forma mais aprofundada, bem como realidades e dinâmicas familiares, com núcleos que se desfazem e refazem, porque a emigração separa e reúne. Ainda que tenhamos feito uma breve análise, de conjunto, este tipo de fonte comprova que a emigração é um fenómeno social suscetível de análises seriais e sociológicas, mas que também corresponde a histórias de vida (individuais e familiares) ou a casos de estudo.

Os processos contribuem para explicar a mobilidade emigrante, através das situações de regresso às origens e de retorno ao país de acolhimento, bem como de procura de outros países que não o da primeira emigração. Muitos emigrantes partiam pela 2.^a, 3.^a ou até mesmo, ainda que em menor número, pela 4.^a vez. Estas fontes, pela informação que comportam, provam que as migrações familiares englobam diferentes gerações e realizam-se, em muitos casos, por etapas. Sendo certo que partiram algumas famílias completas no ano em apreço verificou-se que inúmeras mulheres foram ao encontro dos maridos já emigrados; outras, viúvas, foram reunir-se a familiares ausentes (muitas vezes, filhos) e ainda outras mais jovens, na busca de “melhor fortuna” e, talvez, de um marido abonado, partiram sozinhas ao encontro de familiares ou conhecidos.

No ano seguinte ao desfecho da Primeira Guerra Mundial os fluxos migratórios não estancaram, mesmo sendo o destino predominante os EUA. Sendo certo que desde 1911 este país procurava impor restrições à entrada de imigrantes analfabetos e solteiros sem ofício certo, definindo *plafonds* para cada país, na realidade a emigração açoriana manteve números bastante elevados até 1920 (interrompidos apenas em 1917-1918) (ROCHA, 1999, p. 77). Em 1921 e 1924 os Açores seriam então muito penalizados, respetivamente, pela promulgação, nos E.U.A., da “First Quota Act” (que limitava a imigração europeia) e pelo “Johnson Reed Act” que determinava quotas por país (MENDONÇA, ÁVILA, 2002, p. 214-215).

Anexos

Quadro n.º 4
Requerentes de passaporte, a título individual, do sexo masculino

Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade	Instrução	Emigra	Motivo
47	Casado	Proprietário	Santo António	Tem	3.ª vez	Negócios
66	Viúvo	Proprietário	Lagoa	Analfabeto	2.ª vez	Viver c/ a família
50	Casado	Proprietário	Povoação	Sabe ler	3.ª vez	Negócios
69	Viúvo	Marítimo	Povoação	Analfabeto	3.ª vez	Viver c/ o filho
23	Solteiro	Estudante	P. Delgada	Tem	1.ª vez	Estudar
41	Solteiro	Professor	Capelas	Tem	1.ª vez	Melhorar de fortuna
35	Casado	Proprietário	Vila Franca	Tem	2.ª vez	Viver c/ Esposa
56	Viúvo	Trabalhador	Vila do Porto	Analfabeto	1.ª vez	Melhorar de fortuna
36	Solteiro	Padre	P. Delgada	Tem	1.ª vez	Melhorar de fortuna
34	Casado	Carpinteiro	Furnas	Tem	3.ª vez	Melhorar de fortuna
42	Casado	Proprietário	Madalena-Pico	Analfabeto	2.ª vez	Melhorar de fortuna
26	Solteiro	Vive de sua agência	Feteiras	Tem	2.ª vez	Tratar de negócios
45	Casado	Carpinteiro	Povoação	Sabe ler	2.ª vez	Melhorar de fortuna
58	Casado	Criado de Voltas	Arrifes	Analfabeto	1.ª vez	Viver c/ família
24	Solteiro	Sapateiro	Lagoa	Sabe ler e escrever	1.ª vez	Viver c/ família e melhorar de fortuna
25	Casado	Pintor	Vila Franca	Sabe ler	1.ª vez	Juntar-se à esposa
26	Solteiro	Camponês	Feteiras	Tem	2.ª vez	Melhorar de fortuna
27	Solteiro	Lavrador	Achadinha	Tem	1.ª vez	Melhorar de fortuna
27	Casado	Proprietário	Vila Franca	Tem	1.ª vez	Melhorar de fortuna
21	Solteiro	Emp. Comercial	P. Delgada	Tem	1.ª vez	Melhorar de fortuna
45	Casado	Proprietário	Lagoa	Sabe ler e escrever	1.ª vez	Melhorar de fortuna
45	Casado	Canteiro/Proprietário	Rabo de Peixe	Sabe ler	3.ª vez	Melhorar de fortuna
23	Solteiro	Proprietário	Ginetes	Tem	1.ª vez	Melhorar de fortuna
28	solteiro	Trabalhador	P. Delgada (S. José)	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
28	casado	Lavrador	Nordeste	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
30	casado	Carpinteiro	Pico da Pedra	Sabe ler	2ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Serralheiro	P. Delgada (S. Pedro)	Sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
43	casado	Cabouqueiro	Água de Pau	Sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna
31	casado	Camponês	Várzea-Ginetes	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna

Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade	Instrução	Emigra	Motivo
39	casado	Camponês	Arrifes	Tem	1ª vez	Melhorar
30	casado	Agenciário	Feteiras	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Proprietário	Ribeira Grande	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Camponês	Vila Franca Do Campo	Sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Carpinteiro	Vila Franca Do Campo	sabe ler	1ª vez	Para viver c/ seu pai
22	solteiro	Negociante	Povoação	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
25	solteiro	Lavrador	S. Caetano- La- jes das Flores	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
26	solteiro	Carpinteiro	Ribeira Grande	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Camponês	Nordeste	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Pedreiro	Nordeste	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
24	solteiro	Camponês	Velas-S. Jorge	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Lavrador	Ponta Garça	sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Marceneiro	P. Delgada (S. Pedro)	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Proprietário	Ponta Delgada	Tem	1ª vez	Negócios
21	casado	Comerciante	Lagoa	Sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna
24	solteiro	Pedreiro	Livramento	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
28	solteiro	Empregado comercial	P. Delgada	Tem	4ª vez	Negócios
70	viúvo	Proprietário	Ginetes	Tem	5ª vez	Juntar-se à família
32	Casado	Camponês	Arrifes	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Camponês	Relva	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
25	casado	Camponês	Arrifes	Tem	s/inf.	Melhorar de fortuna
46	solteiro	Proprietário	Fenais D'Ajuda	Sabe ler	2ª vez	Melhorar de fortuna
23	solteiro	Comerciante	Povoação	Sabe ler	2ª vez	Melhorar de fortuna
23	solteiro	Camponês	Lagoa	Sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Camponês	Candelária	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
28	casado	Camponês	Rabo de Peixe	Sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
27	solteiro	Camponês	Pico da Pedra	sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
27	casado	Trabalhador	Água D'Alto	sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Camponês	Água de Pau	Sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna
25	solteiro	Camponês	Água de Pau	sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Camponês	Lagoa	Sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Carpinteiro	Vila Franca Do Campo	sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna

Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade	Instrução	Emigra	Motivo
24	solteiro	Camponês	Água Retorta	sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
23	casado	Camponês	Água Retorta	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Estudante	P. Delgada	Tem	1ª vez	Estudar*
55	casado	Trabalhador	Água D'alto	Analfabeto	2ª vez	Melhorar de fortuna
46	casado	Proprietário	Povoação	Sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
23	solteiro	Camponês	Povoação	sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
39	casado	Proprietário	Nordeste	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
27	solteiro	Trabalhador	Feteiras	Sim	1ª vez	Melhorar de fortuna
26	solteiro	Trabalhador	Nordeste	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Trabalhador	Nordeste	Sim	1ª vez	Trabalhar
21	solteiro	Proprietário	Lagoa	Sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna e viver c/a família
22	solteiro	Trabalhador	Nordeste	sim	1ª vez	Vai trabalhar
26	solteiro	Trabalhador	Nordeste	sim	1ª vez	vai trabalhar
27	solteiro	Pedreiro	P. Delgada (S. José)	sim	1ª vez	Para acompanhar o pai e trabalhar
22	solteiro	Camponês	Bretanha	sim	2ª vez	Trabalho
73	viúvo	Camponês	Ribeira Grande	Analfabeta	1ª vez	Viver c/a família
46	casado	Trabalhador	Vila Franca do Campo	Sabe ler	2ª vez	Melhorar de fortuna
26	viúvo	Camponês	Lagoa	Sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna
32	casado	Camponês	Ribeira Grande	Sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Camponês	Relva	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Camponês	Povoação	Tem	1ª vez	Melhorar de Fortuna
21	solteiro	Camponês	Povoação	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Camponês	Candelária	Sim	1ª vez	Melhorar de fortuna
33	casado	Camponês	Faial da Terra	Tem	2ª Vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Camponês	Nordeste	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
25	solteiro	Barbeiro	P. Delgada (S. Pedro)	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
36	solteiro	Pároco/ eclesiástico	Faial da Terra	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
29	casado	Proprietário	Nordeste	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
26	solteiro	Camponês	Nordeste	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
25	casado	Camponês	Nordeste	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
23	solteiro	Camponês	Água do Pau-Lagoa	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
29	casado	Agenciador	Ribeira Grande	Sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
26	casado	Camponês	Livramento	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna

Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade	Instrução	Emigra	Motivo
24	casado	Trabalhador/lojista	Bretanha	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
23	solteiro	Camponês/lavrador	Fenais da Luz	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Segeiro (?)	P. Delgada (S. Pedro)	Sim	1ª Vez	Trabalhar
42	casado	Comerciante	Rabo de Peixe	Sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
31	casado	Camponês	Ribeira Grande	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Camponês	Faial da Terra	Sim	1ª Vez	Trabalhar
22	solteiro	Camponês	Água de Pau	Sabe ler e escrever	1ª vez	Melhorar de fortuna
23	solteiro	Carpinteiro	Povoação	Sabe ler e escrever	1ª Vez	Melhorar de fortuna
23	solteiro	Trabalhador	Água D'Alto	Sabe ler	1ª Vez	Melhorar de fortuna
23	solteiro	Camponês	Povoação	Tem	1ª Vez	Melhorar de fortuna
25	solteiro	Proprietário	Vila Franca do Campo	Sabe ler	1ª vez	Tratar de negócios
23	casado	Empregado de padaria/trabalhador	Funchal-Madeira	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
25	casado	Serralheiro	P. Delgada (S. José)	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
29	solteiro	Camponês	Povoação	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Camponês	Arrifes	Tem	1ª Vez	Melhorar de fortuna
25	solteiro	Camponês	Ginetes	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
31	casado	Trabalhador/caiador	Lagoa	Tem	1ª Vez	Melhorar de fortuna
25	solteiro	Camponês	Povoação	Sim	1ª Vez	Ir para companhia dos seu pais
25	Solteiro	Proprietário	Pico da Pedra	Sabe ler	1ª vez	Melhorar de fortuna
34	casado	Comerciante	Ribeira Grande	Sabe ler	3ª vez	Melhorar de fortuna
21	solteiro	Estudante	P. Delgada (S. Pedro)	Sim	2ª vez	Vai estudar
21	solteiro	Camponês	Água Retorta	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
22	solteiro	Camponês	Água Retorta	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
30	casado	Camponês	Faial da Terra	Não	2ª vez	Melhorar de fortuna
57	viúvo	Camponês	Várzea-Ginetes	Não	1ª vez	Vai para companhia da filha e netinhos
22	solteiro	Camponês	Lagoa	Tem	1ª vez	Melhorar de fortuna
39	solteiro	Camponês	Faial da Terra	Não	2ª vez	Melhorar de fortuna

Nota: Este processo é diferente porque o emigrante parte com o propósito de estudar e ao contrário da grande maioria que parte para os EUA ou para o Brasil, este emigrante vai com destino à Europa, mais propriamente para a Suíça.

Quadro n.º 5
Requerentes de passaporte, a título individual, do sexo feminino

Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade	Instrução	Emigra	Motivo
28	Solteira	Doméstica	Capelas	Tem	1.ª vez	Viver c/ família
21	Solteira	Doméstica	P. Delgada	Sabe ler e escrever	1.ª vez	Melhorar de fortuna
52	Casada	Doméstica	Arrifes	Analfabeta	2.ª vez	Juntar-se ao marido
25	Solteira	Doméstica	P. Delgada	Sabe ler	1.ª vez	Melhorar de fortuna
54	Viúva	Doméstica	Lagoa	Analfabeta	1.ª vez	Melhorar de fortuna
62	Viúva	Doméstica	Vila Franca	Sabe ler	1.ª vez	Viver c/ família
66	Viúva	Doméstica	Arrifes	Analfabeta	2.ª vez	Viver c/ família
22	Solteira	Doméstica	P. Delgada	Sabe ler	1.ª vez	Melhorar de fortuna
51	Viúva	Doméstica	Lagoa	Sabe ler e escrever	1.ª vez	Melhorar de fortuna
55	Viúva	Doméstica	Bretanha	Analfabeta	3.ª vez	Viver c/ família
63	Viúva	Doméstica	S. Roque	Analfabeta	1.ª vez	P/ se juntar aos filhos
51	Viúva	Doméstica	P. Delgada	Analfabeta	2.ª vez	Viver c/ família
25	Solteira	Doméstica	Faial da Terra	Sabe ler	2.ª vez	Melhorar de fortuna
21	Solteira	Doméstica	Funchal	Tem	1.ª vez	Melhorar de fortuna
33	Casada	Doméstica	Nordeste	Analfabeta	3.ª vez	Juntar-se ao marido
56	Casada	Doméstica	Ribeira Grande	Analfabeta	2.ª vez	Juntar-se ao marido c/ as filhas
21	Solteira	Doméstica	Ribeira Grande	Sabe ler e assinar	2.ª vez	Juntar-se ao pai, c/ a mãe e irmã
28	Solteira	Doméstica	Ribeira Grande	Sabe ler e assinar	2.ª vez	Juntar-se ao pai, c/ a mãe e irmã
28	Casada	Doméstica	Livramento	Tem	2.ª vez	Juntar-se ao marido
61	Viúva	Doméstica	Água d'Alto	Analfabeta	2.ª vez	Viver c/ filho e melhorar de fortuna
44	Casada	Doméstica	Mosteiros	Analfabeta	1.ª vez	Juntar-se ao marido
63	Viúva	Doméstica	Ribeirinha	Sabe ler e assinar	1.ª vez	Viver c/ os filhos
23	Solteira	Doméstica	Lajes - Flores	Tem	1.ª vez	Viver c/ família
22	Solteira	Doméstica	Guimarães	Analfabeta	1.ª vez	Juntar-se à família
28	Casada	Doméstica	Povoação	Analfabeta	2.ª vez	Juntar-se ao marido
30	Casada	Proprietária	Lajes - Pico	Tem	1.ª vez	Juntar-se ao marido
59	Viúva	Doméstica	Lajes - Pico	Tem	3.ª vez	Viver c/ família
69	Viúva	Doméstica	Bretanha	Analfabeta	2.ª vez	Juntar-se à família
59	Viúva	Doméstica	Água de Pau	Analfabeta	2.ª vez	Viver c/ família e melhorar de fortuna
72	Viúva	Doméstica	Ribeira Seca	Analfabeta	2.ª vez	Viver c/ os filhos

Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade	Instrução	Emigra	Motivo
49	Solteira	Doméstica	Água Retorta	Analfabeta	1. ^a vez	Juntar-se à família
27	Viúva	Doméstica	P. Delgada	Tem	1. ^a vez	Juntar-se a familiares
25	Solteira	Doméstica	P. Delgada	Tem	1. ^a vez	Juntar-se à família
21	Solteira	Doméstica	Faial da Terra	Sabe ler	1. ^a vez	Melhorar de fortuna
35	Viúva	Doméstica	P. Delgada	Tem	1. ^a vez	Viver c/ família
21	Solteira	Costureira	Ribeira Grande	Sabe ler	1. ^a vez	Melhorar de fortuna
26	Solteira	Costureira	Ribeira Grande	Sabe ler	1. ^a vez	Melhorar de fortuna
50	Viúva	Doméstica	Feteiras	Analfabeta	1. ^a vez	Juntar-se à família
65	Viúva	Doméstica	P. Delgada	Analfabeta	2. ^a vez	Juntar-se à família
22	Solteira	Doméstica	Ribeirinha	Sabe ler	1. ^a vez	Melhorar de fortuna e viver c/ família
80	Viúva	Doméstica	P. Delgada	Analfabeta	4. ^a vez	Juntar-se à família
65	Viúva	Doméstica	Lagoa	Analfabeta	1. ^a vez	Melhorar de fortuna
26	Solteira	Doméstica	Água d'Alto	Sabe ler e assinar	1. ^a vez	Melhorar de fortuna
76	Viúva	Doméstica	P. Delgada	Analfabeta	2. ^a vez	Juntar-se à família
45	Casada	Doméstica	Ribeira Grande	Analfabeta	1. ^a vez	Juntar-se ao marido
66	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	Analfabeta	1. ^a vez	Viver c/ família
68	Viúva	Doméstica	Arrifes	Analfabeta	3. ^a vez	Juntar-se à família
62	Viúva	Doméstica	Achadinha	Tem	4. ^a vez	Juntar-se à família
26	Solteira	Doméstica	Povoação	Sabe ler e escrever	1. ^a vez	Melhorar de fortuna
31	Casada	Doméstica	P. Delgada	Sabe ler	1. ^a vez	Juntar-se ao marido
71	Viúva	Doméstica	Arrifes	Sim	1 ^a Vez	Para se juntar à família
22	Solteira	Doméstica	Furnas	Tem	1 ^a Vez	Melhorar de fortuna
27	Solteira	Doméstica	Furnas	Sim	1 ^a Vez	Melhorar de fortuna
74	Viúva	Doméstica	P. Delgada (S. José)	Tem	2 ^a vez	Juntar-se à família
38	Solteira	Doméstica	S. Roque do Pico	Tem	3 ^a Vez	Juntar-se à família
24	Solteira	Doméstica	Santa Bárbara- S. Jorge	Tem	1 ^a vez	Melhorar de fortuna
69	Viúva	Doméstica	Ponta Delgada	Sim	1 ^a Vez	Juntar-se à família
23	Solteira	Doméstica	Vila Franca do Campo	Sabe ler	1 ^a Vez	Melhorar de fortuna
60	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	Tem	1 ^a Vez	Juntar-se à família
27	Solteira	Doméstica	P. Delgada (S. José)	Tem	1 ^a Vez	Juntar-se à família
51	Viúva	Doméstica	P. Delgada (S. José)	Tem	1 ^a Vez	Juntar-se à família
33	Solteira	Doméstica	Ribeira Grande	Tem	1 ^a Vez	Melhorar de fortuna

Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade	Instrução	Emigra	Motivo
69	Viúva	Doméstica	Capelas	Tem	2ª vez	Juntar-se à família
33	Solteira	Doméstica	Arrifes	Tem	2ª vez	Melhorar de fortuna
36	Solteira	Doméstica	Candelária	Tem	1ª Vez	Melhorar de fortuna
73	Viúva	Doméstica	Lagoa	Sabe ler e escrever	1ª Vez	Melhorar de fortuna
31	Solteira	Doméstica	P. Delgada	Tem	1ª Vez	Melhorar de fortuna
32	Solteira	Doméstica	Santo António	Tem	1ª Vez	Melhorar de fortuna
42	Viúva	Doméstica	Ponta Garça	Não	1ª Vez	Melhorar de fortuna
61	Casada	Doméstica	Lagoa	Sabe ler e escrever	1ª Vez	Viver c/os filhos
22	Solteira	Doméstica	EUA	Tem	4ª Vez	Juntar-se à família
61	Viúva	Doméstica	Faial da Terra	Analfabeta	3ª Vez	Viver na companhia de um filho
21	Solteira	Doméstica	Povoação	Sabe ler	1ª Vez	Melhorar de fortuna
61	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	Analfabeta	1ª Vez	Viver c/ a família
21	Solteira	Doméstica	Ribeira Grande	Sabe ler	1ª Vez	Melhorar de fortuna e viver c/ a família
57	Viúva	Doméstica	Guadalupe-Graciosa	Não	1ª Vez	Juntar-se à família
23	Solteira	Doméstica/bordadeira	S. Martinho-Funchal	Não	1ª Vez	Melhorar de fortuna
24	Solteira	Doméstica	Ribeira Grande	Sabe ler	1ª Vez	Melhorar de fortuna
23	Solteira	Doméstica	Ribeira Grande	Sabe ler	1ª Vez	Melhorar de fortuna
28	Solteira	Doméstica	Ponta Delgada	Tem	1ª Vez	Juntar-se à família
57	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	Analfabeta	1ª Vez	Viver c/ a família
65	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	Analfabeta	1ª Vez	Viver c/ a família
39	Solteira	Doméstica	Lagoa	Analfabeta	1ª Vez	Melhorar de fortuna e viver c/ a família
25	Solteira	Doméstica	Furnas	Analfabeta	1ª Vez	Melhorar de fortuna em companhia de seus pais
21	Solteira	Doméstica	Furnas	Analfabeta	1ª Vez	Melhorar de fortuna em companhia de seus pais
23	Solteira	Doméstica	Nordeste	Tem	1ª Vez	Juntar-se à família
37	Casada	Doméstica	Várzea-Ginetes	Sim	2ª vez	Reunir-se à família
65	Viúva	Doméstica	Feteiras	Não	1ª Vez	Juntar-se à família
21	Solteira	Doméstica	Feteiras	Sim	1ª Vez	Melhorar de fortuna
25	Solteira	Doméstica	Água de Pau	Tem	1ª Vez	Melhorar de fortuna
53	Viúva	Doméstica	Nordeste	Não	2ª vez	Juntar-se à família
70	Viúva	Doméstica	Povoação	Sim	1ª Vez	Reunir-se à família
48	Viúva	Doméstica	Nordeste	Não	3ª Vez	Vai ter c/ o filho

Idade	Estado Civil	Profissão	Naturalidade	Instrução	Emigra	Motivo
27	Casada	Doméstica	Ponta Garça	Analfabeta	2ª vez	Para viver c/ o seu marido
24	Solteira	Doméstica	Relva	Tem	1ª Vez	Melhorar de fortuna
22	Solteira	Doméstica	Água D'Alto	Sabe ler	1ª Vez	Melhorar de fortuna
31	Casada	Doméstica	Nordeste	Não	2ª vez	Juntar-se à família
23	Solteira	Doméstica	Lagoa	Sabe ler e escrever	1ª Vez	Melhorar de fortuna
23	Solteira	Doméstica	Fenais D'Ajuda	Sim	1ª Vez	Trabalhar
73	Viúva	Doméstica	Lagoa	Analfabeta	1ª Vez	Viver c/ a família
26	Solteira	Doméstica	Ribeira Grande	Sim	1ª Vez	Trabalhar

Quadro n.º 6
Requerentes em nome próprio e no dos seus acompanhantes – Emigração de Famílias

Requerente	Idade	E. Civil	Profissão	Naturalidade	Acompanhante	Emigra
Mãe	40	Viúva	Doméstica	P. Delgada	3 Filhos: 2F (16 e 11) e 1M (7)	1ª Vez
Mãe	36	Casada	Doméstica	Arrifes	3 Filhos: 3F (9, 6 e 4)	1ª Vez
Mãe	50	Viúva	Doméstica	Calhetas	3 Filhos: 1F (3) e 2M (9 e 5) o mais novo nasceu nos EUA .	2ª Vez
Mãe	36	Casada	Doméstica	Graciosa	3 Filhos: 1F (15) 2M (12 E 16). Os dois mais velhos nasceram nos EUA .	2ª Vez
Mãe	31	Casada	Doméstica	Rabo de Peixe	1 Filho (7)	2ª Vez
Mãe	30	Casada	Doméstica	Água Retorta	2 Filhos: 1M (5) e 1F (3)	2ª Vez
Mãe	31	Casada	Doméstica	Água Retorta	4 Filhos: 3M (11, 7 e 6) e 1F (5)	2ª Vez
Mãe	30	Casada	Doméstica	Vila Franca	4 Filhas (7, 6, 4 e 2)	1ª Vez
Marido	51	Casado	Proprietário	Lagoa	Esposa, 58 anos, doméstica.	3ª Vez
Mãe	35	Viúva	Doméstica	Povoação	8 Filhos: 4M (19, 18, 11 e 4) e 4F (15, 10, 7 e 5). Os três mais velhos eram naturais do Brasil. Mãe, viúva, 57 anos, doméstica.	2ª Vez exceto os filhos mais novos
Mãe	29	Casada	Doméstica	Porto Formos	1 Filho, 16 meses, natural dos EUA .	2ª Vez
Marido	68	Casado	Lavrador	Lajes-Flores	Esposa, 62 anos, doméstica	2ª Vez
Mãe	24	Casada	Doméstica	Capelas	2 Filhas (4 anos e 7 meses). A mais velha nasceu nos EUA .	2ª Vez
Mãe	34	Viúva	Doméstica	Vila do Porto	2 Filhos: 1M (6) e 1F (4)	1ª Vez

Requerente	Idade	E. Civil	Profissão	Naturalidade	Acompanhante	Emigra
Marido	33	Casado	Lavrador	Madeira	Esposa, 24 anos, doméstica; 1 Filho, 5 anos. Todos da Madeira.	3ª Vez e 1ª Vez a mulher e o filho.
Marido	36	Casado	Proprietário	Ribeira Grande	Esposa, 41 anos, doméstica. 6 Filhos: 5M (13, 11, 5, 2 e 18 meses) 1F (8). Os três mais velhos eram naturais do Brasil.	2ª Vez exceto os filhos mais novos.
Mãe	32	Casada	Doméstica	Pico da Pedra	1 Filho (3 anos)	2ª Vez
Marido	55	Casado	Capitalista	Lajes do Pico	Esposa, 54, doméstica	3ª Vez
Mãe	28	Casada	Doméstica	Fajã de Baixo	1 Filho de 5 anos.	1ª Vez
Mãe	29	Casada	Doméstica	Fajã de Cima	3 Filhos: 1M (8) 2F (10 e 4). A 1ª era natural dos EUA.	3ª Vez
Mãe	27	Casada	Doméstica	Faial da Terra	2 Filhos (9 e 8 anos)	2ª Vez
Mãe	34	Casada	Doméstica	Cabouco	2 Filhas (13 e 5)	1ª Vez
Mãe	47	Viúva	Doméstica	Lagoa	1 Filha de 16 anos	1ª Vez
Mãe	51	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	1 Filha de 12 anos. Seguem mais 2 filhas maiores de idade (Quadro III).	1ª Vez
Mãe	30	Casada	Doméstica	Vila Franca	5 Filhos: 4F (10, 8, 4 e 3) 1M (2). As 1ª, 3ª e 4ª filhas nasceram nos EUA.	3ª Vez
Mãe	29	Casada	Doméstica	Povoação	1 Filha de 7 anos.	2ª Vez
Mãe	28	Casada	Doméstica	Água D'Alto	5 Filhos: 4F (7, 6, 5, 4) E 1M (1). As 4 filhas eram naturais dos EUA.	2ª Vez
Marido	56	Casado	Proprietário	Saiga	Esposa, 53 anos, doméstica. 1 Filha de 12 anos.	3ª Vez os pais e 2ª vez a filha.
Mãe	62	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	1 Filha de 16 anos	1ª Vez
Mãe	25	Casada	Doméstica	Feteiras	1 Filha de 2 anos	1ª Vez
Marido	26	Casado	Camponês	Ginetes	Esposa, 27 anos, doméstica. 1 Filha de 5 anos.	2ª Vez o marido e 3ª Vez a esposa.
Mãe	43	Casada	Doméstica	Lagoa	2 Filhos: 1F (18) e 1M (13)	1ª Vez
Mãe	32	Viúva	Doméstica	P. Delgada	4 Filhos: 2M (9 e 7) 2F (4 e 9 meses)	1ª Vez
Marido	37	Casado	Alfaiate	S. Roque	Esposa, 23 anos, doméstica. 1 Filha de 3 meses.	2ª Vez
Marido	25	Casado	Alfaiate	S. Roque	Esposa, 25 anos, doméstica	1ª Vez, o marido e 2ª Vez a esposa.
Marido	34	Casado	Pintor	P. Delgada	Esposa, 32 anos, doméstica. 3 Filhos: 2F (4 e 2) e 1M (3 Semanas).	1ª Vez

Requerente	Idade	E. Civil	Profissão	Naturalidade	Acompanhante	Emigra
Mãe	28	Casada	Doméstica	Ribeira Grande	2 Filhos: 1M (7) e 1F (6)	1ª Vez
Marido	53	Casado	Proprietário	Faial da Terra	Esposa, 47 anos, doméstica. 2 Filhas (13 e 5 anos)	3ª Vez e 2ª vez a filha mais nova.
Marido	25	Casado	Camponês	Furnas	Esposa, 20 anos, doméstica.	2ª Vez
Mãe	25	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	Filha (11 meses)	1ª Vez
Marido	40	Casado	Proprietário	P. Delgada (S. José)	Mulher, 40 anos, doméstica. 2 Filhos: 1M (8) e 1F (14).	3ª Vez o pai e a 1ª Vez a Mãe e os filhos.
Mãe	37	Viúva	Doméstica	Santa Bárbara-S. Jorge	1 Filha (14). A filha nasceu nos EUA .	4ª Vez a mãe e a filha 2ª Vez.
Marido	58	Casado	Camponês	P. Delgada	Esposa, 50 anos, doméstica.	4ª Vez o marido e 3ª Vez a mulher.
Pai	44	Casado	Camponês	Várzea-Ginetes	1 Filho (13 anos). O filho era natural dos EUA .	3ª Vez o pai e 2ª Vez o filho.
Pai	48	Casado	Proprietário	Furnas	2 Filhas (20 e 16)	2ª Vez
Mãe	28	Casada	Doméstica	P. Delgada	2 Filhos (4 e 1)	1ª Vez
Pai	35	Casado	Lavrador	Relva	Mulher, 31 anos, doméstica. 1 Filho (5).	1ª Vez
Mãe	35	Casada	Doméstica	Ribeira Grande	Filha (12)	1ª Vez
Marido	45	Casado	Empregado Comercial	P. Delgada	Mulher, 47 anos, doméstica.	2ª Vez o marido e 1ª Vez a mulher.
Pai	55	Casado	Camponês	Fajã de Cima	Mulher, 48 anos, doméstica. 2 Filhos (10 e 8)	1ª Vez
Pai	43	Casado	Camponês	Capelas	Mulher, 39 anos, doméstica. 5 Filhos: 2M (4 e 2) e 3 F (16, 13 e 10).	3ª Vez o marido e 1ª Vez mulher e filhos.
Mãe	33	Casada	Doméstica	Nordeste	Filho (7)	2ª Vez
Pai	52	Casado	Lavrador	Nordeste	Mulher, 51 anos, doméstica. 1 Filho (7)	2ª Vez os pais e 1ª Vez o filho.
Mãe	41	Casada	Doméstica	Água de Pau	2 Filhos: 1M (13) e 1F (10)	3ª Vez a mãe. 2ª Vez o filho e 1ª Vez a filha.
Mãe	31	Casada	Doméstica	Ribeira Grande	Filha (14 meses)	1ª Vez
Mãe	25	Casada	Doméstica	Vila Franca do Campo	Filha (7)	1ª Vez
Mãe	37	Viúva	Doméstica	Brasil	2 Filhos: 1M (8) e 1F (10)	1ª Vez
Mãe	22	Viúva	Doméstica	P. Delgada (S. José)	Filho (8)	1ª Vez

Requerente	Idade	E. Civil	Profissão	Naturalidade	Acompanhante	Emigra
Marido	28	Casado	Trabalhador	Nordeste	Esposa, 26 anos, doméstica.	1ª Vez
Pai	27	Casado	Trabalhador	Nordeste	Esposa, 26 anos, doméstica. 1 Filha (9 meses)	3ª Vez o marido. 2ª Vez a esposa e 1ª Vez a filha.
Mãe	39	Casada	Doméstica	Nordeste	4 Filhos: 1M (13) e 3F (4, 8 e 6).	1ª Vez
Marido	54	Casado	Pedreiro	Rabo de Peixe	Esposa, 47 anos, doméstica.	4ª Vez o marido. 2ª Vez a esposa.
Pai	50	Casado	Marítimo/lavrador	S. Martinho-Funchal	Filha (18)	4ª Vez, o pai e 1ª vez a Filha.
Pai	53	Viúvo	Carpinteiro	Ribeira Grande	2 Filhas (16 e 13)	2ª Vez o pai e 1ª Vez as filhas.
Pai	27	Casado	Camponês	Nordeste	Esposa, 32 anos. 1 Filha (4).	2ª Vez a mulher e 1ª Vez o marido e a filha.
Marido	24	Casado	Camponês	Água D'Alto	Esposa, 19 anos, doméstica.	1ª Vez
Marido	24	Casado	Camponês	Faial da Terra	Esposa, 24 anos, doméstica.	1ª Vez
Marido	25	Casado	Pedreiro	Povoação	Esposa, 23 anos, doméstica.	1ª Vez o marido e 2ª Vez a mulher.
Mãe	49	Casada	Doméstica	Ribeira Quente	3 Filhos: 1M (7) e 2F: (16 e 4)	1ª Vez
Marido	28	Casado	Camponês	Furnas	Esposa, 29 anos, doméstica.	4ª Vez o marido e 2ª Vez a mulher.
Marido	29	Casado	Agenciário	Nordeste	Esposa, 33 anos, doméstica.	2ª Vez
Marido	45	Casado	Proprietário	Relva	Esposa, 28 anos, doméstica	5ª Vez o marido e 1ª Vez a mulher.
Pai	49	Casado	Proprietário	Furnas	Esposa, 50 anos, doméstica e 2 Filhas (18 e 13).	1ª Vez
Mãe	34	Casada	Doméstica	Arrifes	3 Filhos (10, 8 e 5 anos). Os dois mais velhos nasceram nos EUA .	2ª Vez a mãe e 1ª Vez os filhos.
Mãe	27	Casada	Doméstica	Nordeste	4 Filhos: 2M (7 e 5) e 2F (8 e 4).	3ª Vez a mãe e 2ª Vez os filhos.

Requerente	Idade	E. Civil	Profissão	Naturalidade	Acompanhante	Emigra
Pai	41	Casado	Agenciário	Ginetes	Esposa, 39 anos, doméstica. 4 Filhos: 2M (9 e 4) e 2 F (16 e 13)	1ª Vez
Marido	23	Casado	Marceneiro	P. Delgada	Esposa, 19 anos, doméstica.	1ª Vez
Mãe	29	Viúva	Doméstica	Lagoa	Filho (7)	1ª Vez
Pai	27	Casado	Trabalhador	Nordeste	Esposa, 24 anos, doméstica. 1 Filha (1 ano)	1ª Vez
Marido	26	Casado	Trabalhador/ Camponês	Água D'Alto	Esposa, 25 anos, doméstica.	1ª Vez
Mãe	41	Casada	Doméstica	Água D'Alto	2 Filhos (5 e 3)	2ª Vez a mãe e 1ª Vez os filhos.
Marido	48	Casado	Lavrador	Nordeste	Esposa, 55 anos, doméstica.	3ª Vez a mulher e 2ª Vez o marido.
Mãe	39	Casada	Doméstica	Ribeira Grande	5 Filhos: 2M (10 e 6) e 3F (16, 8 e 2).	2ª Vez a mãe e 1ª Vez os filhos.
Pai	32	Casado	Camponês	Ribeira Grande	Esposa, 28 anos, doméstica. 1 Filha (10).	2ª Vez os pais e 1ª Vez a Filha.
Marido	25	Casado	Camponês	Ginetes	Mulher (23 anos)	1ª Vez
Mãe	44	Casada	Doméstica	Povoação	2 Filhas (10 e 14 anos)	1ª Vez
Mãe	28	Viúva	Doméstica	Ribeira Grande	Filho (1 ano)	Mãe: 2ª Vez; Filho: 1ª Vez.
Mãe	43	Viúva	Doméstica	Velas-S. Jorge	1 Filha (19 anos). A filha era natural dos EUA.	Mãe: 4ª Vez; Filha: 1ª Vez
Pai	30	Casado	Camponês	Água D'Alto	Mulher (23 anos). 1 Filho (8 meses)	2ª Vez o marido e 1ª Vez a Mulher e filho.
Marido	32	Casado	Trabalhador	Várzea-Ginetes	Esposa, 30 anos, doméstica.	2ª Vez
Marido	23	Casado	Camponês	Nordeste	Esposa, 23 anos, doméstica.	1ª Vez
Mãe	52	Viúva	Doméstica	Arrifes	Filho (17)	2ª Vez
Mãe	42	Viúva	Doméstica	Fenais da Luz	Filho (14)	1ª Vez
Marido	42	Casado	Proprietário	S. Pedro de Angra- Terceira	Esposa, 19 anos, doméstica.	2ª Vez o marido e 1ª vez a mulher.
Pai	29	Casado	Lavrador	Bretanha	Esposa, 27 anos, doméstica. 1 Filho (2)	2ª Vez os pais e 1ª Vez o filho.
Mãe	49	Viúva	Doméstica	Água D'Alto	3 Filhas (11, 7 e 5)	1ª Vez

Requerente	Idade	E. Civil	Profissão	Naturalidade	Acompanhante	Emigra
Mãe	36	Casada	Doméstica	Nordeste	5 Filhos: 3M (11, 8 e 6) e 2F (14 e 9).	1ª Vez
Mãe	29	Casada	Doméstica	S. Cruz da Madeira	Filha (8 anos)	1ª Vez
Mãe	30	Casada	Doméstica	P. Delgada (S. José)	2 Filhos (4 e 2)	2ª Vez Mãe e filho mais velho. 1ª Vez o filho mais novo.
Mãe	45	Casada	Doméstica	Ginetes	Filho (11 anos)	1ª Vez
Mãe	50	Casada	Doméstica	S. Pedro-Ponta Delgada	2 Filhos: 1M (13) e 1F (10)	1ª Vez

Bibliografia

- MENDONÇA, Luís; ÁVILA, José, 2002 – *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Lisboa, s/ n..
- MIRANDA, Sacuntala de, 1999 – *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Edições Salamandra.
- ROCHA, Gilberta, 1991 – *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX. Unidade. Permanência. Diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes Rocha, 1999 – “A Emigração nos Açores nos séculos XIX e XX”, in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional*, 2.º vol. Universidade dos Açores/CNCDP, p. 73-89.
- SILVA, Susana Serpa, 2017 – “Emigração açoriana e o Brasil em finais do século XIX e inícios do século XX – o caso do distrito de Ponta Delgada (1895-1902)”, in Léná Medeiros de Menezes, Fernando de Sousa (org.), *Brasil-Portugal. Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: Ed-UERJ, p. 165-184.
- SILVA, Susana Serpa, 2018 – “Visões, discursos e práticas sobre a emigração portuguesa e açoriana, em particular, durante a I República (1910-1926)”, in Léná Medeiros de Menezes; Chiara Pagnotta, *Pontes entre a Europa e a América Latina. Histórias de Migrações e Mobilidades*, vol. 1, n.º 1, p. 42-62. Disponível em: <https://ojs.latic.uerj.br/ojs/index.php/PEAL/issue/view/9>

As duas faces da emigração feminina para a América do Sul

*Celeste Castro*¹¹⁰

Introdução

Ao observarmos o fluxo migratório português, no Estado Novo, no período da Junta de Emigração – entidade responsável da emigração portuguesa entre 1948 e 1965 –, verificamos uma clara desproporção em relação ao género. Ao longo do tempo, tem cabido ao homem, a primazia das deslocações independentemente das razões: económicas, ideológicas ou sociais que levaram o emigrante a procurar trabalho no estrangeiro. A mulher acompanhou a corrente migratória, mas em menor escala.

O género é determinante na tomada de decisão de emigrar. Não só, perante as deslocações e instalação dos trabalhadores nos países recetores como o tipo de trabalho que estes países ofereciam. Acontece que a condição da mulher emigrante, por si só, conduz a um desfavorecimento pela natureza das suas funções (filha, esposa e mãe), pelas restrições de ordem legal que lhe veda o pleno direito de emigrar, o acesso ao direito de cidadania e trabalho ou apenas pelo fato de o serem.

Apesar de tudo a mulher portuguesa sonha e emigra. Assim, ao falarmos da emigração feminina, falamos das suas vivências inseridas numa sociedade salazarista, onde o seu papel era de submissão e obediência à família, à tradição e ao Estado.

A mulher ao emigrar procura uma ocupação profissional que lhe aumentasse os seus rendimentos. Desta forma, esta foi adquirindo progressivamente um grau de autonomia e de responsabilidade no seio familiar (que lhe era vedado) e algumas destas emigrantes criaram os seus comércios tornando-se independentes. Logo, a mulher adquiriu uma nova atitude, perante a sociedade que a acolheu. Ela abraçou a vida, interagiu com a nova sociedade, adotando uma nova postura, sem esquecer as suas tradições. A mulher emigrante foi considerada como um elemento crucial na integração

¹¹⁰ CEPESE.

dos emigrantes criando laços e padrões de comportamento entre as comunidades.

A mulher emigra: isolada ou no contexto familiar. Logo, as perspectivas de trabalho diferem. A emigrante que parte sozinha tem como objetivo primordial – inserção no mercado de trabalho, o mais rápido possível, para prover a sua subsistência. Enquanto a mulher que vai ao encontro da família, embora procurasse trabalho, este tinha de estar em sintonia com as suas responsabilidades familiares.

A mulher emigrante ficou sempre em segundo plano e considerada a reboque do homem emigrante. Com este estudo propomo-nos a analisar as decisões administrativas do governo português, perante a emigração feminina. Medidas protetoras ou controladoras?

A mulher na sociedade salazarista

No final da década de cinquenta, Portugal era retratado como um país pobre e provinciano, de latifundiários e pequenos agricultores, com uma agricultura de subsistência e uma indústria insipiente. As cidades cresciam timidamente. A população portuguesa “vivía da agricultura, da pesca ou da atividade mineira (43%). A Indústria empregava 29% dos trabalhadores. O comércio e os serviços situavam-se nos 27%” (SARAIWA, 2020b, p. 35).

Apesar do esforço dos anos quarenta com o Plano dos Centenários, onde se construíram sete mil escolas primárias, a taxa de analfabetos rondava os 55%, em Portugal. A vida era dura, principalmente nas aldeias onde se andava de burro e havia poucos tratores. Os campos eram lavrados por arados puxados por junta de bois, ou cavados à enxada pela força de braços.

Simone de Beauvoir no início dos anos sessenta, a quando da sua visita, dá-nos uma visão do Portugal rural:

...de longe em longe vislumbrava grupos de homens e mulheres dobrados para o solo que cavavam num mesmo movimento ritmado (...). Mas eu não me deixava enganar, havia uma palavra de que começava a sentir peso: a fome. Sob os tecidos coloridos, aquela gente tinha fome, andava de pés descalços, o rosto fechado (SARAIWA, 2020b, p. 37).

A sociedade portuguesa de então estava moldada aos interesses nacionais. Na esfera privada, a família encontra-se legitimada, quanto à interven-

ção estatal, e “sofre” de uma influência decisiva dos discursos moralizadores do regime. Assim, o indivíduo submete-se aos interesses superiores da família sendo tutelado pela tríade: *Deus, Pátria, Família*.

O Estado reforça o conceito de família, pois confere ao chefe de família duas prerrogativas perante a mulher: autoridade paternal e marital. Isto, por si só, implica a subjugação da mulher ao pai e depois ao cônjuge, originando uma dependência por completo.

Como consequência do pensamento patriarcal de Salazar, a mulher passou a ter um papel de utilidade social: tratar das crianças, do marido e da casa. O lugar da mulher era dentro de casa, cuidando da família, enquanto o homem era do exterior e cuidador da família, como realça, António Ferro.

Mas a mulher casada como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável duma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, claro está, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitável, porque a uma função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família, elo qual os batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína... deixemos, portanto, o homem a lutar pela vida, no exterior, na rua... e a mulher a defendê-la, trazê-la nos seus braços, no interior da casa... não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil (FERRO, 1932, p. 133).

O Estado Novo investe na imagem da mulher como *fada do lar*. Por isso, cria dificuldades à mulher que pretenda trabalhar fora da casa. Algumas profissões estavam interditas a estas, como cargos de chefia, carreiras diplomáticas, assim como não podiam afiançar, nem ser proprietárias, exercer o poder de voto¹¹¹ e não podiam ausentar-se do país, sem o consentimento do pai ou marido.

Este conservadorismo, que se manifestou na sociedade portuguesa teve reflexo social no modo como a mulher se apresenta na sociedade e na família. Para Salazar,

¹¹¹ Salazar alargou o direito de voto às mulheres, como cabeça de casal e exigindo o pagamento de uma taxa no valor de duzentos escudos, enquanto os analfabetos do sexo masculino poderiam votar pagando uma taxa de cem escudos.

(...) as mulheres deviam dedicar-se ao lar, aos maridos e aos filhos, só se justificando o trabalho fora de casa em circunstâncias excepcionais, designadamente quando desempenhavam uma tarefa que fosse muito relevante para o país (SARAIVA, 2020a, p. 130).

Com a assinatura da Concordata, entre o Estado português e o Vaticano, em 1940, todas as pessoas que se casaram pela igreja católica deixaram de ter o direito de se divorciarem. Isto acarretou problemas legais para a mulher, perante a ausência do marido – por abandono do lar ou paradeiro desconhecido – viram o seu *poder* ainda mais reduzido.

Entidade reguladora da emigração: Junta da Emigração

Com a criação da Junta da Emigração¹¹², em 1947, o fluxo emigratório passou a ser regulado e controlado, visando os interesses nacionais em detrimento dos interesses pessoais do emigrante. A missão da Junta era proteger o emigrante. Para isso, o Estado português apresentou uma estrutura institucional de caráter administrativo onde se estabeleceu uma orgânica interna, em defesa do emigrante contra a especulação de pessoas interessadas externas a todo o processo emigratório.

O pretense emigrante ao solicitar autorização para emigrar à Junta via o seu caso resolvido sem trabalho, nem desperdício dos seus recursos e, com a documentação (passaporte de emigrante) em ordem e munido de bilhete de passagem, embarcava para o destino escolhido. A pretensão da Junta era guiar e amparar o emigrante, desde o início.

Com o aumento exponencial da emigração portuguesa ao longo do período de 1947-1965, a Junta da Emigração torna-se numa máquina pesada e arcaica. Esta não teve capacidade de se modernizar, ficando aprisionada ao diploma de 1947 e seguintes, apesar das várias tentativas de desburocratização na emissão do passaporte de emigrante.

A Junta da Emigração é a entidade reguladora que controla e decide quem emigra. No discurso oficial do Estado Novo, o emigrante é caracterizado como ingénuo, iludindo-se facilmente, “confunde o amigo e o explorador.”. Estas características negam ao emigrante a sua racionalidade e servia o propósito da imagem da Junta, como protetora dos emigrantes. O discurso

¹¹² Criada no Ministério do Interior, por decreto-lei n.º 36558 de 28 de outubro.

não era um mero exercício de retórica, presente apenas para dar um aspeto moral a uma política, este visava dificultar a emigração (GALVANESE, 2013, p. 61).

Uma das suas funções consistia na análise dos processos e na emissão de passaportes de emigrantes. Contudo, a organização da documentação necessária ao processo, era da responsabilidade das Câmaras Municipais. Para assegurar a normalização dos processos, a Junta elaborou uma série de *Instruções* para os “funcionários” que se relacionavam diretamente com os emigrantes, e tinha como objetivo instruir as secretarias das Câmaras Municipais para que estas pudessem orientar os emigrantes pelo labirinto burocrático.

O papel das Câmaras era sobretudo prestar todas as informações aos interessados, organizando os processos e enviá-los à Junta, não permitindo a interferência de estranhos e interesseiros nas várias etapas do processo. A Junta reafirmava a sua autoridade máxima nos assuntos emigratórios, secundarizando o papel das Câmaras,

... vendo nelas um braço executor das políticas emigratórias e meramente administrativo (...) lembrando às Câmaras que, a despeito da relevância do seu papel, elas deveriam seguir orientações superiores (GALVANESE, 2013, p. 65).

Por vezes, o papel dos funcionários da Câmara ia muito além das suas competências. A dependência do emigrante relativamente ao funcionário local fazia com que houvesse mais ou menos agilização no processo.

Se a documentação solicitada para o homem emigrante, ao longo do tempo se apresentava morosa e complicada, para a mulher e em consonância com a época em que se vivia, tornou-se ainda mais complexa. Não podemos esquecer que a mulher era tida como uma personagem silenciosa e discreta no processo migratório. Esta permanece em segundo plano, a reboque do homem como filha, irmã e esposa.

Apesar do seu papel, a mulher teve por parte da Junta da Emigração uma atenção ambígua, não só para a mulher que fica e vela pelos interesses patrimoniais do emigrante como a que emigra.

Quando o chefe de família emigra, o Estado português quer garantias como a sua família ficava assegurada economicamente. Por isso, aquando o preenchimento do Boletim de Informação, o emigrante é obrigado a preencher o ponto 7:

7 – Pessoas de família que ficam no país. Sua manutenção, chamamento de familiares.

- Com quem fica na viver a família que deixou no país?
- Como fica assegurada a sua manutenção?
- Qual a importância mensal que julga necessária para o efeito?
- Da família a seu cargo quais os elementos que estão em condições de trabalhar e por que forma?
- Ganhando quando? Trabalham atualmente?
- Têm boas perspectivas no futuro?

Mod. J.E. n.º 299. Boletim de informação. Junta da Emigração

Este ponto é importante para o Estado, na medida em que exige segurança quanto ao sustento da família: bens patrimoniais ou tutores. Por via do matrimónio, a mulher ficava responsável pelo sustento da família, pelas dívidas que se acumularam a quando da partida do emigrante e o emigrante passava a ser “obrigado” a enviar remessas para complementar o sustento da família.

Caso o emigrante não tivesse bens, podia arranjar tutores. Este era obrigado a apresentar a escritura pública, onde os tutores eram confirmados pela Câmara Municipal sob a sua idoneidade e capacidade financeira, responsabilizando-se pelas despesas necessárias à manutenção, vestuário, habitação e tratamento em eventual doença da mulher e família do emigrante. Em relação aos filhos, estes tutores assumiam a educação e obrigações legais, como se fosse o emigrante.

Esta declaração era assumida pelos tutores por prazo indefinido tendo o seu início na data do embarque do emigrante e caducava com o regresso do mesmo. No caso de o emigrante deixar de enviar dinheiro e notícias, alguns tutores “esqueciam” dos seus deveres assumidos perante a família, criando problemas sociais e morais.

Em 1956, o funcionário da Câmara Municipal da Maia perante o “esquecimento” dos tutores e revoltado com a situação questionou a Junta, se haveria forma de responsabilizar as pessoas que se comprometeram em manter a subsistência dos familiares que ficaram?

Não haverá aqui falta de moralidade? A mulher que ficou no país desmoralizada, sem dinheiro para o seu sustento, seu auxílio e dedicação do marido, poderá pagar esta falta da mesma moeda, apesar do nível de moral da mulher portuguesa ser uma das mais superiores do Mundo (Arquivo Municipal da Maia. Processo n.º 1480E/60.1956).

Mas, o problema persiste e a Câmara Municipal pede informações ao zelador Bernardino S. V..

Onde mora Maria Augusta V. e filha Maria Fernanda V. D. a primeira vendedora ambulante e que no ano de 1955, residiam no lugar de Carvalhido, logo Moreira. Aquela é casada com Diamantino D., canteiro, que emigrou naquele ano para o Rio de Janeiro. Pretende-se também saber onde reside Domingos F. que juntamente com Joaquim J. C., do mesmo lugar se comprometeu pagar o sustento daquelas mulheres (Arquivo Municipal da Maia. Processo 1429-E-89.1955).

Se a Junta da Emigração verificasse que o pretenso emigrante não reunia as condições que garantissem o sustento da família, negava-lhe o direito de emigrar.

Cumprir informar a V. Ex.^a de que, por pedido do Tribunal central de Menores do Porto, foi o interessado [Manuel O. Q.] impedido de emigrar enquanto não estivesse assegurado os alimentos dos filhos e a mãe dos menores não for ouvida sobre o assunto (Arquivo Municipal da Maia. Processo 11925.1961).

A Junta da Emigração, embora fosse a detentora de todo o processo emigratório, a verdade é que no terreno, quem conhecia as realidades dos municípios/emigrantes eram os funcionários e por vezes reclamavam:

A Exm.^a Junta da Emigração parece não querer atender a voz dos Municípios e dos presidentes das Câmaras que lhes expõem o problema, já que eles têm a obrigação de ver o que se passa nos concelhos que lhes estão confiados (GALVANESE, 2013, p. 86).

E continuando a analisar o boletim, o ponto 13 – *homens casados que deixam a mulher no país*, a mulher declara ter conhecimento de que o marido pretende ausentar-se e que considera a sua manutenção e a dos filhos assegurada. Sendo assim, o Estado social desresponsabiliza-se perante os malefícios causado pela ausência do emigrante.

A Junta da Emigração perante o envio da documentação da pretensa emigrante vai analisar o processo, sob o prisma de uma emigração só ou de reagrupamento familiar.

No caso de reagrupamento familiar, a Junta não punha muitos entraves legais à mulher emigrante, por estar agregada no passaporte do chefe de família ou emigrar por chamamento (carta de chamada). Embora não fosse do agrado do Estado português, por questões económicas (diminuição das remessas), a verdade é que os países recetores começaram a criar condições socioeconómicas e habitacionais, incentivando o reagrupamento familiar dos emigrantes.

A questão agrava-se quando a mulher solicitava o passaporte para emigrar e não reunia as condições impostas pelo Estado e pela sociedade portuguesa.

A mulher autorizou o marido a emigrar tendo em vista, num futuro próximo o reagrupamento familiar. No entanto, a carta de chamada não chega. A mulher não pode ausentar-se do país sem a autorização marital. O marido encontra-se em parte incerta.

O Estado não dá autorização para emigrar, nem a igreja permite o divórcio.

Se reportamo-nos novamente ao Boletim de Informação, no ponto 11: *Mulheres e menores contratados*, a Junta pedia a máxima atenção:

Os pedidos de mulheres só devem ser instruídos com a máxima atenção e com o maior número de informações. As requerentes deverão ser esclarecidas acerca dos perigos e dificuldades que, decerto irão encontrar num país estranho. As secretarias [das Câmaras Municipais] devem procurar obter confirmação das declarações prestadas, informar confidencialmente a Junta da Emigração, no caso de ser duvidosa a conduta moral das impetrantes e prestar quaisquer outras informações que possam interessar (Mod. J.E. n.º 299. Boletim de informação. Junta da Emigração).

E no ponto 12, a Junta refere-se à ausência do marido.

Mulheres casadas que não vivem com os maridos (nestes casos devem ser apresentadas as seguintes informações)

- Há quanto tempo estão separadas dos cônjuges?
- Motivo da separação?
- Onde se encontra o marido?

Fonte: Mod. J.E. n.º 299. Boletim de informação. Junta da Emigração.

Em 1962, com a publicação do decreto n.º 44428¹¹³, temos a Junta a reforçar os obstáculos à emigração feminina. No entanto, permitia-lhes emigrar, no caso dos:

- I – os cônjuges estiverem separados judicialmente;
- II – os cônjuges estiverem separados de facto e se verifica-se uma das seguintes situações:
 - a) O marido tiver abandonado o domicílio conjugal há, pelo menos três anos;
 - b) Os cônjuges se encontrem separados, por separação livremente consentida e independentemente da averiguação dos motivos, há, pelo menos 10 anos;
 - c) O marido se tenha ausentado para parte incerta sem que dele haja notícias há, pelo menos 4 anos;

Para os casos, que não se enquadravam nas situações previstas anteriormente, os pedidos tinham de ser apreciadas pela Junta da Emigração, por se tratar de casos de deferimento duvidoso.

No caso das mulheres contratadas por terceiros, a concessão de passaporte dependia da apreciação das garantias de proteção moral, no país de destino. Estas deviam solicitar o passaporte quando nas seguintes condições:

- a) Ter mais de 21 anos de idade e exerça ou esteja apta a exercer a profissão a que se destina;
- b) O contratante tenha família constituída e, sempre que possível, a mulher intervenha no contrato;
- c) O contratante seja de nacionalidade portuguesa, ou, sendo de nacionalidade estrangeira se verifique uma das seguintes circunstâncias:
 - A contraente esteja ou já tenha estado ao seu serviço ou de seu parente próximo;
 - A contratada tenha no local de destino parente próximo, e se a Junta da Emigração julgar conveniente, lhe envie carta de chamada.

Para além, destas imposições e impedimentos, das questões legais e protecionistas da Junta, os cônsules e embaixadores portugueses, na sua correspondência consular alertavam o Estado português, que as mulheres (especialmente) apesar dos contratos válidos e das cartas de chamadas pelos

¹¹³ Decreto n.º 44428, de 28.6.1962. Estabelece as normas do condicionamento emigratório.

familiares (diretos) eram, por vezes abandonadas à chegada e por isso, empurradas para a fome e prostituição. Tudo isto levava à miséria e denegria a imagem dos emigrantes assim, como a imagem de Portugal.

O repatriamento também afetava a mulher. Este lado *sombrio* da emigração sempre criou um mal-estar para o governo português provocando-lhe constrangimento, pelos custos e pela imagem portuguesa, no estrangeiro.

Os repatriados eram essencialmente constituídos por indigentes, inadaptados, doentes ou mesmo pedintes, que pelas várias razões não conseguiram “conquistar” o *El dourado brasileiro*. E como tal, eram consideradas pessoas quebradas psicologicamente e fisicamente, que atingiram o “fundo do poço”. Era muito embaraçoso para o Estado, o emigrante e sua família ser repatriado.

Literalmente, era admitir que não conseguiram vencer na vida. Se a mulher emigrou tentando conquistar uma posição, no seu regresso eram duplamente marcadas. Apresentando-se derrotadas e sendo “postas” à margem pela sociedade.

No caso de necessidade extrema, os emigrantes podiam solicitar no Consulado português da região para serem repatriados, “beneficiando” de passagens totalmente gratuitas ou com desconto de 50%, para eles e sua família. A outra opção eram as Sociedades de Beneficência, que angariavam fundos para o repatriamento destes.

Os repatriados não tinham rosto. Tanto eram homens e mulheres sós, como famílias.

Alguns, apesar de terem solicitado o repatriamento, com o passado do tempo, sentem que a vida, na sua terra natal, afinal era bem pior. E querem regressar...novamente.

A Maria, viúva e doméstica, vai solicitar ao Estado português para ser repatriada para Portugal. Sente saudades dos filhos e netos, que vivem, no concelho da Maia. É repatriada no navio Salta, em 14/08/1963. Contudo, contra os seus familiares, a viver na pobreza. Refletindo, como seria a sua vida aqui, vai solicitar um novo passaporte para regressar ao Brasil, para casa do seu filho.

O Estado português, não emite novo passaporte até que a emigrante esclareça os motivos do seu repatriamento e, como e quem vai pagar as custas do repatriamento.

Em resposta ao solicitado, a Junta pergunta se esta está disposta a pagar a passagem do repatriamento e se sim, deve remeter o comprovativo do pagamento da passagem, a fim de ser dado o andamento ao processo (06/07/1965).

O filho, residente no Brasil, alegando que sua mãe iniciou o processo de repatriamento, contra a sua vontade, pede autorização para esta regressar e disponibiliza o pagamento das despesas que a mãe ocasionou ao Estado, com o seu repatriamento, no valor de 5724\$00. (10/08/1965). Arquivo Municipal da Maia. Processo n.º 12028/65.

A Isaura, analfabeta e viúva, de 77 anos, a viver no Brasil há 48 anos e sentindo doente, decide visitar irmã e sobrinhos, que vivem em Portugal. Regressa como repatriada no navio Júlio César. Mais tarde, o filho vivendo na Penha, Rio de Janeiro chama-a por carta de chamada. Mas, como esta veio repatriada doente, a Junta, solicita “ser inspecionada [pelo médico da Delegação de Saúde da área de residência] (...) e autoriza o seu regresso ao Brasil desde confira disposições superiores” e pague a passagem de vinda para Portugal, enviando o comprovativo à Junta (Arquivo Municipal da Maia. Processo n.º 26700/62).

Em alguns casos, a Junta podia rescindir do pagamento do repatriamento, desde que a interessada apresenta-se um atestado de pobreza, passado pela Junta da Freguesia. No caso, da família de Maria R., residente no Rio de Janeiro, pede autorização para regressar ao Rio de Janeiro, com os seus 2 filhos: 6 e 8 anos. Veio para Portugal no navio North King, em 19/04/1956, com o marido que estava doente e precisava de tratamento.

Em referência cumpre-me informar que foi a interessada autorizada a reemigrar para o Brasil na companhia dos pais. Esta Junta dispensa-a do pagamento da passagem de repatriamento, atendendo à situação que se encontra se nos apresentar um atestado de pobreza passado pela Junta da Freguesia. Caso contrário, terá de pagar uma passagem e meia para compensar as que lhe foram concedidas gratuitamente, quando veio repatriada. (Arquivo Municipal da Maia. Processo n.º 13279/61).

A emigração feminina leva-nos a rever o papel das mulheres que se atreveram a emigrar, deixando os familiares e suas gentes, não só para acompanhar o seu marido nas suas vicissitudes, mas, como emigrante. Esta assume o papel de esposa, filha e mãe. Desta forma, a participação da mulher como emigrante, vai mais além do que a análise dos números.

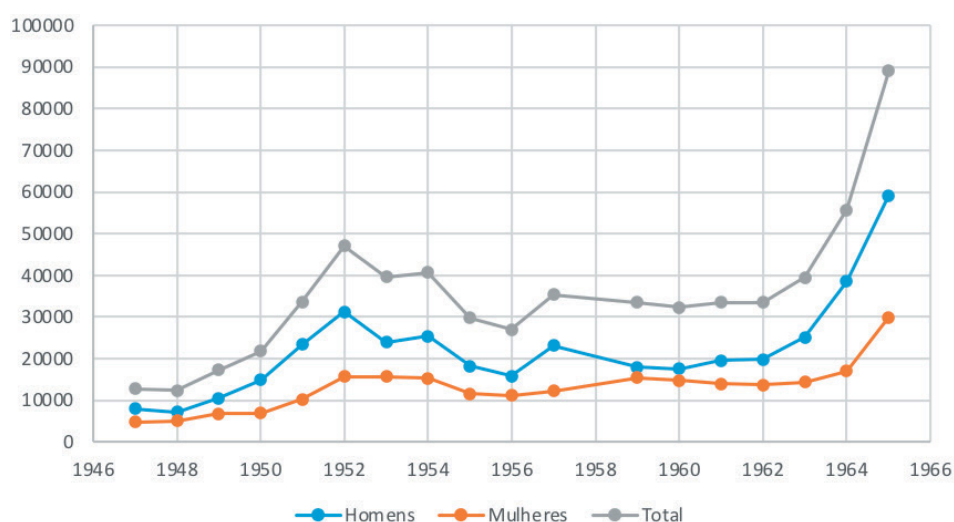
A emigração feminina em números

Tradicionalmente, a análise da emigração tornou o homem como objeto de estudo, considerando-o como modelo universal. As mulheres surgem como “acessórios nos movimentos em causa, deslocando-se essencialmente para se juntarem aos respetivos maridos ou companheiros no quadro do reagrupamento familiar, nos termos e condições em que essa reunificação é consentida pela legislação aplicável (MARQUES, GÓIS, 2012, p. 8).

Até tempos bem recentes a maioria dos estudos que abordavam a emigração feminina consideravam a mulher “sujeitos ou bem ausentes ou bem dependentes dos homens: como acompanhantes no papel de filhas, irmãs ou esposas” (VALINA, 2019, p. 26). Por conseguinte é difícil rastrear ao nível estatístico e das fontes bibliográficas a presença da mulher: aparecem incluídas dentro de um genérico masculino tornando-as invisíveis.

As próprias práticas migratórias contribuía para esse ocultamente. As normas que a Junta determinava estabeleciam uma série de requisitos, para a emigração feminina que mostravam de forma evidente a sua subordinação a respeito dos homens e a aparente necessidade de protegê-las pela uma suposta debilidade e falta de autonomia.

Gráfico n.º 1
A evolução da emigração portuguesa (1949-1965)



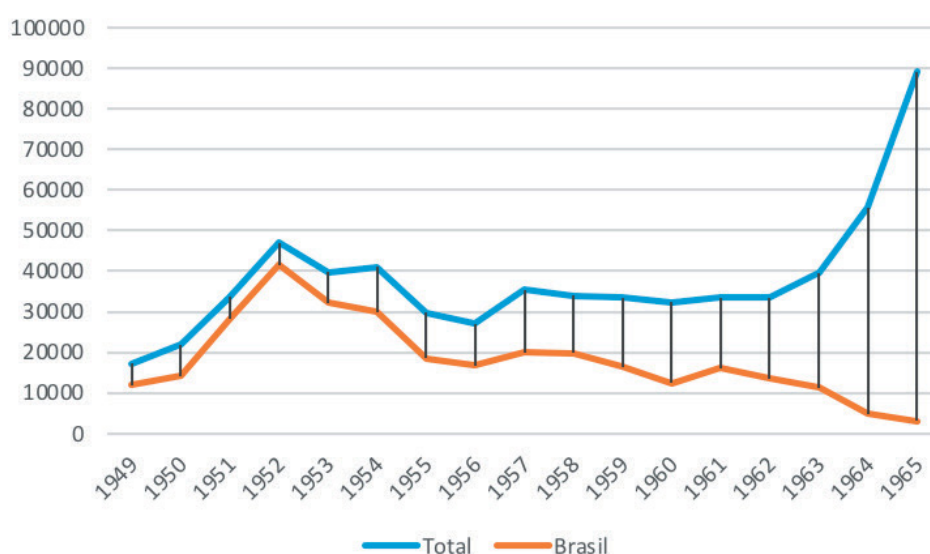
Fonte: *Boletim da Junta da Emigração*, 1965.

Como se pode verificar através da leitura do gráfico n.º 1, no período de regência da Junta da Emigração (1947-1965) a emigração feminina sem-

pre acompanhou a emigração masculina, quer para as Américas, quer para a Europa.

A linha que representa a emigração feminina mostra-nos as mulheres que solicitaram o passaporte, isto é, o titular do passaporte é mulher. Quando o chefe de família solicitava passaporte de emigrante, a esposa e filhos que o acompanham, são contabilizados como acompanhantes.

Gráfico n.º 2
A evolução do movimento emigratório português para o Brasil (1949-1965)



Fonte: Boletim da Junta da Emigração, 1965.

O gráfico n.º 2 representa a emigração portuguesa total, comparativamente com a emigração para o Brasil. No ano de 1952, verifica-se o pico da emigração para o Brasil. A partir desse ano, a emigração iniciou uma quebra constante acentuando-se em 1956, com 16.814 emigrantes.

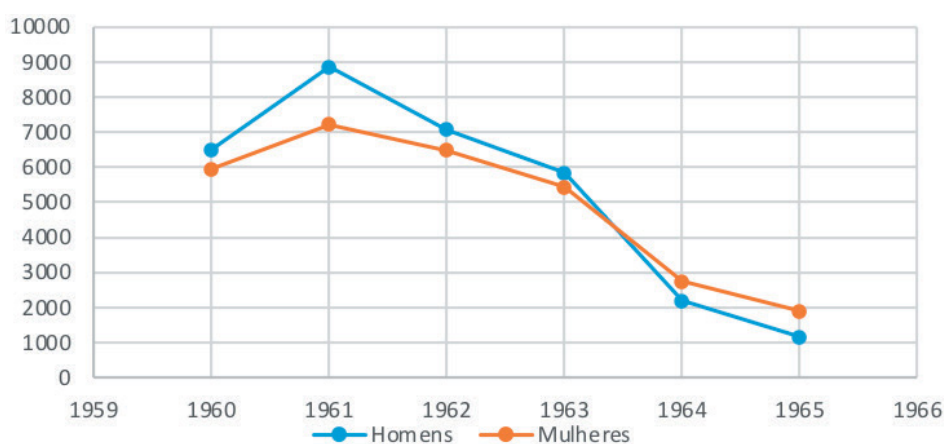
O decréscimo verificado, especialmente a partir de 1953, deve-se às consequências da crise económica brasileira, traduzida pela constante e progressiva desvalorização do cruzeiro e, internamente pelo aumento do custo de vida no Brasil. Esta conjuntura agravou-se mais, pela dificuldade de transferência de divisas, para Portugal.

No ano de 1957, a quebra apresenta um volume de 19.931 emigrantes, sendo que 8.396 são do género feminino.

A emigração portuguesa para o Brasil atingiu, durante o ano de 1959, o seu mais baixo valor. Tal facto deve-se especialmente, à forte desvalorização do cruzeiro e, porque a Europa estava aqui tão perto e presenteando aos emigrantes, o que o Brasil já não podia oferecer.

Com o aumento da inflação, o Brasil deixou de ser atrativo. O emigrante isolado com um salário normal, auferia o indispensável para viver modestamente. A grande maioria dos emigrantes estavam convencidos que podiam auxiliar os familiares que ficaram em Portugal, enviando-lhe dinheiro para o sustento enquanto os não chamavam para junto deles. Mas, o dinheiro ganho pelos emigrantes, por vezes, só chegava para o seu sustento, tornando o auxílio da família impossível, o mesmo sucedendo para a compra das passagens e por vezes, sucedia haver uma segunda família irregularmente constituída no Brasil e outra em Portugal, ao abandono.

Gráfico n.º 3
A evolução da emigração portuguesa em género para o Brasil (1960-1965)



Fonte: *Boletim da Junta da Emigração*, 1965.

Como se pode verificar através da leitura do gráfico n.º 3, a emigração de reunião familiar é sem dúvida, uma característica fundamental, para esta época. Este movimento processou-se de forma a quase anular, com o seu aumento, o decréscimo verificado na emigração isolada masculina e sem laços de parentesco, no Brasil.

O aumento da emigração foi impulsionado pelas cartas de chamada – esposas e filhos dos emigrados. O emigrante português tendo melhorado sensivelmente a sua situação económica, no Brasil, chama para si a família que deixara em Portugal.

As faces da emigração

A mulher sempre emigrou. Fossem como mães, filhas ou avós, tias, solteiras ou casadas, camponesas, artesãs ou vendedoras ambulantes, atraves-

saram fronteiras e mares, deixaram o seu pacato mundo e foram conhecer cidades e países completamente diferentes. Mesmo as que ficaram em Portugal viram as suas vidas profundamente alteradas, com novas funções, novas responsabilidades e novas atividades laborais. Conseguiram mudar, não só fisicamente como moralmente, os espaços e papéis sociais que ao longo do tempo lhes foram atribuídos. Esta, absorveu os comportamentos femininos de emancipação e demonstrou capacidade de se ajustar à mudança que os países recetores lhe ofereciam.

Os trabalhos destas mulheres emigrantes, no país recetor resumiam-se a tarefas denominadas femininas – amas, bordadeiras, lavadeiras e empregadas domésticas, entre outras. Por isso, expostas a uma vulnerabilidade e chantagem do mercado de trabalho e, como tal, ocupavam sempre posições marginais, sazonais e mal pagas. No entanto, algumas quebraram este padrão e “profissionalizaram-se” no comércio, nas fábricas e, sobretudo, na prestação de serviços domésticos, com a diversidade que os caracterizava, criando uma rede de trabalho.

Neste contexto, as mulheres tornaram-se economicamente autónomas, capazes de gerir e contribuir monetariamente para o fundo familiar, o que lhes deu mais confiança e autonomia. Estas centralizaram-se no bem-estar da família, principalmente com o futuro dos filhos.

Eram mulheres que tentaram, tal como o homem, ir mais longe e, onde o desejo de vencer na vida gritou mais alto e optaram por trilhar uma trajetória distinta das mulheres suas conterrâneas, que por opção ou não permaneceram nas suas casas, gerindo o seu património, enquanto o homem, chefe de família emigrou.

A dúvida de ficar ou partir tem razão de existir, não só pela política migratória aplicada pelo governo português, mas também pela administração dos bens comuns, tendo em vista o regresso do emigrante.

Recaía, na figura da mulher, em qualquer circunstância, todas as obrigações que até então competia tradicionalmente ao homem, como a gestão diária dos gastos domésticos, a educação e a disciplina dos filhos, as reações sociais e fiscais, a supervisão dos negócios da família, e mesmo, no caso das comunidades rurais, a direção ou execução das tarefas agrícolas no terreno do casal (ROCHA-TRINDADE, 2008a, p. 30).

A compra do terreno seguido da casa – sonho do emigrante – poder-se-ia cumprir a curto ou médio prazo se a mulher permanecesse em Portugal como guardiã do património, assegurado não só o regresso, como a mudança de estatuto social. Por outro lado, e porque a “família era grande, não se jus-

tificava economicamente sustentá-la no país de imigração” (ROCHA-TRINDADE, 2008a, p. 31); deste modo cabia ao emigrante partir, estabelece-se e consolidar as suas economias no país recetor.

Para que o projeto se pudesse realizar, a mulher que ficava tinha de saldar as dívidas que se contraíram para o homem poder partir e, por isso, tinha de sobreviver com que a terra dava, sobretudo durante os primeiros anos, já que as remessas de dinheiro podiam ser irregulares, quer no tempo, quer na quantia enviada. A mulher, ao ficar, aparece como elemento de uma “união de esforços: por um lado, o trabalho e a poupança do trabalhador emigrante no estrangeiro; por outro lado, a presença da mulher e dos filhos no país de origem” (WALL, 1984, p. 60).

Assim, a emigração – para quem parte como para quem fica, obrigou a mulher a repensar no papel que tivera de assumir, nas complexas e diferentes modificações das relações com os seus cônjuges e familiares. Estas tiveram de assumir novos papéis, que até então lhe estavam vedados, passando a ser chefes de famílias e assalariadas, a ser consideradas o mealheiro da família.

A mulher emigrante passa a fazer parte integrante de uma estratégia familiar, fazendo e criando uma rede de parentesco e de apoio, para a sua condição de mulher, já que esta se apresenta num plano desfavorecido em relação ao emigrante masculino, a emigrante vê os seus direitos restringidos por ordem legal, que no país de origem, quer no país recetor, que lhe veda o pleno acesso aos benefícios de cidadania, e como tal, “empurrando-a” para a clandestinidade. Pela sua condição de emigrantes e sexo, estas suportavam longas jornadas de trabalho, emprego no sector de limpezas e cuidados, salários inferiores e a conciliação entre a vida pessoal e laboral.

Por isso, contam com o apoio da família e amigos no planeamento e execução do projeto de vida em detrimento dos serviços oficiais de assistência.

A emigração para o Brasil trazia muitas incertezas, desconforto e medos. A imprensa portuguesa relatava tanto a aventura como a desventura dos emigrantes, daí a importância da confiança das redes interpessoais, que poderiam minimizar e controlar os riscos. Estas redes eram importantes. Cria-se uma “espécie” de bolsa de mão-de-obra para ocupações específicas, e distribuem-se informações onde existe emprego e casa, o que vai influenciar não só a mobilidade como também o comportamento da emigrante e do mercado (FRANCISCO, 2010).

A mulher que emigra isoladamente ou em reagrupamento familiar subsequentemente patenteia as *mesmas* dificuldades para a obtenção do passaporte

de emigrante – autorização marital ou paternal. Porém, existe diferenças a nível administrativo entre elas. A mulher que emigrou sozinha tem como objetivo primordial – inserção no mercado de trabalho, o mais rápido possível, para prover a sua subsistência. Esta, quando parte leva consigo todo o apoio das redes de amigos e familiares. Pois não tinham o auxílio do reagrupamento familiar, para os primeiros tempos. A mulher que vai ao encontro da família, embora procurasse trabalho tinha de estar em sintonia com as suas responsabilidades familiares.

Com a lei do divórcio em 1940 e perante a ausência dos maridos emigrados, a mulher que pretendesse emigrar, como foi referido anteriormente, estava sujeita a prazos para a dissolução do casamento. Isto criou impedimentos e dificuldades económicas à mulher que viu os seus pecúlios diminuir drasticamente. O marido, algures e em parte incerta, continua a ter o poder de decisão da partida desta, e quais os filhos que vão e os que ficam, sendo por razões práticas, senão mesmo economistas a condicionarem o reagrupamento familiar (VAQUINHAS, 2011, p. 141).

Ana, de 56 anos, desconhecendo do paradeiro de seu marido, que emigrou há mais de 34 anos para o Brasil, deixou de corresponder com a família e foi dado como residente em parte incerta e desconhecida. Perante a sua situação, a pretensa emigrante solicita permissão à Junta para emigrar para S. Paulo. Quem a chama é seu filho, residente no Rio de Janeiro (Arquivo Municipal da Maia. Processo n.º JE 22369/62, 1962).

O que acontecia por vezes é que o emigrante após obter a autorização da esposa para emigrar, este se olvidava da família, independentemente das razões, quer económicas quer pessoais.

Assim, após várias insistências a pedir a carta de chamada a Irene D. R., procura conhecer a razão por que o marido, Armando, emigrado na Venezuela não enviava a carta de chamada e questiona a Junta. Esta, por sua vez, procurando respostas para tal situação endereçou ao Consulado de Portugal, em Caracas, para dar conhecimento da situação, e para questionar o emigrante.

Armando F. declarou que não mandava a autorização da entrada à mulher pelo fato de há 3 meses se encontrar sem trabalho, devido a acidente de trabalho, e que em 21 de Março passado lhe enviara 3 contos para seu sustento (Arquivo Municipal da Maia. Processo n.º JE 1480E/60, 1962).

Por isso, não estando interessado no reagrupamento familiar, a família que permaneceu em Portugal, ficou à mercê da vontade e disponibilidade económica do emigrante de enviar remessas.

Por vezes, a família do Brasil, vêm a Portugal, para visitar os familiares e deparando-se com o estado e abandono dos seus parentes, tentam ajudar. Tilda, de 48 anos, desconhecendo o paradeiro do marido há mais de 25 anos, no Brasil, solicita autorização para ir viver com a sua irmã e cunhado, que estando em passeio, prontificaram a levá-la em sua companhia, para Pernambuco, onde desfrutam de uma boa situação económica (Arquivo Municipal da Maia. Processo JE n.º 1043/62, 1962).

Toda a gente conhece e têm um amigo do amigo ou mesmo um familiar que emigrou, as boas notícias de uma razoável vida no estrangeiro, “alimentava os sonhos” aquando das visitas dos emigrantes à sua terra. Quem recebe má notícias, esconde-as.

Em 1953, Rita Jesus, residente em Moncorvo, e querendo emigrar escreveu à Junta solicitando informações se podia emigrar, apesar da sua condição de mulher casada, mas marido ausente para parte incerta e mãe de filho aleijado:

... meu marido ausentou a casa a 23 anos dizendo-me êle que ia em direção à França, mas ate oje não mais soube nuticias dele. Sres como tenho um tio direito no Brasil e êle me esqrevreu se eu querer ir para o Brasil que falasse com a camara do concelho aver se me deixavam passar como era casada e eu assim fis consultei a camara e me disseram que não sem autorização de meu marido ou então que tinha de me divorciar e eu respondi-lhe que divorciada estava eu a 23 anos. Sr. um homem da qui me aconselhou que esqrevesse para a junta de imigração é que me diziam se sim ou não podia ir e eu ressubi esqrever pedindo o favor de me explicarem o que devo faze e se sim ou não eu poderei embarcar para o Brasil. (...) Sr. façam o favor de me explicar tudo [para que] não tenha que andar com trabalho e despesa e depois ficarmos em terra (Arquivo Municipal de Moncorvo. Correspondência/emigração, 1953).

Como vimos os impedimentos administrativos e sociais para travar a emigração feminina são muitos, mas, desta emigração existe a diferença entre a emigração de reagrupamento familiar e isolada. As mulheres que acompanham os maridos ou por eles chamadas estão dispensadas da apresentação do certificado de habilitações literárias.

No caso da emigração só, a mulher obrigatoriamente tem de saber ler e escrever. Como é o caso de uma mulher, que se apresenta como viúva e mãe de uma criança de tenra idade:

Para a qual tenho de ganhar pão de cada dia, trabalhando aos dias em casa particulares, não tendo tempo disponível para frequentar a escola, não tendo exame de instrução primária, apenas sei assinar o meu nome e pouco mais. Tenho uma pessoa no Brasil a qual compadecendo-se da minha situação, pretende mandar-nos para lá (...) dizem-me que não posso emigrar sem o exame (Arquivo Municipal da Maia. Correspondência, 1957).

Mas, o que tinha o Brasil a oferecer às mulheres?

Para além do sonho, trabalho e possibilidades de criar o seu negócio, também poderiam dar sucesso e a ascensão social. O fracasso, por sua vez era difícil de aceitar por parte destas. A tendência era escondê-lo. Real ou imaginado, os fracassos tendiam, assim a não ser compartilhados com os familiares e amigos, não tendo sido poucos, que de forma transitória ou definitiva, cortarem laços com a terra natal e com os seus familiares.

Como se parte? Em que condições?

Os progressos na navegação e a integração do mercado mundial geraram um fluxo crescente de pessoas e mercadorias, entre a Europa e a América. Como consequência, um grande número de companhias de navegação (principalmente as inglesas, francesas e italianas) começaram por atracar nos portos portugueses, “oferecendo” uma baixa nos custos dos bilhetes e condições de transporte.

Apesar da Junta da Emigração, disponibilizar assistência médica e cuidados clínicos durante a viagem dos emigrantes que seguiam por via marítima e impondo condições às empresas de navegação para o transporte, tanto nas viagens de ida como de regresso, nem sempre as companhias cumpriam os regulamentos, apesar das avultadas coimas. Para estas empresas, o objetivo era o lucro. Assim, havia a necessidade de embarcar o maior número de passageiros (3.^a classe), com um número reduzido tripulação e fornecendo comida de pouca qualidade, circunscrevendo os emigrantes a espaços reduzidos, logo em precárias condições de higiene a bordo.

A viagem podia transformar-se para os emigrantes num grande martírio, de maus odores, onde persistia o frio ou calor, conforme as estações e tormentas, e geralmente acompanhado de uma intolerável promiscuidade.

A emigrante deixa a sua terra, muitas vezes pela primeira vez, sozinha ou com os seus filhos, lança-se numa viagem de comboio até á cidade do Porto ou Lisboa para embarcar no navio para uma terra desconhecida. Venceu as vicissitudes administrativas do Estado português e os engajadores e intermediários interesseiros e, vê-se agora perante uma nova aterradora e solitária situação.

Era preciso combater o isolamento da viagem de barco e sobretudo das pessoas indesejáveis que como elas viajavam. Assim, muitas vezes, estas mulheres, vizinhas ou meras conhecidas agrupavam-se e entreajudavam-se em prol de uma viagem segura, sem percalços de qualquer tipo. A viagem era longa e era preciso tomar conta dos filhos e da bagagem. Assim, no ato do preenchimento do boletim de informação da Junta, a emigrante, solicitava a marcação da viagem, a pretensão de embarcar com as pessoas conhecidas.

Todo o cuidado era pouco ...

Não podemos esquecer que durante a viagem, os passageiros de primeira e segunda classe eram preservados rigorosamente das incursões dos de terceira. Seguem o mesmo roteiro mas, constituem trajetórias paralelas, divididas entre si por uma linha bem definida.

Conclusão

Na questão da emigração, o Estado português foi sempre ambíguo. Em relação à emigração feminina, este controlou-a por via administrativa, aplicando as regras da sociedade, de então. Criou entraves legais, quer porque este se sentiu na “obrigação” de proteger a mulher – a sua função primordial, quer por questões económicas – remessas de dinheiro, quer pela sua imagem no exterior.

A mulher migrante sempre esteve presente no fluxo migratório embora a importância do seu papel fosse secundário, em detrimento do emigrante do sexo masculino. Porém, a Junta perante a emigração feminina, vai diferenciar entre a emigrante que emigra só e a do reagrupamento familiar: agravando ou simplificando no pedido do passaporte de emigrante.

Emigrar era um ato de aventura aliado à loucura, para a mulher. Temos de nos posicionar no tempo e espaço e lembrar que muitas destas mulhe-

res, nunca tinham saído das suas aldeias e, se saíram das suas casas, fora para se casar. Elas conquistaram os seus medos e desbravaram um território desconhecido para se lançarem numa aventura.

Muitas foram ao encontro da família, porém nem sempre a encontraram, outras lutaram e conseguiram. Infelizmente, outras perderam-se no “caminho”...

Algumas com a saída da figura masculina (patriarcal ou marital), tomaram as rédeas da casa, organizaram as suas vidas e das suas famílias, tanto no país de origem como no país que as receberam e lutaram pela sua “emancipação económica”, cortaram os laços da “submissão” mas, mantiveram os costumes e tradições portuguesas, adaptando-se ao tempo e espaço, que passou a ser delas, também.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Municipal da Maia. *Processos de emigração*.

Arquivo Municipal de Moncorvo. *Processos de emigração*.

Ministério do Interior. *Boletim da Junta da Emigração*. Lisboa.

Ministério do Interior. *Instruções sobre organização dos processos de emigrante. Destinadas às Câmaras Municipais. Aprovado por despacho ministerial de 12 de Agosto de 1954*.

Ministério do Interior. *Instruções sobre organização dos processos de emigrante. Destinadas às Câmaras Municipais. Aprovado por despacho ministerial de 12 de Agosto de 1966*.

Bibliografia

COVA, Anne; PINTO, António Costa, 1997 – O Salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa. *Penélope*, 17, p. 71-94.

FERRO, António, 1932 – *Salazar: o Homem e a sua obra*. Ed. Empresa Nacional da Publicidade.

FRANCISCO, Elton, 2010 – Limpar, sentir, mudar: uma análise da experiência de mulheres valadarenses que emigraram para os Estados Unidos. *Fazendo género 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*.

GALVANESE, Mariana Simões, 2013 – *A Junta da Emigração: os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do Pós-Guerra (1947-1970)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos, 2012 – *A emergência das migrações no feminino. Feminização das migrações de (e para) Portugal e suas consequências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Ed Principia.

MATOS, Maria Izilda Santos de; MENEZES, Lená Medeiros de, 2017 – *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – Séc. XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito.

- MENEZES, Lená Medeiros, 2021 – *Portugueses no Rio de Janeiro. Negócios, trajetórias e cenografias urbanas*. Rio de Janeiro: Editora Ayran.
- PEIXOTO, J. et al., 2005 – *Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção socioeconómico das imigrantes em Portugal*. Lisboa.
- PIMENTEL, Irene; TANZALI, Wassyla, 2014 – As mulheres na história e nas histórias. *Faces de Eva*, n.º 32. www.scielo.mec.pt [consult.15 de Jan. 2021]
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2008a – “Porquê mulher? Reflexões sobre o género em contexto migratório”, in Julio Hernandez Borge; Domingo L. Gonzalez Lopo (org.), *Mujer y emigración: una perspectiva plural*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 19-38.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2016b – Mulher migrante – fundamentos, preocupações e percurso congressista de uma associação. *Faces da Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 35.
- SARAIVA. José António, 2020a – *Salazar. A queda de uma cadeira que não existia*. Lisboa: Editora Gradiva.
- SARAIVA. José António, 2020b – *Salazar e Caetano. O tempo em que ambos acreditavam chefiar o governo*. Lisboa: Editora Gradiva.
- VALIÑA. V. Carmen, 2019 – *Elas, as emigrantes. Mulheres da Terra de Soneira na Suíça*. Santiago de Compostela: Através Editora.
- VAQUINHAS, Irene, 2011 – “A família, essa ‘Pátria em miniatura’”, in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal – a época contemporânea*, p. 118-151.
- VENDRAME, Mara Ines; PEREIRA, Sylrlea Marques (orgs.), 2017 – *Mulheres em movimento. Experiência, conexões e trajetórias internacionais*. Oikos: Editora Unisines.

Una autobiografía en verso: reflexiones sobre su experiencia migratoria de un bertsolari navarro en Uruguay (1949-1997)

Óscar Álvarez Gila¹¹⁴

Memoria, autobiografía y bertsolarismo¹¹⁵

En 1997 fallecía en la remota y aislada localidad de Isla Mala, en el interior de Uruguay, un inmigrante de origen vasco llamado Ignazio Argiñarena nacido el 2 de julio de 1909 en la localidad navarra de Errazkin (ÁLVAREZ GILA, IRIGOYEN ARTETXE, 2007). Llegado al país a fines de la década de 1949, su biografía apenas presenta rasgos extraordinarios en comparación con el decurso habitual de otras historias de emigración, desarraigo y reconstrucción vital: huido a partes iguales de la opresión política y de las duras condiciones de la sociedad española de posguerra, la aventura migratoria de Ignazio Argiñarena se había movido en los habituales parámetros de la vida dura, el esfuerzo y el ahorro, y las esperanzas de éxito socioeconómico proyectadas sobre la generación siguiente a los protagonistas de la emigración. Sin embargo, hubo un hecho que marcaría una diferencia notable entre la experiencia migratoria de Ignazio y la de cualquier otro emigrante medio vasco contemporáneo suyo. Argiñarena nos había dejado un discurso, una reflexión escrita sobre su vida (IRIGOYEN ARTETXE, ÁLVAREZ GILA, 2004).

En 1994, dos investigadores uruguayos especializados en el estudio de la inmigración se acercaron por vez primera a Ignazio Argiñarena, a fin de realizar con él unas entrevistas personales para un reportaje que se publicaría en la revista del recién fundado centro vasco Haize Hegoa de Montevideo (MAYTIA, IRIGOYEN ARTETXE, 1994, p. 13-14). Fue entonces cuando tuvieron noticia de que éste conservaba consigo una serie de textos manuscritos, compilados en diversos cuadernos, en los que el emigrante había vertido hechos e interpretaciones sobre su vida. La excepcionalidad de estos textos era doble: por una parte la mayor parte de los textos se hallaban escritos

¹¹⁴ UPV/EHU – Euskal Herriko Unibertsitatea.

¹¹⁵ Este trabajo se enmarca dentro de los resultados del Grupo de Investigación estable del sistema vasco *País Vasco, Europa y América: Vínculos y relaciones atlánticas* (IT1241-19; GIU19/028).

en euskera, lengua que ambos investigadores desconocían; y por otra parte, los textos en idioma vasco estaban compuestos en forma de poesía. Ignazio Argiñarena había sido toda su vida un *bertsolari*¹¹⁶ aficionado, como supimos posteriormente, procedía de una familia del norte de la provincia de Navarra, en España, en la que había una fuerte tradición de *bertsolarismo*¹¹⁷, y el mismo Ignazio había querido ser, en su juventud pero también en su vejez, un *bertsolari*. Se denomina así a la práctica de la improvisación poética, muy enraizada en la sociedad rural tradicional del País Vasco, en aquellos lugares donde el euskera ha sido hasta la actualidad el idioma dominante y habitual para las relaciones sociales. Los bertsolaris eran personas conocidas y reconocidas en su entorno por su capacidad de improvisar oralmente composiciones versificadas, muchas veces en contextos de competencia con otros bertsolaris, para deleite del público asistente. Bastantes de estas composiciones o *bertsos*, sobre todo aquellas que por su calidad, gracia o actualidad gozaron de un mayor impacto, eran difundidas por diversos medios (la repetición de boca en boca, primero; y el medio escrito, más recientemente). Junto a estos bertsolaris afamados, la práctica de la improvisación poética constituía igualmente una de las actividades de ocio más habituales en la sociedad tradicional de los pequeños pueblos vascos hasta la introducción de los modernos medios de comunicación y entretenimiento de masas (EGAÑA, GARZIA, SARASUA, 2001, p. 15-17).

Tuvimos ocasión de acceder a los escritos personales de Ignazio Argiñarena con posterioridad a su muerte. En total, localizamos un corpus de 124 composiciones poéticas en euskera, distribuidas en dos cuadernos manuscritos, junto con dos breves autobiografías mecanografiadas (en realidad, una de ellas es la versión reducida de la otra; y lo que es más interesante, ambas escritas en castellano) y una serie de documentos personales (pasaporte, cédula de identidad). Aunque algunas de las composiciones poéticas parecen datarse, en su composición original, a décadas anteriores, la recopilación en los cuadernos no data antes de 1990; desconocemos por lo tanto hasta qué punto esta recopilación recoge todas las composiciones que

¹¹⁶ Aunque el diccionario de la Real Academia Española acepta el término “versolari”, hemos preferido aquí usar esta palabra en su grafía original en lengua vasca. Según la RAE., un “versolari” o “bertsolari” es un “improvisador popular de versos en vasco”.

¹¹⁷ La monumental base de datos sobre bertsolarismo del *Xenpelar Dokumentazio Zentrua* recoge información sobre otros tres Argiñarena, todos ellos de la misma localidad de Errazkin y parientes cercanos de Ignazio, que se destacaron como bertsolaris en la segunda mitad del siglo XX. Disponible en <http://bdb.bertsozale.com/es/web/haitzondo/emaitzak?izena=argi%C3%B1arena&bilatu=Buscar> [consult. 4.1.2021].

había escrito y conservaba el autor en su poder (tanto de forma escrita como en la memoria), o se trata más bien de una selección.

En todo caso, y con todas estas limitaciones, este trabajo se basa fundamentalmente en este cuerpo documental; y se centra sobre todo en las diferencias entre los dos tipos de elaboraciones narrativas en las que el autor relata su autobiografía; y que constituyen dos aproximaciones diferentes que el propio autor hace a la pregunta fundamental de “cuál ha sido fundamentalmente mi vida”. Posteriormente, hemos localizado entre los objetos personales de Ignacio Argiñarena, dos grabaciones efectuadas a fines de la década de 1980 o comienzos de la de 1990 en sendas comidas familiares, en ocasión de la visita de algunos familiares procedentes de España al hogar de los Argiñarena en Uruguay. Estas comidas acabaron con sendas competencias de bertsolarismo entre los primos de Navarra y Uruguay. Lamentablemente todavía no hemos podido estudiar con detenimiento estas grabaciones, por lo que no las usaremos en este trabajo.

Así, la autobiografía en prosa es más equilibrada en el desarrollo cronológico de los acontecimientos y hace un recorrido por todos los periodos de la vida del autor. El idioma utilizado para ello es el castellano: la lengua que, por haber sido la que aprendió en la escolarización, es la que queda reservada para las elaboraciones escritas complejas, tal y como son en este caso los relatos cronológicos de la sucesión de acontecimientos de una vida. Este relato nos sirve para conocer qué es lo que el autor *recordaba* sobre su vida. Frente a esto se sitúan las composiciones poéticas, todas ellas en euskera, en las que el autor no aborda una imagen completa de su vida, sino que se centra en tres momentos muy concretos, que son los que merecen una mayor atención. Estos tres campos marcan, a nuestro entender, una esquematización del proceso migratorio y, por lo tanto, son una vía para acercarnos al modo en el que Ignazio Argiñarena *categorizaba* su vida.

Infancia y juventud

Uno de estos bloques temáticos, si bien no el más numeroso, se refiere a los recuerdos de la infancia y juventud del autor. Nacido en una familia campesina sin muchos recursos económicos, y apartado por la costumbre de la herencia de la casa y los bienes familiares al ser el quinto hermano de un total de seis, desde niño fue consciente, tanto de la necesidad de colaborar

con su trabajo en el sostenimiento del caserío familiar, como de que su futuro personal se hallaría, tras emanciparse, lejos del mismo.

Ni lanik gabe orain artian
sekulan eznaiz gelditu.
Zazpi urtekin etxeko ardiak
eguiten nitun kuidatu.

*Nunca he estado hasta ahora
sin trabajo que hacer.
Ya con siete años cuidaba
las ovejas de casa.*

[*Bertso batzuek jartzeko ditut*, 1994, 5.1.g]¹¹⁸

El mismo autor, en su *Autobiografía* de 1986, recordaba cómo:

(..) teníamos un rebaño de ovejas, y unos 4 vacas, y criábamos zerdos y unas gallinas, en las chacaras plantábamos, trigo, maíz, nabos, y patatas, alubias junto con los maices, y recojíamos, para comer podos [sic] los días del año, aluvias con umpoco de tocino, que carneaba un cerdo grande en el año, el trigo y el maíz molíamos en el molino de piedra amasábamos en casa el pam, y con la arina de maíz, aciamos las taloas, osea tortas con queso con leche, es mui rrico, porque despues de quitar los corderos ordeñábamos las ovejas y hacíamos queso mui rrico'osea en aquellos tiempos ambre no pasemos, los niños enseguida empiezan hacer algo, yo me acuerdo con 9 años ordeñaba las [...] y las cuidaba en la sierra.

En sus versos se aprecian elementos propios de la vida rural en la comarca aledaña a la sierra de Aralar, en la frontera entre Navarra y Guipúzcoa. Del mismo modo, algunos de sus recuerdos se dirigen a su paso por la escuela local, lugar en el que se enfrentaría por vez primera a la dificultad del aprendizaje de un nuevo idioma: el castellano; lengua oficial que, a pesar de los años pasados en Uruguay, nunca llegaría a dominar al completo:

¹¹⁸ La catalogación de la obra que usaremos en lo sucesivo se refiere a la que establecimos en ÁLVAREZ GILA, IRIGOYEN ARTETXE, 2007. Todas las traducciones de la lengua vasca son del autor. Hemos respetado la grafía usada por el autor en los originales, sin hacer ninguna corrección ortográfica para adecuarla a las normas actuales respecto a la grafía de las palabras en lengua vasca.

Akordatzenaiz eskolaran ni
lendabiziko urtetan.

Prohibitua jarriziguten
itz egitia gure izkunzan.

Orreri kontra ezin egiña
guretzat pena izan zan.

[*Bertso batzuek jarri naiditut*, 1993, 5.1.j]

*Recuerdo el primer año
que fui a la escuela.*

*Nos impusieron la prohibición
de hablar en nuestro idioma.*

*No poder hacer nada contra eso
fue una pena para nosotros.*

De hecho, aunque sus obligaciones familiares no le permitieron una asistencia regular a la escuela, Ignazio acabaría por aprender la lectura y escritura en castellano, técnicas que aprovecharía para aplicarlas a la escritura en su idioma natal. Si bien se aprecia que con el tiempo acabaría por conocer y adquirir elementos de la ortografía particular del euskera, en muchos de sus escritos se aprecian interferencias fonéticas y ortográficas propias de la escritura en castellano (como, por ejemplo, el uso de la letra “c” o el uso del digrama “gu” para representar el sonido /g/).

El paso a la edad adulta recoge sus tres primeras experiencias de salida hacia el mundo, que en gran medida equipara en sus escritos con el gran salto que supuso la emigración a Uruguay. En primer lugar, a la edad de 21 años comienza a trabajar como peón en una gran empresa, encargada de instalar líneas telefónicas, lo que le obliga a salir de su pueblo por vez primera.

Cumpli 21 años, y en ese berano, se costruyo red nacional de telefonica pe [sic] Paris ha Madrid y ha Barcelona, por debajo de la tierra, y le daban trabajo ha toda la jente que queria trabajar, y el sueldo era mui bueno para entonces 8 pesetas en 8 horas, yo queria ir y mi padre no queria, pero la madre me decia que baya y yo me comprometí con un amigo, el domingo a la tarde que nos ibamos ha hir ha pedir trabajo, y lo icimos, pero mi padre, me desafio con amenaza diciendo, te bas ya ya bolberas si, asi empece la primera bez (*Autobiografia 1986*).

Al poco tiempo es llamado al servicio militar, siendo destinado al cuartel de Santoña (Cantabria) donde conoce por vez primera el mar. Poco desea recordar de su paso por el cuartel, apenas un bertso resume el año largo que pasó en el ejército:

Ilbeltzaren zorzian
soldaduzkan sartu.
An eguin zizkidaten
legurriak artu.

Etzetik oso bertan
eznintzen guelditu.
Santoñako partian
einintzan tokatu.

Zeñek apartatu,
launartian juntatu,
urtia pasatu,
exera bueltatu,
Orduan guiñan
danik oso kontentu.u.u.

[Segunda parte dela vida en Bersos, 1982, 5.3.ae.]

*El ocho de febrero
comencé el servicio militar.*

*Allí me hicieron
pasar las de Caín.*

*No me quedé
muy cerca de casa.*

*Porque me tocó ir
a la zona de Santoña.*

*Nos apartaron,
nos juntamos en amistad,
pasamos el año,
volvimos a casa,
entonces sí que estábamos
todos muy contentos, uh, uh...*

La única referencia complementaria que recuerda en su autobiografía tenía que ver con la cuadrilla de compatriotas que conocería en el cuartel, con los que ejerció un papel de intérprete al ser uno de los pocos vasco-parlantes capaz de hablar, leer y escribir en castellano: “Problema era para nosotros, los vascos muchos de ellos no sabían ni jota en castellano, y ni escribir algunos, yo sabía muy poco pero con lo que sabía tenía que hacer intérprete”. (*Autobiografía 1986*)

A su regreso, un nuevo destino laboral (como capataz en una empresa constructora contratista de edificaciones públicas) lo llevaría a Biurrun, un pueblo al sur de Navarra en el que conocería a su futura esposa, con la que se casaría con la Guerra Civil española ya comenzada, y haciendo frente a la oposición de la familia.

En Biurrun, me enamore de una muchacha, pero la familia no me querían a mí, y que problema por eso yo era que tenía que vivir con ella y no ellos, salió de casa y se puso a servir en Tolosa en Guipúzcoa (*Autobiografía 1986*)

(..) nos agarró la guerra con los rojos y a mí con el de Franco, ha 20 km. de mi casa pero tenemos la frente en el medio y no había ni comunicación, hasta que los de Franco rompieron es cuando pude ver ya sí seguimos hasta Marzo del 37 es cuando me llaman a mí la quinta, eso es peor que

llevavamos ya casi 2 años de novios a la gerra al matadero que dia la despedida, para siempre, pero pensamos una cosa buena despues de todo sacamos un hijo de ese dia siempre nos acompaña. (*Autobiografia 1996*)

La partida: razones y esperanzas

El estallido de la guerra supuso un cambio radical en las expectativas de vida de Ignazio Argiñarena. Encuadrado como voluntario en uno de los batallones de *requetés* carlistas (no tanto por afinidad ideológica como por un deseo de obtener un mejor destino y una mejor consideración durante la guerra¹¹⁹), el “Lácar”, fue destinado a la batalla del Norte, la conquista de Vizcaya. Durante este periodo sería testigo de acciones como el bombardeo de Guernica o la ruptura del “frente de hierro” y la capitulación de Bilbao en junio fe 1937. Del primero de los hechos recuerda cómo:

El grupo estaba en Mujika, en Bizkargi estaban los rojos, cerquita de Gernika. Ahí paramos el vehículo, un camión, éramos unos cuarenta y pico y nos pararon en la carretera a Gernika y yo estaba mirando unas abarras en la carretera... Y en eso, disparan cuatro... La primera vez, sí que asusta. Ahí estuvimos mirando Gernika, la farra que habían hecho....

No íbamos todos juntos. Íbamos igual dos o tres, para ver, un rato allá. Y en eso, venía un hombre, solo por la calle y como quería hablar con él le encaro. Diga, ¿Puedo hablar con usted?. Pero viéndome la boina roja contestó: no tengo tiempo. Como yo me había dado cuenta de ese detalle, me saqué la boina y guardándola en el bolsillo del pantalón le dije: mira, de ésta, nada, ¿eh?, no tenga miedo que no le va a pasar nada, si me permite, yo le voy a hacer unas preguntas. Y veo que el hombre se tranquiliza y me dice bueno, hágalas, pero rápido que tengo que trabajar. Entonces le pregunto: ¿Quién quemó esta ciudad? ¿Esta ciudad? Estábamos en la feria los gerniqueros y vecinos cuando de pronto vinieron aviones de Franco y ahí bombardearon toda la ciudad. Y ha quedado todo quemado, me dijo. Muchas gracias, yo quería

¹¹⁹ “En vez de ir de soldado, yo me tenía que incorporar al América 14, en Pamplona. Pero vinieron a ofrecernos ir al Tercio o la Falange, que seríamos mejor vistos, y bueno, fuimos al Requeté” (MAYTIA, IRIGOYEN ARTETXE, 1994, p. 14).

saber si la habían quemado los rojos cuando la huída, como decían, o viceversa, como me parecía a mí, le dije. (MAYTIA, IRIGOYEN ARTE-TXE, 1994, p. 14)

La guerra acabaría para Ignazio en el frente de Asturias, cuando fue herido de bala en una acción de conquista en el sector del monte Mazuco, en las cercanías de Gijón. “De alli me trasladaron ha Bilbao, y de alli ha Tolosa donde estava la novia me bino enseguida con mucha suerte nos vimos otra bez y al poco nos casamos, el dia que cai erido fue el 14 de Setiembre” (*Autobiografia* 1986). Sin embargo ni este hecho ni la posterior victoria del bando franquista, en el que había peleado Ignazio, vinieron a ofrecer un gran alivio a la situación personal de Ignazio, que durante unos años llegó a temer la pérdida del brazo herido:

Obligazioz eguimbiarra	<i>Me ha tocado muchas veces</i>
askotan egunzait tokatu,	<i>hacer cosas por obligación.</i>
Besoa ausita bialduniñuen	<i>Me mandaron con el brazo roto</i>
alare juantzan kontentu.	<i>así y todo fui contento.</i>
Olako lanik boluntarios	<i>Que nadie tome voluntariamente</i>
iñor ezdezala artu,	<i>un trabajo como ese.</i>
Dembora gutxin egondu nitzan	<i>Estuve poco tiempo</i>
gorrik eingendun pasatu.	<i>las pasé canutas.</i>
Aurrera guerran seguitutzeko	<i>Me dejaron inútil</i>
inutil utzi nituan.	<i>para seguir adelante en la guerra.</i>

[Bertso batzuek jartzeko ditut, 1994, 5.1.g.]

Afincado el matrimonio en Tolosa, los antecedentes de Ignazio como combatiente del bando ganador le permitieron obtener una salida profesional, que en otro caso hubiera sido notablemente complicada:

Dos años me llevó poder atar botones con los dedos de esa mano. Me declararon como inútil temporal por seis meses y luego otros seis meses más. Pero me tenían que empezar a pagar una indemnización. Entonces en la oficina, cuando empezamos el trámite yo dije que prefería rechazar la indemnización si me daban un trabajo para hacer, como cartero, portero o cosa parecida, sabiendo leer y escribir.

Y tal vez yo no estaría hoy aquí, si no hubiese actuado así. Porque entonces me dieron, enseguida, un trabajo de apuntador de ferrocarril, al no tener un trabajo mas que de pluma, en una cantera de piedra donde se cargaban trenes, treinta plataformas con piedra partida para arreglar las vías. Trescientos prisioneros, y aparte más de cien jornaleros. Ese trabajo se llama listero. (MAYTIA, IRIGOYEN ARTETXE, 1994, p. 15)

El nuevo trabajo de Ignazio provocó un nuevo traslado de la familia, que seguía creciendo hasta alcanzar los cinco hijos¹²⁰. Afincados en la localidad de Alsasua, núcleo ferroviario en el norte de Navarra, se tuvo que dedicar al tráfico ilegal de mercaderías (el “estraperlo”) como único medio para alimentar su familia:

...como el tren tenia libre yo me iba el dia que tenia libre, asta Salamanca de alli traia, garbanzos, lentejas y arina y algun pan y otro sabado me iba ha cataluña, en busca de aceite y azucar, el dia que no me quitaban los milicos ya le daba a los hijos de comer, pero el dia que me quitaban me enbromaban gastar dinero y sin cosas a casa, de esa manera bibimos en esos 12 años (*Autobiografia* 1986).

Los recuerdos del hambre y las privaciones de esta época, de hecho, aparecen en sus composiciones como uno de los factores clave que llegó a su emigración a Uruguay:

Bi illabete obirik gabe
pasatu guendun Alsasun,
Alkate jaunak merezi zuan
erretzea bea labesun.
Erri guzia obirik gabe
jayeian komenioa artzementzun.
Parroko jaunak jai batian
komuniok gabe utzizun.
[*Bertso batzuek jartzeko ditut*, 1994, 5.1.g.]

*Pasamos en Alsasua
dos meses sin pan.
El alcalde se habría merecido
que lo quemáramos en el horno.
[Dejó] todo el pueblo sin pan, [pero]
en las festividades tomaba la comunión.
El señor párroco en un día de fiesta
le dejó sin comunión.*

¹²⁰ “(.) ha buscar mas hijos el Pedro nacio el 29 de junio, fuimos a vivir ha Alsasua por no tener tan lejos el trabajo, tercer hijo el 3 de agosto en el 40 seguimos luchando la guerra se termino pero las cosas tambien, tuvimos otro hijo el 26 de Enero 42 creiamos que serian bastantes pero binieron dos mal pero los dos varones y dos nenas parecia que estabamos completo pero nos nacio otro varon el 3 de septiembre de 1947, ya en Alsasua” (*Autobiografia* 1996).

En 1949, el navarro Rafael Zabaleta era el presidente de la *Asociación Nacional de los Productores de Leche* de Uruguay. Durante su mandato se implementaría una de las últimas campañas de inmigración organizada al país sudamericano. Como recogía la prensa del momento, “miembros de la Asociación (..) proyectaron la contratación de artesanos que por aptitudes físicas y por conocimientos de agricultura y lechería, pudiesen ser un aporte importante para el desarrollo de la industria lechera de nuestro país. Fue así que se optó por el elemento vasco, artesano aventajado en estos menesteres”¹²¹. Al estereotipo que hace del vasco, en el Río de la Plata, un avezado especialista en la industria lechera, se unían los lazos familiares que unían a muchos miembros de la Asociación con familias en el País Vasco que, como los Argiñarena, se hallaban pasando momentos de gran penuria en el contexto de la posguerra europea. De este modo, el propio Zabaleta actuaría de mediador en la recluta de familias vascas que desearan acogerse al ofrecimiento:

Esku indarraren beharrean, Euskal Herrira jo zuen Rafael Zabaletak Uruguaira lan egiteko gizonezko eta emakumezko proposen bila. Hilabete eskasa egin ondoren, Nafarroan bildu zituen 62 emakumezko eta gizonezko Uruguaira lanean joateko prest. Kontratuaren arabera, bi urteko epea *Asociación Nacional de Productores de Leche* erakunde-ko zenbait kideen etxaldeetan edo abeltegietan lanean eman ondoren, estatuaren eskutik naziotasuna eta etxea lortuz, Uruguain aurretik erabakitako soldatarekin lanean geratzeko eskaintzen zieten¹²². (IRUJO AMEZAGA, 2005, p. 201)

Entre los 62 emigrantes¹²³ se hallaban el matrimonio Argiñarena-Biurrun, quienes de este modo daban un cambio radical a su vida. De hecho, algo más de un tercio de todas las composiciones poéticas (52 en total) se centran total o parcialmente en la descripción de los momentos de la decisión, la partida, el viaje y la primera instalación en Uruguay. Muchas de

¹²¹ “62 inmigrantes vascos”, *El Plata*, Montevideo, 22.12.1949.

¹²² “Necesitados de mano de obra, Rafael Zabaleta se dirigió al País Vasco en busca de hombres y mujeres para trabajar en Uruguay. Apenas un mes después ya había reunido 62 personas dispuestas a emigrar. De acuerdo con el contrato, tras trabajar un periodo de dos años en las explotaciones de miembros de la *Asociación Nacional de Productores de Leche*, una vez conseguida la nacionalidad y un lugar para vivir, se les ofrecía la posibilidad de seguir en el mismo trabajo con similar sueldo o iniciar su propia vida”.

¹²³ También hay información en: “Emigrantes vascos al Uruguay», *Euzko Izpar Banatzea*, París, 677 (1950), p. 3. Y en “Llegaron a nuestra capital 62 inmigrantes vascos», *Euskal Erria*, Montevideo, XXXVIII: 963-964 (1950), p. 40.

estas poesías, compuestas según la propia información proporcionada por el autor desde la década de 1960, repiten en ocasiones estrofas completas, o se centran en los mismos recursos estilísticos y figuras metafóricas para describir estos momentos, en los que la carga afectiva, además, prima en el lado negativo:

Egun tristia izanguendun
despeidatutzian.

Negarra saltatutzentzait
akordatutzian.

Aita suaren onduan
ta arreba guatzian,
iya negarrez gaxuak
kasi urtu ziran.

[*Españian utzia*, 1952, 5.2.e.]

*Tuvimos un día triste
al despedirnos.*

*Me salta el llanto
al acordarme.*

*Mi padre junto al fuego
y mi hermana a su lado,
casi se ahogaron los pobres
en el llanto.*

El viaje en el carguero *Tacoma* – célebre por haber sido protagonista de una conocida batalla en aguas de Montevideo durante la segunda Guerra Mundial – marca un punto de inflexión en las composiciones, separando el dolor de la despedida de la esperanza en los nuevos horizontes.

Oetabost urte dira ingurun
gu onera giñan etorri.

Barku aundi bat *Takoma*
izena giñun onera ekarri.

[*Zure bersuaren bueltak*, 1975, 2.3.ñ.]

*Hace alrededor de veinte años
que vinimos aquí.*

*Nos trajo aquí un barco grande
llamado Tacoma.*

De hecho, el viaje fue notablemente azaroso porque el carguero no hizo directamente la ruta desde España a Uruguay, sino que pasó antes por el puerto de Saint John's, en Canadá, donde debía dejar un cargamento de patatas y lino. Tardarían de este modo más de dos meses en desembarcar en el puerto de Montevideo, como recordaba el propio Argiñarena en una de sus autobiografías en prosa:

Llegamos al amanecer y los tripulantes nos señalaban Carrasco y esto y aquello. Esa madrugada heló, hizo un frío enorme. Luego salimos camionando del puerto, hacia la Plaza Independencia, a la casa donde estaba Zubiría. Unas niñas que venían con nosotros le obsequiaron

unos ramilletes de flores. Fotos de esas que sacaron entonces, habrá por ahí y ahí fue que nos dijo que plantáramos un Gernika cada uno. Muchos no habrán entendido que quiso decir. Pero yo, que estuve allí, sí entendí. (MAYTIA, IRIGOYEN ARTETXE, 1994, p. 17)

El recibimiento en el puerto, de hecho, además de haber contado con un gran despliegue oficial – con la asistencia de un miembro del gobierno uruguayo, el ministro de Agricultura Alberto Zubiria, él mismo de origen familiar vasco –, tuvo además un marcado carácter étnico dado que la expedición fue luego conducida al centro vasco Euskal Erria, de la misma capital uruguaya, donde les hicieron un almuerzo de honor por encargo de la Asociación. Las referencias a la idea de que los nuevos inmigrantes plantaran cada uno un árbol de Gernika – es decir, echaran raíces en Uruguay – fueron pronunciadas precisamente por el director de la entidad asociativa vasca, Rodolfo Gorriti. Inmediatamente, se procedió al reparto de los expedicionarios entre los patrones que los habían contratado:

Contratados por Alejandro Bonilla: Ignacio Arguiñarena Ochotorena; Aleja Biurrun de Arguiñarena; Fermín, Pedro, Ramona, María Lourdes y Jesús Arguiñarena Biurrun¹²⁴.

El experimento, sin embargo, no funcionó en la medida esperada. “Zabaleta metió gato por liebre, al formar el grupo ya que algunos venían con experiencia, pero otros muchos no” (FERNÁNDEZ, MAYTIA, 2003), entre ellos el propio Arguiñarena. Como señalan Maytía y Fernández:

Fueron muy pocos realmente los que quedaron trabajando en los tambos próximos a Montevideo, otros, permanecieron en Uruguay pero se radicaron en la capital con otros oficios y muchos, frustrados con la experiencia, volvieron a su tierra. Algunos de aquellos que quedaron instalados con tambos propios han regresado a Navarra en los últimos años, aunque han quedado descendientes radicados acá.

Dado que el éxito logrado fue inferior al esperado, un segundo viaje programado no llegó a concretarse (FERNÁNDEZ, MAYTIA, 2003).

¹²⁴ Archivo de CONAPROLE, Montevideo. Lista de repartición de los lecheros inmigrantes vascos llegados en diciembre de 1949.

Esfuerzos, amarguras y recompensas de la emigración

Las primeras impresiones, en todo caso, no fueron halagüeñas. El mismo nombre de su localidad de destino, Isla Mala, no propiciaba sueños de riqueza precisamente. La soledad, el espacio inmenso y la escasez inicial de recursos, quedaron así plasmadas en las primeras composiciones poéticas de Argiñarena en Uruguay, que remitiera en 1950 por carta a su familia:

Amerikara etorri eta
emengu nola gabiltzan,
Lana fuere eginbiarra
orko pobriaren gisan.
Egumbatian pensatudegun
gu onera etorzia,
Gure nazio maitagarria
alde batera utzia.
Izangozala lana gutxikin
aundia irabazia,
Arrekin erraz erositzeko
gure janata janzia.
Gezurrik ezdet batere esanai
egiak dauzkat bastante,
Pensatuezkeroz ezgenduen aisa
gu onera etorri arte.
Egun askotan ezdegu izan
negarra oso aparte,
triste egunak pasatzeitugu
bat oroitzendanarte.
[Bertso berriak jartzera noa, 1950, 5.1.1]

*Hemos llegado a América y
aquí va cómo andamos,
hay que trabajar fuerte
como los pobres de allí.
Pensamos un día
en venir aquí,
abandonando
nuestra adorable nación.
Que sería con poco trabajo
grande la ganancia,
con ella compraríamos fácilmente
nuestra comida y ropa.
No quiero decir ninguna mentira
con las verdades tengo suficiente,
pensándolo bien no lo teníamos fácil
hasta que vinimos aquí.
Muchos días no hemos tenido
el llanto alejado,
pasamos días tristes
por el recuerdo.*

Los inicios duros, sin embargo, se fueron encarrilando con el tiempo. A los seis años de su llegada, los Argiñarena habían ahorrado ya lo suficiente para comprar su propio tambo¹²⁵, siendo el inicio de una relativa prosperidad que los llevaría a hacerse con un interesante patrimonio:

¹²⁵ *Autobiografía 1986*. “Los hijos eran chicos todavía, para ganar era yo solo, y me empezó a pagar, 80 pesos al mes, con comida, hoy parece una risa pero, pero eran 33,33 dolar, y que hoy ganan 62,20 dolar casi doble pero las cosas valen mucho más que entonces, así estuvimos con ese patron, luego la Sra. empezó a cocinar y a mí me puso de encargado del personal, y los hijos ya empezaron a ayudar, a los 6 años me bendió el tambo, para ir pagando en 8 años, nos quedamos solos, la familia, ordeñábamos las vacas, tarde y de mañana, a los 5 años teníamos pagado, y compramos otro tambo cerca del nuestro”.

Beste bi tambo eosi nitun
 ue pagatu eta gero.
 Fameliakin lan eguiñaz
 pagatu guendun aguro.
 Ori orrela eiteko batek
 pasa bear amaika bero.
 Urteak ola pasa nituen
 baña ondo bizi naiz guero.
 [Nere anaya bertso berri bat, 1986, 5.1.w.]

*Compré otros dos tambos
 tras pagar el primero.
 Trabajando con la familia
 lo pagamos rápidamente.
 Uno tiene que pasar muchos esfuerzos
 para hacer eso así.
 Así pasaron los años
 pero desde entonces vivo bien.*

Sin embargo, la recompensa económica se vería empañada por sendas tragedias familiares. La primera llegó por la parte política, cuando en 1971 un golpe de estado militar en Uruguay desencadenó una persecución contra los grupos de ideología izquierdista, especialmente los tupamaros. Fue entonces cuando descubrió, en medio de la represión y las desapariciones, que uno de sus hijos, Jesús, estaba en el punto de mira de los militares.

Jesus, segio [sic] estudio, y estaba en el cuarto de arquitectura, parece que en aquel tiempo los politicos, no andaban mui de acuerdo entre ellos, el gobierno, pus [sic] este parece que tomo parte, en la cedicion, y dio golpe Militar, y estos cayeron prisioneros, otro momento malo de mi vida fue ese, el trabajo nunca me asusto como esas cosas, por las consecuencias pasamos con el hijo guardado en 14 años tubimos que estar. (*Autobiografia 1986*)

Los versos recuerdan el fuerte impacto que supuso este hecho, que casi llevó a la familia a cancelar su aventura migratoria y regresar:

Orrelakorik eznun pentsatzen
 emen nik ikusterik.
 Kampo jendia triste dabilta
 ta danak daude arriturik.
 Ta gerra bertan zer egingo dun
 iñork eztaki oraindik.
 Semia libre emango balit
 aldeingo nuke emendik.
 [Neure anaya bertso berri bat, 1982, 5.3.t.]

*Nunca pensaba que veía
 algo así aquí.
 La gente del campo anda triste
 y todos están asombrados.
 Y nadie sabe todavía
 si esto acabará en guerra.
 Si me dieran libre a mi hijo
 me marcharía de aquí.*

Se sumó a esto el fallecimiento en accidente de otro hijo, Pedro, en marzo de 1975. Los planes de regreso se comenzaron a concretar ocho años más tarde, cuando Jesús era liberado pero expulsado del país por su origen español. Para entonces Ignazio Argiñarena ya había vendido en remate público todas sus tierras en Isla Mala. Sin embargo, al final, en la lucha entre el pasado y el futuro, representados respectivamente por su tierra natal de Errazkin y su patria de adopción en Uruguay, acabaría por decantarse hacia esta última, a pesar de que su visión del país seguía lastrado por los acontecimientos que le habían marcado:

Ez guera gaizki bizi
Jaunari graciak,
bañan gu bezela ezdaude
oraindik guziak.
Orain bialtzen ditugu
militar guziak,
charrak utzi dizkigute
eraindakoz aziak.

[*Estimatzen dizut*, 1985, 5.1.r.]

*No vivimos mal
gracias al Señor,
pero no están todavía
todos como nosotros.
Ahora echamos
a todos los militares,
los malos nos han dejado
plantadas las semillas.*

A su regreso a Uruguay, Ignazio se integraría de un modo más activo en la colectividad vasca de Montevideo, participando con sus versos en las actividades de las nuevas casas vascas que se iban creando a lo largo del país. En 1993 asistiría a la Semana Vasca en Mar del Plata, Argentina, donde daría una exposición pública de sus versos, que al final consideraría – junto con su descendencia familiar – la mayor obra realizada en su vida.

Bibliografía

- ÁLVAREZ GILA, Óscar; IRIGOYEN ARTETXE, Alberto, 2007 – *Isla Malako Haritza. Ignazio Argiñarena Otsotorena bertsolariaren bizitza eta lanak (1909-1997)*. Bilbao, Labayru Ikastegia – Amorebieta-Etxanoko Udala.
- EGaña, Andoni; GARZIA, Joxerra; SARASUA, Jon (eds.), 2001 – *The Art of Bertsolarism. Improvised Basque Singing*. San Sebastián-Donostia: Bertsozale Elkarte.
- FERNÁNDEZ, Renée; MAYTIA, Danilo, 2003 – 1949: Brazos vascos para ambos uruguayos. *Euskonews*, 194. Disponible en: <http://www.euskonews.eus/zbk/194/1949-brazos-vascos-para-tambos-uruguayos/ar-0194015002C/>
- IRIGOYEN ARTETXE, Alberto; ÁLVAREZ GILA, Óscar, 2004 – De la influencia de la diáspora nacionalista en un requeté navarro o la historia de un bertsolari que

- le cantaba a sus vacas. Ignacio Arguiñarena (1909-1997). *Litterae Vasconicae. Euskeraren Iker Atalak*, 9, p. 155-186.
- IRUJO AMEZAGA, Xabier, 2005 – *Euskal erbeste politikoa Uruguain, 1943-1955*. Oñati: IVAP.
- MAYTIA, Danilo; IRIGOYEN ARTETXE, Alberto, 1994 – El tambo como alternativa de vida. *La Revista de los Vascos. Haize Hegoa*, 5, p. 13-19.

O Vulcão depois do vulcão: o mistério que gerou futuros em destinos longínquos

Carlos Lobão¹²⁶

Lá vai 1958, [...]. Para a Terra Faialense foi um ano pouco feliz, um ano de ansiedades, martírios, sacrifícios, derrocadas na Natureza e na alma desta gente sinistrada e ao mesmo tempo forte perante o infortúnio. Ano triste de recordações. Ano que a História das Ilhas registará com lágrimas, grandeza de ânimo e as mais concludentes provas de solidariedade humana (“Ano Novo”, O Telégrafo, 1.1.1959, p. 1).

Do vulcão há de ficar sobretudo a lembrança das imponentes manifestações e das más horas vividas, lembrança que o povo transmitirá às gerações futuras em narrativas feitas ao serão nas noites longas e frias de inverno (“A Erupção dos Capelinhos está realmente acabada...”, O Telégrafo, 1.1.1959, p. 1, 4).

Sismos e vulcões foram e são uma presença constante da vivência insular e açoriana, o que levou o faialense Ernesto Rebelo a referir, em 1882, que o açoriano é aquele “que nasceu entre rudes crateras, / ainda quentes de extintos vulcões” (LOBÃO, 1989, p. 35-37).

Corria o ano de 1957, quando a vinte e sete dias andados do mês de setembro, sexta-feira, entre as sete e as oito horas da manhã, depois de uma série de mais de duzentos abalos premonitórios, se iniciou uma erupção submarina, a cerca de um quilómetro, aproximadamente, do Farol dos Capelinhos, na costa oeste da ilha do Faial, junto aos ilhéus com o mesmo nome, na freguesia do Capelo¹²⁷, “expelindo, por vezes, escórias e fumos”¹²⁸, e que seria considerado o maior espetáculo da natureza vivido no século XX nos Açores.

¹²⁶ ESMA/CHAM – Centro de HUMANIDADES.

¹²⁷ A atividade vulcânica foi caracterizada por duas fases diferentes: a submarina, explosões de grande violência, com emissão de jatos de cinzas e colunas de vapor de água e outros gases; a partir de meados de maio do ano de 1958, o comportamento do vulcão alterou-se, entrando-se na fase subaérea, projeção de piroclastos e emissão de correntes de lava. Na sequência do material emitido, a ilha do Faial “aumentaria” 2,4 Km².

¹²⁸ “Rebentou hoje um vulcão próximo do Farol dos Capelinhos”, *Correio da Horta*, 27.9.1957 (7557), p. 1.

Os dois jornais faialenses – *O Telégrafo*¹²⁹ e *Correio da Horta*¹³⁰ – utilizaram o verbo “rebentar”, dando assim ao acontecimento uma carga de alarme, como que préanunciando o que viria a acontecer. Registe-se ainda o extraordinário contributo dos mesmos diários faialenses para o seu conhecimento, porque durante cerca de treze meses acompanharam o dia a dia do vulcão, dando particular ênfase a tudo o que à volta dele se fez, se disse e se escreveu.

Dizem as fontes, que o impacte do vulcão que rebentava, “assim sem mais nem menos”, usando a expressão popular, levaria as populações das diferentes freguesias da ilha do Faial, na sua maioria gente rude e analfabeta, mas de grande sensibilidade humana e religiosa, a tentar, como já acontecera no passado em idênticas circunstâncias – 1672¹³¹ e 1718 (LOBÃO, 2019) –, através de procissões e de sentidas preces junto do Costado da Nau, perante o que parecia ser o fim do mundo, que “Céu” fosse capaz de apaziguar, de resolver aquilo que a “mão humana” não era capaz, como nos testemunhou Conceição Silva, da freguesia dos Cedros, em 1998: “Um dia após o vulcão ter rebentado, foi organizada uma peregrinação até aos Capelinhos, *pedindo* as pessoas a Deus que não houvesse outra erupção” (LOBÃO, 1999, p. 94). Ou seja, o medo tomou conta de uma população que “entendia” que a solução para o fenómeno eruptivo residia na proteção e na misericórdia divinas: “Nós estamos aqui, famintos e desesperados, apenas nas mãos de Deus” (MARCOS, 2008a, p. 45).

Cerca de 13 meses depois, a 25 de outubro do ano de 1958, a paz e o silêncio voltariam àquele local recôndito da ilha do Faial, ou seja, se o dia 25 assinala o início da acalmia vulcânica, na tarde do dia 24, sexta-feira, foi vista pela última vez “a emissão de blocos incandescentes que saíam pela chaminé principal” (MACHADO, 1959b, p. 156).

¹²⁹ “Horas de Ansiedade. No mar, a 100 metros dos Capelinhos rebentou ontem um vulcão submarino”, *O Telégrafo*, 28.9.1957 (17 351), p. 1.

¹³⁰ “Rebentou hoje um vulcão próximo do Farol dos Capelinhos”, *Correio da Horta*, 27.9.1957 (7557), p.1.

¹³¹ A 24 de abril de 1672, deflagrou no Cabeço Rilha de Boi, situado entre as freguesias do Capelo e da Praia do Norte, um vulcão que provocou grande destruição, ficando a população reduzida à miséria. Realidade que explicaria, por um lado, que a Câmara da Horta pelo auto de 18 de maio do mesmo, estabelecesse o voto do Pentecostes ou do Império de Reconhecimento e Beneficência, ao declarar o Espírito Santo Padroeiro da ilha do Faial, e a realização de uma festa no domingo de Pentecostes, enquanto o mundo durar, à custa da mesma Câmara; e, por outro, a saída de 50 casais faialenses para o Maranhão, Brasil, gente da zona atingida, num total de 234 pessoas, a bordo da fragata *Nossa Senhora da Palma e São Rafael*, a 18 de agosto de 1675. O primeiro fluxo migratório faialense.

O Vulcão dos Capelinhos não provocou vítimas, mas deixou um rasto evidente de destruição de casas e terras de cultivo e originou um significativo movimento emigratório para os Estados Unidos da América.

Por isso, o Seminário Internacional *Estudos de I(E)migração Ibérica: Práticas Associativas e Turismo de Raízes* possibilitou-nos o ensejo de salientar, embora numa primeira aproximação, como é que pessoas simples, deixando a ilha do Faial, foram capazes de contribuir para uma intervenção entre um centro, a América, e um local periférico, a ilha de origem. Isto é, pretendemos estabelecer uma ponte entre a História Universal e a particularidade de uma realidade histórica local, dando visibilidade ao que chamamos *A Geração do Vulcão*, constituída por 4 874 pessoas que, independentemente da idade, foram envolvidas num mesmo processo de relação ou de relevância histórica e cronológica: um Vulcão (dos Capelinhos) e a iniciativa de alguns homens que estaria na origem dos *Azorean Refugee Acts*, respetivamente, de 1958 e de 1960, responsáveis por uma nova esperança de vida.

É importante fazer notar que o movimento emigratório faialense foi o fator responsável pela diminuição do número de habitantes em todas as freguesias do concelho da Horta se tivermos em atenção os censos realizados entre 1864 e 2011. Entre estas duas datas a ilha do Faial perdeu 11 221 habitantes, ou seja, passou de 26 259, em 1864, para 15 038, em 2011, como se pode ver no quadro n.º 1.

Quadro n.º 1
A população no concelho da Horta entre 1864 e 2011

Censo/ano	Total Ilha	Freguesia mais populosa da ilha do Faial
1864	26 259	Cedros
1878	25 084	Cedros
1890	23 486	Cedros
1900	22 075	Cedros
1911	20 214	Cedros
1920	18 917	Cedros
1930	21 510	Matriz
1940	23 280	Matriz
1950	23 923	Matriz
1960	20 281	Angústias
1970	17 068	Matriz
1981	15 489	Matriz
1991	14 920	Angústias
2001	15 063	Angústias
2011	14 994	Matriz
2021	14 356	Matriz

Fontes: PORTUGAL, *Censos de 1864 a 2021*; DREPA, *Aspetos Demográficos dos Açores - 78*, Angra do Heroísmo, DREPA, 1981.

Qualquer investigador antes de iniciar o seu trabalho deve ter em atenção o que já pode ter sido feito. Deste modo, necessita de fazer o levantamento da bibliografia relacionada com o tema, particularmente os estudos – obras de síntese e de investigação –, isto é, aqueles que lhe poderão servir de base, “de pano de fundo”, de reflexão. Só assim é que o novo trabalho pode acrescentar algo ao que já se sabe.

Assim, antes de mais, para o estudo em apreço, o contributo dos dois diários faialenses *O Telégrafo* e *Correio da Horta*, cujos relatos apesar de divergirem um pouco nos pormenores, convergem nos aspetos essenciais; seguidamente, os estudos que gradualmente foram saindo, num total de trinta e nove, e que se encontram incluídos na obra *Vulcão dos Capelinhos – Memórias 1957-2007* (2007); a tese de licenciatura *Aspectos da Emigração Açoriana*, de Manuela de Lemos Monteiro de Freitas (1958), em que borda “etapas” da emigração faialense para o Brasil, Estados Unidos e Canadá; *Impacto demográfico da erupção vulcânica dos Capelinhos*, de Ricardo Madruga da Costa (1997), publicado no livro de Atas *o Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX* (1998), em que o autor caracteriza, a partir da análise dos *Livros de Passaporte do Governo Civil do distrito da Horta*, a emigração faialense no ano de 1959; e o livro *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*, de Luís Mendonça e José Ávila (2002), pela visão de conjunto sobre a história da emigração açoriana, em particular os “ciclos emigratórios” que apresentam especificidades próprias.

Depois, no contexto das comemorações dos 50 anos do Vulcão dos Capelinhos (2007), registamos os estudos de Gilberta Rocha, “A População da Ilha do Faial no contexto Açoriano - 1950-1970”, publicado no *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* (2007), pelas referências à volta das modificações demográficas na ilha do Faial ocorridas em finais da década de cinquenta e inícios da sessenta do século XX; e *A Erupção dos Capelinhos: janela de oportunidade para a Emigração Açoriana*, de Daniel Marcos (edição bilingue, 2008), pelas referências em torno da importância e do impacto para os faialenses dos *Azorean Refugee Act* de 1958 e 1960 e das políticas americanas de imigração, numa investigação que assenta na consulta de fontes oficiais e jornalísticas existentes em vários os arquivos nacionais (Lisboa e Horta) e americanos (Providence, Boston e Washington, DC); e *Capelinhos: As Sinergias de um Vulcão Emigração - Emigração Açoriana para a América*, coordenado por Tony Goulart, e editado pelo “Portuguese Heritage” (edição bilingue, 2007), pelas diferentes perspetivas em torno das incidências dramáticas provocadas pela erupção dos Capelinhos e a corrente migratória que, dele, de-

correu; finalmente, o nosso estudo de 2009, *A Geração do Vulcão*¹³², cuja investigação se centrou nos seguintes objetivos: esclarecer o processo político e administrativo que condicionou o surto emigratório decorrente do Vulcão dos Capelinhos; constituir uma base de dados com os registos biográficos constantes dos processos de passaporte, como se pode ver no quadro n.º 2; caracterizar a população abrangida pela lei especial americana.

Quadro n.º 2
Informações constantes da Base de Dados

Elementos de identificação por sexos	Nome; Idade; Profissão; Filiação; Estado Civil; Cônjuge; Nacionalidade; Residência; Habilitações Literárias; Destino.
Acompanhantes	Nome; Idade; Habilitações Literárias; Profissão.
Habilitações literárias e profissionais	Profissão; Local de Trabalho; Escolaridade; Línguas.
Condições económicas e sociais	Razões que levam a emigrar? Meios para a deslocação?
Pessoas da família ao seu cargo	Quem fica “atrás” [quando se parte só]?
Auxílio no País de destino	Familiares; Amigos; Desconhecidos. Estado e cidade para onde se dirige(m).
Documentos do processo	Registo Criminal; Certificado de Habilitações; Boletim de Saúde; Passaporte; Licença Militar; Carta de Chamada; Contrato de Trabalho; Termo de Responsabilidade.

Fonte: LOBÃO, 2009, p. 30.

Forçoso é lembrar, ainda, o contributo de *Horta-New Bedford - Cidades por baleia Irmanadas*, de Armando Amaral (2001); *Faialenses Sinistrados pelo Vulcão dos Capelinhos*, dos Amigos do Cedros radicados nos Estados Unidos (2009); *Manuel Goulart, A Nossa Odisseia do Capelo, FaialAçores aos Estados Unidos da América*, de Hélder Oliveira (2009) e *Retalhos da Minha Infância*,

¹³² A investigação assentou na documentação existente no *Fundo do Governo Civil do distrito Autónomo da Horta* à guarda da Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça: *Livros de Passaportes* (números 15, 14, 13, 12, 11 e 16), *Processo de Emigração e Passaportes* – processos coletivos (de família) ou individuais de registos de requisição de passaportes (em ambos os casos apresentam as informações respeitantes não só sobre os titulares dos passaportes como dos acompanhantes ou dos familiares que ficam nas ilhas) – e *Correspondência Recebida e Expedida pelo mesmo Governo Civil*.

de Manuel Fernando Neto (2017), ou seja, livros que atestam a presença faialense na América pós-Capelinhos, e da sua relação com a ilha de origem¹³³.

Por isso, com o título em epígrafe, queremos partilhar um estudo que envolve uma vivência comum, em que as mesmas pessoas convergem nas circunstâncias dramáticas imperativas e na determinação para uma nova esperança de vida, numa organização que pretende, primeiro, narrar de breve os principais eventos sísmicos e eruptivos ocorrido entre 27 de setembro e 24 de outubro de 1958, e o seu impacto no quotidiano das populações; seguidamente, contar a história da emigração decorrente do Vulcão dos Capelinhos, ou seja, relevar a ação dos homens que estão na origem da decisão política nos Estados Unidos que fundamente a concessão de 200 vistos fora das políticas de imigração do País; finalmente, destacar a importância que os Estados Unidos da América teve na vida “destes novos cidadãos”, assim traduzida pelo presidente dos Amigos dos Cedros naquele país de acolhimento, Paulo da Rosa, *Thank You United States of America!* (AMIGOS DOS CEDROS, 2009, p. 3), que “estão sempre ligados à sua e nossa e sua Terra”¹³⁴.

1. O Tempo do Vulcão

Na atualidade, quando se fala no Vulcão dos Capelinhos vem logo à cabeça, talvez pela grande influência que teve em todas as freguesias da ilha do Faial, uma ideia que se tornou recorrente pela sua importância: a emigração para os Estados Unidos da América, mas que em nosso entender acabaria por “desvalorizar” o que foi esse tempo do vulcão, sintetizado na frase o *Ano do Vulcão* – 27 de setembro de 1957 a 25 de outubro de 1958. Ou seja, para lá do surto emigratório para os Estados Unidos, existem, em nosso entender, três momentos de grande importância que marcaram os treze meses de

¹³³ Em 1962, verificamos que o jornal *O Telégrafo*, com início a 20 de outubro, dava início à publicação de “Cartas dos Estados Unidos. A Colônia Portuguesa de New Bedford”, da autoria de José Narciso Sarmiento e João Miguel da Silva (sinistrado, solteiro, 49 anos, natural da freguesia da Matriz e residente em Castelo Branco, abrangido pela lei especial americana). Na apresentação pode ler-se: “José Narciso Sarmiento e João Miguel da Silva – dois faialenses sempre tão amigos da sua Terra – pedem à redação de *O Telégrafo* para que sejam publicados, num cantinho das colunas do seu mui lido e conceituado jornal, as informações da vida social e desportiva desta colônia, [...], pois nelas figurará o relato da vida de centenas de faialenses”. Num pequeno apontamento da *N. R.* escrevia-se a propósito: “Iniciando a publicação destas correspondências, a nós é que nos compete agradecer aos Srs. José Narciso Sarmiento e João Miguel da Silva, terem-se lembrado de *O Telégrafo*, pois este jornal interessa-lhe noticiar o viver dos faialenses que tendo emigrado em busca de um nível de vida melhor estão sempre ligados à sua e nossa Terra”, *O Telégrafo*, 20.10.1962 (18 882), p. 4-3. A primeira (grande) notícia é sobre o *Clube União Faialense*.

¹³⁴ *O Telégrafo*, 20.10.1962 (18 882), p. 4-3.

sobressaltos vividos pelas populações, que alteraram a fisionomia da ilha, destruindo habitações e terrenos mais próximos.

O seu carácter mediático

De forma sistemática foi relatado, cartografado, retratado¹³⁵, filmado e pintado¹³⁶. Tinha estrada e telefone privativos e pontos de observação seguros¹³⁷. Cientistas¹³⁸ e muito povo anónimo viram-no nascer e adormecer. A R.T.P. começara as emissões regulares a sete de março do mesmo ano de 1957. Foi a sua segunda reportagem exterior¹³⁹, depois da primeira, a visita ao Brasil de Craveiro Lopes, iniciada a quatro de junho do mesmo ano.

¹³⁵ Registam-se, entre outros, os nomes de Ilda Rebelo, Luís Carlos Decq Mota, Hermano Sousa, da Foto Jassil, João Fraga, da Foto Jovial, José Medeiros, Tomás Pacheco, Frederico Machado, António Castelo Branco, Fernando Moutinho de Almeida, Chaby Lara e Gérard Géry, *Paris Match*.

¹³⁶ “A fim de estudar a espetacular erupção vulcânica dos Capelinhos encontra-se na nossa ilha o nosso conterrâneo Rogério Silva que no meio açoriano está a destacar-se como pintor de apreciáveis méritos”, “Pintor Rogério Silva [1929-2006]”, *O Telégrafo*, 16.10.1957 (17 366), p. 1. É autor do quadro *Vulcão dos Capelinhos, Faial*, 1957. Constitui hoje propriedade da Fundação *Mater Dei*.

¹³⁷ Sobre o assunto, escreveu Vítor Hugo Forjaz: “O Vulcão dos Capelinhos, como repetidamente se tem escrito, surgiu em condições excecionalmente favoráveis às observações vulcanológicas, ou seja, muito próximo duma costa (consequentemente fácil de fotografar), junto a um farol (portanto com áreas de apoio incomparavelmente melhores do que navios e aeronave) e num território onde existiam estruturas organizadas tais como serviços topográficos, meteorológicos, sismológicos, etc., além de um pequeno grupo de técnicos dirigidos com excelente capacidade e investigação científica (o Eng. Frederico Machado). Desse modo, Capelinhos forneceu à comunidade geológica elementos não só de rara beleza, mas também de incalculável valor técnico-científico; por outro lado, crescendo ao longo de 13 meses [...] permitiu estudar uma evolução complexa que constituiu uma excecional contribuição das ciências geológicas portuguesas” (FORJAZ, 2007, p. 821).

¹³⁸ A erupção seria observada e estudada por diferentes individualidades: Missão do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Alta Cultura (chegou à ilha do Faial a cinco de outubro de 1957): Orlando Ribeiro, Raquel Soeiro Brito, J. Lucas, António Ribeiro e Salvador Fernandes; Missão dos Serviços Geológicos: António Castelo Branco (diretor dos Serviços Geológicos de Portugal (chegou à Horta a 20 de outubro de 1957), George Zbyszewski, Octávio da Veiga Ferreira, António Rodrigues e Fernando Moutinho de Almeida; Serviço Meteorológico Nacional: José Agostinho (chefe do Serviço Regional dos Açores. Logo no dia em que se iniciou a erupção sobrevoou a zona, a bordo de um avião anfíbio da base das Lajes, ilha Terceira), Júlio Diogo Soromenho Quintino e M. Bernardo Almada; Levantamentos Topográficos: Frederico Machado, João Nascimento e A. F. Dinis, todos das Obras Públicas do distrito da Horta. A erupção seria também estudada pelo geólogo belga Haroun Tazieff, por William Mac Guinness e Roger Zaunere, ambos do *Lamont Geological Observatory*, da Universidade de Columbia (Nova Iorque) e por John Scofield e Robert Sisson da *National Geographic Society* (americana), (MACHADO, Volume II, 1958, p. 225-236; LOBÃO, 2008, p. 22-27). A título de exemplo, a Missão Geológica da Direção Geral de Minas, chefiada pelo Eng. Castelo Branco, tinha como objetivos: “Estudar a geologia da parte ocidental da ilha do Faial e elaborar uma carta geológica à escala de 1/25 000; Observar a erupção do Vulcão dos Capelinhos” (LOBÃO, 2008, p. 26). Sobre Haroun Tazieff, veja-se “Um vulcanólogo e um jornalista nos Capelinhos. Tazieff falou com J. Alves, do *Correio da Horta*”, *Correio da Horta*, 21.6.1958 (7776), p. 1, 4. A sua presença na ilha do Faial, seria apoiada pelo da Governo francês, com o objetivo de realizar uma reportagem para a *Union General Cinématographique* (UGECIEN ou UGC. Criada em 1946).

¹³⁹ Estiveram na Horta para cobrir o acontecimento Vasco Teves, jornalista, e Carlos Alexandre Tudela, operador de câmara.

Isto significa que o Vulcão dos Capelinhos lhe permitiu momentos de glória, ainda hoje famosos na recordação de quem viu e de valor inestimável nos arquivos a preto e branco. Disputou com o *Sputnik russo*, este lançado, a quatro de outubro¹⁴⁰, uma semana depois da sua aparição, o destaque dos jornais de Lisboa (SÁ, 2008, p.XIII). Nesta conformidade, é importante fazer notar a presença de jornalistas na ilha do Faial dos jornais continentais *Diário de Notícias* (José Ilharco), *Diário Ilustrado* (Saraiva Mendes) e *Diário Popular* (Urbano Carrasco) e do jornal angrense (ilha Terceira) *A União* (Pe. Coelho de Sousa) e da revista francesa *Paris Match* (Gérard Gély¹⁴¹). Da ilha Terceira, ainda, o *Rádio Clube de Angra*, que instalou um emissor na região dos Capelinhos, cujas transmissões estavam a cargo do locutor João Ávila. Finalmente, a par de outras notícias, as páginas dos dois jornais locais, como já se referiu, que constituem o que podemos chamar “o diário da erupção”.

Esta presença de jornalistas continentais no Faial para cobrir o acontecimento, daria azo a um episódio intitulado: “Foi hasteada na 5.^a ilha do distrito a Bandeira Nacional”. Assim, no dia 12 de outubro de 1957, sábado, duas expedições com o objetivo de quem seria a primeira a reclamar “a posse” da *Ilha Nova* ou do *Espírito Santo* como chegou a ser conhecida, uma constituída por Urbano Carrasco e Carlos Tudela e outra por Carlos Raulino Peixoto, Milton Vaz e Manuel Duarte (faialenses) e José Ilharco, desembarcaram na mesma, sem se preocuparem com os riscos a que se expunham:

Entretanto, o Urbano galgava a extensa praia, seguido por Tudela. O primeiro empunhava a bandeira nacional¹⁴² que ficou a flutuar, fincada na ilhota. A equipa de Carlos Peixoto não dispunha de bandeira, mas lá deixou uma camisa verde de nylon desfraldada¹⁴³.

¹⁴⁰ Sobre o assunto, veja-se “Satélite Artificial”, *O Telégrafo*, 6.10.1957 (17 358), p. 1; 10.10.1957 (17 361), p. 1. Nesta edição do jornal faialense, pode ler-se: “Em todo o Mundo continua a despertar o mais vivo interesse científico e curiosidade das multidões o `satélite artificial` lançado pelos russos”.

¹⁴¹ Sobre o assunto, veja-se, *Paris Match*, 26.10.1957 (446); “Gérard Gély, enviado da *Paris Match*, Fotografou o Interior da Cratera do Vulcão dos Capelinhos”, *O Telégrafo*, 15.10.1957 (17 365), p. 1. No mesmo jornal escreveu, entre outras coisas, depois de ter fotografado a cratera do Vulcão dos Capelinhos, o que aconteceu no dia 14 de outubro, segunda-feira, tendo por companhia os faialenses Carlos Peixoto e Manuel Duarte e Saraiva Mendes: “Et ces minutes resteront parmi les plus belles de ma vie”, “Para a História do Vulcão dos Capelinhos”, *O Telégrafo*, 18.10.1957 (17 368), p. 1, 4.

¹⁴² Encontra-se no Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos.

¹⁴³ Insula, “Na 5.º Ilha do Distrito flutuou sábado uma bandeira nacional. Uma pequena odisseia em que participaram faialenses e continentais”, *Correio da Horta*, 15.10.1957 (7572), p. 1-2. Na reportagem pode ler-se: “Fui a primeira pessoa a saltar na ilha” (Urbano Carrasco); “Não tenho dúvidas de que fui o primeiro a contatar com a nova ilha” (Carlos Peixoto). Sobre o assunto, veja-se “O Vulcão dos Capelinhos. A primeira `abordagem` à `Ilha Nova`. Como a viveu o jornalista Urbano Carrasco”, *O Telégrafo*, 15.10.1957 (17 365), p. 1, 4; “A primeira `abordagem` à `Ilha Nova`. Fala Carlos Peixoto”, *O Telégrafo*, 16.10.1957 (17 366), p. 1, 4. No domingo, 20 de outubro, a ilha seria novamente visitada, tendo o professor Orlando Ribeiro subido à cratera. Foi acompanhado por Salvador

Os eventos ocorridos na noite de seis para sete de outubro de 1957

No rescaldo dos acontecimentos de seis para sete de outubro, grande queda de cinzas e deslocamento das populações dos lugares do Canto e Norte Pequeno, e para que, de futuro, as autoridades não estivessem desprevenidas ou fossem apanhadas de surpresa, realizou-se logo na manhã do dia sete uma reunião promovida pelo primeiro magistrado do distrito, Dr. Freitas Pimentel, em que estiveram presentes as autoridades civis, políticas e militares locais, uma vez que as circunstâncias exigiam respostas para as seguintes questões:

Como alojar as populações?

Como reparar as vias de comunicação danificadas?

Como proteger a estabilidade das habitações?

Como alimentar os gados?

Como conseguir atividade para as pessoas que tinham sido despojadas das suas parcelas de terreno?

Da reunião, destacamos três conclusões:

1.^a A necessidade de se organizar um plano de intervenção e de socorro.

2.^a A funcionalidade do plano só seria viável se fossem criadas comissões constituídas pelas entidades presentes.

3.^a As comissões criadas, como se pode ver no quadro 3, de forma a garantir celeridade e eficiência na resolução dos problemas, ficariam na dependência direta do governador civil¹⁴⁴.

Fernandes e pelos faialenses Eduíno Labescat, Carlos Peixoto e Manuel Duarte, “O Vulcão dos Capelinhos. O professor Orlando Ribeiro esteve ontem na `Ilha Nova`”, *Correio da Horta*, 21.10.1957 (7577), p. 1-2.

¹⁴⁴ Sobre as reuniões promovidas pelo governador civil entre sete de outubro e sete de novembro de 1957, veja-se LOBÃO, 1999, p. 65-74.

Quadro n.º 3
Comissões de apoio aos sinistrados

Comissão	Entidades componentes	Nome
Transportes	Presidente da Câmara Diretor da Obras Públicas Comandante da B.I.D.C. n.º 1	Dr. Sebastião Goulart Eng. Frederico Machado Capitão Carlos Teixeira
Assistência (Alojamento e Alimentação)	Comandante da Defesa Civil do Território Delegação da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores	Capitão Monteiro de Freitas Humberto de Sousa
Assistência Pecuária	Presidente substituto da Junta Geral	Dr. Lacerda Forjaz

Fonte: LOBÃO, 2008, p. 65-66.

Das atividades desenvolvidas e dos apoios concedidos, salienta-se a realização de um inquérito sobre as condições financeiras das famílias deslocadas de forma a saber quais as que podiam dispensar o apoio do Estado; a exportação dos gados das zonas sinistradas; a assistência às colheitas de milho, uva e batata-doce nas zonas abandonadas; a limpeza e a desobstrução de estradas; a distribuição pelas escolas da ilha das crianças desalojadas; a garantia de trabalho às populações deslocadas com a abertura de obras autorizadas pelo Estado, algumas delas entendidas como forma de resolver “antigos problemas”, casos do abastecimento de água ao sítio do Canto, da construção do Caminho dos Trupes até ao Cabeço do Trinta e do alargamento do ramal das Termas do Varadouro, todos na freguesia do Capelo. Sobre este assunto, é elucidativo o testemunho que nos foi dado, em 1997, pelo Dr. Luís Decq Mota: “O governador não dava esmolas a ninguém, punha as pessoas a trabalhar para depois lhes pagar. Abriu uma estrada para dar emprego” (LOBÃO, 1999, p. 93).

Registe-se que esta situação viria a desencadear um grande movimento de solidariedade para com as populações das zonas sinistradas.

Os eventos ocorridos na noite de 12 para 13 de maio de 1958

O grau de destruição observável nas freguesias do Capelo, da Praia do Norte e dos Cedros, decorrente dos 460 abalos sísmicos que “sacudiram” a ilha entre as 18 horas do dia 12 e as 14 horas do dia 14 de maio, era assim descrito nas páginas *Correio da Horta*:

O terramoto da noite de 12 para 13 de maio – as povoações da Praia do Norte e Ribeira Funda foram arrasadas totalmente; Areeiro, Cruzeiro e Espalhafatos foram parcialmente destruídos; nos Cedros, todas as casa da Ribeira funda e parte das da Praça e da Rua de Cima sofreram danificações¹⁴⁵.

Este grau de destruição seria corroborado pela Câmara Municipal da Horta, como se pode ler no voto de sentimento aprovado na sua reunião de 21 de maio:

Pela presidência foi proposto um voto de profundo pesar pelos acontecimentos ocorridos em consequência dos fenómenos sísmicos e vulcânicos na noite de doze para treze do corrente mês. Foram tão extensos os prejuízos materiais que justificaram a vinda a esta ilha de Sua Excelência o Senhor ministro das Obras Públicas. As freguesias mais atingidas foram as da Praia do Norte onde todas as edificações foram destruídas, a do Capelo especialmente na Ribeira do Cabo, o lugar da Ribeira Funda da freguesia dos Cedros e o lugar dos Espalhafatos da freguesia da Ribeirinha. Em todas as outras freguesias do concelho houve danos em muitos edifícios, mas sem o carácter de sinistro extenso. Em resultado da destruição de cerca de quinhentas casas, de centenas danificadas e dos muitos danos causados à lavoura pelas cinzas do Vulcão dos Capelinhos a economia faialense sofreu um forte desequilíbrio que levará alguns anos para se recompor. Todavia, se a extensão da catástrofe não foi maior, sobretudo por não ter havido desastres pessoais isso foi devido às rápidas e prontas medidas de emergência tomadas pelo Senhor governador civil do distrito e seus colaboradores¹⁴⁶.

A intensidade e a duração dos sismos provocaram a destruição ou danificaram seriamente 1037 casas, desalojaram 504 famílias e obrigaram ao deslocamento de outras 531, num total de 3023 pessoas (LOBÃO, 2008, p. 48).

Efetivamente, apesar de ser uma época de grandes sustos, também foi de grande solidariedade. As pessoas ajudavam recebendo nas suas casas os

¹⁴⁵ *Correio da Horta*, maio 1958 (7746), p. 1, 4. Esta crise sísmica de grande intensidade durou até finais do mês de junho. Ao todo foram registados 580 abalos de terra.

¹⁴⁶ ACMH, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1956-1958 (98), fl.36-36v.: “Ata de 21 de maio de 1956”.

sinistrados da Praia do Norte: “Eu próprio acolhi em minha casa 21 pessoas durante um mês”, lembra o então presidente da Câmara Municipal da Horta, Dr. Sebastião Goulart; ou então como conta Leonilda Andrade, da Praia do Norte: “Devemos muito às pessoas que nos receberam nas suas casas. Eu fiquei muito tempo fora da Praia. Estive 11 meses na Ribeirinha e 13 nos Cedros”¹⁴⁷ (LOBÃO, 2008, p.81).

O medo e a ansiedade das populações voltariam a aumentar quando, no dia 14 do mesmo mês, se verificou uma erupção freática no centro da Caldeira, com a emissão de cinzas e lavas, o que fez correr a “ideia” de que talvez fosse necessário evacuar a ilha, posição que tinha no governador civil um forte opositor. A este respeito diz Senhorinha Alvernaz, da freguesia dos Cedros: “Caso a ilha fosse evacuada, eu tinha um baú preparado com o necessário para mim e para os meus filhos. Dentro dele tinha banha, farinha de trigo e de milho, ovos, café, açúcar, roupas de criança e toalhas” (LOBÃO, 2008, p.52). No entanto, o fenómeno eruptivo da Caldeira ficou-se por aqui.

A generalização da destruição, por toda a ilha, trouxe ao Faial o Eng. Arantes e Oliveira, ministro das Obras Públicas, que afirmou à imprensa faialense: “Sinto-me honrado em ter sido o membro do Governo escolhido para visitar o Faial nesta difícil situação. Este povo martirizado é verdadeiramente possuidor das mais puras virtudes da raça”¹⁴⁸. Note-se que participou na procissão de Nossa Senhora das Angústias, padroeira da freguesia citadina de igual nome, no dia 18 de maio. Uma devoção que não deixou de se realizar¹⁴⁹.

Além de se inteirar da catástrofe, em reunião tida com as autoridades locais e com os técnicos que o acompanhavam, foram tomadas as medidas que a situação requeria – de emergência, de execução imediata, definitivas e outras a realizar a longo prazo.

Apesar de um cenário de destruição, não se verificaram vítimas mortais uma vez que o governador civil, Dr. Freitas Pimentel, seria avisado em devido tempo pelo Eng. Frederico Machado para que mandasse evacuar as populações das freguesias do Capelo e da Praia do Norte na sequência dos

¹⁴⁷ Sobre o apoio prestado aos sinistrados, veja-se “Solidariedade Portuguesa para com o Faial”, *Correio da Horta*, 31.5.1958 (7760), p. 1-2.

¹⁴⁸ “O Sr. Ministro das Obras Públicas no Faial”, *Correio da Horta*, 19.5.1958 (7750), p. 1-2. Sobre a vinda e estadia do ministro das Obras Públicas, veja-se “O Governo da Nação está com o Faial. O Ministro das Obras Públicas Chega hoje à Horta”, *O Telégrafo*, 15.10.1957 (17 541), p. 1; “O Governo tomará importantes medidas para a reconstituição económica e habitacional das zonas sinistradas desta ilha”, *O Telégrafo*, 18.5.1958 (17 542), p. 1, 4.

¹⁴⁹ Sobre o assunto, veja-se “Aos pés da Virgem”, *O Telégrafo*, 20.5.1958 (7 751), p. 1.

estudos e observações efetuados naquela zona da ilha, em que teve um papel relevante o “faroleiro-cientista”, como então ficou conhecido pela população, Tomás Pacheco da Rosa, medida considerada “clarividente”, usando a frase cunhada pelo articulista de *O Telégrafo*¹⁵⁰, o que, certamente, evitou centenas de mortes. Situação assim corroborada pela filha do governador civil, Maria Regina, em testemunho que nos foi concedido em 1997:

Na trágica noite de 12 para 13 de maio de 1958, apesar da freguesia da Praia do Norte ter caído completamente, não houve vítimas, pelo facto do Eng. Frederico Machado ter alertado o meu pai para que procedesse à imediata evacuação da freguesia. Saíam as últimas pessoas quando as casas começaram a ruir (LOBÃO, 1999, p. 49-50).

Cerca de 13 meses depois do início da erupção, mais propriamente na tarde de 24 de outubro de 1958, sexta-feira, e como atrás já se referiu, seria observada, pela última vez, alguma atividade na chaminé principal do vulcão dos Capelinhos, “a emissão de blocos incandescentes que saíam pela chaminé principal” (MACHADO, 1959b, p. 156). A partir do dia 25, a paz, o silêncio e a acalmia vulcânica voltariam àquele local recôndito da ilha do Faial.

O último comunicado ou boletim sismológico sobre a situação da atividade vulcânica dos Capelinhos, da responsabilidade do Observatório Príncipe de Mónaco, do Serviço Meteorológico Nacional, data de 20 de novembro de 1958. Nele pode ler-se: “Nos Capelinhos continua a haver, apenas, atividade fumarólica. Suspendemos nesta data os comunicados à imprensa por ter deixado de haver atividade eruptiva desde 25 de outubro”¹⁵¹.

2. Do Vulcão ao surto migratório para os Estados Unidos da América. A *Public Law 85-892*, de 2 de setembro de 1958

A análise dos documentos permite perceber que na sequência dos dramáticos acontecimentos da noite de 12 para 13 de maio de 1958, se vai começar a vislumbrar a solução americana¹⁵², que deve ser entendida como

¹⁵⁰ “Os faialenses vivem horas trágicas”, *O Telégrafo*, 15.5.1958 (17 541), p. 1, 4.

¹⁵¹ “Vulcões e Sismos. Comunicado do Observatório Meteorológico da Horta”, *Correio da Horta*, 22.11.1958 (7905), p. 2; “Atividade Vulcânica. Comunicado do O. M. H.”, *O Telégrafo*, 16.11.1958 (17 694), p. 4. Estes comunicados surgem nos dois diários faialenses a partir do início da erupção.

¹⁵² Sobre as “movimentações políticas anteriores à apresentação da lei”, entre elas a do representante democrata do Estado da Califórnia, Clair Engle, em fevereiro de 1958, veja-se MARCOS, 2008a, p. 4352.

uma “iniciativa das comunidades lusoamericanas” que não tiveram qualquer apoio do Governo português (MARCOS, 2008b, p. 82).

Todavia, antes de continuarmos é necessário salientar que a comunidade portuguesa radicada nos Estados Unidos desde o início as erupção que vinha seguindo, a par e passo, naturalmente com preocupação, o desenrolar dos acontecimentos, tendo manifestado a sua solidariedade para com as populações sinistradas de diversas maneiras¹⁵³, de que a representação portuguesa da Califórnia que se deslocou à Horta, em agosto de 1958, para entregar ao governador civil, Dr. António de Freitas Pimentel, a quantia de 1 155 contos, ou seja, 40 364 dólares, é um exemplo¹⁵⁴.

Ao mesmo tempo, na comunidade portuguesa começou a radicar ideia de que seria necessário fazer algo de “verdadeiramente revolucionário” pelos sinistrados do Vulcão dos Capelinhos (MARCOS, 2008b, p. 83): conseguir que as autoridades americanas permitissem a sua entrada no País. É neste contexto que se deve entender a ação de um conjunto de cidadãos em torno de Joseph Perry Jr. “no sentido de conseguir facilidades do Governo americano para o acolhimento de famílias faialenses” (COSTA, 1998, p. 339). Por outras palavras, seria necessário encontrar uma forma legal no contexto das leis restritivas americanas de imigração, vigentes no País desde 1924, em particular, o *Jonhson-Read Act*, do mesmo ano, e o *Immigration and Naturalization Act of 1952*, também conhecido pelo *The McCarran-Walter Bill of 1952*. Estas leis discriminavam, sobretudo, os países do sul da Europa, entre eles, Portugal.

Nestas circunstâncias, poderemos dizer que, graças à associação de boas vontades, se deve entender a primeira iniciativa legislativa que tinha como pano de fundo a tragédia faialense.

A iniciativa a que atrás se alude diz respeito à apresentação de uma proposta de lei (*Congressional Bill S. 3 942*), na sessão do Senado americano de 4 de junho, pelo senador democrata de Rhode Island, John Pastore, a fim de auxiliar aqueles que, “vítimas das calamidades ocorridas na ilha do Faial”, de acordo com as suas palavras, olhavam para a ajuda e amizade dos Esta-

¹⁵³ Sobre o assunto, veja-se “Os luso-americanos contribuíram com 789 dólares”, *Correio da Horta*, 2.1.1958 (7636), p. 1.

¹⁵⁴ Era constituída por Joaquim Esteves e esposa D. Isabel Esteves, José Fialho, D. Maria Rosa e sua filha Dolores Hill, Eduardo Massa, Joseph R. Jacinto e esposa D. Maria F. Jacinto, Manuel Rosa Jacinto e esposa D. Adelaide Jacinto, D. Maria Davis e filha Alzira Malveira, Manuel Rogers e Alberto Ferreira, sendo chefiada pelo cônsul de Portugal em S. Francisco, Dr. Vasco Futscher Pereira, cf. “Deputação LusoAmericana”, *O Telégrafo*, 29.8.1958 (17 627), p. 1. Sobre o assunto, veja-se “Levo do Faial e do Pico as mais gratas recordações [Joaquim Esteves]”, *Correio da Horta*, 28.8.1958 (7832), p. 1; “O cônsul de Portugal em S. Francisco falou para o *Correio da Horta*”, *Correio da Horta*, 2.9.1958 (7836), p. 1.

dos Unidos, País que, no seu entender, se podia orgulhar da qualidade dos portugueses que viviam no seu território¹⁵⁵. E acrescentava “se os Estados Unidos se apresentavam ao mundo que como uma nação amiga”, a ajuda aos faialenses deveria ser entendida não só como “uma expressão da caridade humana”, mas também como uma medida que relevava um gesto de grande nobreza da América para com uma população que necessitava de ajuda urgente. Findava declarando que o “Senado e a Câmara dos Representantes” reunidos em Congresso decretassem a concessão de 1500 vistos especiais, supranumerários para estrangeiros, referidos na Secção 2 desta Lei, que pretendam entrar nos EUA como emigrantes, fazendo-se acompanhar dos seus cônjuges, filhos solteiros, menores de 21 anos, enteados ou filhos adotados antes de 1 de julho de 1953 (LOBÃO, 2009, p. 75-76). Em suma, de acordo com o senador Pastore, a proposta de lei devia ser entendida como “um ato de amizade”, uma vez que “oferecia” um refúgio aos sinistrados faialenses: os Estados Unidos, devido à impossibilidade de poderem regressar às suas “terras e lares”¹⁵⁶.

A imprensa faialense seguia de perto todas as movimentações que se estavam a passar nos Estados Unidos. Assim, logo no dia da sua apresentação no Senado, o jornal *O Telégrafo* de forma interrogativa adiantava: “Vai ser permitida a entrada nos Estados Unidos da América do Norte a mil sinistrados faialenses?”¹⁵⁷; alguns dias andados, o mesmo jornal, na sua edição de 12 de junho, voltava a dar destaque, tendo em conta notícias publicadas sobre o assunto nos jornais de New Bedford – *Standard Times* e *Diário de Notícias* –, às diligências que se estavam a fazer para “que mil habitantes do Faial sigam extra cota para os EUA”.

Na mesma notícia dava-se ênfase ao nome e ao papel do senador estadual Joseph Perry Jr, quer junto do poder político americano, quer junto da comunidade portuguesa, particularmente dos Estados da Nova Inglaterra e da Califórnia, em favor dos “habitantes pobres da ilha do Faial”. Ao mesmo tempo, o jornal, para que o plano de Perry pudesse vingar, chamava a atenção para o apelo que aquele senador fazia a todos os que “tenham parentes no Faial, o favor de lhe endereçarem cartas e telegramas a fim de as juntar ao pedido que tenciona formular ao Governo central, em Washington, [...]

¹⁵⁵ Sobre o assunto, veja-se “A Entrada na América de 1500 faialenses depende agora apenas de Eisenhower”, *Correio da Horta*, 26.8.1958 (7830), p. 1.

¹⁵⁶ *Correio da Horta*, 26.8.1958 (7830), p. 1.

¹⁵⁷ *O Telégrafo*, 4.6.1958 (17 557), p. 1.

e] diretamente ao presidente Eisenhower”¹⁵⁸. O desejo de Perry, “considerado a primeira entidade norte americana a abraçar e defender” a concessão que estaria na origem de um movimento “sem precedentes na história da solidariedade luso-americana”, manifestou-se numa reunião realizada na cripta igreja de São Francisco, de Providence (Rhode Island). Em duas reuniões posteriores, os participantes além de reafirmarem os seus propósitos, formaram uma comissão constituída por Frank Maciel (presidente; António Pereira Goulart Jr. (vice-presidente); Emília Marques (secretária); Eduína Pereira (tesoureiro], tendo como presidente de honra Joseph Perry Jr.¹⁵⁹.

Ainda no mês de junho, dia 30, e no seguimento da proposta de Pastore, seria a vez de John Kennedy, senador democrata do Estado do Massachusetts, afinar pelo mesmo diapasão, ao afirmar que a ajuda americana se integraria nas tradições e nos ideais dos Estados Unidos, isto é, um gesto humanitário que podia oferecer aos faialenses um “refúgio na América”; ao mesmo tempo, confirmava o número de vistos a atribuir – 1 500 (MARCOS, 2008a, p. 49-52). O apoio de Kennedy à proposta de Pastore foi fundamental para a sua aprovação, e deve ser entendida no “espírito de cooperação e solidariedade entre senadores de mesmo partido” (MARCOS, 2008a, p.51).

A sete de julho, o jornal *Correio da Horta* dava honras de primeira página ao apoio do senador do Massachusetts ao seu colega de Rhode Island”¹⁶⁰.

Ambos os senadores representavam estados em que viviam muitos parentes das vítimas da erupção dos Capelinhos. Por conseguinte, as famílias dos sinistrados esperavam, graças às muitas cartas e telegramas enviados sobre o drama faialense, dos senadores de Rhode Island e de Massschussets “um gesto de ajuda e amizade que simboliza a América como nos é grato apresentá-la ao mundo”¹⁶¹.

Ainda pela leitura da edição de 26 de agosto do jornal *Correio da Horta*, verificamos que se enfatizava que, apesar da proposta de lei ter sido aprova-

¹⁵⁸ *O Telégrafo*, 12.6.1958 (17 562), p. 1-4. Em 1976, Joseph Perry e a esposa visitaram de dois a 11 de setembro a ilha do Faial, tendo sido alvo de várias homenagens tanto pelas freguesias do Capelo e Praia do Norte (dia cinco) como por parte do município faialense (dia 10), cf. Um faialense, *Correio da Horta*, 14.8.1976 (13 144), p. 1; 21.8.1976 (13 150), p. 1, 4; 25.8.1976 (13 153), p. 1, 4; 31.8.1976 (13 158), p. 1, 4. Em setembro, as notícias sobre o assunto são da responsabilidade da redação do jornal: “O Faial agradecido. Senador Perry é esperado hoje”, 2.9.1976 (13 160), p. 1; “Gratidão ao senador Joseph Perry”, 6.9.1976 (13 163), p. 1, 4; “Homenagem faialense ao senador americano Joseph Perry”, 13.9.1976 (13 169), p. 1. Sobre o assunto, veja-se *O Telégrafo* edições de dois, quatro, sete e 12 de setembro.

¹⁵⁹ Cf. Um faialense, “O deputado Joseph Perry e o Faial”, 25.8.1976 (13 153), p. 1, 4.

¹⁶⁰ “1500 faialense emigrarão para a América”, *Correio da Horta*, 7.7.1958 (7788), p. 1.

¹⁶¹ “A Entrada na América de 1500 faialenses depende agora apenas de Eisenhower”, *Correio da Horta*, 26.8.1958 (7830), p. 1.

da, faltava ainda a sua promulgação (ou veto) pelo presidente Dwight Eisenhower¹⁶², isto é, a entrada dos faialenses dependia agora do “inquilino” da Casa Branca.

O presidente americano promulgaria a Lei no dia 2 de setembro, a *Public Law 85-892* – também conhecida por *Azorean Refugee Act of 1958* ou *Pastore-Kennedy Act of 1958*. A caneta que usou para assinar a referida Lei, entendida como uma “caneta histórica para os Faialenses”, seria entregue pelo congressista republicano Joseph William Martin Jr. ao padre micaelense Artur C. dos Reis, pároco da igreja de S. Miguel¹⁶³, em cerimónia ocorrida, a quatro de novembro, na Escola de S. Miguel, de Fall River,

A Lei não só estabelecia o número de vistos fora da quota regular – 1500 a chefes de família sinistrados do Vulcão dos Capelinhos, incluindo os seus dependentes, como fixava asu data-limite para a sua emissão, 30 de junho de 1960, ou seja, teriam que ser usados até esta data.

A propósito da sua promulgação, no jornal *Correio da Horta* num apontamento intitulado *Amizade Luso-Americana*, o seu autor, antes de mais, não poupa elogios à mesma, desde logo entendendo-a como o símbolo do “elevado espírito altruísta de uma grande nação amiga”; acrescenta ainda que vem dar resposta à “resolução dos complexos problemas” que tanto os fenómenos vulcânicos como a crise sísmica de maio de 1958 provocaram na ilha do Faial, por isso é “um documento legal” que representa um “espírito de solidariedade bem cristã”, uma prova das boas relações entre Portugal e os Estados Unidos; depois, releva que a “generosa ideia” germinou no interior da comunidade (colónia) lusoamericana, patrocinada nas altas esferas “por descendentes de portugueses”; finalmente, que a ilha devia sentir-se grata não só perante a “portuguesíssima colónia lusoamericana” que demonstrou sempre uma enorme preocupação perante o decorrer dos acontecimentos, daí que a “melhor maneira de traduzir esse reconhecimento será, num futuro próximo, os novos emigrantes faialenses, tal e qual aos que por ali moirejam, honrarem a sua Terra, bem servindo-a em Terra tão colhedora e amiga”¹⁶⁴.

¹⁶² “A Entrada na América de 1500 faialenses depende agora apenas de Eisenhower”, *Correio da Horta*, 26.8.1958 (7830), p. 1. Sobre o assunto, veja-se *O Telégrafo*, 6.8.1958 (17 608), p. 1. A proposta de Lei foi aprovada pela Câmara dos Representantes a 18 de agosto, e remetida cinco dias depois ao presidente.

¹⁶³ “Uma caneta histórica para os Faialenses”, *Correio da Horta*, 21.12.1959 (8231), p. 1. Na notícia pode ler-se ainda: “Ao dá-la ao padre A. dos Reis, o congressista disse que, como recordação, era mais apropriado ser partilhada por um grupo de luso-americanos do que guardá-la para seu objeto pessoal”.

¹⁶⁴ “Apontamento. Amizade Luso-Americana”, *Correio da Horta*, 5.9.1958 (7 839), p. 1. Sobre o assunto, veja-se “O deputado Joseph Martin”, *Correio da Horta*, 4.9.1958 (7838), p. 1. Na notícia pode ler-se: “[A]o defender a entrada de 1500 faialenses nos Estados Unidos disse ser a cota de imigração portuguesa uma das mais pequenas do mundo”.

Se, por um lado, a provação da Lei era uma evidência do “nível de integração” de alguns membros da comunidade portuguesa no País; por outro, é notório que a aprovação da Lei não agradou ao Governo português, que apesar de ter agradecido ao seu congénere americano, porque o seu grande propósito era a colonização do Ultramar português, já que situação provocada pelo Vulcão dos Capelinhos “estava sob controle” (MARCOS, 2008a, p. 45).

Por seu turno, surge, neste quadro, uma personagem: o governador civil do distrito da Horta, Dr. Freitas Pimentel, “peça” fundamental em todo este processo, mais preocupado em resolver os problemas dos sinistrados. Neste propósito, com data de 10 de setembro, ou seja, oito dias após a aprovação da Lei, o Governo Civil do distrito Autónomo da Horta fazia publicar na imprensa faialense, a seguinte nota oficiosa:

Por informação pessoal do Exmo. cônsul americano nos Açores tomou este Governo Civil conhecimento da ‘Lei 3 942, do Governo americano’, que autoriza a entrada nos Estados Unidos da América do Norte, de 1500 chefes de família, sinistrados do Faial, acompanhados de suas mulheres e filhos solteiros. Para que esta emigração se possa efetivar, torna-se necessário que cada interessado obtenha, de parente, ou de outra pessoa residente nos Estados Unidos um termo de responsabilidade, para si e demais componentes do agregado familiar. Todos aqueles que julgarem poder conseguir este termo de responsabilidade, são aconselhados a adquirir, desde já, os seus bilhetes de identidade¹⁶⁵.

Em outubro do mesmo ano, o mesmo Governo Civil através de outra nota oficiosa – com data de 28 – adiantava que as freguesias consideradas para efeitos de emigração para os Estados Unidos ao abrigo da lei especial americana eram: o Capelo, incluindo o lugar do Norte Pequeno, a Praia do Norte, os Cedros, lugar da Ribeira Funda e a Ribeirinha, lugar dos Espalhafatos. Ao mesmo tempo chamava-se a atenção dos interessados para o termo de validade daquela Lei: 30 de junho de 1960. Nesta conformidade, convidava “todos os sinistrados das zonas mais atingidas a declararem por inscrição se desejam voluntariamente emigrar para os Estados Unidos da América”. A terminar, acrescentava que todos os interessados, mesmo os que não possuíssem os “meios económicos necessários para emigrar”, que

¹⁶⁵ “Governo Civil do Distrito Autónomo da Horta. Nota Oficiosa. Emigrantes da ilha do Faial para a América do Norte”, *Correio da Horta*, 11.9.1958 (7845), p. 1.

deviam preencher os boletins de inscrição que haviam sido distribuídos para o efeito.

Todavia, verificamos que localmente houve a necessidade de dar resposta a três questões que se foram pondo à medida que o processo de inscrição de sinistrados avançava:

1.ª Sinistrado do Vulcão dos Capelinhos

Da leitura dos *Livros de Passaportes* e dos *Processos de Emigração e Passaportes* (de família e individuais), verificamos que as pessoas abrangidas pela legislação americana eram as identificadas com um “S” – sinistrado – de cor vermelha ou de cor azul.

Mas, no contexto do presente estudo o que significa “sinistrado do vulcão”?

Seria toda a pessoa que teria visto os seus bens serem destruídos ou desvalorizados – terras, culturas e habitação – na sequência dos fenómenos eruptivos e sísmicos. De acordo com os acontecimentos, numa primeira fase diria respeito apenas aos habitantes dos lugares do Canto e Norte Pequeno – freguesia do Capelo – e aos da freguesia da Praia do Norte. Do ponto de vista geográfico, o número de sinistrados alargar-se-ia a outras freguesias da ilha na sequência da destruição provocada pela crise sísmica de maio de 1958 – Cedros e Ribeirinha, lugar dos Espalhafatos e Castelo Branco.

Por outro lado, seriam também aceites, para efeitos de emigração, como “sinistrados do vulcão” habitantes da ilha do Pico e das outras duas ilhas do distrito – Flores e Corvo.

Esta situação que levou a interpretações abusivas, talvez encontre resposta a partir de dois ofícios do governador civil: um de 13 de agosto de 1959 enviado às Câmaras Municipais da ilha do Pico – Madalena, Lajes e São Roque –, e outro, de 14 do mesmo mês, ao cônsul americano em Ponta Delgada.

No primeiro, afirma-se “taxativamente” que eram considerados “sinistrados da ilha do Faial”, para efeitos de emigração ao abrigo da lei especial, “agregados familiares da ilha do Pico, que à data do vulcão dos Capelinhos, tinham interesses materiais – propriedades – no Faial”. Em atenção, ainda, ao ofício, que vimos citamos, verificamos que o governador civil chamava

a atenção dos presidentes de Câmara para que dessem início à organização dos respetivos processos¹⁶⁶.

No segundo, reiterava que o Governo Civil do distrito Autónomo da Horta equacionava a hipótese dos “agregados familiares da Ilha do Pico que à data do Vulcão tinham interesses na ilha do Faial, pelos quais sofreram prejuízos na sua economia pessoal”, também serem considerados para efeitos de emigração. Mas o governador não se ficava por aqui. Vai mais longe. Isto é, ao considerar o seu distrito como um “todo”, e, por isso, “perturbado na sua vida pelo Vulcão”, defendia a possibilidade de se “estender a todo o Distrito da Horta a concessão de vistos”¹⁶⁷.

As razões que o levavam a dar encaminhamento a esta ideia junto das autoridades americanas, para que tivessem “uma benévola compreensão para este caso”, foram:

a) O “bem económico e social” trazido “à gente do meu distrito” pela lei especial americana. Neste caso, concluímos que o governador entendia o seu distrito como uma unidade política, geográfica, económica, mora e social.

b) A intenção de alargar o âmbito geográfico às restantes ilhas do distrito, pode ser devida à falta de famílias para preencher o número de vistos atribuídos pelo Governo americano.

c) As boas relações entre Portugal e os Estados Unidos, e as relações de família “que nos prendem a tantos portugueses radicados na “grande Nação Americana”¹⁶⁸.

Todavia, no caso da ilha do Pico, a situação já devia ter sido equacionada, se fizermos fé no conteúdo de um ofício do mesmo governador, de quatro de julho do mesmo ano, em resposta a uma carta que lhe havia dirigido M. O. Medina, radicado nem São Diego, Califórnia:

[T]enho a informá-lo que só poderá emigrar ao abrigo da Lei Especial América de Imigração, algumas pessoas da Ilha do Pico, que tenham sido prejudicadas nas suas propriedades da Ilha do Faial, pelo Vulcão

¹⁶⁶ BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1959/Serviço B-5”. A título de exemplo: Maria Filomena Maciel, São Roque, com terras na freguesia da Conceição; Manuel Garcia do Amaral, Madalena, com terras arrendadas nas freguesias da Feteira e Angústias; Manuel Vieira Cardoso, Lajes do Pico, com prédios nas Angústias; Manuel Rodrigues Garcia, Santo António, com bens no concelho da Horta; José Vieira de Sousa Dias, Candelária, com bens no Faial, etc. Outros houve que, por qualquer motivo, viriam a ter acesso aos respectivos vistos.

¹⁶⁷ BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1959/Serviço B-5”.

¹⁶⁸ BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1959/Serviço B-5”.

dos Capelinhos. Mas isso só acontecerá, depois de esgotadas todas as possibilidades de emigração aos habitantes da Ilha do Faial¹⁶⁹.

Finalmente, num extenso ofício dirigido ao ministro do Interior, datado de 12 de setembro de 1958, o governador civil depois de se referir à lei especial e de confirmar que o Governo americano através do seu consulado em Ponta Delgada já estava “legalmente habilitado e autorizado para visar todos os passaportes passados por este Governo Civil”, alertava para o facto de não haver número suficiente de emigrantes que preenchessem o total de vistos, porque “nem todos poderão obter um termo de responsabilidade nas condições precisas”, o que, em seu entender, “este assunto colocanos em presença de novos problemas”¹⁷⁰. Todavia, não avançava quais, apesar de referir que em breve se deslocaria a Lisboa para conjuntamente com o ministro do Interior falar destes e de outros assuntos.

Em suma, sinistrado dos Capelinhos estendeu-se tantos aos habitantes de todas as freguesias da ilha como a habitantes dos três concelhos da ilha do Pico, que tivessem “interesses” no Faial, como se pode ver no quadro n.º 4.

¹⁶⁹ BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1959/ Serviço B-5”.

¹⁷⁰ BPARJJG, *Governo Civi do distrito Autónomo da Hortal*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1958/ Serviço B”.

Quadro n.º 4
Sinistrados do Vulcão Capelinhos por freguesia ou concelho de residência

Freguesia/Concelho	Total	%
Angústias	743	15,2
Capelo	571	11,7
Castelo Branco	363	7,5
Cedros	686	14,1
Conceição	356	7,3
Feteira	241	5
Flamengos	231	4,7
Matriz	543	11,1
Pedro Miguel	308	6,3
Praia do Almoxarife	136	2,8
Praia do Norte	115	2,4
Ribeirinha	224	4,6
Salão	174	3,6
Horta	34	0,6
Lajes do Pico	37	0,8
Madalena do Pico	35	0,7
São Roque do Pico	77	1,6
Total	4874	100

Fontes: Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, *Processos de Emigração e (1959-1962)*; *Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do distrito da Horta* (números 12 a 16).

2.^a Condições de viagem

Para fazerem face às despesas de deslocação (custo da viagem), os sinistrados socorreram-se de empréstimos familiares (com ou sem juro), particulares (com ou sem juro) e bancários (taxas variáveis), do produto das suas economias e da venda de bens (casas, animais e sementes). Outros houve que as passagens “ficaram” à conta dos pais ou do “chamante” – maridos, pais, irmãos, tios e outros familiares.

Neste contexto, acresce ainda o apoio dado tanto pela Unidade da Caridade Portuguesa (Cáritas) como pela Internacional (assim designada na documentação consultada), no caso a Caritas Americana¹⁷¹, que deram apoio respetivamente a 103 (50,4%) e 101 (49,6%) famílias ou indivíduos isolados, como se pode ver no quadro n.º 5.

¹⁷¹ Hortense, “Mirante [Caritas]”, *Correio da Horta*, 23.3.1959 (8 004), p.1.

Quadro n.º 5
Apoio concedido aos sinistrados do Vulcão dos Capelinhos
pela Caritas Portuguesa e Internacional

Freguesia	Portuguesa	Internacional	Total
Angústias	27	19	46
Capelo	8	23	31
Castelo Branco	10	14	24
Cedros	8	13	21
Conceição	7	5	12
Feteira	4	1	5
Flamengos	8	2	10
Matriz	17	13	30
Pedro Miguel	2	2	4
Praia do Almoxarife	3	1	4
Praia do Norte	2	4	6
Ribeirinha	4	2	6
Salão	3	1	4
Horta	-	1	1
Total	103	101	204

Fontes: Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, *Processos de Emigração e (1959-1962)*; *Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do distrito da Horta* (números 12 a 16).

O quadro mostra que sinistrados de todas as freguesias da ilha do Faial, receberam apoios tanto da Caritas Portuguesa como da Internacional.

3.^a Carta de Chamada

O sinistrado só podia aceder aos Estados Unidos depois de ter em sua posse, uma série de documentos necessários para a concessão quer do passaporte quer do visto. De entre esses documentos, era necessário que familiar lhe remetesse uma carta de chamada – “emigração com carta de chamada”¹⁷² –, sob o duplo argumento de permitir a quem residia, legalmente, naquele País poder chamar familiar e também assumir responsabilidades para com quem chamava. Dito de outra maneira, a carta de chamada era um documento passado e assinado pelo cônsul de Portugal¹⁷³ na área de residência que

¹⁷² No caso individual, registam-se, entre outros, os nomes de Gabriel Pereira Moitoso, natural do Capelo, e radicado em Tracy, Califórnia; e Leotério Morais e esposa, Ana Morais, radicados em Cambridge, Massachusetts, que não só fizeram carta de chamada para oitenta e uma famílias sinistradas do Nomes que nos foram facultados por Jaime Silva, Angústias, radicado em Arlington, Massachusetts).

¹⁷³ O cônsul português em São Francisco, Califórnia: Vasco Futscher Pereira; em Providence, Rhode Island: Manuel Alves de Carvalho.

atestava e fazia prova que o “chamante” se comprometia “a garantir trabalho julgado suficientemente remunerado ou a prestar alimentos” e a promover “à sua custa, a repatriação” caso acontecesse¹⁷⁴, isto é, possuía os meios necessários para prestar auxílio tanto ao sinistrado como à sua família. Registe-se que a maioria dos sinistrados tinha parentes nos Estados Unidos, o que viria a facilitar tanto o acolhimento como a integração

Na documentação consultada, e em particular nos boletins de inscrição, alínea “auxílio no destino”, faz-se referência a “emigração com termo de responsabilidade ou contrato de trabalho”. A maioria dos termos de responsabilidade dizia respeito a sinistrados sem familiares ou se os tinham, estes não quiseram assumir qualquer decisão nesse sentido. Neste caso, recorriam tanto a pessoas amigas como a desconhecidas. À falta de ambos, descobrimos, ainda, que a *National Catholic Welfare Conference*, instituição americana, com sede em Nova Iorque, se responsabilizaria pela emissão de 115 “termos de responsabilidade”, como se pode ver no quadro n.º 6.

Quadro n.º 6
Termos de Responsabilidade atribuídos pela NCWC

Freguesia	Número de termos
Angústias	23
Capelo	17
Castelo Branco	3
Cedros	9
Conceição	16
Feteira	6
Flamengos	6
Matriz	18
Pedro Miguel	1
Praia do Almoxarife	4
Praia do Norte	9
Ribeirinha	2
Horta	1
Total	115

Fontes: Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, *Processos de Emigração e (1959-1962)*; *Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do distrito da Horta* (números 12 a 16).

¹⁷⁴ Carta de Chamada de Francisco Pereira Escobar [Middletown, Rhode Island] ao filho Manuel Lourenço Garcia de Escobar [Cedros], de 23 de Dezembro de 1959, cf. BPARJJG, *Governo Civil*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1959/Serviço B-5”.

De acordo como gráfico supra, estes termos foram atribuídos apenas a sinistrados de 12 das treze freguesias do Faial, à exceção do Salão, abrangidos pela *Public Law 86-648*.

Por outro lado, os jovens menores de idade de ambos os sexos que se ausentaram de forma isolada ou na companhia de outros familiares – irmãos, tios, cunhados –, necessitavam de “um termo de responsabilidade” ou de consentimento passado pelos pais, porque eram estes que requeriam o passaporte e que assumiam todas as despesas de deslocação.

Quanto à “emigração com contrato de trabalho”, anotámos que os sinistrados nessa condição, fazem referência ao “chamante” que tinha “conseguido e assegurado emprego”, à profissão que vão exercer (padeiro, carpinteiro, agricultor ou operário fabril) e ao grau de parentesco. Quando não existe qualquer parentesco, à pergunta “donde e desde quando o conhece?”, adiantava-se simplesmente: “Não o conhece pessoalmente” apenas por “fotografia e por correspondência”¹⁷⁵.

Uma data – 26 de dezembro de 1958 – início de uma “nova vida”

Depois de ultrapassadas, deixaria a ilha do Faial a 26 de dezembro de 1958, a bordo do navio *Carvalho Araújo*, o primeiro contingente de “sinistrados faialenses”, constituído por vinte e três pessoas, residentes nas freguesias do Capelo (17), Castelo Branco (cinco) e Feteira (um), com destino a São Miguel, onde deveriam requerer os respetivos vistos¹⁷⁶. Depois de cumprido este ato processual, embarcariam para a ilha de Santa Maria e daqui para os Estados Unidos, entendido como um Novo Mundo de todas as esperanças, uma vez que os faialenses já conheciam a aurora de um novo dia vinda do continente americano desde, sobretudo, da segunda metade do século XIX. No fundo, como salienta Daniel de Sá “não há tragédias sem reversos. [...] Com frequência a própria natureza se encarrega de escrever o guião. De encenar a peça e de escolher os atores ao acaso” (SÁ, 2008, p. XIII).

¹⁷⁵ Cf. Base de dados.

¹⁷⁶ O primeiro sinistrado a receber passaporte no âmbito da *Public Law 85-892*, foi Maria Valentina de Aguiar, da freguesia do Capelo (29 anos, solteira), cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Livro de Passaportes, 1957-1959 (12), fls.142v.-143; o último, Etelvina de Vargas da Silva Moitoso, também daquela freguesia (28 anos, casada). Levava as suas filhas Maria Elvira e Etelvina respetivamente de sete e quatro anos, cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Livro de Passaportes, 1959-1961 (15), fls.99v.-100.

O jornal *O Telégrafo*, na sua edição de três de janeiro de 1959, deixaria, para memória futura, uma descrição espantosa sobre algumas incidências do percurso dos primeiros sinistrados entre o Faial e Nova Iorque. Leiamos o trecho:

Um avião da *Pan American*, que expressamente fez escala extraordinária pelo aeroporto de Santa Maria, seguiu no dia 31 de dezembro findo, para os Estados da América do Norte, o primeiro grupo de sinistrados faialenses que emigraram para aquele País ao abrigo da lei especial de auxílio às vítimas do Vulcão dos Capelinhos recentemente promulgada pelo governo americano, / O referido grupo de emigrantes havia desembarcado em Ponta Delgada na manhã do dia 28 de dezembro, a fim de obter os respetivos vistos consulares, e partiu do aeroporto de Santa Maria pelas 18.32 horas. / A chegada a Nova Iorque fez-se às 00.10 horas locais, no dia um de janeiro corrente. / Em Santa Maria, num belo gesto de solidária fraternidade, alguns faialenses naturais da Praia do Norte e Capelo, que se encontram naquela ilha ao serviço da *Pan American*, aguardaram a chegada dos seus patrícios no cais de Vila do Porto e hospedaram depois, em suas casas, parte do grupo de emigrantes. / Ao mesmo tempo que registamos com agrado o gesto dos nossos patrícios, residentes em Santa Maria, agradecemos a Carlos Ribeiro, dinâmico representante comercial da *Pan American* nos Açores, e também nosso patrício, o telegrama que nos deu conta do acolhimento dispensado àquele primeiro grupo de sinistrados¹⁷⁷.

Pela *Public Law* 85-892 foram atribuídos 1500 vistos, que tinham como datalimite de emissão 30 de junho de 1960.

Atente-se que cerca de dois meses e meio antes do primeiro contingente que rumou para os Estados Unidos, como foi referido, deu-se início a uma primeira vaga de sinistrados tendo como destino o colonato do Limpopo, Moçambique, integrado “num plano organizado pelo Governo português”, através da Junta Nacional de Emigração (MARCOS, 2008a, p.49). Melhor, no dia sete de outubro de 1958, embarcaram no navio *Niassa*, 25 famílias, num total de 205 pessoas, constituídas por agricultores geralmente de prole numerosa, que se distribuíam por seis das treze freguesias faialenses: Fla-

¹⁷⁷ “Os primeiros sinistrados emigrantes já chegaram à América do Norte”, *O Telégrafo*, 3.1.1959 (17 732), p. 1, 4. Sobre o assunto, veja-se “Sinistrados Faialenses”, *Correio da Horta*, 6.1.1959 (7940), p. 1.

mengos (1), Cedros (8), Capelo (2), Praia do Norte (3), Castelo Branco (8), e Ribeirinha (3) (LOBÃO, 2009, p. 58-60)¹⁷⁸.

Dizem as fontes, que os faialenses, desde a chegada, se manifestaram contra o não cumprimento daquilo que lhes fora prometido: uma casa com quatro quartos, cozinha, casa de banho, dispensa e anexos agrícolas, quarenta alqueires de terras regadia e duzentos e quarenta de sequeiro, quatro bois, uma vaca de leite, cinco novilhos e dois casais de porcos, alfaias agrícolas e assistência agrícola, veterinária e médica gratuita. Face a esta amarga desilusão, a que se associou a inadaptação ao clima (calor), desde logo ponderaram regressar ao Faial. Nestas circunstâncias, passados alguns meses, começaram a chegar à ilha, emigrando alguns, mais tarde, para os Estados Unidos e Canadá. De acordo com o testemunho que nos concedeu Hélder Oliveira, filho de José Francisco Oliveira, da freguesia de Castelo Branco, apenas uma família, das vinte e cinco, ficou em Moçambique (LOBÃO, 2009, p. 112).

A Public Law 86-648, de 14 de julho de 1960

Pela leitura de um ofício enviado pelo consulado americano em Ponta Delgada, ao governador civil do distrito da Horta, com data de dois de março de 1960, verificamos, por um lado, que não só se confirma que a concessão de vistos aos sinistrados do Vulcão dos Capelinhos tinha terminado, como se expressava o grande apreço daquele consulado pela cooperação despendida quer tanto pelo governador civil, Dr. Freitas Pimentel quer pelos funcionários do Governo Civil do distrito Autónomo da Horta. No caso do chefe do distrito, o cônsul americano, Roger Heacock, enfatizava a este propósito todo o seu esforço e envolvimento “neste programa”, fora não só caloroso como extramente benéfico”¹⁷⁹.

Corrido cerca de um mês, o mesmo governador voltava a receber novo ofício, com data de cinco de abril, remetido pelo chefe da diplomacia americana nos Açores¹⁸⁰, com o seguinte teor:

¹⁷⁸ Sobre o assunto, veja-se “A Emigração Faialense para a África”, *Correio da Horta*, 6.10.1958 (7865), p. 1; “Emigrantes faialense para a África. Vamos para Moçambique, falar a nossa língua, trabalhar as terras que a Pátria nos dá, assim fala os filhos a seu pai”, *Correio da Horta*, 9.10.1958 (7868), p. 1, 4. Quanto à presença portuguesa em África, veja-se CASTELO, 2007. A autora apresenta dados referentes à política oficial portuguesa de emigração em relação às suas colónias africanas (Angola e Moçambique).

¹⁷⁹ BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1960/ Serviço B-14”.

¹⁸⁰ BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1960/ Serviço B-14”.

Tenho o prazer de comunicar a V. Exa., que fui particularmente informado por um dos meus amigos no Departamento de Estado em Washington, de que se espera que o Congresso aprove a prorrogação da Lei 85-892, permitindo mais 500 números para os vistos¹⁸¹.

Em resposta, pelo ofício de 19 do mesmo mês, o governador civil não só agradecia a atribuição de mais 500 vistos “para os sinistrados do Faial”, aprovada a quatro do mesmo mês pela Câmara dos Representantes, como adiantava que se iria deslocar aos Estados Unidos nos meses de “maio e junho”, especialmente [a]os lugares onde existem núcleos populacionais portugueses¹⁸², assunto se voltaremos mais à frente.

Esta nova concessão de mais de 500 vistos, que seria posteriormente aprovado pelo Senado a 14 de julho do mesmo ano, permite afirmar que o *Azorean Refugee Act* de 1958 foi considerado um sucesso. Mas é de interesse acrescentar, como refere Daniel Marcos, que esta atribuição deve ser entendida mais como “um ato de boa vontade política, da parte dos senadores norte-americanos, do que de extrema necessidade para a população faialenses”. Finda declarando que tanto a documentação consultada em arquivos nacionais e americanos permite concluir “que os primeiros 1500 vistos eram mais do que suficientes para cobrir todos os sinistrados do vulcão” (MAR-COS, 2008b, p. 84).

Tal como a *Public Law 85-892*, também previa um prazo para emissão de vistos: 30 de junho de 1962¹⁸³.

De acordo com as leis de 1958 e 1960, saíram da ilha do Faial 4874 “sinistrados”: 2463 masculinos; 2411 femininos, como se pode ver no quadro n.º 7.

¹⁸¹ BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1960/ Serviço B-14”.

¹⁸² BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Emigração e Passaportes, “Pasta /Ano de 1960/ Serviço B-14”.

¹⁸³ O primeiro passaporte atribuído no âmbito da *Public Law 86-648*, foi a José a Rosa Vieira, natural da Candelária, Pico, e residente na freguesia das Angústias (42 anos, casado) e seus dependentes (Olga Rodrigues da Silva, esposa, Angústias, de 49 anos e seus filhos Mário (13) e Renato José (11), ambos naturais das Angústias), com data 30 de agosto de 1960, cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Livro de Passaportes, 1959-1961 (15), fls.99v.-100; o último, a Francisco Dutra de Faria, natural e residente nos Cedros (33 anos, casado) e seus dependentes (Teresinha Emília de Medeiros, esposa, 33 anos, e sua filha Maria Evelina, dois anos), com data de nove de abril de 1962, cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito Autónomo da Horta*, Livro de Passaportes, 1961-1965 (16), fls. 85v.-86.

Quadro n.º 7
Sinistrados do vulcão por sexos

Sexo /Ano	1958	1959¹⁸⁴	1960	1961	1962	Total
Masculinos	17	1725	195	427	99	2463
Femininos	16	1670	175	429	121	2411
Total	33	3395	370	856	220	4874

Fontes: Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, *Processos de Emigração e (1959-1962); Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do distrito da Horta* (números 12 a 16).

Do total de sinistrados, 2078 rumaram ao Estado da Califórnia, seguindo-se os Estados de Massachusetts (1098), Rhode Island (882), Nova Iorque (109) e Connecticut (34), o que contraria a “ideia que fez história” durante muitos anos segundo a qual a maioria dos emigrantes se havia dirigido para os Estados da Nova Inglaterra, primeiro para Massachusetts, depois para Rhode Island.

Quanto aos outros Estados de acolhimento – Alabama (3), Flórida (4), Kansas (1), Louisiana (3), Nova Jérсия (7), Ohio (6) e Washington (3) –, num total de vinte e sete /indivíduos. Registe-se que existem 646 casos em que não se consegue identificar para onde se dirigiram (LOBÃO, 2009, p. 57).

No mesmo período cronológico – 1958-1962 –, verificamos que, fora do âmbito da lei especial americana, saíram 1 804 indivíduos naturais ou residentes nas quatro ilhas do distrito da Horta que rumaram, por ordem decrescente, ao Canadá (1 407), aos Estados Unidos (330), ao Brasil (62) e a outros (5) (LOBÃO, 2009, p. 63-66).

Mas aquelas duas leis não surgiram por acaso como vimos. Entendo que se devem associar mais dois aspetos marcantes com grande impacto na história da emigração açoriana: o debate na América sobre o caráter discriminatória das leis de emigração do País que estará na origem da *Lei de Emigração e Nacionalidade de 1965*, geralmente conhecida por *The Hart-Celler Immigration Act*, de 13 de outubro, ou seja os *Azorean Refugee Acts* de 1958 e de 1960 foram um importante instrumento político e social uma verdadeira “janela de oportunidades”, para caminhar no sentido da Lei de Imigração de 1965” (MARCOS, 2008b, p. 85); e a abertura do Canadá à emigração portuguesa e açoriana, a partir de 1953¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Ano-choque no historial da emigração originada no Faial, decorrente de um desastre natural: o Vulcão dos Capelinhos, COSTA, 1998, p. 340.

¹⁸⁵ “Seguiu no Lima, para S. Miguel, a Sr.^a D. Maria Teresinha da Silva, a fim de tomar barco para o Canadá onde se vai juntar a seu marido, o Sr. José Feliciano Correia”, C. “O Correio nos Flamengos [Para o Canadá]”, *Correio da Horta*, 21.7.1958 (7800), p. 2.

A grande verdade que ressoa em todo este episódio é que a emigração açoriana para a América do Norte se bipolariza, a partir da década de 50, entre o Canadá e os Estados Unidos, ou seja, é um novo período da emigração açoriana, conhecido como “o ciclo da explosão migratória - Canadá e Estados Unidos (1950-1990)” (MENDONÇA, ÁVILA, 2020, p. 235).

O ano de 1960

A leitura da documentação conduz-nos a três momentos que considero marcantes na sequência do primeiro *Azorean Refugee Act*, ocorridos todos em 1960:

1.º A visita à Horta, em maio, de Alfredo Raimundo Rego, descendente de micalenses, então presidente da *Comissão de Refugiados e Imigrantes* do Estado de Rhode Island. Este em entrevista ao vespertino *Correio da Horta*, testemunhava que aquilo que lhe causava maior admiração é que a nova vida dos sinistrados nos Estados Unidos se fazia “em moldes promissores. Todos Trabalham”¹⁸⁶.

Notícia após notícia sobre o assunto, encontramos uma carta remetida à redação do mesmo jornal, e publicitada na sua edição de cinco de julho do mesmo ano¹⁸⁷, com data de 18 de junho, pelo governador do Estado de Rhode Island, Christopher del Sesto, em que enaltecia e agradecia a maneira cordial e amiga como o Faial recebera Alfredo Rego. Seguidamente, adiantava que o conhecimento da situação faialense iria permitir a Rego “aumentar a sua capacidade de servir os refugiados e outros que procurem o seu auxílio”; por fim, concluía que não tinha quaisquer dúvidas que a sua viagem a Portugal iria contribuir, em muito, para o fortalecimento dos laços históricos, de amizade e de respeito existentes entre os dois países.

Forçoso é lembrar que Rego assinou 50 termos de responsabilidade que levaram para a América cerca de 300 sinistrados. Sobre o assunto, ciente de que havia ligado o seu destino aos faialenses e ao Faial, declarou àquele diário: “Assinar um termo de responsabilidade exigia: facultar, gratuitamente, casa, mobílias e roupa até às colocações”¹⁸⁸.

¹⁸⁶ “A nova vida dos faialenses que se fixam nos Estados Unidos da América está a fazer-se em moldes promissores”, *Correio da Horta*, 14.5.1960 (8348), p. 1, 4.

¹⁸⁷ “Carta do governador de Rhode Island”, *Correio da Horta*, 5.7.1960 (8 383), p. 1.

¹⁸⁸ “A nova vida dos faialenses que se fixam nos Estados Unidos da América está a fazer-se em moldes promissores”, *Correio da Horta*, 14.5.1960 (8348), p. 1, 4. Sobre o assunto, veja-se MARCOS, 2008a, p. 105110.

2.º A visita do governador civil, Dr. Freitas Pimentel, às comunidades lusoamericanas da Califórnia, de Rhode Island e de Massachusetts, entre seis de maio e 14 de julho de 1960¹⁸⁹, ou seja, a consequência imediata das crises vulcânica e sísmica mercê da “generosa” lei especial americana, inspirou a deslocação do governador civil aos Estados Unidos.

Como corolário da visita, e da ressonância que a mesma teve na imprensa, destacamos:

Em primeiro lugar, teve a oportunidade de verificar, antes de mais, que a nova vida dos sinistrados se refazia em moldes muito promissores, mas sempre feita sob uma saudade nunca adormecida, ou seja, o poder emotivo do emigrante insular preso à terra de origem: a mais bela e linda, e que se pode assim traduzir: O emigrante parte, mas fica o coração. A propósito exclamou ao *Correio da Horta*:

Uns estão bem; outros menos mal e há outros que não estão bem. No entanto pode dizer-se que a grande maioria melhorou as condições de vida e está bem. Alguns há, porém, que estão sempre mal, até mesmo se estivessem no céu¹⁹⁰.

Em segundo lugar, teve a oportunidade de perceber que os sinistrados simbolizavam a custosa batalha pela permanência e expansão da língua de Camões.

Em terceiro lugar, teve a oportunidade de contribuir tanto para reforçar os laços de uma amizade secular entre o Faial e os Estados Unidos da América, de que os sinistrados dos Capelinhos constituíam o presente a significar o passado distante, como para agradecer às autoridades americanas o reconhecimento de uma população inteira.

Por fim, os faialenses sinistrados aproveitaram a sua presença para lhe prestar as devidas homenagens, o devido reconhecimento pela sua benemérita ação.

3.º A atribuição de mais 500 vistos pela *Public Law 86-648*, de 14 de julho, como atrás se alude.

¹⁸⁹ Sobre o assunto, veja-se “Cumprimentando”, *Correio da Horta*, 14.7.1960 (8396), p.1. A 14 de julho, como já se referiu, o Senado americano aprovou a atribuição de mais 500 vistos.

¹⁹⁰ “Portugal nos Estados Unidos. Impressões do governador do distrito da Horta, Dr. Freitas Pimentel”, *Correio da Horta*, 17.9.1960 (8451), p. 1-2. Sobre o assunto, veja-se “Visita do governador da Horta às comunidades luso-americanas”, *Correio da Horta*, 7.7.1960 (8391), p. 1.

3. Uma ilha que se ama numa Nova Terra

Sabemos que ainda não feito um trabalho profundo sobre a presença faialense na América, pós-Capelinhos, apesar de haver já alguns contributos nesse sentido¹⁹¹.

Todavia ao debruçar-me sobre essa comunidade, e pelas muitas vezes que estive nos Estados Unidos¹⁹², fui-me integrando do muito que tem sido feito e que nós por cá desconhecemos. A regra: só se fala que o indivíduo descende de faialenses quando entra na política americana, ou porque tem dinheiro, ou porque paga umas festas do Espírito Santo, ou se valoriza porque é amigo ou familiar das gentes do poder.

Pensamos que isto não só não é muito importante como não traduz o que muitos anónimos têm feito, e que se pode designar “uma história luso-americana, graças ao vulcão os Capelinhos” (NETO, 2008, p. 238).

Note-se que apesar de ligaram o seu destino à nova área geográfica onde se estabeleceram isso reforçou a ideia de que o emigrante parte, mas o coração fica sempre preso à terra (ilha) de origem. Isto significa que também souberam estabelecer pontes entre o novo destino (América) e o destino de origem (Faial).

A vaga fresca de imigrantes decorrentes dos Capelinhos fez renascer não só a comunidade portuguesa como fez germinar associações e atividades de natureza vária. Isto significa que os sinistrados dos Capelinhos não só melhoraram a sua vida, em comparação com os seus familiares que ficaram nas ilhas, como se projetaram a um nível mais elevado quando comparados a outros grupos de emigrantes, porque os açorianos foram e serão sempre vistos como um núcleo de conduta exemplar. A América acolheu-os de braços abertos e eles devolveram o favor tornando-se bons e orgulhosos americanos, ou seja, estamos em condições de afirmar que se deixou de falar nos açorianos como um grupo despersonalizado, mas sim numa comunidade que não só se integrou na sociedade que a acolheu como demonstra que é constituída por bons e leais cidadãos da grande nação americana, mas dentro de um discurso em íntima ligação a Portugal, no caso aos Açores. E tudo devido ao vulcão dos Capelinhos.

¹⁹¹ GOULART, 2008, partes II e IV; AMIGOS DOS CEDROS, 2009; OLIVEIRA, [2009]; NETO, 2017.

¹⁹² Em 2009, participei no dia 14 de novembro, no XV aniversário dos Amigos dos Cedros, que se realizou no *Venues & Event Spaces* ou apenas *Venus De Milo*, Swansea, Massachusetts, tendo apresentado uma comunicação sobre o projeto *A Geração do Vulcão*. Nesta cerimónia foi apresentado o livro *Faialenses Sinistrados pelo Vulcão dos Capelinhos*.

É nesta conformidade que se há de entender as palavras de Manuel Fernando Neto: “A felicidade está sempre ao nosso alcance, temos é que saber procurá-la. Daí ter valido a pena [ir para os E.U.A.]!” (NETO, 2008, p. 241).

Fundação Beneficente Faialense

Como corolário do que acima se refere é que se deve compreender o sentido da reunião realizada a 17 de maio de 1969, na cidade de New Bedford, na sede do *Clube União Faialense*, fundado em 1962, a convite de um grupo de líderes comunitários todos naturais do Faial – Estela Lucas, padre Manuel Garcia e Manuel Fernando Neto – com o objetivo de se avaliar da possibilidade de se criar uma fundação geradora de bolsas de estudo para jovens faialenses. A causa foi imediatamente abraçada por todos, convictos de que era honroso poderem ajudar a juventude faialense, homenageando ao mesmo tempo a ilha-berço, ou seja, logo estavam lançados os objetivos que ainda hoje marcam a ação dos fundadores: a defesa de uma causa – a educação; e a defesa de uma emoção – o amor à ilha, neste caso é o mesmo que dizer ao Faial.

Mas como é que se chegou àquela reunião? Na sequência de uma festa organizada na primavera de 1969 em benefício da Casa do Gaiato, existente na ilha do Faial, Estela Lucas, uma emigrante da vaga dos Capelinhos, sugeriu ao padre Manuel Garcia a criação de um fundo permanente para apoio aos pobres do Faial. Entusiasmado com a ideia procurou Manuel Fernando Neto, informando-o da ideia de Estela Lucas: apoiar os faialenses, em particular os jovens, para que obtivessem uma boa educação, ou seja, dando corpo à ideia de que todo o ser humano merece uma boa educação

Neto, natural da freguesia das Angústias, fez parte do primeiro contingente de sinistrados, tendo saído da ilha do Faial no ano de 1960 com toda a sua família, diz que compreendeu logo a ideia. Ele que gostava imenso da Escola, porque aos 10 anos, ao contrário de muitos amigos, em vez de continuar os estudos, ficou-se pela 4.^a classe, indo trabalhar para o jornal *Correio da Horta*. A este propósito escreveu:

Tive imensa pena de não ter podido continuar. Desgosto mesmo. Nunca admiti, ou disse a alguém, mas entristecia-me passar pela entrada do Liceu Nacional da Horta e saber que nunca lá dentro entraria. Às vezes humedeciam-me os olhos (NETO, 2017, p. 32).

Nesta perspetiva, escusado será dizer, desejava fazer algo de útil e permanente para melhorar a vida da terra e das suas gentes, porque a América permitiu que se educasse no *New Bedford High School*, no *SMTI/Umass Dartmouth* e na *Brown University*.

A Fundação seria a concretização de um dos seus sonhos que a América lhe permitiu obter: a educação como base do *self-made-man*. Agora pretendia partilhar o seu desejo com outros, a quem faltavam os meios. E foi acertada a sua opção.

Tanto na ata de reunião como nos primeiros estatutos, aprovados a 10 de maio de 1970, pelo Conselho Supremo, constituídos por seis capítulos e trinta e quatro artigos, estão plasmados os grandes objetivos da Fundação, ou seja, os estatutos vão ao encontro desta associação de vontades, das ideias defendidas pelos seus fundadores.

A análise dos estatutos permite, ainda, perceber que a Fundação, antes de tudo, deve ser entendida como uma instituição de “fins desinteressados” (Artigo III). O mesmo é dizer que as suas atividades se destinam apenas a uma obra de Bem-fazer: a atribuição de Bolsas de Estudo a jovens que “demonstrem qualidades de aplicação e de inteligência, assim como falta de condições financeiras” com a finalidade da promoção individual dos faialenses e dos seus descendentes e do progresso cultural, social e económico da ilha do Faial e também das com comunidades onde possam viver (Artigos II, IV e V). Para o efeito, seria criado um fundo para sustentar as Bolsas de Estudo (artigo IV)¹⁹³.

Para entendermos o alcance desta iniciativa, que perdura desde 1969, importa entender o significado da sua divisa simbolizada na expressão *Et Pluribus Unum*.

Os estatutos iniciais seriam revistos e aumentados em 1995 e 2001 respetivamente. A três de março de 1995 foi deliberado, em assembleia legislativa, que a mesma se passasse a chamar apenas *Fundação Faialense, Inc.*

Iniciou a concessão de bolsas - duas - no ano letivo de 1972-1973. Em 50 anos, comemorados em 2019, atribuiu 184 bolsas no valor de 414 500 dólares.

Na mesma linha de discurso vão as palavras pronunciadas por Manuel Fernando Neto aquando da comemoração dos 20 anos da sua fundação¹⁹⁴,

¹⁹³ *Associação Beneficente Faialense*, Estatutos, 1970.

¹⁹⁴ Manuel Fernando Neto, *Discurso do 20.º aniversário da Fundação Beneficente Faialense*, 1989 (Policopiado).

em 1989, em que emerge a ideia de que o desenvolvimento de qualquer comunidade e de emancipação dos seus membros reside na importância que se dá à Educação, corroborando assim o que se escreve no *Talmude*: “Toda a cidade onde as crianças não forem à escola está destinada a perecer”. Tal permite acreditar que a ignorância é pior do que a ferrugem. Lido o seu discurso nas suas partes expositivas e dispositivas, concluiu-se que, primeiro, “o desenvolvimento social, económico e cultural de qualquer sociedade é sempre relacionado com as estruturas educacionais existentes e com o grau de atenção e de apoio dado a essas instituições”; depois, “as sociedades mais evoluídas e consequentemente mais prósperas são sempre aquelas que levam mais a sério a educação dos seus jovens. [Por isso,] nos países menos desenvolvidos as prioridades são quase sempre outras [como acontece] em Portugal”; por último, “reconhecendo-se essa realidade há 20 anos nasceu a *Fundação Beneficente Faialense* como tentativa de responder à necessidade de então que era mais acentuada lá do que cá”¹⁹⁵.

Geminação Horta-New Bedford

Depois da concretização do projeto da Fundação, iniciou-se o de geminação das cidades irmãs, que passou a integrar a agenda política de Manuel Fernando Neto, um outro modo interessante do seu envolvimento em atividades cívicas e políticas na cidade de New Bedford.

Para que o seu plano pudesse vingar tornava-se indispensável um gesto de boa vontade e de amizade entre as municipalidades de New Bedford e da Horta, porque estava arreigada a ideia de que a geminação seria um instrumento único para incrementar atividades sociais, culturais e experiências de intercâmbio de carácter económico e político entre as duas cidades.

Assim, em 1971, na sequência da eleição de Manuel Fernando Neto para o conselho municipal de New Bedford, este fez da ideia a sua primeira proposta legislativa: a geminação das duas cidades, apesar de chamar a atenção que esta iniciativa devia partir da edilidade faialense, o que viria a acontecer.

Note-se que outro aspeto de elevada importância sobre este episódio é que a ideia de irmanar as duas cidades não é apenas de Neto. A ele devemos juntar outro patrício, natural da freguesia de Castelo Branco, João Miguel da

¹⁹⁵ Manuel Fernando Neto, *Discurso do 20.º aniversário da Fundação Beneficente Faialense*, 1989 (Policopiado).

Silva (AMARAL, 2001, p. 30). Como bem evidencia, das muitas “coisas” que falava com Neto sobre a ilha do Faial, começou a tomar forma a ideia de se oficializar as relações entre a Horta e New Bedford, transformando-as em *Sister City* (cidades irmãs).

Concomitante, a Câmara Municipal da Horta, na sua reunião ordinária de um de março de 1972, então sob a presidência do Eng. Vítor Macedo, deliberou “considerar a cidade de New Bedford, cidade irmã congénere da Horta”. Esta decisão seria remetida a Manuel Fernando Neto, pelo ofício, n.º 375, de 14 do mesmo mês e ano. No mesmo adiantava-se que a decisão camarária “ufanará, por certo, todos os faialenses radicados nessa cidade”; seguidamente, reforçava-se a ideia de que não havia nos Estados Unidos cidade mais portuguesa do que New Bedford, devido à maioria dos seus habitantes portugueses serem descendentes da ilha do Faial; por fim, solicitava-se a Neto que, na qualidade de conselheiro municipal de New Bedford, desse a conhecer aos “seus pares, este nosso desejo”¹⁹⁶.

A intenção da Câmara faialense seria confirmada pelo conselho municipal de New Bedford que, por unanimidade, na sua reunião de 13 de abril, deliberou aceitar o desejo da Câmara faialense, e adotar a Horta com *Sister City*¹⁹⁷.

Por seu turno, a edilidade faialense, na sua reunião de três de maio, depois de tomar conhecimento da decisão de 13 de abril, deliberou, novamente por unanimidade, entre outras coisas: proclamar New Bedford como Cidade-Irmã; felicitar o digníssimo conselheiro municipal de daquela cidade americana, Manuel Fernando Neto, “nosso porta-voz”, pelo bom êxito das suas diligências; criar uma comissão com vista a um maior estreitamento de relações culturais, desportivas e outras que sirvam para irmanar as comunidades faialense daqué e dalém Atlântico, composta pelos vereadores José Pacheco de Almeida e Mário de Mesquita Fraião¹⁹⁸.

No fundo, entendiam as duas Câmaras que a ligação entre as duas cidades podia conduzir a um programa de intercâmbio de que, por exemplo, o desporto podia constituir um meio de união. Daí a vinda à Horta, durante alguns anos, do *Clube União Faialense*, cujo hino social é da autoria da professora e poetisa faialense, D. Ana Adelina da Costa Nunes.

¹⁹⁶ *Câmara Municipal da Horta*, Correspondência Expedida, 1972, “Ofício, n.º 378, 14 de março de 1972, do presidente da Câmara Municipal da Horta a Manuel Fernando Neto”.

¹⁹⁷ *City Of New Bedford*, “Resolution, April 13, 1972”.

¹⁹⁸ *Câmara Municipal da Horta*, “Certidão, 12 de maio de 1972”.

Texto após texto, notícia após notícia, documento após documento, verificamos que a consagração deste projeto de geminação aconteceu em julho do mesmo ano de 1972, quando, a convite da Câmara Municipal da Horta, uma comitiva da sua congénere de New Bedford, constituída pelo seu *mayor*, John Allen Markey, e pelo conselheiro Manuel Fernando Neto, a que se associou a equipa do *Clube União Faialense*, visitou a ilha do Faial, ou seja, uma consagração testemunhada pelo “primeiro aperto de mão” (AMARAL, 2001, p. 8, 57).

Esta visita, que decorreu entre quatro e oito de julho, coincidiu com as datas de elevação da Horta a cidade – 4 de julho de 1833 – e da independência dos Estados Unidos – 4 de julho de 1776. Por isso, a comitiva, participou no tradicional Baile conhecido por *Fourth July*, iniciativa do Sporting Club da Horta, e desaparecido há alguns anos¹⁹⁹.

Mas apesar de separadas pelo Atlântico, o que tinham, à época, de comum as duas cidades?

1.º O papel relevante desempenhado no período da caça à baleia.

2.º A importância da indústria da pesca com um fator económico da maior importância.

3.º A maioria dos habitantes de New Bedford serem originários da Horta, em resultado da saída de emigrantes desde o século XIX, devido à passagem pela baía da Horta de baleeiras americanas provenientes daquela cidade e de Nantucket, onde faziam aguada e recrutavam novos tripulantes. Registe-se que muitos eram clandestinos. Fugiam de duas coisas: da pobreza e do castelo (tropa).

4.º Os novos costumes e hábitos de vida deviam constituir não uma separação, mas um meio de ligação com a terra, familiares e amigos de onde haviam saído.

Conclusão

O Vulcão dos Capelinhos abre-nos o caminho a uma imaginação que a ele se liga, a uma imaginação a um tempo significativa e comovedor, porque

¹⁹⁹ Sobre o assunto, veja-se “New Bedford e Horta – Cidades Irmãs”, *O Telégrafo*, 27.4.1972 (21 757), p. 1; “O primeiro aperto de mão das cidades-irmãs”, *Correio da Horta*, 4.7.1972 (12 011), p. 1, 4; 5.7.1972 (12 012), p. 1; “Cidades Irmãs: New Bedford e Horta”, *O Telégrafo*, 4.7.1972 (21 810), p. 1; 5.7.1972 (21 811), p. 1; 8.7.1972 (21 814), p. 1; 28.7.1972 (21 831), p. 1.

se tornou no acontecimento mais importante da História da ilha do Faial no século XX, consubstanciado na expressão *O Ano do Vulcão*.

No campo das memórias e das emoções partilhadas, os Estados Unidos serão sempre o País dos sonhos e o Vulcão dos Capelinhos o motivo que permitiu a 4874 sinistrados abalar para a felicidade, abalar com uma mala de esperanças (LOBÃO, 2009, p. 68) Todavia, uma Felicidade que se manifesta no sempre presente sentimento de nostalgia expresso na palavra saudade: “Ó São João da Caldeira, / Amigo da minha mocidade, / Arranja-me uma maneira / Por ti, bruxa ou feiticeira, / De matar esta saudade” (NETO, 2008, p. 240).

Tal permite acreditar que, como escreveu Maria das Dores Beirão, “você não sabem que o ilhéu leva consigo a Ilha, não às costas como pesadelo, mas como pérola formada pela saudade na concha do coração” (BEIRÃO, 2008, p. XIV). Ou então como refere Álamo de Oliveira: “Amar a ilha sobre todas as coisas e a um avião como a nós mesmos” (OLIVEIRA, 2008, p. 75-78). Isto pode simbolizar, como já se aludiu, que quem “parte ama a dobrar”, ou seja, o emigrante deixa a sua terra, mas o “coração fica”. “É assim em verdade”²⁰⁰.

Finalmente, existe um conjunto de pessoas que hoje perduram na memória coletiva de todos aqueles que ajudaram a reconciliarem-se com a esperança tanto durante como após a erupção do Vulcão dos Capelinhos: os homens do Vulcão – Freitas Pimentel e Frederico Machado²⁰¹; os homens dos vistos – Joseph Perry Jr., Orlando Pastore²⁰² e

²⁰⁰ “Portugal nos Estados Unidos. Impressões do governador do distrito da Horta, Dr. Freitas Pimentel”, *Correio da Horta*, 17.9.1960 (8 451), p. 1-2.

²⁰¹ Dois nomes marcaram, localmente, esse “ano” do Vulcão: o governador civil, Dr. Freitas Pimentel (1901-1981) e o diretor das Obras Públicas do distrito da Horta, Eng. Frederico Machado (1918-2000), “o cientista do povo” e o “cronista do vulcão” como ficou conhecido pela população faialense. Ambos foram na “terra”, durante o dia e a noite, o apoio às populações, sobretudo nas áreas de maior impacto, levandolhes o conforto da sua presença, das suas palavras animadoras, incutindo-lhes calma e confiança e indicandolhes os sítios para onde se deveriam refugiar. Por isso, *A União* de Angra citada pelo diário faialense *O Telégrafo* não tinha quaisquer dúvidas em afirmar que o primeiro magistrado do distrito era o que se podia chamar, com inteira propriedade, “um governador à altura das circunstâncias [...]”. Ninguém como ele saberia, certamente, conduzir esta nau a porto de salvamento. Que tudo vê, tudo prevê, a tudo acode, numa atividade verdadeiramente fantástica”, cf. *O Telégrafo*, 22.5.1958 (17 547), p. 1.

²⁰² A 21 de outubro de 1962, no salão da escola de São Francisco Xavier, em East Providence, Estado de Rhode Island, Joseph Perry Jr. (representante estadual), John Orlando Pastore (1907-2000, senador federal), considerados devotados pugnadores para a abertura das portas dos Estados Unidos aos sinistrados faialenses, John Edward Fogarty (1913-1967, representante federal) e Ira Samuel Galkin (1895-1989, industrial), foram homenageados durante um banquete em que assistiram mais de 600 luso-americanos: “Anteontem, o Salão Escolar da igreja de S. Francisco Xavier, em Providence, Estados Unidos da América do Norte, regurgitou na ambiência do projetado jantar de homenagem, levado a efeito pelos lusoamericanos. / Além dos senadores Joseph Perry e Pastore, que patrocinaram a concessão de 2 mil vistos aos sinistrados faialense, estiveram presentes figuras salientes da Diplomacia e da Colónia Portuguesa. / Entre a assistência, encontravam-se os membros da antiga Comissão que promoveu o pedido dos `vistos`, formada pelos Srs. Frank Maciel, António Goulart, Mrs. Emília Marques, Eduíno Pereira, Gilberto Rocha

John Kennedy²⁰³; e os homens de um Mundo Novo que nunca esqueceram a ilha, esse pedaço de terra no meio do Atlântico Norte, que tem casas com gente dentro. Por isso, esse *Ano do Vulcão* acabou por se tornar algo de extraordinário: fala por si em cada um de nós.

Ou seja, no coração dos faialenses emigrados ao abrigo da lei especial dos sinistrados do Vulcão do Capelinhos, despontou-lhes a flor da Gratidão,

e Agostinho Pires de Matos, a que se associaram agora os faialenses Manuel Garcia de Vargas, Heitor Câmara, António Lacerda e Gilberto Costa. / Compareceram ainda alguns sacerdotes, tendo usado da palavra, em nome dos faialenses, o Sr. padre José Leal Furtado, que fez referência especial à cerimónia da oferta das placas artisticamente trabalhadas pelo faialense, sr. António Pereira Goulart. / A realização deste jantar de homenagem, onde foi posto em relevo o reconhecimento dos imigrados faialenses, resultou ainda numa significativa Festa de confraternização da colónia luso-americana. / Por essa ocasião, além das três placas a que já nos referimos, foram entregues outras lembranças do Faial, como medalhas do Município da Horta. / O governador do distrito, Sr. Dr. Freitas Pimentel, e o presidente da Câmara da Horta, Dr. Sebastião Goulart, fizeram-se representar na homenagem realizada pelo Senador John Perry, descendente do Faial [a mãe era natural da freguesia da Praia do Norte e o pai era natural da ilha do Pico]. / Brevemente, por uma comissão, de que farão parte aqueles Senadores, será oferecida uma placa igual ao presidente Kennedy, aquando da sua visita aos Estados de Leste. / Ao registar, gostosamente, a iniciativa dos nossos patrícios residentes na América, não podemos deixar de felicitar o Sr. António Pereira Goulart pelo apreço que mereceram os seus apreciados trabalhos de talha e também por terem sido coroados de êxito os seus esforços a bem da oportuna homenagem dos sinistrados faialenses, distinguindo assim, na Pátria adotiva, a sua Terra Natal – o Faial”, “Homenagem Luso-Americana”, *Correio da Horta*, 1962, outubro 23 (9092), p.1 e 4. Sobre o assunto, veja-se “Homenagem dos sinistrados ao senador J. Perry”, *O Telégrafo*, 21.10.1962 (18 883), p. 1; MARCOS, 2008a, p. 110-115.

²⁰³ A 10 de maio de 1963, a comunidade portuguesa homenageou John Kennedy, que recebeu uma delegação luso-americana na Casa Branca: “Ainda não há muito, noticiou o *Correio da Horta* que o hábil artista faialense, sr. António Pereira Goulart Jr., antigo empregado da Sociedade Amor do Pátria, gravara uma placa em madeira com o distintivo do Presidente Kennedy dos Estados Unidos da América, a fim de ser oferecida ao Chefe da Nação Americana, como sinal de gratidão dos sinistrados faialenses que, ao abrigo da lei especial, emigraram para aquele próspero País. / Agora chega-nos a notícia, documentada com fotografias, de que o sr. António Pereira Goulart Jr. acompanhado pelo Senador J. Pastore, pelo Rev. J. Perry, por outras entidades norte-americanas e, ainda, por uma representação da colónia portuguesa nos Estados Unidos. / A delegação era constituída por: António Pereira Goulart Jr., D. Maria E. Goulart, António Pereira Goulart, menina Olivia Goulart, Tomás Morais, Margaret P. Andrade, Manuel P. da Rosa, Gilberto T. Rosa, Eduíno G. Pereira, Manuel Garcia Vargas, Peter Pimentel, Joseph Perry Jr., Mary Perry, Heitor Câmara e esposa. / Foram recebidos pelo Secretário do Presidente, que imediatamente os conduziu à sala das sessões, onde tiveram de aguardar alguns momentos visto que Mr. Kennedy se encontrava no Jardim, recebendo a Convenção de um Estado Americano e no seu gabinete de trabalho achavase, também, uma comissão que o havia ido convidar para assistir a uma regata. Finalmente, dando entrada no gabinete, o sr. Goulart leu uma mensagem em português, que foi traduzida pelo Rev. Perry, e à qual o Presidente respondeu que, ao assinar um bocado de papel, estava longe de supor que iria fazer bem a tanta gente e que entre ela viria um homem que faria uma placa para lhe ser oferecida. / A oferta da placa foi feita, de mão em mão, por uma neta de António Pereira Goulart, de nome Olivia, com 11 anos de idade. / No final Mr. Kennedy chamou o Secretário e pediu-lhe que trouxesse um estojo com duas canetas, uma com o nome da Casa Branca e outra com o nome do Senado, e ainda um alfinete em ouro com a efígie da lancha que comandou durante a última guerra. Ofereceu estes objetos à netinha do sr. António Pereira Goulart, que os guardará, sem dúvida para mais tarde os mostrar aos seus filhos e netos. E assim terminou esta singela homenagem ao Presidente da Grande Nação Americana, modesta em si própria, mas que soube traduzir, eloquentemente, os sentimentos de gratidão de todos os sinistrados a quem o Governo de Washington deu generoso acolhimento e que encontraram expressão na iniciativa pessoal de um conhecido faialense, o Sr. António Pereira Goulart”, “Os Faialenses agradecem a Kennedy”, *Correio da Horta*, 6.7.1963 (9302), p. 1, 4. A 3 de julho de 1963, John Kennedy, então presidente dos Estados Unidos, passou pela ilha Terceira, em escala de abastecimento, cf. “Kennedy nos Açores”, *O Telégrafo*, 4.7.1963 (19 092), p. 1. Fica o registo.

consubstanciando a sua admiração e o seu reconhecimento de diversas maneiras. Por isso, como bem evidencia no jornal *Correio da Horta*, em 1958, a melhor maneira dos sinistrados faialenses mostrarem o seu “reconhecimento será, num futuro próximo, os novos emigrantes faialenses, tal e qual aos que por ali moirejam, honrarem a sua Terra, bem servindo-a em Terra tão colhedora e amiga. Estamos certos de que assim acontecerá”²⁰⁴. E não se enganou!

Fontes e Bibliografia

Orais

António Sebastião Goulart.

Conceição Silva.

Hélder Oliveira

Jaime Silva

Leonilda Andrade.

Luís Carlos Decq Mota

Maria Regina Pimentel.

Senhorinha Alvernaz.

Manuscritas

Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça

Fundo Governo Civil do distrito Autónomo da Horta

BPARJJG, *Governo Civil*, Passaportes, Livro de Registo, 1933-1963, L.º11.

BPARJJG, *Governo Civil*, Passaportes, Livro de Registo, 1957-1959, L.º12.

BPARJJG, *Governo Civil*, Passaportes, Livro de Registo, 1959, L.13.

BPARJJG, *Governo Civil*, Passaportes, Livro de Registo, 1959, L.º14.

BPARJJG, *Governo Civil*, Passaportes, Livro de Registo, 1959-1961, L.º15.

BPARJJG, *Governo Civil*, Passaportes, Livro de Registo, 1961-1965, L.º16.

BPARJJG, *Governo Civil*, Emigração, Processos de 1959.

BPARJJG, *Governo Civil*, Emigração, Processos de 1960.

BPARJJG, *Governo Civil*, Emigração, Processos de 1961.

BPARJJG, *Governo Civil*, Emigração, Processos de 1962.

BPARJJG, *Governo Civil*, Emigração e Passaportes, Processos de 1958.

BPARJJG, *Governo Civil*, Emigração e Passaportes, Processos de 1959.

BPARJJG, *Governo Civil*, Emigração e Passaportes, Processos de 1960.

Arquivo da Câmara Municipal da Horta

ACMH, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1956-1958 e 1972.

²⁰⁴ “Apontamento. Amizade Luso-Americana”, *O Telégrafo*, 5.9.1958, (7839), p. 1.

Dactilografadas

Associação Beneficente Faialense, Estatutos, 1970.

Associação Faialense, Estatutos, 1995.

Associação Faialense, Estatutos, 2001.

BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Emigração e Passaportes, Pasta/Ano de 1959/Serviço B-5.

NETO, Manuel Fernando, 1989 – *Discurso do 20.º aniversário da Fundação Beneficente Faialense*.

Impressas

Jornais

BPARJJG, *Correio da Horta*, 1953-1976.

BPARJJG, *Telégrafo (O)*, 1927 e 1957-1972.

Revistas

Paris Match

Bibliografia

AMARAL, Armando, 2001 – *Horta-New Bedford - Cidades por baleia Irmanadas*. Horta: Câmara Municipal da Horta.

AMIGOS DOS CEDROS, 2009 – *Faialenses Sinistrados pelo Vulcão dos Capelinhos*. [Estados Unidos da América]: Amigos dos Cedros.

BEIRÃO, Maria das Dores, 2008 – “Vocês não sabem”, in Tony Goulart (coord.), *Capelinhos. As Sinergias de um Vulcão. Emigração Açoriana para a América*. São José: Portuguese Heritage, Publications of Califórnia, Inc.

CASTELO, Cláudia, 2007 – *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Lisboa: Edições Afrontamento.

COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, 1998 – “Impacto demográfico da erupção vulcânica dos Capelinhos”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX. Atas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e São Jorge*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 339-351.

CUNHA, J. Correia da, 1962 – “A Erupção dos Capelinhos - seus reflexos na economia do Faial”, in *Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, p. 51-54.

FORJAZ, Victor Hugo (coord.), 2007 – *Vulcão dos Capelinhos. Memórias 1957-2007*. Ponta Delgada: Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores.

GOULART, Tony (coord.), 2008 – *Capelinhos. As Sinergias de um Vulcão. Emigração Açoriana para a América*. São José: Portuguese Heritage, Publications of Califórnia, Inc.

LOBÃO, Carlos (org.), 1989 – *Antologia da Poesia Faialense (1700-1850)*, I Volume. Horta: Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta.

LOBÃO, Carlos (org.), 1999 – *Ano do Vulcão (1957-1958)*, 2.ª edição. Horta: Clube de Filatelia O Ilhéu.

LOBÃO, Carlos (org.), 2008 – *Ano do Vulcão (1957-1958)*, 8.ª edição. Horta: Clube de Filatelia O Ilhéu.

LOBÃO, Carlos, 2009 – *A Geração do Vulcão*. Horta: Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta.

- LOBÃO, Carlos, 2014 – *Uma Cidade Portuária. A Horta entre 1880 e 1926. Sociedade e Cultura com a Política em Fundo*. Horta: Edição do Autor.
- LOBÃO, Carlos, 2019 – *O Voto Municipal de 1718*. Horta: Câmara Municipal da Horta.
- MACHADO, Frederico, 1959a – “Atividade Vulcânica da Ilha do Faial (1957-58)”, *Atlântida*, Volume II. Angra do Heroísmo, p. 225-236.
- MACHADO, Frederico, 1959b – “Notícia preliminar relativa aos meses de setembro e outubro de 1958”, *Atlântida*, Volume III. Angra do Heroísmo, p. 153-159.
- MARCOS, Daniel, 2008a – *A Erupção dos Capelinhos: janela de oportunidade para a Emigração Açoriana*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- MARCOS, Daniel, 2008b – “A Erupção dos Capelinhos: `Janela de Oportunidade` para a Emigração Açoriana”, in Tony Goulart (coord.), *Capelinhos. As Sinergias de um Vulcão. Emigração Açoriana para a América*. São José: Portuguese Heritage, Publications of Califórnia, Inc, p. 79-85.
- MENDONÇA, Luís; ÁVILA, José, 2002 – *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Lisboa.
- MONTEIRO DE FREITAS, Manuela de Lemos, 1958 – *Aspectos da Emigração Açoriana* (tese de licenciatura existente na Biblioteca da Escola Secundária Manuel de Arriaga).
- NETO, Manuel Fernando, 2008 – “Uma história americana, graças ao Vulcão dos Capelinhos”, in Tony Goulart (coord.), *Capelinhos. As Sinergias de um Vulcão. Emigração Açoriana para a América*. São José: Portuguese Heritage, Publications of Califórnia, Inc.
- NETO, Manuel Fernando, 2017 – *Retalhos da Minha Infância: 1942-1960*. New Bedford: Edição do Autor.
- OLIVEIRA, Álamo, 2008 – “1 500 vistos USA por um vulcão”, in Tony Goulart (coord.), *Capelinhos. As Sinergias de um Vulcão. Emigração Açoriana para a América*. São José: Portuguese Heritage, Publications of Califórnia, Inc.
- OLIVEIRA, Hélder Manuel de, [2009] – *Manuel Goulart, A Nossa Odisseia do Capelo, FaialAçores aos Estados Unidos da América*. [Horta].
- SÁ, Daniel de, 2008 – “O Outro lado das Tragédias”, in Tony Goulart (coord.), *Capelinhos. As Sinergias de um Vulcão. Emigração Açoriana para a América*. São José: Portuguese Heritage, Publications of Califórnia, Inc.
- SCHOELL, Frank L., 1977 – *História dos Estados Unidos*. Lisboa: Editorial Aster.

Trajetórias de pesquisadores estudiosos da imigração no Brasil

*Luís Reznik*²⁰⁵

*Paulo Cesar Goncalves*²⁰⁶

*Rui Aniceto Nascimento Fernandes*²⁰⁷

Os estudos sobre a imigração no Brasil

A evolução histórica dos estudos sobre movimentos migratórios tomou o caminho da pesquisa multidisciplinar, abarcando as Ciências Humanas e Sociais, mas também áreas das Ciências Biológicas, como a Psicologia, a Psiquiatria, a Medicina e, mais recentemente, a Ciência Ambiental. Sob o ponto de vista do historiador, a preocupação com o passado é fruto de questões vivenciadas no tempo presente, direcionando o olhar do pesquisador para temas, objetos e abordagens muitas vezes inéditos, que invariavelmente implicam adoção de novas metodologias, conceitos e diálogos interdisciplinares²⁰⁸.

Os deslocamentos de populações ocorreram – e ocorrem – tendo como pano de fundo construções históricas modernas como Estado-nação, fronteiras e nacionalismos (HOBSBAWM, 1990; ANDERSON, 2008), desenvolvidas paralelamente ao aumento do fluxo de saída de europeus no Oitocentos²⁰⁹, cujo clímax foi alcançado na virada para o século XX até a Primeira Guerra Mundial – a “Grande Emigração” – amparado na revolução dos transportes e comunicações – estradas de ferro, navios a vapor e telégrafo – em um mundo cada vez mais conectado (HOBSBAWM, 1996).

²⁰⁵ UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro / CNPq / FAPERJ.

²⁰⁶ UNESP – Universidade Estadual Paulista / CNPq / Cátedra Jaime Cortesão (USP).

²⁰⁷ UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

²⁰⁸ O levantamento realizado em 2018 – por meio dos indexadores “imigração”, “colonização”, “refugiados” – junto aos grupos de pesquisa registrados no CNPq parece confirmar a hipótese da multidisciplinaridade, apesar do predomínio da História (34%), seguido pela Sociologia (12%), Direito e Linguística (10% cada), Ciência Política e Educação (6% cada), Demografia, Comunicação e Letras (4% cada), Antropologia, Saúde Coletiva, Psicologia, Enfermagem e Planejamento Urbano (2% cada). Os pesquisadores estão distribuídos em catorze áreas de conhecimento.

²⁰⁹ Na perspectiva dos movimentos transoceânicos, não se deve esquecer da diáspora forçada de africanos (MANNIX, COWLEY, 1970) e do grande fluxo migratório de asiáticos (NORTHROP, 1995).

Nesse contexto, milhões de europeus deixaram sua terra natal e atravessaram o Atlântico com destino ao Novo Mundo em busca de melhores condições de vida, o que não significou necessariamente na sua fixação definitiva. Estados Unidos, Argentina e Brasil constituíram-se nos principais países receptores de imigrantes naquilo que pode ser denominado “mercado atlântico de trabalho”, com todas as suas implicações em termos de mobilidade, informações, integração, embarços, remunerações, especificidades, oferta e demanda (GONÇALVES, 2012).

No Brasil independente e escravista, a vinda de imigrantes representou a possibilidade de colonização de áreas consideradas desabitadas, mas também a alternativa para substituir o trabalho escravo na grande lavoura exportadora. Significou ainda, na concepção da elite intelectual, uma etapa fundamental em direção à modernização da sociedade e aproximação do modelo civilizatório europeu, no qual a valorização do trabalho, libertando-o da pecha do escravismo, era essencial.

Não cabe no âmbito neste espaço a discussão sobre as políticas de imigração desenvolvidas pelo Brasil que transformaram o país em importante receptor de imigrantes, mas apenas ressaltar o contexto histórico para introduzir o escopo da pesquisa e das entrevistas. Em síntese, destacar a importância da imigração para o desenvolvimento da sociedade brasileira em todos os sentidos e a consequente preocupação por parte do Estado, de pensadores sociais contemporâneos ao processo e, mais recentemente, da própria academia em estudá-la de acordo com as perspectivas de momentos históricos distintos.

Impossível, ainda, fazer um balanço exaustivo, daquilo que foi publicado ao longo de quase dois séculos. Mas seria importante relembrar alguns dos grandes temas nacionais que envolveram a imigração na ótica de seus estudiosos e, assim, tentar delinear um quadro comparativo até os dias atuais, quando o Brasil, inclusive, já se apresenta, desde a década de 1980, também como um país de emigrantes²¹⁰ perante a complexidade de fluxos que caracterizam o capitalismo global (BAENINGER, 2012).

Os estudos sobre imigração e deslocamentos migratórios constituem campo consolidado nas ciências humanas, conforme já argumentado. O território de investigação abre facetas muito variadas e compreende pesquisas com perspectivas as mais diversas ancoradas na demografia, nos direitos hu-

210 O foco deste texto recai apenas na imigração no Brasil. Não são consideradas emigração e as migrações internas de brasileiros.

manos, na geografia, na história econômica, na culinária e na gastronomia, nos estudos étnicos e raciais, na literatura étnico-nacional, na biografia, nos estudos de trajetórias pessoais e de gênero, entre tantos.

A preocupação com o tema da imigração está presente, desde há muito, no pensamento social brasileiro. No século XIX essa produção foi caracterizada pelos discursos parlamentares, pelos relatórios dos órgãos públicos, pelas teses científicas e pela literatura que elegiam duas temáticas principais: a integração do imigrante à sociedade brasileira e o seu papel como mão de obra. O ideal de branqueamento²¹¹ da sociedade brasileira elegia alguns grupos europeus como os principais alvos das políticas imigrantistas que possibilitariam a viabilidade racial do país no concerto das nações civilizadas. *Pari passu*, no processo de transição da mão de obra escrava para a assalariada, identificou-se no imigrante europeu o elemento mais apto para o progresso econômico da nação (NAXARA, 1998; SCHWARCZ, 1993).

A historiografia brasileira das últimas décadas vem atualizando essas temáticas. Uma série de estudos problematizou o processo de integração cultural do imigrante na sociedade brasileira. Enfocando aspectos políticos, sociais e culturais, esses trabalhos visam analisar as estratégias de interação entre imigrantes e nativos; as questões de gênero vinculadas aos papéis sociais destinados aos imigrantes aportados no Brasil, os processos de assimilação/apropriação de valores e práticas culturais como estratégias de constituição de novas identidades e integração dos imigrantes nas regiões onde se fixaram (SEYFERTH, 2002; PAIVA, 2010; LESSER, 2001; OLIVEIRA, 2001; PATARRA, 1996).

Em complementaridade, desenvolveram-se análises sobre o papel do imigrante como força de trabalho em variados ofícios no campo e nas cidades; os projetos e práticas de colonização do interior do país, o seu papel na estruturação de organizações de classe e sindicais, as políticas públicas de controle social e ideológico dos imigrantes, entre outras. Nos últimos anos, ganhou destaque nos estudos migratórios o levantamento da memória dos agentes envolvidos. Estes estudos buscam analisar os processos de construção de identidades étnico/comunitárias; as estratégias de interpretação da experiência da imigração; e os agentes/guardiões da memória familiar

211 A teoria do branqueamento era peculiar ao Brasil e jamais foi adotada na Europa ou nos Estados Unidos. A tese baseava-se na presunção da superioridade da raça branca; junto a isso, acreditava-se que a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca devido à maior incidência de doenças e à desorganização social e que a miscigenação levaria a uma população mais clara, em parte por ser o “gene branco” mais forte e em parte porque as pessoas procuravam parceiros mais claros do que elas. Nesse sentido, a imigração de europeus reforçaria a predominância branca (SKIDMORE, 1976).

ou de comunidades; a diversidade étnica da imigração (GOMES, 2000; GOMES, MAUAD, 2006; PEREIRA, 2008; MATOS, MENEZES, 2012; KLEIN, 1994; TRENTO, 1998; FAUSTO, TRUZZI, GRUN, SAKURAI, 1995; PINHEIRO, HALL, 1981, entre outros).

A partir da década de 1980, a História Cultural (VAINFAS, 2011) exerceu forte influência nos estudos sobre imigração. Como resultado, o desenvolvimento e aplicação de novas metodologias, a ampliação do debate com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, a ressignificação de antigas temáticas, a intensificação de abordagens de estudos de casos, a aplicação do conceito de cadeias migratórias, a valorização do imigrante como sujeito histórico, contribuindo, assim, para o refinamento do conhecimento da complexidade que caracteriza os movimentos migratórios. Através da análise dos aspectos culturais foi possível pautar temas cada vez mais caros à realidade presente, como as estratégias de integração e assimilação por parte dos imigrantes e da sociedade de destino, a questão da conformação de identidades e etnicidades, o associativismo, a agência da mulher imigrante, a experiência e a memória da imigração e, mais recentemente, o problema do racismo e da xenofobia. Em síntese, as culturas em contato no mundo globalizado (HOERDER, 2002).

A diversificação temática e de abordagem demandou novas metodologias, valorizando ainda mais o diálogo com a Antropologia (SEYFERTH, 2004) na perspectiva de novos pressupostos teóricos e conceituais para a análise da relação de contato entre povos cultural e etnicamente distintos (ALMEIDA, 2012). Essas discussões ultrapassaram os limites dos trabalhos individuais e foram publicadas em livros especializados, geralmente coletâneas, nas quais os autores abordam o tratamento metodológico das mais variadas fontes, os desafios, os limites e potencialidades da pesquisa em imigração e as contribuições teórico-metodológicas das inúmeras áreas das Ciências Humanas e Sociais (DEMARTINI, TRUZZI, 2005; PÓVOA NETO, FERREIRA, 2005; SEYFERTH, PÓVOA NETO, ZANINI, SANTOS, 2007). Por outro lado, ciente de que os movimentos migratórios implicam na relação entre origem, destino e deslocamento, e em uma série de especificidades, cresceram os estudos comparados acerca da imigração europeia para a América (FAUSTO, 2000), além do intercâmbio de pesquisadores nos dois lados do Atlântico no desenvolvimento de trabalhos em conjunto²¹².

²¹² Os seminários sobre emigração portuguesa para o Brasil desenvolvidos em parcerias com universidades brasileiras e o CEPESE da Universidade do Porto desde 2005 exemplificam essa busca pelo intercâmbio.

Outro ponto fundamental, foi o crescimento dos programas de pós-graduação pelo país, o que acabou por diversificar as áreas geográficas dos estudos migratórios para além do eixo Sul-Sudeste, principais zonas receptoras dos imigrantes, mas não as únicas, como alguns trabalhos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste conseguiram demonstrar. Existem pouquíssimos estudos dedicados a esse tipo de levantamento (ASSIS, SASAKI, 2001; VILELA, LOPES, 2001) que, apesar de essencialmente descritivos, ao menos permitem quantificar e localizar a produção de teses, dissertações e artigos entre as décadas de 1990 e 2000.

Por outro lado, o vocábulo *imigrante*, após as duas guerras mundiais ganhou a companhia das palavras *refugiados* e *deslocados de guerra*, a partir de então, definidos pela legislação internacional e dos Direitos Humanos que deveriam ser cumpridas pelos países signatários. Como reflexo, as estratégias práticas e legais de recepção de refugiados/imigrantes remetem ao tema das políticas migratórias desenvolvidas no passado, que naturalmente ganham nova relevância em estudos amparados na legislação estatal, como os de Koifman (2012) e Mendes (2010), ou trabalhos sobre a presença de minorias imigrantes e os preconceitos sociais (LESSER, 1995, 2001).

Nos anos iniciais do “globalizado” século XXI, a intensificação dos deslocamentos forçados provocados por guerras, perseguições políticas e religiosas, catástrofes ambientais, configuram um quadro dramático – que só se assemelha em números aos refugiados pós-Segunda Guerra. Somado a isso, a persistência das migrações econômicas, então determinadas por novos parâmetros do capitalismo, impelem estudiosos das mais diferentes áreas do conhecimento preocupados com essa realidade a procurar respostas que articulem o contexto mundial e as especificidades regionais na origem e destino (CANALES, 2015).

Dois conceitos: *push-pull* e “cadeias migratórias”

O fenômeno das migrações internacionais em massa foi objeto de reflexão, no século XIX, pelos contemporâneos. Um dos primeiros estudos que tentou sistematizar a natureza e regularidade dos fluxos migratórios elaborou “leis da migração”, ao reconhecer o desenvolvimento industrial como importante fator do deslocamento da população. Ernst Ravenstein, geógrafo alemão, publicou, em 1885, no periódico *Journal of the Statistical Society in England*, artigo em que tentou explicar e prever padrões de migração dentro

e entre as nações (RAVENSTEIN, 1980), associando fortemente desenvolvimento econômico, desigualdades regionais e nacionais aos deslocamentos populacionais. Por esse raciocínio, elaborou um modelo analítico para se pensar esse fenômeno, que se tornou conhecido como *push-pull* (atração-repulsão), em que se destaca o papel da dinâmica territorial na estruturação do projeto migratório dos indivíduos. Os migrantes seriam influenciados pela existência de fatores repulsivos existentes no território de partida e, por outro lado, a escolha do território de destino estaria condicionada pela existência de fatores atrativos, especialmente de caráter econômico. Repulsão e atração eram percebidas como elementos isolados e fenômenos incoercíveis e impessoais.

Nas décadas finais do século XX, o deslocamento das explicações estruturais colocou em evidência as escolhas variadas dos indivíduos e grupos, de modo a relativizar o modelo tradicional *push-pull*. A ênfase principal deixou de recair sobre os fatores de expulsão, determinantes de fluxos migratórios, para incidir sobre as escolhas dos emigrantes, que passaram a ser considerados como atores racionais que perseguiram objetivos e mobilizavam para tais fins os recursos que possuíam à sua disposição. Essa nova abordagem dos estudos migratórios, ao relacionar os países de origem e os países de recepção dos migrantes, permitiu perceber tais deslocamentos, como mecanismos migratórios que são colocados em funcionamento por diferentes atores, individuais e coletivos, envolvidos no processo (LEITE, 2000).

Nesse contexto, foi elaborada a noção de cadeia migratória, que se revelou especialmente adequada para a compreensão dos complexos processos relacionados às migrações internacionais, e também se constituiu em um instrumento relevante para a análise explicativa das estratégias formuladas pelos grupos migrantes (DEVOTO, 1993, 2003).

O conceito de cadeia migratória foi desenvolvido pelos pesquisadores John MacDonald e Leatrice MacDonald para descrever o fenômeno no qual os emigrantes de uma geração utilizam os contatos e experiências da geração anterior, servindo por sua vez de referência aos emigrantes da geração seguinte (TRUZZI, 2008). Samuel Baily (1985) utilizou este conceito ao atribuir o aumento do fluxo migratório às relações interpessoais. Para o historiador estadunidense, os laços de parentela, amizade e conterraneidade entre os indivíduos que já se encontravam no exterior e os que ainda pretendiam emigrar possibilitaram a construção de redes de sociabilidade que garantiram a circulação de informação sobre o destino, além de facilitar a inserção dos recém-chegados no mercado de trabalho da sociedade recepto-

ra. Franco Ramella (1995) vai na mesma direção. Ao se contrapor ao enfoque estruturalista, que prioriza os fatores econômicos de “expulsão e atração”, argumenta a favor da perspectiva que o migrante é um sujeito racional que faz escolhas entre possibilidades diversas. Essas escolhas são potencializadas pelas redes estabelecidas aquém e d’além mar, com informações sobre o destino, sobre mercado de trabalho, entre outros.

Passa a ser questionável, portanto, a imagem tradicional do migrante sem instrução, que na sua miséria era movido por um desespero cego. Existia uma ponderação entre riscos e garantias que só era possível com a disponibilidade de informações adequadas, sejam elas fornecidas por contatos pessoais ou através de agentes recrutadores, jornais internacionais e campanhas publicitárias. Para Leite (2000), “esse tipo de informação concreta e personalizada, desenvolvida no âmbito de relações coletivas em que o potencial emigrante se sentia apoiado, servia de base a decisão de ficar ou partir”.

Os estudos migratórios passaram a considerar, portanto, os emigrantes como sujeitos históricos capazes de perseguir seus objetivos e mobilizar para tais fins os recursos que possuíam à sua disposição. Nessa perspectiva, os migrantes tornaram-se um encadeamento das relações estabelecidas com os membros de uma mesma comunidade e a migração deixou de ser entendida como um processo apenas de ruptura para revelar-se também um processo de continuidade das relações construídas e mantidas entre os dois polos envolvidos. Entretanto, os movimentos migratórios não são fenômenos exclusivamente individuais. Eles também carregam consigo uma complexidade de fatores econômicos que não devem ser negligenciados, visto que os deslocamentos populacionais ocorrem em realidades mais abrangentes.

As entrevistas²¹³

Diante dessa perspectiva teórica mais recente e das temáticas eleitas pelos estudos acadêmicos atuais, o presente texto apresenta-se como parte integrante de um projeto mais amplo, cujo objetivo principal é contribuir para o mapeamento intelectual e institucional dos estudos sobre imigração

²¹³ Agradecemos às professoras Maria Izilda Santos de Matos e Lená Medeiros de Menezes pela disponibilidade e generosidade em receber os autores, em sua residência, para a realização das entrevistas, objeto de análise deste trabalho.

no Brasil, por meio do (re)conhecimento da trajetória dos seus principais pesquisadores²¹⁴. As entrevistas realizadas com as professoras Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP) e Lená Medeiros de Menezes (UERJ) abordaram ideias e conceitos que fundamentaram (e fundamentam) a produção sobre o tema, as trajetórias intelectuais, com destaque para formação acadêmica, as preocupações temáticas, os conceitos balizadores da produção, a nucleação e as redes de pesquisa.

*Maria Izilda Santos de Matos*²¹⁵

Maria Izilda Santos de Matos é filha de imigrantes transmigrantes, que se estabeleceram na cidade de São Paulo por volta da década de 1920. Como era comum entre os imigrantes da época, as famílias do pai e da mãe fixaram-se em região com significativa presença de portugueses, no caso, o bairro de São Judas. Em uma trajetória similar a tantos outros conterrâneos, o seu avô paterno emigrou com o filho mais velho, chamando, posteriormente, por meio de *cartas de chamada*, esposa e outros filhos. O avô paterno trabalhou como motorneiro de bondes e o avô materno, como sapateiro. As filhas deste foram trabalhar como bordadeiras em uma oficina de alta costura cama, mesa, banho, lingerie e enxoval de bebê.

Vivendo a infância neste meio, Maria Izilda reconhece, que a casa da avó paterna “era um pedacinho de Portugal no Brasil”:

Foi nessa família portuguesa, fiel às suas tradições, que cresci, saboreando as comidas das minhas avós, mãe e tias; tradições também marcadas pela religiosidade e valores éticos. Na minha infância e juventude não tinha consciência disso, depois, hoje, rememorando o convívio familiar, essas referências emergem.

²¹⁴ O projeto propõe entrevistar 25 a 35 pesquisadores, de diferentes disciplinas, instituições e regiões geográficas. A expectativa é de que cada entrevistado explicita, a partir de suas trajetórias intelectuais, os seguintes aspectos: formação acadêmica, preocupações temáticas, conceitos balizadores de sua produção, nucleação de pesquisa e intercâmbios. Ao final do projeto, pretende-se elaborar um mapa temático e conceitual do *campo dos estudos migratórios* no Brasil. Por fim, cabe ressaltar dois pontos: (1) as entrevistas são realizadas com todos os cuidados, preocupações e apreensões próprias ao vasto campo da História Oral; (2) em vista o protagonismo dos pesquisadores em suas trajetórias intelectuais, o projeto soma-se aos estudos de história intelectual (WHATMORE, YOUNG, 2016).

²¹⁵ Entrevista concedida por Maria Izilda Santos de Matos, realizada e editada por Luís Reznik, Paulo Cesar Gonçalves e Rui Aniceto Nascimento Fernandes, em 18 de abril de 2019, na residência da entrevistada. Todas as citações realizadas nesta parte do capítulo são transcrições desta entrevista.

A rememoração, como pesquisadora da imigração, realçou os laços identitários, que articulam famílias e comunidades étnico-nacionais: a culinária e a religiosidade (“a igreja era um polo articulador de fé e também de sociabilidade”). O próprio nome da pesquisadora se relaciona com uma devoção dentro da comunidade portuguesa. Também, neste particular, Maria Izilda soube dessa história já como professora universitária, ao examinar uma tese de doutorado.

No curso ginásial (hoje em dia, anos finais do Ensino Fundamental) tomou gosto pela História. Ingressou na Universidade de São Paulo (USP) com a perspectiva de ser professora. Logo começou a lecionar em colégios particulares, na educação básica. Entretanto, a vida universitária abriu novos horizontes. Logo após a finalização dos estudos universitários, foi convidada a compor a equipe de elaboração de uma enciclopédia de História do Brasil para a editora Abril. Nesta época, no início da década de 1980, vendeu-se muitas enciclopédias em fascículos, em bancas de jornal. Após o sucesso editorial de *O Nosso Século*, enciclopédia sobre a história do Brasil do século XX, a editora havia convidado o professor Fernando Novais para coordenar o projeto e dirigir a equipe de uma enciclopédia batizada de SAGA- Grande História do Brasil. Ali, Maria Izilda trabalhou com Novais, além de outros de seus professores e colegas universitários: Arnaldo Contier, Jobson de Arruda, Laura de Mello e Souza e Vera Ferlini. Importante aprendizado, em início de carreira, foi realizar pesquisa de documentos e imagens inéditos no Arquivo do Estado, Museu Paulista, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Trabalhei na área de Império, com Arnaldo Contier. Ele era muito exigente e rigoroso. Aprendi muito com essa experiência, incorporávamos uma produção historiográfica recente, produzimos um material de qualidade, com temas e perspectivas emergente na própria universidade. Era muito trabalhoso, eu fazia e refazia a pesquisa e os textos, o que permitiu um conhecimento e inserção na historiografia do Período Imperial, inclusive, abordando questões de imigração.

Em seguida, ingressou na Pós-graduação. Iniciou o mestrado em História Econômica, em 1987, na USP²¹⁶, sob orientação de José Jobson Arruda, com quem já havia trabalhado no Colégio Objetivo e na enciclopédia

²¹⁶ No ano anterior havia realizado um ano no mestrado da PUC/SP, onde realizou “leituras e discussões que me possibilitaram a descoberta do tema” do mestrado, com o qual ingressou na USP.

SAGA. Se a princípio, parecia ter um objeto bem circunscrito – as indústrias de sacaria para o café –, a pesquisa realizada em diversos acervos, públicos e privados, com o alargamento do escopo documental, amplificou a temática, tornando-a multifacetada. Não por acaso, a banca de qualificação do mestrado indicou a passagem direta para o doutorado, com o argumento que ali havia uma abordagem diferenciada sobre as questões da industrialização; o projeto entrecruzava temas eleitos pela historiografia paulista, como café, indústria, trabalho, movimento operário e imigração. Mas não apenas. O curso de Pós teve um impacto relevante no seu processo formativo e na sua postura como historiadora, conforme ressalta:

Para o doutorado, cursei disciplinas no PPG de História da USP, na PUC/SP e na Unicamp. Já tinha todos os créditos necessários, quando fui fazer um curso, como ouvinte, na sociologia da USP, com a professora Elizabeth Souza Lobo²¹⁷; considero que foi um marco transformador na minha pesquisa e trajetória. Na primeira aula do curso, quando apresentei meu tema de investigação - as indústrias de sacaria, ela me perguntou: ‘Dos trabalhadores dessas indústrias quantos eram do sexo feminino?’” Possuía os dados, mas, não tinha observado as mulheres, a partir de então, a perspectiva de observar as experiências femininas nunca mais foi abandonada.

Temas, bibliografia, abordagens se ampliaram e se transformaram para dar conta do tema. Maria Izilda observou que as operárias nas indústrias e as costureiras de sacaria eram, majoritariamente, imigrantes italianas e portuguesas; os sacos que transportavam o café eram todos costurados à mão nos domicílios, e era um trabalho sazonal realizado nos bairros operários de São Paulo (Mooca, Brás, Belém e Barra Funda) e também no porto de Santos, com expressiva presença de portugueses, muitos vindos da Ilha da Madeira. Por isso, se sentiu impelida a pensar o cotidiano destas mulheres dentro dos muros das fábricas. A pesquisadora circulava, portanto, por vários “territórios” da História: da História Econômica para a História Social e História Cultural; a história das mulheres, a história da imigração.

²¹⁷ Elisabeth Souza Lobo foi professora do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP e professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho da Unicamp, onde teve papel importante na constituição de um núcleo de estudos das relações de gênero. Suas pesquisas em Sociologia do Trabalho, Relações de Gênero e Movimentos Sociais Urbanos renovaram decisivamente o debate no interior das Ciências Sociais brasileiras, principalmente pela leitura do universo da produção a partir das relações de gênero.

O trabalho foi defendido em 1991 e sua primeira edição foi publicada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI/SESI), premiada como melhor tese sobre industrialização no Brasil (MATOS, 1994). A titulação abriu a possibilidade de trabalhar na Pós-graduação da PUC/SP, na qual já era docente e também, estimulada por Elizabeth Lobo, fundar o Núcleo de Estudos da Mulher da PUC/SP.

A partir de então não abandonou mais os estudos sobre as experiências femininas, a imigração, o cotidiano e o trabalho. “Foram crescendo as interlocuções, com uma bibliografia sobre a perspectiva do cotidiano (Michel de Certeau, Michel Foucault, Michel Maffesoli, Hans-Georg Gadamer, entre outros) e de gênero” [Michelle Perrot, Françoise Thébaut, Daniele Kergoat, Ivonne Verdier, Joan Scott e Louise Tilly, já trabalhadas na tese]. No início dos anos 1990, pesquisou o cotidiano feminino em São Paulo e Santos, sobre as mulheres imigrantes, particularmente, as portuguesas. O desafio era dar visibilidade à presença das mulheres em múltiplas atividades do cotidiano e suas estratégias de sobrevivência, atuando como leiteiras, verdureiras, costureiras, bordadeiras, criadas, amas de leite, entre outras atividades.²¹⁸

Vários outros projetos abordaram a cidade e seu cotidiano: as mulheres em São Paulo, em parceria com Eni Mesquita Samara (MATOS, SAMARA, 1993), e o pós-doutorado, em 1997, na França, são dois exemplos relevantes. Neste período, logo após o doutoramento, participa de congressos internacionais. Em Portugal, na Fundação Calouste Gulbenkian, com pesquisadores sobre e/imigração portuguesa de todo mundo, ganha um estímulo da professora, reconhecida pesquisadora portuguesa, Miriam Halpern Pereira, que lhe provoca diretamente: “precisamos de mais trabalhos sobre os portugueses em São Paulo”.

Para Maria Izilda, esta preocupação se justificativa frente ao que compreende como invisibilidade dos portugueses, como grupo étnico-nacional no Brasil:

A produção sobre a imigração em São Paulo é ampla e diversificada, envolve diferentes perspectivas analíticas: demográfica, social, política, cultural. Apesar do tema da imigração ser eleito na historiografia paulista, esta privilegiou certos grupos, como os italianos (sem dúvida

²¹⁸ Para essa pesquisa, recebe uma bolsa da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas-SP, a partir da submissão de projeto ao VI Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher. Eram vários pesquisadores, em um grupo multidisciplinar. Daí resultaram diversas publicações, a mais importante, segundo a pesquisadora, foi o livro *Cotidiano e cultura: História, cidade e trabalho* (MATOS, 2019).

quantitativamente expressivo), japoneses, sírio-libaneses e judeus; os ibéricos (portugueses e espanhóis), apesar da presença numérica, foram pouco estudados e até inviabilizados. Isso talvez ocorra, como já mencionado, porque o português se nacionalizava na segunda geração (que é o caso da minha família), também frente as dificuldades de identificação pelos nomes durante a pesquisa.

Em suas pesquisas, a pesquisadora apresentou elementos que corroboram sua argumentação. A título de exemplo, nos estudos sobre presença imigrante nas lutas operárias e anarquistas, há a impressão de que todos eram italianos, mas muitos eram portugueses e espanhóis. No porto de Santos, estes últimos eram a maioria nas lutas anarquistas e nas ações grevistas. (MATOS, MENEZES, 2015).

A partir de 2005, os projetos relacionados à bolsa de produtividade do CNPq passaram a abordar, prioritariamente, o tema da imigração²¹⁹. Não por coincidência, data desse ano o primeiro encontro do que seria uma profícu e duradoura articulação entre pesquisadores brasileiros e portugueses. O CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Porto), por meio de seu coordenador Fernando de Souza, buscou parceiros para um projeto sobre e/imigração portuguesa para o Brasil. Por indicação de Eni Samara, com quem já havia trabalhado, e Eulália Lobo²²⁰, cuja obra sobre os portugueses no Brasil é uma referência, Maria Izilda se incorporou ao grupo, do qual também fizeram parte, no primeiro encontro, Ismênia Martins, Lená Medeiros de Menezes, Gladys Ribeiro e Aníbal Bragança (o “grupo do Rio de Janeiro”) e pesquisadores de Portugal, entre os quais Henrique Rodrigues, de Viana do Castelo.

Este grupo, a partir de então, apresenta suas investigações em encontros e congressos anuais, no Brasil e em Portugal, com a publicação rotineira de seus resultados. Aos poucos, o grupo foi se expandindo. Durante as pesquisas, ao analisar os dados sobre as entradas dos portugueses no Brasil, observou-se que, depois do Rio de Janeiro e São Paulo, o Pará era a terceira porta de entrada, pois muitos portugueses chegavam por Belém e depois se

²¹⁹ Maria Izilda Santos de Matos é pesquisadora 1A do CNPq.

²²⁰ Eulália Maria Lahmeyer Lobo foi a primeira mulher a doutorar-se em história no Brasil. Sua produção envolveu temáticas como história da América, história econômica, imigração, movimento operário e história do Rio de Janeiro. Atuou na UFF e na UFRJ, em ambas as universidades obteve o título de professora emérita. Seu livro *Imigração Portuguesa no Brasil* (Hucitec, 2001) é considerado marco importante na historiografia sobre o tema.

dirigiam para a Amazônia. Com isso buscou-se integrar pesquisadores dessa região.

Os colegas da UFPA foram muito receptivos, quando eu os convidei para participarem do projeto com o CEPESE, então se integraram à rede, destaco os nomes dos professores: Maria Nazaré Sarges, Cristina Donza Cancela, Otaviano Vieira Júnior e Magda Ricci. Desde então houve um grande empenho destes colegas que organizaram um arquivo com ampla documentação e um Grupo de Pesquisa – RUMA.

Logo, a rede se expandiu para outros lugares do país, a partir dos interesses de pesquisa, das conexões que o grupo original estabeleceu, com colegas das universidades e doutorandos orientados. Em poucos anos, nos seus encontros, havia gente de todo o país, de norte a sul. O grupo também incorporou temas e problemas vinculados às e/imigrações da Espanha e da Itália para as entradas no Brasil e também para a América do Sul e se criou a REDE REMESSAS (Rede de estudos das migrações da Europa do Sul para a América do Sul). Com isso, ingressaram pesquisadores de e/imigração espanhola e italiana no Brasil, na Espanha e na Itália. Maria Izilda foi taxativa ao considerar muito “importante essas articulações, para as discussões comparativas das diferentes experiências de e/imigração”.

Outras nucleações e redes foram ressaltadas pela professora em sua entrevista: “A Vez e a Voz da Mulher Portuguesa no Mundo”, coordenada pela professora Manuela Marujo, da Universidade de Toronto/Canadá; “A Voz dos Avós” que estimula pesquisas sobre memórias e/imigrantes e História oral, visando a coleta de depoimentos e também a preservação da língua portuguesa em comunidades como Estados Unidos, Canadá e França; o núcleo do ICA (Congresso Internacional de Americanistas), capitaneada pela professora Elda Gonzalez Martínez (Instituto de História do Consejo Superior de Investigaciones Científica (Espanha) e pelo professor Alejandro Fernández (Universidad de Luján, Argentina); a Associação Internacional AREIA da Universidade de Gênova, cuja mentora foi a professora Chiara Vangelista.

No Brasil, vale lembrar os simpósios nacional e regionais da ANPUH, agrupando estudiosos dos deslocamentos internos e internacionais. Coube sublinhar a importante parceria com a professora Lená Medeiros de Menezes, tanto por meio do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ),

como pelo ST que organizavam nos simpósios bianuais da ANPUH nacional²²¹.

A ampliação e diversificação dos estudos migratórios também se fez a partir das orientações de dissertações e teses:

Tive e tenho muitos orientandos de mestrado, doutorado e pós-doutorado que são interlocutores importantes, aprendi muito com o acompanhamento dessas pesquisas. Orientei e oriento pesquisadores de diferentes estados, de Roraima a Santa Maria (RGS), nem todas as investigações foram sobre imigração, mas, várias observam os deslocamentos de diversos grupos como: espanhóis, italianos, sírio-libanês, judeus, bolivianos, ingleses, barbadianos, iugoslavos, ucranianos, austríacos, suábios, lituanos, russos, gregos, armênios e vários trabalhos sobre imigração portuguesa (de diferentes períodos e regiões de Portugal, envolvendo questões e perspectivas diferenciadas).

Pode-se observar uma gama variada de grupos étnico-nacionais que foram estudados, em abordagens as mais variadas, envolvendo questões demográficas, econômicas, políticas, da história cultural, do cotidiano, ou sob a perspectiva da história da família, das crianças, de gênero e sensibilidades.

Ainda assim, há muito o que se investigar. Maria Izilda está convencida que a historiografia está sempre se renovando a partir das questões do mundo contemporâneo. Conforme sabem os historiadores, a escrita do passado está irremediavelmente vinculada aos dilemas do presente. “As temáticas que envolvem a e/imigração nunca se esgotam, novas questões são/serão propostas permitindo revisitar e interrogar o passado, questionar certezas historiográficas, redimensionar resultados e permitir novas descobertas”. Como exemplo, a professora indica como os deslocamentos contemporâneos lançam novos olhares para observar exílios e refúgios, novos polos de partida e sociedades de acolhimento, também, o crescimento da xenofobia e das resistências/recusas aos imigrantes. Sobre portugueses e espanhóis, por exemplo, “caberia discutir as questões do preconceito, do antilusitanismo, dos conflitos interétnicos e dos exílios, no período salazarista e franquista”.

²²¹ “Alguns pesquisadores frequentam esse ST regularmente, mas, recebemos pessoas desconhecidas, possibilitando estabelecer novos contatos e interlocuções, criando oportunidades de conhecer novos trabalhos, de ampliar diálogos e estimular novos pesquisadores. No ST conseguimos discutir reflexões teórico-metodológicas, fazer exercícios comparativos, abrir possibilidades, interlocuções; os participantes se conhecem, reconhecem pontos de convergência e saem enriquecidos.”

Outro tema importante a ser enfrentado se relaciona às disputas pela memória, pela preservação de identidades e culturas. A patrimonialização dos deslocamentos e enraizamentos migratórios e identitários tem implicações políticas óbvias, dentro e fora das comunidades. Neste particular, é preciso observar que há grupos “históricos” ainda pouco lembrados, pela pequena expressão numérica, assim como a historiografia precisa enfrentar os grupos constituídos pela imigração contemporânea (bolivianos, equatorianos, haitianos, venezuelanos, africanos, sírios, entre outros).

Para o desenvolvimento das novas pesquisas, a historiadora entende que é também preciso novos esforços de coleta e organização documental:

buscar por acervos privados de associações e famílias (diários, correspondências, memórias, fotos), ampliar os registros de depoimentos (banco de entrevista com a metodologia da história oral), reorganizar as fontes imigrantes em arquivos públicos no Brasil, em Portugal (listas de bordo e das hospedarias, registros de passaportes, entre muitas outras) e outros países da Europa, além de tornar essa documentação acessível aos pesquisadores (digitalizar e colocar em redes digitais).

Por fim, ao ser questionada sobre as categorias e noções com as quais tem trabalhado na sua trajetória, a pesquisadora reafirmou que, além do que já havia sublinhado na entrevista – *gênero* e *geração* –, seria importante destacar as categorias *deslocamento* e *redes*, pois abrem novas possibilidades, e permitem observar as teias “familiares, de compadrio e de conterraneidade, redes intelectuais, artísticas e políticas, redes apoiadas pelo Estado e outras envolvidas em interesses particulares e monetários”.

*Lená Medeiros de Menezes*²²²

Lená Menezes de Medeiros é reconhecida por seus estudos sobre os processos de extradição de imigrantes na I República e sobre a comunidade lusitana no Rio de Janeiro. Professora emérita da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, criou o Laboratório de Estudos de Imigração, na década de 1990, e tem fomentado os estudos do campo na interface com a história das Relações Internacionais e da História Contemporânea.

²²² Entrevista concedida por Lená Menezes de Medeiros, realizada e editada por Luís Reznik, Paulo Cesar Gonçalves e Rui Aniceto Nascimento Fernandes, em 8 de abril de 2019, na residência da entrevistada. Todas as citações realizadas nesta parte do capítulo são transcrições desta entrevista.

É neta de imigrantes portugueses, que teriam chegado no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, por ambos os lados da família. Viveu a infância entre os bairros de Bonsucesso e Parada de Lucas. Sua escolarização primária foi no Instituto São Jorge, em Parada de Lucas, o ginásio, no Instituto Guanabara e depois se formou professora pela Escola Normal Heitor Lyra na Penha, em 1964. Neste momento, todas as professoras recém-formadas eram admitidas no magistério público do então estado da Guanabara. Atuou no ensino primário por quase uma década. Kursou História na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), concluindo em 1969. Esta habilitação lhe permitiu atuar no Colégio de Aplicação da Universidade e, posteriormente, prestar concurso para o magistério de segundo grau na rede estadual guanabarina (1973) e depois no Colégio Pedro II (1982).

Sua atuação na UEG, que após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passou a se chamar Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), marcou sua trajetória profissional. Ingressou no Colégio de Aplicação, em 1970 e, em 1976, no Departamento de História, por onde se aposentou. Na Universidade exerceu diversos cargos administrativos tendo chegando à Sub-Reitoria de Graduação²²³. Para Lená Medeiros, Fernando Sgarbi Lima foi um *professor marcante* (MONTEIRO, 2007) tendo influenciado sua visão da história e sua trajetória na universidade. “Posso dizer que toda minha visão de história eu devo a ele. Ele dava aula de história de relações internacionais [...] e eu fiquei deslumbrada. [...] A visão que eu tenho de história é a dele”.

Sua inserção no Departamento de História, assumindo a cadeira de Relações Internacionais e, posteriormente a de História Contemporânea, a levou ao tema da imigração. Trabalhando com os relatórios ministeriais – do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas e do Ministério do Interior e Justiça – e com os Anais dos Congressos Agrícolas, analisou a visão dos gestores e da elite imperial sobre o imigrante. Essa escolha se justificava como uma forma possível de associar os temas da história contemporânea e das relações internacionais e da imigração.

²²³ Foi Chefe do Departamento de História, Diretora do Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues Silveira (CAP-UERJ), Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Diretora do Centro de Ciências Sociais (CCS), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Política, Membro do Conselho Superior de Pesquisa e Extensão, Membro do Conselho Universitário, e Sub-Reitora de Graduação.

Dizia a professora Maria Yedda Linhares²²⁴ que nenhum professor de contemporânea poderia desenvolver pesquisa se não fosse nos arquivos estrangeiros. Eu não podia ir para a Europa para desenvolver pesquisa. Então fiquei a pensar qual era a temática que me faria estar trabalhando lá sem ter que sair daqui. E essa temática foram as migrações. Fui muito incentivada por um livro de Pierre Renouvin [e Duroselle] (1964), que se chama *Introdução a História das Relações Internacionais*, onde ele trabalha com o conceito de forças profundas e que ele coloca as relações internacionais como componente das forças demográficas.

Sua dissertação foi um estudo que acompanhava uma nova tendência nos estudos imigratórios. A temática era, naquele momento, trabalhada especialmente no campo da história econômica e da demografia histórica. Este trabalho, fez uma discussão, no campo da história social, das imagens construídas pelas agências das políticas imigratórias no período imperial (MENEZES, 1986)²²⁵. Ao definir o objeto de seu doutorado, manteve a temática da imigração numa abordagem que cruzava a história social e a política e optou por realizar seu trabalho na Universidade de São Paulo. Para isso resolveu trabalhar com os processos de expulsão de imigrantes presentes no Arquivo Nacional. Segundo Lená Medeiros, o trabalho de Sheldon Leislle Maram (1979), construíra a imagem de que esses processos estavam eivados de preconceitos contra os trabalhadores anarquistas e, por isso, não eram fontes confiáveis.

Eu vi que não era nada disso. Era uma limpeza urbana mesmo. Eu consultei mil duzentos e poucos processos relativos ao Rio de Janeiro e comecei a perceber, não só que estava equivocado o que se conhecia sobre o assunto, que os processos realmente não tinham sido trabalhados. Me deparei, por exemplo, com tráfico de brancas. Nem tudo era repressão à vadiagem etc. Fiz aquela tipologia e fico muito feliz que realmente se tornou um trabalho de referência (MENEZES, 1997)²²⁶.

²²⁴ Maria Yedda Linhares professora catedrática de História Moderna e Contemporânea na UFRJ, tendo sido assistente de Carlos Delgado de Carvalho. Aposentada compulsoriamente pela ditadura militar brasileira exilou-se na França. Após a anistia retornou ao país, tendo participado da estruturação de cursos de pós-graduação e fomentou estudos de história agrária.

²²⁵ Orientação de Berenice Cavalcanti.

²²⁶ Originalmente apresentado como tese de doutorado, sob orientação de Eduardo D'Oliveira França, no Programa de História Social da USP, defendida em 1995.

Em sua percepção, o diferencial de sua abordagem sobre o tema da imigração advém do diálogo que trava com a história das Relações Internacionais e a História Contemporânea. Esta lhe permite compreender como os processos históricos internacionais geraram movimentos imigratórios diaspóricos. “Quer dizer, existe uma emigração espanhola que de repente veio para cá, mas também está em outros locais”. As Relações Internacionais contribuiriam na perspectiva relacional. “Por exemplo, se você vai para as imigrações de tempo presente, eu não consigo deixar de relacionar o que está acontecendo na Europa, com a União Europeia, e com a questão dos Estados Nacionais”.

Uma de suas estratégias para fomentar estudos que seguissem essa perspectiva foi a criação, em 1995, do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), a oferta de simpósios temáticos nos encontros da ANPUH e do AHILA e sua integração ao CEPES. Este último tornou-se um centro referencial para congregar os estudiosos da imigração em Portugal e no Brasil, inicialmente, da imigração lusa e que, nos últimos tempos tem ampliado suas perspectivas investigações para outras nacionalidades e grupos étnicos.

No caso do CEPES a gente pode dizer que toda a questão do desenvolvimento das pesquisas sobre portugueses no Rio de Janeiro, se deveu a esse projeto. A grande referência realmente era a Eulália [Lobo]. Infelizmente ela não pôde participar do grupo porque ela já estava doente e faleceu logo depois.

Para a historiadora o trabalho de Eulália Lobo foi referencial por ter desenvolvido um dos pioneiros estudos sobre imigração lusitana no Rio de Janeiro. Outra pesquisadora que teria influenciado seus primeiros estudos foi Emília Viotti da Costa²²⁷. Afirma que “foi referência porque ela foi a primeira a apontar determinadas questões naquele tempo”.

Ao ser questionada sobre conceitos que balizaram suas pesquisas e reflexões, Lená Menezes indica algumas referências: do *push-pull* às cadeias e redes migratórias, a noção de fratura familiar e o conceito de dupla exterioridade:

²²⁷ Emília Viotti da Costa graduou-se em História na USP em 1954, onde lecionou entre 1964-1969. Foi compulsoriamente aposentada pela ditadura militar. Exilada, exerceu suas atividades acadêmicas nos EUA entre 1973-1999, como professora de História da América Latina na Universidade de Yale, Tulane e Illinois. Seus estudos são referência em diferentes campos da História do Brasil, com destaque para os temas da escravidão e da abolição. Entre suas obras clássicas estão *Da Senzala à Colônia*; *Da Monarquia à República: momentos decisivos*; *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*; *A Abolição*.

É interessante essa questão dos conceitos. Durante muito tempo era aquele célebre *push-pull*, que a gente não se libertou totalmente. Você pode intensificar, mas não há como você abandonar isso. Eu tenho trabalhado muito também com conceito de cadeias migratórias. Eu uso rede, que é mais ampla. O Devoto usa [cadeias migratórias], mas o conceito também não é dele. [Também] estou mexendo na questão de fraturas familiares que eu acho que é importante. Na área de Relações Internacionais eu estou trabalhando muito com estudos pós-coloniais que é onde eu consigo encaixar a questão migratória. Tenho usado muito Said. Eu gosto do conceito de dupla exterioridade do Todorov, que mais do que a questão de você ter uma justaposição de identidades, que você tenha essa exterioridade frente aquela identidade que você trouxe de lá que você já não está próxima dela e essa daqui que também você não está tão próximo.

Em sua avaliação, os historiadores têm dificuldade de trabalhar com as questões imigratórias contemporâneas por tratar de temáticas da história do tempo presente. Nesse sentido essas temáticas estariam mais desenvolvidas em campos como a sociologia e a antropologia. Os historiadores sentem-se mais à vontade com o período da Grande Imigração. “No momento em que o Brasil deixa de ser um país de imigração para se tornar de emigração, o assunto praticamente desaparece”. Da mesma forma indica que a imigração recente, especialmente latino-americana para o Brasil, não vem despertando o interesse dos historiadores.

O interesse na temática a levou a descobrir-se descendente de imigrantes portugueses. Em suas memórias, registra uma ausência de referências lusas no tempo de sua infância. Essa reflexão tem direcionado suas pesquisas para a história familiar, que é, evidentemente, alicerçada em estratégias de pesquisa e referências conceituais do seu campo de estudos.

Bem, eu sou neta de portugueses. Meu avô paterno e meu avô materno eram portugueses e as minhas avós materna e paterna eram filhas de portugueses. Isso vai mostrando essa rede que se formava entre os imigrantes. Essa consciência de ser neta de portugueses, foi tardia porque não se falava muito em casa. Os meus pais não falavam dessas origens. Poucos sabiam. Tanto meu avô paterno quanto materno, vieram na época da chamada Grande Imigração. Vieram na virada do século XIX para o XX. Passaram por todo o antilusitanismo que grassava no Rio de Janeiro. O que eu percebo é que, possivelmente, havia

uma necessidade muito grande de integrar os filhos rapidamente para que os mesmos não sofressem discriminação. É a tese que eu venho desenvolvendo. [Essa] foi uma pesquisa, uma escrita de mim, uma escrita de si, ou uma ego-história. Eu achava um absurdo que alguém que trabalhava com imigração não soubesse sequer de onde os avós tinham vindo. E essa pesquisa se deu pelos jornais. [...]

Considerações Finais

Maria Izilda Santos de Matos e Lená Medeiros de Menezes tiveram percursos formativos distintos na academia. Maria Izilda desenvolveu seus estudos de pós-graduação na USP, na perspectiva da História Econômica, sobre o trabalho na indústria de sacaria em São Paulo. O objeto de sua tese de doutorado abriu novas possibilidades de análise de temas como a imigração e a história de mulheres trabalhadoras – este último, inspirado pela professora Elizabeth Souza Lobo. Lená, já em sua pesquisa de mestrado na UERJ, focou a imigração no Brasil imperial, sob a perspectiva da história das relações internacionais, na esteira dos estudos de Pierre Renouvin, enquanto seu doutorado, realizado na pós-graduação em História Social da USP, sobre os processos de expulsão de estrangeiros do Brasil, atentou para a história política e social da imigração.

A ascendência portuguesa das duas professoras é uma característica em comum. No entanto, isso não necessariamente definiu suas trajetórias de pesquisa, pois ambas afirmam que o processo de reidentificação com uma “portuguesidade” latente ocorreu apenas a partir da investigação sobre a imigração portuguesa. Essa “tardia” identificação talvez corrobore uma importante constatação mencionada pelas duas pesquisadoras com base em suas experiências de investigação: certa invisibilidade da imigração portuguesa perante os outros estudos imigratórios. Nas últimas décadas, essa lacuna começou a ser preenchida, em grande parte, devido aos esforços de pesquisadores – dentre eles, Maria Izilda e Lená – que fomentaram estudos de pós-graduação e, principalmente, redes de pesquisa nacionais e internacionais.

A partir de 2005, através do CEPESE e de núcleos de pesquisa do Rio de Janeiro e São Paulo, organizou-se uma rede internacional de estudos portugueses que teve papel importante na divulgação e expansão das pesquisas para outras regiões do Brasil (Pará, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul,

entre outros) e para outros países (Argentina, Itália e Espanha). Com encontros e publicações regulares, os seminários sobre emigração portuguesa são testemunhos da diversidade das pesquisas em âmbito geográfico e temático: gênero, demografia, economia, política, cultura, gastronomia, sensibilidades.

Nessa perspectiva, é possível compreender a importância dos seminários organizados em conjunto entre o CEPESE e universidades brasileiras no redirecionamento de temas de investigação das duas pesquisadoras, especialmente na intensificação de pesquisas sobre a imigração portuguesa – assim como de outros pesquisadores que integram o grupo. Um marco importante nessa trajetória são os projetos produtividade em pesquisa apresentados ao CNPq por Maria Izilda e os projetos apresentados por Lená à FAPERJ, que, a partir de 2005, direcionaram-se para a imigração portuguesa.

Os trabalhos em parceria entre Maria Izilda e Lená ultrapassam a produção de artigos e livros sobre o tema da imigração portuguesa, envolvendo gênero, sensibilidades, lutas políticas (MATOS, MENEZES, 2012, 2015, 2020; MENEZES, MATOS, 2017). Por outro lado, é importante lembrar o Simpósio Temático sobre Imigração sistematicamente oferecido nos encontros da ANPUH (Associação Nacional de História) e os diversos eventos nacionais e internacionais organizados pelas duas nos últimos anos.

Por fim, cabe assinalar alguns conceitos e categorias mobilizados pelas duas pesquisadoras que enriquecem a análise, não apenas por se contraporem ao clássico modelo do *push-pull*, mas principalmente por articulá-los, produzindo novas leituras e abordagens. Nessa perspectiva, gênero, deslocamento, redes ou cadeias migratórias, associativismo, exílio, somados aos aspectos econômicos, permitem revelar quadros mais amplos e complexos dos movimentos migratórios.

As duas entrevistas realizadas permitem perceber que, a partir dos anos 1980 e 1990, entre os historiadores, a temática da imigração ganha novos contornos. Se até aquele momento o enfoque demográfico e da história econômica era hegemônico, outras perspectivas começam a ser difundidas com a eleição de novos enfoques – associados à história política, das relações internacionais, cultural, das mulheres – mas também com a perspectiva interdisciplinar. Esta promissora hipótese vem norteando o projeto de novas entrevistas com historiadores e outros estudiosos da imigração vinculados a diversas áreas do conhecimento.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Regina C. de, 2012 – “História e Antropologia”, in Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas (orgs.), *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 151-168.
- ANDERSON, Benedict, 2008 – *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ASSIS, Gláucia O.; SASAKI, Elisa M., 2001 – “Novos Migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica”, in Mary Garcia Castro (org.), *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. CNPD, p. 615-669.
- BAENINGER, Rosana, 2012 – *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp.
- BAILY, Samuel, 1985 – “La cadena migratória de los italianos en la Argentina”, in Fernando Devoto; Gianfausto Rosoli (orgs.), *La inmigración italiana en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos.
- CANALES, Alejandro, 2015 – *E pur si muove: Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global*. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, MAPorruá Editor.
- DEVOTO, Fernando, 1993 – En torno a la historiografía reciente sobre las migraciones españolas e italianas a latinoamérica. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 8, n.º 25, p. 441-460.
- DEVOTO, Fernando, 2003 – *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana.
- FAUSTO, Boris (org.), 2000 – *Fazer a América. A imigração em massa para a América latina* (2.ª edição). São Paulo: Edusp.
- FAUSTO, Boris; TRUZZI, Oswaldo; GRÜN, Roberto; SAKURAI, Célia, 1995 – *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré; Fapesp.
- GOMES, Ângela de Castro (org.), 2000 – *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- GOMES, Ângela de Castro; MAUAD, Ana Maria (org.), 2006 – *Memória: imigração espanhola em Niterói*. Niterói: Niterói Livros.
- GONÇALVES, Paulo Cesar, 2012 – *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda/Fapesp.
- HOBBSBAWM, Eric J., 1990 – *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBSBAWM, Eric J., 1996 – *A era do capital, 1848-1875* (5.ª edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOERDER, Dirk, 2002 – *Cultures in Contact: World Migrations in the Second Millennium*. Durham: Duke University Press.
- KLEIN, Herbert S., 1994 – *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré; Fapesp.
- KOIFMAN, Fábio, 2012 – *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEITE, Joaquim da Costa, 2000 – “O Brasil e a imigração portuguesa”, in Boris Fausto (org.), *Fazer América*. São Paulo: Edusp, p. 177-200.

- LESSER, Jeffrey, 1995 – *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago.
- LESSER, Jeffrey, 2001 – *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.
- MARAM, Sheldon Leslie, 1979 – *Anarquista, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.
- MANNIX, Daniel P.; COWLEY, Malcolm, 1970 – *Historia de la trata de negros*. Madri: Alianza Editorial.
- MATOS, M. Izilda S., 2019 – *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho* (3.^a edição). SP: E@manuscrito (1. ed. Bauru: Edusc, 2002).
- MATOS, M. Izilda S., 1994 – *Trama e Poder, Trajetória e Polêmica Em Torno das Indústrias de Sacaria para o Café*. BRASÍLIA: SESI/CNI.
- MATOS, M. Izilda S.; SAMARA, E. M., 1993 – “Por mãos femininas: trabalho e resistência das mulheres brasileiras”, in Michelle Perrot e Mary Nash (orgs.), *História de las mujeres*. Espanha: Taurus, p. 709-716.
- MATOS, M. Izilda S.; MENEZES, L. M., 2020 – “Edgard da Silva Gomes”, in *Italianos no Brasil: história, presença e cultura*. São Paulo: Emanuscrito.
- MATOS, M. Izilda S.; MENEZES, L. M., 2015 – *Portugueses: ações e lutas políticas*: Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Verona editores.
- MATOS, M. Izilda S.; MENEZES, L. M.; VALIENTE, J. M.; CAPITAN, A. L. (orgs.), 2013 – *Migraciones Iberoamericanas: España Brasil (fines del siglo XIX - actualidad)*. Huelva/Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Huelva/UERJ, v. 1.
- MATOS, M. Izilda S.; MENEZES, L. M. (orgs.), 2012 – *Deslocamentos e cidades: experiências, movimentos e migrações*. Rio de Janeiro: UERJ/LABIMI/Faperj.
- MATOS, M. Izilda S.; MENEZES, L. M. (orgs.), 2018 – *Dores da saudades: Mulheres portuguesas, deslocamentos e sensibilidades*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 476, p. 15-35.
- MENDES, José Sacchetta R., 2010 – *Laços de sangues: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 1986 – *Modernização e Imigração no Brasil Imperial progressos e imobilismos* (dissertação Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói).
- MENEZES, Lená Medeiros de, 1997 – *Indesejáveis. Desclassificados da modernidade*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- MENEZES, Lená M.; MATOS, M. Izilda S., 2017 – *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo - XIX e XX)*. São Paulo: E-Manuscrito.
- MONTEIRO, Ana Maria, 2007 – *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X.
- NAXARA, Márcia Regina C., 1998 – *Estrangeiro em sua Própria Terra. Representações do Brasileiro. 1870/1920*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- NORTHROP, David, 1995 – *Indentured labor in the age of imperialism*. Nova York: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi, 2001 – *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PAIVA, Odair da Cruz, 2010 – *Historiografia da imigração para o Brasil – 1940/1950*. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – Unesp/Franca.

- PATARRA, Neide Lopes (org.), 1996 – *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. Caminas/SP: FNUAP.
- PEREIRA, Syrléa Marques, 2008 – *Entre história, fotografia e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres* (tese de doutorado em História Social apresentada na Universidade Federal Fluminense).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael (orgs.), 1981 – *A classe operária no Brasil (1889-1930)*, 2v. São Paulo: Brasiliense.
- PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.), 2005 – *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj.
- RAMELLA, Franco, 1995 – “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios”, in María Bjerg; Hernán Otero (orgs.), *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, p. 9-21.
- RAVENSTEIN, Ernst [1885], 1980 – “As leis da migração”, in Hélio Moura (org.), *Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise*, t. 1. Fortaleza: BNB, p. 19-88.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste, 1964 – *Introduction à l’histoire des relations internationales*. Paris: A Colin.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1993 – *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda, 2002 – Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, v. 53, p. 117-149.
- SEYFERTH, Giralda, 2004 – A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais. *BIB*, n. 57, p. 7-47.
- SEYFERTH, Giralda; PÓVOA NETO, Helion; ZANINI, Maria C.; SANTOS, Miriam de Oliveira (orgs.), 2007 – *Mundos em Movimento. Ensaios sobre migrações*. Santa Maria/RS: Editora UFSM.
- SKIDMORE, Thomas E, 1976 – *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (2.^a edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TRENTO, Angelo, 1998 – *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel; Istituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.
- TRUZZI, Oswaldo, 2008 – Redes em processos migratórios. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 1, p. 199-218.
- TRUZZI, Oswaldo, 2012 – Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 2, p. 517-553.
- TRUZZI, Oswaldo; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (orgs.), 2005 – *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos/SP: EdUFSCar.
- VAINFAS, Ronaldo, 2011 – “História das Mentalidades e História Cultural”, in Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, 2.^a edição. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 117-151.
- VILELA, Elaine M.; LOPES, Livia Beatriz F., 2011 – Balanço da produção acadêmica sobre migração internacional no Brasil. *BIB*, n. 72, p. 55-88.
- WHATMORE, Richard; YOUNG, Brian (orgs.), 2016 – *A companion to intellectual history*. West Sussex/UK: John Wiley and sons.

A imigrante académica brasileira: experiência, preconceito e sexismo à luz do estereótipo como barreira de integração

*Camila Lamartine*²²⁸

Introdução

Há quase vinte anos do movimento que ficou conhecido por “Mães de Bragança”, cuja intenção era expulsar da cidade as brasileiras trabalhadoras do sexo sob a desculpa da “manutenção da moral” (GOMES, 2018), o estereótipo vinculado a mulher brasileira persiste e se faz presente na contemporaneidade, apesar de perceber-se uma característica diferente da imigração feminina à Portugal.

A feminização da migração adquiriu maior notoriedade devido aos estudos feministas na academia, sendo percebido em Portugal nos anos 2012, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Não se trata, contudo, de uma novidade, e sim, de um enquadramento que considera o género e que não conduz essas mulheres apenas ao reagrupamento família, inferiorizando-as esposas e filhas somente (Jerónimo).

Como referem França e Padilla (2018), atualmente se concebe uma terceira vaga de migração do Brasil à Portugal, caracterizado pelo aumento de aposentados, investidores e, especialmente, estudantes, que em sua maioria são do sexo feminino (SEFSTAT, 2019). Há, portanto, um crescimento da quantidade de mulheres que acompanham o processo global de feminização das migrações e emigram de forma autónoma (GOMES, 2018).

Ao chegarem em solos lusitanos, essas mulheres deparam-se com o paternalismo, o sexismo e o eurocentrismo que as tipificam e enquadram num lugar inferior (Jerónimo, 2019). Quando se trata especificamente das mulheres brasileiras, essa questão é demasiadamente piorada pela xenofobia que ganha asas na colonialidade racista que as hipersexualiza e racializa enquanto corpos disponíveis (FRANÇA, PADILLA, 2018), independente de sua origem, realidade social e qualificação profissional.

²²⁸ FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

No contexto académico, como elucidam Carvalho e Fernandes (2016), as características que imperam sempre são as masculinas que, de forma hegemônica, perpetuam práticas veladas de discriminação de género colocando as mulheres em segundo plano. Para Gomes e Padilla (2016), o motivo pelo qual não se tem grande conhecimento acerca desses diversos níveis de discriminação, decai sobre o pensamento não racista da sociedade portuguesa baseada na visão luso-tropical que legitima apenas os nacionais e deixa de lado as denúncias, sobretudo na academia.

Devido ao maior número de mulheres imigrantes em Portugal, Queiroz *et al.* (2020) ressaltam que os diversos estudos realizados fazem uma relação entre a migrante brasileira e trabalho sexual, além de abordar os diversos estereótipos que lhes são atrelados. Portanto, considerando que há certa escassez de trabalhos que percebam a migrante brasileira qualificada, torna-se oportuno abordar a relação desta com a academia científica em Portugal.

Esta investigação foi feita com 15 mulheres migrantes brasileiras, estudantes de mestrado numa instituição de ensino superior português. Através de inquérito online procurou-se perceber se ainda havia preconceito em relação a essas mulheres devido a sua nacionalidade, e, mais especificamente, se esse preconceito se fazia presente no ambiente científico, com a particularidade de este ser o seu país colonizador (GOMES, 2018).

Atravessando o Oceano: Imigração do Brasil à Portugal

A heterogeneidade é um dos principais constituintes da imigração em Portugal, que até 1960 detinha saldo de migração negativo (BORREGO, 2016). No entanto, a partir de 1990, observa-se um crescimento do fluxo migratório, sobretudo de imigrantes originários de ex-colônias portuguesas, particularmente do Brasil e dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* (BORREGO, 2016; JERÓNIMO, 2019).

Vários são os fatores que fomentam a migração, como a língua, a cultura, a segurança e qualidade de vida (IORIO, FONSECA, 2018; BORREGO, 2016). Contudo, desassociar as causas e características específicas desta imigração e pensá-la apenas como um ato singular seria desconsiderar diversos fatores intrínsecos ao indivíduo, uma vez que “a imigração em Portugal é o resultado de processos múltiplos, históricos económicos e sociais, que, sendo de nível macro ou meso, se singularizam na vida dos migrantes” (GÓIS, MARQUES, 2018, p. 127).

É, portanto, a partir da década de 2000 que se percebe um aumento considerável de imigrantes brasileiros (GOMES, 2018; BORREGO, 2016) em Portugal. Como expõem os dados do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo realizado no ano de 2019 pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), os brasileiros figuram como a principal comunidade estrangeira residente, correspondendo a 25,6% do valor total, que já é o mais elevado desde o ano de 2012 (SEFSTAT, 2019, p. 16).

A imigração brasileira para Portugal têm sido convencionalmente caracterizada por três diferentes vagas, de acordo com França e Padilla (2018). A primeira refere-se aos fluxos entre a década de 1980 e 1990, com números ainda inexpressivos em quantidade, constituída de “profissionais com formação universitária que buscaram Portugal como alternativa a crise brasileira (com altas taxas de inflação e insegurança urbana) e inseriram-se em setores qualificados do mercado de trabalho” (GOMES, 2018, p. 410).

A segunda vaga migratória é composta pelo período de 2000 até meados de 2010 e se caracteriza, especialmente, pelo aumento considerável de imigrantes – maioritariamente do sexo feminino, tornando a comunidade brasileira a maior em termos quantitativos no país (FRANÇA, PADILHA, 2019). Para Gomes (2018), esse momento condiz com uma imigração laboral desassociada de uma qualificação acadêmica, mas em busca de uma melhor condição de vida. Assim, os trabalhadores brasileiros acabaram por se inserir nas áreas da restauração, construção e comércio.

Esta precarização do trabalho é discutida por Lisboa (2010) como uma condicional dos fluxos de emigração português, da célere modernização portuguesa e da suposta imagem colonial em relação ao Brasil.

Todavia, para além dessas perspectivas, é válido também argumentarmos se, com efeito, as representações históricas do Brasil no imaginário português criam mercados próprios à atuação e performance dos imigrantes brasileiros em Portugal, configurando uma “identidade brasileira para o mercado português” (LISBOA, 2010, p. 5).

Apesar de compreender ainda imigrantes com perfis semelhantes a segunda vaga, o brasileiro qualificado é mote da terceira vaga que se destaca pela influência de investidores, crescimento de reformados e, principalmente, pela intensificação de estudantes de ensino superior (GÓIS, MARQUES, 2018; FRANÇA, PADILHA, 2018).

Apesar de serem ainda fortes as ligações imagéticas com a colonização, é necessário a compreensão, na visão de Lisboa (2010), que há muito os brasileiros vem remodelando os aspectos físicos e culturais, os cenários urba-

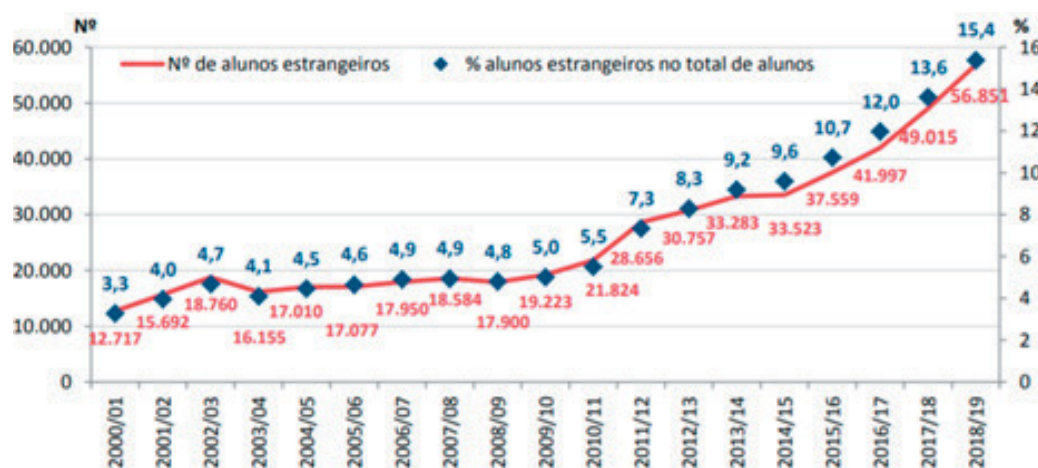
nos e sociais, caracterizando, ainda assim, um embate diário entre o que se espera no imaginário colonial e aquilo que se apreende no cotidiano atual.

Conhecimento sem fronteiras: Mobilidade acadêmica entre Brasil e Portugal

Como se pode observar, a quantidade de cidadãos estrangeiros em Portugal teve um imenso crescimento a partir da década de 1990 e, de forma mais intensificada após os anos 2000, não sendo, no entanto, um montante elevadamente discrepante em comparação a outros países da Europa (BORREGO, 2016).

De acordo com a autora Catarina Oliveira, coordenadora da Coleção Imigração em Números promovida pelo Observatório das Migrações, durante o último decênio, foi notável o aumento portentoso do número de estudantes de nacionalidades estrangeiras no ensino superior em Portugal. Os Indicadores de integração de imigrantes, expostos no Relatório Estatístico Anual 2020, apresentam um crescimento desses estudantes em 16% numa comparação ao ano letivo anterior. Em 2018/2019, os discentes estrangeiros somaram 56.851, representando 15,4% de todas as inscrições no ensino superior como se vê no gráfico n.º 1.

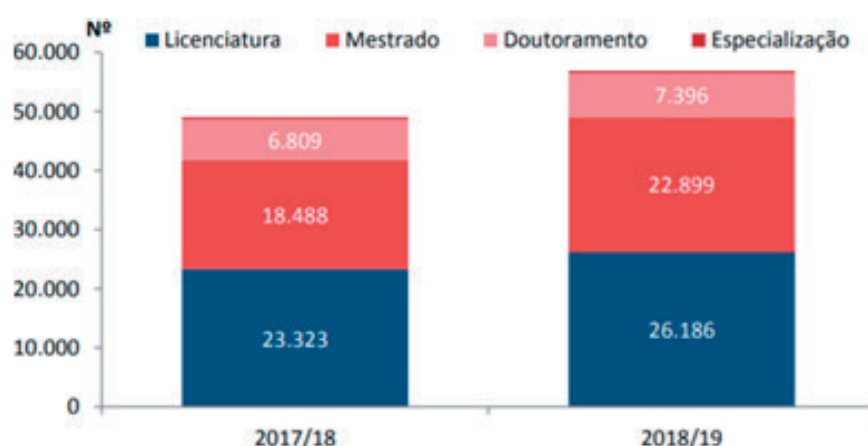
Gráfico n.º 1
Estrangeiros inscritos no ensino superior em Portugal
em números e percentagem no total de inscritos



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

O Relatório ressalta ainda a relevância, em números, desses alunos matriculados em mestrado. Os estudantes estrangeiros registaram um aumento de 23,9% nesse ciclo, correspondendo a 40,3% dos inscritos no ano letivo de 2018/2019, visto no gráfico n.º 2. Crescimento que também é constatado em relação aos diplomados estrangeiros, onde o grau de mestrado desses estudantes corresponde a 61% do todo (OLIVEIRA, 2020).

Gráfico n.º 2
Estrangeiros inscritos no ensino superior em Portugal por nível de formação



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

As origens geográficas maioritárias desses discentes referem-se ao grupo de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com um destaque aos países Brasil e Cabo Verde (BORREGO, 2016). Assim, revela-se uma empatia as questões históricas e culturais, sendo a língua um dos fatores determinantes à escolha de Portugal, além dos ganhos sociais e do reconhecimento da universidade lusófona (IORIO, FONSECA, 2018).

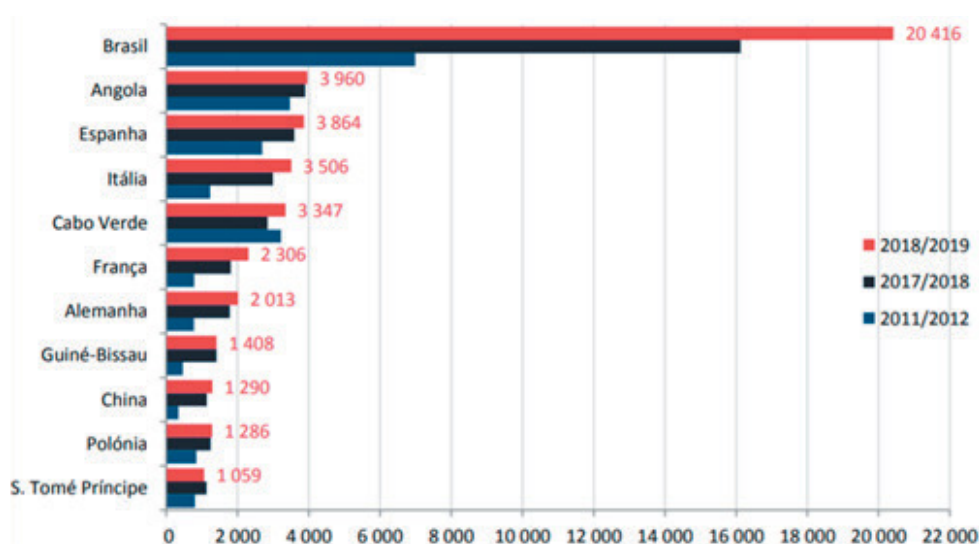
A mobilidade entre Portugal e Brasil tomou novas proporções desde o início da primeira vaga de migração brasileira à Portugal. A consolidação da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) em terras lusitanas e o crescimento dos investimentos em educação, sobretudo no âmbito da internacionalização no Brasil, facilitou a promoção de um verdadeiro estreitamento dos laços entre ambos os países no que tange o ensino superior com a firmação de convênios e projetos de caráter colaborativo internacional (FRANÇA, PADILLA, 2018).

Esta tendência tem antecedentes históricos relevantes, entre eles o passado colonial que liga os dois países e a tradição existente desde o Brasil-colônia, que continuou após sua independência até o século

XX, de envio dos/as filhos/as da elite econômica para dar continuidade aos estudos em Portugal, em virtude da inexistência de universidades no país (FRANÇA, PADILHA, 2018, p. 108).

Como exposto no gráfico n.º 3, os estudantes oriundos do Brasil figuram em primeiro lugar como os estrangeiros com maior número de inscrição no ensino superior português desde o ano letivo de 2011/2012, correspondendo na atualidade a um aumento de 192%. Em 2017/2018, eram 16.125 alunos, passando no ano seguinte – 2018/2019 – a um total de 20.416 estudantes, representando, portanto, 35,9% de todos os estrangeiros inscritos (OLIVEIRA, 2020).

Gráfico n.º 3
Estrangeiros inscritos no ensino superior em Portugal
por nacionalidade mais expressiva

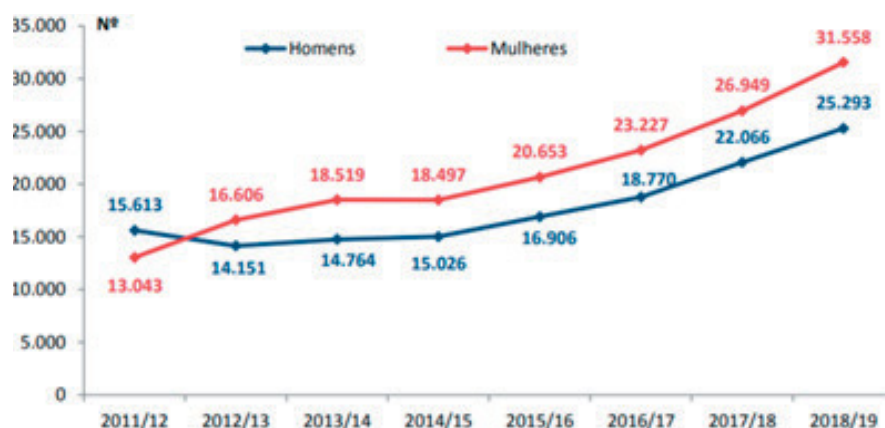


Fonte: OLIVEIRA, 2020.

Uma vez mais, a distribuição por sexo dos alunos estrangeiros mostra que os alunos do sexo feminino são os mais numerosos, como se vê no gráfico n.º 4. A prevalência das mulheres no ensino superior denota 55% no ano letivo de 2017/2018, alcançando 55,5% em 2018/2019, totalizando 31.558 académicas (OLIVEIRA, 2020). Jerónimo (2019) ressalta, no entanto, que apesar de exprimir maior número na contemporaneidade, o interesse pela participação feminina nos fluxos de migração referentes à academia portuguesa inicia-se ainda na década de 1990 no tocante da primeira vaga brasileira de migração.

Ainda de acordo com o Relatório Estatístico Anual – Indicadores de Integração de Imigrantes 2020, entre os anos de 2008 e 2018 verificou-se um incremento de Autorizações de Residência (AR) para estudantes do sexo feminino de ensino superior e investigadoras em 186,7%. Este crescimento também foi registado em 2019 em 67,3%.

Gráfico n.º 4
Estrangeiros inscritos no ensino superior em Portugal por sexo



Fonte: OLIVEIRA, 2020.

Como referem Dias e Ramos (2019), a história da imigração portuguesa constava, de forma tradicional, na presença maioritária dos homens. No entanto, após os anos 2000 a quantidade de imigrantes do sexo feminino aumenta, ainda que seu total seja inferior ao sexo masculino.

A decisão de acatar uma categoria específica de género nesse campo “se apresenta como uma das hipóteses explicativas para a atual percepção da progressão e participação ativa da população feminina nos processos migratórios em geral” (DIAS, RAMOS, 2019, p. 199). Esta tendência foi percebida em Portugal a partir do ano de 2012 com validação do SEF, sendo concebida nos estudos migratórios como *feminização das migrações*.

Empoderamento e vulnerabilidade: A feminização das migrações

A identificação individual da mulher no âmbito das migrações esteve durante muito tempo na obscuridade, reforçando, de acordo com Neves *et al.* (2016) uma antiga e costumeira tendência de supressão do sexo feminino. As autoras compreendem a feminização das migrações como sendo produto

de forças estruturais instruídas pelo advento da globalização e da imputação dos papéis de gênero e discriminação sexual.

Jerónimo (2019) explicita que não é uma questão de conceber a migração feminina como algo novo, mas direcionar a atenção ao fato da migração dessas mulheres não se manter condicionada ao reagrupamento familiar, como no caso da maioria das brasileiras, que diferentemente das primeiras vagas migratórias do país à Portugal, migram “não por motivos de reunificação familiar, mas sozinhas, construindo uma trajetória de imigração pessoal” (OLIVEIRA, NETO, 2016, p. 306).

A importância de imputar uma categoria de gênero nos estudos de migração permite, na visão de Dias e Ramos (2019), visibilizar o protagonismo feminino no processo migratório e perceber suas motivações, dificuldades de adaptação e integração, e ainda, as especificidades da pluralidade categorial a que se inserem.

Na conjuntura vigente desta feminização, como corroboram Neves *et al.* (2016), as mulheres imigram por conta própria almejando emancipação e independência, tanto no que se refere a questões econômicas quanto pessoais. Assim, desassociam-se, portanto, do papel coadjuvante que as enquadrava e limitava em esposas e filhas de homens migrantes (QUEIROZ *et al.*, 2020).

Ainda que comporte riscos, a atenção dispensada às migrações protagonizadas por mulheres é, em nosso entender, de saudar, desde logo, porque, do mesmo modo que aponta riscos e vulnerabilidades, também contribui para contrariar a narrativa da mulher migrante vítima e não agente do seu destino e para sublinhar o potencial emancipatório das migrações (JERÓNIMO, 2019, p. 42).

Contudo, tal como referem Carvalho e Fernandes (2016), estas mulheres encontram um mercado laboral dominado pelo sexo masculino, fruto de uma racionalidade tradicionalista. Com isto, acabam por somatizar, primeiramente a discriminação vinculada a sua condição de imigrante, e depois, vinculada ao seu sexo num campo que por si só já é deveras reduzido.

Dessa forma, os ramos de mercado concebidos como sendo femininos acabam sendo a realidade da inserção laboral dessas mulheres que se destinam a funções de cuidados de crianças e idosos e de limpeza (QUEIROZ *et al.*, 20), tornando-as extremamente vulneráveis pela ausência, na maioria

das vezes, de proteção social, direitos trabalhistas e baixos salários (JERÓNIMO, 2019).

O Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE)²²⁹ explica que a feminização da migração no tocante ao laboral se deve, inicialmente, a busca de mão-de-obra nos serviços de saúde, do entretenimento e na prestação de cuidados. Em consequente, refere prováveis alterações nas relações de género nos países originários, facilitando a autonomia e migração dessas mulheres. Por fim, observa-se um aumento na migração organizada especificamente para o casamento, além do tráfico destinado à indústria do sexo. E ainda, “oportunidades de imigração específicas para as mulheres, pela necessidade de trabalhadoras domésticas estrangeiras que substituam as mulheres autóctones e permitam que estas se dediquem às respetivas carreiras profissionais” (JERÓNIMO, 2019).

Durante o primeiro decênio do século XXI, Portugal registou crescimento acentuado da feminilização migratória e da inserção laboral de migrantes, sobretudo, a partir do ano de 2012 (GOMES, 2018; OLIVEIRA, NETO, 2016). Contudo, o termo “feminização da migração” foi utilizado no III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)²³⁰ como sinónimo do crescimento de mulheres imigrantes com o objetivo de incitar uma perspectiva de género em serviços e políticas públicas (Jerónimo, 2019).

Nos dados da PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo²³¹, o número total de mulheres imigrantes era de 6.506, ainda inferior ao número de homens. Na última atualização referente ao ano de 2019, o portal registou um total de 72.725 imigrantes permanentes em Portugal. Desse montante, 37.639 mulheres imigrantes para 35.086 de imigrantes do sexo masculino.

Para Gomes (2018), o processo de feminização das migrações em Portugal acompanhou o notável crescimento da imigração brasileira, que conforme supracitado, permanece como a maior comunidade estrangeira no país. O relatório SEFSTAT (2019) traduziu numericamente essa relevância feminina em relação à migração no ano de 2019. As mulheres brasileiras registaram um total de 25.221 para 23.575 de homens brasileiros.

²²⁹ <https://eige.europa.eu/pt/taxonomy/term/1132>

²³⁰ https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/III_Plano_Nacional_Igualdade_Cidadania_Genero.pdf

²³¹ <https://www.pordata.pt/Portugal/Imigrantes+permanentes+total+e+por+sexo-3254-292159>

Mulata à Brasileira: Estereótipo, xenofobia e sexismo

A imigração é, na maioria das vezes, fomentada pela busca de melhores condições de vida (JERÓNIMO, 2019) na perspectiva de que no solo acolhedor, os inconvenientes do país de origem não existiriam. No entanto, Dias e Ramos (2019) referem que pode haver também um lado negativo devido às diversas vulnerabilidades a que os imigrantes estão sujeitos, podendo agravarem-se pelos diferentes tipos de preconceitos que acabam por constranger, discriminar e violentar esses indivíduos, sobretudo no que tange ao gênero.

As autoras enfatizam ainda que, no caso específico da comunidade imigrante brasileira em Portugal, percebe-se uma associação de estereótipos que interferem diretamente em suas particularidades de integração, reduzindo, assim, a probabilidade de maiores oportunidades, seja no campo pessoal ou profissional (DIAS, RAMOS, 2019).

Os estereótipos acabam por naturalizar as diferenças, culminando na criação de um consenso social acerca de categorias divergentes como regionais, étnico-raciais, de gênero e orientação sexual, por exemplo. Assim, reforçadas por meio de juízos subjetivos, as desigualdades históricas vinculadas a essas categorias são, cotidianamente, sustentadas e reproduzidas. Portanto, os “estereótipos nos permitem identificar e tipificar rapidamente categorias de pessoas e grupos, e estabelecer suas posições no jogo hierárquico das desigualdades” (PASSADOR, 2015, p. 25)

Em Portugal, identifica-se representações estereotipadas vinculadas aos brasileiros tidos como alegres, festivos e simpáticos – atribuindo-lhes função intrínseca de entreter – submissos, preguiçosos, e ainda, disponíveis sexualmente (PADILLA, GOMES, 2016; QUEIROZ *et al.*, 2002). Dessa forma, mesmo que essa comunidade apresente uma imagem prevalente mais positiva, compreende-se, entretanto, uma ambivalência entre a aproximação e o preconceito, marcando as formas de relacionamento e implicando certa negociação das suas próprias identidades enquanto brasileiros (PADILLA, GOMES, 2016).

No caso da mulher brasileira, os estudos da imigração apontam para consolidação de uma imagem sensual e erotizada, associando-a unicamente ao mercado da prostituição (OLIVEIRA, NETO, 2016). Essa ligação tomou maior notoriedade após episódio conhecido como “Mães de Bragança”. A publicação da *Revista Times-Europe* intitulada “*Europe’s new red*

*light district*²³² apresentava a fúria de mulheres portuguesas da cidade de Bragança em relação às profissionais do sexo brasileiras. Essas mulheres culpabilizavam as brasileiras de “desviarem” seus maridos com a prostituição. Como explica Gomes (2018), as mulheres brasileiras vestiram o papel de pecadoras, libertinas e destruidoras de lares, enquanto as portuguesas foram cobertas pelo manto da castidade, conotando exemplares mães e fiéis esposas.

A movimentação surgiu em maio do ano de 2003 e objetivou a expulsão de prostitutas brasileiras da cidade, na intenção de confrontar o que viria a ser a “destruição da moral e dos bons costumes” (GOMES, 2018), inclusive com a formulação de um manifesto assinado por elas que foi entregue às autoridades locais.

O investigador João Carlos Correia (2014), atribui ao movimento “Mães de Bragança” o gatilho da discussão dos discursos midiáticos referentes às brasileiras, isto porque, para o autor, tal manifestação se tornou ícone das representações estereotipadas e xenofóbicas no tocante ao gênero nos *media*.

Os *media* desenvolvem papel crucial na construção e disseminação desses estereótipos. Como demonstra Pontes (2004), a figuração da mulher brasileira em Portugal, sobretudo na mídia, atrela-se à sensualidade e “modernidade”, sendo constantemente vinculada ao trabalho sexual.

Segundo a autora, a sexualização da imigrante brasileira associa-se, inicialmente, ao fato de ser imigrante pertencente, nesta lógica, de outro grupo étniconacional que é periférico, racializado e economicamente inferior. Depois, ao fato de ser brasileira, e por isso, caracterizada pela cultura do carnaval, do culto à beleza corporal e a sexualização, fruto de sobreposições de marcadores sociais excludentes de uma identidade nacional (PONTES, 2004).

A compreensão da mulher brasileira pelos portugueses é descrita como bonita, sensual e erotizada, estando sempre disponível. Padilla e Gomes (2016) consideram que tal descrição vai além do que reputar a brasileira como trabalhadora do sexo. Na verdade, significa julgar toda brasileira um “corpo colonial” que é sexualmente disponível.

A construção e disseminação da hipersexualidade como característica da brasileira encontra eco, ainda, na imagem que foi formatada e

²³² <http://content.time.com/time/covers/europe/0,16641,20031020,00.html>

“vendida” para o exterior, onde a mulata é a representação principal do Brasil, um corpo colonial, portanto disponível, que sintetiza o imaginário acerca das habitantes dos trópicos e cuja sensualidade é o atributo primeiro (QUEIROZ *et al.*, 2020, p. 8).

É imprescindível frisar ainda que o preconceito acerca da brasileira atinge pontos discrepantes em relação a outros países de emigração, como Japão, Estados Unidos e demais países da Europa (PADILLA, GOMES, 2016). Portanto, de acordo com a visão descolonial, isto reforça a repercussão da mentalidade colonizadora em conformação aos discursos em predominância e às relações que se desenvolvem entre o colono e o colonizado (QUEIROZ *et al.*, 2020).

Os preconceitos estão arraigados em nossa cultura e consciências individuais, o que resulta na reprodução muitas vezes inconsciente de suas formulações. Isso quer dizer que nem sempre nos damos conta que estamos pensando as diferenças e atuando sobre elas a partir de preconceitos. Da mesma maneira, nem sempre percebemos formulações preconceituosas quando nos deparamos com elas. Como essas formulações estão amparadas na naturalização dos seus argumentos e são difundidas por costume, a tendência é que estejamos familiarizados com elas, que nos parecem “normais” e verdadeiras por serem reiteradas em nossa realidade e compartilhadas com nossos pares (PASSADOR, 2015, p. 27).

Gradualmente é percebida uma mudança no que se refere aos preconceitos vivenciados por estas mulheres, especialmente através de normas sociais impostas no tocante ao enfrentamento da discriminação (QUEIROZ *et al.*, 2020). Todavia, para Carvalho e Fernandes (2016) estas políticas servem apenas como véus que encobrem o preconceito e apresentam de forma utópica uma igualdade de gênero e de oportunidades, e por isso, tornam-se mais complicadas de serem confrontadas.

Método da pesquisa

Com a intenção de aferir se as imigrantes brasileiras percebiam a comparação de preconceitos e discriminações em Portugal, especificamente dentro do âmbito acadêmico, optou-se pela pesquisa qualitativa explorató-

ria, objetivando, sobretudo, oferecer espaço de fala a essas vozes colocadas maioritariamente à margem.

O critério de seleção dos participantes foi ser imigrante do sexo feminino, possuir nacionalidade brasileira e ser estudante de mestrado de alguma universidade portuguesa. O processo de constituição se deu através do conceito bola de neve, onde a partir de um sujeito, se chegava a outro, e assim, sucessivamente. Dessa forma, o corpus desta pesquisa é formado por 15 mulheres, de diferentes regiões do Brasil, entre 23 e 42 anos e de diferentes áreas de estudo, caracterizando uma amostra diversificada e abrangente.

Para garantir a ética dessa investigação o sigilo da identificação da participante foi preservado, sendo atribuído um nome de flor como pseudônimo para cada inquirida (Azaleia, Begônia, Camélia, Dália, Gérbera, Hortênsia, Íris, Jasmim, Lavanda, Margarida, Orquídea, Rosa, Papoula, Tulipa e Violeta). Também foram resguardados os nomes das instituições de ensino.

Para coleta dos dados, a escolha da aplicação de questionário com perguntas abertas se fez a mais assertiva, uma vez que propicia ao respondente maior liberdade nas respostas, tornando-as mais precisas e seguras, com menor chance de distorção, devido ao afastamento do investigador, o que confere mais uniformidade à avaliação (Gerhardt, Silveira, 2009). Os questionários foram previamente testados com grupo de 5 mulheres. Após a aplicação, constatou-se a necessidade de refazê-los, sendo incluídas mais duas questões.

Todas as participantes foram inicialmente contactadas por telefone móvel, onde se apresentava a pesquisa em questão e sua relevância. Após o consentimento informado, o questionário foi enviado por e-mail, tendo um prazo de 30 dias para resposta. Posteriormente, os dados foram transcritos e separados de acordo com as seguintes temáticas: (1) perfil sociodemográfico; (2) antes da migração; e (3) contexto português, e, em seguida, foram submetidos a uma análise de discurso, considerando que “os discursos são, ainda, o produto de formações sociais, históricas e institucionais — onde se incluem os meios de comunicação — que detêm os “poderes” de definir os sentidos (CUNHA, PEIXINHO, 2020, p. 184).

Nesta perspectiva, de acordo com Gomes (2018), a análise do discurso se correlaciona com a reflexão acerca do cruzamento das relações de poder, tendo por premissa a concepção de que estes constituem uma determinação discursiva de saber-poder que incide especificamente em relação à imigrante mulher brasileira, sobretudo no seu país colonizador (GOMES, 2018).

Resultados e Discussão

Conforme já referido, a intenção desta investigação considerou, especialmente, proporcionar às imigrantes brasileiras em Portugal um lugar possível à exposição das suas opiniões, sentimentos e experiências em terras lusitanas.

Os relatos dessas mulheres permeiam não só a vida académica – objetivo principal dessa investigação – abarcando as experiências, em maioria, de caráter mais negativo no que se refere a integração na sociedade portuguesa e no mercado de trabalho.

Perfil sociodemográfico: Jovens e ativas

Conforme demonstram os números do Instituto Nacional de Estatística (2011), as brasileiras imigrantes em Portugal compreendem a faixa etária de 20 a 40 anos, sendo a maior contagem referente ao grupo etário dos 25 anos aos 34 anos. Essa premissa se confirma no corpus aqui postulado com a exceção de uma única mulher (Tulipa), como se vê no quadro n.º 1.

Quadro n.º 1
Perfil Sociodemográfico

Sociodemográfico		
Nome	Idade	Cidade Atual
Azaleia	25	Guimarães
Begônia	27	Lisboa
Camélia	29	Lisboa
Dália	29	Lisboa
Gérbera	31	Lisboa
Hortênsia	25	Lisboa
Íris	32	Lisboa
Jasmin	32	Lisboa
Lavanda	25	Braga
Margarida	27	Lisboa
Orquídea	25	Braga
Rosa	34	Lisboa
Papoula	31	Lisboa
Tulipa	45	São João da Madeira
Violeta	32	Corroios/Seixal/Setúbal

Fonte: Criação de Autor

Na visão de Oliveira (2020), é importante enfatizar que numa comparação entre os dados atuais e os de 2018, percebe-se uma diferença entre a quantidade de mulheres e homens jovens a imigrar, e ainda, é mais notória a diferença entre o número de mulheres imigrantes jovens e mulheres cuja nacionalidade é portuguesa.

Esse pormenor demonstra, especialmente, o intenso crescimento contemporâneo da feminização das migrações, que só foi possível ser percebido após a adoção de uma categoria específica de género, permitindo a visibilização do protagonismo feminino e “as suas particularidades enquanto categoria plural, uma vez que as mulheres não são todas iguais, provindo de vários lugares, estratos sociais, etnias, e possuindo diversos valores culturais e sociais, idades, escolaridades, ocupações laborais” (DIAS, RAMOS, 2020, p. 200).

Em relação a distribuição geográfica, a maioria das inquiridas se concentrava na capital do país, Lisboa. A escolha de morar na capital foi justificada pelo fato de ser “ponte para Europa”, oferecendo uma experiência cultural ainda maior pela diversidade de nacionalidades possíveis de contato. No entanto, muitas das respondentes enfatizaram a dificuldade de arrendamentos e os custos cada vez mais altos.

O SEFSTAT (2019) indica que já são 260.503 imigrantes concentrados na capital portuguesa, o que corresponde a um aumento de 22,1%. É relevante destacar o fato de que 7 dos 10 concelhos com mais estrangeiros contabilizados são pertencentes à região metropolitana de Lisboa.

Antes de migrar: em busca da tão falada “qualidade de vida”

Decidir imigrar é, por si só, uma questão que abarca diversas áreas estruturantes de um indivíduo como família, emprego e vida social. Quando a migração tem como fim o estudo, as motivações acrescem daquelas que se referem à prospecção futura vinculado ao ganho que se espera conquistar após este período. Há, portanto, uma interação entre as variadas motivações pessoais e as relações das próprias universidades e fatores estruturais a exemplo dos económicos, sociais e políticos (IORIO, FONSECA, 2018).

Nesta investigação, todas as respondentes do inquérito online afirmaram vir à Portugal sem qualquer bolsa ou insumo de qualquer universidade, seja esta brasileira ou portuguesa. O custeio do mestrado ficou de respon-

sabilidade única e exclusiva das inquiridas, sendo este proporcionado pelos seus próprios trabalhos ou pela ajuda de familiares próximos.

Assim, em relação a escolha de Portugal como destino para realização de mestrado, a principal motivação referiu-se à relação custo-benefício referente não só às propinas das instituições de ensino, como também, e especialmente, ao custo de vida do país.

Escolhi vir à Portugal para fazer meu mestrado, pois é o país mais acessível para estudar em toda Europa, por essa facilidade, foi a minha primeira opção de mestrado (Begônia).

A escolha se deu principalmente pelo custo dos mestrados em Portugal serem, de uma forma geral, abaixo da média de outros países da Europa (Papoula).

A facilidade da língua apareceu como outro fator importante à escolha dessas mulheres, sobretudo no que se refere ao meio académico. Além disso, as semelhanças culturais e vínculos históricos, corroborando ao que Dias e Ramos (2019) colocam como motivações não económicas, especificando os avanços legislativos em relação aos imigrantes, a menor burocracia de entrada na Europa, o incentivo à imigração, a segurança, expectativas de oportunidades de trabalho e, sobretudo, a educação com uma qualidade reconhecida internacionalmente.

Escolhi vir fazer mestrado em Portugal também pelo fato de que no Brasil estava muito difícil de conseguir emprego e achei que talvez em Portugal houvesse mais oportunidades (Camélia).

Por não haver barreiras com a língua (Íris).

Pelo incentivo das Universidades e apoio em receber o estudante brasileiro (Jasmim).

Escolhi Portugal primeiro pela igualdade de línguas e por ter mestrado voltado para o que eu desejava cursar; além de que a Universidade escolhida incentivava a vinda de estudantes brasileiros e estava dentro do meu planejamento financeiro (Orquídea).

Em relação a concepção de Portugal no imaginário das respondentes, ainda durante o planejamento migratório, se enfatizou a ideia de um país de primeiro mundo, ainda um pouco conservador devido a maior concentração de idosos, mas que era receptivo e acolhedor, onde a qualidade de vida e a segurança foram critérios maioritariamente elencados.

Como refere Oliveira (2020), a população portuguesa idosa, ou seja, de 65 anos ou mais, representa 22,4% para 9,8% de estrangeiros na mesma faixa etária. Assim, a autora considera que a imigração à Portugal reforça os grupos de idade ativa e fértil, servindo como um atenuante a situação atual, uma vez que se observa um gradual agravamento do envelhecimento demográfico do país.

No que diz respeito às universidades, o pensamento era de integração facilitada pela familiaridade da língua e pelas relações históricas entre Brasil e Portugal, no “panorama da imigração brasileira para sua ex-metrópole colonial” (GOMES, 2018, p. 410).

Como já tinha visitado algumas vezes, não fiquei muito surpresa. País com muita beleza natural e qualidade de vida (Dália).

Acho que a principal ideia que tinha do país era de ser mais aberto, com mais oportunidades para todos os tipos de pessoas, assim como imigrantes (Gérbera).

Que era mais seguro do que o Rio, o que realmente é. Que os portugueses eram mais fechados e tinham algum preconceito com brasileiros. Que fazia muita diferença para eles saber que um brasileiro tinha a descendência portuguesa (Hortênsia).

Pensava que os desafios como migrante brasileira seriam menos intensos, por ter uma relação histórica de fluxo migratório – mesmo que colonizadora – e falarmos a “mesma” língua (Íris).

País de primeiro mundo, moderno, à frente (Jasmim).

país de primeiro mundo, habilitado para receber imigrantes principalmente nas universidades (Lavanda).

Nessa perspectiva, considerando que os preconceitos fazem raízes nas culturas e consciências de cada indivíduo e acabam por reproduzirem-se

ainda que de forma inconsciente (PASSADOR, 2015), as respostas acerca da probabilidade de enfrentamento a algum tipo de preconceito foram, em sua maioria, afirmativas.

Sim, o que é comum para o imigrante em todo o mundo. Nós quando imigramos (e já tive essa experiência em outros países), não somos locais e é comum que não nos sintamos “em casa”, especialmente nos primeiros anos. Porém, nem em meu pior pesadelo imaginei que aqui em Portugal a xenofobia era tão gritante (Tulipa).

Honestamente, achei que sofreria um tipo de preconceito “normal” que, obviamente, nem deveria existir, mas que já é um fato conhecido por todos os brasileiros imigrantes. Contudo, talvez com certa inocência, não esperava que o preconceito e a xenofobia fossem tão latentes quanto tem se mostrado nos últimos 2 anos (Violeta).

Contexto Português: A realidade do sonho Europeu

Muitas expectativas criadas, muito dinheiro investido, muito estudo efetuado e malas prontas para iniciar um mestrado em terras lusitanas. Essas mulheres abandonaram família, trabalho, amigos, mas jamais, abandonaram a sua origem e nacionalidade.

Como enfatiza Jerónimo (2019), o fato de ser mulher e migrante somam-se de maneira desproporcional como fatores de discriminação e violência de gênero que, conforme corroboram Dias e Ramos (2019), não ficam a margem da problemática imputada pela sociedade patriarcal onde os preconceitos e estereótipos reforçam padrões comportamentais e perpetuam estruturas de poder já firmadas.

Todas as respondentes afirmaram já ter sofrido preconceito por ser mulher imigrante em solo português.

Na escola de condução eu era frequentemente diminuída por ser mulher (Hortênsia).

Sofri preconceito no trabalho em Portugal por todas as vezes em que me exaltei ou discordei em público de alguma decisão, com colegas diminuindo minhas impressões ao compará-las com TPM. Também sou bastante assediada na rua, até mais do que no Brasil (Lavanda).

Sim, piadas do mais baixo nível, olhares que chegam a dar medo (Margarida).

Não por ser mulher, mas por ser mãe. No meu emprego anterior eu não podia acompanhar o meu filho em atividades escolares e quando ele adoecia sofria muito constrangimento para poder me afastar, mesmo que fosse por horas. Acumulei 3 funções e recebi por 1 ano e 6 meses salário inferior a um funcionário homem que executava 30% das atividades que eu fazia (Rosa).

Quando se trata da imigrante brasileira, esses estereótipos disseminam uma identidade preconceituosa, sexista e xenofóbica que, na visão de França e Padilla (2018), enfatizam um imaginário colonial que inferiorizam essas mulheres. Percebe-se em todas as participantes pelo menos um relato de preconceito devido a sua nacionalidade brasileira e, claramente, vinculado ao seu sexo.

A primeira situação que vivenciei foi logo quando cheguei aqui: Estava em uma roda de samba produzida por brasileiros e, quando comecei a sambar, um homem português passou a mão na minha bunda. Outra situação que vivenciei foi um homem português dizendo para mim e meu grupo de amigos que estávamos “acabando com a economia de Portugal”. Também já ouvi a frase “Volta para sua terra”. E ouvi, mais de uma vez, de um professor (que era o coordenador do curso) que “estamos em um mestrado, não licenciatura”, como se diminuísse o meu conhecimento e formação (Camélia).

No país, os preconceitos são por ser mulher e brasileira, por já terem um estereótipo muito machista sobre nós. Também na questão de ser imigrante, é muito mais difícil conseguir um emprego na área desejada, mesmo tendo experiência e estudo. Já ouvi comentários xenofóbicos, do tipo “volta para a sua terra” e que “vocês estão roubando nossos empregos”. Também já ouvi de um português que sou diferente das outras brasileiras que vem pra cá, porque elas “são todas iguais”. E que eu era bonita porque tinha ascendência italiana e portuguesa, um comentário claramente racista, porque as brasileiras que “são todas iguais” eram as negras (Gérbera).

Sim, no café onde trabalhei duas ou três pessoas corrigiram meu português, imitando meu sotaque e depois pedindo pra eu repetir o “cor-

reto”. Quando vou a restaurantes com o meu namorado, fico constrangida com os olhares, porque assim que alguém numa mesa próxima percebe que sou brasileira e estou com um português começam os comentários e trocas de olhares (Jasmim).

Muitos assédios. Dos mais leves dentro do transporte público, até na praia onde me jogaram areia me mandando voltar para o meu país e relatando que português não gostava de brasileiro (Papoula).

Quando se trata especificamente do colonialismo português percebe-se a presença de um discurso luso-tropical fazendo com que sejam omitidas ou ocultadas as diversas formas de violência desse período na disseminação da ideia de miscigenação portuguesa com índias e negras, culminando numa sociedade diversificada, logo não racista (GOMES, 2018). Essa concepção é indicada em várias respostas, principalmente no que se refere ao sexismo e a objetificação da mulher brasileira, sempre hipersexualizada.

O machismo é a base da sociedade atual. Mesmo que as portuguesas estejam no mercado de trabalho é comum observar os aspectos de machismo presentes como nas falas preconceituosas onde oprimem a mulher e a rebaixam na sociedade. Inclusive pela liberdade feminina no que diz respeito a independência sexual, onde a mulher é taxada como uma puta. É importante também acrescentar que a maior parte desde julgamento e preconceito é feito a mulher imigrante brasileira (Rosa).

Um país com um histórico de colonizador demonstra que também é patriarcal e estruturado por uma segregação hierárquica binária; o colonialismo não existiria sem essa estruturação (Hortênsia).

Ainda são muitos os casos em que a mulher é vista como um “pedaço de carne”, inferior e incapaz de ocupar lugares que são majoritariamente masculinos, como turmas de cursos de engenharias nas universidades, por exemplo (Lavanda).

Como refere Piscitelli (2008), a descrição das mulheres brasileiras na mídia portuguesa reitera sempre suas “boas formas” físicas enquanto os homens aparecem mais atrelados ao seu desempenho profissional. As respondentes afirmam que o estereotipo da mulher brasileira é fortemente re-

forçado por essas errôneas exposições mediáticas que a apresentam numa “disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e maternidade” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

A mídia apresenta uma imagem muito atrelada ao corpo, à sexualidade e até mesmo à prostituição. Como se fossem corpos disponíveis / acessíveis para serem usados e experimentados. No ideário social hegemônico português, as portuguesas seriam “mulheres para casar” e as brasileiras são para diversão e experiências sexuais casuais, não sendo “levadas à sério” (Orquídea).

Já ouvi casos de mulheres portuguesas ficarem inseguras com as brasileiras, pois segundo elas, estávamos aqui para roubar seus maridos. Claramente o que passa, ou pelo menos passava, nas novelas portuguesas (Azaleia).

Muito! Há muita objetificação e hipersexualização dos corpos das mulheres brasileiras. O caso de 2003, “Mães de Bragança”, onde as brasileiras prostitutas foram expulsas da cidade pelas portuguesas por terem seus relacionamentos afetados ou terminados por conta do envolvimento dos seus maridos com as brasileiras prostitutas. Ou seja, ao invés de haver responsabilização dos maridos, que por escolha própria resolveram se relacionar com mulheres prostitutas brasileiras, houve culpabilização dessas mulheres. Nesse sentido, o estereótipo de hipersexualização funciona no olhar masculino, de ver a mulher brasileira como objeto sexual e corpo de fácil acesso, mas também implica na relação com outras mulheres, nesse caso, portuguesas, que veem as brasileiras como ameaça, que vêm pra Portugal para seduzir, para roubar os maridos (Camélia).

Como referem Padilla e Gomes (2016), a premissa do não racismo português atinge transversalmente toda sociedade e, sobretudo, a academia, sendo este, portanto, o motivo de não haver muitas (ou existir de forma inexpressiva) denúncias acerca da discriminação e estereotipificação nas instituições e produções científicas. Diversos são os casos de preconceito dentro da comunidade acadêmica apresentados pelas inquiridas. As principais tipificações são em relação a língua considerada “brasileiro” e não por-

tuguês, e ao fato de terem seu intelecto colocado a prova, uma vez que são brasileiras, logo, inferiores.

Diversas vezes em aulas de mestrado, quando questionava algo, quase sempre a resposta era: “Talvez no Brasil você não tenha visto isso.”; “Talvez no Brasil não seja assim...” (Azaleia).

Essa situação que vivenciei em sala de aula com a fala do professor / coordenador “estamos em um mestrado, não licenciatura” me pareceu bem atrelada ao fato de eu ser brasileira, até porque nunca o ouvi dizendo isso para alunas portuguesas. Senti que menosprezava e desvalorizava o meu conhecimento e minha formação anterior, justamente por ser do Brasil. Também já ouvi muitos relatos de pessoas de outros cursos e universidades sobre professores as criticarem dizendo que “não falam ou escrevem português direito” (Camélia).

Acham que somos inferiores no geral e minorar o nível intelectual é uma das esferas desse “achismo” (Dália).

Brasileiro não tira a nota máxima nas universidades e isso é claro quando chegamos aqui. Os professores questionam a língua, a escrita, a formação dos brasileiros. Os muros são pichados com ameaças a brasileiros e os alunos oferecem pedras para que se jogue em alunos brasileiro. Isso dentro das principais universidades de Lisboa (Jasmim).

Não consideram que uma mulher brasileira é culta e inteligente, capaz de se igualar ou até superar as do seu país! Quando percebem relatam que não parecemos brasileiras (Rosa).

Essa minoração estende-se também ao mercado de trabalho. Percebe-se que as oportunidades que se destinam a essas mulheres são de setores cuja atividade não é qualificada e onde a maioria é do sexo feminino, a exemplo dos trabalhos domésticos, limpezas e cuidados de idosos e crianças. De acordo com Jerónimo (2019), isto é também recorrente nos demais países da Europa. Para a autora as mulheres imigrantes tendem a entrar em espaços mais feminizados.

O mercado de trabalho é bem segregador, destinando os setores de beleza, serviços ao cliente e restauração para as brasileiras, mesmo as super qualificadas (Íris).

Há alguma dificuldade em relação ao emprego. Dificuldades que me parecem relacionadas a ser brasileira. Eu cheguei não colocar que tinha a nacionalidade brasileira no currículo e percebi que fui muito mais contactada. O que não durava muito depois que me ligavam e percebiam meu sotaque. Mas se pensarmos em comparação acredito que a situação já foi pior. A minha mãe há 30 anos atrás teve o seu portfólio de Design questionado quanto a sua propriedade, diziam para ela que ela não tinha como comprovar que tinha realmente realizado aqueles trabalhos. Este foi apenas um dos motivos, mas que a fez voltar a viver no Brasil (Hortênsia).

Considerações Finais

A feminização das migrações é um fenómeno crescente no mundo e, claro, em Portugal. Em 2019, o número de imigrantes do sexo feminino ultrapassou o do sexo masculino, percentagem que, de acordo com Jerónimo (2019), permanece maior desde o ano de 1990. Acompanhando todo esse processo, as mulheres brasileiras também estão à frente dos homens, totalizando neste ano 25.221 mulheres em fluxo (SEFSTAT, 2020).

Essas imigrantes deparam-se com o imaginário social criado sobre elas que reforça as desigualdades históricas de forma colonialista, sexista e misógina que são sustentadas e validadas (FRANÇA, PADILLA, 2018). Como refere Gomes (2018) esse imaginário oculta as violências passadas e conota à Portugal a premissa do não racista.

No campo académico, a intenção pela participação das mulheres em mobilidade estudantil teve seu início no fim do século XX (JERÓNIMO, 2019), entretanto, percebe-se ainda hoje, uma clara divisão de género, onde a mulher sempre está em posição inferior no que diz respeito à salários, carreiras e oportunidades (CARVALHO, FERNANDES, 2016).

Assim, este trabalho intencionou explorar a percepção da imigrante brasileira oferecendo um espaço de fala a ela. As inquiridas relataram extrema xenofobia por parte da sociedade e instituições portuguesas, bem como dentro da comunidade científica, lugar onde deveriam ser acolhidas e ensinadas, ao contrário de apontadas, julgadas, e até como dizem, inferiorizadas.

Pretende-se, então, contribuir para os estudos das feminizações das migrações e ciências sociais, fomentando um olhar especial a essas mulheres académicas e qualificadas que acabam por encaminhar-se a empregos marginalizados devido ao preconceito imputado pela sua nacionalidade.

Foi limitante aqui, a pouca oferta de dados concretos acerca da migração específica de mobilidade estudantil considerando a categoria de género, assim como a disponibilidade das inquiridas em relatar situações que lhes trouxeram bastante desconforto.

Espera-se que, com um olhar mais atencioso, sejam efetuadas mudanças no âmbito do acolhimento e integração tanto no que se refere à academia, quanto aos *media* que disseminam um estereótipo sexista e hipersexualizado, que continua a vitimar diversas imigrantes brasileiras. E assim, deixando no passado a relação colonizador/colonizado, possamos seguir em lateralidade compartilhando e aprimorando os pontos que se tangenciam.

Fontes e Bibliografia

- BORREGO, Bárbara, 2016 – *Demografia da População Imigrante em Portugal: apoio e oposição à imigração em Portugal numa perspetiva comparada*. CIES.
- CARVALHO, Ana Filipa; FERNANDES, Emília, 2016 – Processos de discriminação de profissionais imigrantes e qualificadas em contextos laborais tipicamente masculinos. *ex æquo*, n.º 33, p. 117-132 <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n33/n33a09.pdf> [Consult. 18 de out. de 2020]
- CORREIA, João Carlos, 2016 – Dez anos depois de Bragança, a representação da mulher brasileira nos media. *Verso e Reverso*, v. 28, n. 69, p. 186-192.
- CUNHA, Isabel Ferin da; PEIXINHO, Ana, 2020 – *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- DIAS, Marly de Jesus Sá; RAMOS, Maria Natália, 2019 – “Mulheres brasileiras em Portugal e violência de género: desafios migratórios em contexto internacional”, in *The Overarching Issues of the European Space- a strategic (re)positioning of environmental and socio...?*. Porto: FLUP, p. 197-208.
- EUROSTAT, 2011 – *Indicators of immigrant integration: a pilot study, Eurostat Methodologies and Working Papers*. Luxemburgo: European Commission.
- FRANÇA, Thais; PADILLA, Beatriz, 2018 – Imigração brasileira para Portugal: entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 33, n.º 2, p. 1-30.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.), 2009 – *Métodos de Pesquisa* (coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS). Porto Alegre: Editora UFRGS.
- GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos, 2018 – Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES* [Online], <http://journals.openedition.org/eces/3307>

- GOMES, Mariana Selister, 2018 – Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “Brasileira Imigrante” em Portugal. *Política & Sociedade*, vol. 17, n.º 38, Jan./Abr. de 2018, p. 404-439.
- INE, Instituto Nacional de Estatística, 2011 – *Censos. Resultados Definitivos Portugal*. http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554 [Consult. 18 de out. de 2020].
- IORIO, Juliana; FONSECA, Maria Lucinda, 2018 – Estudantes brasileiros no Ensino Superior português: construção do projeto migratório e intenções de mobilidade futura. *Finisterra*, LIII, 109. p. 320. <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/14556> [Consult. 18 de out. de 2020].
- JERÓNIMO, Patrícia (coord.), 2019 – *Igualdade de Género: Velhos e Novos Desafios*. Braga: Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CII).
- LISBOA, Wellington Teixeira, 2010 – “Fluxos transatlânticos e identidade: a imigração brasileira em Portugal e o imaginário português sobre o Brasil”, in *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2378> [Consult. 18 de out. de 2020].
- NEVES, Ana Sofia Antunes das; NOGUEIRA, Maria da Conceição Oliveira Carvalho, TOPA, Joana Bessa, SILVA, Estefânia Gonçalves, 2016 – Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Estudos de Psicologia Campinas*, 33(4) I, p. 723-733.
- OLIVEIRA, Catarina Reis, 2020 – *Indicadores de integração de imigrantes. Relatório estatístico anual 2020* (1.ª ed.) (Imigração em Números – Relatórios Anuais 5). Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- OLIVEIRA, Eliany Nazaré; NETO, Félix Fernando Monteiro, 2016 – Redes Sociais: Grupo para imigrantes brasileiras em Portugal. *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG* - v. 29, n.º 2 – Jul./Dez, p. 304-328.
- PADILLA, Beatriz; GOMES, Mariana Selister, 2016 – Empoderamento, Interseccionalidade e Ciberativismo: Uma Análise do “Manifesto Contra o Preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal”. *TOMO*, n.º 28, p. 169-201.
- PASSADOR, L. H, 2015 – *Especialização em Gênero e Diversidade na Escola Módulo 1-Diversidade*. São Paulo: UNIFESP.
- PISCITELLI, Adriana, 2008 – Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n.º 2, p. 263-274.
- PONTES, Luciana, 2004 – Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, n.º 23, p. 229-256.
- QUEIROZ, Camila Craveiro; CABECINHAS, Rosa, CERQUEIRA, Carla, 2020 – Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: sexismo e outros “ismos”. *Equatorial*, v. 7, n.º 12, p. 1-23.
- SEFSTAT, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2019 – *Relatório Estatístico Anual 2019*. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf> [Consult. 18 de dez. de 2020].

Flow of Brazilian arrivals in Portugal, 1936-2000: contributions to a study

*Carlos Alberto Damas*²³³

Introduction

The purpose of this work intends to contribute to the understanding of the determinant factors for the flow of Brazilian citizens travelling to Portugal between 1936 and 2000.

Based on the statistical data collected this paper intends to assess whether those flows can be correlated with business cycles, political conjunctures, fluctuations in the foreign exchange markets or even if causes of another nature influenced the willingness of Brazilian citizens to cross the Atlantic.

It could be suggested that root tourism, business trips, immigration, cultural exchange, sports, scholar activities, and transit passengers to other European countries are the primary traveller's motivations. Are they? The answer to the question - outside the scope of the present research - could be found in investigations within the areas of sociology, anthropology or history of migrations which could be tracked in Brazilian and Portuguese archival sources, such as passport issuing institutions, lists of embarked passengers on the various transport routes, memories, biographies and even travel literature.

Subsequently, the annual flows of these travellers lead to outline hypotheses analysed from the perspective of their relationship with political, economic and social factors. Both domestic and international.

Understanding the motivations why 2,850,158 Brazilians visited Portugal in that period would be a fruitless achievement according to the wide temporal arc covered in this investigation. The reasons to travel to Portugal during the years before World War II until its end (1936-1945) may have been very diverse from those who disembarked at any Lusitanian lands gateway between the 1950's and the end of the century.

²³³ CEPESE.

In order to substantiate data taking into account the dissimilarities of events that took place over such a wide period the investigation is divided into four sections, delimited by Brazilian, European and world political events.

Each section begins with a brief explanation of the economic cycles of the period under analysis and concludes with a display of hypotheses for the data collected from the statistics.

The chronology of statistical data begins in 1936, the first year of systematic records in the yearbooks. It ends in 2000, an arbitrary cut predetermined in the scope of the survey.

The Statistical Yearbook of Portugal (Anuário Estatístico de Portugal), 1936-1939 and the Tourism Statistics (Estatísticas de Turismo) 1969-2000, of the National Statistics Office (Instituto Nacional de Estatística) are the sources used for the quantification of individual's flow²³⁴.

The statistics data collected also gives what transport route (air, sea or land) is used by the citizens of Brazil making their journeys to Portugal.

The data concerning political and economic cycles were taken from a diverse set of published studies on the subject, mostly done by Brazilian researchers, referred in the bibliography.

Following this analysis, the upcoming sections will detail the data collected within the light of the abovementioned time divisions:

1936-1945: from the Spanish Civil War to the end of World War II

1946-1973: from post-war to the 1973 oil crisis

1974-1986: from the 25th April's Revolution to EU Portugal's accession

1987-2000: from the Cruzado Plan up to the end of the 20th century

An earlier version of this paper was presented at the international seminar "Studies of (I) Iberian Emigration. Associative practices and root tourism", held at Azores University (Ponta Delgada Campus), 16-19 September 2019.

Special thanks to my colleague's contributions with comments and suggestions on the presentation of this paper and I am grateful to Diogo Ferreira and Fernando de Sousa from CEPESE for their encouragement to

²³⁴ The tourism's statistical data regarding border movement, were collected by a direct survey from the Tax Guard (Guarda Fiscal) and *posteriori* processed by the General Directorate of Tourism (Direcção Geral de Turismo). Afterwards they were managed by the National Statistical Office (Instituto Nacional de Estatística).

present this communication. Also, my thanks for the aid provided by Junior Ruiz Garcia of the Federal University of Paraná.

Entries of Brazilian citizens into Portugal (1936-2000)

The number of foreigners entering Portugal, a period of over seven decades, presented by this paper shows that 2.9 M. of Brazilians (0.7%)²³⁵ out of a total of 414.6 million foreigners have landed in Portuguese territories (Figure 1).

During that period, Spanish travellers lead the way with 301.7 M. (72.8%), followed by 29.9 million English (7.2%), 16.6 million Germans (4%), 14.8 million French (3.6%) and 8.4 million Americans (2%). The number of travellers from other countries totals 40.3 M. (9.7%) (Appendix - Table 1)²³⁶.

The figures for this data refer only to disembarked travellers; therefore, transit passengers were not counted. This is a condition which, regardless of the existing errors and omissions in statistics, may explain the differences between the total sum of almost 410 million entries by different routes and the 414.6 M individuals referred in the overall calculation.

Furthermore, it should be noted that statistics collected from 1976 onwards no longer mention the nationality of passengers in transit by sea and, since from 1994, they only show the total number of individuals entering the country, without referring to nationality and transport routes used.

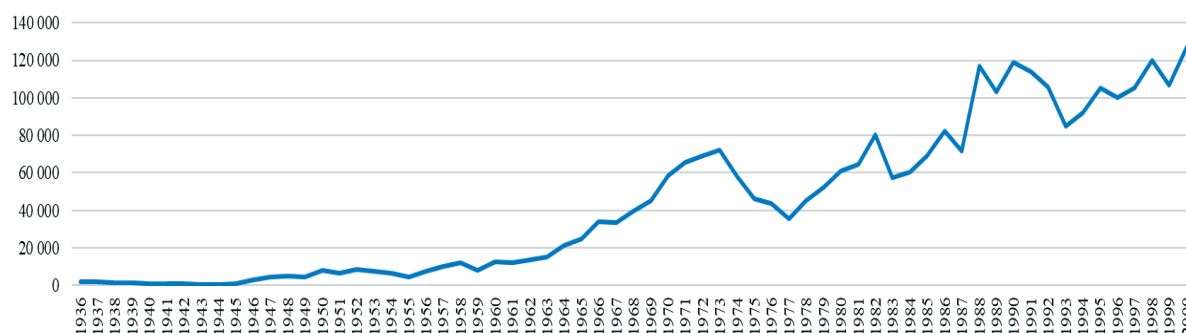
If analysed the arrivals by mean of transport it shows that 68.6% of the 2,863,118 Brazilians travelled by plane, 25.8% crossed land borders and 5.6% arrived by sea (Appendix - Table 2).

Over all nationalities, 332.5 M of foreigners entered by land (81%), far exceeding the 75.2 M who chose air (18%) and 2.3 M who preferred sea (1%). For reasons of geographical proximity, 301.7 million Spaniards made a decisive contribution to the high number of foreign travellers entering Portugal by land borders.

²³⁵ The total number of Brazilians entering the country results of the amount of those who travelled directly from their country with those who entered Portugal arriving from other geographical origins.

²³⁶ These statistics are based on the nationality of the travellers and not on the place of origin.

Figure 1
Brazilian arrivals in Portugal, 1936-2000



Source: *Anuário Estatístico de Portugal, 1936-1969, Estatísticas de Turismo, 1969-2000*

The asymmetries detected in the flows displayed in the tables, as well as in the graphical curves, reflects the differences occurred both as a result of the oscillation of the multiple economic cycles together with the political and social conditions occurred in different decades, technological progress in transport routes, travel massification's for professional and cultural or any other reasons.

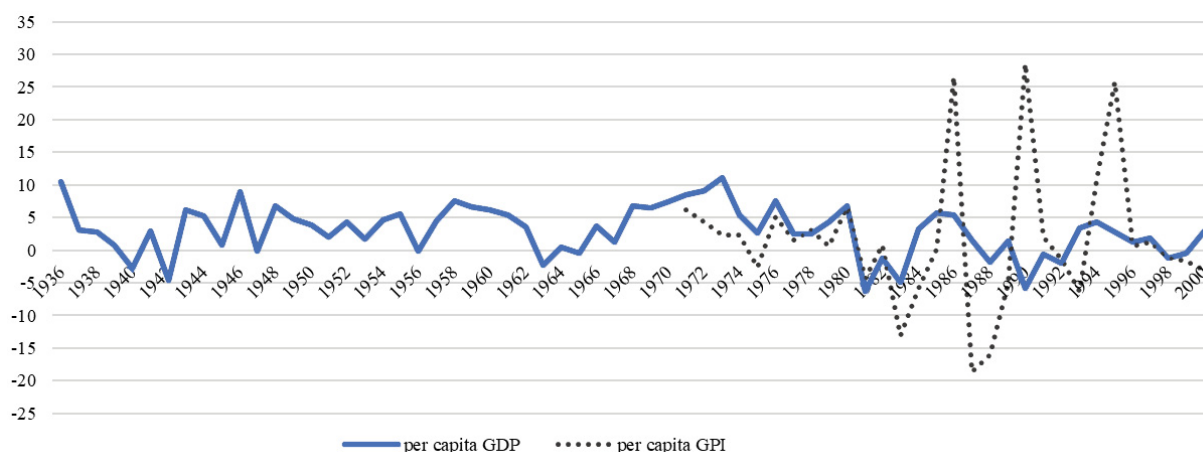
As some Brazilian researchers point out, the absence of statistical data restricts the study of these cycles before and after WWII. Nonetheless, and in order to contribute to typify the various economic cycles in Brazil, assessing the data's impact on individual's income, welfare, and without resorting to other possible indicators (exchange rates, wages, inflation rates, transport tariffs), on a non-recurring basis it has been applied the *per capita* GDP for the period 1936-1970, and the *per capita* GPI for the period 1971-2000 (Figure 2).

The use of GDP over long periods has been criticised for not considering “distortions introduced by technological innovations, changes in consumption habits and changes in income distribution patterns, morbidity and longevity of societies” (REIS *et al.*, 2007, p. 509). In turn, the indicator *per capita* GPI (Genuine Progress Indicator) is “intended to embrace the challenge of a better understanding of the side-effects of the physical expansion of economic systems” (ANDRADE, GARCIA, 2015, p. 49).

Despite cyclical fluctuations in the Brazilian economy “domestic savings as a proportion of GDP have increased slowly since the late 1940s, when they were below 15%, to reach a level close to 20% in the 1970s, roughly remaining at this level in the following decade and with a tendency to decline in the second half of the 1990s (ABREU, 2006, p. 353).

A final reference to the costs for transatlantic travel, given the high transport tariffs and accommodation expenses at the destination, demanding financial availability to support them.

Figure 2
% variation GDP, *per capita* GDP, 1936-1970 and *per capita* GPI, 1971-2000



Source: Brazil: Populatio, GDP, *per capita* GDP and implicit deflator of GDP, 1901-2000;
ANDRADE; GARCIA, 2015 – Estimating the Genuine Progress Indicator (GPI) fro

From the Spanish Civil War to the end of World War II (1936-1945)

For a clear understanding of this period of flows it is worth mentioning the significant events that took place between 1936 and 1945 within the European and world political history.

Travelling to Portugal these years would be a risky if not even dangerous option.

The civil war in neighbouring Spain had reinforced police vigilance of the Portuguese regime, not only over Portuguese sympathizers of the Republic, but also over foreigners arriving in Portuguese harbours, heliports, airports and land borders.

The Spanish Civil War ends in April 1939 and five months later Germany invades Poland starting World War II, a devastating conflict on a continent that had not yet been completely remade from the aftermath of the Great War of 1914-1918.

The conjunction of these two wars, undoubtedly influenced the willingness of Brazilians citizens to travel. This could be due not only to the di-

rect consequences of war times on the availability and accessibility of means of transport but also its insecurity.

Consequently, the key factor which may have contributed mostly to the decrease of arrivals may have been the fear of traveling, in particular by sea, given that crossing the Atlantic was no longer safe due to the presence of enemy's submarines in that Ocean.

Indeed "the intensification of the world conflict leads the war operations to the Brazilian coast, as the country is witnessing the loss of several mercantile units with precious lives, sunk by Axis submarines, in its territorial waters, causing Brazil to enter the war" (NETO, 1974, p. 77).

Moreover, and even if there were no wars, as above mentioned to cross the Atlantic would be not only a demanding undertaking for citizens in terms of time and money due to a lengthy journey to a far destination from homeland, but also if one takes into account that "in Brazil, in the first half of the 20th century, travelling, especially abroad, was an event" (PIMENTEL, 2001, p. 81).

As critical as were the war situations in Europe for the decision of Brazilian citizens, to travel to Portugal or not these years, will have been the economic conditions that characterized the period such as higher inflation and macroeconomic instability.

In the political history of Brazil, the coup d'état of 1930, ending the Old Republic and inaugurating in 1937 the era of dictatorship, implements the centralisation of political power that leads in the two following decades to industrial growth, "characterised by the accumulation of technology and human capital" (ARBACHE, SARQUIS, 2018, p. 152) with the consequent strengthening of the middle class.

In this period the growing state intervention in all vital sectors of society has direct consequences on the country's economy and labours income. Musacchio makes this explicit by stating that as a result of considerable changes in the Brazilian economic life in the 1930s, the authoritarian government of Vargas, "promoted labour legislation that introduced such basic protections for workers as a minimum wage, paid vacations, and pension funds" (MUSACCHIO, 2015, p. 168).

In the following decade the business landscape in Brazil changed significantly with the emergence of state-owned and controlled companies given that

as support for financial markets faded away, the most powerful interest groups of industrialists and labor reached a consensus around promoting a new corporate model less concerned with protecting outside investors and focused instead on preserving employment and consolidating domestic industry (MUSACCHIO, 2015, p. 27).

In the context of the period marking the outbreak of the Spanish Civil War and the end of the WWII, 10,387 Brazilian citizens travel to Portugal, the highest number in 1936 with 1,890 entries, and the lowest in 1943 when only 10% of the 1936 traveller's arrived here from Brazil or other countries (Figure 4).

The entries in these years do not include Brazilians who fought in the Spanish Civil War. Neither the Franco's partisans landed in Vigo, Coruña and Pontevedra ports, nor in Marseille all those who enlisted to the International Brigades, according to studies on the subject (OLIVEIRA, 2015, p. 266). The majority of them left the South American continent via Argentina and Uruguay.

The occupation of France by the Nazis in 1940 can also explain the sharp decline in numbers of Brazilians travelling to Portugal, despite the country's neutrality.

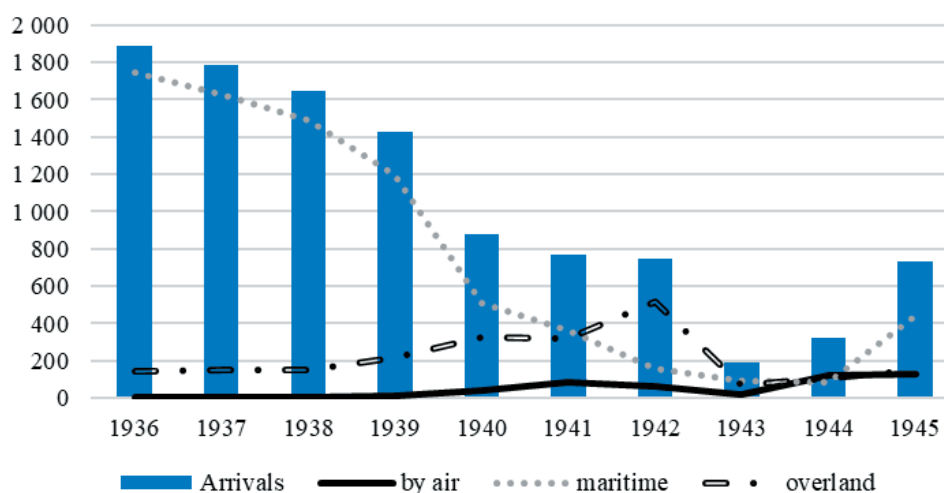
The simultaneous occurrence of conflicts in the European continent with economic nature factors can justify the reduction, 90% of Brazilians entering Portugal in 1945 when compared with the entries in 1936.

According to the available data, between 1936 and 1945 the sea is the preferred mode of travel favoured by 74% of the total, while 21% travelled by overland and 5% by air. The growing number of entries across land borders between 1938 and 1942, may correspond to those Brazilian citizens fleeing from Nazi occupation in other European countries, mainly France.

In summary, the sliding trend of entries into Portugal during the period 1936-1944, followed by signs of increase in 1945, can be characterised more due to external factors occurring in those days rather than the political instability in Brazil.

Historically situated the short period under observation, correlated with the exogenous variables which predisposed the course of events in Europe, the formulation of interpretative hypotheses for a more sustained understanding of the data collected may be completed on other archival and bibliographical sources.

Figure 3
Brazilian arrivals in Portugal, 1936-1945



Source: *Anuário Estatístico de Portugal, 1936-1969*

From the post-war economic boom to global recession (1946-1973)

In the broad period under review in this section, endogenous and exogenous variables influenced directly or indirectly, the number of Brazilians entering Portugal.

Shortly after, the difficulties and uncertainties of the post-war period has been overcome, a period of economic recovery begins.

Until the 1973 oil crisis, Europe would experience a remarkable period of development, known as the “golden age”. Moreover, also Portugal enters a period of growth. At the beginning of 1960s, the country advanced towards an era of modernisation.

Despite the “persistence of the economic activity oscillations increased after the Second World War” (ARAÚJO, CARPENA, CUNHA, 2008, p. 559), the Brazilian economy in the 1940s and 1950s enters a phase of high growth until the end of the 1960s, “as a consequence of the increase in industrialisation and the decreasing weight of the agricultural sector in GDP accounts” (ABREU, 2006, p. 347).

In 1951, Getúlio Vargas returned to the political stage with new proposals for economic and industrial development, which lasted until 1953. His suicide in August 1954 started a serious political crisis with the reappearance of economic instability, along with the virtual collapse of the exchange rate.

The failure within the economic expansion policies followed by President Juscelino Kubitschek de Oliveira's government (1956-1961) had adverse consequences. In the period 1955-1959, the Brazilian economy resumed its non-sequential propensity for growth and at the dawn of the new decade it faces stagnation, high rates of inflation and fiscal strangulation.

The Triennial Plan for Economic and Social Development 1963-1965 presents measures that address fiscal and monetary imbalances. It fails to meet its goals and in 1964 the inflation rate rises reaching 91,8%.

In March 1964, after the military coup, "a stabilisation plan put in place by the first government of the 5th republic, reduces inflation to 20% at the end of 1967, which lasts until the end of 1973" (BARBOSA, 2018, p. 105). Inflation reduces but also the investment.

The rising political instability in the dictatorship regime paved the way for a period of recession until 1967 when a new economic plan was implemented. With the aim of indexing wages to inflation, stabilizing price rises and obviating the disturbances in the economy, the Government Economic Action Plan (PAEG) is put in force until 1967. The plan does not achieve its objectives once the social costs of the intended stabilization led to a downturn in the economy.

Although there has been a rise in the minimum wages, reaching peaks between 1957 and 1959, the followed uneasy years were dominated by an "elitist model" economy concerned with the assets of the business class at the expense of the workers minimum wage who "suffered losses of 25% (1964 to 1966) and a further 15% between 1967 and 1973, while GDP was fattening 11% a year" (FGV, 2014).

In the 1960s, the Brazilian economy fluctuated around attempts for its stabilization, with varied and uneven results. Some authors recognize that from 1965 to 1973 there is a new recovery supported by monetary and fiscal policies including public investment, creation of incentive systems for exemptions, subsidies and the granting of tax credits. The focal point of promoting the export of manufactures²³⁷, created the so-called "economic miracle", supported by an intense economic activity (ARBACHE, SARQUIS, 2018).

The following decade the urban middle class has expanded strongly and the 1970's is identified as "the period of highest *per capita* GDP growth (overall rise of 66.7% or average 5.8% per annum)" (ANDRADE, GARCIA, 2015, p. 53). From 1969 to 1973 "the country expands at rates of 11% per

²³⁷ On these signs of recovery see, for instance, BONELI, 2006, p. 383-426.

year. The middle-class revelry took place: “it bought its own house in friendly instalments, had enough credit to walk in Dodge Dart as well as enjoy the technological cocktail of the time: the queen of the drawing room, the TV” (FCG, 2014).

Scholars that surveyed the relationships between GDP and other variables report that “the Brazilian GNP (Gross National Product) clearly displays cycles. Moreover, there is a somewhat clear pattern beginning in the 1960s and extending up to the 1990s. The cycle is characterized by high peaks at intervals of 10 years. Each peak is followed by depressions, in a clearly recursive pattern” (JUNIOR, GOMES, SACHSIDA, 2002, p. 284).

The political and economic events that characterise almost three decades of Brazilian history, direct or indirectly, have an outcome on the numbers of Brazilian travellers entering Portugal, which, will be now analysed in some more detail.

In order to have a more detailed interpretation of entries of Brazilian citizens from 1946 to 1973, the period is split into two sections: the first one from 1946 till 1956 and the second related to the years 1957-1973.

The partition is justified by the revolution operated in air transport in the second half of the 1950s when jet aircraft started to be used in commercial routes for companies operating transatlantic flights; by shortening distances, this triumph of commercial aviation makes travel easier and contributes to the significant increase in Brazilian’s travellers and tourists in Europe, unlike the previous periods.

In the following sections individual’s flow will be scrutinized taking into account the afore mentioned periods.

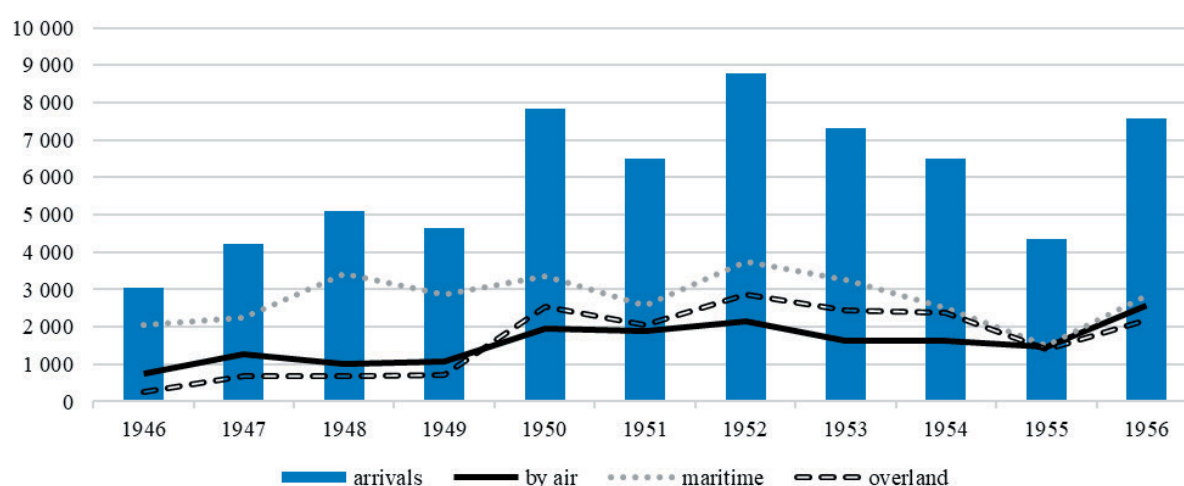
The post-war years (1946-1956)

The trend in this period shows an increase number of arrivals until 1950. Probably related to the re-emergence of political instability. In 1951, a significant number of Brazilians had to delay their opportunity to undertake the transatlantic travel.

Following the figures, it is noted that after nearly 9,000 entries in 1952, there is a sharp decline between 1953 and 1955, related with the political concerns and exchange rate instability: 50% less arrivals in 1955 than 1952, a trend reversed in 1956 with an increase of around 74% in relation with the previous year.

If we observe the transport means, almost half of the 65,894 Brazilians arrive to Portugal by sea, supplanting the sum of those who travel by air and overland. Compared to 1952 the fall of arrivals in 1955 amounts 32% by air, 60% for sea and 51% for land travels. In his work on Brazilian transport, Neto states that from 1947 onwards air transport “became extensive, ending the phase in which, it was provided only to a small group of privileged users. The government action was concerned with setting up a flight infrastructure due to the sudden boost received by air transport from 1947 to 1952” (NETO, 1974, p. 164). However, during the entire period the maritime via continues to be the preferred one for the Brazilians travellers.

Figure 4
Brazilian arrivals by means of transport, 1946-1956



Source: *Anuário Estatístico de Portugal, 1936-1969*

The golden age era of economic growth (1957-1973)

In almost two decades the progressive and consistent annual increase of Brazilians travelling to Portugal stands out. From the late 1950s until the early 1970s the annual traveller’s inflow is significant; 1959 is an exception in the growing trend with a 34% fall compared to 1958.

Concerning transport routes, air travel increases due to changes in habits and to preferences for air transport resulting from technological advances in transoceanic aviation since the 1950s, stands out as above mentioned.

The significant growth in preference for air transport on journeys from Brazil to Portugal since 1956 is evident; however, its consolidation as preferred transport only became significant in 1965, when this increase is accompanied by a decline of the maritime via. It is also worth of notice the

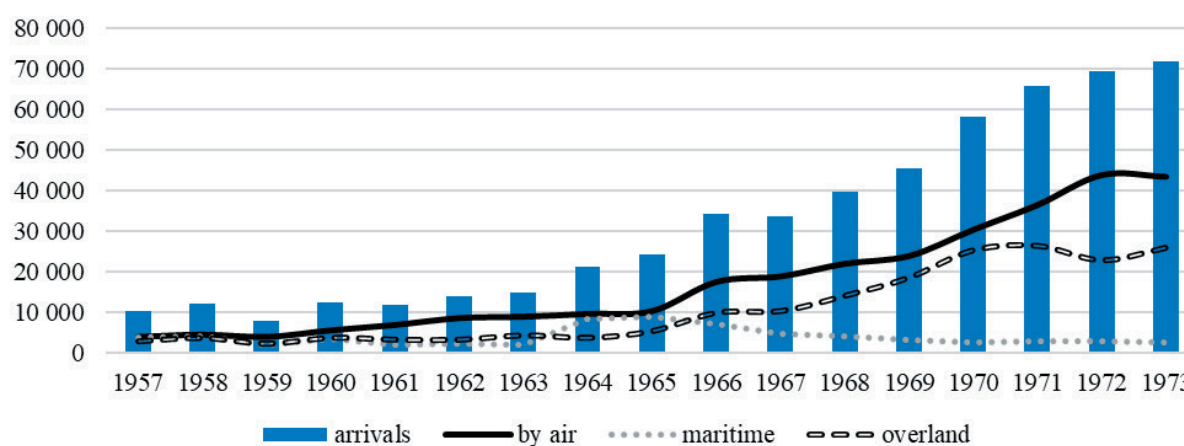
number of Brazilians entering our country by land, probably travellers arriving from Italy, France or Britain, or even families that after the *Grand Tour* seize the occasion to visit Portugal, before returning to their homeland.

Its impact can be perceived in 1964 with 21,294 arrivals, 30% above the transacted year (Figure 6). Since then, until the end of 1973 the statistics show an annual average increase of circa 14% (Table 2 – Appendix).

Amongst the 546,429 Brazilians disembarking in Portuguese territory during these years of world economic growth, one must pose the question; how many are cultural travellers and how many are root tourists? Facing such a significant number we will never have a clear and precise knowledge without consulting a wide range of archival sources.

Hotel guest's ledgers are scarce; in the existing ones, is detected the tendency of Brazilian artists, writers or intellectuals who visited Portugal in the 1950's and 1960's. Significant part of them chose Hotel Tivoli Lisbon for their stay in the Portuguese capital (DAMAS, 2008, p. 114).

Figure 5
Brazilian arrivals by means of transport, 1957-1973



Source: *Anuário Estatístico de Portugal, 1936-1969, Estatísticas de Turismo, 1969-2000*

From the 25th April Revolution to Portugal's accession to the European Union (1974-1986)

This section covers the period since the 1974 Portuguese revolution until the beginning of the second half of the 1980's when Portugal joins E.U.

In the years leading up to the “carnation revolution” in April 1974, there is a declining trend on traveller’s flows. An abrupt fall of 30% in the year whereby the Portuguese political and social movement of the 25th April puts an end to the dictatorship of Estado Novo; but not only the change in the Portuguese political regime curb the will of Brazilian citizens to travel to Portugal.

Many economies were affected by the consequences of the 1973 oil crisis. Confronted with the negative effects of the oil-producing countries’ ultimatum on the external indebtedness of Western countries, Brazil included, and in the rise of international interest rates and oil prices. Signs of recession in economic activities, impacting on the inhabitant’s income and their well-being, are detected in the indicator *per capita* GPI showing a decrease from 4,35 in 1972 to -2,54 in 1975.

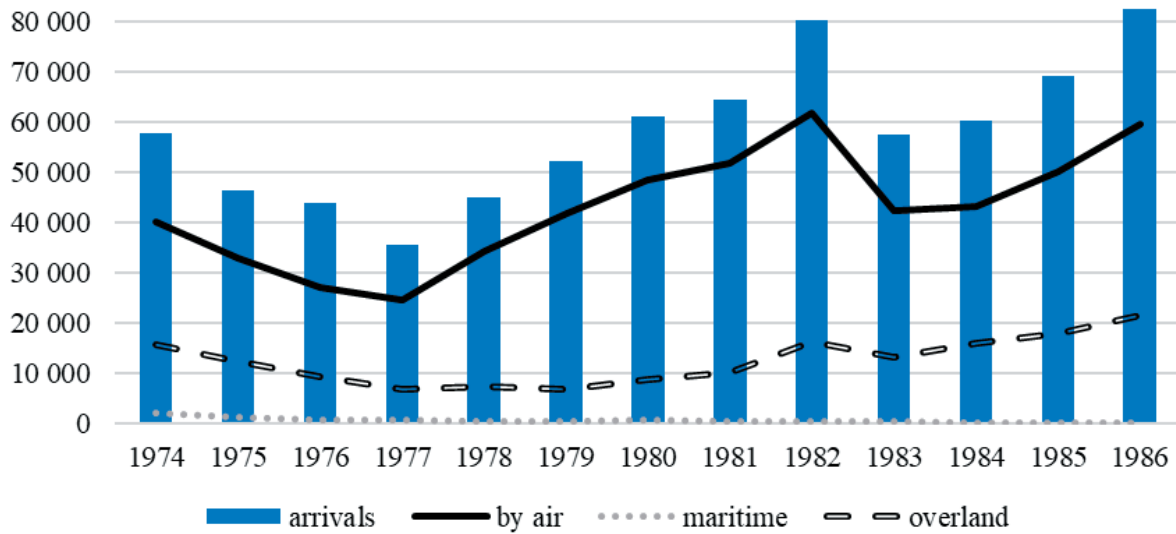
In the second half of the 1970s the Brazilian economy enter a “new phase with a rising inflation rate and a decreasing growth rate” (BARBOSA, 2018, p. 105). These are constraints affecting the 1980s, “lost decade” in Brazil.

In these years the recession projects its negative effects in the significant shrinkage of the average wage of the Brazilian citizens. As Andrade and Garcia mentions “in 1989, the Brazilian GPI was 21.5% lower than its value in 1980, which is equivalent to an average annual growth rate of -2.7%. These figures show that the 1980s in Brazil was a period in which the majority of the Brazilian population experienced a significant reduction in their economic welfare (ANDRADE, GARCIA, 2015, p. 53).

After the retraction of 30% arrivals in 1983, the flow grows in the following two years probably related with the labour income that “reaches the highest value in the series in 1986, mostly because the workers have benefited from reduced inflation, and also from measures to compensate for the initial wage freeze, such as granting an allowance to workers” (GONZAGA, MACHADO, 2006, p. 478).

With 81,823 travellers, the arrival’s peak occurs precisely in 1986, allowing again the inference that disposable income can be directly related with the intention to travel. Brazilian citizens trusted then their national’s economic situation, stimulus individual’s purchasing power and, consequently, traveller’s arrivals to Portugal raise.

Figure 6
Brazilian arrivals, 1974-1986



Source: *Estatísticas de Turismo, 1969-2000*

Since the Cruzado Plan II to the end of the 20th century (1987-2000)

In order to control inflation in March 1986 the Plano Cruzado²³⁸ is implemented. Its main purpose was to freeze prices but the immediate consequence was an economic collapse few months after. In November a new plan is put in action – Plano Cruzado II – intending, among other purposes, to freeze wages and prices, control external indebtedness as well as inflation. Until the end of the decade, other economic plans flourishes (Bresser, Maílson, Verão) without success and facing uncontrolled rise in prices; in 1989 hyperinflation rises to three digits.

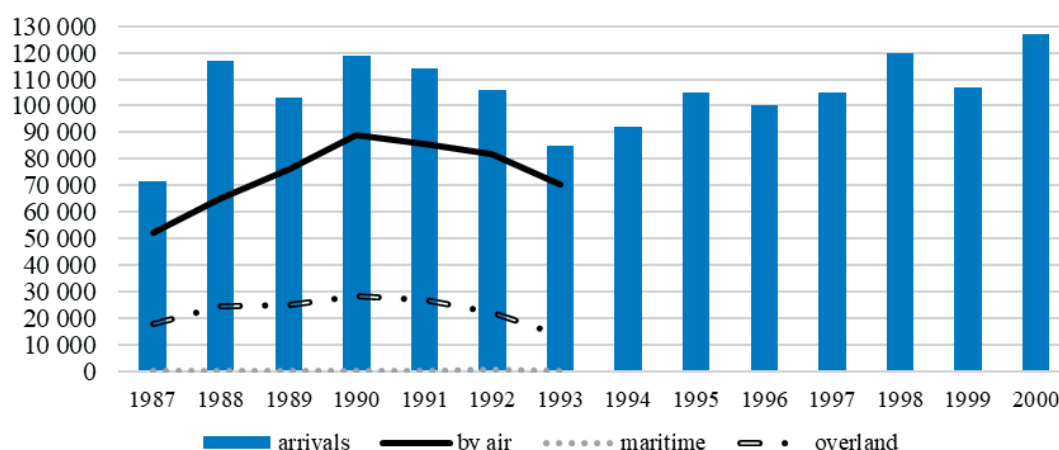
In 1992, inflation is finally under control and the purchasing power recovers; the dynamism of growth and the stabilisation of the economy adds citizens' trust. They can rely on their real income and reconsider postponed travel plans.

Moreover, the Plano Real implemented in 1994 achieves its objectives with the launching of economic reforms. A new currency – the *real* – replaces the *cruzado* and *cruzeiro*, currencies which were created in the precedent years.

²³⁸ After the implementation of a revised version of this Plan in November 1986, the original version became known as Plano Cruzado I.

The annual average income stabilises between 1996 and 1998, aligning all of these political and/or economic episodes summarised above. This created the circumstances which could underpin the one-off decline in travellers, discouraging them from ambitious projects such as travelling to Europe in the first half of the 1990s.

Figure 7
Brazilian arrivals, 1987-2000



Source: *Estatísticas de Turismo, 1969-2000*

In the last fourteen years of the XXth century the average annual influx of Brazilian travellers to Portugal reaches the number of 102,600 entries. After the decrease of 11,000 travellers in 1987 with reference to the previous year, from 1988 until 1992 there is a substantial raise of arrivals, also evident in 1995 and then for the period 1997-2000.

If the assumptions made for the fluctuations in the number of travellers over the previously analysed periods have been justified by fluctuations in business cycles. For this latter period these reasons do not seem to correspond with the reality.

In fact, the uncontrolled inflation in 1989 – 45% in November – and flexible foreign exchange market quotations “in order to shelter foreign currency transactions for tourism purposes” (MARQUES, 1999) may have not contributed to slowdown the flow.

On the contrary there is an arrival increase of 12% in relation with 1988. Additionally, if we use the *per capita* GPI indicator it can be noted that after reaching 26.9% in 1986 – the most significant figure for the 1970-2000 period – goes into decline (-18.69, -16.07 and -5.06 in 1987, 1988 and 1989), “confirming that this decade truly was a ‘lost’ decade in terms of economic performance” (ANDRADE, GARCIA, 2015, p. 52), a situation which may be

related to the retraction of travel in some years of the 1980s, but not in 1989. Probably other variables, maybe of idiosyncratic nature, could explain the discrepancies.

Mirroring the monetary stability achieved in the 1990s, after a slight decline in 1992 and 1993, flows followed an upward trend until the end of the century. Confirming to rising income, the GPI per capita grows by almost 50%. According to researchers “by raising the relative income of Brazilian citizens with the highest marginal utility of consumption (the poor), these policies helped to increase the welfare contribution of private consumption expenditure (ANDRADE, GARCIA, 2015, p. 53).

The transport routes variable shows changes related to a generalised choice of Brazilians for air transport over sea transport, which in the last years of the 20th century is almost residual. The percentage change in the number of passengers arriving at Lisbon, Porto or Faro airports, coming directly from Brazil or other world airports particularly between 1978 and 1993, is between 10 and 20 per cent per year, a percentage change which is inversely proportional to the lack of motivation to travel by sea, certainly related to cheaper fares and speed of air travels.

The absence of data on transport routes after 1994 makes it impossible to determine whether trends amongst the choice of means in travelling are continuing. However, from the total number of travellers arriving within those years, it seems probable that they have stabilised.

Concluding remarks

This paper aims to contribute to the knowledge of the possible causes and basic assumptions that determined the citizens of the largest South American country to travel to our country, whether it be in root tourism in search of their Portuguese origins and its cultures, or in professional, cultural, sports or for any other reasons such as emigration.

On the basis of the available statistic resources the hypotheses presented in this study limits to establish a direct relationship of the entries with the political and economic conjunctures briefly described throughout the narrative.

Although it is difficult to accurately assess the impact of exogenous and endogenous factors presented along the text, the findings of this re-

search maybe confirm that throughout these years there is an impact on arrivals directly or indirectly linked to the adverse influences of economic and political events. Specifically, Brazilian travellers disturbed by the frequent changes on the individual and family income affecting the opportunity to undertake a transatlantic journey.

Contingent factors that can supply an explanation for the variability of flows over the six and a half decades surveyed. The consequences of the Great Depression, the Spanish Civil War and World War II, the periods of economic and political instability in Brazil in almost every decade, the oil shocks of 1956, 1973 and 1991, the growing increase in foreign debt are some of the cyclical events that may be behind the contraction of flows in some of these periods: in between 1936 and 2000 we observe flows clearly in a growth trend interluded by breaks in 1936-45; 1953-55; 1974-1977; 1983-84; 1993 and 1999.

The historical comprehension of the real significance of traveller flows records is hindered by the fact that factors of a subjective nature, such as emotional identification with our country either by the common language or by family backgrounds, are not possible to assess. Other conditions such as the socio-cultural profile and geographical region of traveller's origins were not taken into account either. Aspects not addressed but necessary for a better understanding of the flows along the years in between 1936 and 2000.

This research is focused on a single theme: *Flow of Brazilian arrivals in Portugal, 1936-2000: contributions to a study*. In the impossibility of resorting to other similar studies this work can be only seen as a singular historical attempt, once the correct understanding of the hypotheses presented could only be revealed by contrast with other works from the perspective of the so-called comparative history.

In order to compare this historical analysis of the motivations for the flows of Brazilian travellers', other researches are needed mainly to other destinations other than Portugal, in similar or approximate periods.

Appendix

Table 1
Foreigners arrivals in Portugal according to nationalities (1936-2000)

Year	Germany	Brazil	Spain	U.S.A.	France	Great-Britain	Other nationalities	Totals
1936	3 386	1 890	30 356	982	2 906	6 173	5 431	51 124
1937	3 396	1 785	16 156	845	1 571	3 639	7 038	34 430
1938	2 967	1 648	10 217	917	1 978	4 217	5 260	27 204
1939	2 469	1 428	8 492	1 261	2 664	3 767	7 985	28 066
1940	2 500	882	7 723	4 342	4 287	3 389	15 574	38 697
1941	6 347	771	9 005	5 503	2 834	5 376	11 874	41 710
1942	3 825	744	9 829	3 054	1 449	4 868	8 584	32 353
1943	2 266	189	8 738	2 097	6 225	8 139	6 034	33 688
1944	3 410	320	9 622	2 822	327	5 479	3 656	25 636
1945	179	730	12 147	3 009	1 294	5 847	5 240	28 446
1946	54	3 057	16 804	3 560	2 505	7 005	28 195	61 180
1947	223	4 228	21 509	6 436	3 614	8 917	16 253	61 180
1948	631	5 109	15 531	6 607	5 818	6 640	13 820	54 156
1949	690	4 636	16 770	6 444	6 094	7 486	13 280	55 400
1950	1 276	7 839	20 635	12 775	7 479	7 452	18 851	76 307
1951	3 249	6 503	20 588	11 385	13 303	10 393	21 155	86 576
1952	4 749	8 779	32 066	15 803	15 797	9 159	23 658	110 011
1953	6 091	7 321	66 493	18 513	18 416	10 336	25 520	152 690
1954	6 751	6 498	57 660	27 003	22 136	12 193	33 219	165 460
1955	7 350	4 349	76 703	30 696	32 630	14 394	35 626	201 748
1956	9 287	7 575	83 131	35 652	40 755	16 227	39 209	231 836
1957	12 150	10 136	70 703	37 546	50 440	21 178	49 184	251 337
1958	14 900	11 985	55 848	48 121	45 951	23 570	63 523	263 898
1959	15 559	7 826	76 769	48 875	51 438	28 740	66 735	295 942
1960	19 365	12 449	95 861	56 138	59 464	30 477	78 897	352 651
1961	21 729	11 861	109 216	57 582	65 815	33 907	79 546	379 656
1962	24 796	13 773	126 437	72 968	95 300	44 144	85 984	463 402
1963	29 647	14 919	136 089	87 080	88 266	61 562	98 623	516 186
1964	43 042	21 294	318 246	145 957	131 970	169 665	201 348	1 031 522
1965	59 178	24 654	590 696	184 198	178 052	218 555	249 615	1 504 948
1966	73 129	34 109	817 669	191 460	175 005	189 922	238 502	1 719 796

Year	Germany	Brazil	Spain	U.S.A.	France	Great-Britain	Other nationalities	Totals
1967	72 534	33 524	1 383 035	181 142	150 448	133 478	202 480	2 156 641
1968	71 630	39 772	1 328 069	197 389	124 485	125 862	227 481	2 114 688
1969	91 620	45 331	1 359 364	266 576	150 804	172 719	284 382	2 370 796
1970	113 899	58 263	1 700 317	313 891	195 923	222 859	349 844	2 954 996
1971	152 463	65 641	2 044 743	337 458	201 461	302 573	414 547	3 518 886
1972	168 777	69 356	2 004 206	350 505	226 145	344 128	444 122	3 607 239
1973	186 116	71 927	2 100 083	317 810	237 475	367 013	492 005	3 772 429
1974	146 178	57 718	1 152 901	197 883	146 270	219 798	333 721	2 254 469
1975	113 683	46 414	837 148	82 538	112 123	144 651	267 770	1 604 327
1976	150 056	43 700	1 049 329	82 105	134 432	244 552	471 196	2 175 370
1977	204 216	35 547	1 599 482	141 532	92 248	292 804	689 409	3 055 238
1978	259 331	45 042	1 755 220	161 545	179 562	327 872	660 680	3 389 252
1979	286 667	52 108	3 514 810	153 807	183 164	399 771	697 025	5 287 352
1980	300 116	60 933	5 051 104	135 480	237 367	483 944	708 101	6 977 045
1981	306 606	64 438	5 226 910	141 698	238 955	548 541	749 854	7 277 002
1982	289 514	80 175	5 173 296	154 000	288 414	570 599	743 295	7 299 293
1983	355 268	57 385	6 512 569	186 838	327 895	629 513	805 527	8 874 995
1984	344 020	60 238	7 308 811	209 398	326 646	709 724	852 175	9 811 012
1985	412 998	69 152	8 798 194	229 496	347 307	880 388	954 179	11 691 714
1986	430 282	82 523	9 960 181	149 808	350 134	1 069 087	1 014 856	13 056 871
1987	526 038	71 747	12 583 272	195 117	434 767	1 204 263	1 158 072	16 173 276
1988	568 656	116 937	12 124 419	223 288	593 422	1 139 693	1 310 266	16 076 681
1989	611 000	103 000	12 187 000	235 000	647 000	1 137 000	1 556 000	16 476 000
1990	681 000	119 000	13 806 000	252 000	658 000	1 203 000	1 703 000	18 422 000
1991	852 000	114 000	14 583 000	178 000	712 000	1 307 000	1 895 000	19 641 000
1992	877 000	106 000	15 553 000	220 000	686 000	1 435 000	1 740 244	20 617 244
1993	795 000	85 000	15 776 000	208 000	591 000	1 369 000	1 755 000	20 579 000
1994	874 000	92 000	16 628 000	219 000	639 000	1 442 000	1 834 000	21 728 000
1995	971 000	105 000	17 530 000	225 000	676 000	1 540 000	2 019 000	23 066 000
1996	989 000	100 000	17 675 000	224 000	689 000	1 536 000	2 039 000	23 252 000
1997	1 012 000	105 000	18 430 000	252 000	727 000	1 639 000	2 436 000	24 601 000
1998	977 000	120 000	20 319 000	273 000	770 000	1 834 000	2 660 000	26 953 000
1999	980 000	107 000	20 507 000	282 000	763 000	1 970 000	2 796 000	27 405 000
2000	1 036 000	127 000	21 175 000	315 000	809 000	2 021 000	2 531 000	28 014 000
Totals	16 590 259	2 850 158	301 684 172	8 421 935	14 782 230	29 949 648	40 352 650	414 631 052

Table 2
Brazilians arrivals by means of transport (1936-2000)

Year	by air	maritime	overland	<i>totals</i>
1936	2	1 744	144	1 890
1937	4	1 627	154	1 785
1938	8	1 490	150	1 648
1939	15	1 195	218	1 428
1940	39	513	330	882
1941	87	362	322	771
1942	66	159	519	744
1943	23	96	70	189
1944	124	85	111	320
1945	133	444	153	730
1946	734	2 057	266	3 057
1947	1 285	2 246	697	4 228
1948	1 019	3 419	671	5 109
1949	1 065	2 865	706	4 636
1950	1 961	3 350	2 528	7 839
1951	1 886	2 574	2 043	6 503
1952	2 145	3 760	2 874	8 779
1953	1 643	3 248	2 430	7 321
1954	1 625	2 493	2 380	6 498
1955	1 451	1 488	1 410	4 349
1956	2 565	2 839	2 171	7 575
1957	3 872	3 593	2 671	10 136
1958	4 402	4 058	3 525	11 985
1959	3 869	1 878	2 079	7 826
1960	5 472	3 436	3 541	12 449
1961	6 813	1 962	3 086	11 861
1962	8 494	2 205	3 074	13 773
1963	8 839	1 916	4 164	14 919
1964	9 528	8 227	3 539	21 294
1965	10 207	8 847	5 209	24 263
1966	17 406	6 910	9 793	34 109
1967	18 753	4 555	10 216	33 524
1968	21 885	3 859	14 028	39 772
1969	23 806	2 973	18 552	45 331
1970	30 268	2 622	25 373	58 263
1971	36 384	2 776	26 481	65 641

Year	by air	maritime	overland	<i>totals</i>
1972	43 755	2 716	22 885	69 356
1973	43 331	2 595	26 001	71 927
1974	40 028	2 114	15 576	57 718
1975	32 887	1 274	12 253	46 414
1976	26 934	768	9 372	37 074
1977	24 434	563	6 703	31 700
1978	34 363	380	7 430	42 173
1979	41 840	464	6 855	49 159
1980	48 536	569	8 779	57 884
1981	51 709	412	10 127	62 248
1982	61 679	501	16 242	78 422
1983	42 397	366	13 289	56 052
1984	43 210	171	15 928	59 309
1985	50 045	215	17 964	68 224
1986	59 383	224	21 616	81 223
1987	52 153	184	17 849	70 186
1988	65 306	226	24 549	90 081
1989	76 177	246	24 810	101 233
1990	89 193	211	28 123	117 527
1991	85 571	204	26 916	112 691
1992	81 741	470	22 282	104 493
1993	70 484	147	13 385	84 016
1994				92 800
1995				105 500
1996				99 700
1997				104 700
1998				120 000
1999				106 700
2000				126 900
Totals	1 393 034	112 891	524 612	2 786 837

Bibliography

- ALMEIDA, Clóvis Oliveira de; BACHA, Carlos José Caetano, 1999 – Evolução da política cambial e da taxa de câmbio no Brasil, 1961-1971. *Pesquisa & Debate*, 10(02), p. 5-29.
- ANDRADE, Daniel Caixeta; GARCIA, Junior Ruiz, 2015 – Estimating the Genuine Progress Indicator (GPI) for Brazil from 1970 to 2010. *Ecological Economics*,

118. Available on line at: <https://doi.org/10.1016/J.ECOLECON.2015.07.018> [consult. 27 de set. 2020].
- ARAÚJO, Eurilton; CARPENA, Luciane; CUNHA, Alexandre B., 2008 – Brazilian Business Cycles and Growth from 1850 to 2000. *Estudos Económicos*, 38(3). Available on line at: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612008000300005> [consult. 3 de set. 2020]
- ARBACHE, Jorge; SARQUIS, Sarquis J.B., 2018 – “Growth volatility and economic growth in Brazil”, in Edmund Amann; Carlos Azzoni; Werner Baer (eds.), *The Oxford Handbook of the Brazilian Economy*. Oxford: Oxford University Press, p. 147-174.
- BARBOSA, Fernando de Holanda, 2018 – “Experiences of inflation and stabilization (1960-1990)”, in Edmund Amann; Carlos Azzoni; Werner Baer (eds.), *The Oxford Handbook of the Brazilian Economy*. Oxford: Oxford University Press, p. 105-123.
- BONELI, Regis, 2006 – “Nível de Actividade e Mudança Estrutural”, in *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- BRITO, Márcio Holland de, 1998 – *Taxa de câmbio e regimes cambiais no Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Economia.
- DAMAS, Carlos Alberto, 2008 – *Hotel Tivoli Lisboa 1933-2008. Tradition and modernity in Lisboa hotels*. Lisboa: Centro de História do Grupo Banco Espírito Santo.
- DRAIBE, Sônia, s/d – *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- FUNDAÇÃO Getúlio Vargas (FGV), 2014 – “Mesmo com “milagre económico” na década de 1970, governo militar devolveu um país quebrado ao deixar o poder”. Available on line at: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/03/mesmo-com-milagre-economico-na-decada-de-1970-governo-militar-devolveu-um-pais-quebrado-ao-deixar-o-poder-4453471.html>
- GONZAGA, Gustavo; MACHADO, Danielle Carusi, 2006 – “Rendimentos e preços”, in *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p. 467-505.
- JUNIOR, Roberto Ellery; GOMES, Victor; SACHSIDA, Adolfo, 2002 – Business Cycle Fluctuations in Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, 56(2), p. 269-308. Available on line at: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402002000200004>
- MARQUES, Aumara Bastos Feu Alvim, 1999 – Um breve Histórico sobre as Políticas Cambiais adotadas no Brasil. *Economia e Energia*. 15. Available on line at: <https://ecen.com/eee15/cambio.htm>
- MUSACCHIO, Aldo, 2015 – *Experiments in Financial Democracy: Corporate Governance and Financial Development in Brazil, 1882-1950*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NETO, Francisco Ferreira, 1974 – *150 anos de transportes no Brasil, 1822-1972*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Publicações do Ministérios dos Transportes.
- OLIVEIRA, Eliane Venturini de, 2015 – *Republicanos y rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española*. Available on line at: <https://core.ac.uk/download/pdf/71056905.pdf>
- PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo, 2001 – Viajar e narrar: toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras. *Varia História*, 25, p. 81-120.

- PORTUGAL. *Anuário Estatístico de Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1936-1969.
- PORTUGAL. *Estatísticas de Turismo*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1969-2006.
- REIS, Eustáquio; BLANCO, Fernando; MEDINA, Lucilene Morandi Mérida; ABREU, Marcelo Paiva de, 2006 – “Século XX nas contas nacionais”, in *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p. 509-538.

PARTE II
O papel do associativismo
nas comunidades de e(i)migrantes

Contributos para a história do associativismo brasileiro e luso-brasileiro no Portugal Contemporâneo: os processos de aquisição de personalidade jurídica (1868-2007)

*Fernando de Sousa*²³⁹

*Ricardo Rocha*²⁴⁰

Introdução

Os Governos Cíveis foram órgãos da administração periférica do Estado português, criados em 1835, no âmbito da reforma administrativa iniciada por Mouzinho da Silveira, de caráter descentralizador e modernizador, a mesma reforma que criou os distritos, as unidades territoriais tuteladas pelo governador civil, cada um dos quais agrupando vários municípios. Extintos em 2011, os governos cíveis, ou melhor dizendo, os governadores cíveis, uma vez que as secretarias dos governos cíveis nunca tiveram competências próprias, deram origem a um conjunto de fundos documentais da maior importância para a História do Portugal Contemporâneo, diretamente relacionados com as suas funções e domínios de atuação, e que o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, durante dois anos, teve a oportunidade de tratar e inventariar, no que concerne ao território continental – a documentação relativa aos Açores e à Madeira não foi contemplada, já que os seus distritos foram extintos em 1976, para darem lugar às respetivas regiões autónomas –, no âmbito de um projeto desenvolvido para a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), intitulado *Os Governos Cíveis de Portugal. História e Memória (1835-2011)*.

Ora, sendo o governador civil o representante direto do Governo central no distrito, exercendo a tutela administrativa sobre os municípios, freguesias e “pessoas coletivas de utilidade pública administrativa local”, logo na sua criação, foi dotado com competências de fiscalização das associações (irmandades, confrarias e instituições de beneficência), superintendendo em

²³⁹ CEPESE.

²⁴⁰ CEPESE.

todos os estabelecimentos de instrução pública, caridade e piedade do distrito, propondo a demissão ou suspensão dos administradores de nomeação régia, demitindo os que fossem da sua própria nomeação, incluindo as mesas ou direções das misericórdias, e nomeando comissões até nova eleição.

Esta supervisão manteve-se no Código Administrativo de 1842. Nos anos seguintes, especialmente entre 1848 e 1850, assiste-se em Portugal ao desenvolvimento das associações populares, por inspiração da Revolução Francesa de 1848, uma vez que até então, com exceção da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, fundada em 1838, apenas existiam associações de socorros mútuos ou montepios. Logo depois, com o início da Regeneração, em 1851, foram criadas as condições necessárias para se reatar o desenvolvimento do País, o que se repercutiu no reforço do associativismo de caráter económico

Em 1862, a portaria de 2 de outubro transferiu para os governadores civis a tutela sobre os estatutos das associações. A portaria de 1862 vai ser alterada pelo decreto de 22 de outubro de 1868, o qual, atendendo à “conveniência de descentralizar alguns serviços” da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, cometeu aos governadores civis, ouvido o Conselho de Distrito, a aprovação dos estatutos das associações de recreio, instrução pública, piedade e beneficência, até então aprovados por decreto real.

Pouco depois, o decreto de 15 de junho de 1870 garantiu a todos os cidadãos que estivessem no pleno “gozo dos seus direitos civis e políticos” o poder se de constituírem “em associação para fins eleitorais, literários, artísticos, de recreio (...) independentemente de licença da autoridade pública”, devendo os responsáveis destas associações participar “imediatamente à respetiva autoridade policial o fim da associação e a sua organização interna”. A partir de então, “os progressos do espírito de associação”, na expressão de Ramalho Ortigão, revelaram-se “espantosos” (ORTIGÃO, 1943, I, p. 151).

Em 1876, Costa Godolfim, na sua obra *A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, conclui que o número de associações em Portugal, na sua maioria esmagadora de socorros mútuos, era de 300 – incluindo uma destinada exclusivamente a mulheres, a Associação Conimbricense do Sexo Feminino –, havendo 70 000 indivíduos associados (GODOLFIM, 1876). As associações estavam sediadas principalmente nas cidades de Lisboa e Porto, sendo raras, ainda, em vastas regiões de Portugal.

O Código Administrativo de 1878 reafirmou ao governador civil a competência para aprovar, ouvido o Conselho de Distrito, os estatutos das associações e instituições de recreio, instrução pública, piedade e beneficência,

regular a sua administração, aprovar os seus orçamentos e dissolver as suas mesas ou administrações.

O Código Administrativo de 1886 foi mais longe, ao exigir às irmandades, confrarias e institutos de piedade e beneficência que organizassem novos estatutos em harmonia com os regulamentos ou instruções gerais do Governo, sob pena de extinção.

Ainda na vigência da Monarquia Constitucional, os Códigos Administrativos de 1895-1896 vão dar ao governador civil a competência de aprovar os estatutos das associações e institutos de recreio, instrução pública, proteção às pessoas e animais, piedade ou beneficência e hospitais, bem como os seus regulamentos orgânicos e dos estabelecimentos que administrassem, enviando cópia autêntica ao Ministério do Reino. É a partir deste momento que começam a desenvolver-se nos governos civis verdadeiros repositórios dos documentos necessários ao processo de constituição das associações, neles avultando os estatutos, sem os quais tais instituições não tinham existência formal. Ao abrigo destes Códigos, competia ainda aos governos civis a inspeção superior das irmandades, confrarias, corporações ou institutos de beneficência que por lei não estivessem imediatamente subordinadas ao Governo.

Já no Estado Novo, o Código Administrativo de 1940 manteve tais competências, exarando que competia ao governador civil aprovar os estatutos das pessoas coletivas de atividade pública administrativa e das associações de instrução, cultura, recreio, educação física e desporto, constituídas no distrito por ele tutelado e que por lei não estivessem subordinadas à aprovação de outra autoridade. Esta determinação foi reiterada pelo decreto-lei n.º 39.660, de 20 de maio de 1954, ao afirmar que a constituição de associações e a sua existência jurídica dependiam da aprovação dos estatutos pelo Governo Civil do distrito da sua sede.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, o decreto-lei n.º 594/74, de 7 de novembro, vai considerar que o Estado de Direito não podia impor limites à livre constituição de associações, havendo que suprimir a exigência de autorizações administrativas que condicionavam essa liberdade e o normal desenvolvimento associativo. A personalidade jurídica das associações passou a consistir de um simples ato de depósito dos estatutos, contra recibo, de um exemplar do ato de constituição e dos estatutos no Governo Civil do distrito da respetiva sede, após prévia publicação no jornal oficial (*Diário da República*) e num dos jornais mais lidos na região. Isto é, apesar das significativas alterações operadas no enquadramento jurídico das associações, os

governos civis continuaram a guardar os documentos relativos os processos de aquisição de personalidade jurídica.

A Constituição de 1976 reiterou que os cidadãos têm o direito de livremente, e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, e que estas prosseguem livremente os seus fins, sem interferência das autoridades públicas, não podendo ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades, a não ser nos casos permitidos por lei e mediante decisão judicial. Como representante do Governo, competia ao governador civil atribuir financiamentos às associações, no âmbito do distrito, elaborando o cadastro das associações desportivas, recreativas e culturais para efeitos de gestão dos subsídios a atribuir.

Assiste-se, a partir de então, a um aumento significativo da participação social, embora mais relacionado “com um processo transitório democrático”, em função do “abrandamento da pressão social e política em que o país se encontrava submergido”, do que propriamente “com questões direcionadas com a mudança de valores, atitudes e comportamentos” (COELHO, 2008, p. 10). De facto, a partir de 1974, o número de associações cresceu de forma significativa, “mantendo um balanço positivo entre aquelas que são criadas e as que desaparecem”, embora Portugal detenha um dos mais baixos índices de associativismo por habitante de toda a Europa (CARVALHO, 2002, p. 7).

Serve esta síntese para se perceber a evolução do enquadramento legal das associações em Portugal, e com ele, a importância dos arquivos dos governos civis como repositórios dos estatutos das associações constituídas em Portugal até 2011, documentos que foram integralmente tratados, inventariados e digitalizados no âmbito do projeto já referido e que, por regularem a natureza, fins e funcionamento destas instituições, são particularmente relevantes para o estudo das associações constituídas por e/ou destinadas a cidadãos brasileiros residentes em Portugal, entre finais do século XIX e a primeira década do século XXI, que constituem o objeto da nossa análise.

Ora, entre as 62 800 associações que constam da base de dados do CEPESE, foi possível encontrar 36 associações brasileiras ou luso-brasileiras com sede em Portugal Continental, após uma pesquisa que teve em conta apenas a designação institucional, procurando termos como “Brasil”, “brasileiro” e suas derivações, bem como outros elementos associados àquele país, como o nome de cidades e regiões. Como é óbvio, as associações por nós encontradas e analisadas representam uma fração da totalidade, cuja real dimensão desconhecemos, uma vez que, por um lado, algumas associações (julgamos que muito poucas) poderão não ter essa natureza explícita na sua

designação, obrigando, para termos a certeza de que nenhuma nos faltaria, a uma aturada pesquisa dos processos, uma tarefa morosa e que ultrapassaria largamente os nossos objetivos; por outro lado, várias outras associações terão certamente existido, mas a título informal, isto é, sem cumprirem os requisitos legais, nomeadamente quanto à aprovação dos estatutos e seu depósito no governo civil. Acresce que alguns estatutos poderão ter-se entretanto extraviado ou sido depositados em Arquivos Distritais em momento prévio à intervenção do CEPESE.

Seja como for, estamos certos de que o número detetado constitui uma amostra relevante, permitindo, dessa forma, dar um contributo válido para o estudo do associativismo luso-brasileiro no nosso país e demonstrar o potencial desta fonte, não só quanto a este tema em concreto, mas mesmo para a história do associativismo em Portugal num sentido mais amplo.

1. Data da constituição das associações

Começando a nossa análise pelo ano de constituição das associações brasileiras ou luso-brasileiras em Portugal, verifica-se que a esmagadora maioria é de criação recente, já em Democracia, nas últimas três décadas de funcionamento dos governos civis. De facto, no espaço de apenas 25 anos, entre 1982 e 2007, registamos 29 associações, a refletir, por um lado, o acelerado crescimento da comunidade brasileira em Portugal que se observa nesse período, e por outro, a já referida expansão do movimento associativo em Portugal. Mesmo tendo em conta que, à medida que recuamos no tempo, maiores são as probabilidades dos processos de aquisição de personalidade jurídica se terem extraviado ou se encontrarem nos Arquivos Distritais, por força da incorporação que os governos civis efetuavam periodicamente dos seus fundos documentais, a dimensão da diferença detetada valida as nossas conclusões, no sentido do crescente dinamismo social por parte dos brasileiros radicados em Portugal, acompanhando o crescimento da comunidade, e do maior fomento das relações luso-brasileiras, quer num sentido genérico, quer em áreas específicas de atuação, que veremos adiante.

No extremo oposto, a associação mais antiga que encontrámos foi a Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal, fundada em 1868, cujo processo contém os estatutos de 1869, 1875, 1885, 1891 e 1925, permitindo assim acompanhar a sua evolução institucional. Ainda no século XIX, regista-se a Sociedade de Beneficência Brasileira no Porto, de 1889, sucessora da

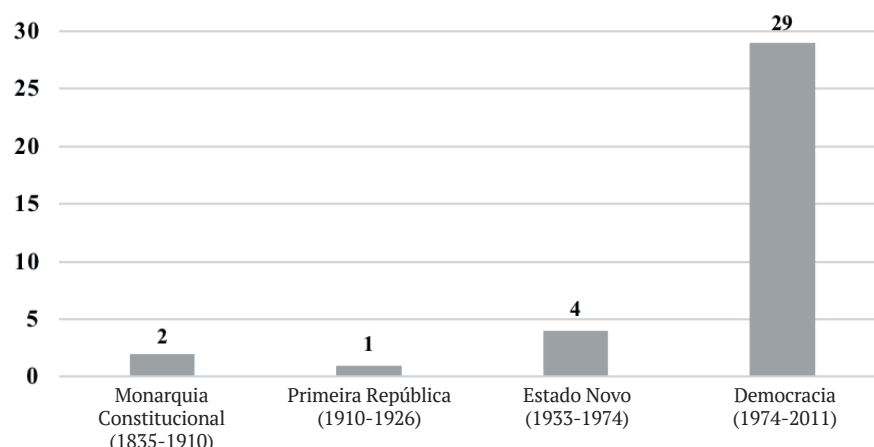
extinta Comissão Filial no Porto da Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal.

Da Primeira República, apenas se regista o Clube Brasileiro, de 1913. E fundadas no Estado Novo (1933-1974) encontrámos quatro, a associação Estudantes Brasileiros da Universidade de Coimbra, de 1935, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira em Portugal, de 1948, o Instituto Luso-Brasileiro, de 1951, e a Liga Afetiva Portugal-Brasil, de 1964, as últimas três com sede em Lisboa.

Quadro n.º 1
Distribuição das associações por data da constituição (1868-2007)

Ano	Associações criadas
1868	1
1889	1
1913	1
1935	1
1948	1
1951	1
1964	1
1982	1
1984	1
1987	2
1989	2
1991	1
1992	3
1993	2
1996	2
1997	1
1999	2
2000	1
2002	2
2003	3
2004	3
2007	3
Total	36

Gráfico n.º 1
Distribuição das associações por data da constituição (regime político)



2. Distribuição geográfica das associações

Quanto à distribuição geográfica das associações, confirma-se a preponderância de Lisboa e Porto, enquanto centros dominantes do associativismo português, já apontada em 1876 por Costa Godolfim, por força da sua dimensão socioeconómica e demográfica, e concomitantemente, da sua capacidade de atração da comunidade brasileira. Nestas duas cidades localizam-se as sedes sociais de 19 das 36 instituições em análise, a que podemos juntar mais quatro situadas em concelhos do distrito do Porto, nomeadamente em Matosinhos, Paredes, Póvoa de Varzim e Valongo. A sul do Tejo, apenas se registam duas associações, em Sines e Faro, e no interior do País, apenas uma, em São Pedro do Sul, distrito de Viseu.

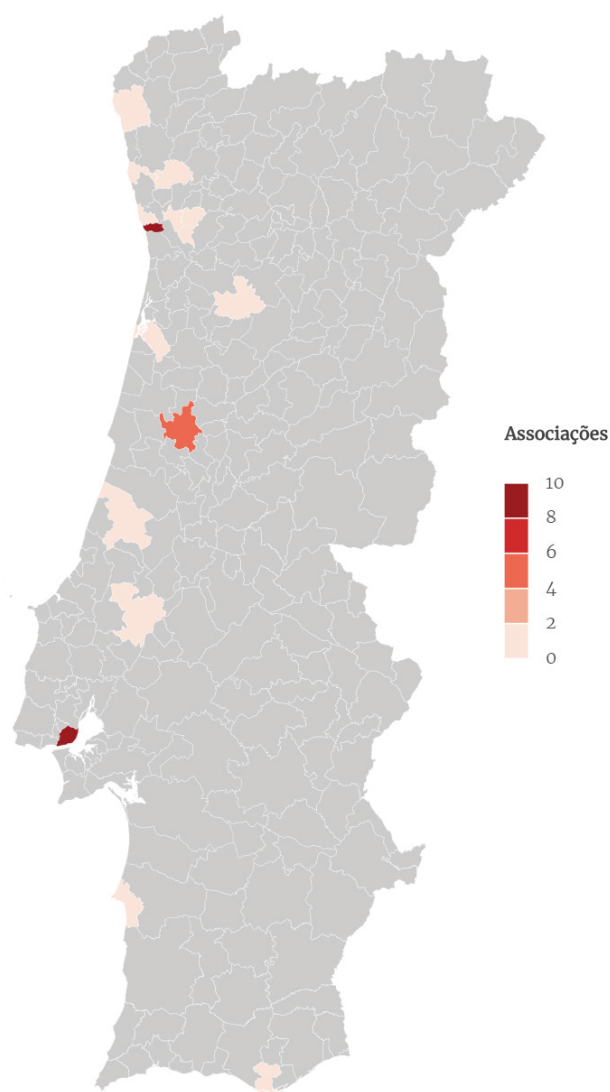
Tal não significa que o território de atuação destas associações não fosse mais amplo. Pelo contrário, a generalidade das associações refere expressamente nos seus estatutos a possibilidade ou mesmo o objetivo de estenderem a sua ação a outros pontos do território português e, pontualmente, consagram mesmo a possibilidade da criação de delegações.

Por outro lado, nos anos mais recentes, deteta-se uma tendência no sentido de uma maior diversificação geográfica, embora circunscrita essencialmente ao litoral português.

Quadro n.º 2
Distribuição das associações por localização geográfica da sede social (1868-2007)

Concelho	Associações
Lisboa	10
Porto	9
Coimbra	5
Aveiro	1
Faro	1
Leiria	1
Matosinhos	1
Paredes	1
Póvoa de Varzim	1
Santarém	1
São Pedro do Sul	1
Sines	1
V. N. de Famalicão	1
Valongo	1
Viana do Castelo	1
Total	36

Mapa n.º 1
Distribuição das associações por localização geográfica da sede social (1868-2007)



3. Nacionalidade dos proponentes das associações

Analisemos agora a nacionalidade dos proponentes das associações, isto é, daqueles que tomaram a iniciativa de constituir legalmente a associação, e cujos nomes constam, nessa qualidade, no processo de aquisição de personalidade jurídica. Podemos dizer que se tratam dos verdadeiros instituidores da associação, ainda a montante da sua criação propriamente dita, não devendo por isso ser confundidos com os designados sócios fundadores, categoria prevista estatutariamente e que em regra corresponde a um número bem mais alargado de indivíduos, atribuída no momento solene da fundação.

Das 36 associações analisadas, 16 resultaram da iniciativa conjunta de cidadãos portugueses e brasileiros, fazendo jus à designação escolhida para a associação, tendo em conta que boa parte das mesmas inscreve as expressões “luso-brasileira” ou “Portugal-Brasil” no seu nome, também em consonância com os seus objetivos, como teremos oportunidade de constatar. Merece uma menção especial o Clube Brasileiro, cujo processo de criação, embora não especifique os nomes dos proponentes, refere que se trata de uma iniciativa da “colónia brasileira e amigos do Brasil residentes em Portugal”.

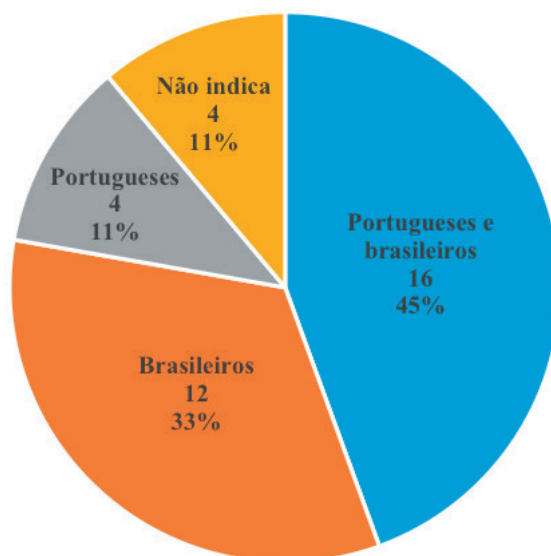
Criadas por iniciativa exclusiva de cidadãos brasileiros radicados em Portugal detetámos 12 associações, a maior parte das quais dedicadas especificamente à defesa dos interesses da comunidade brasileira em geral ou a setores específicos, como é o caso das várias associações de estudantes universitários brasileiros.

Com proponentes exclusivamente de nacionalidade portuguesa, como seria de esperar, encontramos um número reduzido de associações, apenas quatro: o Fórum Cultural Portugal-Brasil “Porto Seguro”, o Círculo de Cultura Luso-Brasileira, a Associação para a Amizade e Cooperação Portugal-Brasil e a Associação Corações Unidos Portugal-Brasil, todas elas, não por acaso, com fins eminentemente culturais e visando a aproximação dos dois países, e não propriamente tendo por objeto a defesa ou o apoio da comunidade brasileira. Ainda assim, não deixa de ser significativa a existência de associações sediadas em território português, criadas por iniciativa de portugueses, mas de vocação luso-brasileira, a traduzir os laços históricos e afetivos que unem os dois países e respetivos povos.

Quadro n.º 3
Distribuição das associações por nacionalidade dos proponentes

Nacionalidade	Associações
Portugueses e brasileiros	16
Brasileiros	12
Portugueses	4
Não indica	4
Total	36

Gráfico n.º 2
Distribuição das associações por nacionalidade dos proponentes



4. Natureza e objetivos das associações

Mas qual é, afinal, a natureza e, ligada a esta, os objetivos destas associações? Em termos gerais, podemos dividir as associações brasileiras e luso-brasileiras em Portugal em dois grandes grupos: as que se dedicam à cooperação entre portugueses e brasileiros, e as que se destinam a defender de forma exclusiva os interesses dos brasileiros radicados em território português. Claro que, como é óbvio, cada associação persegue objetivos específicos, os quais, no entanto, por apresentarem vários aspetos em comum, e de forma a facilitar a análise e compreensão dos dados recolhidos, é possível agrupar em categorias mais genéricas.

Assim, com base na nossa análise dos estatutos, estabelecemos oito categorias principais, sendo a *natureza cultural* aquela que mais se evidencia, cabendo nesta categoria as associações que se dedicam à promoção de atividades e iniciativas culturais num sentido mais estrito, mas também as associações que se dedicam à prossecução de atividades desportivas, científicas, pedagógicas e recreativas, sempre numa perspetiva de aproximação das duas culturas, e em regra acumulando várias destas vertentes, quando não todas, tendo em vista, e atente-se na expressividade da linguagem por vezes utilizada, a “formação de uma consciência lusófona”; a construção e dinamização “da fratria afro-luso-brasileira”; o “fortalecimento das relações

luso-brasileiras”; a “preservação e difusão da memória comum”; a valorização da “língua portuguesa enquanto património cultural da humanidade e plataforma unificadora da comunidade lusófona”; a criação de condições para “ambos os povos se conhecerem e estimarem melhor”; a “divulgação da cultura brasileira” em Portugal; a “difusão dos valores culturais dos dois povos”; ou a divulgação da “cultura lusíada no mundo”, entre outras formulações de fins que são, afinal, bastante semelhantes entre si.

Entre as atividades referidas nos Estatutos consultados, tendo em vista a prossecução destes objetivos, podemos encontrar:

- a organização de “semanas culturais e artísticas, intercâmbios, conferências, pesquisas”, “grupos de estudo, exposições, cursos e seminários”;
- a edição de boletins, revistas e livros;
- a disponibilização de “salas para conversação, leitura e jogos”;
- a realização de “concertos, *soirées* ou bailes” e constituição de grupos musicais;
- a criação de “secções de ginástica, esgrima e outros exercícios físicos”;
- a realização de “atividades turísticas”, incluindo a promoção de excursões entre Portugal e Brasil;
- a “criação de círculos culturais”;
- a edição de “publicações destinadas à difusão dos valores culturais dos dois povos”;
- o intercâmbio de visitas de estudos e informação entre ambos os países;
- a “comemoração de datas de relevo de países de língua oficial portuguesa”.

Seguem-se *as associações de apoio aos imigrantes brasileiros em Portugal*, ou, recuando no tempo, à “colónia portuguesa”. Nove associações indicam como objetivo prioritário o apoio à comunidade imigrante, o que não invalida que não prossigam outros fins secundários. Algumas associações também apontam entre os seus fins este apoio, mas secundarizando-o em relação a outros, pelo que não as considerámos nesta categoria.

Da análise da documentação ressalta que a preocupação com a defesa dos interesses e dos direitos destes imigrantes não é recente. Pelo contrário, é transversal a todo o período em estudo, a começar pela mais antiga associação encontrada, a Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal,

fundada em 1868, e terminando na mais recente, a Associação Brasileira do Algarve, criada em 2007. Precisamente devido a essa transversalidade, a consulta dos Estatutos permite acompanhar as preocupações da comunidade brasileira em Portugal em diferentes momentos e contextos históricos. Assim, nos Estatutos da Sociedade de Beneficência Brasileira lê-se que os seus objetivos passavam por:

Proteger todos os brasileiros de ambos os sexos, natos ou naturalizados, que necessitem de socorros e proteção [que podem consistir] numa pensão mensal (...) em caso de indigência manifesta do brasileiro que a solicite; na repatriação por meio de passagens de 3.^a classe para qualquer porto do Brasil (...); visitas e consultas médicas, assim como medicamentos; auxílios pecuniários de uma só vez; facilitar educação e trabalho; pagar as despesas de enterro aos brasileiros indigentes falecidos em Lisboa, mesmo não sendo pensionistas.

Estes estatutos denotam assim uma grande preocupação assistencialista, procurando suprir situações de pobreza extrema através da concessão de auxílios pecuniários, incluindo no apoio à repatriação para o Brasil, saúde e funerais, bem como no acesso à educação e emprego.

Já os estatutos da Associação Brasileira do Algarve revelam preocupações distintas, procurando

Defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes em tudo quanto respeite à sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção na sociedade portuguesa (...); promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais, das comunidades de imigrantes e seus descendentes, visando a melhoria das suas condições de vida; [e] propor ações necessárias à prevenção ou cessação de atos e omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial.

Isto é, os objetivos deste tipo de associações passam agora pela integração social da comunidade brasileira em Portugal, através da valorização pessoal e do combate à discriminação. Atente-se ainda à preocupação com os imigrantes de segunda geração, isto é, com os filhos dos cidadãos brasileiros radicados em Portugal, muitos deles já com cidadania portuguesa.

No mesmo sentido, várias associações de criação mais recente procuram também prestar apoio jurídico aos imigrantes brasileiros, “visando

salvaguardar a reciprocidade de direitos, reconhecida internacionalmente”, como se lê, por exemplo, nos estatutos da matosinhense Associação Amigos do Brasil, de 2003, e promover um leque alargado de ações tendentes à preservação da sua identidade, de âmbito cultural, social, científico, desportivo, etc., ultrapassando de forma significativa o carácter estritamente assistencialista, quase caritativo, das associações oitocentistas.

Registam-se ainda quatro *associações de natureza académica*, ligadas às Universidades de Aveiro, Coimbra e Porto, e que visam a proteção dos interesses de alunos, investigadores e docentes de nacionalidade brasileira destes três estabelecimentos de ensino superior – tratando-se, deste ponto de vista, de associações de apoio a um grupo específico de imigrantes –, mas todas elas visando igualmente o intercâmbio científico e técnico entre Portugal e o Brasil, inclusive prevendo a atuação “junto às instituições de pesquisa com o objetivo de propor e acompanhar políticas de incentivo e de fomento a pesquisas e trabalhos científicos e culturais”, como se lê nos Estatutos da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra.

Outras quatro associações perseguem *objetivos múltiplos*, não sendo passíveis de integrar numa categoria específica. Por exemplo, o Instituto Luso-Brasileiro, fundado em 1951 e com sede em Lisboa, visa o “estreitamento das relações amistosas entre Portugal e o Brasil e o intercâmbio cultural, económico, desportivo, recreativo e turístico”, incluindo o patrocínio de “viagens e excursões de apreciação e estudo da vida social de ambos os países” e o apoio ao “intercâmbio comercial e económico entre os dois países”. No mesmo sentido, a Associação Internacional e Luso-Brasileira de Integração, Arte e Cultura, de Santarém, criada em 2007, procura genericamente a “promoção, incremento e divulgação de atividades para o fortalecimento de relações entre Portugal e outros países, em especial nas vertentes cultural, social e económica” e a “integração cultural e socioeconómica entre pessoas portuguesas e não portuguesas”.

Quanto a *associações profissionais, ou de classe*, registamos três, uma de juristas do trabalho e duas no âmbito da odontologia, setor onde os profissionais brasileiros têm grande preponderância em Portugal. Como qualquer associação profissional, também estas têm como objetivos primordiais a defesa dos interesses da classe que representam e a divulgação e aperfeiçoamento da ciência que está na base da sua profissão. A sua particularidade, face às suas congéneres, reside no facto de se restringirem a nacionalidades específicas, embora mesmo entre elas haja um importante elemento distintivo. Assim, se duas destas três associações favorecem o intercâmbio entre

Portugal e Brasil, designadas por isso de luso-brasileiras, já a Associação Brasileira de Odontologia – Secção de Portugal, como a sua própria designação deixa antever, sem abandonar os objetivos antes referidos, incluía expressamente nos seus fins a promoção da identidade cultural brasileira e a integração dos seus associados em Portugal. Porém, criada originalmente em 1996, com sede em Vila Nova de Famalicão, a referida associação passou em 2001 para a cidade do Porto, vendo os seus estatutos profundamente remodelados e a sua designação alterada para Associação Luso-Brasileira de Saúde Oral, aproximando desta forma os seus objetivos das outras duas associações de classe analisadas. Uma vez mais, os processos de aquisição de personalidade jurídica permitiram seguir esta evolução, no caso em apreço, combinando a documentação dos arquivos dos governos civis de Braga e do Porto.

Com uma *natureza exclusivamente económica*, apenas registamos duas associações, ambas com sede na capital portuguesa, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira em Portugal, de 1948 – embora os seus estatutos tenham sido remodelados integralmente em 2001 –, que visava originalmente “incrementar e facilitar as relações comerciais entre o Brasil e Portugal”, podendo inclusive dar parecer sobre “quaisquer assuntos relacionados com o comércio, a indústria, a navegação e, de um modo geral, de ordem económica e social, que possam interessar às boas relações entre os dois países e que lhes sejam submetidos pelas autoridades ou por outros organismos brasileiros ou portugueses”; e o Clube de Empresários do Brasil, criado em 1989, “com a finalidade de promover a divulgação comercial, industrial e económica do Brasil e de Portugal”.

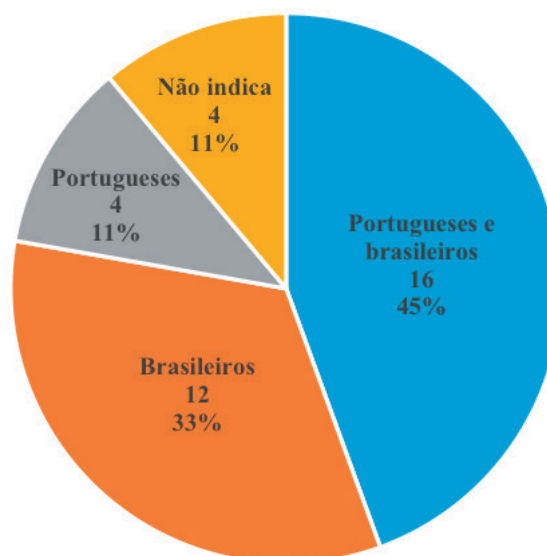
Detetamos ainda uma *associação de natureza exclusivamente desportiva*, a Associação Luso-Brasileira de Capoeira, uma arte marcial criada no Brasil e atualmente considerada património cultural imaterial daquele país. Com sede em Leiria, e criada no ano 2000, procura divulgar a prática desta arte marcial no território português e formar praticantes, técnicos e dirigentes.

Finalmente, regista-se uma *associação de natureza filosófica*, criada em 1987, no Porto, a Sociedade Brasileira de Eubiose, uma corrente de pensamento baseada na construção crítica do autoconhecimento, combinando filosofia, religião e ciência, fundada em 1921, em São Lourenço, Brasil.

Quadro n.º 4
Distribuição das associações por natureza

Natureza	Associações
Cultural	12
Apoio a imigrantes	9
Académica	4
Múltipla	4
Profissional	3
Económica	2
Desportiva	1
Filosófica	1
Total	36

Gráfico n.º 2
Distribuição das associações por natureza



5. Critérios de admissão de associados

Apesar de as associações brasileiras e luso-brasileiras analisadas se destinarem, como acabámos de ver, à cooperação entre portugueses e brasileiros e/ou à defesa dos interesses dos brasileiros imigrados em Portugal, tal não implica, na esmagadora maioria dos casos, a prescrição estatutária de quaisquer restrições ou critérios de admissibilidade dos respetivos associa-

dos, seja quanto à nacionalidade, seja de outra natureza qualquer, incluindo as associações vocacionadas para a defesa da comunidade brasileira, não obstante a especificidade dos seus objetivos.

Vejamos as exceções que encontramos no que se refere à ausência de critérios de admissibilidade.

A Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho apenas aceita a inscrição de licenciados em Direito em Portugal ou Brasil; a Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra destina-se exclusivamente a “pesquisadores e estudantes brasileiros em Portugal, vinculados principalmente à Universidade de Coimbra”; e a associação de Estudantes Brasileiros da Universidade de Coimbra só aceita estudantes daquele estabelecimento de ensino de nacionalidade brasileira.

Os sócios do Centro Cultural Luso-Brasileiro e da Luso-Brasileira, Associação Lusófila têm de ser naturais de Portugal, Brasil ou de países africanos de língua oficial portuguesa. A Liga Afetiva Portugal-Brasil, por seu turno, apenas aceitava cidadãos portugueses e brasileiros, e desde que residentes “em Portugal continental e ultramarino”, fazendo questão de acrescentar, porém, a inexistência de quaisquer “restrições de cor de pele, raça e religião”.

A Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira em Portugal é reservada a indivíduos ou empresas portuguesas e brasileiras que exerçam comércio com o Brasil, e o Clube de Empresários do Brasil, com um âmbito um pouco mais alargado, admite quaisquer pessoas singulares ou coletivas “ligadas a empresas brasileiras”.

O Clube Brasileiro referia expressamente que se reservava a portugueses e estrangeiros que “hajam demonstrado o seu devotamento ao Brasil”, e o Instituto Luso-Brasileiro, a cidadãos de Portugal e do Brasil, a empresas e coletividades domiciliadas nos dois países e a indivíduos e empresas de outras nacionalidades. Já a Sociedade de Beneficência Brasileira no Porto referia que aceitava sócios de qualquer nacionalidade e sexo, “devendo, porém, as senhoras casadas apresentar autorização de seus maridos e os menores de seus pais ou tutores”, um sinal dos tempos em que esta associação foi fundada, ainda no século XIX.

Da Associação de Apoio a Brasileiros em Portugal podiam ser sócios pessoas singulares e coletivas de qualquer nacionalidade, que “se identifiquem culturalmente com as realidades dos povos do Brasil e de Portugal”. E as associações Amigos do Brasil e Mais Brasil aceitam como sócios pessoas

singulares, entidades públicas, organismos oficiais, fundações, associações, sociedades comerciais, consulados e embaixadas.

Quanto às restantes associações por nós analisadas, como começamos por referir, independentemente da sua natureza e fins, não apresentam qualquer tipo de restrição à entrada de associados – embora, como acontece com a generalidade das associações, caiba aos órgãos sociais competentes, e sempre em obediência à lei geral, a decisão quanto à admissão ou não de cada sócio.

Conclusão

Em suma, pelos dados que acabámos de apresentar, completados pelo anexo que acompanha este trabalho, torna-se evidente que os processos de aquisição de personalidade jurídica prestam um contributo relevante não só para a história do associativismo brasileiro e luso-brasileiro em território português, mas para a história do associativismo em geral e, por essa via, para a História do Portugal Contemporâneo, tendo em conta a importância das associações enquanto instrumentos formais de dinamização e transformação social, ajudando a completar o retrato de cada época, dos seus agentes e das suas necessidades e interesses.

Os Estatutos, em particular, pelas características que lhes são inerentes, são especialmente relevantes neste estudo, ao abordarem uma multiplicidade de aspetos atinentes às associações que regulam, como os fins que prosseguem e os meios para os alcançar; o local onde se encontram sediadas e o seu território de atuação; as diferentes categorias de associados, bem como os direitos e deveres dos sócios; a sua organização interna e os respetivos corpos sociais, incluindo a sua composição, eleição, competências e obrigações; e a sua gestão orçamental. Os processos completos permitem ainda acompanhar toda a vida da associação, desde o momento pré-fundacional (dando a conhecer, por exemplo, o nome e outros dados pessoais dos proponentes ou a correspondência trocada no sentido de reunir toda a documentação necessária para a sua constituição), alterações estatutárias, até ao pedido de extinção.

Do breve retrato que traçámos, fica claro o crescente dinamismo social da(s) comunidade(s) brasileira(s) radicada(s) em Portugal, com a multiplicação e dispersão geográfica de associações dedicadas à defesa dos interesses destes imigrantes e dos seus descendentes, da sua valorização individual e

coletiva, mas também da valorização dos laços histórico-culturais que unem Portugal e Brasil e que uma parte significativa das associações analisadas se dedica a preservar e promover, para que essa herança comum não se perca e antes saía reforçada num mundo cada vez mais multicultural, mas em que as identidades culturais tendem a diluir-se.

Resta-nos esperar que outros investigadores façam uso desta fonte, inventariada e digitalizada por uma equipa do CEPESE e que já está disponível para consulta nos Arquivos Distritais, mas para a qual era fundamental a constituição de uma base de dados unificada, homogénea e tecnicamente capaz de ultrapassar a dispersão e os entraves burocráticos e tecnológicos que ainda subsistem.

ANEXO

Associativismo brasileiro e luso-brasileiro em Portugal

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
ABRUNA - Associação de Brasileiros na Universidade de Aveiro	Aveiro	Académica	“Garantir os interesses comuns dos membros imigrantes da ABRUNA e da Universidade de Aveiro, contribuir para a solidificação das relações entre o Brasil e a União Europeia, em particular com Portugal, nomeadamente ao nível cultural, académico, técnico, social e científico”.	Brasileiros	Sem restrições	2007
ABO-P - Associação Brasileira de Odontologia - Secção de Portugal	V. N. de Famalicão	Profissional	“Defender e promover os interesses coletivos dos seus associados, a solidariedade entre membros, a ética, a deontologia e qualificação profissional, o desenvolvimento científico da odontologia, fomentar e defender os interesses profissionais (...) visando também promover a identidade cultural brasileira, bem como sua integração em Portugal; defender e promover a ética, a deontologia e a qualificação profissional dos seus membros”; “fomentar e defender os interesses profissionais a todos os níveis, nomeadamente zelando pela função social, dignidade e prestígio da odontologia”; “promover o desenvolvimento científico da odontologia, colaborando na política nacional de saúde fomentando cursos, seminários, debates, palestras, pesquisa, centro de informação e documentação, biblioteca, etc.”; dar parecer sobre as diversas matérias relacionadas com o exercício da odontologia”. Nota: estatutos alterados em 2001, passando a sede para o Porto e alterando a designação para ABOP - Associação Luso-Brasileira de Saúde Oral.	Brasileiros	Sem restrições	1996

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Associação de Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho	Coimbra	Profissional	“Promover a universalização, assegurar e aperfeiçoar os princípios fundamentais do Direito do Trabalho, como instrumentos de dignificação da pessoa humana; defender, em todos os planos, os fundamentos e os princípios do Direito do Trabalho e sua correspondente autonomia; ocupar-se do estudo, difusão, promoção e defesa do Direito do Trabalho, para contribuir para o seu conhecimento, prestígio, professo e efetiva aplicação prática, em benefício dos seus destinatários finais (...) especialmente no espaço de língua oficial portuguesa”.	Portugueses e brasileiros	Licenciados em Direito em Portugal ou Brasil	2004
Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra (APEB - Coimbra)	Coimbra	Académica	“Funcionar como um fórum de debates e de divulgação da produção científica e cultural de estudantes brasileiros; facilitar a integração social e académica dos pesquisadores e estudantes recém-chegados a Coimbra; promover ações de preservação dos valores da identidade brasileira em Portugal e incentivar o convívio multiétnico, disseminando práticas multiculturais; incentivar e articular a cooperação entre a comunidade científica e cultural; atuar junto às instituições de pesquisa com o objetivo de propor e acompanhar políticas de incentivo e de fomento a pesquisas e trabalhos científicos e culturais”.	Brasileiros	Pesquisadores e estudantes brasileiros em Portugal, vinculados principalmente à Universidade de Coimbra	2004

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Centro Cultural Luso-Brasileiro	Coimbra	Cultural	“Contribuir para a formação de uma consciência lusófona; construir e dinamizar a fratria” afro-luso-brasileira”, através da organização de “iniciativas científicas, culturais e desportivas que mobilizem os jovens universitários e os estudantes dos ensinos primário, básico e secundário em torno da lusofonia”; de “protocolos com organismos oficiais e privados, por forma a dinamizar a comunidade afro-luso-brasileira, através de exposições, semanas culturais e artísticas, intercâmbios, conferências, edições, pesquisas, preservação e difusão da memória comum”; e da valorização da “língua portuguesa enquanto património cultural da humanidade e plataforma unificadora da comunidade lusófona”.	Portugueses e brasileiros	Naturais de Portugal, Brasil ou PALOPS	1993
Fórum Cultural Portugal-Brasil “Porto Seguro”	Coimbra	Cultural	“Promover o intercâmbio cultural, de ensino e investigação entre Portugal e o Brasil, e em colaboração com o Brasil estimular o intercâmbio (...) com os demais países de língua oficial portuguesa”, através da edição de boletins, revistas e livros, promoção de encontros, congressos e outras iniciativas, em colaboração com outras instituições portuguesas e brasileiras, públicas e privadas.	Portugueses	Sem restrições	1999
Estudantes Brasileiros da Universidade de Coimbra (EBUC)	Coimbra	Académica	“Expansão da cultura do Brasil em Portugal e especialmente na Universidade de Coimbra”.	Não indica	Estudantes de Coimbra de nacionalidade brasileira	1935
Associação Brasileira do Algarve	Faro	Social (apoio a imigrantes)	“Defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes em tudo quanto respeite a sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção na sociedade portuguesa (...); promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais, das comunidades de imigrantes e seus descendentes, visando a melhoria das suas condições de vida; propor ações necessárias à prevenção ou cessação de atos e omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial”.	Brasileiros	Sem restrições	2007

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Associação Luso-Brasileira de Capoeira	Leiria	Desportiva	“Divulgação, prática e promoção da capoeira, arte marcial brasileira, no território português, a formação técnica de praticantes, técnicos e dirigentes, procurando fomentar o intercâmbio internacional desta atividade desportiva; (...) zelar para que a capoeira seja praticada como instrumento de formação e integração cultural, no aperfeiçoamento do ser humano”. “Incrementar e facilitar as relações comerciais entre o Brasil e Portugal”, promovendo a troca, entre os dois países, de missões de estudo, exame e ação económica, a realização de palestras destinadas a criar, nos dois países, o conhecimento recíproco das possibilidades e recursos económico-sociais de cada um; a publicação de um “órgão de propaganda e ação económica luso-brasileira”; dar parecer sobre “quaisquer assuntos relacionados com o comércio, a indústria, a navegação e, de um modo geral, de ordem económica e social, que possam interessar às boas relações entre os dois países e que lhes sejam submetidos pelas autoridades ou por outros organismos brasileiros ou portugueses”; “organizar e manter um constante serviço de propaganda e difusão do livro brasileiro em Portugal”; colaborar “em todas as manifestações que importem ao estreitamento das relações entre o Brasil e Portugal”. Nota: alteração em 2001 (remodelação integral do Estatutos, apenas mantém a designação).	Portugueses e brasileiros	Sem restrições	2000
Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira em Portugal	Lisboa	Económica		Não indica	Portugueses e brasileiros (individuais e empresas) que exerçam comércio com o Brasil	1948

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Clube Brasileiro	Lisboa	Cultural	“Manutenção de um centro onde se possa congregar a colónia brasileira e amigos do Brasil num convívio constante de afeto e solidariedade”, através de “salas para conversação, leitura e jogos”, realização de “concertos, soirées ou bailes”, “conferências a todo o sócio que queira externar ideias e concertos sobre o Brasil, em matéria científica, literária, artística, industrial ou comercial”; criação de “secções de ginástica, esgrima e outros exercícios físicos”; organização de “demonstrações festivas com que haja a colónia de receber os seus patrícios eminentes”; Nota: novos estatutos em 1943, mantendo nome e objeto.	“Colónia brasileira e amigos do Brasil residentes em Portugal”	Portugueses e estrangeiros que “hajam demonstrado o seu devotamento ao Brasil”	1913
Instituto Luso-Brasileiro	Lisboa	Múltipla	“Estreitamento das relações amistosas entre Portugal e o Brasil e o intercâmbio cultural, económico, desportivo, recreativo e turístico”, difundindo “as atividades culturais dos dois países”, intensificando “o convívio entre portugueses e brasileiros”, organizando conferências e exposições, patrocinando “viagens e excursões de apreciação e estudo da vida social de ambos os países”; promovendo “manifestações desportivas entre portugueses e brasileiros”, e prestando “todo o seu auxílio e apoio para uma intensificação do intercâmbio comercial e económico entre os dois países”. Nota: conta entre os seus fundadores com o empresário João Ildefonso Bordallo, o escritor Luís Forjaz Trigueiros, o historiador José Cassiano Neves e o presidente da câmara de comércio brasileira em Portugal, Alfredo Daniel Ferreira Ramos.	Portugueses e brasileiros	Cidadãos de Portugal e do Brasil, empresas e coletividades domiciliadas nos dois países e indivíduos e empresas de outras nacionalidades	1951

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Liga Afetiva Portugal-Brasil	Lisboa	Cultural	Cultivar a amizade entre cidadãos portugueses e brasileiros, estabelecendo entre eles as melhores relações de convivência e de fraternidade; cultivar idêntico espírito de amizade entre coletividades de ambas as nações irmãs”, compreendendo, no âmbito recreativo, a atividade turística, “podendo a Liga promover excursões entre Portugal e Brasil, a fim de ambos os povos se conhecerem e estimarem melhor; promover conferências e um intercâmbio cultural, exposições, visitas e festividades que possam contribuir para o es-treitamento das relações”.	Portugueses e brasileiros	Portugueses e brasileiros, residentes “em Portugal continental e ultramarino”, “sem restrições de cor de pele, raça e religião”	1964
Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal	Lisboa	Social (apoio a imigrantes)	“Proteger todos os brasileiros de ambos os sexos, natos ou naturalizados, que necessitem de socorros e proteção”, que podem consistir “numa pensão mensal (...) em caso de indigência manifesta do brasileiro que a solicite; na repatriação por meio de passagens de 3.ª classe para qualquer porto do Brasil (...); visitas e consultas médicas, assim como medicamentos; auxílios pecuniários uma só vez; facilitar educação e trabalho; pagar as despesas de enterro aos brasileiros indigentes falecidos em Lisboa, mesmo não sendo pensionistas.” Nota: os Estatutos reportam-se a 1925. O processo inclui os estatutos de 1869, 1875, 1885, 1891 e projetos de reforma. A presidência de honra cabe ao embaixador do Brasil em Portugal e a vice-presidência ao cônsul-geral em Lisboa.	Não indica	Pessoas de qualquer nacionalidade	1868
Círculo de Cultura Luso-Brasileira	Lisboa	Cultural	“Defesa da língua portuguesa, fortalecimento das relações luso-brasileiras e difusão da cultura, objetivos que prosseguirá colaborando sempre com entidades oficiais, na exaltação do amor à pátria”. Nota: criada em 1960, mas só em 1982 adquire existência jurídica.	Portugueses	Sem restrições	1982

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Associação Luso-Brasileira de Cirurgiões Dentistas	Lisboa	Profissional	“Promover a classe de cirurgiões dentistas, médicos dentistas e odontologistas, orientando a sua ação para fins científicos e sociais, em conformidade com os princípios do acordo cultural luso-brasileiro”, podendo “criar e manter escolas ou faculdades de Medicina Dentária e/ou Odontologia, (...) e cursos de aperfeiçoamento e especialização teórico-práticos”; “criar e manter a nível científico e universitário intercâmbio de profissionais e estudantes”; organizar e participar em certames científicos; criar e manter um meio de comunicação para a classe.	Portugueses e brasileiros	Sem restrições	1984
Clube de Empresários do Brasil (CEB)	Lisboa	Económica	“Realização de conferências de imprensa, seminários, simpósios e outras atividades culturais, sociais e empresariais, com a finalidade de promover a divulgação comercial, industrial e económica do Brasil e de Portugal” Nota: ao embaixador do Brasil em Portugal é conferida a qualidade de associado e presidente honorário. Contém alterações aos Estatutos, em 1995.	Portugueses e brasileiros	Pessoas singulares ou coletivas “ligadas a empresas brasileiras”	1989
Associação Pró-Fundação Portugal-Brasil	Lisboa	Múltipla	“Criação de condições necessárias à constituição da Fundação Portugal-Brasil”, a qual “terá, primordialmente, como seu objeto o apoio à realização de iniciativas de caráter cultural, educativo, científico e empresarial, a serem concretizadas em Portugal e no Brasil e, sempre que se coadunar com os seus interesses, com países africanos de língua oficial portuguesa”.	Portugueses e brasileiros	Pessoas singulares ou coletivas	1991
Casa do Brasil de Lisboa - Associação Comunitária Brasileira	Lisboa	Social (apoio a imigrantes)	“Dinamização do apoio moral, social e jurídico aos imigrantes brasileiros, promoção de ações de preservação dos valores de identidade brasileira em Portugal, realização de eventos socioculturais, recreativos e desportivos, apoio moral e social à comunidade brasileira, visando uma maior integração entre brasileiros, portugueses e cidadãos de outras nacionalidades, relações de intercâmbio e solidariedade com instituições congéneres”.	Portugueses e brasileiros	Sem restrições	1992

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Sociedade de Beneficência Brasileira no Porto	Porto	Social (apoio a imigrantes)	“Acudir a todos os indivíduos brasileiros de ambos os sexos, residentes ou de passagem no Norte deste Reino, e que necessitem de socorro e proteção”. Nota: Sucessora da extinta Comissão Filial no Porto da Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal.	Não indica	Sem restrições, devendo “as senhoras casa-das apresentar autorização de seus maridos e os menores de seus pais ou tutores”	1889
Casa da Cultura Brasileira	Porto	Cultural	“Divulgar a cultura brasileira, promovendo atividades culturais e recreativas, incluindo a formação de um grupo musical”. “Fins humanitários de cultivo da fraternidade universal, sem distinção da raça, idade, sexo ou crença, para difundir a Eubiose, sem fins lucrativos nem comerciais (...), combatendo o analfabetismo, estudando as ciências, artes, filosofias, religiões e as leis da natureza, cultivando a fraternidade universal e elevando a civilização, moral e espiritualmente o Homem, desenvolvendo-lhe o espírito de investigação crítica, preparando o advento de uma civilização de escol, fraterna e justa” Nota: Filiada na Sociedade Brasileira de Eubiose.	Portugueses e brasileiros	Sem restrições	1987
Sociedade Brasileira de Eubiose (S.B.E.)	Porto	Filosófica		Portugueses e brasileiros	Sem restrições	1987
Casa do Brasil da Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Múltipla	“Culturais, recreativos e desportivos”. Nota: Agregada à Escola de Samba Estação Primeira da Póvoa de Varzim.	Brasileiros	Sem restrições	1989

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
ABAP - Associação de Apoio a Brasileiros em Portugal	Porto	Social (apoio a imigrantes)	“Dar apoio moral e social à comunidade brasileira, visando uma convivência fraterna e uma maior integração social e comunitária entre brasileiros, portugueses e cidadãos de outras nacionalidades; promover ações de preservação dos valores da identidade brasileira; promover a realização de atividades recreativas, desportivas, apresentação de espetáculos e comemorações; apoiar promover, participar e desenvolver projetos em áreas específicas, tais como: sociais, culturais, lazer, desporto, educativa e formação; realizar eventos socioculturais, tais como: seminários, conferências de imprensa, simpósios e intercâmbios com outros países, tendo como objetivo promover a divulgação cultural, comercial, industrial e económica do Brasil e Portugal; promover a utilização de convénios com empresas de serviços (hotéis, transportes, restaurantes, assistência médica e outras) para benefícios associados”. Nota: o processo contém alterações estatutárias (1995), que incluem a mudança de sede para Matosinhos.	Brasileiros	Pessoas singulares e coletivas de qualquer nacionalidade, que se identifiquem culturalmente com as realidades dos povos do Brasil e de Portugal”	1992
Instituto para a Cultura e Ciência Jurídica Luso-Brasileira	Porto	Cultural	“Promover atividades de intercâmbio cultural e científico entre Portugal e o Brasil”.	Portugueses e brasileiros	Sem restrições	1992
Associação para a Amizade e Cooperação Portugal-Brasil	Porto	Cultural	“Aprofundamento da amizade e da cooperação entre os povos português e brasileiro”, promovendo “o intercâmbio de visitas de estudo e informação entre ambos os países”, “a realização de conferências, colóquios, congressos”, “a organização de grupos de estudo, exposições, cursos, seminários e criação de circuitos culturais” e a edição de “publicações destinadas à difusão dos valores culturais dos dois povos”.	Portugueses	Sem restrições	1993

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
A.B.P. - Associação Luso-Brasileira na Cidade do Porto	Porto	Cultural	“Divulgar a cultura brasileira, incluindo a formação de um grupo desportivo e de um grupo musical”, a realização de “convívios e atividades de caráter geral que resultem na união dos seus membros e famílias” e o auxílio aos “seus membros mais desfavorecidos”. Nota: o processo contém alterações estatutárias (1997).	Brasileiros	Pessoas singulares e coletivas	1996
Associação Corações Unidos Portugal-Brasil	Paredes	Social (apoio a imigrantes)	“Fortalecimento da solidariedade lusiada na assistência, intercâmbios informativo, cultural, artístico, desportivo, turístico e social com outras associações e grupos de emigrantes brasileiros, promover formas de lazer, divertimento e convívios entre jovens e idosos”.	Portugueses	Pessoas singulares maiores de idade	1999
Movimento Brasil – Associação Cultural	Porto	Social (apoio a imigrantes)	“Organização com caráter cultural, desportivo, recreativo, social e de defesa ambiental”, tendo em vista a “promoção e divulgação da cultura brasileira em Portugal, bem como o apoio a brasileiros residentes em Portugal”.	Brasileiros	Pessoas singulares ou coletivas	2002
Associação Amigos do Brasil	Matosinhos	Social (apoio a imigrantes)	“Dinamização do apoio moral, social e jurídico aos imigrantes brasileiros, visando salvaguardar a reciprocidade de direitos, reconhecida internacionalmente; a promoção de ações de preservação dos valores da identidade brasileira em Portugal e nos demais países da Comunidade Europeia; a realização de eventos socioculturais, tais como cursos de formação, conferências, palestras, seminários, simpósios, criação de áreas de pesquisa, de biblioteca e centro de documentação e promoção de intercâmbios culturais com outros países; a realização de atividades recreativas e desportivas; apresentação de espetáculos e comemorações; estabelecer relações de intercâmbio e de solidariedade com instituições congêneres, bem como participar de atos de solidariedade (...); estabelecer protocolos com entidades financeiras, sociais, culturais, médicas e de assistência familiar”.	Brasileiros	Pessoas singulares, entidades públicas, organismos oficiais, fundações, associações, sociedades comerciais, consulados e embaixadas	2003

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
BRASUP - Associação de Cidadãos Brasileiros na Universidade do Porto	Porto	Académica	“Garantir os interesses comuns dos membros da BRASUP e da Universidade do Porto; contribuir para a solidificação das relações entre o Brasil e a União Europeia, em particular com Portugal, nomeadamente ao nível cultural, académico, técnico, social e científico”. “Proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal, em todo o quanto respeite à sua valorização, de modo a permitir e sua plena integração e inserção; desenvolver ações de apoio aos imigrantes e seus descendentes, visando a melhoria das suas condições de vida; promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades de imigrantes ou dos seus descendentes como elemento fundamental da sociedade em que se inserem; propor ações necessárias à prevenção ou cessação de atos ou omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial; estabelecer intercâmbios com associações congêneres estrangeiras ou promover ações comuns de informação ou formação; dinamização do apoio moral, social e jurídico aos imigrantes brasileiros, visando salvaguardar a reciprocidade de direitos reconhecida internacionalmente; promoção de ações de preservação dos valores da identidade brasileira em Portugal e demais países da Comunidade Europeia; realização de eventos socioculturais, tais como cursos de formação, conferências, palestras, seminários, simpósios, criação de áreas de pesquisa, de biblioteca e centro de documentação e a promoção de intercâmbios culturais com outros países; realização de atividades recreativas e desportivas, apresentação de espetáculos e comemorações; estabelecer relações de intercâmbio e de solidariedade com instituições congêneres, bem como participar de atos de solidariedade diversos (...); estabelecer protocolos com entidades financeiras, sociais, culturais, médicas e de assistência familiar”.	Brasileiros	Sem restrições	2003
Associação Mais Brasil	Valongo	Social (apoio a imigrantes)		Brasileiros	Pessoas singulares, entidades públicas, organismos oficiais, fundações, associações, sociedades comerciais, consulados e embaixadas	2004

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Associação Internacional e Luso-Brasileira de Integração, Arte e Cultura – Ísis e Júpiter	Santarém	Múltipla	“Promoção, incremento e divulgação de atividades para o fortalecimento de relações entre Portugal e outros países, em especial nas vertentes cultural, social e económica; desenvolvimento de ações visando o inter-relacionamento e a integração cultural e socioeconómica entre pessoas portuguesas e não portuguesas; organização de colóquios, conferências, cursos, festividades; manutenção de biblioteca, edição de documentos de interesse para os objetivos propostos; promoção de intercâmbio com organizações similares dos diversos países”, proporcionando “aos associados o acesso a documentação, bibliografia e qualquer outro tipo de informação que estiver a seu alcance, sobre os temas que compõem os seus objetivos”; organizando “grupos de trabalho para a investigação, estudo e análise de questões relacionadas com a cultura dos países de seu interesse”; editando “publicações e documentos de interesse relevante para os seus objetivos e os interesses dos associados”; organizando “encontros, colóquios, conferências, cursos, seminários e festividades; promovendo “o intercâmbio e a cooperação com associados e organismos nacionais e estrangeiros que prossigam objetivos semelhantes”.	Brasileiros	Sem restrições	2007
Associação Luso-Brasileira de Sines	Sines	Cultural	“Desenvolver a cooperação e solidariedade entre os seus associados, na base da realização de iniciativas culturais e outras; promover o intercâmbio entre portugueses e brasileiros, cooperando com todas as entidades públicas e privadas visando a eficácia, adequando-se aos seus objetivos; organizar iniciativas de interesse sociocultural, tal como encontros e exposições; editar revistas, jornais ou outros documentos de interesse relevante; incrementar atividades de interesse para os jovens; promover o intercâmbio e cooperação com associações e organismos similares”.	Portugueses e brasileiros	Sem restrições	2002

Associação	Concelho	Natureza	Objetivos	Proponentes	Sócios	Ano de constituição
Luso-Brasileira, Associação Lusófila	Viana do Castelo	Cultural	“Fomentar e divulgar a cultura lusíada no mundo, através de publicações gráficas e audiovisuais, reuniões sociais, artísticas e culturais, organização e promoção de congressos e conferências, comemorações de datas de relevo de países de língua oficial portuguesa, captação de benefícios e apoio à integração e defesa dos associados”.	Portugueses e brasileiros	Nacionais de um país de língua oficial portuguesa	2003
Associação Cultural e Recreativa Rancho Folclórico de Danças e Cantares de Portugal e Brasil	São Pedro do Sul	Cultural	“Divulgação das culturas e tradições de Portugal e Brasil”.	Portugueses e brasileiros	Sem restrições	1997

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

Ministério da Administração Interna/SGMAI. Arquivo dos Governos Cívicos – *Processos de aquisição de personalidade jurídica das associações referidas* (Estatutos e documentos relativos à sua aprovação). 1868-2003. Base de dados disponível para consulta local no CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. A incorporação destes processos nos Arquivos Distritais de Portugal Continental encontra-se neste momento em curso.

Legislação

Código Civil Português, aprovado por carta de lei de 1 de julho de 1867, 2.^a edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Código Commercial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

Código Commercial Portuguez. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833.

Constituição Política da Monarquia Portuguesa, in *Constituições Portuguesas – 1822/1826/1838/1911/1933*. 2009. Lisboa: Assembleia da República.

Decreto de 15 de junho de 1870.

Decreto de 22 de outubro de 1868.

Decreto de 9 de maio de 1891.

Decreto-lei n.º 23050, de 23 de setembro de 1933.

Portaria de 23 de setembro de 1836.

Portaria de 26 de setembro de 1862.

Portaria de 27 de fevereiro de 1888.

Portaria de 6 de dezembro de 1872.

Portaria de 6 de julho de 1874.

Bibliografia

CARVALHO, A. Melo de, 2002 – *Associativismo, inovação social e desenvolvimento*. Algés: Confederação do Desporto de Portugal.

COELHO, Sandra Lima, 2008 – *Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo*. Working paper. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Disponível em: <http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/working29101019094709.pdf>. [Consultado em agosto de 2019].

GODOLFIM, Costa, 1876 – *A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*. Lisboa: Tipografia Universal

ORTIGÃO, Ramalho, 1943 – *As Farpas*, I. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

SOUSA, Fernando de (coord.), 2014 – *Os Governos Cívicos de Portugal. História e Memória (1835-2011)*. Porto: CEPESE.

SOUSA, Fernando de; LIMA, M.^a João Pires de, 2014 – “A importância das fontes documentais dos Governos Cívicos de Portugal para o conhecimento da História do Portugal Contemporâneo”, in Fernando de Sousa (coord.), *Os Governos Cívicos de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente*. Porto: CEPESE, p. 43-57.

Inmigración transatlántica, asociaciones voluntarias y sanidad en Argentina. Aproximaciones historiográficas y nuevas evidencias

Alejandro Fernández²⁴¹

Las asociaciones voluntarias como tema de la historiografía argentina

El tema de las asociaciones voluntarias creadas en la Argentina por los inmigrantes transatlánticos tiene apenas cuatro décadas de antigüedad en la historiografía argentina. Pese a la enorme importancia alcanzada por la corriente inmigratoria en la transformación de la sociedad rioplatense, y la existencia de cientos de asociaciones dispersas por casi todo el territorio, especialmente en la región del Litoral, no fue hasta entonces que la investigación de los historiadores reparara en ellas de manera central.

Son diversas las razones para explicar esta carencia, aunque probablemente tres se imponen como las más fundadas. En primer lugar, en dicha historiografía lo político fue predominante no sólo en los grandes relatos fundantes, elaborados en el siglo XIX, sino también durante la primera mitad del siguiente, casi sin excepciones. Los núcleos de interés residían primordialmente en el Estado, en los conflictos políticos, en la historia de las corrientes y partidos, en los ciclos revolucionarios, de manera que el interés por otras dimensiones del pasado, como la económica, la social o la cultural, sólo fue abriéndose camino, y de manera bastante gradual, desde la década de 1960 en adelante, subsistiendo incluso en la actualidad una marcada tendencia a buscar las principales explicaciones de la evolución nacional en el ámbito del Estado y de la esfera política, dejando en lugar secundario las que hunden sus raíces en hechos o procesos provenientes del ámbito de la sociedad civil.

En segundo lugar, de manera complementaria con lo anterior y tal como señalaran algunos de los principales historiadores que contribuye-

²⁴¹ UNLu – Universidad Nacional de Luján.

ron a elaborar una perspectiva centrada en la inmigración, como Fernando Devoto y Hernán Otero (2003), en la medida en que persistió la imagen de una integración relativamente sencilla y lograda de los inmigrantes en la sociedad argentina – el llamado “crisol de razas” –, poca atención se prestó a aquellos fenómenos que se vinculaban con la persistencia de identidades nacionales, regionales o locales asociadas con la tierra de origen de los inmigrantes. Estos últimos eran principalmente vistos como integrantes de una sociedad en la cual se habían asimilado, amalgamado o fusionado, según cuál fuera la teoría explicativa predominante, sea en su población, sea en sus clases sociales, en sus instituciones o – en las generaciones de hijos y nietos de los arribados desde el otro lado del océano – en sus partidos políticos. Por ende, no despertaba el interés de la historiografía lo ocurrido con los extranjeros radicados en el país durante esa etapa – en ocasiones bastante prolongada – en que su tendencia asociativa se orientaba, de manera primordial, hacia sus compatriotas o paisanos, en lugar de hacerlo hacia los integrantes de otras colectividades o de la población criolla. Los rasgos propios de esa sociedad recién fueron concitando el interés de una nueva generación de historiadores a los que suele enrolarse en la corriente del “pluralismo cultural”, en tanto procuraban indagar sobre las características peculiares de los diversos grupos étnicos en aquellas fases de su incorporación a la sociedad argentina en las que la integración no se había completado. Puesto que la posible respuesta a uno de los interrogantes que se plantearon, la de con quiénes tendían a agruparse los inmigrantes a la hora de establecer vínculos de sociabilidad que fueran más allá de la familia, el grupo de vecindario o las amistades cercanas, era clave para entender ese proceso de integración, las asociaciones voluntarias lograron finalmente el status de objeto de investigación histórica.

En tercer lugar, incluso cuando esas perspectivas a las que hacemos referencia fueron ganando espacio y se admitió paulatinamente que, en efecto, la sociedad argentina era pasible de ser pensada desde las diferentes colectividades o comunidades extranjeras, el esfuerzo que requería la reconstrucción de una experiencia asociativa tan dispersa por el país, y en muchos casos, por lo que parecía, de escasa relevancia dado el tamaño o alcance de sus instituciones, no invitó sino a estudiar algunas de sus dimensiones, descuidando las restantes. Un gigantesco acervo de documentación acopiada y conservada en dichas entidades, probablemente la más nutrida entre las acumuladas en los países receptores de inmigración europea, según señalara Moya (2006), a veces de dificultoso acceso y a menudo tediosa

para el abordaje, por su lenguaje formal y estandarizado, en la que, acta tras acta o registro tras registro de asociados, solía quedar la impresión de que no era mucho lo que se podía extraer de ella, fuera de ciertos datos básicos, podía desalentar un abordaje más sistemático.

Con todo, distintas preguntas se le fueron formulando, algunas de ellas a tono con los tiempos que se vivían en la Argentina y otras más relacionadas con el desembarco en el país de enfoques y métodos de análisis ya probados por la historiografía de otras latitudes, sobre todo de los países de América del Norte. Así, por ejemplo, se indagó sobre las presuntas prácticas democráticas y participativas que tendrían lugar en el marco de las asociaciones, destacando su persistencia en períodos caracterizados por la ausencia de las mismas y el triunfo del autoritarismo por lo que se refiere al sistema político de conjunto (ROMERO, 1985). Por otra parte, en la senda de un artículo seminal de Baily (1982), se avanzó sobre una serie bastante amplia de temáticas, como la composición socio-ocupacional de los padrones de las asociaciones de socorros mutuos – las más presentes en la experiencia de la inmigración masiva –, las relaciones entre los grupos dirigentes y la base de dichas entidades, los conflictos internos y las relaciones entre la dirigencia y otras esferas de la vida pública de la sociedad receptora (DEVOTO, 1985; FERNÁNDEZ, 1987; DEVOTO-FERNÁNDEZ, 1990; MARQUIGUI, 1994; FERNÁNDEZ, 2001; MOYA, 2004, p. 296-306; DA ORDEN, 2005; NÚÑEZ SEIXAS, 2006). Con ello se logró ir elaborando un primer relato de conjunto sobre la trayectoria de estas entidades, necesariamente aproximativo y más centrado en algunas regiones del país que en otras, cuyos rasgos sintetizaremos a continuación.

Las asociaciones de ayuda mutua como objeto de estudio

A partir de la década de 1850-1859 cobró importancia un movimiento asociativo entre los extranjeros residentes en la Argentina que, aprovechando la liberalización de los derechos civiles inscriptos en la flamante constitución nacional, se orientó a la satisfacción de las demandas de atención médica y farmacéutica, de los servicios de sepelio y de creación de ámbitos de sociabilidad y recreación. Tales demandas resultaban más acuciantes debido a la escasa o nula satisfacción de las mismas por parte de la sociedad y el Estado del país receptor, de manera que, en pocas décadas, el movimiento

asociativo se extendió por gran parte del territorio nacional, especialmente en las regiones más tocadas por el proceso inmigratorio de origen europeo.

El socorro mutuo entre los inmigrantes fue por ello la forma más habitual de asociacionismo. Según los datos del censo nacional de 1914, existían en el país 463 sociedades italianas que practicaban el mutualismo, con 144.000 afiliados, lo cual representaba un 18% del total de la población de esa colectividad y un 30% si nos limitamos a los varones adultos, que eran quienes más frecuentemente se asociaban a estas entidades. Los españoles, por su parte, habían creado 250 asociaciones mutualistas, que en 1914 contaban con 110.000 miembros, lo cual representaba más de la cuarta parte de los varones adultos de dicha colectividad. La tercera comunidad en importancia, la francesa, contaba por su parte con 92 entidades y algo menos de 11.000 afiliados. El relativamente escaso número de integrantes de esta última, debido a la declinación de la inmigración francesa desde comienzos del siglo XX, se veía acompañado por una participación mayor de empresarios de ese origen en el movimiento asociativo, lo cual permitía incluso la financiación de entidades muy pequeñas (DEVOTO, 2003).

Si consideramos al movimiento mutualista en cuanto a su impacto sobre el conjunto de la población argentina, podemos estimar que alrededor de la décima parte del total de los habitantes (extranjeros y nativos) estaban afiliados a una asociación de este tipo. Pero si el cálculo se limita a la región en la que los inmigrantes europeos tenían mayor presencia, es decir la del Litoral (Capital Federal, provincias de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba y Territorio Nacional de La Pampa), la proporción se elevaba a un tercio del total. Esto demuestra la muy estrecha relación entre la inmigración y el sistema mutualista.

La Asociación Española de Socorros Mutuos, fundada en Buenos Aires en 1857, la Unione e Benevolenza, instaurada al año siguiente, y las entidades de otras colectividades, como la francesa o la catalana, actuaron como pioneras en la provisión de las prestaciones médico-farmacéuticas. La primera de dichas entidades contaba en 1914 con 22.000 afiliados, el número más alto de todo el país. Como queda dicho, en su gran mayoría se trataba de hombres adultos, pero desde comienzos de siglo también fueron admitidas gradualmente las socias mujeres y luego los niños. Aunque también tuvieron una intensa participación en las mutuales cosmopolitas, lo habitual, por lo tanto, era que los inmigrantes se agruparan por separado con sus paisanos y compatriotas. Todavía en la actualidad es posible rastrear la huella de esa multiforme experiencia en los edificios de las asociaciones que se erigieron

en los pueblos y ciudades de diferentes provincias como símbolo de su presencia y de su espíritu de cooperación.

Con el correr del tiempo, nuevos servicios se fueron añadiendo a los originales, sobre todo en las mutuales de mayor masa societaria, como los subsidios por los días de trabajo perdidos por enfermedad o accidente, las pensiones en caso de invalidez, orfandad o viudez, los tratamientos para enfermos crónicos, la oferta de espectáculos como el teatro y el cine, los festivales y romerías y, en algunos casos excepcionales – generalmente en las asociaciones italianas –, la instrucción escolar. Además, las mutuales solían firmar convenios de internación con los grandes hospitales de colectividades y de reciprocidad con sus pares de otras localidades, para el caso de que sus afiliados cambiaran de domicilio. Sin contar con subvenciones del país de origen ni del país receptor, estas asociaciones alcanzaron un desarrollo tal que se convirtieron en el principal componente de la atención médica privada de la Argentina, al menos hasta mediados del siglo XX, cuando comenzaron a desarrollarse en mayor escala las obras sociales vinculadas a los sindicatos.

La financiación de las asociaciones

El mutualismo se basa en un principio idealmente igualitario según el cual los afiliados, reclutados indistintamente en todos los estratos sociales, accedían a determinadas prestaciones a cambio de una cuota mensual que también era idéntica para todos. Además tenían derecho, al menos en teoría, a la participación democrática en la toma de decisiones y en la elección de las autoridades y órganos de fiscalización. Naturalmente, el equilibrio y supervivencia del sistema dependen de la adhesión más o menos constante de nuevos individuos jóvenes, que requieren de menos prestaciones, manteniendo la edad media del padrón de afiliados relativamente baja, a los efectos de financiar sin demasiadas penurias los requerimientos más costosos de los afiliados más viejos. En el caso del mutualismo étnico, eso podía depender de la continuidad de la corriente inmigratoria y de las posibilidades de obtención de trabajos regulares en la Argentina por parte de los afiliados, a fin de seguir cubriendo las cuotas. Es por ello que, en momentos de crisis económicas severas, como en 1890-1891 o en 1929-1933, o bien durante los conflictos internacionales, como las guerras mundiales o la guerra civil española, la caída en el flujo poblacional, el incremento de la tasa de retorno a

los países de origen y el aumento del índice de desempleo provocaban serios inconvenientes financieros, excepto que las asociaciones hubiesen tomado precauciones en tiempos de bonanza, por ejemplo realizando inversiones a partir de los excedentes operativos de cada ejercicio.

No obstante, si la administración era prudente y se contaba con recursos suplementarios, podían obtenerse llamativos resultados, incluso en asociaciones que presentaban un padrón de afiliados no muy nutrido. Un ejemplo de ello es el de la Asociación Española de Socorros Mutuos de Luján, ciudad situada a unos setenta kilómetros de Buenos Aires. La entidad fue fundada en 1877 por dieciocho inmigrantes. Tres décadas más tarde contaba con edificio propio, oficinas administrativas, un teatro en el que se representaban zarzuelas y dramas, el panteón social en el cementerio local y los pabellones del Prado Español, un conjunto suburbano donde se realizaban las romerías al aire libre. Durante ese período, la media de asociados fue de poco más de dos centenares, sin que se admitiera todavía a las mujeres.

Alrededor de la mitad de ellos eran gallegos, vascos y navarros, y el resto estaba integrado por asturianos, castellanos y de otras regiones. ¿Cómo lograba financiarse la entidad? Parece claro que las cuotas sociales apenas cubrían las prestaciones normales, pero no permitían solventar las construcciones. Para llevar a cabo estas últimas, la asociación solía emitir acciones que eran adquiridas por comerciantes, propietarios y empleados pertenecientes a la asociación – a menudo a sus comisiones directivas – y que generaban un módico interés que luego se iba cubriendo, junto con las amortizaciones de capital, con las rentas que obtenía la entidad por las veladas que se realizaban en el teatro, los bailes y festivales o el alquiler de algunas de sus instalaciones (MARQUIEGUI, 1994).

Empresarios y comerciantes suministraban los cuadros dirigentes de las entidades étnicas debido a su mayor disponibilidad de tiempo y recursos, a sus relaciones sociales, a su experiencia o a sus conocimientos técnicos. En la Asociación Española de Socorros Mutuos de Mar del Plata, por ejemplo, la dirigencia estaba compuesta en sus tres cuartas partes por empresarios de la industria y el comercio, varios de los cuales tenían fuertes vínculos con entidades patronales y financieras de la ciudad e incluso con el poder municipal, en manos del Partido Conservador (DA ORDEN, 2005, p. 151-174). En algunos de los distritos suburbano de la capital de la Argentina, por su parte, los directivos de las mutuales italianas y francesas, a fines del siglo XIX, provenían del sector de propietarios de diversos sectores, como la industria textil, el transporte, la construcción y la producción láctea.

Muchos de los asociados a las mutuales limitaban su relación con las mismas al pago de las cuotas y la obtención de las prestaciones, sobre todo cuando se trataba de las entidades más grandes, pero en otros casos, cuando los contactos interpersonales eran más frecuentes y ricos, o cuando el desarrollo de estas instituciones guardaba una relación muy directa con cadenas migratorias provenientes de una determinada aldea o distrito (PIA-NETTO-GALLIARI, 1989), las asociaciones eran ámbitos de sociabilidad y de festividades, por lo que la historiografía también abordó ese aspecto con cierto detalle. La recreación de la idealidad patriótica, que generalmente emanaba de los propósitos de los grupos dirigentes y se extendía hacia la base de los afiliados, podía alcanzar asimismo a individuos pertenecientes a la colectividad respectiva pero no a las asociaciones, en las fechas en que se conmemoraban determinados eventos vinculados con el país de origen (por ejemplo, el 12 de octubre en el caso de los españoles, o el 20 de setiembre en el de los italianos) o los desfiles de banderas en las fiestas patrias de la Argentina, en las que era habitual que participasen las diferentes comunidades (DEVOTO-FERNÁNDEZ, 1990; HOURCADE, 1999).

Sería difícil encontrar otro país de América – y, probablemente, del mundo – en el que las asociaciones étnicas de ayuda mutua alcanzaran tanta difusión y ocuparan un lugar tan visible entre las instituciones como ocurrió en la Argentina durante más de un siglo. El momento de mayor desarrollo de las italianas, francesas y suizas se alcanzó antes de 1914, mientras que las españolas y las representativas de las colectividades de Europa oriental lograron su punto culminante en los años veinte o incluso después. A medida que decayó la inmigración y aumentó la proporción de afiliados argentinos, estas asociaciones diversificaron sus objetivos para poder sobrevivir, incluyendo funciones culturales o educativas que no necesariamente apuntaban a contenidos de las culturas de origen. Actividades como el teatro, el cine, los conciertos musicales o corales pasaron a ser habituales en las sociedades étnicas de socorros mutuos de las localidades de provincia. El sistema asistencial, en cambio, fue decayendo, no sólo por las dificultades para reclutar a nuevos socios sino también por el avance de las entidades de seguridad social vinculadas al Estado o a los sindicatos.

El otro sistema: los hospitales de colectividades

Paralelamente a las asociaciones de socorros mutuos, se fue desarrollando un segundo sistema de atención médica entre los residentes extranjeros, el de los hospitales de colectividades. En principio, este sistema no se basaba en el mutualismo sino en la práctica de la beneficencia, ya que apuntaba a atender y tratar a los indigentes o personas sin recursos de cada colectividad. La historiografía argentina, hasta tiempos recientes, se ocupó poco de este sistema, lo cual puede explicarse porque, mientras las mutuales estuvieron presentes en casi todas las ciudades y localidades que recibieron una proporción significativa de inmigrantes europeos, las sociedades benéficas sólo tuvieron sus casas matrices en Buenos Aires y excepcionalmente en otras grandes metrópolis. Además, la ausencia en los mismos de los presuntos mecanismos democráticos y participativos que estarían presentes en las mutuales, o del mecanismo de capitalización social de excedentes, los privó del interés de quienes se ocupaban del tema a partir de ese tipo de enfoques.

Los hospitales de colectividades comenzaron a instalarse a mediados del siglo XIX, pero fue sobre todo en la década de 1870, luego de las últimas grandes epidemias que azotaron a Buenos Aires, cuando lograron su principal impulso. Dada la magnitud de los recursos humanos, técnicos y financieros que requería su puesta en funcionamiento, se trató de proyectos que demandaron muchos años y que exigieron una amplia cooperación. Algunos de ellos atrajeron a médicos y practicantes que eran profesores o estudiantes avanzados de la Universidad de Buenos Aires, que para ciertos cargos debían concursar, lo cual contribuyó al prestigio alcanzado por sus secciones y a que pudieran alcanzar a un público más amplio cuando se fueron abriendo las condiciones para el ingreso como socios. Durante prácticamente un siglo, desde mediados del XIX a mediados del XX, los hospitales de colectividades fueron los dinamizadores principales de un sistema privado de salud que evolucionaba en paralelo al público. En lo que se refiere a la modalidad de asociados, que se difundió con rapidez, se cumplían algunos de los principios básicos del mutualismo, como la adhesión voluntaria, la neutralidad institucional y la contribución periódica de los afiliados para la constitución de fondos con los que se solventaban las prestaciones.

Esa combinación actuó de manera específica en cada caso. El Hospital Italiano, por ejemplo, funcionó desde el inicio con una mezcla de los principios de la beneficencia y del mutualismo, con una racionalidad equidis-

tante de la maximización de utilidades propia de la sociedad comercial y del principio de solidaridad característico del hospital público (Hospital Italiano de Buenos Aires, 2003, p. 26-28). La construcción del nosocomio demoró muchos años y provocó conflictos entre republicanos y monárquicos, que trasladaron a este ámbito los enfrentamientos que ya se advertían en el del mutualismo y que no fueron acallados ni siquiera con la decidida intervención, en favor del proyecto, de la legación sarda. Finalmente, una gran colecta permitió que en 1872 pudiera inaugurarse, con ciento cincuenta camas. El Hospital Italiano recién lograría a comienzos del siglo XX convertirse en la principal institución asistencial de la colectividad, desplazando a Unione e Benevolenza y a la Nazionale Italiana. El nexo con estas últimas, y en general con las mutuales italianas, siguió funcionando a través de las tarifas preferenciales que el Hospital cobraba a los internados que eran afiliados a las mismas (DEVOTO, 2008, p. 191-195).

La Sociedad Española de Beneficencia (SEB), por su parte, fue una de las principales entidades representativas de la colectividad hispánica de la Argentina. En 1877 logró su principal objetivo institucional, con la creación del Hospital Español, aún existente. Para ello fue necesaria una gran movilización de recursos comunitarios. La Comisión de Propaganda estaba organizada para el reclutamiento de afiliados en los barrios de la ciudad y en localidades del interior, teniendo en cuenta que el Hospital ofrecería servicios que quedaban fuera del alcance de las mutuales españolas situadas en aquellas, como la internación o las consultas con especialistas. Distintos sectores de la inmigración fueron convocados con objetivos específicos, como los empresarios del espectáculo para la realización de funciones a beneficio en los teatros que administraban, los boticarios para la organización y surtido de la farmacia, los clérigos para el servicio de la capilla, los almaceneros para la recolección de comestibles, los tenderos para la provisión de ropa blanca, los libreros para los útiles de secretaría. También fueron incesantes los donativos individuales y espontáneos de alimentos, telas, ornamentos y dinero en efectivo. Todas estas iniciativas, si bien se sostuvieron en el tiempo, fueron encaradas con mayor entusiasmo en los meses previos y posteriores a la inauguración.

La SEB también fue beneficiaria de herencias y donativos de algunos de los socios más acaudalados. En 1888, cuando se trataba de ampliar el edificio que albergaba al nosocomio, se obtuvo un crédito a tasa preferencial del Banco Español del Río de la Plata, recientemente creado. Dicho préstamo fue garantizado por tres integrantes acaudalados de la comisión directiva de

la SEB, que a la vez eran miembros del directorio del Banco, en un ejemplo característico de los vínculos institucionales existentes al interior de la élite económica de la colectividad. Los beneficiarios principales de los servicios del Hospital eran los pobres de solemnidad que integraban la colectividad, ya que a ellos no se les cobraba arancel alguno. Un segundo grupo estaba compuesto por aquellos que pagaban una cuota básica mensual, entendida como suscripción, la cual daba derecho a acceder a los servicios de internación y pensión con un descuento sobre la tarifa estipulada. El tercero – el más similar al de las mutuales – era el integrado por quienes pagaban la cuota normal y recibían a cambio las prestaciones asistenciales, excepto en los tratamientos complejos que requerían del pago de un suplemento. Por último, estaban aquellos españoles, argentinos o extranjeros de otras colectividades que no eran socios y pagaban por los servicios recibidos, de manera individual y sin establecer una relación continua con la SEB (FERNÁNDEZ-ACEBAL, 2016).

Algunos datos sobre el funcionamiento del Hospital Español nos van a permitir comprender mejor el funcionamiento del sistema. Entre 1878 y 1889 el nosocomio tuvo un promedio de 470 pacientes internados por año, todos ellos varones, de los cuales el 95% habían nacido en España. Se trataba por entonces de un establecimiento netamente volcado a las necesidades de la colectividad hispánica, en particular de los pobres e indigentes que no eran socios y, por lo tanto, no pagaban cuota. Medio siglo más tarde, entre 1933 y 1938, el promedio de internación anual prácticamente se había decuplicado: 4.500 pacientes, de los cuales 1.600 eran mujeres. De ese total, sólo el 64% había nacido en España, mientras que el 24% eran argentinos nativos y el restante 12% perteneciente a otras colectividades. Si bien el Hospital continuaba prestando servicios gratuitos a los españoles pobres – alojándolos en las llamadas “camas de caridad” –, una parte importante de los internados ya no lo eran, sino que se trataba de afiliados cotizantes o bien de pacientes particulares que pagaban por los servicios recibidos.

Sin embargo, el cambio más significativo no se hallaba en las internaciones, sino en el resto de las consultas y curaciones. Para el segundo período señalado, el Hospital atendía un promedio anual de 52.000 de aquellas, a través de sus consultorios externos o de las visitas médicas a domicilio, es decir sin necesidad de internación. Nuevas especialidades se hallaban ahora disponibles, como las de obstetricia, fisioterapia, neuro-psiquiatría, odontología, dermatología y otorrinolaringología. La cirugía de mujeres duplicaba en cantidad a la de hombres, mientras que, en la atención clínica, también el sexo femenino era preponderante, si bien en proporciones menos contun-

dentes. El establecimiento basado en el pago de los servicios, sea a través de las cuotas sociales o de las facturas por la atención médica, iba reemplazando con claridad al viejo hospital de beneficencia, al mismo tiempo que disminuía el porcentaje de españoles nativos entre los pacientes. Si bien durante los primeros años de la posguerra (1946-1950), la inmigración peninsular volvería a crecer con fuerza, la tendencia señalada no se alteró, en parte porque ya no existían las condiciones de siete décadas antes, el momento de la fundación, y en parte porque los hospitales asociados a los sindicatos van a ir ganando espacio con la llegada del peronismo al gobierno nacional.

El caso francés presenta otras particularidades, ya visibles desde sus orígenes. En 1832 el cónsul Mendeville y algunas decenas de residentes fundaron la *Société Philantropique Française du Río de la Plata*, que en la década de 1880 llegó a contar con más de cuatro mil afiliados. El éxito de la iniciativa y las contribuciones de la élite económica permitieron crear en 1845 el *Hôpital Français*, trasladado en 1887 a un nuevo edificio, fruto de la donación de un exitoso empresario alsaciano de la Argentina. La *Société Philantropique* sostenía además un asilo de ancianos, un asilo nocturno, un seguro de ayuda familiar y aportaba a la *Caisse de Rapatriement*, todo ello financiado principalmente mediante colectas y rifas anuales. Pero en 1867 se fundó una nueva entidad, la *Société Française de Bienfaisance*, que patrocinó un orfelinato de niñas. Estas sociedades alcanzaron, en términos relativos, una mayor importancia en la colectividad francesa de lo que lograron sus homólogas italiana y española, lo que Otero ha explicado por la gran significación de la élite económica y empresarial francesa en la Argentina, motivo que también estaría detrás del desarrollo mucho más rápido que alcanzó la beneficencia dentro de esta comunidad si se lo compara con el del mutualismo (OTERO, 2012, p. 236-238; OTERO, 2010).

La colectividad alemana nos brinda un ejemplo similar. El hospital que surgió de su seno combinaba funciones mutualistas y benéficas. Por un lado, brindaba asistencia médica, odontológica y farmacéutica a sus propios afiliados y cobraba por las prestaciones otorgadas a los pacientes de otro origen. Por el otro, realizaba una labor de atención gratuita a los integrantes de la comunidad germánica de la Argentina que no estaban en condiciones de pagar una cuota mensual ni de financiar sus tratamientos y consultas. Ello formaba parte de unas responsabilidades que la élite económica de la colectividad se autoasignaba, en cuanto a la protección y cuidado de los más débiles, incluyendo en particular a las mujeres trabajadoras. Se financiaba con las contribuciones periódicas y extraordinarias, los legados y donaciones

que los más acaudalados alemanes de la Argentina realizaban con un criterio paternalista y caritativo, así como mediante los festivales, espectáculos y juegos de azar que se llevaban a cabo, con un rol protagónico de las mujeres de la colectividad. Para 1918 eran más de siete mil las personas tratadas en el Hospital de manera gratuita (BRYCE, 2018, p. 77-93).

Otras colectividades extranjeras, como la británica, la irlandesa, la israelita y la sirio-libanesa, también edificaron sus propios hospitales durante el siglo XIX o en las primeras décadas del XX. La incorporación de profesionales y practicantes de distintas especialidades médicas y farmacéuticas, en gran parte vinculados a las cátedras de la Universidad de Buenos Aires, y de un cuerpo de enfermería que en términos relativos contaba con buena calificación, contribuyó a la nombradía de los hospitales comunitarios, situándolos a la vanguardia del sistema sanitario. Lo propio puede decirse del flujo exclusivo de fondos que aportaban los integrantes prósperos de tales colectividades, que permitió solventar servicios de alto costo y baja recuperación. En algunos casos, como el británico, a tales fondos se agregaban los que ocasionalmente eran aportados por las instituciones filantrópicas o por el propio Estado del país de origen, aunque ellos nunca llegaron a conformar un rubro decisivo. La reputación y eficacia del sistema hicieron que luego estuviera en condiciones de atraer a la población nativa en condiciones de pagar las cuotas requeridas, asegurando su supervivencia más allá de las vicisitudes de la corriente inmigratoria. Incluso algunas colectividades pequeñas y de tardío arribo a la Argentina, que no llegaron a construir sus propios nosocomios, como la polaca, contaron con mecanismos de asistencia benéfica dirigidos a los más pobres y desocupados, especialmente en tiempos de crisis económica (PORADA, 2016).

Los posibles diálogos con otras tradiciones historiográficas

En 1992, refiriéndose al caso de los inmigrantes españoles, Blanca Sánchez Alonso planteaba, con buen fundamento, que resultaba sorprendente que el aspecto propiamente médico-asistencial del mutualismo había sido escasamente tratado, pese a la proliferación de estudios de caso que se había producido en los años recientes y a la amplia coincidencia entre los autores de los mismos en que la principal razón de la afiliación a ese tipo de instituciones debía buscarse en la necesidad de obtener tales servicios. Mencionaba entre los puntos de vacancia la evaluación de la eficacia de las

asociaciones en el cumplimiento de sus funciones, el análisis de la reducción de costes de tratamiento médico y farmacéutico o la consideración de las diferencias de cuotas que podían percibir entre distintos tipos de asociados (SÁNCHEZ ALONSO, 1992, p. 34-35). Se trataba de un diagnóstico certero, válido al menos en parte incluso tres décadas más tarde, pero que debería insertarse en un cuadro más amplio, cual es el del escaso diálogo mantenido con otras tradiciones historiográficas con las cuales se comparten áreas de estudio, como las que se ocupan de la historia de la medicina, de la salud pública o de las enfermedades.

En el caso de los historiadores de la medicina, si bien esta deficiencia ha comenzado a subsanarse en tiempos recientes, los puntos de contacto no son aún tan estrechos como cabría esperar en un país como la Argentina, en el que la inmigración transatlántica tuvo una importancia primordial, tanto por lo que se refiere al sistema hospitalario y más en general sanitario como al de la población objeto de atención y tratamiento. Según ha señalado Armus, la renovación de este campo de conocimientos ha hecho posible una confluencia entre nueva historia de la medicina, historia de la salud pública e historia sociocultural de la enfermedad, como muestra su propio estudio sobre la tuberculosis y las formas de enfrentarla durante la etapa en que Buenos Aires era una ciudad con una elevada proporción de población inmigrante (ARMUS, 2007). Di Liscia, por su parte, ha remarcado la importancia del estudio de la evolución del campo profesional de los médicos y auxiliares de la medicina, en el cual, según podríamos agregar, tanta significación alcanzó el conjunto de saberes portados por inmigrantes o adquiridos en la sociedad de destino, así como las instituciones de salud creadas por las colectividades extranjeras (DI LISCIA, 2014).

En cuanto a los estudios sobre el conjunto del sistema sanitario argentino, las pesquisas de Susana Belmartino permitieron arrojar nueva luz sobre su evolución, lo cual permite calibrar mejor la inserción de las modalidades asociadas con los inmigrantes dentro del mapa general. De sus abordajes se desprende que, durante la segunda mitad del siglo XIX y las primeras décadas del XX, la provisión de servicios de salud en Buenos Aires y otras grandes ciudades del país se expandió con marcada rapidez. La unidad asistencial básica estaba constituida por el hospital público, que heredó funciones propias de las instituciones de beneficencia, cofradías y hermandades religiosas, presentes desde la época colonial, como por ejemplo la atención sanitaria de la población más pobre. Pero a ello se agregaron nuevos cometidos, como la investigación científica y la enseñanza en sus escuelas de medicina.

Entre 1890 y 1910 las tasas de aumento de la internación, de atención en consultorios y a domicilio superaron a la del crecimiento de la población, pese a lo elevado de este último. El sistema atendía gratuitamente a los pobres de solemnidad, que debían acreditar mediante una tarjeta que no contaban con recurso alguno, mientras que el resto de pobres pagaba un importe mínimo por los servicios. En 1919, a iniciativa de los concejales socialistas de la ciudad, se suprimió la tarjeta de pobreza y toda la población pasó a tener el derecho a ser atendida de manera gratuita, lo cual se solventaba mediante los ingresos que el Estado obtenía por loterías, hipódromos y casinos. En cualquier caso, la existencia de la condición de pobre de solemnidad, con un estatus reconocido dentro del sistema, proporciona un punto de comparación interesante – probablemente un antecedente insoslayable – con los sistemas similares empleados por los hospitales de colectividades.

Precisamente, estos hospitales y las asociaciones de socorros mutuos constituían, a criterio de Belmartino, dos de los componentes principales del sistema privado de salud en su conjunto, y no sólo de la esfera étnica, siendo el tercero las empresas médicas o sociedades particulares, también conocidas como “pseudo-mutuales”. Por lo que se refiere a estas últimas, se trataba de entidades que combinaban el financiamiento y la provisión de los servicios, situación que también era propia de los hospitales de colectividades pero no de las asociaciones de socorros mutuos propiamente dichas, dado que a menudo, como se ha señalado, éstas obtenían sus fondos de las cuotas pagadas por los afiliados pero brindaban una parte de las prestaciones asistenciales a través de convenios con los hospitales de colectividades o bien con consultorios y farmacias pertenecientes a particulares (BELMARTINO, 2005).

Por otro lado, una historia general de la medicina tan minuciosa como la escrita por Federico Pégola ha permitido conocer en detalle todas las variantes del sistema sanitario de la Argentina, aunque su enfoque no vaya más allá de lo descriptivo. Dentro de la misma, un capítulo particular está dedicado a los hospitales de colectividades, junto con otros sobre los nosocomios nacionales y municipales en Buenos Aires y el interior, sobre los de enfermos contagiosos y de mujeres, sobre los del interior del país y sobre los que forman parte del sistema universitario. El desarrollo de la modalidad de colectividades aparece como una secuencia que se aproxima a la de la instalación de los distintos grupos nacionales en el país. Así, el rol pionero estuvo a cargo de ingleses, franceses y alemanes, en consonancia con la im-

portancia alcanzada por las élites de dichas comunidades ya hacia mediados del siglo XIX.

Por otro lado, los orígenes de sus hospitales se hallan relacionados con la vinculación entre filantropía y beneficencia propia de la época. A continuación, el impulso principal estaría a cargo de italianos y españoles, que inauguraron sus grandes establecimientos de salud en la década de 1870, y finalmente también se unieron a este universo los hospitales de israelitas y sirio-libaneses, colectividades que alcanzaron su masa crítica fines del siglo XIX o comienzos del XX (PÉRGOLA, 2014, p. 267-286). Como se puede advertir, si bien las nociones referidas a las prestaciones de salud en los ámbitos de las colectividades no son novedosas en este libro, tiene también la virtud de colocarlas en el conjunto del sistema, siquiera de manera fáctica, lo cual constituye un puente historiográfico no desdeñable para los historiadores de la inmigración.

Nuevas perspectivas y posibles desarrollos ulteriores

Apelando precisamente al ámbito de los estudios migratorios, un artículo de la historiadora Pilar González Bernaldo de Quirós (2013) llamó la atención acerca de la necesidad de ampliar los conocimientos existentes sobre el desarrollo de prácticas de previsión solidaria en Argentina. Proponía como ángulo de observación el “momento mutualista”, en una fase de transición desde el Estado liberal al Estado social de derecho. La autora sostenía que el mutualismo había servido como instrumento de observación de otros problemas de la historia de la inmigración, particularmente el de la integración, pero que no se había insistido lo suficiente sobre la naturaleza y características de las prácticas en sí. En particular, sobre la paulatina construcción de un sistema de seguro médico en el que las asociaciones de ayuda mutua creadas por los inmigrantes habrían desempeñado un rol central. Además, mostraba la necesidad de avanzar en el análisis de la sustentabilidad del sistema, proponiendo algunos ejemplos generales de cómo se basaba en un equilibrio precario entre la demanda de prestaciones y las posibilidades de financiarlas con los recursos corrientes y extraordinarios a los que podían aspirar las asociaciones.

En un abordaje mucho más reciente, María Liliana Da Orden (2020) ha puesto en diálogo, de manera ya más directa, a las dos vertientes de las que venimos hablando: la historiografía de las migraciones europeas a la Argen-

tina con las investigaciones de la historia de la salud, a través del análisis del caso del Centro Gallego de Buenos Aires, la mutual étnica que alcanzó mayor cantidad de socios en el país desde la década de 1930-1939 en adelante. Utilizando fuentes cuantitativas y cualitativas de archivos públicos y privados, abordó las características de los servicios sanitarios brindados por la institución, la acción de sus dirigentes en la gestión del área, así como la composición de los socios y sus demandas de salud. Sus resultados llevan a reconsiderar el papel del mutualismo en la época de expansión del sistema público de salud, lo mismo que el rol desempeñado por la etnicidad en los sectores medios y populares urbanos todavía signados por el origen migratorio, mucho después de la oleada de masas.

El trabajo de Da Orden ingresó así de lleno en la reconstrucción del elenco de profesionales de la más grande mutual étnica, del tipo de especialidades ofrecidas en su nosocomio, de la evolución comparada de sus prestaciones y servicios con las de los hospitales de colectividades en su conjunto o con la de los pertenecientes al sistema público, en la toma de decisiones vinculadas con las funciones sanitarias propiamente dichas, en el aspecto empresarial de la organización o en el tipo de recursos humanos que, por consiguiente, debía reunir para seguir cumpliendo sus ambiciosos cometidos. Un abanico de cuestiones que van bastante más allá de los enfoques más habituales con que ha sido abordada una entidad de semejante importancia, que tenían que ver más bien con sus conflictos políticos internos, con sus iniciativas en el campo cultural o con la relación entre la labor de aquella y la consolidación de una identidad gallega en la ciudad y el país receptores. La autora también destacó, con nueva evidencia, la gran significación que todavía tenía el Centro a mediados del siglo XX dentro del sistema sanitario de conjunto, en cuanto a presupuestos, inversiones y calidad y diversificación de la atención médica.

Otro aspecto en el cual apenas ha comenzado a avanzarse es en el estudio de asociaciones de ayuda mutua que no tenían una matriz étnica, sino cosmopolita, es decir aquellas que admitían, desde el comienzo, a afiliados nativos de la Argentina o pertenecientes a cualquier colectividad extranjera, sin distinción. Dado que, en principio, estas entidades no deberían gastar recursos en eventos o actividades destinados a exaltar la idealidad patriótica, y probablemente ni siquiera desempeñaran unas funciones de índole cultural, lúdica o recreativa, es lógico suponer que los porcentajes de su presupuesto que iban destinados de manera específica a los socorros habrían de ser más cuantiosos.

Por otro lado, en la medida en que tuvieran una matriz más proletaria que las asociaciones étnicas, las proporciones de sus recursos ordinarios (cuotas sociales) en el conjunto de sus ingresos debieron asimismo alcanzar una mayor escala, ante la ausencia o escasez de los aportes proveniente de rubros como donaciones, legados o préstamos. Sin embargo, se trata hasta el momento de conjeturas que sólo tienen comprobación en algunos materiales estadísticos agregados, como por ejemplo los censos que registraban a las asociaciones, faltándonos evidencias más firmes procedentes de la documentación inédita de las propias asociaciones cosmopolitas, en los pocos casos en que se avanzó sobre ellas (GANZA, 2020; FERNÁNDEZ, 2020).

Como se observa, en los últimos años se han dado valiosos pasos adelante en materias cuyo escaso tratamiento previo justificaban las observaciones críticas de Sánchez Alonso. Los vínculos con la historia de la salud y de la enfermedad, de los sistemas sanitarios en sentido amplio, son ahora bastante más prometedores que tiempo atrás, y auguran resultados que se irán añadiendo, probablemente para confirmar la gran significación que en la Argentina alcanzaron las distintas modalidades de prestaciones asistenciales basadas en el asociacionismo voluntario de los inmigrantes. Luego de haber demostrado lo mucho que estas asociaciones tenían para iluminarnos respecto del problema de la integración en la sociedad, es posible que también contribuyan, de manera central, a la renovación de los estudios sobre sanitarismo, incluso de los que se ocupan del período en el que el Estado y los sindicatos de trabajadores fueron asumiendo roles mucho más centrales en cuanto a la gestión.

Bibliografía

- ARMUS, Diego, 2007 – *La ciudad impura. Salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870-1950*. Buenos Aires: Edhasa.
- BAILY, Samuel, 1982 – Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires, 1858-1918. *Desarrollo Económico*, 21 (84), enero-marzo, p. 485-514.
- BELMARTINO, Susana, 2005 – *La atención médica en Argentina en el siglo XX. Instituciones y procesos*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- BRYCE, Benjamin, 2018 – *Ser de Buenos Aires. Alemanes, argentinos y el surgimiento de una sociedad plural, 1880-1930*. Buenos Aires: Biblos.
- DA ORDEN, María Liliana, 2005 – *Inmigración española, familia y movilidad social en la Argentina moderna. Una mirada desde Mar del Plata (1890-1930)*. Buenos Aires: Biblos.

- DA ORDEN, María Liliana, 2020 – Salud, inmigración y ayuda mutua en Argentina: el Centro Gallego de Buenos Aires entre la crisis y la emergencia de un nuevo sistema sanitario (1930-1950). *Revista de Indias*, LXXX, 280, p. 847-880.
- DEVOTO, Fernando, 1985 – “Participación y conflictos en las sociedades italianas de socorros mutuos”, en Fernando Devoto; Gianfausto Rosoli (comps.), *La inmigración italiana en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, p. 141-164.
- DEVOTO, Fernando, 2003 – *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana.
- DEVOTO, Fernando, 2006 – *Historia de los italianos en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos.
- DEVOTO, Fernando; FERNÁNDEZ, Alejandro, 1990 – “Mutualismo étnico, liderazgo y participación política. Algunas hipótesis de trabajo”, en Diego Armus (comp.), *Mundo urbano y cultura popular. Estudios de Historia Social Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, p. 129-152.
- DEVOTO, Fernando; OTERO, Hernán, 2003 – Veinte años después. Una lectura sobre el crisol de razas, el pluralismo cultural y la historia nacional en la historiografía argentina. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 17 (50), p. 181-228.
- DI LISCIA, María Silvia, 2014 – “Renovación de la historia sobre instituciones, profesionales y salud”, en Carolina Biernat; Karina Ramacciotti (comps.), *Historia de la salud y la enfermedad bajo la lupa de las ciencias sociales*. Buenos Aires: Biblos, p. 117-129.
- FERNÁNDEZ, Alejandro, 1987 – El mutualismo español en Buenos Aires, 1890-1920. Un estudio de caso. *Cuadernos de historia regional*, III, 7, p. 36-71.
- FERNÁNDEZ, Alejandro, 2001 – “Los gallegos dentro de la colectividad y las asociaciones españolas de Buenos Aires en el primer tercio del siglo XX”, en Xosé Manuel Núñez Seixas (ed.), *La Galicia austral*. Buenos Aires: Biblos, p. 139-160.
- FERNÁNDEZ, Alejandro, 2020 – “Inmigración y mutualismo en el largo plazo: el Montepío de Montserrat y las asociaciones catalanas de Buenos Aires (1857-2007)”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez; Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo español de una emigración diferenciada*. Madrid: Polifemo, p. 241-262.
- FERNÁNDEZ, Alejandro; ACEBAL, Guillermo, 2016 – “El Hospital Español de Buenos Aires y las políticas de protección del emigrante en la segunda mitad del siglo XX”, en Elda González Martínez (comp.), *Políticas y prácticas de protección a los emigrantes*. Madrid: Polifemo, p. 11-40.
- GANZA, Denise, 2020 – “Los inmigrantes españoles y el asociacionismo local bonaerense en la primera mitad del siglo XX. El caso de la Sociedad Cosmopolita de Socorros Mutuos de Valentín Alsina”, en Nadia De Cristóforis (dir.), *Los españoles en Buenos Aires. Activismo político e inserción sociocultural (1870-1960)*. Buenos Aires: Teseo, p. 48-74.
- GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar, 2013 – El “momento mutualista” en la formulación de un sistema de protección social en Argentina: socorro mutuo y prevención subsidiada a comienzos del siglo XX. *Revista de Indias*, LXXIII (257), p. 157-192.
- HOSPITAL ITALIANO DE BUENOS AIRES, 2003 – *Cientocincuenta años de vida*. Buenos Aires: Sociedad Italiana de Beneficencia.
- HOURCADE, Eduardo, 1999 – “La pampa gringa, invención de una sociabilidad europea en el desierto”, en Fernando Devoto; Marta Madero (dirs.), *Historia de*

- la vida privada en la Argentina*, Vol. 2: *La Argentina plural, 1870-1930*. Buenos Aires: Taurus, p. 163-187.
- MARQUIEGUI, Dedier, 1994 – Migración en cadena, redes sociales y movilidad. Reflexiones a partir de los casos de los sorianos y albaneses de Luján (Buenos Aires, Argentina), 1889-1920. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 5, 1, p. 115-136.
- MOYA, José Carlos, 2004 – *Primos y extranjeros. La inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930*. Buenos Aires: Emecé.
- MOYA, José Carlos, 2006 – A Continent of Immigrants: Postcolonial Shifts in the Western Hemisphere. *Hispanic American Historical Review*, 86, 1, p. 1-28.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel, 2006 – “Modelos de liderazgo en comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los españoles de América (1870-1940)”, en Alicia Bernasconi; Carina Frid (eds.), *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Biblos, p. 17-41.
- OTERO, Hernán, 2010 – El asociacionismo francés en la Argentina. Una perspectiva secular. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 21, 2, p. 123-152.
- OTERO, Hernán, 2012 – *Historia de los franceses en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos.
- PÉRGOLA, Federico, 2014 – *Historia de la medicina argentina. Desde la época de la dominación hispánica hasta la actualidad*. Buenos Aires: Eudeba.
- PIANETTO, Ofelia; GALLIARI, Mabel, 1989 – La inserción social de los inmigrantes italianos en la ciudad de Córdoba, 1870-1914. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 4, 13, p. 583-608.
- PORADA, Katarzyna, 2016 – “Las asociaciones étnicas de origen polaco en Buenos Aires: continuidades, rupturas y recuperaciones”, en Nadia De Cristóforis; Susana Novick (eds.), *Jornadas Un siglo de migraciones en la Argentina contemporánea, 1914-2014*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, p. 463-479.
- ROMERO, Luis Alberto, 1985 – “Sectores populares, participación y democracia: el caso de Buenos Aires”, en Alain Rouquié; Jorge Schvarzer (eds.), *¿Cómo renacen las democracias?*. Buenos Aires: Emecé, p. 175-193.
- SÁNCHEZ ALONSO, Blanca, 1994 – *La inmigración española en Argentina. Siglos XIX y XX*. Gijón: Júcar-Fundación Archivo de Indianos.

Beneficência Portuguesa – Assistencialismo, empreendedorismo e solidariedade imigrante na cidade de São Paulo

*Yvone Dias Avelino*²⁴²

O presente trabalho pretende desenvolver a partir dos processos imigratórios da comunidade portuguesa para São Paulo a criação de instituições de prestação de assistências e socorros à parcela carente desses agentes e outros necessitados, tratando a rigor dos primeiros anos da criação da Beneficência Portuguesa, fundada por esses imigrantes. Para tanto, é necessário que entendamos os processos transitórios e as condições históricas que envolveram a vinda desses agentes sociais para o Brasil, especificamente à cidade de São Paulo.

Até meados de 1870, o Brasil era um país predominantemente agrário. Embora algumas cidades existissem como tal, e em algumas delas o processo de industrialização já estivesse em desenvolvimento, como no Estado de São Paulo, a paisagem rural era o cenário mais comum. A riqueza brasileira provinha, até então, da agricultura e da exportação desses produtos. Nas décadas finais do século XIX, ocorreram grandes transformações econômicas e sociais que propiciaram as condições necessárias para a industrialização e para um desenvolvimento acelerado da urbe. Pequenos núcleos e cidades se expandiram, e novos centros se formaram, onde as chaminés de fábricas e conjuntos industriais os povoaram, modificando-lhes a feição pacata e imprimindo-lhes outros ritmos de atividades. Novas formas de viver surgiram ao lado da antiga do mundo agrário, onde a grande riqueza nacional havia sido o café (MARTINS, 2008).

No oeste do Estado de São Paulo, a economia cafeeira se organizou em novas bases; ali a mão de obra empregada nas lavouras era imigrante e livre, em substituição à mão de obra escrava, adotada tradicionalmente até então. A economia cafeeira passou a ter um caráter capitalista, com o trabalho livre, a mecanização parcial da produção moderna, a rede de transportes viária e marítima, financiamento mais eficiente da lavoura, do comércio e da expor-

²⁴² PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

tação desse produto. Muitos cafeicultores passaram a investir seus lucros em atividades urbano-industriais, diversificando seus interesses. Os lucros altos obtidos com o café permitiram que eles passassem a aplicar capitais não só na agricultura, mas também no comércio, na indústria e nas finanças.

Em meados do século XIX, São Paulo especificamente ainda era bem provinciana. Não havia hotéis nesta pacata cidade. Dois restaurantes forneciam refeições avulsas, cujos nomes eram de seus proprietários: O *Charles* e o *Fontaine*. Em torno de 1857, funcionavam pequenas estalagens, onde se comia e se dormia, como a *Recreio Paulistano*, *Universal*, *Comércio*, *Paulistano* e a *Providência*. Uns tempos mais adiante, vieram alguns hotéis, uns poucos, mas à moda de Paris, como nos demonstrou Siwla Helena Silva (2007). Havia ainda pensões familiares e repúblicas de estudantes esparsas nas proximidades da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (FERREIRA, 1959).

A iluminação pública era a óleo de mamona. Altos lampiões piscavam e iluminavam algumas ruas do centro da cidade até às 21h00. A partir desse horário, quem necessitasse ou precisasse andar pela cidade, usava lampiões. O querosene veio substituir o óleo de mamona, pois clareava mais. Mas nas noites enluaradas, esses lampiões sequer eram acesos (BRUNO, 1984). Pelas ruas passavam carros de boi bastante carregados de lenha e frutas. Vagarosos, vendiam-nas ‘às carradas e às mocutas’²⁴³. Pipas sobre duas rodas, puxadas por burros e cavalos, levavam água às residências, onde havia falta do precioso líquido. Eram os célebres *aguadeiros* (SANT’ANNA, 2007).

A imperial cidade de Anchieta e Nóbrega contava com uma comunidade luso/brasileira identificada pelo esforço, pelo trabalho e pelo sacrifício comum, onde nessa sociedade paulistana a vida transcorria pacata e despreocupada. O comércio era exercido na sua maioria por personagens de nacionalidade portuguesa. Predominava na comunidade um traço fundamental e característico – o espírito universal do luso-cristianismo (FERREIRA, 1959).

Já nas primeiras décadas da República, empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes e dimensões podiam ser vistos nas cidades em crescimento, como grandes fábricas, fabriquetas, oficinas pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transportes e de serviços vários. Em meados de 1920, o “mundo do trabalho”

²⁴³ Esta expressão significa que a venda de tais produtos era feita em pequenas e grandes escalas. Para tanto, cf. LOFEGO, 2001.

era imenso no Estado de São Paulo. A indústria têxtil apresentava-se como “*a mais poderosa de todas as indústrias paulistas*”²⁴⁴.

Estimava-se que o número de cidadãos de várias nacionalidades vivendo como operários era grande para a época, e o número de fábricas e estabelecimentos industriais que os acolhiam era imenso:

Em 1928, o Estado de São Paulo destacava-se como a unidade federativa mais industrializada do país. Segundo dados do Recenseamento Geral de 1920, São Paulo possuía em tal ano mais de 30% do número de estabelecimentos industriais e concentrava 27% do capital investido, 29% dos operários e 31,5% de todo o valor produzido no setor fabril doméstico (LOUREIRO, 2006, p. 32).

Do total de trabalhadores, mais de 55.000 eram autônomos: pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitistas, *chauffeurs*, carroceiros, padeiros, saqueiros, condutores de tração animal e jornaleiros em geral. O trabalho urbano era bastante heterogêneo, tendo operários industriais e urbanos, trabalhadores assalariados ou independentes, operários de grandes e pequenas indústrias, de oficinas de tamanho médio ou de “fundo de quintal”. Nota-se, portanto, que as relações de trabalho na Capital do Estado de São Paulo eram bastante complexas a essa época.

Representantes da burguesia agrária nacional, especialmente ricos fazendeiros de café, diversificaram a aplicação de seus capitais investindo na indústria, e imigrantes que chegaram ao Brasil já com capitais e que se devotaram inicialmente aos negócios de importação, devido às facilidades de suas condições de estrangeiros (cultura europeia e domínio de línguas), logo se tornaram concorrentes, passando a aplicar também na indústria, fabricando produtos que antes eram importados. Muitos nomes de imigrantes influentes que se tornaram grandes empresários nos inícios da industrialização na cidade de São Paulo são bastante conhecidos, como Matarazzo, Crespi, Klabin, Jaffet, entre outros.

A influência da imigração portuguesa no crescimento populacional na cidade de São Paulo nesse período foi reforçada pela política imigrantista de substituição do trabalho escravo negro na produção cafeeira pelo trabalho assalariado do imigrante. Essa intensa imigração subvencionada pelo governo da época e pela aristocracia cafeeira, em uma quantidade muito superior

²⁴⁴ “A Indústria Paulista”, in *Correio Paulistano*, 09.05.1930, p. 2.

à disponibilidade de emprego nas fazendas de café, favoreceu a fixação de um grande contingente de imigrantes na capital paulista, principalmente portugueses, na medida que eram requisitados para trabalhar nas fábricas neste período e na construção civil paulistana.

Com o surgimento da República, as indústrias se reúnem e fundam Centros e Associações, que vão zelar por suas conveniências: Centro Industrial do Brasil, Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP – 1928), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP – 1931) são alguns exemplos. Esses pioneiros mostraram extrema dureza no estabelecimento das normas e da disciplina do trabalho dentro de suas fábricas, e muita intransigência diante das reivindicações operárias.

A repressão foi a tônica nas relações do empresariado industrial com o operariado fabril, nos primeiros tempos da industrialização, tanto dentro quanto fora das fábricas (DECCA, 1991). Alguns industriais, tendo em mente uma maior produtividade e um melhor comportamento do operariado, buscaram implantar alguns supostos benefícios para o trabalhador, estabelecendo medidas repressivas no interior do espaço da fábrica e fora delas. Um dos mais famosos industriais a adotar tais práticas foi Jorge Street que, junto à sua fábrica de tecidos no Belenzinho, constituiu uma grande vila operária, com escola, creche, igreja, clube recreativo e esportivo. Era a Vila Maria Zélia, bastante conhecida em São Paulo e no país de modo geral (TEIXEIRA, 1990).

Até 1860, as associações de auxílio não eram controladas pelo poder público. Consideradas de âmbito privado, organizavam seus próprios Estatutos. Datam desta época a Real e Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa, foco iluminador da presente pesquisa, e a Sociedade Artística Beneficente, fundadas em 1859, ambas com sede na cidade de São Paulo. A primeira lei sobre as associações mutualistas foi criada em agosto de 1860. Estabelecia que as novas entidades a serem fundadas dependiam do parecer do Imperador no Rio de Janeiro e dos presidentes nas províncias. O poder público exigia das associações a elaboração de Estatutos, finalidades, valor da contribuição mensal, serviços prestados aos contribuintes, a forma de escolha dos dirigentes e os números e critérios de admissão dos sócios. Após a análise, a associação era aprovada ou não pelo poder público. Com a aprovação dos estatutos, a sociedade passava a ter personalidade jurídica, adqui-

rindo alguns benefícios, como a isenção do imposto do selo. A partir desta data, o controle do Estado efetivava-se sobre o mutualismo, tendo o governo inclusive o direito de indicar o presidente da sociedade (PASCAL, 2004).

Figura n.º 1
Rua Direita (1892)



Fonte: Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo

Em fins do século XIX, o fluxo intenso de imigrantes, em proporções bem maiores às possibilidades de emprego no campo favoreceu o crescimento da população na cidade de São Paulo. Muitos imigrantes após passarem pelo campo, migraram para a cidade e se ocuparam em funções diferenciadas no espaço urbano como trabalho na indústria, no comércio, entre outros, além daqueles que já haviam permanecido na cidade. O censo populacional do ano de 1872 registra que havia na cidade de São Paulo 31.385 pessoas. No censo de 1890 a população elevou-se para 64.934 habitantes. E no ano de 1900 elevou-se para 239.820. Já em 1920, atingiu a cifra de 579.033 habitantes (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – RESENCEAMENTO DO BRASIL 1920. 1926).

Esses períodos até o pós-segunda Guerra Mundial, são anos inspiradores para analisarmos as questões mais diversificadas que envolvem a cidade de São Paulo como: Modernidade/Modernização, Trabalho/Imigração, Comércio/Industrialização, Saúde/Doença, Doença/Morte. É nesse cenário de mudanças expressivas que as atividades variadas se encontram, sobretudo as que vamos avaliar, e onde essas questões vão se tornando visíveis, pois foram nelas que se desenvolveram as tramas das relações entre as necessidades do imigrante.

O Brasil e Portugal foram marcados de forma indelével pelo processo migratório. Foi um polo de atração à cidade de São Paulo, além de outras com a chegada de grandes levas de população e pela definição da construção de dilemas e reveses sociais, que deixaram traços de nostalgia na alma do imigrante. Estabeleceu-se de ambos os lados do Atlântico um fluxo e refluxo de pessoas que, nas suas temporalidades próprias, constituem uma matéria-prima riquíssima para o trabalho do pesquisador.

A partir do século XIX, esse movimento migratório português sofreu um incremento acentuado para o Brasil, o que podemos observar é que não é o governo português que fomenta esse movimento, mas sim o governo brasileiro, o que é demonstrado na própria legislação e na propaganda.

O desenvolvimento das cidades, a crescente necessidade da produção cafeeira, cujo mercado continuava a crescer significativamente e a necessidade de substituir a mão de obra escrava para a mão de obra livre e assalariada impelem o governo brasileiro à produção de um conjunto de leis que favorecem a entrada de imigrantes de diferentes partes do mundo, em particular da Europa, entre os quais se destacam os italianos, os alemães e, naturalmente, os portugueses. Estes últimos fugindo das dificuldades econômicas sociais e políticas em que mergulhara o país desde o início do século. Como é do conhecimento geral, na segunda metade do século XIX, Portugal sofreu transformações econômicas que alteraram significativamente as formas de produção, levando a que o mundo rural fosse afetado negativamente por elas. Este fenômeno, conjugado com o crescimento demográfico, vai contribuir para que a imigração sofra um forte recrudescimento e se dirija, em grande parte, ao Brasil (FERRARIA, AMORIM, 2008, p. 76).

De 1890 a 1920, os imigrantes estrangeiros, e seus filhos nascidos no Brasil foram a maioria da classe operária urbana em São Paulo, Santos, cidades do interior e Rio de Janeiro. O modo de vida desses imigrantes era

bastante semelhante ao das camadas mais pobres da população, o que facilitou nas cidades mais industrializadas uma união em torno de interesses e objetivos comuns. Diante do penoso cotidiano dentro e fora das fábricas, o operariado se mobilizou e resistiu de várias maneiras: produção boicotada, furto e sabotagem nas fábricas registrados pelos organismos patronais, indiferença e desobediência perante as normas, os preceitos e os valores instituídos pelos setores sociais dominantes.

Inúmeras greves eclodiram, como a dos portuários em Santos, em 1904; a dos ferroviários em São Paulo, em 1906; a greve pela jornada de trabalho de oito horas diárias, em São Paulo, em 1907, também em função das novas medidas parlamentares adotadas, visto que alguns desses políticos também eram os mesmos donos das indústrias.²⁴⁵ O movimento operário ressurgiu com maior força entre 1917 e 1920, sendo que em 1917, houve a maior e mais importante greve paulistana, com grande movimentação popular e grande alcance político (KHOURY, 1981).

Diante desta contextualização, voltemos àquela São Paulo pacata dos anos do Império. É neste ponto que trazemos à tona nosso foco de pesquisa. Ao se iniciar o ano de 1858, neste ambiente de serenidade até então, das carroças de boi pelas vilas, quando o silêncio noturno envolvia a cidade após as labutas do trabalho do dia, quando uma ideia germinou na cabeça do caixeiro Luís Semeão Ferreira Vianna, comerciante do estabelecimento de Manoel de Paiva Oliveira, cuja loja funcionava na Rua do Rosário, que depois passou a chamar-se Rua da Imperatriz, e que após a Proclamação da República recebeu o atual nome de 15 de Novembro. Este pensamento não o abandonou durante todo o dia e, à noite, deitado sobre o balcão, cuja tábua dura lhe servia de cama e colchão, parafusava sobre o assunto que, na sua alma jovem e inquieta, cada vez mais se fortalecia – fundar uma sociedade portuguesa de beneficência, onde seus associados tivessem um hospital próprio, onde fossem acolhidos e recolhidos nas suas doenças e necessidades.

²⁴⁵ Cf. Lei nº 1.641, de 07.01.1907, promulgada por Adolfo Gordo, que previa deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo, o comunismo, ou que lutassem por seus direitos.

Figura n.º 2
Rua Direita (1906)



Fonte: Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo

É sobre isso que vai conversar um pouco mais tarde com seu companheiro de balcão, também ainda adolescente, Joaquim Rodrigues Salazar. Ambos tomaram isso como uma tarefa, e trataram de levá-la adiante. Pobres, tímidos e desconhecidos, recearam falar com o patrão, e procuraram Miguel Gonçalves dos Reis, proprietário de uma charutaria ali perto, no Pátio do Colégio. Os três comungaram dos mesmos ideais e decidiram dar corpo e vida a esta ideia. Assim, Reis redigiu uma lista, datada de 16 de setembro de 1859, que ia conter os nomes das pessoas que passavam a ser sócias da instituída Sociedade Portuguesa Beneficente.

As grandes coisas nascem de pequeninos nada. A ideia se avolumou, tomou forma e estes simples caixeiros mais tarde tornaram-se respeitáveis nomes no mundo comercial da comunidade portuguesa e da cidade de São Paulo. Em menos de 15 dias, mais de 168 nomes compunham a lista, e com a categoria dos caixeiros, ou dos comerciários, como se diz hoje, figurando na

relação com 30 representantes. Dos comerciários assinantes, a maioria ficou desconhecida e ignorada, por terem se dispersado nos caminhos da vida. Entre eles apareceram vendedores de bilhetes, sapateiros, leiloeiros, seleiros, tamanqueiros, padeiros, artistas e apenas um industrial. 19 mulheres deram o tom da solidariedade feminina. A primeira reunião foi noticiada pelo jornal *Correio Paulistano* em 13 de outubro de 1859, e contou com a presença de 50 cidadãos portugueses:

Ontem (ante-ontem) reuniram-se alguns cidadãos portugueses em número de 50 para o fim de tratarem da criação nesta capital de uma sociedade beneficente. Presidiu a reunião o Sr. Aires Coelho da Silva Gameiro /.../ Aires Coelho era guarda livros da mesma casa de Luis Semeão²⁴⁶.

Presidiu a reunião o senhor Aires Coelho da Silva Gameiro, guarda-livros, profissão essa conhecida hoje como contador, e secretariou-o o senhor Casemiro Alves Ferreira, sendo na ocasião composta uma comissão que se encarregou dos Estatutos. Foi eleito o primeiro presidente dessa sociedade o condutor dos trabalhos, Gameiro, que se manteve no cargo durante os três primeiros anos da fundação. Acabou enriquecendo em função de seu trabalho, e tornando-se uma pessoa abastada e de prestígio entre as comunidades portuguesa e brasileira. Essa benemérita e grande instituição nasceu na inteligência humilde e simples daquele moço de 19 anos, Luís Semeão, talvez o “Vassoura” da Casa Paiva²⁴⁷.

Entendemos por associativismo a formação e funcionamento do que em Sociologia é normalmente denominado “associação voluntária”, ou seja, o grupo formado por pessoas que se associam com base em um interesse comum, e cuja participação não é obrigatória nem determinada por nascimento, e que existe independentemente do Estado. Além disso, trata-se de “uma entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados (FONSECA, 2008, p. 358).

Esta associação cresceu com o fermento adicionado ao empreendimento posterior de muitos portugueses ilustres. Foi instalada a sociedade,

²⁴⁶ *Correio Paulistano*, 04.10.1859.

²⁴⁷ Comércio existente até os dias atuais, localizado à Rua 15 de Novembro, próximo à Rua 25 de Março.

muitos foram seus sócios fundadores, redigidos os Estatutos e realizada a eleição para a formação do Conselho, do Presidente e seu Vice, Tesoureiro e seu Vice. Aprovados os Estatutos, noticiado pelo jornal Correio Paulistano, estava criada a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, que logo começou a prestar assistência social – caso de um escravo que foi atendido após sofrer açoites de seu dono. Muitos se comoveram com esse procedimento, e se agregaram, oferecendo préstimos como profissionais ou com doações.

Enfrentou esta sociedade grandes crises, como em 1860, a maior de todas, que culminou com a reformulação de seus Estatutos, e em 1861, quando o governo da Província de São Paulo nomeou um interventor que, por dois meses, dirigiu a Beneficência. Os sócios revoltaram-se, chegando a propor em assembleia a dissolução da associação. A Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência se manteve, mas perdeu alguns de seus parceiros. Profissionais da área de saúde se ofereceram para prestar atendimento à população, doações chegaram e a Beneficência se manteve em pé. Todas essas crises foram superadas, mantendo-se a prestação de auxílio aos sócios e aos necessitados.

Já em 1864, discutiu-se a fundação de uma “Casa de Enfermos”, que mais tarde se tornaria um hospital. No ano seguinte, o Prior de São Bento ofertou um terreno à sociedade, que não foi aceito, pois não servia ao fim desejado. Depois de diversas ofertas de materiais, serviços e dinheiro, em Seção de 12 de dezembro de 1865, a Diretoria e o Conselho examinaram um terreno na hoje Avenida São João nº 19, que pertencia a Félix de Abreu Pereira Coutinho. Aprovadas as condições, foi efetuada a compra do espaço, intensificando-se as buscas por recursos para a construção do hospital. Até que a construção se efetivasse, o terreno foi alugado por 25\$000, dinheiro da época, em benefício do patrimônio da sociedade. Esta continuou a prosperar, e foi proposta a construção do hospital na Rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias, em um terreno próprio. Foi lançada a pedra fundamental e, em 23 de Maio de 1873 inaugurou-se o hospital, após 17 anos da ideia inicial daqueles dois jovens. Os donativos aumentaram o patrimônio da sociedade, e estava concretizado o ideal dos sonhadores de 1859. O Hospital São Joaquim chegou a ser visitado pelo Imperador, em 1886.

Figura n.º 3
Hospital São Joaquim



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

No 39.º aniversário da sociedade foi proposta uma homenagem ao seu idealizador, considerado morto. Mas Semeão, ainda estando vivo, pediu para que a notícia fosse corrigida, e recebeu nessa notificação o Diploma de Sócio Benemérito, além de um retrato pintado a óleo, que seria exposto na Associação, o que nunca ocorreu.

Em 31 de Julho de 1900, a sociedade recebeu um telegrama da cidade de Itatiba, comunicando, desta vez, a verdadeira morte de seu idealizador. No ano seguinte, a Real e Benemérita Sociedade homenageia Sua Majestade Fidelíssima. A ideia de homenagens é constante, como a que acontece a Eduardo Prado que, ao morrer, é lembrado como amigo de Eça de Queirós. As datas nacionais também eram motivos de festividades e homenagens. A morte de seus presidentes também, assim como o evento de inauguração do retrato de Dom Carlos de Portugal na sede da sociedade.

Figura n.º 4
Luís Semeão Ferreira Vianna

Os Idealizadores



Fonte: Wikimedia Commons

Em 1913, amadurece a ideia de um novo edifício hospitalar, com doações para essa construção vindas principalmente do Visconde de Nova Granada e do Conde de São Joaquim. Em 1936, recebe a sociedade um terreno para um novo hospital, na Rua Maestro Cardin nº 110 a 119, hoje Rua da Beneficência Portuguesa.

Na realidade, segundo a documentação burilada, nos relata o interesse da Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência para comprar um terreno para a edificação de um novo prédio hospitalar. Vários terrenos foram pesquisados, até que, por fim, se decidiu pela Rua Maestro Cardin, sendo as obras iniciadas em 1945.

A razão da escolha é a sua localização no bairro do Paraíso, pois ficava situado próximo ao espigão da Avenida Paulista e já no início do século XX possuía linhas de bonde, e esse fator entre outros facilitava o acesso das pessoas ao local do hospital, e, ao mesmo tempo, era um lugar tranquilo, pensando-se, naturalmente, no descanso dos doentes internos. Conferindo o relatório, mostram-se essas necessidades.

[...] mudança do hospital para a situação mais adequada, fundamentando-se em argumentos não só de técnica e higiene hospitalares,

como também relativas às impropriedades de sua situação entre duas vias do centro urbano de intenso trânsito, pois que são as principais artérias de ligação ao centro ferroviário para todo o interior do estado [...] na primeira reunião desta comissão que se realizou em 5 de setembro de 1935, fez para justificar a seguinte exposição: esta reunião foi convocada para fim especial de se estudarem as possibilidades da compra de um terreno onde possa ser construído um hospital mais amplo, mais confortável, mais moderno e fora do bulício ensurdecido das ruas movimentadas²⁴⁸.

Figura n.º 5
Hospital Beneficência Portuguesa



Fonte: Wikimedia Commons

Nas décadas posteriores na região central ocorreu a expressiva e grande verticalização de São Paulo, a partir de 1951 sob a gestão do primeiro brasileiro a presidir a Fundação Beneficência Portuguesa de São Paulo, José Ermírio de Moraes, um novo hospital foi construído e fundado apresentando o projeto de estilo arquitetônico moderno agrupado em três grandes edifícios, inaugurados em 1957.

²⁴⁸ Relatório do biênio 1935-1936, encontra-se no arquivo histórico do Hospital São Joaquim da Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Em 23 de Março de 1952, em uma imensa festa de confraternização, recebeu a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, onde a Virgem abençoa com a sua presença santa e inefável esse estabelecimento onde as dores humanas se redimem. Esse evento foi consolidado pelo ilustre empresário das indústrias de cimento Votorantim e, nessa ocasião, presidente do Hospital Beneficência Portuguesa, José Ermírio de Moraes (RAGO, 2008).

Além dessa significativa e benemérita instituição social, outras vieram à tona pelas mãos desses trabalhadores imigrantes, que fundaram espaços sociais, de saúde, educacionais e culturais na cidade de São Paulo, com desdobramentos para outras, até pelo país adentro. A Real e Benemérita Sociedade de Beneficência Portuguesa cresceu com e para a cidade de São Paulo, com e para o Estado e para o Brasil, como imperecível monumento de solidariedade humana, traço característico do imigrante português.

O Hospital Beneficência Portuguesa, desde a ideia simples do imigrante Simeão Ferreira Vianna, recebeu a colaboração de médicos de diferentes nacionalidades, além dos médicos portugueses, que se inseriram, além da prática da medicina, no assistencialismo humano e cristão que sempre foi uma das metas dessa instituição.

Os próprios médicos se ofereciam para tratar os doentes em determinadas pandemias gratuitamente, além do Hospital assistir às necessidades de pobres imigrantes que precisavam de ajuda e assistência.

Fundado em 1859, o Hospital Beneficência Portuguesa passou recentemente por uma reforma imensa, mudando sua logomarca para as simples iniciais “BP”, que é hoje o maior polo de saúde da América Latina em leitos. Avaliando a trajetória histórica do hospital da Beneficência Portuguesa em São Paulo, desde a sua constituição como associação filantrópica, como local de atendimento médico e nascimento de gerações de paulistanos, como centro de profissionalização e estudos da área médica e como precursora da modernização hospitalar paulistana, refletida em seus edifícios de inegável valor arquitetônico e histórico, podemos afirmar sem nenhum erro de reflexão que a Beneficência Portuguesa de São Paulo possui extrema relevância na formação histórica da cidade e no atendimento hospitalar de sua população, merecendo o significativo destaque entre outros importantes centros médicos.

O crescimento dessa instituição em todos os sentidos tecnológicos, medicinais, é que a “BP”, através dos seus colaboradores, interage com especialistas empreendedores e executivos dos mais diversos mercados, de fomento e desenvolvimento.

Se contarmos, desde o começo, a grande colaboração de João Alves Veríssimo, empresário português, presidente e fundador do Grupo Eldorado, décima maior rede de hipermercados e Shoppings do Brasil, falecido em 31 de outubro de 1988, aos 83 anos, de aneurisma cerebral.

Iniciou sua vida de comerciante em Nova Granada e depois desenvolveu a atividade comercial do ramo de atacado de alimentos com a empresa Alves, Veríssimo & Cia. Que possuía várias unidades no interior de São Paulo. Nos anos 60 e 70 já era o maior polo atacadista do país. Fundou, junto com dois sobrinhos, o supermercado e Shopping Center Eldorado. Incluindo nos seus negócios o Moinho Paulista, a Vega (conservas), Trovel (óleos) e a rede de atacados (MATOS, TRUZZI, 2020).

Além deste grande empreendedor português, que foi presidente da Beneficência, podemos também citar Antonio Ermírio de Moraes, que foi uma das maiores figuras públicas do Brasil, com grande influência nos campos econômico, social e político. Formado em engenharia de minas no Colorado (EUA), iniciou sua carreira na Siderúrgica Barra Mansa (RJ), em 1948. Desde então descobriu sua vocação para a metalurgia. Nos anos 1950, recebeu de seu pai, o senador José Ermírio de Moraes, a missão de criar a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), quando poucos acreditavam que o Brasil fosse capaz de competir com os grandes players globais do setor. De forma visionária, construiu usinas próprias para fornecer energia para a fábrica e percebeu a necessidade de preservar as florestas até as nascentes dos rios, para garantir a perenidade do fornecimento de água para as usinas.

Sempre teve claros posicionamentos políticos. Em 1978, foi o principal porta-voz do “Documento dos Oito”, manifesto de empresários brasileiros que pedia o fim do regime militar. Apoiou o movimento Diretas-Já, em 1984, e, em 1986, candidatou-se ao governo do Estado de São Paulo, sendo derrotado apesar de ter recebido 3,5 milhões de votos.

Com grande preocupação com os temas sociais, como a educação e a saúde, dedicou-se por mais de 40 anos ao hospital Beneficência Portuguesa, onde foi presidente. Atuou também na Associação Cruz Verde e presidiu a Cruz Vermelha, além de ajudar a diversos projetos sociais. Escreveu três peças de teatro, sobre as mazelas econômicas do País, os problemas da saúde e uma inspirada na história da Sinfônica de Heliópolis, formada por jovens da favela - um projeto social que é apoiado pela Votorantim.

A Beneficência Portuguesa nos dias de hoje é um dos principais polos de saúde privados do Brasil e acaba de se tornar *founding partner* do *Learning Village* de inovação da *SingularityU Brazil*, que tem como proposta fortalecer

e comentar a inovação e educação no País, por meio da aplicação de tecnologia exponenciais, desenvolvimento de pessoas e colaboração. Trata-se de um espaço físico de três mil metros quadrados localizado no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, onde será instalado um ecossistema voltado para a inovação que abrange vários negócios, inclusive o da saúde.

A *SingularityU Brazil* foi trazida ao País para oferecer versões locais dos programas *Singularity University*, uma das mais importantes comunidades globais de educação e inovação sediada no Vale do Silício (EUA). A plataforma colaborativa adotada pela instituição norte-americana capacita indivíduos e organizações para apreender, conectar e inovar por meio de tecnologias avançadas como Inteligência Artificial, robótica e biologia.

A “BP”, que há alguns anos já vem trilhando uma importante jornada de transformação digital, acredita na aplicação de tecnologias inovadoras para auxiliar na solução de desafios da área de saúde e a participação na criação do Learning Village é um passo natural nessa direção. A ideia é a de que os colaboradores da “BP” interajam com especialistas, empreendedores e executivos dos mais diversos mercados, promovendo troca de informações e acesso a novas tecnologias, tendências e modelos de negócios emergentes.

A estrutura do espaço vai contar com sete pavimentos e vai abrigar, além dos espaços de trabalho, seis estúdios de gravação, agência e produtora de conteúdo. A ideia é que seja usado para a produção de *pitchies*, *podcasts* e conteúdo para redes sociais. O local conta com auditório para até 150 pessoas, arenas, salas de aulas e reuniões, além de servir para a realização de cursos, palestras, *workshops*, *meetups* e outras iniciativas para o fomento das aplicações das tecnologias em temas como negócios, empreendedorismo, gestão e desenvolvimento de pessoas. Como afirma a CEO da “BP”, Denise Santos

Essa parceria com a *SingularityU Brazil* é totalmente aderente ao atual momento da nossa instituição que passou por um reposicionamento de marca há alguns anos e tem uma relevante presença no mercado da saúde. Como polo de saúde, temos focado esforços em oferecer serviços sob medida para diferentes segmentos de clientes que, ao mesmo tempo, em que buscamos nos conectar com instituições de ponta para encontrar soluções que possam melhorar a experiência de todos que se utilizam dos nossos serviços²⁴⁹.

²⁴⁹ BP – A Beneficência Portuguesa de São Paulo se une à *SingularityU Brazil* para criação de hub de inovação. 24/11/2020. Disponível em: <https://www.bp.org.br/institucional/noticias/bp-a-beneficencia-portuguesa-de-sao-paulo-se-une-a-singularityu-brazil-para-criacao-de-hub-de-inovacao>

De uma ideia modesta, de uma associação simples, de um imigrante pobre, o Hospital Beneficência Portuguesa, graças aos seus associados, aos seus empreendedores e a sua diretoria, cresceu na dimensão da cidade. São Paulo, de uma cidade provinciana, passou a ser metrópole e, hoje, é megalópole e a “BP” é hoje uma das grandes referências em saúde, não apenas dessa cidade, mas do Brasil inteiro.

Fontes e Bibliografia

Fontes Periódicas

Jornal Correio Paulistano, “A Indústria Paulista”, 09.05.1930, p. 2.

Jornal Correio Paulistano, 04.10.1859.

Legislação

Lei n.º 1.641, de 07 de janeiro de 1907, promulgada por Adolfo Gordo, que previa deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo, o comunismo, ou que lutassem por seus direitos: <http://recollectionbooks.com/bleed/ArchiveMirror/ArquivoDeHist%F3riaSocialEdgarRodrigues/Lei%20Adolfo%20Gordo.html>

Bibliografia

BRUNO, Ernani Silva, 1984 – *Histórias e Tradições de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC.
DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de, 1991 – *Indústria, Trabalho e Cotidiano. Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Atual.

FERRARIA, Maria José; AMORIM, Paulo, 2008 – A Imigração Portuguesa para o estado de São Paulo através dos livros de passaportes do governo civil do Porto (1880-1893): Percursos de uma diáspora, in Alexandre Hecker; Fernando de Sousa; Maria Izilda Santos de Matos (orgs.), *Deslocamentos e História: Os Portugueses* – Bauru, SP: EDUSC.

FERREIRA, Tito Lívio, 1959 – *História da Beneficência Portuguesa*. São Paulo: Saraiva.

FONSECA, Vitor Manuel Marques da, 2008 – Imigração: Identidade e Integração, 1903-1916, in Alexandre Hecker; Fernando de Sousa; Maria Izilda Santos de Matos (orgs.), *Deslocamentos e História: Os Portugueses* – Bauru, SP: EDUSC.

KHOURY, Yara Aun, 1981 – *As Greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez.

LOFEGO, Sílvio Luiz, 2001 – *São Paulo na Obra de Ernani Bruno*. São Paulo: Anna-Blume.

LOUREIRO, Felipe Pereira, 2006 – *Nos Fios de Uma Trama Esquecida: A indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)* (dissertação de Mestrado em História Econômica, USP).

MARTINS, Ana Luiza, 2008 – *História do Café*. São Paulo: Contexto.

MATOS, Maria Izilda Santos de; Oswaldo Truzzi, 2020 – Colonização e Fronteiras: Portugueses, presença, trabalho e lutas nos interiores de São Paulo. *História*, vol. 39. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742020000100213&script=sci_arttext. Acessado em 22/12/2020

- PASCAL, Maria Aparecida Macedo, 2004 – “Associativismo Português na Construção da Metrópole de São Paulo: Trabalho, gênero e cotidiano”, in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra.
- RAGO, Maria Aparecida de Paula, 2008 – *José Ermírio de Moraes: A trajetória de um empresário nacional*. São Paulo: Paz e Terra.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de, 2007 – *Cidade das Águas. Usos de rios, córregos bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: SENAC.
- SILVA, Siwla Helena, 2007 – *Restaurant à Moda de Paris: Mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-1870)* (dissertação de Mestrado em História, PUC-SP).
- TEIXEIRA, Palmira Petratti, 1990 – *A Fábrica do Sonho. Trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo: Paz e Terra.

Nacionalismo español, emigración y asociacionismo étnico en la Argentina: una mirada a través de la Asociación Patriótica Española en las primeras cuatro décadas del siglo XX

Ruy Farías²⁵⁰

Introducción

El fenómeno de la nacionalización de las masas ha sido enfocado, por lo general, desde el ángulo que otorga al Estado una importancia superlativa como creador de una identidad nacional y códigos culturales compartidos entre una población que, a su vez, es contemplada como una receptora pasiva. Sin embargo, la construcción de identidades nacionales no sigue exclusivamente un proceso unidireccional de arriba abajo: la sociedad civil también posee capacidad de generación de propuestas identitarias (NÚÑEZ SEIXAS, 2014c). En tal sentido, resulta de interés aproximarse al tema de la aparición y desarrollo de una identidad nacional española entre los peninsulares emigrados a la Argentina durante las primeras décadas del siglo XX, y al rol que en le cupo a la Asociación Patriótica Española en el proceso de nacionalización “desde abajo” entre los últimos años del siglo XIX y 1939.

Nacionalismo español, emigración y asociacionismo étnico

En sus reflexiones acerca de los años formativos del patriotismo español en Argentina (1885-1920), Marcela García Sebastiani (2013) recuerda que dicho patriotismo se desarrolló a partir de la interacción de dos elementos: por un lado, un sentimiento nacional previo y débil que los emigrantes

²⁵⁰ Laboratorio de Investigación en Ciencias Humanas (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Universidad Nacional de San Martín) / Cátedra Galicia-América (Universidad Nacional de San Martín).

traían como parte de su bagaje cultural²⁵¹; por el otro, la realidad sociopolítica y multicultural del país de acogida, donde se esforzaban por destacar su propia identidad. Esta variable combinada generó, a su vez, una temprana estructura institucional panhispánica, sostenida por encima de las diversidades regionales, lo que explicaría la solidez y longevidad del patriotismo español entre los inmigrantes peninsulares en el país del Plata. Sin embargo, no fue sino hasta el último tramo del siglo XIX, y particularmente en la primera década del XX, cuando la colectividad española del Río de la Plata vivió un proceso de reactivación del sentimiento de patria y de pertenencia nacional (DUARTE I MONTSERRAT, 2009).

Esa identidad nacional no era preexistente ni exclusivamente trasplantada de Europa, sino el resultado de un programa y de la movilización de la élite económica y profesional emigrada, que percibió que una valoración más positiva de su tierra de origen por parte de la sociedad de acogida facilitaría su propia integración. No fue prioritaria para la vida diaria de los emigrantes en general pero sí para quienes la fomentaron desde concretos ámbitos de la sociedad civil y la esfera pública, a pesar de lo cual logró superar los límites de las conciencias individuales y adquirir una dimensión de grupo, por lo que la preocupación por España devino en un argumento de uso corriente si no en la vida de la comunidad española en el país, al menos sí en la vida pública de la colectividad.

Ese patriotismo construido proyectó un imaginario cultural que pervivió a lo largo del siglo XX con modificaciones, agregados y actualizaciones. La evocación de España estaba destinada a diferentes públicos: el conjunto de los emigrantes y las élites de la sociedad receptora (y de la Península), pero también a los hostiles al patriotismo español entre los propios emigrantes, como los anarquistas y/o regionalistas (GARCÍA SEBASTIANI, 2013, 2020).

La identidad nacional española fue objeto de distintas interpretaciones, símbolos y prácticas simbólicas a lo largo del siglo XX (MORENO LUZÓN, NÚÑEZ SEIXAS, 2013a)²⁵². El debate sobre aquella, su fuerza y difusión, estalló en las élites políticas e intelectuales españolas debido a la derrota en la Guerra de Cuba e Hispano-norteamericana (1895-1898) y a la “intros-

²⁵¹ Las debilidades de las acciones desplegadas por los gobiernos de Madrid, llevaron al fracaso relativo del proceso de construcción del Estado nacional español a lo largo del siglo XIX, dando lugar a una nacionalización frágil, superficial y poco convincente (ÁLVAREZ JUNCO, 2001). No obstante, esta idea no ha dejado de generar discusiones (NÚÑEZ SEIXAS, 2013).

²⁵² Una síntesis del desarrollo del nacionalismo español desde finales del siglo XIX, en NÚÑEZ SEIXAS (2018).

pección” a la que dio lugar. Intelectuales y ensayistas ligados al *regeneracionismo* ahondaron en lo profundo del carácter nacional, un “examen de conciencia” que, aunque de pretensiones historicistas, tuvo mucho de ahistórico. El regeneracionismo era en sí mismo una expresión del nacionalismo español, para el que la nación es un organismo “vivo”, que adquiere “alma”, convirtiéndose en un ente con personalidad propia. Entrañaba, además, una interpretación castellanista de la historia española (una asimilación entre lo castellano y la esencia o pureza de lo español), y presuponía la existencia de “valores eternos” de España, o el estoicismo, el ánimo caballeresco, el idealismo, la independencia, la rebeldía, la desunión, etc., como rasgos consustanciales a una supuesta “personalidad nacional” (ÁLVAREZ JUNCO, FERNÁNDEZ MONGE, 2013).

Aquella misma crisis finisecular engendró otro tipo de nacionalismo español que, frustrado en su expansión externa, buscó – y encontró – dentro de la Península un nuevo enemigo, personificado en la creciente amenaza que para él encarnaba el desarrollo de los nacionalismos periféricos catalán, vasco y gallego, tildados de “antiespañoles” y “separatistas”²⁵³. Este discurso, nutrido del pensamiento conservador decimonónico, comenzó a generar una nueva variedad autoritaria, que bebió del tradicionalismo carlista, de ideas de inspiración maurrasiana y, aunque en menor medida, también de los fascismos de la década de 1920. Al mismo tiempo, una porción del antiguo pensamiento carlista y antiliberal sobrevivió a lo largo del primer tercio del siglo, a través de la obra de pensadores como Marcelino Menéndez Pelayo, impregnando a otros que formaban parte de su vertiente autoritaria, como fue el caso de Ramiro de Maeztu (NÚÑEZ SEIXAS, 2013)²⁵⁴.

La dictadura de Miguel Primo de Rivera (1923-1930) agravó el problema nacional debido a la actitud intolerante del Ejército respecto de los nacionalismos periféricos que, sin embargo, causaría un efecto multiplicador de las fuerzas de éstos. Ya en tiempos de la Segunda República Española (1931-1939), el nacionalismo español se encontraba profundamente dividido entre una corriente cada vez más antidemocrática y fascistizada, definida por un castellano-centrismo virulento (que, a su vez, actuaba como catalizador del anti-catalanismo y del resto de los nacionalismos subestatales), y otra liberal y democrática, abierta al diálogo con los nacionalismos periféricos, lo que

²⁵³ Acerca de los nacionalismos catalán, vasco y gallego durante los siglos XIX y XX, vid. NÚÑEZ SEIXAS (2013).

²⁵⁴ Sobre Ramiro de Maeztu, vid. GONZÁLEZ CUEVAS (2013).

hizo posible la compatibilización del Estado republicano con la obtención de estatutos autonómicos para las nacionalidades históricas, estableciendo así las bases para un limitado reconocimiento del carácter pluricultural o multinacional del Estado español, pero que acabará siendo barrido por los acontecimientos. El golpe de Estado de julio de 1936 y el estallido de la Guerra Civil Española (1936-1939), evidenció la cesura irreconciliable del nacionalismo español, como lo manifiesta el hecho de que las dos facciones del mismo, que militaron en los bandos enfrentados, utilizasen distintas banderas, símbolos e himnos²⁵⁵.

Dentro del intento general de regeneración nacional – entre finales del siglo XIX y comienzos del XX – hubo un proceso de acercamiento de la Península y las repúblicas surgidas de la desmembración de su imperio americano. Su máximo logro fue la declaración del 12 de octubre como fiesta oficial en todos los países de la América antes española y en la misma España, con el significativo nombre de *Día* o *Fiesta de la Raza*. Se afirmó la idea de la existencia una continuidad cultural hispana en América, como base para una política exterior “de prestigio”, orientada a recuperar el valor internacional de España a comienzos del siglo XX.

Esa voluntad de utilización de la dimensión hispana en América por parte del nacionalismo español se relaciona tanto con el desarrollo del *movimiento hispanoamericanista*, como con la aparición de los nacionalismos periféricos. Si se señaló la pertenencia de argentinos, peruanos, mexicanos, españoles, etc. a una misma comunidad, subrayando la importancia de la *raza* y – fundamentalmente – de la lengua, el objetivo implícito era la negación de las diferencias excluyentes entre catalanes, vascos, gallegos (embarcados en esfuerzos de recuperación y promoción de sus idiomas vernáculos) y castellanos. Frente a dichas iniciativas, se evidenciaba la trascendencia del idioma castellano como plataforma de comunicación transnacional, algo que se ponía de manifiesto en el seno de las comunidades de emigrantes españoles en la repúblicas americanas (ABELLÁN, 2005; SEPÚLVEDA, 2005).

El *Hispanoamericanismo* estuvo lejos de ser monolítico. Si bien se componía de varias corrientes hasta cierto punto opuestas, la totalidad del ejercicio de autorrepresentación de una comunidad cultural *hispanoamericana* se basaba en cuatro elementos comunes: la *raza*, como valor de integración social y síntesis de la cultura; el *idioma*, como arca telúrica comunitaria; la

²⁵⁵ Sobre los símbolos de la nación española a lo largo del siglo XX, vid. MORENO LUZÓN, NÚÑEZ SEIXAS (2013b)

historia, en tanto memoria de un pasado común; la *religión*, como factor de vertebración de valores. Los siglos de historia común habrían tenido como fruto la conformación de una comunidad o raza hispanoamericana, tesis que a su vez se basaba en la creencia previa en la existencia de un carácter nacional tomado como entidad estática. A despecho de la ausencia de plasmaciones prácticas, acabó articulando uno de los vectores más sólidos y estables de la identidad nacional española y uno de los valores más rentables y sostenidos en su política exterior (SEPÚLVEDA, 2005).

El desarrollo de esta corriente fue posible por el drástico cambio de la situación política y de la imagen de España en Hispanoamérica (PÉREZ VEJO, 2013). La pérdida de Cuba y Puerto Rico a manos de los Estados Unidos, al mismo tiempo que hizo desaparecer una causa considerada agravante por parte de la intelectualidad americana (la prolongación de la situación colonial), potenció la amenaza estadounidense sobre la América antaño española. Eso no sólo provocó una disminución en los sentimientos antihispanistas que se prolongaban desde las guerras de emancipación, sino también el surgimiento de corrientes de opinión muy favorables a un acercamiento profundo con la Península²⁵⁶.

A comienzos del siglo XX la consideración de España y de lo español distaba de ser positiva en la Argentina: era sinónimo de atraso y oscurantismo (MACARRO VERA, 1994). Los españoles eran primos, pero también extranjeros pobres, atrasados e incultos (MOYA, 2004). De acuerdo con las estadísticas oficiales argentinas, 2.070.874 ingresaron al país entre 1857 y 1930, y algo más de la mitad (54 %) se radicó en él de manera permanente. El Censo Nacional de Población de 1914, elaborado inmediatamente después del pico de la curva migratoria desde España a la Argentina, constató que representaban alrededor del 11 % de la población (la mitad de ellos gallegos), siendo por entonces Buenos Aires, con unos 300.000 (el 20 % de la población de la urbe), la tercera ciudad hispana del orbe en términos cuantitativos, únicamente superada por Madrid y Barcelona.

Ese enorme contingente de migrantes españoles que el país recibió entre finales del siglo XIX y comienzos del XX también debe aquilatarse. El surgimiento del hispanismo argentino fue en parte consecuencia del espectacular fenómeno inmigratorio que el país experimentó, no porque los inmigrantes españoles rehispanizaran a “golpe de garrote demográfico” a la sociedad rioplatense, sino porque el elevado porcentaje de inmigrantes

²⁵⁶ Sobre las relaciones hispano-argentinas en general en el largo plazo, vid. FIGALLO LASCANO (2014).

italianos y naturales de toda Europa y la cuenca mediterránea, hizo temer por la disolución de la identidad argentina²⁵⁷. Sin embargo, cuestionar el argumento “cuantitativo” de que estos vínculos hubieran sido la resultante matemática de la instalación de cientos de miles de peninsulares o de la afinidad cultural entre ambos pueblos, no supone negar la importancia que tuvo el fenómeno inmigratorio para su reconstrucción (PRADO, 2008).

Desde finales del siglo XIX, las asociaciones de emigrantes y el periodismo fueron los ámbitos privilegiados desde donde construir la identidad patriótica en la diáspora con referentes culturales ocasionalmente politizados. Desde allí los líderes étnicos apelaron a la emoción, modularon mitos, codificaron símbolos, pusieron en circulación discursos y gestionaron solidaridades comunes por encima de diferencias sociales, políticas y culturales de los migrantes hispanos, y en un contexto de políticas estatales argentinas de uniformidad cultural. A partir de actitudes prospectivas y optimistas, se sumaron a las propuestas regeneradoras de la nación tras la crisis de 1898, enraizando con las tradiciones liberales y en favor del buen nombre de España²⁵⁸.

Desde mediados del siglo XIX, la Asociación Española de Socorros Mutuos, la Asociación Española de Beneficencia y el Club Español (las primeras organizaciones voluntarias surgidas en Buenos Aires, entre 1852 y 1857) se reforzaron en diferentes territorios como ámbitos de referencia hispánica²⁵⁹. Con funciones múltiples y una composición étnica y social plural, gestionaron el mutualismo cubriendo las necesidades más primarias de sus socios (como la atención médica o el sepelio). Fueron, asimismo, ámbitos de interacción social, de procesamiento de poder para dirigentes y, sobre todo, espacios vivificantes para el refuerzo de lazos étnicos y la conformación de identidades colectivas. Inicialmente, la afirmación de una identidad nacional española aglutinó a diferencias étnicas, culturales y regionales. Vascos, catalanes y gallegos aportaron dirigentes a esas instituciones panhispánicas, y conformaron dentro de ellas espacios propios para un imaginario apenas codificado simbólicamente, sin entrar en contradicciones con

²⁵⁷ Una mirada de conjunto a la inmigración en la Argentina en el largo plazo, en DEVOTO (2003).

²⁵⁸ A propósito de las características de los liderazgos étnicos hispanos en la Argentina entre las últimas décadas del siglo XIX y las primeras del XX, véanse varios de los trabajos incluidos en BERNASCONI, FRID (2006). Algunos estudios de caso sobre dirigentes de la APE o líderes muy cercanos a ella, en GARCÍA SEBASTIANI (2011).

²⁵⁹ Para 1914, la comunidad hispana había creado un enorme aparato asociativo que, contando apenas a las entidades panhispánicas de ayuda mutua (pero no a las regionales o *micro*), sumaba unas 250 instituciones distribuidas por todo el país con un total de 110.000 socios, lo que implica que 13 de cada 100 españoles se hallaban mutualizados (DEVOTO; FERNÁNDEZ, 1990).

una identidad española. Estaba en juego la respetabilidad de la patria grande más que la de la patria chica ante una sociedad receptora a veces hostil con lo que representaba el grupo migratorio.

Desde 1870, nuevas ideas en favor de la descentralización, el federalismo y un tenue regionalismo despuntaron entre los vascos, catalanes y gallegos en Argentina, y a lo largo de la década siguiente fueron apareciendo dentro del asociacionismo iniciativas y actividades para la promoción de la especificidad lingüística y cultural de estos grupos. Sin embargo, esas narrativas de identidad alternativas fueron poco contradictorias con el españolismo y se sostuvieron en la idea de la unidad en la diversidad. Si los discursos expresaban una progresiva afirmación cultural y política regional, no negaban la españolidad del País Vasco, Galicia o Cataluña (GARCÍA SEBASTIANI, 2020).

El españolismo centralista de la Asociación Patriótica Española

El temprano entusiasmo patriótico desplegado entre los españoles en Buenos Aires se confirmó en 1892 durante la conmemoración del IV Centenario del Descubrimiento de América, y estalló a raíz del conflicto cubano en 1895. Las muestras de españolismo se habían superpuesto no sólo a las diferencias étnicas sino también a las políticas que habían aflorado entre los emigrantes (GARCÍA SEBASTIANI, 2020). Un año más tarde, con la concurrencia de dos decenas de sociedades mutuales, recreativas, regionalistas y localistas, tanto de carácter cultural, asistencial o de naturaleza gremial, nació en Buenos Aires la Asociación Patriótica Española (APE) (DUARTE, 2002).

Institucionalización del patriotismo español en el marco de un asociacionismo hispano ya muy denso, el hecho de haber surgido en el clima belicista derivado de la insurrección independentista cubana determinó que las tareas patrióticas figuraron a la cabeza de sus objetivos: ayuda a la nación de origen, defensa del buen nombre de España y fomento de la confraternidad con Argentina, abarcando también el plano asistencial (repatriación de españoles pobres, apoyo al inmigrante), el cultural (creación de bibliotecas y escuelas, fomento de la difusión de las ciencias y artes hispanas) y el logro de una mayor cohesión interna en el seno de la comunidad española en el la Argentina (la vinculación de las distintas asociaciones de peninsulares en el país), apelando los argumentos patrióticos como superadores de cualquier

diferencia social existente en su seno. Como resumía en 1929 su órgano de prensa,

Todos los españoles que residimos en la Argentina tenemos muchas y grandes misiones que cumplir; nosotros tenemos que ser aquí los continuadores de la historia de España, los exploradores de su comercio e industria, los mantenedores de su prestigio secular, los difundidores de sus ciencias y artes y los forjadores de la fraternidad hispano-argentina (*Revista de la Asociación Patriótica Española*, Buenos Aires, enero, 13, 1929, p. 6).

Con socios exclusivos de la colectividad y con hispanófilos argentinos como consejeros, miembros o agasajados, la APE se decantó como la entidad con pretensiones de representar a todos los intereses de la colonia española en la Argentina y de aunar todas las empresas políticas, sociales y culturales que se hicieran en nombre de España en aquel país. Fue también desde sus orígenes un instrumento para la consolidación de un grupo dirigente conformado básicamente por empresarios y profesionales (incluyendo dentro de los segundos a los “intelectuales” de la colectividad), que por la propia experiencia migratoria habían adquirido prestigio, capital social y una función representativa entre el resto de sus compatriotas. Esos notables (periodistas, abogados, publicistas y profesores de segunda fila que, a través de la vida institucional y el periodismo, buscaban notoriedad y reconocimiento) fueron quienes construyeron y gestionaron los repertorios nacionalistas, y diseñaron las iniciativas para afirmar sentimientos de identidad nacional entre los emigrantes (GARCÍA SEBASTIANI, 2011, 2013), “devolviéndoles la honra de ser españoles” (CAMPOMAR, 2009, p. 248).

El grupo se hallaba muy sensibilizado ante dos fenómenos a los que juzgaba hipotéticamente amenazantes: por un lado, el enorme crecimiento de los flujos migratorios de España hacia Argentina, que podían diluir los esfuerzos de la élite en relación a mantener sólidas bases de vinculación; por el otro, el avance de los regionalismos, que pudieran llegar a ensombrecer el horizonte panhispánico que se trataba de conservar (FERNÁNDEZ, 1987).

Vinculado a su posición respecto de los nacionalismos subestatales (y las lenguas españolas no-castellanas), la APE realizó constantes llamados a la unidad de los españoles en Argentina (y en particular a sus asociaciones), preferentemente bajo su dirección real o moral, ítems que evidentemente distaron de concretarse, dada la reiteración de las invocaciones en ambos

sentidos que es posible hallar, por ejemplo, en su órgano de prensa, *España*, creado en 1903 por Antonio Atienza y Medrano (un republicano preocupado por el atraso científico, cultural, social, económico y político de España), quien la dirigió hasta su muerte en 1906)²⁶⁰. La distancia entre tales aspiraciones y la realidad hizo que si bien no pareciera haber existido una oposición frontal, sí pudiera notarse un apoyo apenas tibio a algunas de las iniciativas de las sociedades regionales o *microterritoriales*²⁶¹ (cuyo paradigma fue la falta de proporción entre la importancia del Centro Gallego de Buenos Aires – desde la década de 1930 la mutual étnica más grande de Hispanoamérica – y las menciones que del mismo aparecen en la publicación), o la crítica abierta cuando demostraban interés en mancomunarse bajo el ala de la APE, ni siquiera en el contextos críticos como el de la guerra de 1936.

En sus comienzos, la APE se sumó a un españolismo enraizado en una tradición liberal, y tuvo por canal privilegiado (aunque de ningún modo exclusivo) su revista cultural²⁶², la que – además de dotar de dar noticia de las actividades de la Asociación – conformó el cuerpo programático más elaborado del patriotismo en la emigración a comienzos del siglo XX. En ella, una de las más claras empresas culturales para evocar una idea renovadora de España desde la emigración e instrumento para moralizar la vida institucional de la colectividad, periodistas, hombres de letras y abogados de diferente procedencia y éxito profesional, codificaron un discurso patriótico y dotaron a la comunidad emigrante de un proyecto común con el propósito de enaltecer el nombre de España y fomentar la confraternidad hispano-argentina.

Por entonces se hicieron a un lado las diferencias políticas entre republicanos y monárquicos, y se aceptaron iniciativas de un liberalismo reformista. Institucionalizado el patriotismo, siguió el ímpetu por codificar los rasgos propios de identidad de los españoles en la emigración (GARCÍA SEBASTIANI, 2013). Surgida en medio de la eclosión de los nacionalismos catalán y vasco (y en menor medida del gallego), edificó los repertorios para

²⁶⁰ Sobre Atienza y Medrano, vid. GARCÍA SEBASTIANI (2011).

²⁶¹ Se trata de formas asociativas polivalentes, adoptaban como marco espacial de actuación entidades geográfica-administrativas propias del país de origen, como la parroquia, el municipio o la comarca. A veces también el partido judicial o distrito. Es decir, ámbitos territoriales de relación e interacción social inferiores a la provincia, que constituían verdaderas esferas de recreación del espacio social. Vid. PEÑA SAAVEDRA (1991).

²⁶² Llevó sucesivamente los nombres de *España*. *Revista semanal de la Asociación Patriótica Española*, *Hispania*. *Revista quincenal de la Asociación Patriótica Española*, *Boletín de la Asociación Patriótica Española* (1928), *Revista de la Asociación Patriótica Española*, e *Hispania*. *Revista de la Asociación Patriótica Española*.

activar a la distancia un patriotismo integrador de diferencias que también existían entre los emigrantes, cuyo universo se resquebrajaba debido a la politización de la etnicidad regional. El propio nombre inicial de la publicación, *España*, simbolizaba una intención positiva de referirse a la patria con mensajes claros, apelando al bien común y a la solidaridad de los nacionales ausentes, por encima de sus filiaciones plurales. Un patriotismo que pretendía unir al colectivo y orientarlo, haciendo compatibles la identidad local, regional y nacional, orientándolo para evitar conflictos en la sociedad local, y favoreciendo una idea moderna y positiva de España a pesar de las crisis políticas, la conciencia de decadencia por haber perdido el imperio, y de la amenaza disgregadora de los nacionalismos periféricos (GARCÍA SEBASTIANI, 2011; DUARTE, 2002).

Dada la intención de hacer compatible el sentimiento nacional, asumiendo que el mismo era complejo, que acumulaba diferentes niveles y que debía contemplar a todos, durante la primera década del siglo pasado publicó con relativa insistencia artículos y sueltos enfocados a reclamar el diálogo y conocimiento mutuo (DUARTE, 2002), y entre sus editorialistas abundaron intelectuales y políticos argentinos y españoles de gran prestigio, como Estanislao Zeballos, Miguel Cané, Joaquín V. González, Miguel de Unamuno, Vicente Blasco Ibáñez, Santiago Ramón y Cajal, Ramiro de Maeztu, Adolfo Posada, Rafael Altamira, Juan Ramón Jiménez, Ramón Pérez de Ayala, Francisco Giner de los Ríos o Benito Pérez Galdós. Su prédica panhispanista encajaba perfectamente en el ambiente regeneracionista posterior a 1898, ponderando un nacionalismo español que en ocasiones llega a rozar la xenofobia (FERNÁNDEZ, 1987). Así, a mediados de la primera década del siglo XX, la APE apuntaba a convertirse en un ente aglutinador de la colonia con orientación unificadora (CAMPOMAR, 2009). De tal modo, la crisis colonial había puesto a prueba la cohesión de españoles en la Argentina, y sus discrepancias se habían dirimido en torno a un interés común con diferentes propósitos: cohesionar a la colectividad, consolidar lugares de España en la mitología nacionalista argentina, y construir nacionalismo español para proyectos de política o comercio exterior.

El tema bélico monopolizó las preocupaciones de la APE durante sus dos primeros años de vida, impulsando una significativa movilización de la comunidad, y generando un esfuerzo sin precedentes dentro del marco étnico que llegó hasta la adquisición de un buque de guerra para la Armada Española (el crucero *Río de la Plata*), acción a través del cual la Patriótica alcanzó una posición prominente dentro del tejido asociativo hispano en

Argentina (ROMERO, 2007a; GARCÍA, 2000). Hasta 1898, ese discurso patriótico-guerrero-apolítico (orientado a la guerra y a la defensa de la Patria) y la compra del navío evitó cualquier discusión sobre el rumbo político del conflicto hispano-norteamericano, y garantizó la capacidad de la APE de cohesionar a la comunidad española en el país. Pero una vez finalizada la guerra dicho discurso perdió efectividad, y la Asociación debió buscar un nuevo marco de referencia que justificara y garantizara su existencia. Lo encontró en un imaginario patriótico superador del anclado en lo bélico, amplio y capaz de adaptarse tanto al escenario interno de la comunidad hispana en la sociedad receptora como al propiamente argentino y español.

De tal modo, a la altura de 1900 quedaba claro que los intereses de la APE se elevaban por encima de los fines políticos de los partidos, privilegiando – como queda dicho – la defensa del buen nombre de España y la confraternidad hispanoamericana, así como también el alineamiento con la política oficial española, y la asimilación de la Patria con la unidad de la raza latina basada en la lengua, la cultura e historia común. Tanto el viejo imaginario patriótico-guerrero como el nuevo patriotismo armónico, buscaban reforzar la legitimidad y el ascendiente de la dirigencia de la colectividad.

Además se convirtió en una pieza fundamental para algunas de las más importantes iniciativas de recuperación en clave cultural del imperio americano, lo que, de paso, resultaba también atractivo para algunos sectores de la élite argentina que apelaban a un modelo de nación esencialista y excluyente (ROMERO, 2007b). En definitiva, aquel núcleo de intelectuales, literatos, pedagogos, abogados, etc. de procedencia regional diversa, mostró una resuelta voluntad programática, aspirando a dotar a la comunidad inmigrante de un sentido exacto de afinidad, cohesión y proyectos comunes para sostener ese pilar identitario compartido, codificando un discurso capaz de entroncar con el nacionalismo español en la Península y que, al mismo tiempo, interactuase con la hispanofilia argentina de los años previos al Centenario de la revolución de independencia argentina, en 1910 (DUARTE, 2002).

Desde comienzos del siglo xx, la construcción de aquella idea moderna de España entre los emigrantes compitió, sin embargo, con otros proyectos posibles de regeneración nacional: por un lado el republicano, que politizó a los emigrantes en favor de un resurgimiento de las fuerzas antimonárquicas en la Península; por otro los nacionalismos subestatales en la emigración, que despertaron especialmente entre catalanes y gallegos y, en menor gra-

do, entre vascos; por fin, el de patria internacional anarquista construida desde la emigración y el exilio²⁶³.

Las diferencias, empero, quedaron en suspenso durante las celebraciones del Centenario, cuando los emigrantes pasaron de ser invitados a protagonistas fundamentales en programas y actos. El júbilo patriota españolista se disparó entre ellos, y brotaron empresas de afirmación de identidad de todo tipo. Para la ocasión, dirigentes de asociaciones, periodistas o profesionales demostraron que la identidad española no era incompatible con la catalana, la vasca o la gallega. Cinco años más tarde el gobierno argentino decretó el 12 de octubre “fiesta nacional” como homenaje a España, un reclamo de APE desde hacía años. Fue el momento de consagración del españolismo entre los emigrantes, pues la conmemoración certificó el mito de la herencia de España en la nacionalidad argentina. La fiesta no se justificó para ensalzar el pasado y las glorias conquistadoras de España en América, sino como homenaje a su papel civilizador y conformador de identidad a las repúblicas allende el mar (GARCÍA SEBASTIANI, 2020): como “progenitora de naciones, a las cuales ha dado con levadura de su sangre y la armonía de su lengua una herencia inmortal” (*Revista de la Asociación Patriótica Española*, 1928, p. 1).

Por otra parte, la difusión de argumentos culturales con los cuales fomentar la cohesión étnica no se agotó en el accionar de la APE o en su órgano de prensa. Aunque a la Asociación le costó recomponerse tras los tiempos en que estuvo al frente Atienza y Medrano, no faltaron iniciativas por parte de los notables de la colectividad para continuar edificando los lugares de España en la Argentina, algunas de las cuales encontrarían respuestas en la proyección cultural española como un complemento de su política exterior²⁶⁴. En los años inmediatamente posteriores al Centenario, el españolismo entre los emigrantes se canalizó a través de un “hispanoamericanismo práctico” (CAMPOMAR, 2009, p. 292), que intentaba revertir la imagen de una España científicamente decadente, y cobró forma en la Institución Cultural Española de Buenos Aires (ICEBA). Constituida formalmente en 1914 a partir de una iniciativa desplegada dos años atrás con el auspicio de la Patriótica (en cuyo edificio funcionaba), representó la deriva institucional y cultural del españolismo como elemento de cohesión y gravitación en la emigración (GARCÍA SEBASTIANI, 2013).

²⁶³ Sobre el desarrollo de las identidades etnonacionales en la emigración, vid. NÚÑEZ SEIXAS (2014a).

²⁶⁴ Sobre la política cultural española hacia América, vid. SEPÚLVEDA (2007).

Diseñada y sostenida por los sectores dirigentes progresistas de la colonia (mayormente, gente pudiente, pero también algunos profesionales de la ciencia), encarnó la institucionalización del intercambio académico entre España y Argentina (ROMERO DE PABLOS, 2011), y constituyó una herramienta fundamental para la creación de todo un sistema de redes y contactos científicos y profesionales entre España y Argentina. La Institución llevó a cabo sus tareas en un contexto de clara reivindicación de la tradición hispánica, asumiendo como uno de sus principales objetivos dar a conocer en la Argentina las investigaciones y estudios científicos y literarios realizados en la Península.

Subyacía a ello la intención de presentar una visión más positiva de España como Nación y raza, en un país hasta hacía muy pocos años pleno de fobias antiespañolas. Por su cátedra de cultura española en la Universidad de Buenos Aires pasó, entre 1916 y comienzos de la década de 1940, lo mejor de la ciencia e intelectualidad hispana. En algunas ocasiones la nacionalización del discurso científico tiñó las conferencias e intervenciones académicas, y se reflejó también en los discursos con los que los intelectuales y científicos argentinos acogían a sus colegas españoles (BUCHBINDER, 2019), por lo que la indagación acerca de la labor de la ICEBA no puede dejar de lado el rol que (aunque de un modo menos evidente) desempeñó en el proceso de nacionalización “desde abajo” de la comunidad migrante peninsular²⁶⁵.

Proyectos identitarios contrapuestos

Tras la Gran Guerra, las reacciones nacionalistas desatadas en la política española también salpicaron a los emigrantes españoles en la Argentina, y entre 1918 y 1936 las identidades regionales se fortalecieron, especialmente entre gallegos y catalanes, pero también entre vascos y asturianos. Sus registros culturales de las regiones a la distancia dejaron de ser compatibles, en muchos casos, con los de la identidad española. La prensa étnica españolista debió lidiar con la explosión de los nacionalismos periféricos, que también sedujo a los moldeadores de identidad a la distancia, y transitó por la misma evolución de la idea de España hecha por muchos periodistas e intelectuales en la península: de una opinión favorable, positiva y prospectiva de una nación liberal, a otra asociada con las versiones conservadoras,

²⁶⁵ Sobre la ICE, vid. ORTÍZ (1989), LÓPEZ SÁNCHEZ (2007), CAMPOMAR (2009).

reaccionarias, integristas, antiliberales o católicas. El nacionalismo español apeló entre sus emigrantes al orden y a un patriotismo unido, armónico e integrado, un fenómeno muy visible desde finales de los años veinte y especialmente durante los treinta, y coincidente en parte con la gestión de Ramiro de Maeztu como embajador de España en Argentina entre 1928 y 1930 (GARCÍA SEBASTIANI, 2013, 2020).

Desde comienzos de la década de 1920 existía entre los españoles en la Argentina más de un proyecto de identidad, y la unanimidad patriótica en torno a los símbolos, la prensa y las instituciones comunes se tornó definitivamente inviable. Aunque el nivel de implantación y/o de hegemonía social de las ideas etnonacionalistas en cada una de las colectividades de emigrantes fue variable y discontinuo en el tiempo (la influencia de los nacionalismos subestatales representó porcentajes más o menos significativos del colectivo de referencia, pero no llegó a englobarlo nunca en su totalidad), se había abierto el enfrentamiento entre los nacionalismos regionales y el español, y con él la deriva del patriotismo español hacia el nacionalismo católico, conservador y paternalista que atendería las arengas del hispano-americanismo para la acción exterior del régimen de Primo de Rivera y, más tarde, del franquista (NÚÑEZ SEIXAS, 2014a).

Prueba de las divisiones en el seno de la colectividad española fue lo sucedido con la llegada a Buenos Aires, en febrero de 1926, del hidroavión *Plus Ultra*, que al unir Palos de la Frontera con la capital argentina completó el primer vuelo transoceánico en un único aparato. Ramón Franco y sus compañeros venían a representar las glorias pasadas y presentes de la patria y, cuando la aeronave llegó a la ciudad y evolucionó sobre ella, la multitud congregada en la zona del puerto y en la ribera del Río de la Plata prorrumpió en enfervorizados aplausos, colmada de orgullo colectivo. La élite de la colectividad interpretó el hecho como una demostración del sentimiento nacionalista español, y el presidente de la APE, Félix Ortiz y San Pelayo, escribió: “¡Qué gloria para la patria querida del alma, contra la que siempre se cebaron la maledicencia, la insidia y la intriga ocultando sus heroicas proezas con los gases asfixiantes de la leyenda negra!”. La organización de los festejos oficiales fue asumida por una comisión presidida por la Asociación, a la que se adhirieron casi 400 instituciones hispanas de todo el país.

Pero si las recepciones y agasajos a los aviadores se llevaron a cabo en medio de una intensa exaltación españolista, no tardaron en aparecer las discrepancias crónicas entre los líderes y asociaciones de la colectividad hispana. La intensa movilización nacionalista que los dirigentes de la colec-

tividad española – muy particularmente la APE – intentaron capitalizar para unificar los puntos de vista de las diversas asociaciones y avanzar hacia una mayor unidad orgánica, no rindió los frutos esperados, y esa unidad ya no se conseguiría en lo sucesivo. Así pues, a mediados de la década de 1920 la élite inmigrante fracasó en su intento de capitalizar la proeza aeronáutica como momento germinal para la reorganización y la renacionalización de la colectividad española, poniendo claramente de manifiesto que dentro de ésta existían varios proyectos identitarios. Consecuentemente – como queda dicho – la unanimidad patriótica alrededor de los mismos símbolos ya no era posible.

Desde mediados de la década, la clásica rivalidad dialéctica entre españoles e italianos por lograr el *aprecio simbólico* de la sociedad receptora pasó en la práctica a un segundo plano. Para la élite hispánica de Buenos Aires, imbuida de un ideal nacionalista español y reunida en la APE, el Club Español, la Asociación Española de Socorros Mutuos, etc., fue prioritario oponerse, al igual que en la Península, a los nuevos izquierdistas que saltarán al primer plano en 1931 y a las identidades nacionales alternativas a la hispánica, las cuales ganaron a una parte significativa – pero nunca al conjunto – de los inmigrantes catalanes, gallegos y vascos en la Argentina (NÚÑEZ SEIXAS, 2014b).

Al estudiar el hispanoamericanismo como movimiento nacionalista es posible dividirlo en dos corrientes, a las que se conoce como panhispanismo e hispanoamericanismo progresista. Una tercera corriente, surgida de una interpretación radical y metahistórica del primero, generó el pensamiento de la *Hispanidad*, que acabó fagocitando toda capacidad de actuación del primero tras el resultado de la guerra civil y la determinación del franquismo de tomar la hispanidad como filosofía de Estado articuladora del nuevo régimen. Entre los años finales de la dictadura de Primo de Rivera y los primeros de la Segunda República Española, se consumó en la península la deriva del movimiento hispanoamericanista hacia uno cada vez más conservador, que hizo que el liberal cediera progresivamente el paso a otro de carácter tradicional y, finalmente, los conservadores lograron hacerse con el monopolio del americanismo. El panorama americanista en España experimentó una radicalización antidemocrática que deparó un nuevo modelo de proyección española hacia el Nuevo Mundo: la Hispanidad, punto culminante de la identificación entre la dimensión americana de España y el nacionalismo español reaccionario, con toda su carga de catolicismo militante, antiliberalismo, anticomunismo y providencialismo (SEPÚLVEDA, 2005).

Inicialmente una radicalización del hispanoamericanismo, terminó convirtiéndose en algo muy distinto. Si los miembros de la comunidad hispanoamericana fueron definidos en tanto participaban en los mismos usos culturales, la hispanidad era concebida desde supuestos filosóficos y religiosos, que hacían de la integración a la comunidad *hispánica* una cuestión existencial. Su gran valedor, Maeztu, tomó del sacerdote Zacarías de Vizcarra una analogía con la Cristiandad, y la definió como una conjunción de todos los pueblos de estirpe hispana. Sin embargo, la base de esa comunidad ya no estaría en la raza o la tierra, ni tan siquiera en la lengua castellana, sino en la dimensión espiritual.

Articulando alrededor del descubrimiento, conquista y colonización de América una interpretación militante, providencialista e imbuida de religiosidad, la hispanidad acabó confundándose con “españolidad” y la *patria* con *catolicidad*. El avance de esta corriente en los años finales de la década de 1920 y durante el decenio posterior puede seguirse a través del *Boletín de la Asociación Patriótica Española*, donde Maeztu colaboró, y que replicó su visión de esa hispanidad, teológicamente más dogmática y militantemente católica en relación al hispanoamericanismo, radical e intransigente. Los artículos de Maeztu y de otros autores como Ortiz y San Pelayo, Vizcarra, etc., dan cuenta de la deriva de dicha publicación, que acabó convirtiéndose en una plataforma del catolicismo militante como epítome de la nacionalidad española.

Desde su reaparición en 1928, tras un largo interregno, la revista navegó las recelosas aguas de la realidad política española acomodándose suavemente a sus cambios, aunque ello no siempre se tradujo en un neutralismo férreo, como lo prueba su actitud insatisfecha en relación al reemplazo de la bandera rojigualda por la tricolor republicana. Lo mismo puede señalarse respecto de su discurso español centralista en relación con la emergencia de los nacionalismos periféricos, a los que tendió a ignorar – según se desprende de la casi total ausencia de menciones sobre la existencia de los mismos –, excepto en las raras ocasiones en las que se refirió a ellos para criticarlos, o las también voluntariamente ignoradas lenguas peninsulares no castellanas.

La españolidad continuó siendo en buena medida un “legado a la defensiva” (CAMPOMAR, 2009, p. 261), por lo que no debe extrañar que entre aquel año y 1939 predominase en la revista de la APE una enconada defensa de la imagen de España, expresada a través de ítems como la exaltación de la llamada “Reconquista”, la jornada del 2 de mayo en Madrid y la Guerra

de la Independencia Española (1808-1814), el patrimonio artístico del país, sus paisajes, el resurgimiento económico-político-militar (o más bien el deseo de que ello ocurriese), el renacimiento cultural-científico-técnico-académico (éste sí, muy real)²⁶⁶, o de algunas de las personalidades españolas del momento (Maeztu, Santiago Ramón y Cajal, José Millán Astray, Ramón Franco y otros aviadores, etc.).

Con ello se apuntaba a combatir la “leyenda negra”, defendiendo la misión providencial-trascendental de España en la Historia de la Humanidad y su civilización, y haciendo particular hincapié en el carácter benéfico del descubrimiento, conquista, colonización-civilización y evangelización de América, lo que incluía matizar el rol de Cristóbal Colón (y su cuna italiana) mediante la insistencia en su carácter de representante del espíritu e iniciativa española, llegando incluso a sostenerse la idea de que fuera el andaluz Martín Alonso Pinzón el verdadero responsable del descubrimiento, y reivindicando igualmente al resto de los exploradores, conquistadores, colonizadores, etc. Lo anterior, a su vez, justificaba la afirmación de la existencia de una unidad e identidad que podía ser hispanoamericana o hispánica, pero nunca *latinoamericana*, fundada en la existencia de una raza española, en el hecho de compartir la lengua castellana (que constituiría la máxima expresión de la identidad española y, consecuentemente, la omisión a la heterogeneidad idiomática, cultural y étnica de los pueblos de España), la religión católica y el espíritu español. Estas ideas se expresan a través de apelaciones a la unidad afectiva – que desearía ser también política – entre las naciones hispanas, la búsqueda de símbolos comunes – como el vano intento de difundir una “bandera de la raza” –, piezas musicales, radio, conmemoraciones como las del IV centenario de la fundación de Buenos Aires (1936), etc.

Desde sus páginas, por otra parte, se dieron a publicidad acontecimientos que también conviene aquilatar, debido a su importante papel como “amplificadores” de la presencia española en la vida pasada y presente de la ciudad: la inauguración de una serie de monumentos dedicados a hechos o figuras indiscutiblemente españolas. Los dedicados al “Plus Ultra” (1928), al Cid Campeador (1935), a España (1936) y a Pedro de Mendoza (1937), encarnaron en el espacio público el imaginario de un ser español y de su vinculación con la nación argentina, y acompañaron un clima de época también

²⁶⁶ Sobre el devenir de la ciencia española en el primer tercio del siglo XX, vid. GARCÍA CAMARERO (2012).

favorable a España entre buena parte de la intelectualidad vernácula, parte de la cual reinterpretó la historia argentina en clave hispánica.

La erección de esos monumentos coincidió con otros hechos de gran significación nacional-católica, como la celebración del Congreso Eucarístico (cuya apertura tuvo lugar precisamente el 12 de octubre de 1934), o de marcado simbolismo hispánico, como la conmemoración del mencionado IV centenario de la primera fundación de la ciudad, que movilizó la atención de la opinión pública hacia los tiempos remotos de la historia de la Conquista. Similar impacto positivo pudo haber tenido la construcción de una línea del subterráneo de Buenos Aires por parte de una compañía española que, apelando a valores de la nacionalidad hispana, acumuló capital mediante la emisión de cédulas de ahorro vendidas entre los inmigrantes peninsulares en el país, y que adornó la mayoría de sus estaciones con mayólicas que representan paisajes de España. De igual modo pudiera haber actuado el episodio – mucho menos conocido – de la compra a aquella de dos naves de guerra para la marina argentina, no casualmente bautizadas como *Juan de Garay* – el vizcaíno que fundó la ciudad de Buenos Aires – y *Miguel de Cervantes*, una demostración de progreso técnico capaz de socavar la imagen de España como país atrasado, impenetrable al progreso científico y tecnológico, entre los migrantes hispanos y la sociedad porteña en general.

Sin embargo, al comenzar la guerra de 1936, y en un contexto marcado por la reaparición y/o el recrudecimiento en el seno de la colectividad española de antiguos rencores y odios, todo lo que fuera opinión política desapareció de las páginas de la revista, siendo reemplazada por reiterados llamamientos a la paz, novedades de las ayudas encauzadas a través de la Cruz Roja, el agradecimiento a las autoridades y sociedad argentinas por la ayuda dispensada a españoles durante el conflicto, justificaciones por el neutralismo adoptado por la APE ante el golpe de Estado y la guerra y, sobre todo, innumerables notas sobre las actividades de la ICEBA, arte, música española del Siglo de Oro, literatura, crítica dramática, Historia (muchas veces artículos firmados por destacados historiadores argentinos), etc. En aquella coyuntura bélica, el órgano de prensa no fue capaz siquiera de explicitar la existencia de un gobierno legal en lucha contra quienes se habían sublevado, limitándose a denominar a sublevados y frentepopulistas como “los dos bandos que combaten en España”. Sin embargo, en abril de 1939, profundizando un perfil ya decididamente conservador, acabó por encolumnarse detrás de un credo tradicionalista (CAMPOMAR, 2009) y el régimen franquista.

Epílogo: identidades de geometría variable

Si como recuerda Núñez Seixas (2013), la nación, en tanto *comunidad imaginada*, es el fruto de imágenes compartidas por un colectivo humano determinado, una de las cuestiones clave es cómo “medir” el alcance de dichos imaginarios. ¿Cuál fue el de éstos discursos / visiones de España durante las primeras cuatro décadas de la pasada centuria? ¿Se trató de algo limitado a las élites étnicas españolas en la Argentina, o lograron alcanzar a un público más vasto incluyendo el de la misma sociedad de acogida? Sometidos a la acción simultánea de diferentes discursos identitarios ¿habrá primado entre los emigrantes hispanos la identificación con España, con sus regiones de origen o su ámbito primario de interacción social? ¿O, por el contrario, se integraron en la sociedad receptora hasta el punto de considerarse argentinos?

Enfocándose en el primer tercio del siglo XX, período crítico del éxito o del fracaso (en ambos casos relativo) del proceso de construcción nacional español, Núñez Seixas (2014c) resalta la compleja dialéctica entre traslación de identidades desde el país de origen y construcción de otras nuevas en la Argentina, donde convivían diversas nacionalidades inmigrantes, culturas y estímulos. ¿Cuál sería el bagaje identitario que llevaban consigo aquellos emigrantes, máxime cuando una mayoría no tenía el castellano como primera lengua, y provenían de regiones donde empezaban a desplegarse movimientos políticos y culturales que proyectaban construir una identidad nacional alternativa a la española? ¿Hasta qué punto, a través de la interacción con la sociedad receptora, otros colectivos migrantes y la recreación y reconstrucción del espacio social de origen, experimentaron en la emigración una renacionalización española? ¿Cuál fue el peso de las identidades adquiridas, las reformuladas a partir del recuerdo y la nostalgia, y el de las reacciones frente a los prejuicios acerca del inmigrante reinantes en Argentina? ¿Cómo intuir, en fin, si expuestos también a otros discursos (como el de “clase”) no se identificaron más como obreros, trabajadores o parte del proletariado que como miembros de un colectivo nacional, regional o étnico?

Resulta relativamente sencillo verificar la existencia de los discursos (españolistas, galleguistas u otros), pero es mucho más complicado establecer el grado de penetración de esa armazón de ideas, proyectos e imágenes estereotipadas que conforman el discurso patriótico (sea el español, el gallego o el argentino) entre los sujetos anónimos que formaban el grueso de la comunidad hispana en el país. El valor que la élite y el conjunto de la co-

munidad inmigrante (y no sólo de la colectividad) atribuía a esos discursos y prácticas no era unívoco y, en puridad, sería pertinente preguntarse no sólo por su alcance, sino también por cómo circulan a través de los desniveles sociales.

Conviene recordar, por ejemplo, que los destinatarios del órgano de prensa de la APE eran fundamentalmente sus propios asociados (entre quienes la revista se distribuía de manera gratuita) pudiendo tratarse de particulares o asociaciones. Era, además, “el único contacto que existe entre la Junta y los señores socios”, según se expresa en sus mismas páginas (como en *Revista de la Asociación Patriótica Española*, 1931, p. 20). En números redondos poco más de un millar de ejemplares de cada número, por lo que no resulta descabellado sostener que el discurso que impregnaba la revista se agotaba en los mismos límites de la entidad, y sólo podría aspirar a influir en los puntos de vista de sus socios, al parecer mayoritariamente pertenecientes a la élite de la comunidad o al menos a la periferia de la misma (Fernández, 1987). Además, es preciso recordar que, aunque sin duda significativa, tan sólo una porción minoritaria de los españoles en la Argentina se asoció a una institución étnica panhispánica, regional o microterritorial.

En cualquier caso, a la hora de evaluar el impacto o penetración del discurso (o los discursos) nacionalista español, no sólo entre la comunidad hispana sino en la sociedad de acogida, resulta necesario tomar en cuenta la ya mencionada sensación de amenaza o disgregación de la cultura nacional que, en algunos sectores de las élites criollas, existía en relación a la amplia inmigración italiana en el país y otras corrientes menores. En ese contexto, la APE y la ICEBA se desarrollaron como dos formas complementarias de accionar a favor del patriotismo español. Es posible que el alcance de los discursos o visiones de España y de lo que entrañaba *ser* español, difundidos a través de la revista de la primera, la Cátedra de la segunda y las diferentes tribunas a su alcance, haya superado el estrecho círculo de las élites étnicas, alcanzando a un público más vasto. Pero además, en cuanto al rol que específicamente jugó la APE, debe tenerse en cuenta, por ejemplo, que fue su iniciativa la que impulsó al gobierno argentino a declarar el 12 de octubre como fiesta nacional, un hecho que sin duda impactó con fuerza en la opinión pública del país. El notable grado de efervescencia en relación al papel de España en América, la apropiación del espacio público por obras artísticas que reivindicaban el pasado español, y la misma movilización generada por el estallido de la guerra civil de 1936, dan cuenta del grado en el que

la apelación a lo hispano había crecido durante las décadas de 1920 y 1930, hasta impregnar el imaginario y la opinión pública de la sociedad criolla.

En el migrante coexisten “identidades de geometría variable” (NÚÑEZ SEIXAS, 2015). Si quienes llegaron del País Vasco, Cataluña o Galicia, y cuya lengua materna no era el castellano, transfirieron a América su identidad local, regional o comarcal a un nivel prepolítico y sin entrar en contradicción con un sentimiento de identidad nacional española, una vez en ultramar en muchos casos se convirtieron en españoles gracias a su participación en los colectivos de emigrantes (NÚÑEZ SEIXAS, 2014a). De tal modo, parece sensato afirmar que durante el período estudiado coexistieron en la comunidad hispana en el país una serie de identidades no necesariamente contradictorias o excluyentes entre sí: la identificación con la “patria chica” (la región, pero a veces también la parroquia de origen), el conjunto de España o con la Argentina, este último un sentimiento tanto más fuerte cuanto más largo era el tiempo de residencia en el país y más numerosos los vínculos establecidos con la sociedad receptora. Del mismo modo, es probable que, al nivel de la conducta y los usos cotidianos, una prolongada permanencia en el lugar de emigración acabase por producir una inconsciente integración cultural (en sentido amplio). De ser así, la historia de los españoles en la Argentina es también la de una continua simbiosis cultural.

Bibliografía

- ABELLÁN, José Luis, 2005 – “La Regeneración como proyecto y su vinculación a América Latina”, in Marta E. Casás Arzú; Manuel Pérez Ledesma (eds), *Redes intelectuales y formación de naciones en España y América Latina (1890-1940)*. Madrid: Ediciones Universidad Autónoma de Madrid, p. 15-21.
- ÁLVAREZ JUNCO, José, 2001 – El nacionalismo español: las insuficiencias en la acción estatal. *Historia Social*, 40, p. 29-51.
- ÁLVAREZ JUNCO, José; FUENTE MONGE, Gregorio de la, 2013 – “El 98. Regeneracionismo y krausismo”, in José Álvarez Junco (coord.); Gregorio de la Fuente; Carolyn Boyd; Edward Baker, *Las historias de España*. Crítica / Marcial Pons, p. 329-352.
- BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina (ed.), 2006 – *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Biblos.
- BUCHBINDER, Pablo, 2019 – Intercambio Académico y disputas internacionales: La Universidad de Buenos Aires en los años 20. *Anuario de la Escuela de Historia Virtual*, 10, p. 25-50.
- CAMPOMAR, Marta, 2009 – *Ortega y Gasset en la curva histórica de la Institución Cultural Española*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva / Fundación José Ortega y Gasset.

- DEVOTO, Fernando, 2003 – *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires, Sudamericana.
- DEVOTO, Fernando; FERNÁNDEZ, Alejandro, 1990 – “Mutualismo étnico, liderazgo y participación política. Algunas hipótesis de trabajo”, in Diego Armus (comp.), *Mundo urbano y cultura popular. Estudios de Historia Social Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, p. 129-152.
- DUARTE, Ángel, 2002 – Republicanos, emigrados y patritos. Exilio y patriotismo español en la Argentina en el tránsito del XIX al XX. *Ayer*, 47, p. 71-79.
- DUARTE I MONTSERRAT, Ángel, 2009 – A patria lonxe da casa. Emigración política e identidade nacional dos españois en Arxentina. *Estudios Migratorios*, 9, p. 33-59.
- FERNÁNDEZ, Alejandro E., 1987 – Patria y cultura. Aspectos de la acción de la elite española de Buenos Aires (1890-1920). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 6-7, p. 291-307.
- FIGALLO LASCANO, Beatriz, 2014 – *Argentina y España. Entre la pasión y el escepticismo*. Buenos Aires: Teseo.
- GARCÍA, Ignacio, 2000 – Apoyo de los españoles en América a la causa de Cuba española. El caso argentino. *Estudios Sociales*, 19, p. 85-104.
- GARCÍA CAMARERO, Ernesto, 2012 – *La ciencia española, entre la polémica y el exilio: pasando por el Ateneo de Madrid y la Junta para la Ampliación de Estudios*. Madrid: Caligrama.
- GARCÍA SEBASTIANI, Marcela, 2011 – “Antonio Atienza y Medrano: institucionalista en otras tierras”, in Marcela García Sebastiani (dir.), *Patriotas entre naciones. Elites emigrantes españolas en Argentina (1870-1940)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, p. 127-157.
- GARCÍA SEBASTIANI, Marcela, 2013 – España fuera de España. El patriotismo español en la emigración argentina: una aproximación. *Hispania*, 244, p. 469-500.
- GARCÍA SEBASTIANI, Marcela, 2020 – “Nacionalismos e identidad nacional entre los españoles en Argentina (1860-1975)”, in Marcela García Sebastiani; Xosé M. Núñez Seixas (eds.), *Hacer patria lejos de casa. Nacionalismo español, migración y exilio en Europa y América (1870-2010)*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, p. 41-71.
- GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos, 2013 – “Ramiro de Maeztu”, in Antonio Morales Moya; Juan Pablo Fusi Aizpurúa; Andrés de Blas Guerrero (dir.), *Historia de la nación y del nacionalismo español*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, p. 713-722.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, José María, 2007 – La Junta para Ampliación de Estudios y su proyección americanista: la Institución Cultural Española. *Revista de Indias*, 239, p. 81-102.
- MACARRO VERA, José Manuel, 1994 – “La imagen de España en la Argentina”, in Rafael Sánchez Mantero; José Manuel Macarro Vera; Leandro Álvarez Rey, *La imagen de España en América 1898-1931*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispnoamericanos, p. 61-110.
- MOYA, José C., 2004 – *Primos y extranjeros. La inmigración española en Buenos Aires 1850-1930*. Buenos Aires: Emecé.
- MORENO LUZÓN, Javier; NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2013a – “Introducción. Los imaginarios de la nación”, en Ids. (eds.), *Ser españoles. Imaginarios nacionalistas en el siglo XX*. Barcelona: RBA, p. 9-19.

- MORENO LUZÓN, Javier; NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2013b – “Rojigualda y sin letra. Los símbolos oficiales de la nación”, in Ids. (eds.), *Ser españoles. Imaginarios nacionalistas en el siglo XX*. Barcelona: RBA, p. 21-56.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2013 – “Nación y nacionalismos en la España contemporánea”, in Manuel Menéndez Alzamora; Antonio Robles Egea (coord.), *Pensamiento político en la España contemporánea*. Madrid: Editorial Trotta, 2013, p. 275-312.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2014a – Sueños de redención: Liderazgo étnico, exilio político y etnonacionalismo en las colectividades de emigrantes ibéricos en América Latina (1880-1960), in Id., *Las patrias ausentes. Estudios sobre historia y memoria de las migraciones ibéricas (1830-1960)*. Oviedo: Genuve Ediciones, p. 143-172.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2014b – “El competidor imaginario: Los inmigrantes italianos según la colectividad española de la Argentina (1900-1940)”, in Id., *Las patrias ausentes. Estudios sobre historia y memoria de las migraciones ibéricas (1830-1960)*. Oviedo: Genuve Ediciones, p. 173-213.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2014c – “Gaitas y tangos: Las fiestas de los inmigrantes gallegos en Buenos Aires (1890-1930)”, in Id., *Las patrias ausentes. Estudios sobre historia y memoria de las migraciones ibéricas (1830-1960)*. Oviedo: Genuve Ediciones, p. 241-274.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2015 – “Imaginar España a través de la parroquia: La sociabilidad de los gallegos de América y sus jerarquías identitarias, ponencia presentada”, en *Workshop Internacional “España fuera de España: Identidad nacional en la diáspora y el exilio, siglos XIX y XX”*. República Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento, Partido de Malvinas Argentinas, 13 de marzo de 2015.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2018 – *Suspiros de España: El nacionalismo español, 1808-2018*. Barcelona: Crítica.
- ORTÍZ, Eduardo L., 1989 – “Las relaciones científicas entre Argentina y España a principios de siglo. La Junta para Ampliación de Estudios y la Institución Cultural Española”, in J. M. Sánchez Ron (coord.), *La Junta para la Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas ochenta años después*, vol. 2. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 119-158.
- PEÑA SAAVEDRA, Vicente, 1991 – *Éxodo, organización comunitaria e intervención escolar. La impronta socio-educativa de la emigración transoceánica en Galicia*, 2 volumes. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- PÉREZ VEJO, Tomás, 2013 – “España vista desde Hispanoamérica”, in A. Morales Moya, J. P. Fusi Aizpurúa; A. de Blas Guerrero (dirs.), *Historia de la nación*, p. 1048-1069.
- PRADO, Gustavo H. 2008 – *Rafael Altamira en América (1909-1910). Historia e Historiografía del proyecto americanista de la Universidad de Oviedo*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Revista de la Asociación Patriótica Española*, 1928 – 12 de Octubre. Declarado “Fiesta Nacional” en la República Argentina, 10, p. 1.
- Revista de la Asociación Patriótica Española*, 1931 – “Memoria y balance general. Correspondientes al ejercicio 1930-31, 39, p. 20.

- ROMERO, Ana Leonor, 2007a – La política del Patriotismo. La conformación de la Asociación Patriótica Española (1896-1898). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 64, p. 457-484.
- ROMERO, Ana Leonor, 2007b – “*Curando las heridas del '98*. La reformulación del discurso patriótico como estrategia política. El caso de la Asociación Patriótica Española”, en Actas de las XI^o Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia, San Miguel de Tucumán, Universidad Nacional de Tucumán.
- ROMERO DE PABLOS, Ana, 2011 – “Relaciones científicas entre España y Argentina, dos casos históricos: la Institución Cultural Española de Buenos Aires y los comienzos de la energía nuclear”, in Mario Albornoz; Jesús Sebastián (eds.), *Trayectorias de las políticas científicas y universitarias en Argentina y España*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 15-38.
- SEPÚLVEDA, Isidro, 2005 – *El sueño de la Madre Patria: hispanoamericanismo y nacionalismo*. Madrid: Fundación Carolina/Marcial Pons.
- SEPÚLVEDA, Isidro, 2007 – La JAE en la política cultural de España hacia América. *Revista de Indias*, 239, p. 59-80.

El Asociacionismo Cultural Vasco y la Resistencia Política en América (1936-1975)

*José Manuel Azcona*²⁶⁷

*Miguel Angel Ajuriaguerra*²⁶⁸

Orígenes históricos de la emigración y el asociacionismo vasco

La realidad cultural es un reflejo de la sociedad en la que se forja. Sin embargo, cuando se divide surgen tendencias que, sin modificar la esencia originaria, la hacen evolucionar y generar relaciones nuevas. En este trabajo se analizan las posturas inherentes al asociacionismo cultural vasco en Latinoamérica durante su exilio, abarcando el periodo histórico que comprende desde las Guerras Carlistas hasta la muerte del General Franco 1876-1975. De esta forma, se establece el marco temporal necesario para poder valorar la actividad social de la diáspora vasca con relación a su influencia en la política, sociedad y cultura en los países de acogida durante su desarraigo de España. Por ello, la emigración y el asociacionismo se debe considerar con respecto a los siguientes acontecimientos históricos relevantes para su sociedad:

- Las Guerras Carlistas del siglo XIX. Las cuales provocaron la primera gran diáspora que acabó, en gran medida, con un gran número de desplazados en el cono sur latinoamericano. Lo más relevante de esta primera emigración son los conflictos que se generaron con respecto a la segunda gran salida vasca a Iberoamérica. Estos conflictos estaban ligados principalmente por las diferentes posturas políticas entre ellos. Con relación a este primer exilio se destaca la importancia e influencia que tuvo la sociedad vasca con respecto a la de acogida. Esta influencia también llegó a ser política, ya que fue en esta primera salida cuando los padres del futuro presidente Ortiz Lizardi emigraron a Argentina.
- El comienzo de la Guerra Civil. Aspecto que provocó un movimiento de desplazados que, sobre todo, buscaron cobijo rápido en Fran-

²⁶⁷ Universidad Rey Juan Carlos.

²⁶⁸ Universidad Rey Juan Carlos.

cia. No obstante, a medida que la situación política empeoraba estos comenzaron a emigrar a Iberoamérica.

- El bombardeo de Gernika en 1937 en la Guerra Civil española (1936-1939), la cual trajo consigo un rechazo internacional del alzamiento franquista y favoreció la causa de la resistencia vasca. Este ataque provocó la simpatía internacional de la sociedad local y su buena acogida internacional, especialmente en Argentina. Por otra parte, es importante destacar que Europa se encontraba en los albores de la Segunda Guerra Mundial. Este aspecto, junto con las tensiones e incertidumbres entre los países europeos, provocaron que la migración vasca en Francia disminuyese en favor de otros destinos. No obstante, la coordinación de las rutas migratorias se siguió ejerciendo desde París mediante la canalización del Gobierno Vasco en el exilio.
- La Segunda Guerra Mundial. Este aspecto alteró la relación de proximidad de la diáspora vasca con los países colindantes. Con su estallido la permanencia en Francia descendió, sobre todo, tras la ocupación alemana. Sin embargo, es en este periodo cuando la emigración a las plazas americanas se popularizó entre los vascos, siendo Argentina el destino preferido. Especialmente tras la promulgación de los decretos de Ortiz Lizardi como veremos después.

La cultura vasca y el auge de su desarrollo se produjo principalmente entre los años 1936 y 1975. Desde la globalidad del desarrollo cultural es relevante primero destacar su enriquecimiento durante el exilio y, segundo, por transformarse en vanguardista con el regreso al País Vasco de parte de sus protagonistas. Este enriquecimiento se fundamenta especialmente con respecto a la identidad cultural del pueblo vasco, tanto por su temática como por su la riqueza. Aspecto que fue inicialmente promovido por su asociacionismo cultural en América. Ya que, las principales relaciones entre este y su promoción cultural se produjeron principalmente en Iberoamérica. Y, específicamente en los países pertenecientes al cono sur junto con México.

Mientras, en Europa, Francia representaba el foco principal de los circuitos culturales y de las vanguardias vascas. La importancia de Francia para el exilio se debió fundamente al efecto de proximidad y a los lazos ya existentes con el País Vasco francés. A su vez, fue en París donde inicialmente se instaló la delegación del Gobierno Vasco en el exilio. Como también fue en Francia donde se formó la primera asociación relevante para los vascos. Co-

nocida como la Liga Internacional de Amigos de los Vascos. De esta forma, en este capítulo se recogen los aspectos del asociacionismo y de la relación que se estableció entre las distintas asociaciones y delegaciones vascas entre Europa y América para fomentar la cultura propia. Esta se fundamentó en la celebración de exposiciones y publicaciones. Con respecto a las primeras se destaca que principalmente fueron de ámbito pictórico y escultórico. Y, que, mediante la influencia social tuvo una conjunción vanguardista con respecto a la composición arquitectónica. Especialmente con el retorno del exilio. Para ello, es necesario indagar y esclarecer el periodo político en el que se produjo el regreso a España para entender las principales manifestaciones culturales, ya que, hay un efecto de causalidad directa con respecto a la creación y manifestación artística vasca. Esta relación es la que genera la relevancia e influencia del asociacionismo en el exilio. Aspecto que también ayudó a su difusión a lo largo de todo el continente americano y de Europa.

Por ello, si se atiende al contexto político que se generó en España tras finalizar la Guerra Civil (1936-1939) y en Europa por el inicio de la II Guerra Mundial, se puede entender la relación de protesta mediante la inspiración y creación de obra artística. Ambas son de suma importancia política para la consecución de tanto el objetivo del independentismo vasco como de su aceptación nacional e internacional. Así, los conflictos armados europeos y el civil español representaron una oportunidad de protagonismo y visualización tras la formación del primer Gobierno Vasco del 6 de octubre de 1936, cuando se aprobó el Estatuto de Autonomía de Euskadi. Situación que no se quiso desaprovechar, y por la que el mismo día 7 de octubre se formó el primer Gobierno Vasco (CASTELLS ARTECHE, 1977, p. 121-144).

No obstante, la importancia del asociacionismo vasco y su relación con el cono sur tuvo su origen en Francia tras el estallido de la Guerra Civil Española. Específicamente, tras la caída de Bilbao el 19 de junio de 1937. Momento en el que el Gobierno Vasco se vio obligado a trasladarse a París pasando primero por Santander y después por Barcelona. Así, también se abrieron delegaciones, denominadas consulados, en las ciudades de Burdeos, Bayona, París, Londres y Buenos Aires. Siendo finalmente elegida la sede de París como la oficial del Gobierno Vasco en el exilio²⁶⁹. En todas ellas, sus delega-

²⁶⁹ GOBIERNO VASCO. Sedes en la historia.

www.euskadi.eus/gobierno-vasco/contenidos/informacion/sedes_historia/es_5498/avda_marceau.html [consult. 1.12.2020]

dos ejercían de enlace entre los refugiados y las autoridades locales para poder legalizar sus diferentes estatus (CASTELLS ARTECHE, 2013, p. 491-513).

Con respecto al desarrollo cultural, es importante destacar las labores que estas delegaciones tenían para fomentar y promover la cultura vasca allá donde se establecían. Estas promociones se realizaban mediante los acuerdos de conformación de asociaciones. Para poder entender la importancia de este modelo asociacionista en el cono sur es importante considerar el efecto puente, o lanzadera, que representó Francia para los vascos exiliados. Esta consideración se debió principalmente a la proximidad física y cultural con la sociedad vascofrancesa, al compartir con ella lazos culturales²⁷⁰. Y, ya que, el pueblo vasco, cuya lengua es el euskera, abarca un modesto territorio entre los estados español y francés. Este ámbito geográfico galo conserva las tradiciones y aspectos lingüísticos comunes y durante el exilio vasco representó la primera opción de refugio durante la guerra civil y la posterior persecución política por parte del franquismo. Además, las delegaciones de Bayona, Burdeos y París representaron la salida inicial para muchos vascos que posteriormente decidían emigrar a América. Un ejemplo del efecto puente francés se reflejó en la propia campaña de visita que realizó José Antonio Aguirre en octubre de 1941, la primera que se producía en América (GOIOGANA MENDIGUREN, 2009, p. 84-90). La cuál se organizó desde la delegación de París. El objetivo de Aguirre era visualizar la causa política de la emigración y exilio vasco en los países latinoamericanos. Es especial en aquellos con mayor número de exiliados vascos, como eran Argentina, Uruguay y Chile.

Esta relación con Francia y el exilio americano se afianzó a causa del bombardeo de Gernika el 26 de abril de 1937. Este acto, tuvo efectos muy negativos para la causa de los sublevados del general Franco. Debido al bombardeo se establecieron nuevos vínculos con los exiliados vascos, primero en Francia y después en América (CARBALLÉS, 2007, p. 683-708). Así, el 16 de diciembre de 1938, se constituyó en París la Liga Internacional de Amigos de los Vascos, también conocida por los acrónimos LIAB. Contaba en su dirección con un representante del Gobierno Vasco en el exilio. Y, además, se dedicó a organizar y promocionar los distintos programas humanitarios y benéficos en los países de acogida. También, mediante la liga se gestionaba la cobertura legal necesaria para los vascos en el exilio (AZCONA PASTOR,

²⁷⁰ País Vasco Francés cuya traducción literal es: zona norte. En euskera Iparralde.

URRUTIA RASINES, LEZAMIZ LUGAREZARESTI, 2019, p. 30) pudiesen regularizar su situación.

Por otra parte, en Francia los refugiados vascos eran primero internados en campos de concentración denominados por el gobierno francés como de “acogida”, de los cuales se distribuían a posteriori, si eran finalmente aceptados, a sus destinos de alojamiento final. Esta situación se consideró desde el Gobierno Vasco en el exilio que replanteó las acciones sociales y fomentó la creación de programas de ayuda de forma conjunta con las asociaciones como la LIAB y la Unión de Trabajadores Vascos. Gracias a estos programas se consiguió realojar a los exiliados reconocidos por el ejecutivo francés en distintos centros según sus habilidades, especialidades y oficios (SÁNCHEZ ZAPATERO, 2011, p. 215-232). También desde las delegaciones de París, Burdeos y Bayona se organizaron las partidas de los exiliados vascos hacia Latinoamérica (AZCONA PASTOR, URRUTIA RASINES, LEZAMIZ LUGAREZARESTI, 2019, p. 18). No obstante, muchos de ellos, aun sabiendo la inestabilidad política que se vivía en Europa, decidieron permanecer en Francia y en otros países europeos por la proximidad al lugar natal ante la posibilidad de un eventual regreso.

Es importante destacar que, a pesar de ser Francia el primer destino del exilio vasco por su proximidad, ésta no mostró un especial interés por el acogimiento de refugiados. La situación política entre los países europeos era muy compleja debido a que se estaba a las puertas de la Segunda Guerra Mundial. Por este motivo, muchos exiliados en Francia buscaron opciones en Latinoamérica. Además de los destinos iniciales, también se destacan tanto México como los Estados Unidos como los países con mayor acogida del exilio español. Esto se debe a que el exilio vasco prefirió, entre otros, destinos como Argentina, Venezuela y Colombia. El motivo por el cual los vascos optaban por lugares era debido a la reputación que habían adquirido los migrantes con respecto a la cultura laboral de los mismos. La cuál estaba muy condicionada por la laboriosidad y moralidad del pueblo vasco (MINA, 1988, p. 144-162).

Otro aspecto que era representativo de las delegaciones del Gobierno Vasco en Francia era la labor de certificación de la documentación. La cual era necesaria para poder regularizar los aspectos administrativos de la emigración. Ya que, en muchas ocasiones, los exiliados disponían de una documentación caduca y no válida para formalizar los diferentes estatus de migrante en los países de destino. En el caso de Argentina, se facilitó y favo-

reció a la emigración vasca gracias al decreto del presidente Ortiz Lizardi del 13 de diciembre de 1946 (LUNA, 2012).

En el caso argentino es importante también señalar las labores realizadas por la delegación del Gobierno Vasco junto con las asociaciones existentes que colaboraron activamente en la financiación y acogimiento de los vascos en Argentina (LLORDÉN MIÑAMBRES, 1998, p. 79-130). De esta relación, cabe destacar la férrea oposición que se produjo por parte del gobierno español de Franco al argentino tanto con respecto al exilio como al decreto Ortiz Lizardi. En este sentido destaca la labor realizada por el gobierno franquista desde las distintas sedes diplomáticas. Primero, con respecto al control y seguimiento de la diáspora vasca, ya que un elevado porcentaje provenía del exilio nacionalista, y, segundo, por la presión política que ejercieron para que el gobierno argentino anulara el decreto Ortiz Lizardi. En el caso argentino los diplomáticos y emisarios del gobierno franquista tenían la labor principal de controlar a los llamados separatistas vascos (PARDO SANZ, 2011, p. 45-58). Por ello, el embajador español en Argentina luchó sin descanso para que las autoridades bonaerenses anulasen el texto referido de 1940. Así, la presión diplomática tuvo su éxito, ya que, el gobierno de Juan Domingo Perón eliminó el decreto del presidente Ortiz Lizardi el 13 de diciembre de 1946 (LUNA, 2012).

No obstante, y como consecuencia del bombardeo de Gernika, los intentos del gobierno franquista perdieron relevancia a favor de la causa que se estableció en toda América, tanto con relación al acogimiento de los vascos en Latinoamérica como por el posicionamiento que manifestó el gobierno estadounidense. A su vez, es destacable el apoyo e influencia que realizaron los centros vascos (SAN SEBASTIÁN, 1998, p. 47-163) en las decisiones políticas de los países de acogida. Con respecto al posicionamiento estadounidense es importante destacar la labor que el senador por el estado de Idaho, William Borah, realizó ante el congreso de su país en favor de la migración vasca. Por ello, y gracias a su exposición, se aunaron apoyos por parte de otros senadores logrando emitir una queja oficial del gobierno de Washington al gobierno español (AZCONA PASTOR, URRUTIA RASINES, LEZAMIZ LUGAREZARESTI, 2019, p. 110-128). No obstante, el esfuerzo diplomático del ejecutivo de Madrid no finalizó. Ya que, tras formalizar la creación del gobierno franquista, se estableció entre los consulados y embajadas de toda América un entramado funcional que además de servir de soporte al nuevo régimen incidían en contra de la causa del exilio vasco.

Como se ha mencionado con anterioridad, otro aspecto que condicionó el asociacionismo vasco en Iberoamérica fue el inicio de la Segunda Guerra Mundial en Europa. Este conflicto influyó negativamente a los exiliados vascos en Francia y en otros países europeos. Especialmente ante el avance y expansión del nazismo. Con este ámbito, ante el temor de una invasión alemana a Francia, muchos franceses y exiliados vascos se vieron en la tesitura de considerar la emigración a otros países más seguros. Dentro de las opciones disponibles en ese periodo histórico se consideraba al continente americano como la mejor alternativa. A medida que la guerra avanzaba en Europa y se consolidaban las ocupaciones e invasiones nazis, el Gobierno Vasco en el exilio consideró que las opciones más apropiadas para mantener tanto su labor de asistencia como su organización política, era el continente americano. Por ello, el presidente vasco en el exilio, José Antonio Aguirre, primero se exilió en Bélgica y después realizó una gira en América (MEES, 2006) para sumar apoyos a la causa vasca en el exilio.

Durante el periodo en el que se produjo la ocupación nazi en el norte de Francia, la sede del Gobierno Vasco fue entregada bajo custodia al gobierno franquista. Este aspecto favoreció tanto la pérdida como la desorganización de documentación general (MOTA ZURDO, 2017, p. 296-301) de los exiliados junto con los planes políticos del Gobierno Vasco. De esta forma, las labores de asistencia para los exiliados en Europa se comenzaron a realizarse desde la delegación de Londres. Mientras, en América se empezó a organizar las sedes y oficinas del Gobierno Vasco en las ciudades de: Buenos Aires, Santiago, Caracas, Santo Domingo, Ciudad de México y Nueva York.

Todos estos acontecimientos fortalecieron las labores del asociacionismo local y los lazos de hermandad entre los exiliados, especialmente en Hispanoamérica. Es necesario volver a mencionar las sedes latinoamericanas de la Liga Internacional de Amigos de los Vascos de: Argentina, Venezuela, México y Estados Unidos. Mientras en Europa las delegaciones belga e inglesa de la LIAB realizaron importantes labores humanitarias en el exilio vasco europeo. La labor de la LIAB junto con las delegaciones del Gobierno Vasco también fue fundamental para la organización de los buques que permitieron a los expatriados el viaje al continente americano (LLORENS, AZNAR, 2006).

Las rutas marítimas de estos buques se distribuían en función de los acuerdos de emigración existentes entre países. Al comienzo de la Segunda Guerra Mundial los pactos eran escasos y por ello las principales rutas de exilio se dirigieron hacia: República Dominicana, Colombia o Venezuela.

Sin embargo, es destacable el interés por el exilio en el cono sur, específicamente en países como Argentina, Uruguay y Chile. Esto era debido al asentamiento de los vascos en estos países como consecuencia de las Guerras Carlistas, desde el siglo XIX. De esta forma, muchos exiliados utilizaban el desembarco en las naciones citadas con acuerdos para poder subirse de nuevo a otros navíos que les permitiese alcanzar Argentina y el resto de los ámbitos geográficos del cono sur. Es importante que para estas labores fue fundamental contar con la coordinación de las actividades de las asociaciones vascas consolidadas.

Con respecto al desarrollo y fomento cultural debemos destacar que las primeras manifestaciones artísticas del exilio vasco debido a la guerra civil se produjeron en Francia. Pero este aspecto no es el único representativo ya que, previamente, y como consecuencia de las Guerras Carlistas la cultura vasca se comenzó a desarrollar en el exilio entre los países del cono sur. De esta forma se comenzó a difundir mediante las primeras asociaciones y sociedades, especialmente en Argentina. Sin embargo, Francia cobró una importancia cultural sin igual durante el periodo de la guerra civil debido al fenómeno de la proximidad. Esto fue debido a que representaba una oportunidad de difusión entre los circuitos europeos del arte ajenos al conservadurismo del régimen franquista en España. En los siguientes epígrafes se expondrá primero la relación del asociacionismo en el cono sur y la influencia, difusión y resistencia de la cultura vasca con respecto a la política que se promovía desde la dictadura franquista.

En el Cono Sur

El asociacionismo vasco, como el de otras nacionalidades, no alcanzó relevancia hasta que se produjeron las grandes migraciones europeas por el exilio de la Guerra Civil y de la Segunda Guerra Mundial. Las dificultades socioeconómicas y las diferencias políticas entre los emigrantes provocaron inicialmente tensiones entre ellos. Sin embargo, tras el bombardeo de Gernika estas diferencias se diluyeron y se dio paso a la transición de sus funciones como centros de acogida y coordinación hacia un perfil más político e identitario. Las labores de estas asociaciones fueron distintas en función de las características propias de cada país de acogida. En una primera etapa su función se centraba en aspectos administrativos y políticos, pero más adelante se fomentó el perfil identitario mediante la promoción cultural. Así,

la representación cultural del exilio tras el bombardeo de Gernika favoreció la migración que huía tanto de la Guerra Civil como de la persecución y opresión franquista. En una segunda etapa, tras finalizar esta contienda y la Segunda Guerra Mundial, las asociaciones se centraron en la promoción y defensa de la identidad y cultura vasca ya que en España no era posible.

La situación política europea antes, durante y tras la segunda Guerra Mundial también condicionó las relaciones exteriores de los exiliados en los países de acogida. En el caso de los vascos en Iberoamérica y, concretamente de los países del cono sur como Argentina, Chile y Uruguay fueron determinantes ya que existían asociaciones consolidadas por causa de las Guerras Carlistas. La importancia de todas las asociaciones vascas del periodo comprendido entre 1936-1975 se fundamentaba en la importancia que tenía para las delegaciones del Gobierno Vasco para fomentar la visualización política de la causa vasca frente a la española, para poder así promover su independencia. Por ello, desde estas administraciones se promovían la participación con otras organizaciones para favorecer la colaboración con la asociación vasca considerada más importante: Liga Internacional de Amigos de los Vascos (*Ligue Internationale des Amis des Basques*, LIAB, aunque también es conocida por el acrónimo LIAV). Que se encargaba de consolidar los lazos de apoyo ante los poderes públicos de cada país con y para la causa y exilio vasco (AZCONA PASTOR, URRUTIA RASINES, LEZAMIZ LUGAREZARESTI, 2019, p. 43). Además, las asociaciones también eran muy importantes para mantener y promover la cultura e identidad vascas. Ya que, entre los mayores temores que tenían tanto las delegaciones del Gobierno Vasco como las asociaciones en el exilio era la pérdida de sus ciudadanos del carácter cultural e identitario propio. Y su importancia con el asociacionismo vasco en el cono sur se debe a que la LIAB en Argentina fue el pilar fundamental que sustentaba el exilio y asociacionismo no solo en el cono sur sino en toda Latinoamérica.

Las funciones de la LIAB inicialmente eran básicamente la propia gestión humanitaria de los exiliados. Esta asociación junto con el tejido político empresarial vasco en los países de acogida permitió establecer bolsas de trabajo para proporcionar empleo a sus miembros. Otro aspecto fundamental de la LIAB fue su colaboración política tanto con las delegaciones del Gobierno Vasco como con los gobiernos municipales de los países donde se establecía para difundir las actividades que se producían entre de las asociaciones vascas en Latinoamérica. Otro aspecto que se produjo desde la

LIAB fue la promoción, difusión e información de la problemática política y social vasca con respecto a su identidad e independencia. De esta forma, la realización e impulso de actividades culturales se adaptaban a estos fines. Uno de los principales triunfos de la LIAB, junto con el comité pro-inmigración vasca, fue el de conseguir la admisión de los exiliados en Argentina (AUZA, 2013, p. 27-100) tras la revocación del decreto Ortiz Lizardi en 1946. No obstante, los inicios de la LIAB fueron especialmente convulsos ya que, en 1939, y tan solo a un año de su formación, el gobierno francés reconoció al ejecutivo del régimen franquista. Este aspecto alteró las actividades de la asociación tanto en Europa como en Hispanoamérica ya que sus acciones se centraron en la asistencia y soporte legal del nacionalismo vasco y la ayuda a la migración hacia América.

El reconocimiento del régimen franquista por parte del gobierno francés también supuso un problema para las asociaciones vascas ya existentes en los países del cono sur, especialmente para las argentinas. Ya que, la sociedad latinoamericana vasca quedó dividida al estallar la Guerra Civil en España (AUZA, 2013, p. 27-100), entrando en conflicto asociaciones y miembros antiguos y nuevos ante las distintas posturas políticas ante el franquismo, la guerra y el nacionalismo vasco. Llegando en algunos casos a disolverse asociaciones y separarse sus miembros para recolocarse en nuevas entidades afines a cada idea política.

Como se ha expuesto con anterioridad es importante destacar que estos emigrantes vascos (BERGARECHE, 2009) del siglo XIX se asentaron principalmente en Argentina y México escapando de las Guerras Carlistas. Y, al consolidarse en los países de acogida representaban un grupo de corte conservador y de sesgo socioeconómico alto. El caso argentino se destacó con respecto al resto de los países del cono sur o de México ya que las sociedades establecidas en Argentina a causa de las Guerras Carlistas y las migraciones previas tenían una consolidación, postura y acercamiento político próximo al del régimen franquista. Estos vascos en Argentina se reunían y realizaban sus actividades en la asociación *Gure Etxea* (Nuestra Casa), la cual fue fundada en 1929 en la ciudad de Buenos Aires. Y, además se posicionaron a favor del gobierno franquista y también acogieron a numerosos vascos de corte conservador realizando y promoviendo actividades culturales distintas al de la promoción del nacionalismo vasco como por el contrario realizaban las asociaciones ligadas a la LIAB. Este posicionamiento por parte de los miembros de *Gure Etxea* generó muchas discusiones hasta separarse entre

la colonia vasca consolidada en Argentina y los exiliados que se establecían en aquel país. Sin embargo, esta situación cambió completamente tras el bombardeo de Gernika.

De esta forma, y aunque continuaron existiendo discrepancias entre las distintas ideologías políticas (ALVAREZ GILA, 2019, p. 129-143) de la comunidad vasca, se minorizaron hasta formar un comité común en contra del bombardeo y del régimen franquista. Así, tras la homogenización de las posturas políticas en Argentina, la comisión de la LIAB ante la buena aceptación social pretendía expandir su modelo al resto de los países latinoamericanos. No obstante, parte de la aceptación del exilio vasco en aquel ámbito geográfico se debía a las emigraciones previas y a los éxitos cosechados por estos dentro del tejido empresarial e industrial, especialmente en los casos mexicanos y argentinos. Por este motivo, y volviendo al caso particular argentino, el presidente Ortiz Lizardi promulgó dos decretos. El primero del 20 de enero y el segundo del 19 de julio de 1940. Ambos dirigidos a favorecer la inmigración vasca en la República Argentina. Decretos que con respecto al exilio español eran muy diferentes al del resto de los países (LUNA, 2012) latinoamericanos. De esta forma, sus contenidos autorizaron el acceso a Argentina de más de mil familias.

Estos decretos también representaron una oportunidad para los vascos asentados en otros países como: República Dominicana, Venezuela y Colombia. Ya que les posibilitaba poder emigrar a Argentina donde se sentían más próximos a sus orígenes, pues Argentina era el epicentro sur de la diáspora vasca en Latinoamérica. Tal como el *Lendakari* Aguirre expresaba en las giras que realizaba para promover las políticas y labores que el Gobierno Vasco realizaba se calculaba que en Argentina residía la más elevada colonia de vascos junto con todos sus descendientes (MEES, 2004, p. 211). Este aspecto favoreció el efecto llamada hacia al cono sur. De acuerdo con el censo argentino a finales del año 40 del pasado siglo los emigrantes vasco-navarros, y sus descendientes, alcanzaban aproximadamente 100.000 miembros siguiendo el rastro de sus apellidos desde el siglo XIX. Esta comunidad comenzó a reunirse con numerosos compatriotas y con el resto de la sociedad argentina organizando distintas ferias temáticas y actos público que tuvieron una muy buena acogida.

El presidente José Antonio Aguirre en representación del Gobierno Vasco durante su exilio llegó a visitar Uruguay hasta en tres ocasiones a lo largo de los años 1941, 1942 y 1955. El objetivo de estas visitas era consolidar

las iniciativas y trabajos de la delegación del Gobierno Vasco en Uruguay. Estas giras de Aguirre a lo largo de Latinoamérica consolidaron la imagen del pueblo vasco, de su exilio y de su problemática con el franquismo. A su vez, puso en relieve las propuestas y acciones que desde el centro vasco *Euskal Erria* (SAN SEBASTIÁN, 1988, p. 36) se había realizado en Montevideo y resto de poblaciones uruguayas. Además, es importante reconocer la labor de esta asociación ya que desde su fundación, en 1912, realizó numerosas actividades culturales relacionadas con los vascos y su integración en la sociedad uruguaya. Este aspecto de integración hizo que el centro vasco *Euskal Erria* fuese considerado una de las asociaciones más prestigiosas de Montevideo y de las más representativas de la diáspora vasca en Uruguay, y en el resto de América.

No obstante, al igual que lo acontecido con la asociación vasco-argentina *Gure Etxea*, la primera visita de Aguirre a Montevideo irritó a los sectores locales pro-franquistas refugiados en el país antes del estallido de la Guerra Civil Española. Durante su estancia en Montevideo el *lendakari* Aguirre fue testigo del primer enfrentamiento de la sociedad *Euskal Erria* entre la diáspora vasca. El origen de la disputa se debía a las distintas posturas políticas que sus 900 socios mantenían. Ya que, aproximadamente el 10% estaban a favor de la República mientras que el 80% restante se mostraban a favor del régimen del General Franco. Esta diferencia entre los miembros se vio agravada por la visita de Aguirre. Especialmente debido a la insistencia de los miembros abertzales (patriotas en idioma vasco) del Centro *Euskal Erria* para celebrar un homenaje a Aguirre en la sociedad. Las discrepancias llegaron al punto de ser preciso una votación del órgano de gobierno de la asociación para determinar la realización del acto de homenaje o no. De esta forma, la consulta se concluyó con los siguientes resultados: dos votos a favor, nueve en contra, y una abstención. Por ello, el centro no realizó ningún homenaje por la visita de Aguirre a Uruguay y el comunicado a los socios del centro esclareció que se trataba de una sociedad vasca apolítica²⁷¹ en la que sus miembros eran libres de posicionamientos ideológicos pero que no debían esperar que la institución se posicionase a favor de ninguno de ellos.

No obstante, algunos miembros de la asociación *Euskal Erria*, junto con otros de asociaciones menores en Uruguay prestaron ayuda al presidente Aguirre y en todos los actos que se realizaron se homenajeó a la diáspora

²⁷¹ Entrevista a Fernando Muru/Carlos González Mendilaharsu.

vasca sin llegar a realizarse ningún evento político en el centro. A su vez, en todas las actividades realizadas en Uruguay también participaron tanto los miembros del Centro Republicano Español como los comunistas de Casa de España. De estos actos se destaca que ambas asociaciones vistiesen sus balcones con la bandera roja gualda y la *ikurriña* entrelazadas atendiendo al hecho por el que el Partido Nacionalista Vasco era, y es, un partido conservador de corte cristiano. También es importante señalar que en agosto de 1945 se formó el Comité de Ayuda a los Vascos el Montevideo. Este comité tenía la intención de proporcionar a los exiliados que habían vivido en la Francia ocupada por el nazismo la ayuda necesaria para poder trasladarse a Uruguay, dejando de existir en 1946 (MARENALES ROSSI, 1994, p. 107-109).

Otra de las labores que organizó la comunidad vasca en Uruguay fue el desarrollo de campañas en favor de la oposición clandestina en España. Concretamente ayudando a los detenidos o condenados por el franquismo en el País Vasco y en otras regiones españolas. Es importante destacar como en la última visita que realizó Aguirre a Montevideo en 1955 tuvo lugar en el Centro *Euskal Erria* la conmemoración el Día del Euskera. Debido a que esta actividad era apolítica se decidió invitar a unirse al centro a Aguirre para sumarse a las celebraciones. Otro aspecto destacable de esta última visita es que las posturas entre los miembros del centro ya se habían acercado. Esto fue debido especialmente ante las noticias que llegaban a Hispanoamérica de la represión que ejercía del régimen de Franco. A su vez, es importante destacar que desde 1947 muchos vascos elegían Uruguay para su exilio de la postguerra. Y, que la mayoría de ellos eran de filiación nacionalista o próximos a ella.

En el caso chileno, las asociaciones vascas y sus miembros, al igual que lo acontecido en el resto de los países del cono sur, se mantuvieron posturas políticas y posicionamiento con respecto al régimen diferenciadas. Además, la Guerra Civil puso también en relieve las distancias de los miembros de la colonia vasco-chilena con respecto a la figura de Franco (AZCONA PASTOR, URRUTIA RASINES, LEZAMIZ LUGAREZARESTI, 2019). No obstante, el gobierno de aquel país, a semejanza del argentino, elaboró disposiciones de ley específicas para favorecer la entrada de los exiliados republicanos de origen vasco. Como en otras ocasiones, las delegaciones del Gobierno Vasco y las asociaciones mantuvieron una estrecha colaboración para facilitar rutas de acceso a Chile y acogimiento de los exiliados. Por ello, se establecie-

ron rutas marítimas específicas desde Liverpool y Burdeos hasta Valparaíso. La que obtuvo una mayor difusión y reconocimiento fue la producida desde Burdeos a Valparaíso a través del buque Winnipeg. Para la organización de este trayecto se contó con la colaboración del escritor Pablo Neruda, que en aquel momento era el cónsul chileno en París (LEMUS, 1998, p. 273-293).

Así, el 4 de agosto de 1939, dos mil exiliados vascos partieron desde Burdeos para Valparaíso. Estos exiliados, junto con los vascos ya residentes en Chile, constituyeron en 1941 la delegación vasca chilena. Las acciones de esta delegación se centraron principalmente en proporcionar alojamiento y empleo para los exiliados. No obstante, las labores de la delegación también procuraron ayuda al resto de los exiliados españoles ante las persecuciones iniciadas por el régimen franquista o por las autoridades nazis en Francia. De esta forma, el mismo año 1941 se conformó la primera publicación vasco-chilena bautizada como *Batasuna*, con el fin de informar al exilio vasco y promover la cultura e identidad vasco-chilena. Siguiendo este ejemplo, también vieron la luz nuevas ediciones con la misma temática, como en el caso de *Aurrera*. Por otra parte, en 1943 se publicaba el periódico mensual *Euzkadi*.

Por ello, la consolidación y evolución del asociacionismo vasco en Chile también fue destacable. Un ejemplo de estos aspectos fue el levantamiento del acta de la Fundación de la Agrupación Democrática Vasca dentro del Centro Republicano Español de Santiago de Chile. Y, la creación de tanto la *Euzko Etxea* de Valparaíso en 1946 como la de Santiago en 1949 (SALAZAR GONZÁLEZ, HERNÁNDEZ PONCE, 2007, p. 1520-2005). Estas asociaciones trataban de unificar a la creciente colonia vasca con los locales que fomentaban la identidad y producción cultural vasca en Chile. Sin embargo, y como ya había ocurrido con anterioridad en el resto del cono sur, los posicionamientos políticos antagónicos de sus miembros de estas asociaciones siguieron causando divisiones y discordias (CHUECA, 2008, p. 113-128). Con el paso del tiempo, las discrepancias también se llegaron a diluir afianzando tanto la cultura vasca como su difusión. Y, específicamente fortalecieron las relaciones entre los vascos refugiados entre los países vecinos del cono sur.

La conservación de la identidad

Las primeras asociaciones vascas tenían función con respecto a la conservación de la identidad comunitaria. Estas asociaciones realizaban princi-

palmente labores de desarrollo y difusión de la sociedad y cultura vasca. Sin embargo, tras el inicio de la Guerra Civil Española éstas adquirieron una doble función como centros de organización y acogimiento de los exiliados vascos. De esta forma, desde las asociaciones se comenzó a promover también la resistencia política perseguida en España. Por ello, las asociaciones vascas comenzaron a organizar diferentes actividades culturales abiertas a toda la ciudadanía de los países de acogida para mediante el arte promover la identidad y fomentar la resistencia política vasca. Es importante considerar también que la contienda española supuso un problema para la identidad y su desarrollo artístico en el propio País Vasco. Esto fue debido a que las actividades culturales fueron relegadas ante necesidades sociales y humanitarias mayores (SARRIUGARTE GÓMEZ, 2007, p. 424) y a la persecución por parte del régimen a toda manifestación cultural nacional local, incluyendo su lengua. Sin embargo, en este periodo dictatorial se realizaron importantes labores artísticas vascas desde el exilio. Entre los países que más destacaron durante esta etapa se encuentran Francia y los pertenecientes al cono sur. De estos últimos se destaca su producción pictórica. En ella se representaba el surrealismo de la idiosincrasia del pueblo vasco y de sus orígenes. Todas las exposiciones pictóricas que se realizaban con respecto a la identidad y cultura vasca tenían una gran importancia no sólo para los centros vascos sino también para el resto de la ciudadanía de los países de acogida y para su difusión.

Con respecto a los esfuerzos de difusión de las asociaciones se destaca la importancia cultural que tenían las semanas y romerías vascas para darse a conocer y difundir su cultura e identidad. Es importante hacer constar que, durante el exilio, la mayoría de las obras que se componían eran escenas pictóricas idealizadas del País Vasco junto con sus gentes y tradiciones. En la gran mayoría de ellas se representa acciones cotidianas de carácter localista. Estas pinturas se realizaban a través de distintas técnicas y motivos. Sin embargo se destaca la temática de escenas en el paisaje local y del ámbito costumbrista.

La pintura vasca en el exilio no representaba una técnica artística puramente innovadora. Durante este periodo eran recurrentes las composiciones de: retrato, bodegón y paisaje. Estas temáticas intentaban recuperar el imaginario del ideal propio. Muchas veces el autor se servía de la reminiscencia de los sentimientos identitarios y ajenos para componer aspectos anecdóticos de la vida en España. No obstante, tanto las técnicas como las composiciones pictóricas que se presentaron en las exposiciones recogie-

ron distintas críticas positivas. Tal y como se recoge en la siguiente nota de prensa:

...La nota característica de los pintores vascos es la de excelentes dibujantes... líneas esenciales, precisas, fuertes y expresivas que denotan esquemáticamente la tendencia realista pero sofisticadas con los caracteres peculiares del temperamento vasco. El País Vasco ha dado, en este siglo, algunos artistas de verdadero mérito, entre ellos a Zuloaga, Zubiaurre (hermanos), J. Etxebarria, Arteta, Arrieta, Zabala, Urrutia, Regoyos, Kaperotxipi, etc. (AZCONA PASTOR, URRUTIA RASINES, LEZAMIZ LUGAREZARETI, 2019, p. 126).

Un claro exponente de los principios para promover la identidad y fomentar la resistencia política vasca en el cono sur fue promover la identidad de la pintura etnográfica. Siembre bajo un prisma nacionalista. Un ejemplo de esta pintura fue la propia obra pictórica del guipuzcoano Mauricio Flores Kaperotxipi²⁷². El cual continuó con la tradición de la iconografía de “lo vasco” como transcripción del ideario nacionalista. Así, el 7 de julio de 1930 se inauguró en el salón Witcomb de Buenos Aires la exposición pictórica de las figuras locales que representaban, en su mayoría, aldeanos idealizados en sus tareas en el campo. Las expresiones faciales que se mostraban en su obra eran de personajes vascongados sin grandes mistificaciones ni deformidades étnicas, aunque, los rasgos y perfiles recordaban en cierta forma a los modelos caricaturescos. Los cuadros que componían las colecciones de estas exposiciones recogían a los personajes y su figura dentro de una composición mixta con el paisaje de fondo que permitía poner en contexto al observador. De esta exposición en el salón Witcomb se destacan las obras de: *La familia de pescadores*, *La mujer de la herrada*, *A la feria*, y otras piezas más evocadoras del imaginario vasco como eran: *El txistulari y su mujer*, y *El baskito*.

²⁷² Mauricio Flores Kaperotxipi. Pintor vasco nacido en Zarautz, Gipuzkoa, el 10 de mayo de 1901, falleciendo en 1997. Los inicios de su carrera se patrocinaron gracias a la asociación de Duquesa de Goyeneche y Conde Guaquí. Quienes patrocinaron viajes y exposiciones durante ocho años a lo largo de Francia, Italia, Bélgica, Holanda, y todas las ciudades de España. Tras recibir distintos reconocimientos en 1927 inauguró una exposición de setenta retratos de personajes vascos en la Diputación de Gipuzkoa. De esta forma, Kaperotxipi fue invitado a exponer en Argentina veinte cuadros de corte costumbrista sobre las temáticas más comunes del ideario vasco en el exilio como eran los retratos, los paisajes y las escenas de las labores del campo y la pesca vasca. La importancia de Kaperotxipi para la identidad vasca en el exilio del cono sur fue tan importante que algunas de sus obras fueron adquiridas por los museos nacionales de Buenos Aires y de Uruguay. El éxito de su primera exposición fue tal que en 1932 regresó a Argentina para realizar una nueva exposición pictórica que consolidó el ideario de la cultura y política vasca en el exilio del cono sur. Información obtenida de Auñamendi Eusko Entziklopedia, disponible en: <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/en/flores-kaperotxipi-mauricio/ar-65694/> [consult. 7.12.2020].

Por motivos de su gira por el cono sur, y concretamente por su exposición en Uruguay, en la revista *Euskal Erria* se comentaba de Kaperotxipi:

...Un artista prestigioso que honra nuestra raza vasca.

Siendo así considerado tanto un retratista extraordinario como un representante genuino de la raza vasca²⁷³. En Uruguay, un ejemplo de las exposiciones pictóricas realizadas fue la que se presentó durante la Gran Semana Vasca de Montevideo en noviembre de 1943. Esta muestra fue muy importante para la identidad propia en Uruguay y, sorprendió tanto por la calidad histórica como por la cantidad de obras recibidas para exponer por parte de los artistas vascongados. Por ello, años más tarde el pintor Ángel Cábanas Oteiza²⁷⁴, y mientras estaba afincado en Argentina, volvió a exponer en Uruguay. Concretamente en Montevideo, desde el 28 de junio hasta el 12 de julio de 1951. En esta ocasión su exposición se centró en retratos de parejas y paisajes vascos. Y, nuevamente obtuvo un gran éxito y repercusión. Como consecuencia de la fama mediática se organizaron diferentes muestras con la misma temática, pero esta vez en Argentina. Las nuevas exposiciones eran fundamentales para el exilio vasco y su reconocimiento por la sociedad argentina, y se realizaron durante las celebraciones de las Semanas Vascas de Mar del Plata y Bahía Blanca²⁷⁵.

El éxito de los pintores vascos y de las exposiciones con temática vasca fue aprovechado por las asociaciones para incentivar el orgullo nacionalista y realizar nuevas reivindicaciones sociales. Ya que, estos aspectos, eran fundamentales para la resistencia política en el cono sur. De esta forma, en 1952, y por el motivo del 75 aniversario de la Fundación el Centro Vasco Laurak Bat de Buenos Aires se realizó una espléndida muestra de pintores vascos. En ella se lograron aunar obras de artistas tan prestigiosos como Mauricio Flores Kaperotxipi. Las pinturas expuestas, y como venía siendo habitual, representaban

²⁷³ *Euskal Erria*, junio de 1938.

²⁷⁴ Ángel Cábanas Oteiza. Pintor vasco nacido en Gipuzkoa sin conocerse la fecha de su nacimiento y muerto en 1964. Se educó en París mientras trabajaba como administrativo para costearse sus estudios. Cuando se consolidó su técnica como pintor su especialidad fueron los caseríos vascos. Dándose a conocer en la Galería de Arte Delclaux. También expuso en otras sedes menores del circuito parisino. Y, su importancia para el exilio vasco en el cono sur residía en los veinte viajes que realizó a Latinoamérica. Exponiendo principalmente en Buenos Aires, Argentina. País el cual, en 1926, adquirió para la Comisión Nacional de Bellas Artes de la República Argentina el cuadro Calle de aldea. Información obtenida de Auñamendi Eusko Entziklopedia, disponible en: <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/en/cabanas-oteiza-angel/ar-28237/> [consult. 7.12.2020].

²⁷⁵ *Euskalduna*, 1956.

modelos estereotipados de la raza vasca (como se afirmaba en la época) y de su paisaje idealizado. Esta exposición tuvo una gran repercusión y resultó fundamental para recordar los principios de la diáspora vasca en Argentina por razón de la Guerra Civil y del régimen franquista²⁷⁶.

Otro pintor que alcanzó gran reconocimiento en el cono sur fue Juan León Cruzalegui²⁷⁷. El cual al comenzar la guerra civil española se refugió en Argentina. Una vez en este país ayudó a organizar diferentes actividades culturales para promover la identidad vasca entre los exiliados y visibilizar su causa al resto de la ciudadanía argentina. Debido a la importancia pictórica que adquirió, Cruzalegui tuvo que partir hacia París para desarrollar parte de su obra. En esta urbe permaneció varios años hasta que regresó a Buenos Aires para poder continuar con su labor de difusión del arte y la cultura vasca. Esta labor de difusión la realizó a través de exposiciones personales junto con la colaboración de otros artistas. De esta forma, en 1950 en Buenos Aires obtuvo un destacado éxito con respecto a la colección de paisajes vascos en la galería Riel.

Otro hito de su obra y de su vinculación con la causa e identidad vasca tuvo lugar en 1952 con el 75 aniversario del Centro Vasco Laurak Bat de Buenos Aires. En esta exposición también cosechó un gran éxito tanto en crítica como público. No obstante, Cruzalegui residió dentro de Argentina en Mar de Plata.

En esta ciudad formó parte de la exposición permanente de pintores vascos en la Sala de Residencia de Kaperotxipi. De esta forma, pudo participar en la Séptima Semana Vasca de Mar de Plata de 1955 organizada por Kaperotxipi en el Hotel Provincial. Y, nuevamente en 1957, en la Novena Semana Vasca de Mar de Plata, Kaperotxipi y Cruzalegui organizaron dentro de los salones del Hotel Provincial una antología con una amplia presencia de los pintores vasco-argentinos invitados cuyas obras eran de las más representativas de la cultura e identidad propias. La exposición reunió una colección de más de cien cuadros, esculturas y libros. Y, además, fue muy visitada y elogiada por la crítica.

²⁷⁶ *Tierra Vasca*, febrero de 1959.

²⁷⁷ Juan León Cruzalegui. Fue un pintor vizcaíno nacido el 26 de diciembre de 1895 en Mundaka y muerto en 1989 en Ondarroa. Educado en el *Catholic Institute de Liverpool*, Inglaterra, regresó a España para continuar su formación en Bilbao y Madrid. Además de pintor era un conferenciante y escritor literario. Que realizaba funciones de crítico de arte. Sus trabajos se editaron especialmente en publicaciones vascas. Entre los trabajos que desarrolló en Bilbao previo a la Guerra Civil se destaca la fundación Unión Arte formada por jóvenes artistas vascos para dar a conocer sus textos frente al difícil acceso a las galerías. Información obtenida de Añamendi Eusko Entziklopedia, disponible en: <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/en/cruzalegui-juan-leon/ar-35205/> [consult. 7.12.2020].

Otras exposiciones de arte vasco se realizaron en las ciudades de Santa Fé en 1956 y en Bahía Blanca en 1959. Mientras que la de Santa Fé se realizó en la Galería Díez, en Bahía Blanca formó parte de la Semana Vasca Nacional. Esta vez Kaperotxipi realizó una exposición pictórica en la Biblioteca Rivadavía²⁷⁸. Debemos destacar la función literaria y comunicativa de Kaperotxipi y Cruzalegui. Del primero cabe destacar que después de la Semana Vasca Nacional de Bahía Blanca escribió un libro sobre pintura, grabado, dibujo y escultura titulado *Arte Vasco*, de suma importancia para la cultura, identidad y resistencia política del cono sur. Esta obra se publicó en la Editorial Ekin de Buenos Aires. Y, en ella se recogía y promocionaba a la escena del arte argentino, y los artistas vascos ya que, desgraciadamente y debido a las causas políticas de la dictadura, eran poco conocidos en su tierra natal.

Flores Kaperotxipi, fue distinguido colaborador de las editoriales Euskalduna, y Ekin. Ambas entidades contribuyeron notablemente a la causa antifranquista en el exilio y fomentaron la recuperación de valores y tradiciones locales por las que había que trabajar. De estos trabajos y publicaciones se obtuvo un notable reconocimiento²⁷⁹.

Imagen 1
“Un trago de vino” (1957-1958)



Obra de: Mauricio Flores Kaperotxipi

²⁷⁸ Referencias extraídas de *Almanaque La Baskonia*, 1957.

²⁷⁹ Margarita Imaz, *Euskalduna*, n.º 6.

Por otro lado, la obra de Cruzalegui como conferenciante, crítico y escritor le llevó a realizar numerosas colaboraciones en revistas y publicaciones dentro de los circuitos del arte y la cultura de los países Iberoamericanos. De todos ellos, es destacable la conferencia Pintura Vasca que impartió en el Centro Laurak Bat de Buenos Aires con motivo del Centenario del Centro Vasco el 21 de septiembre de 1977. Esta conferencia se recogió dentro de los actos culturales que organizó el Instituto Americano de Estudios Vascos. De esta forma, los quince textos de Cruzalegui que formaban esta actividad fueron editados dentro del Boletín del Instituto Americano. Para entender la importancia de las manifestaciones artísticas vascas en el exilio se destacan las siguientes líneas de unos de los textos que se presentaron²⁸⁰:

La maldita guerra nos desplazó de nuestra tierra situándonos en el exilio de países americanos que nos acogieron y ayudaron a reconstruir nuestras vidas amputadas. Claro está, para un artista, desde luego, debe ser este trance de un total trastrueque de valores: visibles, plásticos, ya que todo artista, plástico, escritor o músico, como ningún otro necesita de cuanto ve, de cuanto dialoga, de cuanto oye.

Para finalizar este epígrafe es importante reconocer las labores realizadas con respecto a la cultura, identidad y resistencia política vasca realizada por la Federación de Entidades Vasco Argentinas, en adelante FEVA, fundada en 1955. Esta federación era de vital importancia para exponer los logros de los vascos en el cono sur, y, específicamente en Argentina. A su vez, desde su fundación realizaba distintas actividades complementarias a la Delegación del Gobierno Vasco en Argentina. Por ello, la FEVA estuvo presente en el Primer Congreso Mundial Vasco²⁸¹ que se celebró en París del 23 de septiembre al 1 de octubre de 1956. En este congreso, se puso de manifiesto la situación de los vascos y sus descendientes en Argentina. De esta participación se pretendía adoptar medidas y soluciones que permitiese a sus ciudadanos una relación más dinámica con su tierra originaria. También en el congreso

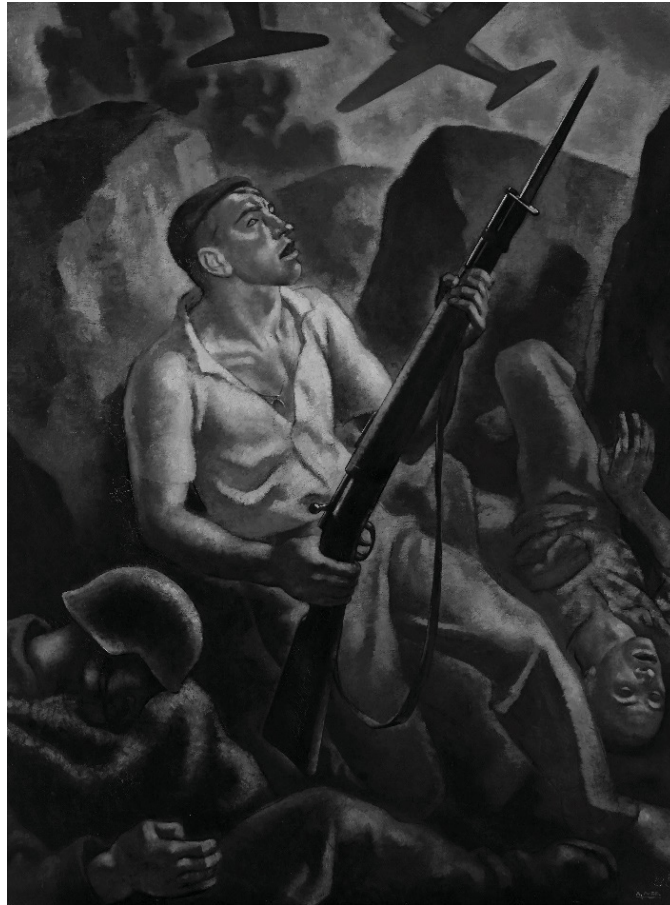
²⁸⁰ Auñamendi Eusko Entziklopedia. Instituto Americano de Estudios Vascos. <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/eu/instituto-americano-de-estudios-vascos/ar-74629/> [consult. 30.12.2020].

²⁸¹ El Congreso Mundial Vasco se celebró en París del 23 al 29 de septiembre de 1956. En él se contó con asistencia de unos 400 congresistas con más de 140 comunicaciones en las que se exponía el estado de la sociedad, cultura y política vasca en el exilio y dentro de España y Francia. Muchos de los participantes eran residentes de América, Suiza, Filipinas y Australia. El discurso inaugural fue realizado por el Lehendakari José Antonio Aguirre. También se rindió un homenaje a Jesús de Galíndez, y se formó la “Confederación de Entidades Vascas de América”. Información obtenida de Auñamendi Eusko Entziklopedia, disponible en: <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/eu/congreso-mundial-vasco/ar-32102/> [consult. 7.12.2020].

se expusieron las distintas problemáticas existentes con respecto a la identidad social, la cultura y política vasca tanto de los emigrados como de sus descendientes. Ya que para la FEVA era fundamental exponer que el efecto del desplazamiento y exilio podía tener elementos negativos para los vascos. Especialmente si se atendía a su dispersión en el cono sur.

Este aspecto se fundamentaba en que la vida de la diáspora vasca era un reflejo de los acontecimientos vividos y que seguían aconteciendo en el propio País Vasco. Por último, en este congreso se solicitó e instó a los delegados para realizar una exposición de la situación que se vivía en España, con el fin de poder dar voz y reconocimiento a la diáspora y sus perspectivas de futuro en el cono sur ante su eventual regreso a España. Con respecto a la situación de aquel momento todos los delegados confirmaron que no era una buena situación y que las perspectivas de futuro no eran halagüeñas. Especialmente con relación a su eventual retorno. Entre las principales preocupaciones de estos delegados se destacó: la progresiva “desvasquización” del todo el territorio vasco. Específicamente ante la pérdida de la identidad y lengua propia. Esto se debe a que el idioma materno, el euskera, se encontraba en peligro ya que su uso estaba mal visto por la dictadura franquista. No obstante, sí se consideró que las asociaciones en la diáspora estaban cumpliendo con todo lo que en el hábitat de origen no era posible lograr. Especialmente con respecto a la conservación del euskera y a la promoción de publicaciones en el idioma materno y en el reconocimiento de su arte. También consideraban que tras la recuperación económica mundial y previsible el fin del régimen de Franco, el retorno de estos vascos exiliados sería fundamental para recuperar el territorio originario ya que durante el exilio se había conservado la cultura y los principios de la resistencia política vasca (AZCONA PASTOR, URRUTIA RASINES, LEZAMIZ LUGAREZARESTI, 2019, p. 253-257).

Imagen 2
“El frente” Tríptico de guerra (1937-1938)



Obra de: Aurelio Arteta

La manifestación escultórica y arquitectónica

Para finalizar este capítulo, a lo largo de este trabajo se han recogido los principios fundamentales de la identidad cultural y de la resistencia política vasca a través de sus asociaciones y sus exposiciones pictóricas en el cono sur. No obstante, hay un aspecto en el que pocos estudiosos del asociacionismo vasco en el cono sur se adentran. Este es el caso de la escultura y la arquitectura vasca en Latinoamérica. Estas artes se han seleccionado en este capítulo por dos motivos. El primero por ser una manifestación tridimensional de la tradición cultural vasca. La cual es muy representativa tanto en el lugar de origen como en el resto de los países de acogida. Y, segundo, por tratarse la arquitectura de un elemento fundamental para ordenar el espacio urbano y sus edificaciones.

El exilio vasco en Francia fue complejo ya que se produjo antes, durante y después de la Guerra Civil Española. Sin embargo, fue muy importante y

representativo para la expresión espacial, artística y cultural de la vanguardia local. En el caso francés los aspectos más avanzados de estas artes se realizaron principalmente en el campo de la escultura. Ya que, en arquitectura se siguió promoviendo la idealización de la composición clásica del caserío.

Los autores más representativos en estas artes fueron: Eduardo Chillida²⁸², Jorge Oteiza²⁸³ y Néstor Basterretxea²⁸⁴. Primero, por ser representati-

²⁸² Eduardo Chillida. Escultor vasco nacido en San Sebastián el 10 de enero de 1924 falleciendo el 19 de agosto de 2002 en la misma ciudad. Es uno de los artistas de mayor referencia internacional en el campo de la escultura. Entre 1943 a 1946 inició los estudios de Arquitectura en la Universidad Politécnica de Madrid, carrera que abandonó por su excesiva funcionalidad. Iniciándose en el dibujo dentro del Círculo de Bellas Artes de Madrid, en 1948 se mudó a París comenzando su trabajo en escultura a través del yeso inspirado por el museo del Louvre y en la libertad de las vanguardias artísticas cuyos autores se refugiaban en la ciudad, provenientes de los diferentes conflictos europeos. De esta forma, en 1949, Bernard Dorival curador del *Musée d'Art Moderne* le elige para exponer su escultura *Forma*. Este museo estaba a su vez muy vinculado a diferentes pintores vascos de los que se destaca Ucelay. Sin embargo, en 1951, regresa a donde comienza a experimentar con la fragua y el hierro. Siendo este retorno fundamental para tomar plena conciencia local vascongada. Así se explicó el autor:

“Voluntariamente no tuve plena conciencia de ser vasco hasta mi vuelta de París en el año 1951. Recuerdo que al llegar, desde el tren oler y ver la mar, me hizo sentirme profundamente ligado a mi país. Comprendí que yo era un árbol de aquel sitio, que aquella era mi atmósfera vital. Me di cuenta de mi situación en el mundo. No sé en qué sentido expresarlo: existencial, político, social... No sé pero ahí estoy yo, yo pertenezco a esto.”

Su importancia para el arte e identidad vasca reside en el éxito cosechado tras lograr el Gran Premio Internacional de Escultura de la 29 Bienal de Venecia de 1958. Y, posteriormente alcanzando premios más prestigiosos. A su vez, su obra se puede disfrutar en grandes museos, colecciones de todo el mundo, y en exposiciones retrospectivas en diversas ciudades. Además de numerosos espacios públicos urbanos donde se encuentran sus esculturas públicas. Información obtenida de Auñamendi Eusko Entziklopedia, disponible en: <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/chillida-juantegui-eduardo/ar-36023/> [consult. 16.12.2020].

²⁸³ Jorge Oteiza Embil. Escultor, poeta y artista contemporáneo vasco referente de las vanguardias contemporáneas. Nacido en Orío en 1908, y fallecido en San Sebastián en 2003. Su obra se inició en las vanguardias de la década de 1930 junto con otros artistas vascos como Nicolás Lekuona o Narkis Balenciaga. Su relación progresista con respecto al arte también se manifiesta con el plano político en contra de la ideología nacionalista de la década y que en Euskadi era característica. Por ello, la influencia del cubismo y primitivismo de Oteiza despertó el interés por analizar la escultura precolombina en un pensamiento simbólico con referencia a aspectos antropológicos y étnicos del imaginario vasco. De esta forma, en 1934 viajó por diferentes países latinoamericanos como: Argentina, Chile, Bolivia y Colombia, evitando la guerra civil española. No obstante, durante este periodo, Oteiza fue conformando dos textos fundamentales para su proyecto artístico: *Carta a los Artistas de América*, publicada en la revista de la Universidad de Cauca en 1944, e *Interpretación estética de la estatuaría megalítica americana*, publicada en 1952 en España. Oteiza, al contrario que Chillida, tuvo una mayor importancia en la arquitectura ya que ganó el concurso para el friso y la fachada de la Basílica de Arantzazu, cuyo arquitecto, también de origen local, Francisco Javier Sáenz de Oiza colaboró activamente con el escultor enlazando un diálogo sin igual entre el arte de la escultura y la arquitectura. Información obtenida de Auñamendi Eusko Entziklopedia, disponible en: <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/oteiza-embil-jorge/ar-113083/> [consult. 16.12.2020].

²⁸⁴ Néstor Basterretxea. Pintor, escultor, diseñador y Director de Cine vasco, nacido en Bermeo el 6 de mayo de 1924 y fallecido el 12 de julio de 2014 en Hondarribia. De todos los artistas vascos la relación de Basterretxea con el exilio, fue el más representativo instalándose primero con su familia en Francia en 1936 y emigrando a Argentina en 1942. La obra de Basterretxea se caracteriza por la guerra en Europa. Su creación artística, a su vez, se vio influenciada por el muralista mexicano José Clemente Orozco. Y, en Buenos Aires y Montevideo comenzó a exponer de manera personal y colectiva. En 1952 regresa al País Vasco donde comienza su relación con la escultura y arquitectura trabajando al igual que Oteiza con el arquitecto Oiza en la Basílica de Arantzazu ejecutando once muros dejando inacabada esta obra en España. Información obtenida de Auñamendi Eusko Entziklopedia, disponible en: <http://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/basterretxea-arzadun-nestor/ar-11973/> [consult. 17.12.2020].

vos de la cultura vasca en las manifestaciones tridimensionales artísticas y bien novedosas tanto en el exilio francés como en el latinoamericano. Y, segundo, por su relación con las vanguardias en tanto los estilos artístico-espaciales como en la forma compositiva de la arquitectura. La relación de estos artistas se fundamentó en que cada uno de ellos encontraron su camino vanguardista en el exilio. Y se destaca que mientras que en las esencias culturales escritas y pictóricas se repetía un estilo nostálgico e idealizado de la cultura y paisaje, en las artes escultóricas y en la arquitectura el modelo fue totalmente opuesto.

En los casos de Oteiza y Basterretxea se destaca las obras e importancia que obtuvieron tanto en Francia como en Argentina. La relación de estos artistas con el exilio se debió a la participación en la visualización de los aspectos sociales, económicos y políticos de la sociedad vasca durante la Guerra Civil Española. Independientemente del origen socioeconómico de éstos, al igual que en el caso de tantos otros artistas, Francia representó una oportunidad para evitar tanto la política conservadora y censura del régimen como el aislamiento intelectual y cultural que el mismo conllevaba.

La importancia que Oteiza, Chillida y Basterretxea tuvieron, tanto en el asociacionismo cultural como en la resistencia política vasca que representó el exilio, se manifestó no solo en las vanguardias artísticas desarrolladas en sus países de acogida sino también en la conjunción de éstas con respecto a su retorno a su hábitat. De esta conjunción de retorno se debe destacar el papel que obtuvo su obra aplicada a la arquitectura de vanguardia vasca. De esta forma, la arquitectura conjugó una manifestación única del legado cultural y artístico latinoamericano desarrollado por los vascos en el exilio dentro y fuera de la composición. De todas las obras realizadas y de sus colaboraciones se destaca la Basílica de Arantzazu²⁸⁵ del arquitecto Sáenz de Oiza. Esta basílica fue objeto de un concurso de arquitectura nacional. Se obligaba a mantener las estructuras edificatorias existentes ampliando con la propuesta en un nuevo conjunto edificatorio que generase un renacer de la actividad artística y cultural localista. Esta obra monumental se situaba

²⁸⁵ El concurso de la Basílica de Arantzazu es una remodelación promovida por Pablo Lete en 1949 mediante la Comisión de obras del Santuario. En abril de 1950 se publicaron las bases del concurso en donde los criterios que el jurado debía seguir eran la capacidad y funcionalidad de la basílica para albergar a los peregrinos. De forma que, la planta de la iglesia se compusiera al mismo nivel que el convento. Se presentaron catorce proyectos siendo ganadora por unanimidad la propuesta de los arquitectos Francisco Javier Sáenz de Oiza y Luis Laorga. Destacando de éstos su profundo sentimiento religioso vanguardista tan diferente de la arquitectura tradicional vasca. Aspecto que también supuso una polémica al suponer una ruptura con la tradición del imaginario vasco de la arquitectura vernácula. Información obtenida de la página web del santuario de Arantzazu, <https://www.arantzazu.org/> [consult. 27.12.2020].

en el seno de la localidad de Oñati la cual era de un amplio sesgo nacionalista y por la independencia del País Vasco. Con el concurso de la basílica se quería lograr un nuevo comienzo cultural y artístico en la escultura y la arquitectura del País Vasco. Esta obra, junto con el retorno de los artistas exiliados y el su desarrollo de vanguardia supuso el inicio de la modernidad y creatividad arquitectónica vasca en comparación con la producida en las décadas anteriores.

La Basílica de Arantzazu recogía los avances arquitectónicos más representativas del arquitecto Oiza. Los cuales estaban ligados a tanto la escultura de Oteiza como a las pinturas realizadas en la cripta por Basterretxea, y en el ábside, de Carlos Pascual de Lara. El pórtico fue obra de Agustín Ibarrola, mientras que las vidrieras tienen fábrica de Fray Javier María de Eulate. Para completar la edificación, en 1954, se sumaron las puertas de entrada, obra de Chillida. La importancia de este proyecto no solo residía en la colaboración de su ejecución por parte de los principales artistas vascos de la época, sino en la conjunción arquitectónica final en la que se aunaban sus estilos vanguardistas. Esto supuso la consecución de una arquitectura innovadora que dialogaba tanto con una sociedad conservadora como con un régimen dictatorial configurando un paisaje de gran valor diferente al de las representaciones artísticas predecesoras. Sin embargo, esta obra que recogía tantos estilos y técnicas aprendidas y desarrolladas durante el exilio vasco representaban también un compromiso social de los artistas por traer al País Vasco estos conocimientos.

Desde el punto de vista escultórico también representaba una revitalización de la obra abstracta. Y, por ello, estos artistas y arquitectos cosecharon numeroso prestigio y premios internacionales.

Imagen 3
Collage de la fachada de acceso a la Basílica de Arantzazu entre la edificación originaria, la ampliación y su composición escultórica de los doce apóstoles (Oñati, País Vasco, España)



Fonte: Imagen propia.

La importancia de esta conjunción de estilos en pintura, escultura, vidrieras y arquitectura es el resultado de la innovación compositiva y de las técnicas de diseño y construcción empleadas en muchos casos durante el exilio. Las cuales se continuaron desarrollando en otras obras de vanguardia de la arquitectura y el urbanismo vasco a lo largo de numerosas ciudades españolas.

Esta relación se recogió en las diversas iniciativas promovidas por los arquitectos vascos participantes en el Congreso Internacional de Arquitectura Moderna²⁸⁶, en adelante CIAM. La relación del CIAM y sus miembros se fundamentaba en la influencia del arquitecto Le Corbusier sobre todo tras la redacción de la Carta de Atenas en 1933 y con las innovaciones que los nue-

²⁸⁶ El Congreso Internacional de Arquitectura Moderna fue fundado en 1928 como consecuencia de los problemas urbanos y edificatorios generados por la Revolución Industrial en la que se organizaban conferencias y reuniones a modo de laboratorio de ideas para promocionar el movimiento moderno de la arquitectura bajo el compromiso de la transformación y mejora social. Estas ideas se utilizaron sobre todo en la reconstrucción de Europa. El CIAM se disolvió en 1959 ante la falta de acuerdo entre los puntos de vista de sus miembros.

vos materiales industriales proporcionaban a la arquitectura y el urbanismo. Gracias a esta institución surgió el Comité Internacional para la realización de problemas arquitectónicos contemporáneos, en adelante CIRPAC siendo el arquitecto Fernando García Mercadal el representante de España. Éste fundó junto con los colegas vascos: Luis Vallejo, de origen bilbaíno y José Manuel Aizpúrua, de origen donostiarra, y otros colegas catalanes liderados por Josep Lluís Sert, el Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea en 1931, en adelante GATEPAC. Casi todos los proyectos que se plantearon eran de viviendas sociales de dimensiones reducidas para dar solución a la habitabilidad popular. De todas las propuestas se destacaron los proyectos del equipo de arquitectos liderados por Aizpúrua (MUÑOZ FERNÁNDEZ, 2014, p. 501-508) con la colaboración de Labayen y Vallejo. También, es importante que, desde Madrid, el arquitecto bilbaíno Juan de Madariaga en comandita con el pamplonés Joaquín Zarranz se unieron al GATEPAC. Así, todas las obras no sólo de este colectivo, sino también de otros arquitectos de vanguardia pertenecientes al CIAM representaban soluciones y propuestas muy innovadoras en la arquitectura y el urbanismo. Además en esta doble relación entre Europa y América se destaca que los arquitectos tuvieron una especial representación en Latinoamérica mediante la realización del edificio de vanguardia de la CEPAL en Santiago de Chile (MOLINA BAEZA, 2014)²⁸⁷. El cuál es considerado un hito de la arquitectura moderna hispanoamericana.

Estas vanguardias fueron muy representativas por la influencia que los arquitectos vascos tuvieron a lo largo de América. Y específicamente por el desarrollo de las distintas formas de innovación técnica y compositiva. Además, los nuevos materiales que se promulgaban desde la innovación constructiva como era el acero y el hormigón fueron elementos en los que ellos dominaban su ejecución y técnicas. Y, que además, su promoción gracias a las labores de comunicación del CIAM representó una opción para las artes ligadas a las técnicas arquitectónicas. Y, en especial para el empleo y promoción de la escultura en la arquitectura.

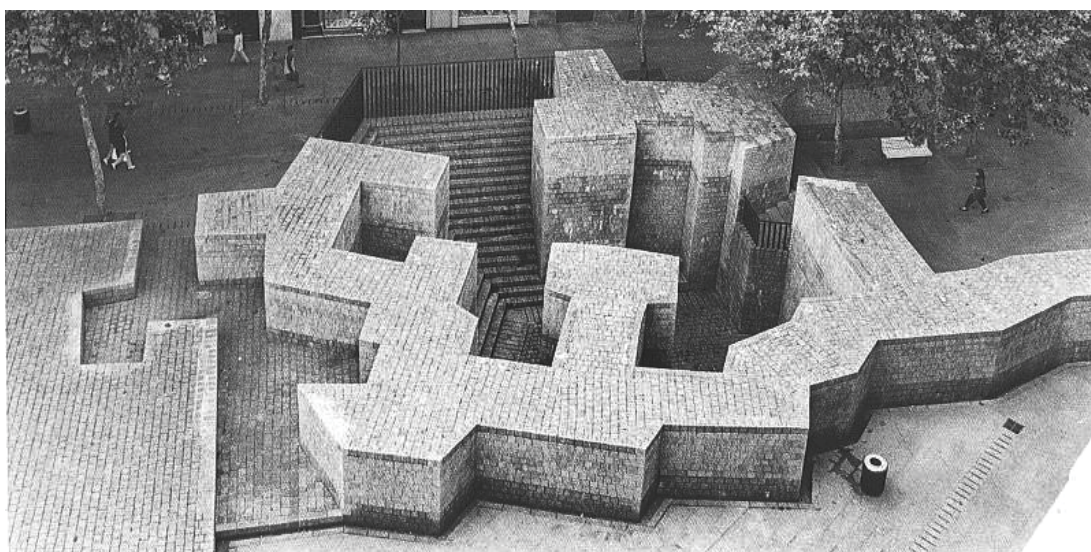
Para finalizar, se destaca la vanguardia, influencia y resistencia política de los artistas vascos tanto en el exilio como en su retorno a España. Y, supu-

²⁸⁷ Edificio CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) en Santiago de Chile, Chile, es obra de los arquitectos: Emilio Duhart en colaboración con Christian de Groote, Roberto Goycoolea y Óscar Santelices. Fue construido en 1966 en base a la resolución de un concurso de arquitectura de 1960 y representa la vanguardia formal de la disciplina arquitectónica con la modernidad.

so a sí mismo, exponer la obra urbana más representativa del retorno al País Vasco del escultor Chillida. Concretamente se trata de la Plaza de los Fueros de Vitoria-Gasteiz. Se trata de una conjunción arquitectónica relacionada con la cultura y escultura vasca. En ella se situaba una explanada para las exhibiciones del deporte rural vasco y un frontón. Además, su composición volumétrica representaba la conjunción de vanguardias expuestas con anterioridad.

Imagen 4

Monumento a los Fueros Vascos, estado actual tras las últimas modificaciones (Vitoria, País Vasco. Arquitecto Luis Peña Ganchegui, Escultor Eduardo Chillida)



Fonte: Imagen abierta del museo alavés Artium.

La Plaza de los Fueros es una combinación de varios monumentos y fue diseñada y construida por Chillida en colaboración con el arquitecto Luis Peña Ganchegui. En ella, se pueden distinguir diferentes figuras y formas características de las obras del primero. Al ser un conjunto monumental, el espacio se divide entre: un frontón, una bolera, un sotobosque, un área abierta para diferentes eventos y unas escaleras aterrazadas que se ubican alrededor de la explanada. También incluye un plano de la provincia alavesa que solo se puede observar a vista de pájaro. Y, con relación a la composición escultórica se destaca que en la ubicación exacta donde se sitúa el territorio de Trebiño, perteneciente a la provincia de Burgos en la Comunidad Autónoma de Castilla y León, se coloca una escultura en metal denominada “Homenaje a los Fueros”. Como se ha expuesto, el valor, dimensión, volumen y representación con respecto a la trama urbana solo se puede observar a vista de pájaro. O, en su defecto, desde las alturas de las edificaciones colindantes.

Esta obra, y su intencionalidad política, hace referencia a todos los aspectos expuestos con anterioridad en este capítulo. Y, representa el esfuerzo de vanguardia planteado durante el desarrollo de los vascos en el exilio y su valor al desarrollar e incorporar a sus obras en el País Vasco las técnicas aprendidas y experimentadas durante su formación y desarrollo en su emigración forzosa.

Bibliografía

- ALVAREZ GILA, Oscar, 2019 – “Los vascos vinimos en busca de la libertad”. Reflexiones sobre la emigración desde el exilio (1936-1975). *Coordenadas. Revista de Historia Local y Regional* 6, 2, p. 129-143.
- AUZA, Gonzalo Javier, 2013 – Bibliografía vasca de Argentina 1850-2007. *Vasconia*, 39, p. 27-100.
- AZCONA PASTOR, José Manuel; URRUTIA RASINES, Ana; LEZAMIZ LUGAREZARRESTI, Julen, 2019 – *Las manifestaciones culturales del exilio vasco en Argentina, Uruguay y Chile (1939-1960)*. Valencia: Tirant Humanidades.
- BERGARECHE, Macarena, 2009 – *El ser vasco en un país lejano: identidad e integración. La Vasconia (1893-1914)*.
- CARBALLÉS, Alonso, 2007 – El primer exilio de los vascos, 1936-1939. *Historia Contemporánea*, 35, p. 683-708.
- CASTELLS ARTECHE, José Manuel, 1977 – La aplicación autonómica del Gobierno vasco. *Revista de administración pública*, 84, p. 121-144.
- CASTELLS ARTECHE, José Manuel, 2013 – La aplicación del estatuto de octubre de 1936: La acción institucionalizadora del Gobierno Vasco. *Iura vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, 10, p. 491-513.
- CHUECA, Josu, 2008 – *El asociacionismo vasco en América, Itsasoz bestaldera, Al otro lado del mar*. Salamanda: Uned Zamora - Junta de Castilla y León, p. 113-128.
- GOBIERNO VASCO. Sedes en la historia. www.euskadi.eus/gobierno-vasco/contenidos/informacion/sedes_historia/es_5498/avda_marceau.html [consult. 1.12.2020]
- GOIOGANA MENDIGUREN, Iñaki, 2009 – Antón Irala y la primera delegación del Gobierno Vasco en los EEUU. *Hermes: pentsamendu eta historia aldizkaria = revista de pensamiento e historia*, 31, p. 84-90.
- LEMUS, Encarnación, 1998 – La investigación de “los refugiados españoles” en Chile: fuentes y hallazgos en un exilio de larga duración. *Exils et migrations ibériques au XXe siècle* 2, 5, p. 273-293.
- LLORENS, Vicente; AZNAR Soler, Manuel, 2006 – *Memorias de una emigración: Santo Domingo, 1939-1945*. Sevilla: Editorial Renacimiento, vol. 27.
- MARENALES ROSSI, Martha, 1994 – La aventura vasca. Destino: Montevideo. *Iberoamericana (1977-2000)*, 1 (53), p. 107-109.
- MINA, María Cruz, 1988 – *Navarro Villoslada: “Amaya” o los vascos salvan a España*. Universidad del País Vasco, p. 144-162. Disponible en: <https://addi.ehu.es/>

- bitstream/handle/10810/37461/18729-73320-1-PB.pdf?sequence=1 [consult. 1 de dic. 2020]
- MOLINA BAEZA, Cristóbal, 2014 – *Concursos de arquitectura en Chile: su aporte al desarrollo cultural y a la calidad de vida*. Santiago de Chile: Publicaciones Cultura.
- SÁNCHEZ ZAPATERO, Javier, 2011 – La literatura testimonial española y la experiencia de los campos de internamiento franceses: una aproximación al corpus. *Castilla: Estudios de Literatura*, 2, p. 215-232.
- MUÑOZ FERNÁNDEZ, Francisco Javier, 2014 – *CIAM Frankfurt 1929. La exposición de vivienda mínima y el País Vasco: contribuciones e influencias*. Pamplona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad de Navarra, p. 501-508.
- SALAZAR GONZÁLEZ, Julene; HERNÁNDEZ PONCE, Roberto, 2007 – *Del Centro Vasco al Euzko Etxea de Santiago de Chile*. San Sebastian: Sociedad de Estudios Vascos = Editorial Eusko Ikaskuntza, lit. Vascos en Chile, p. 1520-2005.
- SAN SEBASTIÁN, Koldo, 1988 – *El exilio vasco en América, 1936-1946*. San Sebastián: Editorial Txertoa.
- SARRIUGARTE GÓMEZ, Iñigo, 2007 – La Guerra Civil y su influencia en los pintores bilbaínos. *Bidebarrieta*, 18.

Resignificaciones étnicas entre los emigrantes castellanos y leoneses y sus descendientes en América en el marco de sus prácticas asociativas²⁸⁸

Arsenio Dacosta²⁸⁹

Juan Andrés Blanco Rodríguez²⁹⁰

Rubén Sánchez Domínguez²⁹¹

Resulta revelador que en un libro como el presente, centrado en las prácticas asociativas, se reflexione tanto sobre las “identidades” de los emigrantes europeos – y sus descendientes – en América. Es evidente que, en primer término, estamos frente a un asunto de enunciación: cuando una sociedad se fundaba por parte de un grupo de inmigrantes españoles en Buenos Aires, São Paulo, La Habana o Nueva York se hacía en atención a una referencialidad étnica más o menos restringida, generalmente no contradictoria con la fundamental en términos políticos y administrativos, la española. Y cuando no se enunciaba esa referencialidad, caso de algunas sociedades mutualistas a principios del siglo XX en Brasil o Argentina, fue porque sus miembros fundadores tenían distintos orígenes etno-nacionales y necesitaron agruparse en torno a lo fundamental de este tipo de asociacionismo: la ayuda mutua dentro de marcos de sociabilidad diferenciales respecto de los que ofrecía la vida de todo emigrante en el país receptor (BLANCO RODRÍGUEZ, 2010; MOYA, 2011). Aún en este caso, resulta clarificador el hecho de que los migrantes se agruparan en orden a una serie de características culturales percibidas como comunes. La más elemental de estas características fue, sin duda, el origen geográfico, operando en ello mecanismos tan conocidos y *universales* como las redes migratorias o la referencialidad étnica,

²⁸⁸ Este trabajo forma parte de los resultados del proyecto de investigación *El asociacionismo de la emigración española en América a partir de la década de 1960: los casos de La Habana, Buenos Aires y Caracas*. Proyecto PID2021-123160NB-I00 financiado por la MCIN / AEI y por FEDER “Una manera de hacer Europa”.

²⁸⁹ Universidad de Salamanca. Facultad de Ciencias Sociales.

²⁹⁰ UNED. Cátedra de Población, Vinculación y Desarrollo.

²⁹¹ UNED. Cátedra de Población, Vinculación y Desarrollo.

aunque no exclusiva ni necesariamente (BLANCO RODRÍGUEZ, DACOSTA, SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, 2016; GARCÍA SEBASTIANI, 2020).

Si, como acabamos de defender, la cuestión de la enunciación está directamente relacionada con la agregación, creemos que el asunto de la identificación étnica debe inscribirse, en puridad, en el conjunto de prácticas que definen la sociabilidad migrante. Dicho de otra forma, y a pesar de lo aparentemente evidente, en el seno de cualquier “Centro Gallego” -o “vasco” o “zamorano”-, desde la perspectiva histórica y presente, nos encontramos ante un espacio de negociación identitaria sostenido sobre prácticas sociales concretas y situadas (FARÍAS, 2018). Desde una perspectiva historiográfica, dentro de estas prácticas se ha seguido el rastro a cuestiones como el liderazgo étnico, las redes de influencia (e incluso patronazgo), o la comensalidad (GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 1992; MOYA, 1998; NÚÑEZ SEIXAS, 2001; CAGIAO VILA, 2005; BLANCO RODRÍGUEZ, GARCÍA ÁLVAREZ, 2015). Además, hace ya tiempo que se atiende también en un plano de interés comparable a cuestiones como la discursividad, la simbología o los sentidos de pertenencia (BLANCO RODRÍGUEZ, DACOSTA, 2014; DACOSTA, 2020).

En este sentido, el estudio de las sociedades migrantes europeas en América y su persistencia en el presente engarza doblemente con los estudios sobre otros procesos migratorios contemporáneos y cuestiones centrales en los mismos como el *transnacionalismo* (VERTOVEC, 2001; SCHILLER, 2010; ESTEBAN-GUITART, VILA, 2015), toda vez que el fenómeno histórico que nosotros venimos abordando permite comparar no solo la génesis e incardinación del fenómeno asociativo formal e informal (con mecanismos novedosos en el presente como son las comunidades virtuales), sino cómo se articulan las dinámicas internas de las sociedades migrantes hasta el presente en una relación que, en nuestro entender, puede calificarse de “genealógica” (DACOSTA, 2017; MERINO HERNANDO, 2019; DACOSTA, BLANCO RODRÍGUEZ, 2020).

Por lo tanto, cuando nos referimos a las prácticas asociativas de los emigrantes ibéricos en América, debemos hablar de los procesos de resignificación como elemento clave que afecta de forma no muy diferente a trasmontanos, azorianos, asturianos y, también castellanos y leoneses, o mejor, quienes se autodenominan como tales incluso cuando en muchos casos no hablamos ya de emigrantes *stricto sensu*, sino de descendientes de emigrantes (MERINO HERNANDO, 2012). Advuértase que no solo hablamos aquí de un actor específico – el emigrante- sino también de sus descendientes, más específicamente, de la relación que mantienen algunos de ellos con el que

fue país receptor – ahora su propio país – y, también, con otros actores, fundamentalmente institucionales, que operan desde los países antaño emisores.

En el caso que nos ocupa, aunque el fenómeno se ha estudiado hasta ahora en términos regionales, es evidente que el Noroeste peninsular (incluyendo en la misma la región Norte de Portugal y las españolas de Galicia, Asturias y occidente de la actual Castilla y León fundamentalmente), conforman una región migratoria en términos históricos con un impacto directo sobre el presente, incluso con el mantenimiento de esa misma tendencia migratoria particularmente negativa en lo que se refiere al saldo y a la caracterización demográfica de las zonas rurales de esta amplia región que mira al Atlántico y que apenas queda contrapesada con el desarrollo de Oporto como gran eje económico de la región.

El ejemplo del asociacionismo de origen migrante con vinculación expresa con la actual Castilla y León es paradigmático de estos procesos históricos. Del centenar largo de sociedades que hemos conseguido documentar hasta la fecha, se mantienen en la actualidad dieciséis de carácter histórico, siete en La Habana (todas ellas ya centenarias), una en México D.F. (a la que aludiremos después) y el resto en Buenos Aires y otras ciudades argentinas (de las que mencionaremos alguna también).

Aparte de estas, a principios del presente siglo surgieron otras de nueva creación en Colombia, Chile, Guatemala, Brasil y Uruguay, donde históricamente no hubo asociacionismo formal castellano y leonés, a las que cabe sumar algunas asociaciones de empresarios en los principales países del cono sur (BLANCO RODRÍGUEZ, RIESCO ROCHE, 2011; BLANCO RODRÍGUEZ, DACOSTA, SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, 2011). La promoción de estas últimas sociedades tuvo un fuerte impulso institucional inicial, pero no mucho después entraron en decadencia o desaparecieron ya que no respondieron a las expectativas de inversión e intercambio comercial y al hecho, fundamental también, de que el proceso migratorio en la actual región de Castilla y León siga obedeciendo a una misma lógica centrífuga, con la diferencia de que los emigrantes son ahora jóvenes universitarios cuyo destino prioritario no es Argentina, Cuba o Brasil, sino Alemania o Reino Unido.

Dicho de otra forma, las asociaciones de origen castellano y leonés que mantienen cierto vigor en América son las fundadas en el periodo de “emigración en masa” y hoy son sostenidas por los descendientes de aquellos emigrantes. Desde una perspectiva amplia, estos procesos – y en conjunto todo lo referente a la emigración histórica y su presente – no resultan muy

diferentes de los que ocurre en el norte de Portugal y otras regiones del Noroeste Ibérico.

Tal y como sugeríamos, en la caracterización del asociacionismo migrante castellano y leonés a América la emulación de las realizaciones del gallego es muy evidente, desde la cronología a la significativa actividad de mecenazgo y promoción de las localidades de origen. Incluso la estructura y variedad de modalidades asociativas, incluyendo la microterritorial, comparten características en todo el Noroeste peninsular. Para el caso gallego, la profesora Cagiao ha señalado el peso de la estructura provincial en la articulación del asociacionismo migrante clásico siendo, en líneas generales, un fenómeno muy similar al analizado por nosotros para el caso castellano y leonés en Buenos Aires o La Habana (CAGIAO, 1990; BLANCO RODRÍGUEZ, 2008).

De hecho, esta es una de las hipótesis que hemos venido defendiendo con relación al asociacionismo castellano y leonés, esto es, que su referencialidad territorial es, fundamentalmente, la provincia. Ciertamente es que, si reducimos el fenómeno a mera estadística, un tercio de las sociedades documentadas tuvieron un carácter microterritorial, otro tanto fueron provinciales y el tercio restante se enmarcarían en algo que podríamos definir como “regional”. Sin embargo, conviene situar tales datos en una estricta línea de tiempo de forma que, para el caso castellano y leonés, en términos generales, las microterritoriales serían características del periodo de “emigración en masa”, las provinciales florecerían a mediados del siglo XX y las regionales serían un fenómeno fundamentalmente del siglo XXI. Y también es cierto que esta caracterización no es estricta ya que aún se mantienen sociedades microterritoriales como el ya centenario Club Villarino de La Habana o el Centro Maragato Val de San Lorenzo de Buenos Aires. En el espectro contrario podemos destacar que la primera sociedad castellana documentada fue de tipo regional, la “Sociedad de Beneficencia de ambas Castillas, León y Extremadura”, fundada en La Habana en 1878, que desapareció pronto, ocupando su lugar en 1885 la Sociedad Castellana de Beneficencia, que aún existe.

Cabe aceptar que las de tipo provincial han sido históricamente más exitosas, posiblemente por nutrirse o subsumir a muchas de las primitivas microterritoriales, como le ocurre a las referenciadas a la comarca de Sana-bria y a la villa de Fornos de Algodres que acaban integradas en el Centro Zamorano de Buenos Aires, o las distintas microterritoriales sorianas cuyos afiliados acaban, en algún caso, integrándose en el Centro Soriano Numancia, tam-

bién en Buenos Aires. En suma, el carácter provincial se ha visto beneficiado históricamente por la agregación de sociedades de alcance menor, pero este fenómeno también benefició a otras de rango más amplio como el Centro Castellano de La Habana, extinguida tras la Revolución Cubana (BLANCO RODRÍGUEZ, 1996, 2014).

Después aludiremos a algunos casos comparables, de escala regional, que en contextos muy diferentes siguieron un cambio similar (DACOSTA, BLANCO RODRÍGUEZ, 2019). De hecho, en el caso del Centro Castellano de La Habana podemos hablar de una continuidad, al menos simbólica, en la Agrupación de Sociedades Castellanas, aunque no sean comparables ni en estructura, ni en sus funciones, ni, por descontado, en lo que se refiere a la composición y volumen de su masa societaria.

Otro fenómeno diferencial del fenómeno asociativo castellano y leonés desde el periodo histórico al presente, es el menor volumen de emigrantes frente al caso gallego y la menor intensidad con relación a las localidades de origen, caso de determinadas zonas de Galicia o Asturias, por poner dos ejemplos comparables. Los emigrantes castellanos y leoneses en el periodo histórico tenían, además del americano, otros destinos articulados sobre la proximidad de algunas provincias de esta región de los polos industriales del País Vasco o de la capital, Madrid, lo que hace que el fenómeno asociativo, reflejo del proceso migratorio general, aun siendo muy significativo, tenga un carácter, si queremos, menos tupido que el gallego para el conjunto de destinos migratorios iberoamericanos o menos intensivo que el asturiano en determinados destinos como México D.F. o La Habana.

Otro factor fundamental, y ponemos de nuevo el foco en el asunto que designaremos “identitario”, es el que permite explicar el peso histórico y presente de las sociedades de tipo provincial frente a las regionales. A diferencia de Galicia, históricamente la delimitación territorial de la actual Castilla y León se mueve en una gran indefinición y, al mismo tiempo, en una potente identificación entre lo castellano y lo genéricamente español. En paralelo, la única institución verdaderamente estable y con interlocución con las colectividades de emigrantes, fueron en nuestro caso las diputaciones provinciales como las de León, Zamora, Palencia y Soria, instituciones que nacieron justo antes del periodo de emigración en masa y que persisten con notable actividad en el presente (DACOSTA, BLANCO RODRÍGUEZ, 2019).

También ocurre, como señalábamos en el caso de la más antigua sociedad regional castellana y leonesa, una significativa indefinición en torno al

concepto de “Castilla”. La centralidad de la región en términos geográficos e históricos, la identificación genérica entre lo “castellano” y lo “español”, así como la indefinición de la propia noción de “Castilla” provocan que la identificación no encuentre el soporte territorial o histórico necesario para conformar un sentido no ambiguo. Por ejemplo, durante los siglos XIX y XX, la actual región de Castilla y León ha tenido una dimensión territorial distinta de la actual, sumando a esta las actuales regiones de Cantabria, La Rioja, Madrid y, por extensión, la actual región de Castilla-La Mancha, esto es, prácticamente todo el centro de España (BLANCO RODRÍGUEZ, 2004). Este carácter difuso del territorio aún se mantiene en algunas sociedades argentinas, como la primera fundada de carácter regional en este país, el Centro Castilla de Rosario, que data de 1920. Según su acta fundacional, perseguía “propender a la mayor elevación del concepto de *Castilla*, dentro de la unión y respeto a la patria *España*”. Esta “Castilla” se entiende en sentido muy amplio, englobando entonces a 16 provincias, las que quedan hoy englobadas en las comunidades autónomas de Castilla y León y de Castilla-La Mancha, además de las regiones uniprovinciales de Cantabria, La Rioja y Madrid. En cualquier caso, el Centro Castilla de Rosario persiste, aunque su relación fundamental sea con Castilla y León. Un año después de la anterior se fundó el Centro Castellano de Santa Fe, con la finalidad de

agrupar a todos los castellanos residentes en esta ciudad para organizar en un sitio apropiado los juegos y diversiones que en nuestra tierra hemos compartido en nuestra infancia y juventud, contribuyendo con esto a mantener más frescas en nuestra mente, los recuerdos y añoranzas de nuestra patria ausente²⁹².

Sólo permitía la afiliación de castellanos, pero de ambas Castillas y de León, criterio que conserva en el presente -obviamente referido a los descendientes- hasta tal punto que la fachada de su sede se ve flanqueada por los escudos de Castilla y León y de Castilla La-Mancha.

Esta relativa indefinición de las propuestas de agrupamiento regional castellano se percibe también en la única de carácter político de la que tenemos noticia: la Casa de Castilla de Buenos Aires. Como otras de la emigración económica, tiene un origen provincial previo, en este caso la Agrupación

²⁹² Archivo del Centro de Estudios de la Emigración Castellana y Leonesa. Sección Argentina. Serie Asociaciones Castellanas y Leonesas. (VID. ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, DELGADO ÁLVAREZ, SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, 2020, p. 250 ss).

Soriana de Ayuda al Gobierno Legal de España, surgida en 1937 como filial del Centro Republicano Español de Buenos Aires. La fundación de la Casa de Castilla tiene lugar el 12 del septiembre de 1937 al unirse la Agrupación Soriana con la Agrupación Riojana (aunque hay indicios de que quizá participaran en el proyecto otras entidades aún sin identificar fehacientemente como una Agrupación Leonesa de la que apenas sabemos nada). En origen la Casa de Castilla se crea en apoyo de la República, muy especialmente con la finalidad de obtener fondos para las tropas fieles al gobierno legítimo de España. Su actividad, sin relación documentada con las asociaciones de la emigración económica pero sí con otras similares de carácter antifranquista, languidecerá hasta su disolución al principio de la década de 1980 (DACOSTA, BLANCO RODRÍGUEZ, 2020, p. 35-36).

En términos políticos, las diferencias fueron muy señaladas con el caso vasco o catalán, pero también con el gallego, aunque puede encontrarse un tímido paralelismo en la orientación regional de algunos centros, al menos en Argentina (BLANCO RODRÍGUEZ, 2003). La aludida indefinición regional afecta a algunos tímidos intentos de configurar un regionalismo de carácter específicamente leonés en Argentina diferenciado de lo castellano. Sin embargo, si el pancastellanismo resulta poco operativo en términos de representación política, lo mismo ha ocurrido con los centros regionales pretendidamente leoneses. Por ejemplo, el Centro Región Leonesa de Buenos Aires, fundado en 1916, pretendió durante décadas agrupar a leoneses, zamoranos y salmantinos, con nulo éxito dada la pujanza y autonomía del Centro Zamorano, del Centro Salamanca de Buenos Aires, rozando ambas su primer centenario, y del específicamente leonés Centro Val de San Lorenzo (ALONSO GONZÁLEZ, ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, 2013). Otro ejemplo interesante es el del actual Centro de Castilla y León de Mar del Plata que, en origen, fue un esbozo de “centro leonés” y hoy se define expresamente como “regional castellano y leonés”. En orden a una mayor brevedad ilustraremos el fracaso de este modelo regional a través del caso mexicano.

La creación de un centro regional “castellano” se documenta en 1908 bajo el marbete de Centro Castellano de México como iniciativa que surge de una sociedad microterritorial de naturales de Laredo, localidad costera de la actual Cantabria, persiguiendo una asociación más amplia para “todos los hijos de ambas Castillas y de León” que respondiera “á los fines de confraternidad y de amor á la Patria y á la región” (DACOSTA, BLANCO RODRÍGUEZ, 2019). El proyecto, controlado por un grupo de inmigrantes cántabros que había logrado una posición en el sector industrial de la capital mexicana,

fracasará por las disensiones internas y por el contexto revolucionario a pesar de haber logrado en poco tiempo casi 600 afiliados. De hecho, en 1911 no desaparecerá, sino que se transformará en una nueva sociedad denominada Centro Español. Solo el *Herald* de México, diario publicado en inglés, informa de las disensiones y dificultades internas; en cambio, la prensa de la colonia española publica la justificación de esta fluida transformación de lo regional “castellano” hacia lo genéricamente “español” en orden a

los grandes progresos que viene alcanzando el Centro desde el punto y hora en que, con tanto acierto, se resolvió ampliar las limitadas proporciones del círculo regional que le caracterizaban cuando se denominaba Centro Castellano, convirtiéndolo en una colectividad nacional, en la que cupieran todos los españoles (*El Imparcial*, abril 29, 1909; *cit.* DACOSTA, BLANCO RODRÍGUEZ, 2019, p. 101).

Menos noticias aún conservamos de un nuevo intento de creación de un Centro Castellano en México en 1925 (DACOSTA, ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, 2018). Aunque este proyecto también fracasará, hemos encontrado algún vínculo con la Agrupación Leonesa de México, fundada formalmente en 1941. Dicho vínculo se materializa en uno de los directivos del Centro de 1925, el conocido industrial leonés Pablo Díez, famoso por levantar la cervecería *Modelo*, y uno de los principales promotores de la Agrupación Leonesa. Como decimos, esta sociedad aún existe, pero resulta significativo que a principios del siglo XXI haya mantenido su nombre original siendo las instituciones regionales las que han tomado el protagonismo en la relación con el asociacionismo migrante, sin que ello implique, en verdad, que la provincia de León – y su Diputación Provincial – haya perdido su referencialidad primaria. Ciertamente es que este carácter fundamentalmente provincial no impide que, a efectos prácticos, la Agrupación Leonesa de México tenga un estatus particular en su relación con el gobierno regional de Castilla y ello no solo es debido al hecho de ser la única castellana y leonesa en México en la actualidad. Como le ocurre a la Agrupación de Sociedades Castellanas de Cuba con su sede en la habanera calle Neptuno, la sociedad leonesa optó por bautizar a su sede de México D.F. como *Casa de Castilla* y León.

A través de unos pocos ejemplos, de forma sintética, estamos tratando de ilustrar, de un lado, el carácter abierto y ambiguo de la definición regional de las sociedades fundadas por los emigrantes procedentes de Castilla

y León hasta el siglo XXI. Es entonces, como señalábamos, cuando se producen nuevas fundaciones de carácter regional en países donde no existía tradición asociativa castellana y leonesa y, también, la reformulación de la denominación y alcance de otras sociedades históricas. Todo ello revela el mismo interés por hacerse estas sociedades identificables ante las nuevas instituciones regionales, principales referentes políticos con atribuciones específicas en materias como la asistencialidad y reconocimiento a la denominada “ciudadanía castellana y leonesa en el exterior”.

¿A qué obedece, pues, este fenómeno? ¿Asistimos a una novedosa resignificación en el seno de asociaciones formales compuestas por descendientes oriundos de la de emigrantes castellanos? ¿De qué forma se consideran y articulan los vínculos con la región de origen?

Con los ejemplos anteriores, podemos afirmar que este fenómeno de resignificación de las sociedades de origen castellano y leonés no es nuevo, sino que forma parte de su propia historia. Posiblemente, porque la propia indefinición territorial y política de la región o la identificación nada natural entre Castilla y España, que permiten estos deslizamientos de sentido entre lo local, lo provincial y lo regional, sin renunciar a lo primero – un localismo de márgenes más o menos amplios – y subsumiendo en él lo segundo – un difuso regionalismo de carácter netamente cultural. El fenómeno que lo sustenta no debe ser tenido como contradictorio, ya que obedece al sentido contextual, negociado y discursivo de todo proceso de identificación (DÁ-COSTA, 2017).

Además, este asociacionismo, desde su origen, se ha caracterizado por su dimensión adaptativa resultando aparentemente paradójica esta capacidad junto a un fuerte sentido de anclaje con el propio pasado entendido en términos de “herencia” o “tradición”. Finalmente, toda la cuestión identitaria puede ponerse en cuestión al confrontarla con la propia historia de estas asociaciones. Ciertamente, estas sociedades y tantas otras fundadas durante el siglo XX, representan aparentemente colectivos que se definen por unas determinadas “identidades étnicas”. Cabe dudar de que lo que entendemos hoy como tales “identidades” fueran traídas en sus exiguos equipajes por el campesino procedente de la isla de São Miguel de las Açores, por aquel que venía de una aldea de Orense o por el que emigró desde un pueblo de Zamora. ¿Llevaban consigo algo parecido a una “conciencia étnica”? De ser así, ¿cuál era su carácter? ¿Cómo se transmitió dentro de ámbitos de sociabilidad distintos de los formales? Aunque tuvo que haber ciertamente excepciones, la conciencia “étnica” del azoriano, del pontevedrés o del zamorano

tuvo que ser adquirida al activarse los mecanismos de alteridad propios de cualquier proceso migratorio.

De hecho, como algún autor ha señalado, este fenómeno, el del asociacionismo, no es mayoritario entre los inmigrantes en América (NÚÑEZ SEIXAS, 2014). A pesar de ello, resulta ser un fenómeno de enorme interés por su alcance y por su persistencia, y en ambos casos, los procesos de significación – y resignificación, tanto internos como externos –, son un aspecto clave a investigar.

Aún a riesgo de esbozar una respuesta incompleta con relación a las significaciones y resignificaciones étnicas, podemos avanzar algunas líneas de investigación esta persistencia creemos que se corresponde con algunos factores fundamentales:

- a) la propia *anfibiedad* del emigrante, esto es, el hecho de que el emigrante – históricamente y hoy de la misma forma – despliega sus estrategias de supervivencia, y ello incluye practicar – necesariamente con otros, identificados como sus pares o sus interlocutores – su sentido de pertenencia (BLANCO RODRÍGUEZ, DACOSTA, 2011; DACOSTA, 2015).
- b) Aunque el individuo es el actor fundamental en los procesos de identificación, necesita interactuar para desarrollarlos. Dicho de otra forma, el inmigrante – o el descendiente- pertenece al colectivo que escoge pertenecer, con el que se siente ligado. Esto explica que muchos de los emigrantes – quizá la mayoría – no se afiliaran a estas sociedades o lo hicieran a otras que, en principio no eran las de su adscripción “natural”, o lo hicieran por motivos más prosaicos. Sin duda, los procesos de identificación son inseparables del haz de intereses personales y colectivos que se articulan cultural y materialmente en los marcos de sociabilidad formales e informales.
- c) Es por ello que, independientemente de la tradición asociativa o de la intensidad de la referencialidad identitaria, las sociedades fundadas por emigrantes ibéricos están sujetas a procesos de crisis como fruto de la evolución de los intereses materiales y simbólicos de sus miembros y, fundamentalmente, del mantenimiento o no de actividades que contribuyan a dar sentido a su socialización.
- d) Mientras haya colectivos que encuentren sentido a las prácticas de pertenencia (incluidas las discursivas o narrativas), esto es, en cuanto sea significativa en términos sociales y políticos, este sentido de pertenencia se mantendrá. Dicho de otra forma, mientras existan

interlocutores externos se mantendrán activas la memoria y la identificación colectivas que, a su vez, son, en esencia, actos de comunicación. En este sentido, es clave el mantenimiento de interlocutores institucional en el país receptor y en el de origen, o mejor en ambos. La referencia al plano emocional de lo identitario, que no negamos, solo es históricamente trascendente si se practica socialmente.

e) En este sentido, no podemos olvidar que el principal generador de “identidades” en época contemporánea es el estado, lo cual no significa que no admita en su seno otras identificaciones políticas compatibles o no con el rango de exclusividad que exige el significado y prácticas en torno a la idea de “nación”. No podemos dudar que los campesinos azorianos, pontevedreses o zamoranos que emigraron a América en el siglo XX, tomaron conciencia de su pertenencia nacional en el momento en el que tuvieron que materializar las exigencias burocráticas que les identificaba como “portugueses” o “españoles”, esto es, como extranjeros en sus destinos americanos. Sin embargo, ese poderoso marco de clasificación político-administrativo no impidió – ni lo impide en el presente – que el migrante no fomente en muchos casos otros sentidos de pertenencia, otras referencialidades, otras identificaciones.

En nuestra experiencia, la autoadscripción voluntaria a un colectivo, más concretamente a una asociación, se produce en contextos concretos donde esas “identidades” se negocian y se ajustan a los fines y estrategias de la experiencia migratoria individual, familiar y, también, colectiva. En qué medida contribuyeron estas asociaciones a dar respuesta a los fines y estrategias de los migrantes – socializar con tu grupo etario, obtener algún tipo de influencia social en un entorno nuevo, destacar sobre la colectividad en términos de prestigio, recibir apoyo y servicios –, y en qué medida responden a los fines y estrategias de los grupos que sostienen estas asociaciones – mantener una red de sociabilidad diferencial, obtener ventajas administrativas o reconocimiento institucional, conservar una determinada memoria colectiva y traspasar una herencia cultural y hasta cierto punto genealógica –, serán los objetivos de nuestras futuras investigaciones.

Bibliografía

- ALONSO GONZÁLEZ, Pablo; ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, José Miguel, 2013 – El “Centro Val de San Lorenzo” en Buenos Aires: Emigración e identidad en la Maragatería (León, España). *Studia historica. Historia contemporánea*, 31, p. 219-243.
- ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, José Miguel; DELGADO ÁLVAREZ, José; SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, Rubén, 2020 – Custodios de la memoria migrante: Clasificación de los fondos del Centro de Estudios de la Emigración Castellana y Leonesa. *Studia Zamorensia*, 19, p. 237-256.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 1996 – El Centro Castellano en Cuba, 1909-1961. *Studia Zamorensia*, 3, p. 159-212.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 2003 – El asociacionismo español en Argentina. *Emigración e integración cultural: antropología en Castilla y León e Iberoamérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 353-372.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 2004 – “La formación de la identidad regional en el ámbito de la actual Castilla y León: un proceso problemático y con notables indefiniciones”, in Juan Andrés Blanco Rodríguez (ed.), *Regionalismo y Autonomía en Castilla y León*. Valladolid: Junta de Castilla y León, p. 15-61.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 2008 – “Asociaciones castellanas y leonesas en América”, in Juan Andrés Blanco Rodríguez (ed.), *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED Zamora, p. 525-560.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 2010 – Identidad y asistencialismo mutual y beneficiante: el asociacionismo español en la emigración a América. *Polígonos. Revista de Geografía*, 20, p. 29-47.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 2014 – Cincuenta años de Castilla en Cuba: El Centro Castellano (1909-1961). *Fuentes y documentos de la emigración castellana y leonesa*, 1(1), p. 5-44.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés; DACOSTA, Arsenio, 2011 – “La memoria como testimonio histórico”, in Juan Andrés Blanco Rodríguez; José María Bragado; Arsenio Dacosta (eds.), *II Premio Memoria de la Emigración Castellana y Leonesa*. Zamora: Junta de Castilla y León, Fundación Cooperación y Ciudadanía de Castilla y León, UNED Zamora, p. 11-24.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés; DACOSTA, Arsenio, 2014 – “Emigración y asociacionismo español en América”, in Fernando de Sousa (ed.), *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: CEPESE, p. 498-533.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés; DACOSTA, Arsenio; SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, Rubén (eds.), 2011 – *Memorias de un Sueño. La emigración castellana y leonesa a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés; DACOSTA, Arsenio; SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, Rubén, 2016 – Identidades en la emigración española a Iberoamérica. *População e Sociedade*, 25, p. 27-63.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés; GARCÍA ÁLVAREZ, Alejandro, 2015 – *El legado de España en Cuba*. Madrid: Sílex.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés; RIESCO ROCHE, Sergio, 2011 – “La emigración castellana y leonesa hacia América”, in Juan Andrés Blanco Rodríguez (ed.), *La emigración castellana y leonesa en el marco de las migraciones españolas*. Salamanca: UNED Zamora / Junta de Castilla y León, p. 251-274.

- CAGIAO VILA, Pilar, 1990 – “Inmigración y cambio en las sociedades latinoamericanas: el caso de los gallegos en Uruguay”, in *Galicia y América. El papel de la emigración: V Jornadas de Historia de Galicia*. Orense: Deputación Provincial de Ourense, p. 213-228.
- CAGIAO VILA, Pilar, 2005 – La inmigración gallega en Uruguay (1870-1936). *Anuario americanista europeo*, 3, p. 93-112.
- DACOSTA, Arsenio, 2015 – Identidades anfibias: hacia una conceptualización de la identidad política en el macrotexto migrante español. *Fuentes y documentos de la emigración castellana y leonesa*, 3(4), p. 5-9.
- DACOSTA, Arsenio, 2017 – “¿Identidades? Algunas reflexiones a partir la experiencia migratoria castellana y leonesa a América”, in Juan Francisco Blanco González (ed.), *Identidad y género en Castilla y León*. Salamanca: Diputación Provincial, p. 203-210.
- DACOSTA, Arsenio, 2020 – *Castellanos y leoneses en América: Narración biográfica y prácticas de identificación*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- DACOSTA, Arsenio; ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, Juan Miguel; SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, Rubén, 2018 – La conmemoración del 4.º Centenario de fray Luis de León en México (1928): un homenaje inesperado a la Universidad de Salamanca. *Studia Zamorensia*, 17, p. 185-194.
- DACOSTA, Arsenio; BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 2019 – De lo difuso a lo concreto: Los procesos de identificación regional en el seno del asociacionismo migrante castellano y leonés en Latinoamérica. *Journal of Iberian and Latin American Research: JILAR*, 25(1), p. 98-111.
- DACOSTA, Arsenio; BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 2020 – Las asociaciones castellanas y leonesas en América como “comunidades de memoria”: espacios, prácticas y mediaciones. *Americania: Revista de Estudios Latinoamericanos*, 12, p. 25-55.
- DACOSTA, Arsenio; BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés, 2020 (eds.), 2020 – *El asociacionismo español de una emigración diferenciada*. Madrid: Polifemo.
- ESTEBAN-GUITART, Moisés; VILA, Ignasi, 2015 – Las voces de los que vienen: un análisis cualitativo sobre la construcción de la identidad transnacional. *Psychosocial Intervention*, 24(1), p. 17-25.
- FARÍAS, Ruy, 2018 – “La comunidad gallega en Buenos Aires: ¿identidad étnico-regional, españolismo o integración? (1900-1960)”, in *Identidades, Memorias y Poder Cultural en la Argentina (Siglos XIX y XX)*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, p. 95-127.
- GARCÍA SEBASTIANI, Marcela, 2020 – “Nacionalismos e identidad nacional entre los españoles en Argentina (1860-1975)”, in Marcela García Sebastiani; Xosé Manoel Núñez Seixas (eds.), *Hacer patria lejos de casa: nacionalismo español, migración y exilio en Europa y América (1870-2010)*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, p. 41-71.
- GLICK SCHILLER, Nina, 2010 – “A global perspective on transnational migration: Theorising migration without methodological nationalism”, in Rainer Bauböck; Thomas Faist (eds.), *Diaspora and Transnationalism. Concepts, Theories and Methods*. Amsterdam: Amsterdam University Press, p. 109-130.
- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda E., 1992 – *Brasil: Café e inmigración. Los españoles en São Paulo*. Madrid: CEDEAL.

- MERINO HERNANDO, Asunción, 2012 – *Emigración, asociacionismo y retorno de los españoles en Argentina (siglos XX y XXI). El diseño y la práctica de su investigación*. Madrid: Trotta.
- MERINO HERNANDO, Asunción, 2019 – La inmigración española en Argentina y sus dinámicas transnacionales contemporáneas: el caso de los castellanos y leoneses en Buenos Aires. *Anuario de Estudios Americanos*, 76(1), p. 101-119.
- MOYA, José C., 1998 – *Cousins and Strangers: Spanish Immigrants in Buenos Aires, 1850-1930*. Berkeley: University of California Press.
- MOYA, José C., 2011 – Las asociaciones de inmigrantes: En búsqueda de pautas históricas globales. *Historia Social*, 70, p. 9-41.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2001 – “Leadership ethnique, exil politique et ethnonationalisme chez les collectivités ibériques en Amérique Latine (1880-1960)”, in Fernando Devoto; Pilar González-Bernaldo (eds.), *Émigration politique. Une perspective comparée. Italiens et Espagnols en Argentine et en France (XIXe – XXe siècles)*. París: L’Harmattan, p. 263-294.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2014 – “El asociacionismo emigrante español: Algunas consideraciones teóricas”, in Juan Andrés Blanco Rodríguez; Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: Significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex, p. 33-56.
- VERTOVEC, Steven, 2001 – Transnationalism and identity. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27(4), p. 573-582.

Reestructuración y ajustes del asociacionismo de la emigración exterior española a través de las nuevas tecnologías: los casos de Argentina y de Reino Unido²⁹³

Rubén Sánchez Domínguez²⁹⁴

Arsenio Dacosta²⁹⁵

Juan Andrés Blanco Rodríguez²⁹⁶

Introducción

Es un hecho evidente que la irrupción de coronavirus SARS-CoV-2 en nuestras vidas ha extendido, hasta límites difícilmente imaginables, la sociabilidad digital y los espacios de encuentro virtual en todos los ámbitos. Pero también es un hecho que la pandemia provocada por él no ha hecho sino generalizar unos hábitos que hace tiempo ya formaban parte de nuestra forma de comunicarnos y, en determinados contextos, de socializar.

El rápido avance de las nuevas tecnologías de información y comunicación TICs, especialmente con el nacimiento²⁹⁷ y la generalización de las conexiones a internet en los hogares²⁹⁸, el desarrollo de la Web 2.0 (web so-

²⁹³ Este trabajo se encuentra en el marco del proyecto *El asociacionismo de la emigración española en América a partir de la década de 1960: los casos de La Habana, Buenos Aires y Caracas*. Proyecto PID2021-123160NB-I00 financiado por la MCIN / AEI y por FEDER *Una manera de hacer Europa*.

Así mismo forma parte de los resultados del proyecto de I+D *Las asociaciones en la emigración exterior española: del mutualismo a las comunidades transnacionales y virtuales*, dentro del Programa Estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia, subprograma Estatal de Generación del Conocimiento, ref. HAR2015-65760-P (MINECO/FEDER, UE).

²⁹⁴ UNED. Cátedra de Población, Vinculación y Desarrollo.

²⁹⁵ Universidad de Salamanca. Facultad de Ciencias Sociales.

²⁹⁶ UNED. Cátedra de Población, Vinculación y Desarrollo.

²⁹⁷ Tras varias décadas de investigación vinculada a proyectos militares, se considera que internet nace en 1983 cuando el Departamento de Defensa de los Estados Unidos decidió usar el protocolo TCP/IP en su red APARNET (MARTÍNEZ DE VELASCO, 2002).

²⁹⁸ A modo comparativo la televisión tardó trece años en conseguir cien millones de usuarios, Internet empleó tan solo cuatro (CAEROLS, TAPIA, CARRETERO, 2013). En la generalización de las conexiones a internet influyó poderosamente la incorporación del navegador *Internet Explorer* y el portal *MSN*, en el paquete del nuevo sistema operativo *Windows 95*.

cial)²⁹⁹, la aparición de los teléfonos inteligentes o smartphones³⁰⁰, y las diferentes herramientas que existen en el mercado, han ido modelando – y modificando –, las formas de comunicación en muchos contextos – también en el migratorio –, de la misma forma que la aparición del teléfono modificó las relaciones – hasta aquel momento epistolares –, entre los emigrados y sus familias, pero ahora de forma mucho más rápida e invasiva.

De acuerdo con los datos del *Digital Global Overview Report 2021*, que realizan We Are Social y Hootsuite, en enero de este año se contabilizaron 4.660 millones de internautas, lo que equivale al 59,5% de la población mundial (7.830 millones de personas). 5.220 millones utilizan actualmente un teléfono móvil (66,6 %), lo que supone un incremento del 1,8% con respecto a enero de 2020, que se corresponde con 93 millones de usuarios más. En cuanto al uso de redes sociales el número de usuarios es de 4.200 millones de personas (53.6%), habiéndose producido un incremento de un 13,2%, es decir, 490 millones de personas más. Con respecto al tiempo medio de conexión los usuarios de internet en el mundo pasan cada día un total de 6 horas y 54 minutos conectados a la red³⁰¹.

Si nos fijamos en Argentina, con una población de 44,99 millones de personas en enero de 2020 – aún no están disponibles los datos de 2021 –, había 35,09 millones de internautas, 58,21 millones de conexiones móviles y 34 millones de usuarios de redes sociales. Reino Unido, a su vez, con una población de 68,05 millones de personas, en enero de este año tenía 65,32 millones de usuarios de Internet, 67,61 millones de conexiones móviles y 53,00 millones de usuarios de redes sociales³⁰².

Tanto las viejas generaciones de emigrantes y sus familias, como los integrantes de la nueva diáspora, no son ajenos a este fenómeno global y utilizan estas herramientas digitales de forma cotidiana, tanto en sus relaciones personales y familiares, como en la dimensión colectiva y/o asociativa. Los primeros han encontrado en ellas aquellas facilidades de

²⁹⁹ Término que hace referencia a un horizonte web que permite al usuario ser un sujeto activo de la comunicación, posibilitando que este genere, edite y comparta información al tiempo que interactúa con otros usuarios pudiendo colaborar en la creación de contenidos (en diversos formatos como wikis, blogs, microblogs, Sitios de Redes Sociales SRS-). El término lo acuña Darcy DiNucci en 1999 pero será Tim O'Reilly y su empresa O'Reilly Media quien lo popularice en 2004 (ARROYO, 2007, p. 69).

³⁰⁰ Aunque el primer smartphone, de nombre *Simon*, se crea en 1992 por IBM, no será hasta los primeros años el nuevo milenio cuando se generalice su comercialización y uso.

³⁰¹ We Are Social y Hootsuite: *Digital Global Overview Report 2021*. Disponible en: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report> (consultado el 20.1.2021).

³⁰² We Are Social y Hootsuite: *Digital Global Overview Report 2021*. Disponible en: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report> (consultado el 20.1.2021).

comunicación con las que no contaron durante una buena parte de su vida, y las aprovechan para superar las distancias, construir nuevas formas de relación (MELELLA, 2014a, p. 144), o para abrir ventanas digitales a las viejas formas de sociabilidad, y los segundos – muchos de ellos integrantes de las “generaciones.net” –, las utilizan como forma habitual de comunicarse – al igual que antes de emigrar –, y para generar nuevos espacios virtuales de encuentro y sociabilidad con un acusado grado de transnacionalidad.

Los estudios migratorios, especialmente aquellos que proceden del mundo de la historia, han tardado en reaccionar ante este fenómeno frente a los ámbitos de la sociología y la antropología, siendo algunos ejemplos los trabajos de BUSSO, 2012, 2013, 2016, 2017a, 2017b; MELELLA, 2014a, 2014b; GUAUQUE, 2015; DÍAZ, TSAVKKO, 2015. La vertiginosa velocidad con la que evolucionan las TICs nos ha obligado a acortar el tradicional plazo de veinticinco años necesarios para afrontar, con cierta perspectiva, el cambio histórico y quizás sea ahora cuando algunas de las aplicaciones de comunicación más populares – como *MSN Messenger*³⁰³, *Tuenti*³⁰⁴ o *Google+*³⁰⁵ –, han desaparecido, y otros formatos – como los foros o aplicaciones como *Facebook* –, van envejeciendo, cuando nos comenzamos a sentir cómodos para afrontar su estudio en relación con el asociacionismo emigrante³⁰⁶.

Desde el punto de vista de la investigación las nuevas formas de comunicación en esta cambiante “modernidad líquida” (BAUMAN, 2003), presentan varias problemáticas relacionadas con las modas de uso – y las migraciones de usuarios de unas a otras (MERCEDES, VICTORIA, 2015) –, el exceso de “documentos” que puede devenir en “infoxicación” (TOFFER, 1970; LEWIS, 1996; CORNELLÁ, 2004), su volatilidad (en el margen de un minuto se suben a internet más de 41.000 fotos en Instagram, 120 horas de video en *YouTube*, y más de 8.796 fotomensajes en *Snapchat* que desaparecen al cabo de unos segundos (ÁLVAREZ, 2017), la dificultad para saber qué contenidos archivar y cómo hacerlo (MARCOS, SÁNCHEZ, OLIVERA, 2019), su segmentación en función de complejos y desconocidos algoritmos – que responden a los intereses de las empresas que sostienen las plataformas, de búsqueda–, la

³⁰³ *MSN Messenger* fue un programa de mensajería instantánea creado por Microsoft en 1999, reemplazado en 2005 por *Windows Live Messenger*, se fusionó con *Skype* en 2013 en un intento de competir con las emergentes redes sociales.

³⁰⁴ Red social española fundada en 2006 y comprada por Telefónica en 2010, que seis años más tarde la convertiría en un operador virtual móvil.

³⁰⁵ La red social de Google, creada para tratar de competir -sin mucho éxito-, con *Facebook* cerró definitivamente en 2019.

³⁰⁶ Un primer acercamiento en el trabajo de RIPOLL, 2014.

dificultad para archivarlos desde el propio grupo – que tampoco parece que tenga demasiado interés por este asunto –, la obsolescencia y desaparición de plataformas y el hecho de que la “documentación original” esté depositada en los servidores de empresas privadas. En este sentido es muy esclarecedor el trabajo de RICAURTE, RAMOS-VIDAL, 2015, y en el campo concreto de los estudios migratorios los de LÓPEZ, MORÁN, 2015; PÉREZ, 2017, 2020.

Sin embargo, no podemos dejar de lado los efectos que estas TICs están provocando en la sociabilidad de los emigrantes, su negociación identitaria, la reorientación de su relación con las sociedades de origen, la generación de nuevos discursos y narrativas transmedia, y en definitiva, la resignificación de sus estructuras, adaptándose a los nuevos tiempos o generando nuevos formatos que coexisten, colaboran – y en ocasiones rivalizan –, con los antiguos, las viejas y desgastadas asociaciones clásicas.

1. El asociacionismo migrante clásico y las tics

El asociacionismo ha constituido uno de los pilares básicos en la vida del emigrante. La realidad de este – y de las diferentes manifestaciones de la sociabilidad migrante –, en América y en Europa es bastante plural. En esa realidad conviven todo tipo de formatos y tipologías de comunidades que reflejan las inquietudes de varias oleadas migratorias y de las diferentes generaciones que las han protagonizado (ya sean emigrantes directos o sus descendientes), sus intereses, sus expectativas, etc. Estas comunidades, que integran el asociacionismo clásico, forman parte de las que se denominan “redes sociales formales”: asociaciones registradas institucionalmente y que se rigen por unas reglas determinadas por sus miembros fundadores (POZO-GUTIÉRREZ, 2005, p. 8).

El envejecimiento de las nóminas de socios, la dificultad para atraer a los descendientes de los emigrantes, así como a los miembros de la nueva emigración, y el anquilosamiento en viejos patrones sociales han motivado la desaparición de muchas de estas sociedades, y las que sobreviven lo hacen con un escaso número de socios – y muy envejecidos –, con poca actividad y dependiendo en muchos casos, de las subvenciones públicas, lo que les obliga a vivir en un presente de vulnerabilidad constante que amenazaría su futuro ante cualquier eventualidad.

No es el momento de analizar el fenómeno asociativo migrante ampliamente estudiado³⁰⁷, si no plantear un análisis introductorio sobre su relación actual con las TICs y el uso de las diferentes plataformas digitales con las que puede contar una asociación para el desarrollo de su actividad – especialmente la que tiene que ver con su comunicación interna y externa –, singularmente páginas web y presencia en determinadas plataformas de red social.

Esta investigación se enfrenta, además, a unas problemáticas concretas. Por un lado, la difícil pero deficiente actualización de los diferentes directorios de asociaciones (en los que siguen apareciendo sociedades que ya no tienen actividad, aunque oficialmente no hayan sido dados de baja). Por otro el alto grado de “amateurismo” aplicado a las TICs hace que los diferentes canales digitales de las agrupaciones no reciban la importancia adecuada – al igual que otra documentación administrativa –, en los cambios directivos o fusiones de entidades. Falta de celo que deja, en ocasiones, un rastro digital de perfiles abandonados – a los que la nueva directiva no es capaz de acceder por falta de claves –, o duplicidad/multiplicidad de perfiles si se crean nuevos (fragmentando y diluyendo la comunicación corporativa de forma notable).

Según el Censo de Asociaciones y Centros Españoles en el Extranjero CACE, de la Consejería de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social, en Argentina hay 562 asociaciones de españoles constituidas en Argentina. Se trata de un asociacionismo consolidado, con una mayoría de entidades centenarias o cercanas a cumplir el siglo, numerosas entidades de más de cincuenta años, y algunas fundadas a partir del desarrollo del estado de las autonomías en España. Dado el excesivo tamaño de la población a estudiar, decidimos trabajar con una muestra de la misma, tomando para el muestreo aquellas entidades vinculadas a la Federación de Sociedades Españolas de la República Argentina y que aparecen referenciadas en su sitio web³⁰⁸ (tanto las federadas como las no federadas que suman un total de 225)³⁰⁹, contabilizando el uso de sitios web,

³⁰⁷ Un panorama general del asociacionismo español en Argentina en FERNÁNDEZ, 2008, 2014; MERINO, 2014; en Reino Unido POZO-GUTIÉRREZ, 2005; ALBA, FERNÁNDEZ, 2005; FERNÁNDEZ, 2020; SÁNCHEZ, 2020.

³⁰⁸ www.fedespa.org (consultada el 2.9.2020).

³⁰⁹ A las encuestas de trabajo enviadas para la elaboración del *Libro Blanco de Instituciones Españolas de Argentina*, Consejería de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social de España y dirigido por Marcelo Garabedián, contestaron 200 sociedades, por lo que consideramos que la muestra tomada es una porción significativa del asociacionismo español en el país Austral. El informe sobre el avance del proyecto, publicado en diciembre de 2019, puede consultarse en: www.fundespa.org.ar/descargas/pdf/encuesta-libro-blanco-instituciones-diciembre-2019.pdf

blogs, así como la presencia en diferentes redes sociales (*Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, Flickr, TripAdvisor, LinkedIn*³¹⁰), y el uso de aplicaciones de mensajería instantánea como *Whatsapp* o *Telegram*³¹¹.

El muestreo, realizado en el mes de septiembre de 2020, ha considerado tanto los sitios web y perfiles correspondientes a asociaciones y sociedades como a los entes dependientes de ellas – que en ocasiones constituyen la única huella digital de las mismas –, como hospitales y consultorios, grupos folclóricos y artísticos, restaurantes, equipos deportivos etc. Tan solo un caso, el Centro Montañés – Casa de Cantabria en Buenos Aires, presenta dos perfiles, uno para la sociedad y otro para el restaurante, por lo que se ha contabilizado como un único perfil. El resultado del muestreo ha sido consignado en la tabla n. 1³¹²:

Tabla n. 1
Huella digital del asociacionismo migrante argentino*

Plataforma	Sociedades					
	Federadas		No federadas		Totales	
	Número	%	Número	%	Número	%
	136	100	89	100	225	100
Sitio web	30	22,05	18	20,22	48	21,33
Blog	4	2,94	3	3,37	7	3,11
Facebook	98	72,05	50	56,17	148	65,77
Twitter	12	8,82	7	7,86	19	8,44
Instagram	23	16,91	14	15,73	37	16,44
YouTube	6	4,41	1	1,12	7	3,11
Flickr	0	0	1	1,12	1	0,44
TripAdvisor	2	1,47	2	2,24	4	1,77
LinkedIn	3	2,20	1	1,12	4	1,77
Whatsapp	2	1,47	0	0	2	0,88
Telegram	0	0	0	0	0	0
Ninguna	34	25	37	41,57	71	31,55

*Asociaciones vinculadas a la Federación de Sociedades Españolas de la República Argentina.
Fuente: Elaboración propia.

³¹⁰ Siendo conscientes de la dificultad de abarcar la totalidad de plataformas existentes en un estudio de estas características, hemos seleccionado aquellas que, en un primer acercamiento, observamos que tenían un mayor seguimiento por parte de las sociedades de emigrantes, dejando de lado otras muy populares como *Pinterest, Snapchat, TikTok, Vimeo* etc.

³¹¹ Una aproximación a los estudios sobre redes sociales en Iberoamérica en el trabajo de MATASSI, BOCZKOWSKI, 2020.

³¹² En el muestreo no se incluyen las plataformas utilizadas por la propia federación, que cuenta con el ya citado sitio web, así como perfiles en las redes sociales *Facebook* e *Instagram*.

El primer dato que llama la atención es que casi una tercera parte de las sociedades analizadas, el 31,55%, no tiene ninguna presencia digital. Esto puede deberse a varios factores: el hecho de que no tenga actividad, aunque aún no se haya disuelto formalmente, o bien que, dado el perfil de su nómina social y de sus actividades, consideren irrelevante esa presencia digital, que se reduce, cuando existe, a alguna referencia en las versiones digitales de la prensa especializada³¹³.

El segundo dato que destaca es la abrumadora presencia de *Facebook*, usado por un 65,77% de las sociedades, con respecto al resto de las plataformas que, en ningún caso, llegan a ser utilizadas por más de un tercio de estas. Debemos aclarar que el uso de unas plataformas u otras no es excluyente y es común encontrar sociedades que utilizan varias, si bien el número de asociaciones que solo usa Facebook es significativo, ya que 81 asociaciones, el 36% de la población muestreada, confían a esta red su única presencia digital en la *World Wide Web*.

Si analizamos con detalle cada una de las plataformas debemos decir que la existencia de páginas web corporativas es baja con respecto a perfiles de Facebook, sin embargo, mantiene una buena presencia figurando en un 21,33% de las asociaciones analizadas³¹⁴. En general predominan los sitios web de estructura sencilla, muchos de ellos configurados a través de plantillas y servidores gratuitos con formato de blog – más sencillos de gestionar para un usuario no especializado –, como *Blogger* o *WordPress*, y con un nivel de actualización medio. La presencia de bitácoras, tipo blog, es minoritaria, el 3,11% del total, y en todos los casos cumplen una función sustitutiva de la web, en un formato más fácil de gestionar.

En el caso de *Facebook* observamos como predominan las páginas comunitarias, aunque aún persisten asociaciones con perfiles personales – muy abundantes entre las agrupaciones hace una década³¹⁵ –, y cuya dinámica de interacción (añadir como “amigo”), es más indirecta que con una página institucional (pulsar “me gusta”). El problema de éstos, además de que

³¹³ Los portales de los periódicos especializados *Galicia en el Mundo*. *Crónicas de la Emigración* (<http://cronicasdelaemigracion.com>); *España Exterior* (<https://espanaexterior.com>), y *La Región Internacional* (<https://laregioninternacional.com>).

³¹⁴ Se han eliminado aquellos sitios webs que aparecen indizados en algún directorio, pero ya no se encuentran activos probablemente por falta de renovación de su alojamiento.

³¹⁵ Circunstancia que pudimos comprobar en 2011 al desarrollar la campaña de promoción en redes de los nuevos perfiles del Centro de Estudios de la Emigración Castellana y Leonesa de la UNED de Zamora (DACOSTA, 2020).

hasta 2020 limitaban la posibilidad de interacción completa a 5000 perfiles – máximo de “amigos” permitido –, lo que restringía mucho las posibilidades de comunicación, es que ofrecen poca versatilidad para un uso corporativo de esta red³¹⁶.

En un solo caso, el Centro Cangas del Narcea, se ha constituido un “grupo” dentro de esta red³¹⁷, uso común entre los integrantes de la nueva diáspora y que veremos más adelante. El que una asociación de carácter formal elija el formato “grupo” y no “página”, nos llevaría a pensar en un “duplicado virtual” de la asociación, que nos sugiera algunas preguntas: ¿el grupo lo forman todos y cada uno de los miembros del Centro? ¿admiten a usuarios ajenos al mismo? ¿se piden los mismos requisitos que para entrar en la sociedad real? Al analizarlo – y aunque se autodenomina grupo público –, comprobamos que el acceso está moderado – y requiere cumplimentar un formulario de acceso³¹⁸ – y que está formado por 1599 miembros (probablemente muchos más que el centro real). En definitiva, se trata de un grupo virtual que trata de dinamizar la vida del propio centro físico en un intento de llegar a un público al que, por diferentes motivos, el centro no llega de forma presencial, en el que se recrea la “identidad” local y fundamentalmente asturiana, con numerosos referentes culturales y folclóricos.

En cuanto a los nombres de perfil utilizados, en general coinciden con el de la asociación, si bien a veces se hace necesario el uso de abreviaturas para reducirlos, aunque hemos detectado perfiles cuyo nombre no se corresponde exactamente con el de la sociedad, lo que dificulta su búsqueda e identificación generando confusiones innecesarias y errores en la comunicación corporativa.

Con respecto al uso de esta aplicación podemos decir que, en líneas generales, los perfiles se encuentran bastante actualizados (con más o menos dedicación), pero en las publicaciones predominan los avisos de actividades previstas, y fotos posteriores de las mismas (en la mayoría de los casos sin organizar en “álbumes” y con frecuencia sin pie de foto), sacando un partido escaso a herramientas internas de la red como “eventos”, “historias”, porta-

³¹⁶ La política de Facebook es que los usuarios institucionales presenten una página y no un perfil personal (aunque haga falta al menos uno de éstos para gestionarla), y periódicamente inicia campañas de confirmación de identidad ofreciendo la migración de “amigos” del perfil, a “seguidores” de la página.

³¹⁷ Centro Cangas del Narcea de Buenos Aires www.facebook.com/groups/129020037293 (consultado el 15.11.2020).

³¹⁸ En este se te pregunta *¿de dónde eres? ¿Por qué quieres ser miembro de este grupo? ¿Tus intereses son afines a los de este grupo? ¿Por qué?* Y se solicita que aceptes las normas de convivencia.

das dinámicas³¹⁹ y otros y sin segmentar la información a través de etiquetas o #hashtags. Predominan las publicaciones propias y las compartidas de entidades cercanas, instituciones españolas o instancias federativas.

Si hacemos un pequeño análisis iconográfico de las imágenes “de perfil” y “de portada”, vemos que abundan las referencias a la sede social, al escudo corporativo o logotipo de la sociedad, mapas o imágenes del país, región, provincia, comarca o localidad de origen, referencias simbólicas a éstos (bandera, escudo, iconos culturales e identitarios de la cultura española, referencias al hermanamiento hispano-argentino)³²⁰.

Con mucha distancia frente a *Facebook* la segunda red más utilizada es *Instagram*, de la que tienen perfil abierto el 16,44% de las sociedades, y que coincide con las más dinámicas, no en vano es una red que poco a poco ha ido ganando terreno y es en la actualidad una de las más consideradas por la población más joven. De hecho, además de los perfiles propiamente institucionales de las sociedades, encontramos otros vinculados a servicios ofrecidos por ellas como hospitales, consultorios, colegios, y a grupos muy activos de las mismas en los que la participación de los jóvenes es más que notable, como equipos deportivos, grupos folclóricos y restaurantes.

Se constata una utilización no específica, casi paralela a *Facebook*, en muchas ocasiones duplicando las publicaciones que no suelen estar segmentadas a partir de etiquetas, y sin sacar demasiado partido a herramientas como las “stories” que permiten una comunicación puntual, genera una presencia constante y son muy populares entre los jóvenes. Este uso minoritario contrasta con un tráfico nada desdeñable de publicaciones procedentes de perfiles de usuarios jóvenes que etiquetan a las sociedades (especialmente visible en casos concretos como el de la Casa Balear de Buenos Aires y la Sociedad Española de Cosquín, que además no tienen perfil en esta red).

El caso de *Twitter* es significativo por el escaso seguimiento entre las asociaciones a pesar de ser una de las redes más populares. Tan solo un

³¹⁹ De los 148 perfiles de Facebook analizados, tan solo dos, el Centro Basko Euzko Etxea La Plata y el Club de Regatas Hispano Argentino presentaban este recurso en sus “portadas”.

³²⁰ La “foto de portada” más alegórica que hemos documentado corresponde con el Centro Español Villa de Carlos Paz conformada por una ilustración en la que se plasmaban una curiosa y pintoresca serie de iconos de la cultura y sociedad españolas: una guitarra, un futbolista chutando un balón, una paleta de pintor, un toro de lidia, una sevillana con abanico, una rama de olivo, unos cubiertos, un abanico, una rosa, una taza de café, un corazón, una copa de vino, el monumento de “El oso y el madroño”, la iglesia de “La Sagrada Familia” y el “Monumento a Colón” de Barcelona, todo ello rematado por una gran bandera española. La peculiaridad iconográfica de este perfil se complementa con el escudo corporativo, conformado por el león rampante, símbolo del antiguo reino de León, enmarcado por las banderas de España y Argentina. www.facebook.com/CentroEspañolVCP/ (consultado el 25.9.2020).

8,44% de las mismas tienen perfil y en muchos casos está abandonado desde hace varios años. Quizás es una red que se presta más a perfiles personales y asociaciones muy dinámicas, que precisen de una comunicación inmediata, rápida y directa en momentos concretos. El uso analizado es, en líneas generales, paralelo al desarrollado en los perfiles de Facebook (en aquellos casos que se usan las dos redes), con un déficit notable de segmentación a partir de etiquetas, de interacción y diálogo con los seguidores y otros usuarios, y que saca poco rendimiento al potencial de comunicación de esta red.

De uso muy minoritario son otras redes como *YouTube* (3,11%), o *Flickr* (0,44%), *LinkedIn* que con un 1,77% de presencia se concentra en aquellas sociedades que con servicios que ofrecen empleo (hospitales y asociaciones vinculadas a empresarios), así como *TripAdvisor* (1,77%), que utilizan algunas asociaciones que cuentan con restaurante propio o en concesión.

Cerramos este breve repaso con el uso de aplicaciones de mensajería instantánea como *Whatsapp*, o *Telegram*, partiendo de la base de que no nos referimos al nivel de utilización -frecuente-, entre comisiones directivas, secciones y grupos (en la mayoría de las veces en forma de grupos y desde sus propios teléfonos personales), tal y como hemos constatado a través de encuestas, si no de aquellas asociaciones que ofrecen el servicio de forma corporativa, como canal de comunicación de los asociados hacia la agrupación, o desde ésta a los socios, a través de listas de distribución, y que además lo anuncian en sus medios escritos o digitales. En este sentido tan solo dos sociedades, el 0,88% de las estudiadas, ofrece un canal de comunicación a través de *Whatsapp* y ninguna a través de *Telegram*.

Según nuestro muestreo el 65,77% de las asociaciones utiliza *Facebook* (de forma exclusiva o combinada con otras plataformas) y tan solo el 1,33% tiene un perfil único en una red diferente a *Facebook*, lo que nos da un total de uso de redes sociales del 67,1%, dato cercano al obtenido por la encuesta preparatoria del *Libro Blanco de Instituciones Españolas de Argentina*, que concluye que éstas son, con un 74% de uso, el canal principal de comunicación de las agrupaciones con sus asociados (seguidas por el teléfono – 70% – y el correo electrónico – 69% –, mientras que las publicaciones periódicas en papel – no se habla de boletines digitales en formatos electrónicos –, en la actualidad solo son utilizadas por el 33%³²¹.

³²¹ El informe puede consultarse en: www.fundespa.org.ar/descargas/pdf/encuesta-libro-blanco-instituciones-diciembre-2019.pdf

Aun así, hemos visto como existe un porcentaje muy amplio de asociaciones que no presentan apenas huellas digitales, y la que lo hacen presentan un uso muy básico de las herramientas sin sacarles todo el potencial posible. En muchos casos el uso de éstas no responde a estrategias de comunicación, si no a proyectos personales y voluntaristas con un acusado índice de amateurismo. Parece que se ha sustituido el boletín societario, o el tablón de anuncios por un perfil en redes sociales, que sin duda es un paso necesario, pero no suficiente para la permanencia con éxito en una sociedad eminentemente digital.

En general la comunicación a través de estas plataformas se reduce a la publicación de avisos sociales, fotos de las actividades, fiestas, banquetes³²², noticias y efemérides del país, región, provincia, comarca o localidad de origen, efemérides de Argentina, noticias relacionadas con su condición de inmigrantes (ayudas, avisos consulares, leyes de nacionalidad), referentes culturales e identitarios de las sociedades de origen (fiestas, recetas, folclore, artesanía, imágenes de las sociedades de origen). En los últimos meses han eclosionado las noticias sobre las diferentes recomendaciones y normativas referentes a la Covid-19, e incluso, como en el perfil de la Casa de Ourense de Buenos Aires, mensajes de apoyo psicológico para enfrentarse a las consecuencias de ésta. Presentan un perfil muy institucional y solo en ocasiones aparecen referencias de índole político, caso del Casal de Cataluña en Buenos Aires en relación con el “process”.

Del conjunto de sociedades debemos destacar casos de buenas prácticas como los centros Asturiano, Gallego, Navarro de Buenos Aires, el Centro Basko Euzko Etxea de La Plata, y de forma especial, el Centro Montañés-Casa de Cantabria de la capital argentina que ha sabido diseñar una verdadera política de comunicación digital en red, segmentando los contenidos por categorías referenciadas en etiquetas³²³, que sin duda refuerzan el discurso corporativo de la entidad y contribuyen a la creación de nuevas “identidades digitales”. En todo caso se trata de centros relativamente grandes y con comisiones encargadas de coordinar el trabajo comunicacional.

La pandemia nos ha colocado ante una coyuntura imprevista, compleja pero muy oportuna, obligándonos – ante los diferentes confinamientos – a la virtualidad como única forma de comunicación social. Ante ella hemos

³²² En los que destaca la omnipresente paella, como referente de “lo español”, independientemente del origen regional de la asociación, cuando no se trata de una globalmente española.

³²³ Entre todas destacamos algunas como #instalaciones, #UnidosEnlasFiestas, #NuestraTierruca, #TradicionesCántabras, #SaboresDeVerano, #GastronomíaCántabra, #IdentidadMontañesa etc.

percibido varias conductas en las asociaciones: aquellas que han paralización las actividades y la comunicación (generando perfiles desactualizados desde febrero de 2020), lo que ha sucedido en las asociaciones menos dinámicas; las que se han adaptado rápida a las nuevas circunstancias para poder continuar el trabajo asociativo, destacando el trabajo de las asociaciones integradas en la Federación de Sociedades Castellanas y Leonesas de la República Argentina que lidera el recientemente constituido Foro de Casas de Castilla y León en América Latina; y aquellas que ya presentaban políticas de comunicación muy desarrolladas, que han implementado para continuar de forma virtual con todas las actividades societarias (incluso las clases que habitualmente se desarrollaban de forma presencial en las instalaciones del centro), con el ejemplo destacado del Centro Asturiano de Buenos Aires.

El caso de Reino Unido es considerablemente diferente. Por la propia historia migratoria presenta un asociacionismo más tardío, y al haber sido uno de los destinos de las nuevas oleadas migratorias, aún se trata de un asociacionismo abierto. El asociacionismo clásico presenta unos niveles de utilización de tecnologías digitales similar al caso argentino y que por razones de espacio no podemos desarrollar³²⁴, centrándonos en lo que nos parece más interesante por el actual dinamismo migratorio, el desarrollo de los nuevos espacios de sociabilidad virtual que centran el capítulo siguiente.

2. Los nuevos espacios de sociabilidad virtual

Las nuevas oleadas migratorias presentan unas características diferentes a la emigración clásica y se caracterizan por una gran diversidad (MOLDES, GÓMEZ, 2015). También lo son los protagonistas que integran las denominadas “generaciones.net”, son los “bañados en bits” o “emigrantes 2.0” (FEIXA, RUBIO, GANAU, SOLSONA, 2017, p. 215), los “e-migrantes” (DÍAZ, DOMÍNGUEZ, PARREÑO, 2018, p. 4.), y presentan una relación mucho más intensa con los entornos digitales que las generaciones anteriores³²⁵. Su temprana inserción en la cultura digital y su ubicación fronteriza entre la primera y la segunda generación digital – “generaciones @ y #” – (FEIXA, RUBIO, GANAU, SOLSONA, 2017, p. 217), motiva que, una vez comenzado el

³²⁴ Un panorama del asociacionismo clásico en Reino Unido en nuestro trabajo (SÁNCHEZ, 2020).

³²⁵ Una de las participantes del VI Premio Memoria de la Emigración Castellana y Leonesa, convocado por el Centro de Estudios de la Emigración Castellana y Leonesa de la UNED de Zamora, se autodefinía, en relación con sus sobrinos, como la “tía Tablet”.

proceso migratorio – que sin duda intensifica la necesidad de comunicación –, utilicen las mismas herramientas para construir sus nuevos entornos sociales que antes de emigrar.

En este caso nos interesan aquellas TICs que cuentan con herramientas agrupacionales, que permiten el desarrollo de grupos y formatos más o menos “asociativos”. Frente a las asociaciones de la vieja emigración – que carecen de atractivo para la mayoría de los protagonistas de las nuevas oleadas migratorias –, éstos han construido nuevos entornos de sociabilidad que se concretan en múltiples y variados formatos y que constituyen uno de los fenómenos más interesantes del proceso (PÉREZ, 2017, p. 99), siendo su estudio imprescindible para acercarse a la realidad de esta nueva diáspora. Las posibilidades que ofrecen las nuevas tecnologías, su versatilidad y dinamismo, su bajo coste, sumado a la buena capacitación para su uso de una buena parte de estos nuevos emigrantes, ha posibilitado el desarrollo y multiplicación de este tipo de comunidades virtuales.

Surge así un asociacionismo más o menos horizontal, flexible, no formalizado, canalizado a través de las redes sociales que van a sustituir a las asociaciones clásicas en su papel de referentes de la comunidad. La red sustituye a la sede física, cuyos costes serían en la mayoría de los casos inasumibles, y cuyo mantenimiento es una de las amenazas de muchas de las asociaciones clásicas. Son formas de sociabilidad des-centralizadas, des-territorializadas y des-materializadas. pero a la vez universales y poderosas (FEIXA, RUBIO, GANAU, SOLSONA, 2017, p. 216). En el caso de que una actividad concreta lo requiera estas comunidades se “presencializan” y cuentan con espacios físicos, cedidos o alquilados.

El fenómeno es mucho más visible en el Reino Unido, que presenta un proceso migratorio abierto frente a Argentina. Y dentro de éste nos vamos a centrar en el análisis del panorama asociativo de ciudad de Londres, por constituir el caso más dinámico y que congrega al mayor porcentaje migratorio dentro del país³²⁶. Dentro de esta sociabilidad informal debemos distinguir varias tipologías, relacionadas habitualmente con la herramienta utilizada, y que han ido evolucionando en función del propio desarrollo de la tecnología:

En primer nos encontramos con los foros de discusión en línea, que organizan las conversaciones en torno a “hilos” jerárquicos, y que en la ac-

³²⁶ El trabajo de campo se desarrolló en Londres en noviembre de 2018.

tualidad se encuentran totalmente obsoletos³²⁷. De forma paralela surgieron iniciativas en forma de bitácoras o blogs, que, a pesar de constituir canales unipersonales, generaban comunidad a través del panel de comentarios. Al haber envejecido mejor que los foros se mantienen vigentes y algunos cuentan incluso con perfiles de apoyo en redes sociales. Suelen responder a temáticas específicas y relacionadas con la casuística de su creador. Como ejemplos vamos a destacar “Trucos Londres”, orientado a resolver los problemas de llegada y los primeros pasos en la ciudad³²⁸, y “Mamá London”, dedicado a informar sobre los problemas de la crianza y la vida familiar³²⁹. Ambos constituyen una especie de “Cartilla del Emigrante” del siglo XXI.

El segundo grupo está formado por los espacios ligados a las redes sociales. Constituyen formatos de gran viveza y volatilidad, pero con una altísima capacidad de convocatoria, muy adaptados a las dinámicas de esta nueva emigración que presenta una gran movilidad. Suelen ser mayoritariamente étnicos (y en muchos casos incluyen también a la comunidad hispanohablante).

En principio son horizontales, aunque en ocasiones, presentan diversos niveles de moderación jerarquizada (realizada por uno o varios administradores que ejercen como una suerte de junta directiva), suelen contar con unas normas mínimas de convivencia (algo parecido a un estatuto o reglamento con sus mecanismos de exclusión), e incluso pueden plantear un filtro de acceso con algunas preguntas como requisito previo a dar acceso al grupo (una especie de boletín de inscripción). La normativa suele estar relacionada con el respeto en las comunicaciones, el lenguaje vehicular, así como el vetar el contenido ofensivo, violento o xenófobo y la publicidad.

Presentan una amplia variedad de temáticas predominando la ayuda práctica relacionada con la vida en un país extranjero y los trámites a seguir. A veces casi asumen funciones consulares informativas lo que no deja de entrañar cierto riesgo por no contrastar la información suministrada o por la presencia de bulos y “fake news”. También sirven para buscar y ofrecer empleo, alojamiento y servicios más funcionales como mudanzas, cuidado de niños, clases de refuerzo, productos españoles, asesoría jurídica o ayuda en cuestiones concretas. Así mismo se utilizan para plantear opciones re-

³²⁷ Sobre la utilización de foros en contextos migratorios destacan los trabajos de BUSO, 2013, 2017a, 2017b.

³²⁸ <https://trucoslondres.com> (consultado el 12.12.2020).

³²⁹ <https://mamalondon.net> (consultado el 12.12.2020).

creativas y de ocio, desde una simple quedada para disfrutar de un partido de fútbol, hasta propuestas de más entidad cultural y festiva.

A pesar de que por sus características de uso predominan las comunidades en Facebook o en menor medida Instagram, también existen grupos más cerrados (cuyos miembros presentan un mayor grado de conocimiento y confianza), en otro tipo de aplicaciones como WhatsApp y Telegram.

Existen todo tipo de comunidades virtuales, desde las más genéricas como “Españoles en...”, hasta las más temáticas como “Artistas españoles en Londres”, relacionadas con el ocio y la gastronomía española “Españoles Cocinando en UK” y un largo etc. No suelen ser comunidades exclusivas y con frecuencia aparecen grupos replicados. Si nos fijamos en el término “Españoles en Londres” o “Españoles viviendo en Londres” conviven en la actualidad más de veinticinco grupos diferentes que congregan a un número cercano a los 300.000 usuarios (si bien damos por hecho que muchos de ellos pertenecen a varios grupos de forma simultánea)³³⁰.

En ocasiones esta multiplicidad hace que necesiten diferenciarse del resto especializándose en un aspecto concreto y añadiendo un subtítulo como “Alojamiento, trabajo y mucho más”, “Buscando trabajo e información”, “Alojamiento”, “Ayuda vivienda, cultura inglesa” etc., o bien prestigiarse con eslóganes como “El mejor”, “El original”, o “El grupo más grande de los Españoles en Londres”.

Como en otros ámbitos en los grupos moderados, a veces surgen conflictos y eso ha motivado escisiones que construyen otras comunidades no moderadas, o con un nivel de moderación más bajo, así podemos encontrar grupos como y “Españoles en Londres – Libertad de expresión”.

Además de los temas habituales de información y ayuda ya reseñados, y los que tienen que ver con la cultura e identidad española y/o regional, en los últimos meses destacan por encima de todo los relacionados con las dudas acerca del Bexit, y las relacionadas con las restricciones de viaje, entrada y salida del país, a causa de la pandemia generada por la Covid-19.

Pese a la virtualidad, con mucha frecuencia esta sociabilidad primaria da el paso a la presencialidad, bien en forma de evento, o bien conformando nuevas experiencias asociativas más formales. Uno de los usuarios de esos grupos, el extremeño Jesús María Rama, anunciaba en 2015 la creación de una asociación “para ayudar a nuevos emigrados con cinco compañeros de un grupo de Facebook de Españoles en Londres”. No hemos encontrado más

³³⁰ Estos datos se han actualizado en diciembre de 2020.

referencias por lo que desconocemos si el proyecto se llevó a efecto³³¹. En cualquier caso, pone de manifiesto como la nueva emigración no reconoce a las asociaciones de la vieja diáspora como lugar de respaldo y apoyo.

Un caso muy significativo, tanto por su entidad numérica, así como por su especificidad y resultados de éxito es el caso de la comunidad gallega de Londres que vamos a analizar con más detalle.

Bajo el nombre de “Galegos / Gallegos en Londres” encontramos dos grupos, que agrupan a una comunidad cercana a los 3.500 usuarios (aunque de nuevo nos podemos encontrar con adscripciones múltiples). Aun así, y asumiendo que muchos de ellos es posible que ya residan en otra ciudad – o incluso que hayan regresado a Galicia –, constituye una comunidad muy numerosa. El más activo y que presenta un mayor número de usuarios es “Galegos morriñentos³³² en Londres”, con 3.001 usuarios, frente a los 477 del segundo³³³.

Este grupo se crea en 2008 por la periodista Inma Gil y constituyó la primera comunidad virtual de gallegos en la capital británica³³⁴. Trata de poner en contacto a la comunidad gallega que ya no reconocía como espacio de cohesión al Centro Galego y por tanto no le servía como modelo de actividad social de la colonia³³⁵. Esta comunidad pretende construir un espacio virtual de contacto donde encontrarse, donde comunicarse en gallego – aunque no es excluyente sí es la lengua vehicular –, y compartir referencias culturales gallegas³³⁶.

Tras diez años de funcionamiento podemos decir que es un caso de éxito que ha puesto en contacto a numerosos gallegos de la capital británica que compartían intereses comunes más allá de la “galegitude”. De esta comunidad han surgido otras, más presenciales y con diversos grados de formalidad como *Galician Film Forum* (GFF), que tiene el objetivo de crear un espacio para la difusión del cine gallego en la capital británica³³⁷; *Xove Ópera Galega* (XOGA), que busca la promoción del idioma gallego en las artes escénicas, especialmente en la ópera³³⁸; *A Caramiña* que pretende la difusión

³³¹ Existe una dirección web www.asociacionespanoleslondres.es – que se encuentra inactiva –, vinculado a una página de Facebook que sí funciona www.facebook.com/pg/AsociacionEspanolesLondres/about/?ref=page_internal (consultado 6.11.2020).

³³² Morriñento: melancólico.

³³³ Por hacer una comparativa simple, el Centro Galego de Londres cuenta en la actualidad con 300 socios.

³³⁴ www.facebook.com/groups/6838113130/ (consultado el 20.10.2020).

³³⁵ Entrevista a Begoña González, 7.11.2018.

³³⁶ Entrevista a Inma Gil, creadora del grupo, 11.11.2018.

³³⁷ <http://galicianfilmforum.gal/gl/> (consultada el 8.11.2020).

³³⁸ <http://xoga.co.uk/> (consultada el 8.11.2020).

de la cultura folclórica gallega en el Reino Unido³³⁹; y *Troula*³⁴⁰, que pretende dar a las familias gallegohablantes de Londres la oportunidad de que sus hijos puedan “jugar, aprender y socializar en gallego con otros niños”³⁴¹, todas ellas fundadas entre 2015 y 2016³⁴².

Además de todo eso en los últimos meses el grupo ha mantenido una campaña muy intensa para recoger firmas – a través de la plataforma virtual Change.org –, que presionen a la aerolínea Vueling para evitar el cambio de los horarios del vuelo Londres-Coruña y como es lógico las omnipresentes cuestiones relacionadas con las restricciones de la Covid-19.

Quizás la materialización más importante de la comunidad generada en el grupo sea la Rede Galega no Reino Unido (REGA-UK)³⁴³, fundada en 2018, se trata en la actualidad de una asociación formal legalizada en 2019 como una Community Interest Company por el gobierno británico y que parece querer erigirse en la voz de nuevos emigrantes gallegos en el Reino Unido³⁴⁴.

Un tercer grupo está formado por entidades que, aunque no constituyen una comunidad ni un grupo, han funcionado como tal, nos referimos al periódico *El Ibérico* y al proyecto *Galego en Londres*. *El Ibérico* es una publicación quincenal, fundada en 2010 por el alicantino Paco de la Coba y su socia Angelique Berge, y constituye el único periódico en español para la comunidad hispanohablante de Londres. Aunque desde 2018 ya no sale la edición en papel – ya que se dieron cuenta de que su público objetivo era fundamentalmente virtual –, llegó a contar con una tirada de 12.000 ejemplares y una distribución en más de 150 puntos en la ciudad de Londres (y desde 2015 a 2018 en otras ciudades como Leeds, Manchester, Brighton, Dublín y Edimburgo). En la actualidad cuenta con más de 200.000 semanales en su sitio web³⁴⁵, siendo una referencia para la comunidad española, latinoamericana y británica que habla español, de Londres y de todo el Reino Unido. También para los emigrantes, de hecho, aparece como asociación de españoles en algunos directorios.

El proyecto *Galego en Londres* es un proyecto vinculado a las clases de gallego del Instituto Español Vicente Cañada Blanch, gestionados por el

³³⁹ www.facebook.com/pg/acaramina/about/?ref=page_internal (consultada el 5.9.2020).

³⁴⁰ Troula: Fiesta.

³⁴¹ <http://galegoenlondres.gal/troula/quen-somos/> (consultada el 1.12.2020).

³⁴² Entrevista a Inma Gil, 11.11.2018.

³⁴³ <https://regauk.wordpress.com> (consultada el 10.12.2020).

³⁴⁴ <https://regauk.wordpress.com/quen-somos/> (consultada el 10.1.2021).

³⁴⁵ www.eliberico.com (consultado el 12.9.2020).

profesor/a de gallego del instituto y apoyado a través de la red: un portal web y perfiles en las redes sociales más relevantes (con un total de 10.034 seguidores)³⁴⁶. El portal pretende trazar una red de contactos de valor para cruzar información relevante sobre la cultura gallega en la capital británica. Por un lado, difundir las actividades del alumnado construyendo un puente entre el aula y el exterior, y por otro divulgando – hacia las aulas y hacia el resto de la comunidad –, la actividad relevante de los emigrantes gallegos en la ciudad. Tal y como afirma una de sus responsables, Begoña González: “Galego en Londres no es una comunidad en sí misma, pero la genera”³⁴⁷. El proyecto ha sido galardonado con el Premio Cultura Galega de Proyección Exterior 2019³⁴⁸.

El cuarto grupo está formado por las sociedades con vocación transnacional como Marea Granate y Embaixada.gal.

Marea Granate, nace en 2013 en el seno de la 15M London Assembly, con dos objetivos: por un lado, crear una red de asambleas internacionales capaces de coordinar acciones conjuntas simultáneas por todo el mundo – de ahí su carácter transnacional –, y por otro ayudar al emigrante que llegaba a Londres, sin apenas ahorros ni conocimientos de inglés y desesperados por la situación que se estaba viviendo en España (con el lema “No nos vamos, nos echan” (BALLESTÉ ISERN, 2017). Tras varios años de intensa actividad reivindicando con mucha vehemencia el cambio del sistema del “voto rogado”, en la actualidad se encuentra muy desmovilizada habiendo tenido muy poca presencia en las últimas citas electorales.

Embaixada.gal nace desde la necesidad de defender, compartir y mantener una identificación de origen en este nuevo entorno digital y transnacional, con vocación de ser una Casa de Galicia que supere las barreras de las antiguas fronteras nacionales de los países de la diáspora, reinventando el concepto de comunidad³⁴⁹.

Conclusiones

Es evidente que nos encontramos en una sociedad en Red en la que Internet se ha convertido en la nueva máquina de vapor del desarrollo (FEIXA,

³⁴⁶ <http://galegoenlondres.gal/falalondres/> (consultado el 8.12.2020).

³⁴⁷ Entrevista a Begoña González, 7.11.2018.

³⁴⁸ *Galicia Exterior*, 2.12.2019.

³⁴⁹ www.embaixada.gal/manifeto-por-unha-embaixada (consultada el 2.11.2020).

RUBIO, GANAU, SOLSONA, 2017, p. 216), y ya hemos visto como un porcentaje muy amplio de las asociaciones clásicas, o bien no se ha proyectado hacia lo digital, o no está aprovechando todo su potencial. En 2014 Elisabeth Ripoll decía que Internet, a pesar de su importancia creciente, estaba lejos de ser la herramienta por antonomasia del asociacionismo emigrante (RIPOLL, 2014, p. 609), afirmación que 6 años después, y pese a algunos avances reseñables, sigue siendo válida para las asociaciones clásicas, pero no para las nuevas formas de sociabilidad que, tal y como hemos visto, se constituyen directamente en entornos digitales.

Somos conscientes de la dificultad de estar al día en el manejo de herramientas excesivamente dinámicas y cambiantes (en función de intereses que nada tienen que ver con los asociativos), pero también de la imperiosa necesidad de ser y existir en el entorno digital, para evitar convertirse en “sociedades desconectadas” y para conectar con un público potencial, el compuesto por las terceras y cuartas generaciones de descendientes de aquellos emigrantes que fundaron las asociaciones, que son las que pueden asegurar el imprescindible relevo que las aquellas necesitan.

El análisis del uso de TICs por parte de las asociaciones clásicas nos demuestra algo que ya sabíamos por otros medios. La falta de implicación de los jóvenes en la estructura y gestión asociativa. El éxito de *Facebook* entre las sociedades presenta un sesgo de edad importante, ya que es la red social más popular entre personas adultas (quizás por ser más intuitiva y fácil de utilizar), mientras que los jóvenes hace tiempo que se decantan por otras como *Instagram*, “feudo del talento joven” (CRESCO, 2019) y de uso residual en nuestro estudio. Esta “brecha digital” lejos de constituir una amenaza para las viejas sociedades puede verse como una oportunidad para integrar a los jóvenes en la gestión digital de los centros.

Sin duda sería oportuno canalizar ese “talento joven” para aprovechar el potencial de plataformas como *Instagram*, una red eminentemente visual y cuya virtud principal es la capacidad de interacción entre marca y usuario a través de la imagen (CAEROLS, TAPIA, CARRETERO, 2013), y otras herramientas con más “engagement” entre los jóvenes para la reformulación de discursos identitarios con unas generaciones que ya han nacido en los países de acogida y que en muchos casos ni siquiera han visitado el país de origen de su familia, para, como población vinculada que son, acortar distancias emocionales e institucionales, y construir nuevas formas de relación con esas comunidades de las que partieron.

Por otro lado, las comunidades virtuales de emigrantes han reemplazado el asociacionismo clásico que caracterizó a la vieja diáspora, aunque en la actualidad aún conviven con él. Desde el viejo asociacionismo se les acusa de ser más inestables, de multiplicidad, de acumular miembros inactivos, de ser más permeables a la politización, de permitir la afiliación simultánea y de abusar de la virtualidad. Pero la mayoría de estas “debilidades” planteadas por los integrantes de la vieja diáspora se presentaban también en el asociacionismo clásico, con el que comparten mucho más de lo que en un principio podríamos pensar.

Los nuevos emigrantes, integrantes de estas nuevas formas de sociabilidad, siguen buscando el encuentro con sus iguales, con sus coterráneos, con aquellos con los que comparten discursos y prácticas de identificación, inquietudes, incertidumbres, miedos y certezas. Siguen necesitando el encuentro y el acompañamiento, ya sea virtual o presencial, una vez establecida la sociabilidad primaria a través de canales digitales. Estas nuevas comunidades han surgido por necesidades muy similares a las antiguas asociaciones de la vieja emigración, en contextos actualizados, pero en los que los emigrantes siguen teniendo anhelos similares. Y al igual que aquellas, también estas nuevas comunidades tratan de ayudar a que la experiencia migratoria sea lo menos traumática posible y a hacer presente la sociedad de origen en sus nuevos contextos en los países de acogida.

Estas comunidades no son el futuro, son el presente, y en algunos casos – por la caducidad de los formatos –, ya el pasado, por lo que es necesario y urgente tenerlas en cuenta desde lo institucional y desde lo académico como sujetos de estudios fundamentales para entender la emigración del siglo XXI. También es necesario articular medidas para que la participación en estos nuevos formatos pueda encontrar una correspondencia administrativa y la administración pueda contar con ellos como interlocutores de la nueva diáspora de emigrantes españoles.

Sin duda es posible plantear puntos de encuentro entre el viejo y el nuevo asociacionismo puesto que unos tienen historia, experiencia – y en muchas ocasiones lugares físicos para el encuentro –, y otros cuentan con potencial humano y el dinamismo necesario para conseguir la necesaria reposición social de las agrupaciones y con una extraordinaria capacidad para “educar” a las viejas generaciones en la transición hacia una cultura digital (FEIXA, RUBIO, GANAU, SOLSONA, 2017, p. 215-217).

La pandemia ha provocado una serie de desafíos cuyas respuestas deben convertirse en oportunidades. La fibra óptica y las nuevas autopistas de

la información constituyen ahora la urdimbre de esa red transnacional que comenzó a tejerse hace más de un siglo para responder a viejas preguntas que aún hoy, se hacen los emigrantes y sus familias. Conservar, reinventar, negociar y construir “identidades” ha formado parte de la vida del emigrante desde el principio, también en este mundo de ciudadanías digitales.

Bibliografía

- ALBA MONTESERÍN, Susana, FERNÁNDEZ ASPERILLA, Ana Isabel, 2005 – *Inventario de la Federación de Asociaciones de Emigrantes Españoles en el Reino Unido (FAEERU)*. Madrid: Centro Documentación Migraciones (CDEE). Fundación 1º de Mayo.
- ÁLVAREZ, Cristóbal, 2017 – Mensajes que desaparecen. ¿El lenguaje de la cuarta revolución industrial?. *Harvard Deusto Márketing y Ventas*, n.º 146, p. 6-11.
- ARROYO VÁZQUEZ, Natalia, 2007 – ¿Web 2.0? ¿Web social? ¿Qué es eso?. *Educación y Biblioteca*, n.º 161, p. 69-74.
- BADILLO MATOS, Ángel, 2002 – “Comunicación e identidad en la era de Internet: un apunte sobre las comunidades de desplazados”, en Gaspar Sánchez Majadas, Cristina Escobar Pérez, Teodoro Andrés López (coord.), *Migraciones y redes sociales: III Congreso de estudiantes de Trabajo Social*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 39-50.
- BALLESTÉ ISERN, Eduard, 2017 – Espacios migrantes y nuevos movimientos sociales: el caso de Marea Granate. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, vol. LXXII, n.º 1, p. 51-57.
- BAUMAN, Zygmunt, 2003 – *Modernidad líquida*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BUSO, Mariana, 2012 – Entre la retirada y el enlazamiento. Sobre las identidades on-line de la migración. *Question*, vol. 1, n.º 34.
- BUSO, Mariana, 2013 – Foros online o cómo dar cuenta de la identidad conectada. *Letra. Imagen. Sonido: Ciudad Mediatizada*, 10, p. 15-28.
- BUSO, Mariana, 2016 – Grupos de migrantes en Facebook: los reacomodamientos íntimos de la identidad nacional. *In Mediaciones de la comunicación*, 11, p. 229-249.
- BUSO, Mariana, 2017a – Los emigrantes argentinos y la construcción de identidades nacionales en soportes de Internet. *Observatorio (OBS*)*, vol. 11, n.º 4, p. 61-89.
- BUSO, Mariana, 2017b – Los foros de Internet como espacios de la migración mediatizada de argentinos. *Icono14*, vol. 15, n.º 1, p. 23-44.
- CAEROLS MATEO, Raquel, TAPIA FRADE, Alejandro, CARRETERO SOTO, Andrés, 2013 – Instagram, la imagen como soporte de discurso comunicativo participado. *Vivat Academia*, 124, p. 68-78.
- CORNELLÁ, Alfons, 2004 – *Infoxicación: buscando un orden en la información*. Barcelona: Infonomía.

- CRESPO, Carlos, 2019 – Instagram, el feudo del talento joven. *Capital humano: revista para la integración y desarrollo de los recursos humanos*, 347.
- DACOSTA, Arsenio, 2020 – “Recuperación, análisis y difusión de la experiencia migrante: el Centro de Estudios de la Emigración Castellana y Leonesa”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez y Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo español de una emigración diferenciada*. Madrid: Polifemo, p. 423-440.
- DÍAZ BIZKARGUENAGA Koldo, TSAVKKO GARCÍA, Raphael, 2015 – “Transnacionalismo e internet: el caso vasco”, en Francisco Javier García Castaño, Adelaida Megías Megías y Jennifer Ortega Torres (coords.), *Actas del VIII Congreso sobre Migraciones Internacionales en España*. Granada. Granada: Universidad de Granada.
- DÍAZ HERNÁNDEZ, Ramón, DOMÍNGUEZ MÚJICA, Josefina, PARREÑO CASTELLANO, Juan Manuel, 2018 – “Migrantes españoles frente a la crisis: movilidad y redes sociales”, in *XXIII Coloquio de Historia Canario-Americana*. <http://coloquioscanariasamerica.casadecolon.com/index.php/CHCA/article/view/10562>.
- FEIXA PÀMPOLS, Carles, RUBIO ROS, Clara, GANAU CASAS, Joan, SOLSONA TEHÀS, Francesc (eds.), 2017 – *L'emigrant 2.0: Emigració juvenil, nous moviments socials i xarxes digitals*. Barcelona: Generalitat de Catalunya.
- FERNÁNDEZ Alejandro E., 2008 – “El asociacionismo español en Argentina: una perspectiva de largo plazo”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez (ed.), *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Centro Asociado a la UNED de Zamora, p. 469-501.
- FERNÁNDEZ Alejandro E., 2014 – “El asociacionismo español en el cono sur de América: una visión corporativa”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez y Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex, p. 209-233.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, José, 2020 – “Cifras de la emigración española en el nuevo siglo”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez y Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo español de una emigración diferenciada*. Madrid: Polifemo, p. 41-69.
- GARABEDIÁN, Marcelo, 2020 – *Libro Blanco de Instituciones Españolas de Argentina*. Buenos Aires: Consejería de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social (en edición).
- GUAUQUE TORRES, César Oswaldo, 2015 – Las comunidades virtuales y su importancia para la integración de los colombianos en Argentina. *Revista de Derecho, Comunicaciones y Nuevas Tecnologías*, 14.
- LEWIS, David, 1996 – *Dying for information*. Londres: Reuters Business Information.
- LÓPEZ ÁNGEL, Gustavo, MORÁN DOMÍNGUEZ, Sara, 2015 – “El papel de las redes virtuales y las emociones en la construcción del espacio transnacional”, en Francisco Javier García Castaño, Adelaida Megías Megías y Jennifer Ortega Torres (coords.), *Actas del VIII Congreso sobre Migraciones Internacionales en España*. Granada: Universidad de Granada.
- MARCOS RECIO, Carlos, SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel, OLIVERA ZALDÚA, María, 2019 – La conservación de todos los contenidos digitales no es necesaria: guardemos solo lo imprescindible de los medios. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*, vol. 13, n.º 2, p. 31-38.

- MARTÍNEZ DE VELASCO, Ángel María, 2002 – Los orígenes de Internet. *Hispania Nova: revista de historia contemporánea*, 2.
- MATASSI, Mora, BOCZKOWSKI, Pablo J., 2020 – Redes sociales en Iberoamérica. Artículo de revisión. *El profesional de la información*, v. 29, n.º 1. Disponible en <https://doi.org/10.3145/epi.2020.ene.04>.
- MELELLA, Cecilia Eleonora, 2014a – Apropiación y uso de las tecnologías de la información y de la comunicación (TIC) en La prensa migrante de las colectividades andinas en la Argentina. *Doxa Comunicación: revista interdisciplinar de estudios de comunicación y ciencias sociales*, 18, p. 141-157.
- MELELLA, Cecilia Eleonora, 2014b – Migraciones transnacionales y uso de las tecnologías de información y comunicación (TIC) en *Nómadas: Critical Journal of Social and Juridical Sciences*, n.º 42, p. 115-138.
- MERCEDES, Marcelino, VICTORIA, Georgina, 2015 – Migración de los jóvenes españoles en redes sociales, de Tuenti a Facebook y de Facebook a Instagram. La segunda migración. *Icono14*, vol. 13, n.º 2, p. 48-72.
- MERINO HERNANDO, Asunción, 2014 – “Los emigrantes españoles en Argentina en la coyuntura de su retorno y su nuevo activismo institucional: consideraciones entre disciplinas”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez y Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex, p. 235-241.
- MOLDES FARELO, Rocío, GÓMEZ SOTA, Fátima (dir.), 2015 – *¿Por qué te vas?: jóvenes españoles en Alemania*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- PÉREZ CARAMÉS, Antía, 2017 – Una nueva generación española en Alemania. Análisis de las motivaciones para la emigración bajo el manto de la crisis. *Migraciones*, n.º 43, p. 91-116.
- PÉREZ CARAMÉS, Antía, 2020 – “Patrones asociativos y de sociabilidad de la nueva emigración española. Un estudio de caso en Hamburgo, Alemania”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez y Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo español de una emigración diferenciada*. Madrid: Polifemo, p. 367-389.
- POZO-GUTIÉRREZ, Alicia, 2005 – *Emigración Española en Inglaterra: prácticas asociativas, integración e identidad*. Documento de Trabajo, (DOC 2/2005). Madrid: Centro Documentación Migraciones (CDEE). Fundación 1º de Mayo.
- RICAUURTE, Paola, RAMOS-VIDAL, Ignacio, 2015 – Investigación en redes sociales digitales: consideraciones metodológicas desde el paradigma estructural. *Virtualis: revista de cultura digital*, v. 6, n.º 11, p. 165-194.
- RIPOLL GIL, Elisabeth, 2014 – “La emigración española en la era de la información: internet como herramienta”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez y Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex, p. 609-623.
- SÁNCHEZ DOMÍNGUEZ, Rubén, 2020 – “Perspectiva comparada del viejo y el nuevo asociacionismo español en Alemania y Reino Unido”, en Juan Andrés Blanco Rodríguez y Arsenio Dacosta (eds.), *El asociacionismo español de una emigración diferenciada*. Madrid: Polifemo, p. 281-311.
- TOFFER, Alvin, 1970 – *Future Shock*. Nueva York: Random House.

PARTE III

Cultura e Turismo de Raízes: a importância da identidade e da memória

Lugares da Memória – Percursos pelo património dos *brasileiros de torna-viagem*

Alda Neto³⁵⁰

A “memória” sempre se prende ao território.

A “terra” é, pois, o ponto de partida da grande aventura do Homem, confrontado com realidades físicas, como a forma do relevo natural do território circundante, com a sua indispensável relação com a água, com o regime dos ventos mais constantes e com a imposição das temperaturas tão diversas, conseqüentes da roda das quatro estações do ano.

O Homem sempre compartilhando o seu labor com as formas culturais que foram desenvolvendo como resposta aos condicionamentos naturais, foi assim dando sequência às condições de subsistência que, essa “terra” lhes proporcionou, com as inúmeras variáveis conseqüentes do meio que lhes servia de cenário (MENÉRES, 2010).

Quem são os *brasileiros de torna-viagem*? Qual o património construído pelos *brasileiros* em Portugal, após o seu regresso? Qual a memória que a sociedade atual conserva destes emigrantes? Estas questões e outras afins constituíram o ponto de partida para a construção de percursos pelo património material e imaterial no concelho de Paredes.

O concelho de Paredes foi um território onde as evidências do retorno, quer materiais quer imateriais, ou mesmo simbólicas, assumiram uma grande preponderância, justificando, assim, o ressurgir da memória sobre os “feitos” dos emigrantes. Partindo de um levantamento prévio sobre o património edificado pelos *brasileiros de torna-viagem* no concelho de Paredes e do desconhecimento de uma parte da comunidade destes edifícios, considerou-se pertinente a definição de percursos/rotas que privilegiassem a valorização das casas, escolas, igrejas ou até mesmo das próprias estradas.

Se a curiosidade imperava na comunidade relativamente ao interior das casas de habitação, o conhecimento e a memória dos seus proprietários

³⁵⁰ CEPESE.

era praticamente inexistente. A toponímia constituía a única memória da passagem destes *brasileiros* pelas suas aldeias ou pelo seu concelho.

Desta forma, tornou-se necessário propiciar o conhecimento histórico e cultural do património local, pois, as rotas/percurso constituem caminhos, destinos, mas também são o rompimento com ideias pré-estabelecidas. Neste caso, o caminho dos emigrantes, antes e depois do seu regresso, e o rompimento com o esquecimento a que a maioria dos emigrantes se encontrava votado.

A emigração em Portugal constitui um fenómeno transversal a toda a História portuguesa, tal como a sua memória e o património legado por estes homens e mulheres que partiram e regressaram para o torrão natal. Destes portugueses que partem, alguns deles regressam às suas terras, após um longo período de abandono e de sofrimento. Este tipo de património vale essencialmente pelo meio em que se insere, pela paisagem em que se revela como ícone, pelas relações que estabelece com as memórias na diversidade de referências. A memória e o património são importantes na História, na medida em que guardam traços da cultura de um povo, preservam objetos, guardam relíquias e ajudam a compreender o processo de construção dessa mesma história.

Se o património é uma “construção social” como refere Llorenç Prats, então referimo-nos a uma idealização construída pela população ao longo dos tempos (PRATS, 1997, p. 21). Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade. O património material e imaterial dos *brasileiros de torna-viagem* constituiu uma forma de legitimação social do sucesso obtido por inúmeros homens e mulheres perante a comunidade que os viu partir. São as casas, as escolas ou as igrejas construídas por estes que possibilitam a criação de um sentido de pertença novamente ao torrão natal.

Neste contexto, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade. Assim, o património cultural é composto por todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. O passado confere aos indivíduos um sentido de identidade, pertença e torna-os conscientes da sua continuidade como pessoas através do tempo. A sua memória coletiva modelada pelo passar do tempo não é mais do que uma viagem através da História, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade. Este património dos *brasilei-*

ros de torna-viagem vale como uma herança que herdamos na região Norte de Portugal, constituindo assim espaços de vivência coletiva, de forma que cada um sinta em si próprio o fio da história e um vínculo de cidadania partilhada, ou seja, um sentimento de identidade.

Ao longo do século XX, o património adquire um papel de grande importância enquanto instrumento no desenvolvimento da relação entre o Turismo e a Cultura. Durante o século passado, foi surgindo a necessidade de documentar tudo o que era visitado ou descoberto, contribuindo para uma pesquisa científica e, conseqüentemente, um melhor conhecimento do mundo. Também os *brasileiros de torna-viagem*, após o seu regresso a Portugal, realizaram viagens pela Europa, procurando conhecer cidades como Paris, de onde importaram gostos artísticos e influências políticas que transpuseram para as suas localidades e para as suas casas. Veja-se o exemplo de um *brasileiro* de Paredes, Adriano Moreira de Castro, profundo defensor das ideias republicanas, que ordenou a colocação de um mastro na sua casa de habitação, para hastear a bandeira da República em momentos de celebração. A vontade de conhecer o mundo conduz a que outros *brasileiros* como Bernardo Luís Vieira de Abreu que criou a Agência de Viagens Abreu³⁵¹, estabelecessem ligações entre Portugal e o mundo.

Atendendo ao desenvolvimento turístico verificado no último quartel do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, procurou-se implementar um melhor conhecimento do território e do património, tendo sido criados diversos itinerários culturais que visam a revitalização patrimonial de diversos espaços e edifícios, atendendo às necessidades de todos os que visitam as regiões e, por vezes, das próprias populações locais. Por exemplo, cite-se o caso do Porto ou do Vale do Sousa – *Rota do Românico* ou do Alentejo – *Rota do Fresco*. No caso da cidade do Porto, têm sido disponibilizados aos turistas diversos itinerários quer pelas entidades locais quer por agências turísticas locais, como o caso de – *Porto de Nasoni* ou o *Porto medieval*.

³⁵¹ Bernardo Luís Vieira de Abreu, natural da freguesia de Rossas, Vieira do Minho, emigrou para o Brasil por volta de 1819. Ter-se-á instalado na cidade de São Salvador da Baía e aí estaria quando o Brasil se tornou independente em 1822. Nesta cidade desempenhou a função de caixeiro. Durante a sua permanência no Brasil até 1828, terá realizado algumas viagens a Portugal. Após o regresso manteve a ligação com as terras brasileiras. A 7 de abril de 1840 inaugurou na Rua do Loureiro, na cidade do Porto a sua casa de passagens para tratar dos passaportes, dos vistos e da venda de passagens para a América do Sul. A Casa Abreu, designação inicial deste empreendimento, tornou-se importante na atividade migratória, pois, ora abonava a saída dos emigrantes que pretendiam sair de Portugal em direção ao Brasil, ora organizava o regresso daqueles que, entretanto, tinham conseguido fortuna. Desta forma, é possível referir que Bernardo Abreu fundou a mais antiga agência de viagens do mundo.

Como se pode verificar pelos exemplos citados, destaca-se a importância do património, cuja criação de rotas culturais tem vindo a ser instigada desde a década de 1980, quer pelo Conselho da Europa quer pela própria UNESCO. As rotas culturais têm surgido pelo nosso território quer por iniciativa pública quer privada. Tomar uma rota é também escrever esta rota e produzir documentos sobre ela. Relatos, diários e guias de viagem podem neste sentido aparecer como documentos informativos, científicos ou mesmo artísticos.

Os recursos culturais são o tema aglutinador e “constroem” uma memória pela qual o utente/turista poderá percorrer a história ou a cultura de um local. Desta forma, têm surgido inúmeros itinerários culturais assentes na especificidade de cada região, como a supracitada *Rota do Românico*. Atente-se que na criação destes itinerários, importa designar um tema aglutinador, representativo de uma identidade regional própria, para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória coletiva.

Todos os atores do património que procuram tornar conhecido a maioria dos monumentos ou as paisagens, criaram itinerários físicos ou, mesmo, virtuais que os turistas podem aceder e conhecer física ou virtualmente. Esta é uma outra maneira de consumir e descobrir o património. Assim, como refere Jacques Le Goff, o património deve ser encarado como recurso turístico, pois assim obriga-nos a cuidar mais eficazmente dos bens culturais e tornam-nos responsáveis pela sua conservação e, em simultâneo, podem ser desenvolvidos projetos de educação patrimonial e educação para a cidadania (LE GOFF, 2009). Em suma, as rotas/itinerários são um importante instrumento ao alcance das entidades públicas e privadas para a promoção e desenvolvimento locais, bem como uma forte motivação para que os habitantes locais descubram e conheçam melhor o seu património cultural e a sua história.

Como referem Olaia Fontal Merillas e Marta Martínez Rodríguez, a educação patrimonial constitui uma dimensão ativa de acompanhamento nos processos de transmissão, a que está ligada a noção de despertar, de curiosidade e de reflexão (MERILLAS, 2016, p. 415-436). A educação procura desenvolver os sentidos e a tomada de consciência sobre a importância do património. Este tipo de educação adquire uma grande importância, na medida em que pode auxiliar na criação de uma maior sensibilidade face aos bens e heranças e na exploração de novos territórios e objetos.

O património histórico apresenta-se rico em diferentes matizes que dependem do seu contexto e se refletem através das pessoas que o expe-

rienciam, o disfrutam ou aquelas que o consideram parte importante da sua vida. As pessoas são as guardiãs da memória, pois, cabe-lhes velar pela sua permanência, devendo, assim, sustentar na sociedade as bases de respeito, cuidado, transmissão e difusão do património. Mas, afinal o que é o património? Património é tudo aquilo que nos rodeia: recordações, canções, danças, língua, provérbios, imagens, lugares, objetos, edifícios e as pessoas.

Se sempre se reconheceu que a riqueza patrimonial não está nos monumentos ou nas obras que o enraízam, mas na forma como as respetivas populações demonstram capacidade para os valorizar, temos de convir que as palavras-chave da operação a favor do património terão de ser de inclusão e valorização, em detrimento de seleção e de exclusão, embora estas sejam aceitáveis e indispensáveis na preparação por etapas dos projetos patrimoniais, como este que se implementou no concelho de Paredes – “Rota dos *Brasileiros de Torna-Viagem*”.

Musealizar as migrações

Durante o século XIX e até aos finais de 1920, mais de 50 milhões de europeus emigraram, nomeadamente, para o continente americano. Esta emigração massiva tornou-se num dos fenómenos mais característicos e interessantes da história contemporânea, pelo que a memória sobre as causas e consequências tendem a ser recordadas pelos seus descendentes e pelos seus conterrâneos.

A deslocação de um elevado número de efetivos para outros territórios foi um fenómeno que englobou a quase totalidade dos países europeus, independentemente do seu grau de desenvolvimento industrial, agrícola ou comercial, e também do seu regime político ou da constituição política que os regula.

A emigração foi um fator no processo do desenvolvimento económico português, na medida em que o Brasil assumia-se como o principal destino, a localização da “árvore das patacas”. Muitas das famílias da região Norte endividaram-se junto dos angariadores que percorriam as aldeias, ficando os seus familiares sujeitos a trabalhos pesados e presos a essas dívidas durante anos e anos de contratos mal pagos. Para além destes trabalhadores braçais, destacaram-se os caixeiros das cidades. Estes caixeiros eram enviados pelas famílias para as principais cidades portuguesas (Lisboa e Porto) e, preparados por famílias, com alguns bens. Partiam com 13 ou 14 anos de idade e,

começavam a trabalhar na loja de um familiar ou de um amigo, ao qual em muitos casos, acabariam por suceder como patrões e/ou sócios.

Como refere o historiador Jorge Alves, o principal sonho destes portugueses era regressar com fortuna acumulada (ALVES, 2007). Apesar de muitos portugueses terem optado por permanecer no Brasil quer por razões de integração (casamento) quer pela vergonha de que se se soubesse que não tinham tido sucesso, outros regressaram definitivamente, alguns deles bastante ricos – *brasileiros de torna-viagem*. Este regresso traduzia-se num grande impacto económico nas terras de origem e nas cidades de Lisboa e do Porto.

Assim, estes *brasileiros de torna-viagem* praticam a benemerência nas localidades que os viram partir, mas outros houve que resolveram investir na indústria, como foi o caso do Barão do Calvário, na cidade de Penafiel. Para além das fábricas, das escolas ou dos hospitais, a casa do *brasileiro* assume-se como o principal testemunho do sucesso e da riqueza destes emigrantes ricos. Algumas são, na verdade, palácios luxuosos, outras são prédios urbanos semelhantes aos da burguesia. Apesar de se registar a existência de alguns elementos comuns alusivos ao Brasil, como as palmeiras imperiais ou as madeiras tropicais no interior dos edifícios, a principal característica é o facto de retratarem o percurso do emigrante aquém e além-Atlântico, destacando-se as suas vivências e os seus sonhos.

Expressões como *Casas de Sonhos* criada por Roselyne de Villanova (VILLANOVA, 1995) ou a proposta de *musealizar as migrações* realizada por Maria Beatriz Rocha-Trindade (ROCHA-TRINDADE, 2002) podem ser aplicadas ao estudo da emigração portuguesa, nomeadamente a construção de casas, escolas, hospitais e igrejas nas suas aldeias de origem.

Mas estas casas, escolas, hospitais ou outros elementos representativos da emigração constituem objetos memorialísticos da vivência nos dois territórios: o de origem e o de acolhimento. Assim, podemos assistir quer em Portugal, quer no Brasil a várias iniciativas de memorialização do tema da migração, com destaque para a criação de museus como o *Museu da Emigração e das Comunidades* (Fafe) ou a *Hospedaria dos Imigrantes* (São Paulo – Brasil).

No entanto, importa colocar a seguinte questão: como interpretar a necessidade de *musealizar as migrações*? Qual a função social que a memória desempenha nos museus e nas migrações?

De acordo com Maria Beatriz Rocha-Trindade, importa proceder-se a uma *musealização das migrações*, na medida em que assim poder-se-á reali-

zar uma localização do património construído, auxiliar na sua preservação e realizar trabalhos de investigação (ROCHA-TRINDADE, 2002). Este conjunto de operações é considerado indispensável à transmissão da memória para além dos espaços e a despeito do fluir do tempo.

Considera-se que a construção de rotas históricas como forma de perpetuação da memória poderá ser uma forma de dinamização do *touring* cultural. No entanto, estas rotas devem ser organizadas e pensadas com o apoio das comunidades, uma vez que estas são parte ativa e interessada nesta dinamização do património material e imaterial.

O exemplo espanhol, em termos de musealização da emigração, é de grande relevância atendendo à existência de um importante arquivo nas Astúrias – *Fundación Archivo de Indianos – Museo de la Emigración*. Esta fundação constitui o principal arquivo sobre a emigração do Norte de Espanha para o continente americano, tal como é um museu físico onde está preservada a memória dos migrantes, bem como das suas realizações em Espanha e no continente americano. Esta instituição é, ainda, o ponto de partida para diversas rotas da memória da emigração que surgiram nas Astúrias e na Galiza. Estas rotas incorporaram casas edificadas pelos emigrantes, bem como espaços como igrejas, escolas ou hospitais.

A criação de museus ou outros espaços museológicos poderão ser diferentes na forma e no conteúdo que se dediquem à temática das migrações internacionais, em distintas partes do mundo. Os museus existentes como o “*Immigration Museum – Elis Island*”, “*The Tenement Museum*”, em Nova Iorque, “*The House of Emigrants*” na Suécia, entre outros, assemelham-se todos no que respeita aos propósitos que motivaram a sua fundação e a sua organização interna e, ainda, no que respeita à tipologia dos materiais que põem à disposição dos visitantes. Para além dos itens habituais disponibilizados pelos museus, não deveremos esquecer a função ilustrativa e descritiva dos mesmos, como é o caso das cartas de chamada, diários, fotografias, objetos pessoais e mesmo a reconstituição do processo migratório. No caso do “*Immigration Museum – Elis Island*”, o site oficial deste museu alia o som de ondas marítimas e dos vapores às imagens da Estátua da Liberdade e de Elis Island, com o intuito de estimular a memória do passado da emigração.

Em Portugal, tem-se vindo a assistir à criação e desenvolvimento de práticas museológicas e memorialísticas relacionadas com a migração que demonstram aspetos da emigração portuguesa dos séculos XIX e XX. Exem-

plos disso são as exposições como “*Os Brasileiros de Torna-Viagem*”³⁵² em 2000 no Porto, “*Terra Longe, Terra Perto*”³⁵³ em 2007 na cidade de Setúbal ou a criação de museus como o *Museu da Emigração*, em Fafe, e o *Museu da Emigração Açoriana*³⁵⁴.

Os museus constituem espaços de perpetuação das memórias que continuam a ser construídas/mantidas nos locais pelas rotas culturais que são implantadas, assim poder-se-á utilizar o conceito de “arquitetura das memórias”, conceito esse criado por Miguel Monteiro (MONTEIRO, 1991) e Maria Beatriz Rocha-Trindade, aquando da criação do *Museu das Comunidades e das Migrações*, em Fafe, bem como do *Museu Virtual*. Em 2001, foi criado o *Museu da Emigração* em Fafe, um concelho fortemente marcado pela emigração portuguesa para o Brasil no século XIX e, pelo seu regresso nos inícios do século XX. O objetivo do museu era trabalhar a memória da emigração numa perspetiva dupla: a partida e o regresso. Este espaço foi concebido, parcialmente, como um espaço físico. O seu núcleo principal é composto por seis núcleos temáticos divulgados no site do museu. A página do museu constitui uma plataforma informativa e de dinamização de atividades de pesquisa e divulgação.

³⁵² Esta exposição, organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses em 2000, foi consagrada à emigração portuguesa para o Brasil entre os séculos XVIII e XX. Ao longo de sete núcleos – abrindo com o momento da partida para terras brasileiras - “Cruzar o mar, ganhar o pão, cumprir o sonho” – e encerrando com um espaço intitulado “Os brasileiros notáveis e... os outros”, procurou-se demonstrar a influência que os emigrantes portugueses exerceram sobre a sociedade. Nesta exposição, o visitante pôde encontrar alguns dos objetos que os portugueses levavam consigo, desde malas de porão a caixas de chapéus. A exposição reuniu diversa documentação burocrática, anúncios de companhias de navegação e gravuras de veleiros e vapores. O percurso montado por António Viana levava os visitantes a apreciar exteriores e interiores de casas de *brasileiros*, quer através de reconstituições de quartos de vestir e salas de estar e jantar - onde o gosto europeu se cruza com detalhes tropicais -, quer através de filmes, que correm nas paredes ao som da música de Villa-Lobos. Também não foram esquecidas as obras de piedade dos *brasileiros*, que encheram de doações as Misericórdias e as ordens terceiras e apoiaram instituições para cegos, surdos-mudos e crianças desvalidas. A última etapa abria com uma sala em cujas paredes foram inscritos os nomes de todos os portugueses que morreram no Brasil no ano de 1880. Um modo de lembrar que, para cada um dos afortunados que regressaram ricos, houve centenas que por lá morreram, muitas vezes na miséria.

³⁵³ A exposição “*Terra Longe, Terra Perto*” realizou-se em 2007 para assinalar a comemoração do Dia de Portugal. Era uma exposição interativa que pretendia evocar a emigração como um dos fenómenos mais estruturantes da sociedade portuguesa. Esta mostra, realizada na cidade de Setúbal, apresenta obras inéditas, documentação oficial, objetos de memória e fotografia, correspondência de familiares, retratando momentos da emigração desde o final do século XIX até à década de 1980. Retrata, ainda, a cultura e vivência dos portugueses nas suas comunidades na diáspora, através da narrativa dos protagonistas desta história.

³⁵⁴ O Museu da Emigração Açoriana surgiu em 2005, na localidade da Ribeira Grande (Ilha de São Miguel – Açores), no antigo mercado do peixe. Este espaço museológico surgiu como sugestão da comunidade de emigrantes açorianos à Câmara Municipal. O principal objetivo deste espaço museológico é transmitir aos visitantes e às gerações mais jovens os motivos pelos quais muitas famílias tiveram de partir em busca de melhores condições de vida.

Em 2009, o Museu foi instalado na Casa Municipal da Cultura, data na qual adquiriu a sua vertente física. De acordo com o Observatório da Emigração, este museu constitui um auxílio ao estudo e à perceção da identidade da região, possibilitando o conhecimento de inúmeros percursos migratórios, cujas marcas de retorno se encontram visíveis por todo o concelho de Fafe (casas, hospitais, igrejas, jardins, asilos, escolas, teatros e indústrias). Ora, ao musealizar estas marcas da emigração, o espaço possibilitou a investigadores, turistas e descendentes, o conhecimento *in loco* do processo emigratório e de como este possibilitou o desenvolvimento da região. Este projeto está, permanentemente, em constante construção, na medida em que investigadores e familiares dos emigrantes colaboram diretamente, através da doação de objetos ou da procura de respostas sobre a história da família ou dos fenómenos mais recentes da emigração.

Através da memória histórica, é recordada a trajetória de vida do emigrante e dos seus familiares, tal como os espaços de partida e de chegada, isto é, poder-se-á construir trajetórias individuais, tateando comportamentos, tensões e projetos. Por outro lado, a memória social e patrimonial resulta numa construção de uma vivência comercial que favoreceu a emigração de portugueses ampliando o fluxo tradicional emigratório.

Tudo se passa como se o decorrer de duas ou três gerações fosse suficiente para apagar memórias das dificuldades de enraizamento dos imigrantes, das possíveis discriminações e défices de cidadania a que tenham estado sujeitos, aparecendo uma imagem algo dourada e um pouco romântica das origens ancestrais de suas famílias.

Mas, por que razão Portugal deverá procurar *musealizar as migrações* dos séculos XIX, XX e XXI?

A *musealização das migrações* contribui para o reconhecimento da migração como parte integrante da memória coletiva. É entre as constantes vagas de emigração portuguesa que se processaram desde o período da Expansão Portuguesa que se pode procurar contextualizar e manter viva a memória da emigração portuguesa. A criação ou o desenvolvimento mais intensivo de um Museu da Emigração visará a afirmação da emigração como uma constante estrutural da história portuguesa, mas mais ainda a consciência de ser a migração uma constante das sociedades atuais. A consciência de viver num país em que a emigração tem tradição contribui para fomentar nos seus cidadãos maior abertura para os fenómenos mais recentes de imigração.

Numa Europa que conheceu o êxodo das suas populações para o continente americano na segunda metade do século XIX; numa Europa que se

tornou atualmente num destino privilegiado dos movimentos migratórios internacionais; e, finalmente, numa Europa cuja política restrita de imigração parece querer esquecer o passado de emigração – nesta Europa a musealização da migração desempenha uma importante função social.

Uma Proposta de Musealização e de Valorização Turística

Atualmente, as casas de *brasileiros* têm sido alvo de interesse, uma vez que a memória dos seus proprietários desapareceu, os critérios estéticos alteraram-se e a perceção da casa transformou-se. De incompreendidas e criticadas, as casas foram esquecidas e abandonadas à sua sorte, facto que conduziu ao desaparecimento de algumas delas. Todavia, nas duas últimas décadas, algumas destas casas têm vindo a ser recuperadas sobretudo pelos organismos oficiais e utilizadas como espaços culturais ou espaços habitacionais, como é o caso do *Palacete Silva Monteiro* na cidade do Porto, convertido na sede de um organismo público, o Instituto da Vinha e do Vinho, ou da Biblioteca Municipal de Penafiel, instalada no Palacete do Barão do Calvário.

De forma a salvaguardar este tipo de património e a evitar a perda de um espólio sobre a emigração e a sua contextualização, considera-se que sobre estas casas, existentes em grande número na região norte de Portugal, dever-se-ão constituir rotas turísticas que nos levarão ao encontro da História e, sobretudo, nos conduzirão ao conhecimento das localidades de onde partiram milhares de homens e mulheres em busca de um futuro e levando consigo a saudade de um país e trazendo a saudade de outro...

Perante a dimensão do património existente relacionado com a emigração portuguesa para o Brasil, do seu estado de conservação e dos limitados recursos disponíveis, é de extrema importância optar entre o património que justifica o esforço de preservação e aquele ao qual não é possível atender. Para se proceder a essa escolha, é necessário estabelecer critérios de seleção que conduzam ao “paradigma de revitalização patrimonial”. De acordo com Catarina Valença Gonçalves, a revitalização patrimonial é a noção de que só vale a pena intervir num determinado monumento ou objeto se o seu usufruto estiver assegurado desde o início, isto é, “voltar a dar vida ao património”, procurando que a sua nova função seja condigna com a original (GONÇALVES, 2009, p. 95-107). Assim, pessoas e património são indissociáveis da revitalização. Desta forma, a primeira condição para revi-

talizar qualquer património é a de conhecer o melhor possível esse mesmo património através de visitas ao património ou de estudos especializados sobre o mesmo.

À revitalização patrimonial importa acrescentar a gestão patrimonial, pois, é necessário avaliar os custos envolvidos na recuperação desse património e verificar a possibilidade de manutenção do uso primitivo ou da necessidade da criação de um novo.

Por fim, caberá ao turismo colocar-se ao serviço do património e auxiliar na sua gestão e revitalização.

A revitalização patrimonial é a forma mais segura de encontrar o tão difícil, mas desejado equilíbrio entre o respeito pela autenticidade do património, a certeza da sua preservação e a democratização do seu acesso. Todavia, a revitalização para atingir os seus objetivos de conservação, manutenção e divulgação necessita de estar ancorada numa fórmula turística. Fórmula turística essa que, pelos seus efeitos multiplicadores, acaba por trazer dividendos sócio-económicos à região na qual se insere o projeto (GONÇALVES, 2009).

A população local e os visitantes são os agentes respetivos para a construção da perceção sobre a valorização patrimonial. Desta forma, se a população local se afastar do seu património, este ficará esvaziado do seu significado e interesse e como tal não terá qualquer valor para o turista. Assim, é o sentimento de reflexo do património na população local e a certeza de continuidade desta relação que atrai o visitante, conduzindo à exploração das restantes manifestações culturais da região – gastronomia, alojamento, tradições enológicas.

Como é referido por Bessiere sobre o património, identificando-o como um pólo de referência identitária – o património é um veículo de transmissão de um legado, de uma continuidade entre o passado e o presente, mas também é um elemento fundamental para a reconstrução do passado.

Uma vez que a maioria das construções dos *brasileiros de torna-viagem* se localizam no meio rural, a metodologia de revitalização e gestão patrimonial poderá assentar na constituição de rotas, itinerários ou circuitos. A forma da rota reforça o sentimento de unidade dentro da diversidade patrimonial, na medida, em que cada rota poderá integrar os objetos/edifícios relacionados com a temática e abranger, em simultâneo, outros elementos como as tradições gastronómicas, o artesanato e as tradições culturais.

Estas rotas poderão abranger diferentes tipologias de edifícios construídos ou restaurados pelos emigrantes, ou mesmo espaços por onde estes passaram, tornando-se uma forma destes serem lembrados nos locais onde não existe qualquer elemento material.

O processo emigratório inicia-se com o modo como é tomada a decisão de partir; continua-se com a concretização material dessa decisão, a forma de percorrer a distância entre os pontos de partida e de chegada, o processo de instalação e de radicação no país de destino; e, eventualmente, conclui-se com as formas de regresso à terra de origem. É neste processo de regresso que encontramos uma maior saudade retratada quer da terra de origem quer da terra de acolhimento, uma vez que o rapaz pobre, retorna endinheirado e, procura auxiliar a sua comunidade. Ao procurar auxiliar a sua comunidade, produz manifestações materiais e imateriais que, inevitavelmente, acabam por influenciar a vida da comunidade, conduzindo a transformações que se perpetuaram no tempo, nomeadamente a escola mandada construir e oferecida por Adriano Moreira de Castro à freguesia de Louredo (Paredes).

Este tipo de legado poderá ser agrupado de acordo com a tipologia das construções (ex. Rota das *Casas dos Brasileiros* ou a Rota das Escolas dos *Brasileiros*) ou mesmo de acordo com o percurso de um determinado emigrante (ex. Rota de Adriano Moreira de Castro ou a Rota de Gaspar Ferreira Baltar).

Por outro lado, poder-se-á contemplar um outro tipo de rota que contemplará as casas construídas pelos *brasileiros* no concelho de Paredes. Assim, o visitante visitará as casas e, em simultâneo, poderá conhecer as localidades em que estas se encontram inseridas. Algumas destas casas encontram-se bastante degradadas, pelo que a visita será um mero apontamento, procurando-se sempre realçar a necessidade de preservação e valorização deste tipo de património. Esta proposta aqui sugerida foi posta em prática procurando-se criar uma rota/trilho que abrangesse diferentes interesses.

Considera-se que os primeiros participantes nestas rotas deveriam ser os membros da aldeia natal, uma vez que caber-lhes-á uma parte ativa neste processo, recebendo os visitantes junto das casas ou nos locais aos quais o emigrante está associado, demonstrando assim uma total disponibilidade em partilhar experiências que não estarão de todo relacionadas com o emigrante, mas com a vivência da própria comunidade e com a forma como percecionam este tipo de construções.

Figura n.º 1
Rota dos Brasileiros do Vale do Sousa



Ao longo dos anos de 2018 e 2019 e, em virtude da necessidade de criar casos de estudo para a tese de doutoramento, procurou-se implementar as rotas propostas com a colaboração da Câmara Municipal de Paredes. Estas rotas foram inseridas num projeto mais vasto do Pelouro da Cultura da Câmara – Caminhar pelo Património. Este projeto resulta de uma iniciativa de cidadãos proativos em parceria com diferentes instituições locais, desde as Juntas de Freguesia, escolas e associações, inspirado no repto do Ano Europeu do Património Cultural, 2018. Desde o início que este projeto tem como principal objetivo tornar visível para todos os valores patrimoniais da região, nem sempre bem conhecidos ou valorizados. Outro dos objetivos presente foi tentar apelar aos sentimentos, acreditando-se que será possível (re)criar afetivamente um conjunto de percursos que poderão ter feito parte do nosso dia a dia, mas com ênfase no seu interesse transversal a diferentes sensibilidades e gostos.

Na sequência deste trabalho, a criação da “*Rota dos Brasileiros de Tor-na-Viagem*” alojada neste projeto revelou-se de grande importância, atendendo ao legado existente neste concelho, mas bastante desconhecido da maioria da população. Foram selecionadas áreas de intervenção e divulgação, pois como refere Magalhães “não há como pensarmos em preservação efetiva sem antes intensificar uma consciência crítica que leve ao conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, estimulando a reflexão acerca da identidade cultural e do seu reconhecimento. A educação patrimonial deve proporcionar o conhecimento crítico e levando em consi-

deração a diversidade sociocultural e as possibilidades de apropriação consciente, compreensão e preservação do património”.

Desta forma, integramos, a convite da Câmara Municipal de Paredes, uma equipa de base multidisciplinar aberta, com vários representantes mobilizados a participar, promovendo-se momentos para “(...) o despertar da sociedade em geral, sua integração e participação ativa nos assuntos relacionados com o património cultural e natural e a memória social, estimulando o desenvolvimento crítico e de juízo de valor da própria sociedade em relação a estas questões”.

Figura n.º 2
Roteiros distribuídos nos Trilhos de Louredo e de Baltar

CAMINHAR PELO PATRIMÓNIO

Rota dos *“Brasileiros de Torna-viagem”*

TRILHO DE LOUREDO DA SERRA (experimental)

Trilho circular | 8 km | Moderado.
03 de novembro de 2018 | 08h45
Igreja Matriz de Louredo



Inscrições obrigatórias até dia 31 de outubro de 2018 através de:
Email: arqueologia@cm-paredes.pt | Telefone: 255788973/4
e na Junta de Freguesia de Louredo.



CAMINHAR PELO PATRIMÓNIO

Rota dos *“Brasileiros de torna-viagem”*

TRILHO DE BALTAZAR (Experimental)

> 29 de Junho | 8h30



INFORMAÇÕES:

Início e fim da caminhada: Largo Pereira Inácio no edifício da antiga Câmara.

Tipo de caminhada: experimental, circular

Grau de dificuldade: moderado, com quase 10 km

Custo da caminhada: Zero euros. No final, com mais 5 euros, coma as sandes de porco no espeto que lhe apetecer (a partir das 13h00)

Inscrição/informação: obrigatória até ao dia 27 de junho. CM Paredes | arqueologia@cm-paredes.pt 255 788 973/4 e na Junta de Freguesia de Baltazar

Seguro (gratuito): só será garantido aos caminhantes que fornecerem os dados para o efeito até dia 27 de junho



Estas rotas idealizadas, em parceria com as entidades locais, assemelham-se a trilhos circulares nas diferentes freguesias, privilegiando os diferentes elementos existentes em cada uma delas. No caso da freguesia de Louredo, freguesia onde foi apresentado o primeiro trilho experimental destas rotas, procurou-se articular as diferentes tipologias de património existente, a saber: Igreja matriz de Louredo (local onde foi realizado o acolhimento de todos os participantes no trilho); Quinta de Miragaia; Solar da Venda/ Estância de Louredo da Serra; Castrália; Escola EB1 de Louredo; Capela de Santiago; Pelourinho e Forca; Quinta de Cima; Rio Asmes (afluente do rio Sousa) e parque de Lazere a Serra de Santiago.

O envolvimento da comunidade e das associações existentes foi privilegiada, na medida em que a realização desta atividade implicava a entrada ou a travessia de propriedades privadas, pelo que todos foram consultados previamente durante várias reuniões, onde o trilho foi sendo construído com o seu auxílio. Procurou-se, assim, que o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu património se tornassem fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Figura n.º 3
Trilho de Louredo



A equipa multidisciplinar reuniu-se diversas vezes, definindo aspetos como a forma de divulgação à comunidade e a todos desta iniciativa, tendo-se optado por utilizar diversas formas, como o contacto via oral, plataformas eletrónicas (Facebook institucional e pessoal, email) e através do pároco. guias

Esta divulgação realizou-se nas semanas que antecederam a caminhada, tendo-se conseguido atingir a inscrição de cerca de 150 pessoas, sendo estas originárias dos concelhos do Porto, Paços de Ferreira, Castelo de Paiva, São João da Madeira e Paredes. Importa destacar que a maior parte dos inscritos foram os naturais da freguesia que pretendiam conhecer ou visitar alguns dos espaços.

Figura n.º 4
Trilho de Louredo – foto do grupo



Ao longo do trilho, os habitantes de Louredo foram, simultaneamente, visitantes do seu património, guias pelos caminhos da sua freguesia e contadores de histórias sobre os edifícios e as pessoas. No caso da *Castrália*, casa construída pelo *brasileiro de torna-viagem*, Adriano Moreira de Castro, foram partilhadas algumas histórias relacionadas com a família e com as atividades desenvolvidas neste edifício e na escola. No entanto, importa destacar a curiosidade subjacente à maioria das pessoas pelas pinturas murais, pela sala da música ou mesmo pelo grande cofre localizado no segundo piso do edifício. A curiosidade foi uma constante ao longo do percurso, pois, a equipa multidisciplinar acompanhou e foi respondendo às questões colocadas pelos caminheiros, de diferentes idades.

Esta atividade foi complementada com dois momentos de convívio entre os caminheiros: um lanche realizado no topo da Serra de Santiago, com produtos típicos da região e, um almoço na escola.

Figura n.º 5
Trilho de Louredo (momento de convívio)



No final foi realizada uma avaliação da visita, tendo o *feedback* sido extremamente positivo, pois, apesar da baixa temperatura que se registava no dia 3 de novembro de 2018, a maior parte dos visitantes concluiu o trilho, tendo participado no almoço e no convívio que se desenrolou ao longo da tarde.

A educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educativo centrado sobre o património cultural como fonte primária de conhecimento e de enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contacto direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspetos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Para além das rotas turísticas que poderão ser criadas atendendo a diferentes temáticas, mas tendo sempre como principais objetos de trabalho: o emigrante e o património construído na sua terra natal ou nas localidades limítrofes.

Figura n.º 6
Trilho de Baltar



Notas finais

O património são as pessoas, pelo que será necessário criar serviços turísticos associados ao património, procurando que a população local beneficie desses bens, tal como os turistas que manifestem interesse em descobri-lo.

Ao implementar estas rotas poder-se-á fazer com que a fortuna cultural se torne um importante fator de desenvolvimento e valorização das regiões onde se encontrarem inseridas e, consequentemente, as casas dos *brasileiros* poderão começar a ser encaradas não como elementos dissonantes na paisagem, mas como elementos integradores e valorizadores da mesma.

Estas rotas poderão funcionar como campanhas de valorização do património emigracional. Gentes (emigrantes), saberes (histórias, património imaterial) e lugares (casa, escola, igreja) são valorizados e dados a conhecer, estimulando o seu desenvolvimento social e económico. Este projeto poderá contribuir para a criação de exposições temporárias, divulgação da história e património da região através do fenómeno emigratório, necessitando, no entanto, da colaboração das diversas entidades locais e das pessoas que partilham o mesmo território. Considera-se que, desta forma, estas rotas dever-se-ão fazer sobre as pessoas, para as pessoas e com as pessoas que vivem e partilham as suas vidas com este património.

Gradualmente, à medida que se vai calcorreando o terreno, a necessidade de certificação e homologação emerge a médio prazo, havendo a necessidade de organizar todo o trabalho esboçado num recurso concelhio de excelência a longo prazo, uma aposta na projeção das singularidades, das potencialidades de Paredes a curto prazo, assim como a sua interface com concelhos vizinhos, podendo estender extra fronteiras alinhando numa perspetiva de gestão integrada dos valores patrimoniais e “(...) *sempre com um pé a seguir ao outro, porque o mais importante não é a partida nem a chegada. O que interessa é o caminho.*”. Respeitar o património é respeitar as pessoas (locais e turistas) é também garantir a continuidade desse bem: a adoção do paradigma da revitalização patrimonial e da “rota das casas de *brasileiros*”, impondo a definição dos princípios de gestão no campo patrimonial, nas parcerias público-privadas e com preocupações económicas. Desta forma, é premente a mudança de paradigma sobre o património das migrações e o seu impacto na sociedade de então e na atual, pois tudo continuará fechado, a cair ou a ser demolido por aqueles sem memória histórica.

Bibliografia

- ACASO, Maria; DE PASCUAL, Andrea, 2014 – Museos y participación biográfica: introduciendo lo personal como alternativa a lo hegemónico. *Midas* [online]. 3|2014 [consultado no dia 27 de maio de 2014].
- ALVES, Jorge Fernandes, 2007 – *Brasil, Terra de Esperanças – Utopia e realidade na emigração portuguesa*. Lisboa: Quasi.
- BAGANHA, Maria Ioanis Benis, 2001 – “Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro”, in J. J. Arruda, L.A. da Fonseca (orgs.), *Brasil – Portugal: História, Agenda Para o Milénio*. Bauru: EDUSC.
- FERNANDES, Adília; PAIVA, Odete, 2009 – “Emigração dos minhotos para o Brasil (1850–1910). Os bem-sucedidos e os outros”, in Fernando de Sousa (coord.), *Nas Duas Margens Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, p. 411-423.
- FRAYSSE, Patrick; ROUX, Sabine; COURBIERES, Caroline, 2009 – A rota como memória. *Perspectivas em Ciências da Informação*, v. 14, número especial, p. 93-104.
- GONÇALVES, Catarina Valença, 2009 – “Rotas de Património em Portugal: uma Revolução necessária”, in José Manuel Simões; Carlos Cardoso Ferreira (eds.), *Turismos de Nicho – Motivações, Produtos, Territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 95-107.
- LANAU, David; MORALES, Eva, 2014 – Un que hacer cotidiano: proyecto de mediación de la exposición hacer en lo cotidiano. *Midas* [online], 3|2014 [consultado no dia 27 de maio de 2014].

- LE GOFF, Jacques, 2009 – *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70.
- LOURENÇO, Eduardo, 1999 – *Portugal Como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- MATA, Margarida, 2014 – Do museu das comunicações ao Bairro da Madragoa: considerações sobre a relação entre um bairro e um museu. *Midas* [online], 3|2014 [consultado no dia 27 de maio de 2014].
- MENÉRES, António, 2010 – *Arquitecturas Populares – memórias do tempo e do património construído*. Fortaleza: Centro Cultural Banco do Nordeste.
- MERILLAS, Olaia Fontal, 2016 – Educación patrimonial: retrospectiva y perspectivas para la próxima década. *Estudios Pedagógicos*, XLII, p. 415-436.
- MONTEIRO, Miguel, 1991 – *Fafe dos Brasileiros (1860-1930) – Perspectiva Histórica e Patrimonial*. Fafe: edição de autor.
- NETO, Alda, 2009 – “Os Brasileiros de Paredes – dois percursos beneficência e de esquecimento”, in Fernando de Sousa, Ismênia de Lima Matos, Izilda Matos (coord.), *Nas duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, p. 505-517.
- NETO, Alda, 2011 – *As Casas de Brasileiros no concelho de Paredes* (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto.
- NETO, Alda, 2011 – “As “Casas de Brasileiros” – dois exemplos no Vale do Sousa”, in Fernando de Sousa, et al., *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos, p. 589-610.
- NETO, Alda, 2016 – “Brazilians” Houses: na exemple of nostalgia and a proposal of touristic empowerment. *Sage – Tourism and Hospitality Research*, 16/3, p. 294-307.
- NETO, Alda, 2020 – “As Casas de Brasileiros: Espaços Biográficos da Emigração e da Cultura do início do século XX”, in Elsa Lechner, Graça Capinha, Maria Clara Keating (orgs), *Emigração EM português – exílios, retornos, colonizações*. Coimbra: Edições Almedina, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, p. 253-273.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC.
- PEDREIRINHO, José Manuel, 1986 – Arquivos de arquitectura: as casas dos emigrantes – Brasileiros. *Revista História*, 98, p. 96-100.
- PRATS, Llorenç, 1997 – *Antropologia y Patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel.
- RAMOS, Manuel João (coord.), 2003 – *A matéria do património*. Lisboa: Edições Colibri.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2002 – Musealizar as migrações. *Revista História*, XXIV(III), p. 58-63.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1986 – Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Análise Social*, XXII(90), p. 139-156.
- ROSÁRIO, Daniela Rodrigues do, 2014 – Entroncamento de histórias: registo de testemunhos orais. *Midas* [online], 3|2014 [consultado no dia 27 de maio de 2014].
- SANTOS, Eugénio dos (dir.) (2000) – *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SOUSA, Fernando; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2015 – *Agência Abreu – Uma Viagem de 175 anos*. Porto: Agência Abreu S.A.

- TAVARES, Célia Gonçalves Tavares; LEITE, Roberto, 2014 – O projeto Picar o Ponto: memórias orais de operários da Fábrica Robinson. *Midas* [online], 3|2014 [consultado no dia 27.5.2014].
- VILLANOVA, Roselyne de; LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel, 1995 – *Casas de sonhos*. Lisboa: Edições Salamandra.

Rotas da Memória em Fafe

– O Brasileiro Torna-Viagem

*Isabel Borges*³⁵⁵

Introdução

O Turismo é, atualmente, uma atividade relevante para os territórios, em particular os de baixa densidade. Considerado um dos intervenientes importantes para a sua sustentabilidade, o seu crescimento originou uma competitividade entre os destinos turísticos que, cada vez mais, precisam de se distinguir, apostando na criatividade e na inovação dos serviços oferecidos, tornando-se mais apelativos.

A atual prosperidade do turismo está, também, relacionada com o desenvolvimento socioeconómico e cultural das sociedades. Considerado como uma das maiores seduções contemporâneas, faz parte da sociedade de consumo atual (MARUJO, 2008). Este facto associa-se, de certo modo, a uma alteração na forma como o tempo passou a ser estruturado, com uma maior disponibilidade de tempo para o lazer, associado à procura de novas experiências.

Atualmente, a procura turística não engloba apenas os recursos ou as atrações tradicionais, passivamente absorvidas. É muito mais abrangente, assente em experiências turísticas diversas, inovadoras e, por vezes, complexas. Neste âmbito as rotas turísticas, sejam de carácter geral ou temático, são veículos de ligação entre o turismo e as comunidades locais.

O número de turistas brasileiros cresce anualmente, sendo já um mercado estratégico para o destino Portugal. De facto, o nosso país é uma das escolhas de destino de viagem na Europa. O lazer é a principal motivação das suas visitas ao estrangeiro, mas é de salientar que a visita a familiares e amigos tem sido a segunda motivação para viajar. Nesta ótica, o desenvolvimento de produtos turísticos relacionados com as suas raízes e com percursos pela memória dos territórios, em particular pela (re)descoberta das suas ligações aos brasileiros torna-viagem, é de crucial importância.

³⁵⁵ IEES – Instituto Europeu de Estudos Superiores.

A metodologia utilizada no trabalho baseia-se na revisão crítica da literatura existente sobre o tema e respetiva contextualização. Paralelamente, foi realizado um trabalho de campo para levantamento do potencial turístico e de possíveis rotas, que permitiu documentar de forma pormenorizada a proposta do roteiro turístico.

O turismo nos territórios de baixa densidade

Os recursos naturais e culturais incorporam os principais atrativos de um território e são a base das suas vantagens competitivas. Porém, é fundamental ter em consideração a forma como estes recursos são integrados em produtos turísticos qualificados, satisfazendo as necessidades dos turistas, promovendo os recursos endógenos, para além de atividades e experiências culturais e de animação. Conjugando estes elementos com a existência de infraestruturas turísticas (serviços de apoio, acessibilidades, informação turística, entre outros) possibilita-se que esse território ganhe vantagens competitivas e se afirme como um destino turístico sustentável (BORGES, 2017).

A cidade de Fafe, conhecida como a Sala de Visitas do Minho, é essencialmente reconhecida pelo património, pela sua gastronomia e pelas belezas naturais. De facto, a paisagem, tem que ser realçada pois funciona como intermediária na relação entre o visitante e o espaço, crucial para a consolidação da oferta turística.

O turista, um “coleccionador de paisagens”, obtém o primeiro contacto com o local visitado através da visão da paisagem (URRY, 1999). Os sentidos assumem, de facto, um papel fulcral na experiência do turista, estando muito associados ao imaginário do “idílico rural”. Podemos, assim, analisar de formas distintas refletindo a realidade de um local em determinado período, valorizando a componente multissensorial: a vertente visual refletindo a imagem mental ou real do território, observadas num percurso pedestre; a vertente olfativa presente, por exemplo, na intensidade do fumo das lareiras; a vertente sonora através da ausência de ruído ou do som do sino a repicar a horas certas e do chilrear dos pássaros pela manhã; no caso do paladar, presente nas experiências gastronómicas e no tato, através de experiências criativas associadas à aprendizagem da confeção dos chapéus de palha ou ao jogo do pau.

As paisagens também exprimem os laços afetivos existentes entre as pessoas e os lugares, gerando fortes sensações na forma como se vê o ter-

ritório, passando de realidades fisionómicas, a lugares (re)construídos pela experiência e pela ligação emocional dos indivíduos. Para Salgueiro (2001), relembrar os acontecimentos que marcaram um lugar, é dar-lhe um significado que faz parte da memória e da identidade dos indivíduos e das sociedades.

O regresso às origens, ainda que por breves períodos de tempo é, cada vez mais, um apelo sentido por milhões de pessoas em todo o mundo, ansiosas por contrariarem o frenesim diário com a experiência de um contacto com a vida simples, calma, de comunhão com a Natureza. A paisagem, plena de símbolos e representações, torna-se parte da vivência do turista, exprimindo a forma como este a vive, a entende e a percebe. Realça-se a identidade do lugar, revaloriza-se o rural, as singularidades do território como um elemento catalisador para a preservação do património material e imaterial, potenciando a sua atratividade e motivando a presença dos turistas (CAVACO, 2005; CARVALHO, 2008; KASTENHOLZ *et al.*, 2014).

O mercado do turismo procura, cada vez mais, uma valorização acrescida através da descoberta de novos horizontes, de formas criativas e inovadoras (RICHARDS, 2001). Gerador de riquezas significativas para muitos territórios de baixa densidade, ao turismo é exigida uma gestão global e da marca do destino turístico (BUHALIS, 2000), assim como uma gestão territorial consciente e rigorosa.

O brasileiro torna-viagem em Fafe

A partir de finais do século XIX Fafe tornou-se numa cidade cosmopolita com o regresso dos emigrantes do Brasil decididos a investir na cidade com a construção de magníficos edifícios e luxuosos palacetes. A cidade tem, de facto, evidências materiais e imateriais simbólicas que o confirmam (MONTEIRO, 2000).

Muitas vezes mal-entendidos pela maioria dos intelectuais da sua época (por vezes ridicularizados), o “brasileiro” foi, em Portugal, uma das figuras mais importantes para a dinamização económica, social, política, cultural e educativa das suas terras de origem. No caso de Fafe, a cidade tem uma grande dívida moral para com os chamados “brasileiros de torna-viagem”.

Pressionados pelas dificuldades da vida e baixos salários, muitos fafen- ses rumaram ao Brasil na procura de uma vida melhor. Um número signifi-

cativo obteve sucesso, fez “fortuna” e em tempo de “torna-viagem” ou no regresso definitivo, instalaram-se em Fafe (MONTEIRO, 2000).

A contribuição dos “brasileiros de Fafe ao concelho, durante mais de cem anos, está presente na construção de casas, aquisição de terrenos e fundação das primeiras indústrias da Região: a Empresa Têxtil do Bugio (1873), a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (1886), a Fábrica Fafense de Gasosas, Refrigerantes e Laranjadas (1918) e a Fábrica de Papel (1930). Por forma a termos a noção do investimento na sua terra natal salientamos, a título de exemplo, que durante o seu período de laboração a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe dispunha de 18 000 fusos, 783 teares mecânicos e cerca de 1 300 operários. Disponibilizava cantina, creche, escola infantil e primária (em 1947 tinha 6 professores e cerca de 400 crianças), assistência médica para os trabalhadores, balneários, tendo sido construídos dois bairros operários de renda económica”³⁵⁶.

Dos cerca de 7065 emigrantes que saíram de Fafe entre 1834 e 1926 (Monteiro, 2000), destacamos o comendador Albino de Oliveira Guimarães (1833-1904). Emigrou para o Rio de Janeiro em 1847 com 14 anos de idade, regressando definitivamente a Fafe por volta de 1890. Foi uma das personagens mais influentes na comunidade portuguesa do Rio. Na cidade de Fafe esteve profundamente ligado aos mais significativos empreendimentos: construiu na Avenida da Estação (hoje 5 de outubro) a sua casa urbana (1908), atualmente a Repartição local das Finanças; o financiamento da construção do Passeio Público de Fafe; a construção da Igreja Nova de São José e a sua participação na comissão fundadora do Hospital de São José Fafe (MONTEIRO, 2007).

A influência do comendador, o estudo e a divulgação do papel dos emigrantes de retorno do Brasil na história e cultura portuguesa constituíram um dos motivos para a criação do Museu da Emigração de Fafe.

Fafe – a cidade da arquitetura dos brasileiros

A arquitetura dos brasileiros “torna-viagem” é hoje um elemento emblemático da cidade e um dos seus *ex-libris*, representando a afirmação, a riqueza e a notoriedade de quem os mandou construir.

³⁵⁶ Ver <http://dmz-web.cm-fafe.pt/a-memoria/vivencias-de-retorno/fafe/a-industria.html>

O património arquitetónico da cidade de Fafe é, como referido, um dos seus principais marcos, salientando-se nas heranças religiosas e na tradição católica preservada nesta região do país. Existe, de facto, uma enorme importância no conjunto de casas de “Brasileiros”. Trata-se, sobretudo, de palacetes de grandes dimensões, alguns com “jardins tropicais”, com amplas fachadas, rebocadas ou revestidas de belíssimos azulejos multicolores (alguns deles das cores verde e amarelo, em homenagem ao país onde granjearam fortuna), numerosas portas e janelas de pé direito considerável, portões com monogramas desenhados, varandas estreitas, quase sempre a toda a largura do prédio, com guardas de ferro forjado ou fundido, ricamente ornamentadas, decoração com estatuária, formas humanas ou vasos, a rematar a habitação e, sobretudo, a indispensável claraboia, símbolo maior da arquitetura “brasileira”, muitas vezes decorada com cata-ventos, a encimar o telhado e a iluminar as escadas interiores (COIMBRA, 1997).

Encontramos exemplos destas construções em edifícios como o Arquivo Municipal, a Casa do Santo Novo, o Jardim do Calvário, o Clube Fafense e o Teatro Cinema. Esta marca está tão presente nos fafenses que facilmente se afirma que *“Fafe é a cidade mais brasileira de Portugal”* ou *“Fafe, capital da arquitetura dos brasileiros”*.

As rotas turísticas

Um destino turístico é algo dinâmico, em constante mutação, porque se consubstancia no conjunto de serviços e infraestruturas de apoio à atividade turística e de resposta às solicitações dos visitantes. O interesse pelo desenvolvimento de “produtos sustentáveis” (CARNEY, 2003; KASTENHOLZ *et al.*, 2014) e a aposta estratégica de muitos territórios na estruturação de produtos turísticos baseados no património histórico e cultural, tem por objetivo uma estratégia de diferenciação da sua imagem, do seu território.

Atualmente os turistas são mais exigentes, informados, sofisticados e sensíveis ao preço, pelo que os agentes turísticos têm que inovar constantemente nos produtos e serviços a oferecer. A seleção, preparação e a realização das viagens é feita de forma mais criteriosa, procurando, hoje em dia, um turismo de experiências genuínas e autênticas.

Assim, surge a necessidade de planear e estruturar produtos que reproduzam os hábitos e os costumes da história, da região ou do lugar, para oferecer aos turistas uma experiência diferenciadora. Neste âmbito, as rotas

turísticas surgiram como um elemento significativo para a promoção do turismo (ROGERSON, 2007). De facto, são uma oportunidade extremamente interessante, em particular no caso de territórios de baixa densidade com elevados recursos culturais que atraem turistas com interesses especiais, que muitas vezes não só ficam mais tempo, como também gastam mais para perseguir o seu interesse particular (MEYER, 2004).

A criação de uma rota implica uma análise cuidada e criteriosa à oferta do território, às tendências da procura turística, a uma cuidada elaboração, promovendo os recursos locais e o envolvimento de todos os *stakeholders*. De acordo com Briedenhann & Wickens “o agrupamento de atividades e atrações em áreas menos desenvolvidas, estimula a cooperação e parcerias entre as comunidades nas regiões locais e vizinhas e funciona como veículo para estimular o desenvolvimento económico através do turismo” (MEYER, 2004, p. 72).

O desenvolvimento de rotas temáticas ganhou projeção nos últimos anos. Para além de se ajustar às novas tendências dos viajantes, um dos principais objetivos é a sedução dos turistas para uma determinada área que, de forma isolada, não teria potencial de atração (XU, LEUNG, BARBIERI, 2016). Ao desenvolver rotas temáticas, existem uma série de aspetos especiais que devem ser tidos em consideração como a autenticidade, a inovação e o ajustamento às necessidades da procura.

Rota da Memória e dos Sentidos

A nossa proposta de rota turística pretende ser um fator de valorização do património material e imaterial, mas pretende, especialmente, ser um produto turístico direcionado para as motivações dos luso descendentes. Constitui, essencialmente, uma oportunidade para que os que emigraram, particularmente para o Brasil, sintam a necessidade de visitarem o local de origem dos seus antepassados, regressando, assim, às suas “origens”. Neste caso, a oferta turística adapta-se às necessidades dos turistas revisitando espaços, recriando tradições e costumes, destacando histórias de vida e envolvendo o turista nas atividades culturais e sociais da região de Fafe.

Esta rota foca-se principalmente no legado dos brasileiros “torna-viagem” e pretende, assim, dar vida ao centro arquitetónico brasileiro de Fafe e a toda uma riqueza de usos e costumes, gastronomia e lendas para que, deste

modo, se possa realçar um pouco mais o tão vasto património do concelho. O percurso será realizado a pé, no primeiro dia, principalmente pelo centro da cidade com o objetivo de recordar todo o património que os “torna-viagem” trouxeram à cidade proporcionando-lhes, deste modo, uma autêntica viagem no tempo.

Este percurso terá como local de partida a Praça 25 de Abril (Arcada), bem no centro da cidade. De seguida subiremos as escadas da Arcada para observar a fachada de um dos locais mais emblemáticos da cidade – O Clube Fafense. Este edifício é um excelente exemplo da arquitetura do ferro, patente nas varandas e na utilização do azulejo na fachada destacando-se, neste caso, a utilização das cores do Brasil, o verde, o amarelo e o azul. Para além disso, este edifício reveste-se de especial destaque na cidade pois foi visitado pelo Rei D. Carlos. De seguida, subiremos a Rua António Saldanha em direção ao Jardim do Calvário, assim chamado pois aí existia anteriormente uma pequena capela. Foi mandado construir por José Florêncio Soares e teve o apoio do ilustre brasileiro fafense comendador Albino de Oliveira Guimarães. A inauguração formal do jardim romântico, ocorreu em 26 de dezembro de 1892. O jardim apresenta uma estrutura retangular, é todo murado e revestido de frondosos cedros, tílias e carvalhos do norte. Os jardins públicos eram especialmente frequentados pelas elites burguesas. Atualmente continua a ser um ponto de encontro da cidade e um espaço de lazer.

Depois do jardim seguiremos pela rua Dr. Maximino de Matos onde passaremos junto ao Palácio da Justiça para encontrar o Monumento à Justiça de Fafe, estrategicamente neste local, insinuando a justiça popular e a justiça oficial. Da autoria de Eduardo Tavares, inaugurado em 1981, representa um homem a bater noutro homem, que deu origem à denominação “Com Fafe ninguém Fanfe”. Trata-se de uma lenda com diferentes versões, que evidencia a imagem da Justiça, sendo a mais corrente a de um Visconde de Moreira de Rei que se tinha atrasado para uma sessão nas Cortes do Reino, e que foi insultado por um fidalgo, julgando-o um vilão. O Visconde ignorou os insultos mas, no final da sessão, continuando o fidalgo a censurá-lo e atirando-lhe as luvas à cara, desafia-o para um confronto escolhendo como arma dois resistentes paus. Como o fidalgo não sabia manusear esta arma grosseira (na altura era habitual ser espadas ou pistolas) e sendo o visconde perito na arte do jogo do pau, tradicional nesta região, espancou o seu adversário, tendo o povo proclamado “Viva a Justiça de Fafe e com Fafe ninguém Fanfe”.

Seguimos o roteiro para observar a Igreja Nova de S. José, com características arquitetónicas neogóticas (iniciada em 1895, mas apenas sagrada em 1961) e o Hospital S. José com características neoclássicas (aberto aos pobres em 1863). Dirigimo-nos para a Rua José Cardoso Vieira de Castro. Aí encontra-se o Palacete representativo da Arte Nova de influência francesa. Mandado construir em 1912 por Manuel Rodrigues Alves, natural do Porto e que viria a casar com a poetisa fafense Soledade Summavielle Soares, neta paterna do ilustre brasileiro “torna-viagem”, José Florêncio Soares e de Maria Teresa da Costa. Em 1984 o executivo camarário promoveu a classificação do palacete como “Imóvel de Interesse Concelhio”, pelo seu interesse e valor ao nível artístico, histórico e cultural. O edifício foi posteriormente utilizado para instalação do Centro de Emprego e Formação Profissional de Fafe. Infelizmente encontra-se votado ao abandono apesar de já ter sido referenciado nos manuais de História como exemplar da Arte Nova Nacional.

Na Rua Monsenhor Vieira de Castro encontramos o Teatro Cinema que foi erguido por iniciativa de José Summavielle Soares em 1923, vindo a ser inaugurado em 10 de janeiro de 1924 com a peça de teatro “O Grande Amor”, representada pela Companhia Aura Abranches. Este edifício faz parte de um conjunto de teatros de raiz italiana, onde a decoração do interior revela uma grande sofisticação. Em 1960 terminaram as representações teatrais, mas o espaço continuou como cinema até 1981, ano em que encerrou definitivamente as suas portas. Ao longo das décadas, o edifício foi-se degradando e deixou de ter condições para a exibição cinematográfica. Em 2001, a Câmara Municipal de Fafe adquiriu o imóvel e posteriormente procedeu à sua recuperação, abrindo ao público em 2009 como sala de espetáculos. Está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 2002. Do edifício destacam-se a fachada pintada em tons de rosa com desenhos de cupidos alados, bem como o interior típico das grandes casas de espetáculo da primeira metade do século XIX. Este edifício marca o fim das iniciativas dos “brasileiros” de Fafe e dos seus descendentes, fechando o ciclo da emigração para o Brasil.

Depois do almoço o sítio a visitar será a Casa da Cultura, cuja construção se impõe pela robustez. Esta casa é constituída por três pisos e um amplo pátio com um belíssimo jardim na frente, rematado por um muro gradeado e um imponente portão brasonado. É um verdadeiro palácio, de linhas horizontais, onde sobressai o elevado número de janelas e portas. A fachada de paredes grossas é construída em pedra revestida de azulejos em tons azuis. A Casa da Cultura integra o Museu das Migrações e das Comunidades e o Museu da Imprensa.

Ao lado da Casa da Cultura podemos observar o Arquivo Municipal, um edifício belíssimo que resulta da recuperação e ampliação de um Palacete do início do século XX, testemunho vivo da Arquitetura dos Brasileiros. Alberga o Arquivo Municipal de Fafe que pretende assegurar a consulta dos documentos, sem prejuízo das restrições impostas pela lei e salvaguardadas as limitações decorrentes dos imperativos da conservação dos artigos.

Dirigimo-nos então à Avenida 5 de Outubro onde encontramos o edifício da atual Câmara Municipal de Fafe, com características neoclássicas. Na década de 60, do ano 1900, o edifício municipal sofreu obras de remodelação que conferiram imponência à fachada e dotaram o acesso ao primeiro andar com um vitral tríptico, do artista Amândio Silva. Na Praça Primeiro de Dezembro encontramos o edifício da Antiga Estação dos Caminhos de Ferro que foi inaugurada em 21 de julho de 1907 e encerrada em 1986. Atualmente, a linha de ferro encontra-se convertida numa ciclovía e no edifício principal funcionam os serviços administrativos de uma empresa de serviços municipais. Por último dirigimo-nos para Rua Montenegro onde podemos observar o Antigo Asilo (fundado em 1877, para meninas pobres), atualmente a funcionar como um infantário.

Regressamos ao centro de Fafe para assistir a uma experiência única e inesquecível, a recuperação da iniciativa “Fafe dos Brasileiros”, uma recriação histórica de homenagem à emigração para o Brasil em forma de desfile.

A última iniciativa deste evento realizou-se em 2015, envolvendo o município, juntas de freguesia, associações e particulares. Consistiu num conjunto de eventos com representações teatrais, exposições, jogos tradicionais, espetáculos musicais e de bailado, cinema, entre outros, em homenagem às duas culturas.

No final seguimos para a Barragem da Queimadela, uma albufeira com 11 hectares, com praia fluvial, desportos náuticos não poluentes e percursos pedestres de pequena rota e uma Zona de Concessão de Pesca Desportiva. O jantar e alojamento será na Aldeia do Pontido, uma aldeia reconstruída para Turismo no Espaço Rural.

No segundo dia, partimos em direção à Casa do Penedo, na serra de Fafe. Trata-se de uma casa com um formato muito *sui generis*, uma residência particular, utilizada pelos seus proprietários, no passado, como destino de férias. A construção foi iniciada em 1974 e durou dois anos. Completamente integrada na paisagem, é inteiramente feita de rocha, à exceção da porta, janelas e telhado. Já foi palco de filme, anúncios publicitários e é mui-

to visitada por curiosos que, pelo seu cariz peculiar, a apelidam de casa dos Flintstones.

Seguimos para Aboim, para visitar o Moinho (do século XVIII, com características únicas) e o Museu do Povo de Aboim, com *Workshop* de gastronomia tradicional.

O almoço será realizado na Quinta do Minhoto, um amplo espaço de turismo e lazer de Casas de Campo, com uma piscina biológica e um enorme jardim. Após desfrutar de uma experiência gastronómica, animada pelo Rancho Folclórico de Fafe, iremos assistir e participar numa desfolhada, um costume minhoto, seguido de demonstração da trança e dos chapéus de palha, usada nos pitorescos chapéus e cestas. Terminamos com a demonstração do Jogo do Pau, uma das tradições do concelho de Fafe, muito por causa da já referida lenda da “Justiça de Fafe”, um dos símbolos fafenses.

O dia termina com um lanche com produtos regionais, acompanhado por uma prova de vinhos da região.

Quadro n.º 1 Rotas da Memória e dos Sentidos

1.º Dia

9H30	Saída da Praça 25 de Abril (Arcada)
	Passagem pelo Clube Fafense, Jardim do Calvário, Tribunal (Estatua da Justiça de Fafe), Igreja Nova de S. José, Hospital S. José, Palacete, Teatro Cinema de Fafe
	Almoço no Restaurante Adega Popular – Vitela Assada à moda de Fafe
	Casa da Cultura – visita ao Museu das Migrações e das Comunidades e Museu da Imprensa e Arquivo Municipal, Câmara Municipal (vitral), antiga Estação dos Caminhos de Ferro, Asilo (Rua Montenegro)
	Recriação “Fafe dos Brasileiros”
	Barragem da Queimadela
	Jantar e dormida na Aldeia do Pontido

Fonte: elaboração própria.

2.º Dia

9H30	Saída da Aldeia do Pontido
    	Visita à Casa do Penedo Visita ao Moinho e Museu do Povo de Aboim, com workshop
    	Almoço na Quinta do Minhoto Atuação do Rancho Folclórico de Fafe
    	Recriação de uma desfolhada tradicional Demonstração da trança e dos chapéus de palha Demonstração do Jogo do Pau
    	Lanche com produtos da região e prova de vinhos

Fonte: elaboração própria.

Estamos convictos que esta proposta será representativa do legado dos brasileiros fafenses, associando novas experiências, permitindo ter uma vivência que envolve os cinco sentidos, um pouco diferente da oferta turística da região.

Conclusões

As novas estratégias de gestão dos destinos turísticos estão a basear-se em experiências memoráveis por forma a impressionar o consumidor. Novos desafios se impõem aos destinos, pelo que é necessário criar produtos que reflitam o caráter único e diferenciador dos territórios.

Os lugares com determinadas referências, como o caso de Fafe, são revestidos de forte identidade, construídos e transformados ao longo do tempo, onde se regressa para tentar compreender o lugar, reviver memórias e ter uma nova perceção do paradigma espaço/tempo. Ao preservarmos a paisagem cultural, estamos a preservar o futuro, promovendo o equilíbrio, o seu valor patrimonial, evocativo do passado, da identidade de uma comunidade.

Como verificamos, os brasileiros “torna-viagem” tiveram um papel decisivo ao nível da filantropia, da criação de obras sociais e humanitárias, assim como de iniciativas de lançamento industrial e de criação de escolas.

Deixaram, de facto, um legado bem visível na região, que poderá ser potenciado e promovido.

A criação de rotas turísticas reveste-se de uma enorme relevância permitindo estabelecer uma relação entre a atividade cultural e a atividade turística. O património cultural deixa de ser uma realidade meramente contemplativa, para ganhar emoção através das vivências e das experiências que proporciona ao turista. Mais do que simples rotas turísticas, são o testemunho de uma identidade, consistindo em meios eficientes de divulgação do património e do potencial turístico dos destinos, atuando como verdadeiros instrumentos de desenvolvimento local.

No entanto, para que seja considerada de interesse turístico não basta que o lugar possua atrativos ou rotas turísticas adequadas ao público-alvo. É crucial que a região esteja disponível para receber os turistas, dispondo de um conjunto de serviços de acesso, de infraestruturas e de acolhimento ajustado às necessidades dos turistas, como por exemplo, os horários de funcionamento dos equipamentos culturais e o saber acolher em diferentes idiomas.

Agradecimentos

Agradecemos aos alunos do 3.º ano da Licenciatura em Turismo (2018/2019), que proporcionaram um apoio fundamental no desenvolvimento do trabalho de campo.

Bibliografia

- BORGES, Isabel, 2017 – *O Enoturismo na Região Demarcada do Douro: a Festa das Vindimas como produto turístico* (tese de Doutoramento em Turismo apresentada à Universidade de Coimbra). Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/32184>.
- BRIEDENHANN, Jenny; WICKENS, Eugenia, 2004 – Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas-vibrant hope or impossible dream?. *Tourism Management*, 25, p. 71-79.
- BUHALIS, Dimitrios, 2000 – Marketing the competitive destination of the future. *Tourism Management*, Vol. 21(1), p. 97-116.
- CÂMARA Municipal de Fafe. Disponível em: <http://dmz-web.cm-fafe.pt/a-memoria/vivencias-de-retorno/fafe/a-industria.html> (consult. em 06/06/2001).
- CARNEY, Daniel, 2003 – *Sustainable Livelihoods Approaches: Progress and Possibilities for Change*. Department for International Development, Omar Sattaur.

- CARVALHO, Paulo, 2008 – “Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha”, in Atas do 14.º Congresso da APDR (e 2.º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza). Instituto Politécnico de Tomar e Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, 30 p. (em colaboração com Susana Silva).
- CAVACO, Carminda, 2005 – “Novas formas de ‘habitar’ os espaços rurais”, in C. A. Medeiros (coord.), *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 78-91.
- COIMBRA, Artur, 1997 – *Fafe: A terra e a memória*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe.
- CORREIA, Luís, 2005 – *As rotas dos vinhos em Portugal: estudo de caso da rota do vinho da Bairrada*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- KASTENHOLZ, Elisabeth; EUSÉBIO, Celeste; FIGUEIREDO, Elisabete; CARNEIRO, Maria João; LIMA, Joana (coord.), 2014 – *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro: UA Editora.
- MARUJO, Noémia, 2008 – *Turismo e comunicação*. Castelo Branco: RVJ Editores.
- MEYER, Dorothea, 2004 – *Tourism routes and gateways: key issues for the development of tourism routes and gateways and their potential for pro-poor tourism*. London: Overseas Development Institute.
- MONTEIRO, Miguel, 2000 – *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*. Fafe. Edição de Autor.
- MONTEIRO, Miguel, 2007 – O Museu da Emigração e os “Brasileiros” do Rio: o público e o privado na construção de modernidade em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 8, p. 443-458.
- RICHARDS, Greg, 2001 – *Cultural Attractions and European Tourism*. Oxon: CABI Publishing.
- ROGERSON, Christian, 2007 – Tourism routes as vehicles for local economic development in South Africa: the example of the Magaliesberg Meander. *Urban Forum*, 18(2), p. 49-68.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, 2001 – Paisagem e geografia. *Revista Finis terra*, vol. XXXVI, n.º 72, p. 37-53.
- URRY, John, 1999 – *In the tourist city*. New Haven: Yale University Press.
- XU, Shuangyu; LEUNG, Yu-Fai; BARBIERI, Carla, 2016 – Characterizing themed touring routes: a geospatial and tourism evaluation of wine trails. *Tourism Planning & Development*, 13(2), p. 168-184.

Patrimônio cultural italiano na cidade de São Paulo: Bixiga, um espaço singular

Célia Toledo Lucena³⁵⁷

Apresentação

A contribuição italiana foi inestimável em vários aspectos da cultura paulistana. O espaço da cidade constitui-se um laboratório privilegiado para analisar memórias, patrimônio e interações culturais. Interpretar o patrimônio exige um exercício do olhar, e a noção de patrimônio, por sua vez, permite um maior entendimento da vida social e cultural. A qualificação de patrimônio imaterial, como sugere o termo, dá ênfase aos aspectos valorativos das formas de vida (GONÇALVES, 2003; GOODEY, 2002). Lugar é uma configuração instantânea de posições, em que prevalece a ideia do lugar próprio, enquanto espaço é animado pelas operações que o orientam, pelos movimentos e desdobramentos (CERTEAU, 1994).

A intenção deste estudo é trabalhar com memórias e marcas culturais italianas nos espaços da cidade de São Paulo para perceber como os imigrantes compartilharam modos de vida com os paulistas. Com o intuito de enfatizar a presença italiana na cidade, vale tecer breves comentários sobre a dinâmica da cidade no final do século XIX e início do XX, momento da chegada de imigrantes, e assinalar os espaços marcados pela presença italiana, os bairros que eles procuraram para se instalar e as maneiras de viver, de falar, de morar, de celebrar. As relações culturais aconteceram em duas direções: por um lado, o Estado sugeria a assimilação do imigrante e, por outro, os paulistas se italianizaram no convívio, inclusive no linguajar.

Diante da diversificação migratória, é importante ressaltar as singularidades contidas no território do Bixiga, bairro marcado pela presença de italianos menos favorecidos, vindos, majoritariamente, do sul da Itália, em particular da Calábria, e exercendo atividades populares e artesanais. Essas especificidades o diferenciaram, desde cedo, de outros espaços ocupados pe-

³⁵⁷ CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos-USP.

los demais grupos de italianos. Nessa perspectiva, a análise das entrevistas, coletadas em épocas diferentes, permitiu levar em consideração a capacidade de transmissão entre gerações de determinadas práticas culturais instaladas no território e ainda conferir táticas realizadas com o intuito de anunciar o território como patrimônio cultural da cidade.

Diante de uma bibliografia numerosa sobre a imigração italiana no Brasil, destaca-se o livro de Mário Carelli, *Carcamanos & Comendadores* (1985), que possibilitou visualizar as diferenças sociais e culturais entre italianos que provinham de regiões distintas, com modos de vida, dialetos e costumes diversos. Surge, então, a ideia de focalizar o Bixiga, dentre os espaços paulistanos, com o propósito de conferir o gueto de calabreses, depreciativamente denominados de *carcamanos*, já no século XIX. É preciso mencionar também os testemunhos ítalo-paulistas, coletados por Ecléa Bosi em *Memória e sociedade* (1983), que constituem uma grande fonte de inspiração para estudos sobre a memória social. Após investigações, realizadas em diferentes temporalidades, foi possível focar, em especial no território do Bixiga, as *maneiras de fazer* entre migrantes e descendentes, o legado étnico, a transferência cultural entre gerações. Para descortinar as vivências intergeracionais, o conceito de *pós-memória*, inspirado em Mariane Hirsch (1997), foi de grande valia na análise de depoimentos orais e de fotos dos descendentes, cujos conteúdos provinham da herança e da forma como os ensinamentos são transmitidos entre gerações.

Os italianos chegam a São Paulo

No final do século XIX, a cidade de São Paulo passou por um crescimento acelerado, resultante de um intenso processo de urbanização e industrialização. A chegada dos imigrantes correspondeu ao momento de mudança radical na cidade, em que a fisionomia urbana foi transformada e a vida econômica, social e cultural, intensificada. Nessa ocasião, novos territórios foram ocupados. A capital perdeu a pacata fisionomia setecentista para adquirir ares mais modernos, com 35.000 habitantes e rodeada por chácaras, enfrentando uma operação imobiliária. Nessa febre de crescimento, as áreas situadas ao redor do “centro velho” começaram a ser loteadas. Os jornais de época divulgavam anúncios de venda de lotes com o slogan “cada um adquire seu lugar” nos espaços da cidade. Os periódicos anunciavam belas chácaras e lotes de terra a preços convidativos.

Os baixos salários agrícolas na Itália Meridional associados às crises político-sociais favoreceram o discurso de que a emigração era a solução. Fatores econômicos, religiosos e crescimento demográfico são apontados por Alvim (1986) como causas da imigração a partir de 1850. No Estado de São Paulo, a lavoura do café florescia na região oeste. Em busca de braços para a lavoura, instituiu-se um programa de imigração subvencionado pelo governo da Província, assentado sobre o colonato. No período de 1885-1902, definiu-se a política de imigração entre Brasil e Itália e, a partir de 1902-1920, consolidou-se a política imigratória promovida por São Paulo. Rogatto faz um estudo sobre italianidade enquanto forma de identidade do grupo italiano em São Paulo. “Fazer a América” significava reconstruir a vida e a identidade (ROGATTO, 1990). Convém lembrar que judeus, portugueses, espanhóis, alemães, sírios, libaneses, ingleses, franceses e também húngaros e japoneses encontravam-se na cidade a partir de 1880. Os italianos sobressaíram pela quantidade e por afinidades encontradas com os paulistas.

Na Itália, já se difundia a ideia de que a emigração tinha se transformado na multiplicidade de “riachos de ouro”. Em 29 de janeiro de 1901, com a aprovação de uma lei sobre imigração, que protegia o emigrante antes da partida, durante a viagem e nos lugares de destino, percebia-se “que a emigração estendia as fronteiras econômicas do país muito além das fronteiras políticas” (IANNI, 1972, p. 200). Constantino Ianni, em seu livro *Homens sem Paz*, relata conflitos e bastidores da imigração italiana.

No final dos anos de 1920, 70% daqueles aproximadamente 1.500.000 italianos que aqui chegaram destinaram-se a São Paulo (ROGATTO, 1990). No início, a maioria dirigia-se ao interior, porém alguns já começavam a fixar-se na capital, buscando a oportunidade de se dedicarem ao comércio, à prestação de serviços, ao artesanato e ao trabalho em indústrias. A maioria dos italianos que desembarcaram a partir de 1902 eram do sul da Itália, e grande parte dos oriundos da Calábria, Campânia e Basilicata permaneceu em São Paulo. Já em 1887, começou a ser utilizada a Hospedaria dos Imigrantes no Brás (BORGES, 2001).

A imigração italiana, a partir do final do século XIX, influenciou o cenário da capital paulista. Nessa ocasião, foram definidos os bairros da aristocracia do café, com ruas largas e luxuosas mansões, e também os territórios para loteamentos aos pobres, vilas para operários, cortiços e porões para os empobrecidos, geralmente imigrantes e negros libertos à procura de novas oportunidades.

Os desdobramentos e movimentos espaciais determinaram operações em espaços específicos. A cidade viu surgir palacetes, avenidas, o automóvel e algumas indústrias. Dessa forma, definiram-se os espaços mais elegantes para a residência de uma parcela da população, enquanto os demais moravam em casas humildes ou de taipa. A partir dos anos de 1880, surgiu o “centro novo”, e novos bairros foram incorporados ao perímetro urbano. Percebe-se, a partir de então, uma nítida distinção entre o “velho núcleo” e a “cidade nova”, uma profunda transformação e o registro de acentuados contrastes. Nesse cenário de mudanças, os imigrantes chegaram e se instalaram. Assim, a história de São Paulo está intrinsecamente ligada à chegada de imigrantes e seus legados.

A presença italiana nos diferentes espaços da cidade

“O morar em São Paulo no tempo dos italianos”, para Carlos Lemos, significa a época em que a cidade se viu tomada por milhares de imigrantes da respectiva nacionalidade, originalmente instalados no interior para trabalhar na cultura de café e, a seguir, atraídos pela nascente indústria na capital paulista (LEMOS, 1990).

Os italianos descobriram logo um espaço para viver, uma profissão e formas de sustento. O sucesso explica-se pelo fato de já estarem familiarizados com a economia urbana e com as relações de mercado em seu país de origem. Sua estratégia de trabalho intenso, sua organização familiar e seus hábitos de economia permitiram que entrassem em competição com os brasileiros e demais imigrantes recém-chegados. O novo *saber fazer*, transferido pelos europeus em sua bagagem, foi ponto crucial para o desenvolvimento de São Paulo, cujo patrimônio cultural se viu, repentinamente, sujeito a inesperadas alterações.

Os anúncios imobiliários já definiam a quem os loteamentos se dirigiam. Para os negros recém-libertos e para os imigrantes que chegavam, sobraram as baixadas, junto das várzeas dos rios, ou seja, os espaços menos favorecidos. Assim, os imigrantes italianos, ao chegarem em São Paulo, compartilharam alguns espaços da cidade com a população negra, formada tanto pelos libertos vindos do interior quanto pelos refugiados em quilombos.

Mário Carelli, em *Carcamanos & Comendadores: os italianos em São Paulo da realidade à ficção (1991-1930)*, mostra a dinâmica nas relações

entre italianos e paulistas. Assim, a colônia italiana começou a sofrer uma divisão social do espaço, evidenciando os contrastes entre os bairros ricos e os pobres. O italianinho do Brás era objeto de desdém, o comerciante da Mooca era respeitado, o artesão do Bixiga era admirado e o italiano milionário da Avenida Paulista era temido. Atraídos pela capital, agruparam-se “conforme a região de origem: os napolitanos, no Brás, bairro da Hospedaria do Imigrante³⁵⁸; os calabreses, no Bixiga; os venezianos, no Bom Retiro” (CARELLI, 1985, p. 34). Existiam italianos de diferentes classes sociais, que provinham de regiões distintas e possuíam dialetos, costumes, alimentação e gestos próprios. Certos imigrados viram-se obrigados a aprender italiano para poder frequentar os compatriotas (CARELLI, 1985, p. 18).

Antonio, filho de italianos da Província de Foggia, nascido no interior do Estado e transferindo-se em 1910 para a região do Bixiga, aponta a multiplicidade de dialetos falados e a dificuldade de compreensão do dialeto dos calabreses. Assim, lembra:

Brincávamos no campo no Morro dos Ingleses; a vizinhança era heterogênea, italianos, negros; mais ou menos um terço da população era de negros. Aqui na Bela Vista havia festas de italianos: a de Nossa Senhora Achiropita, dos calabreses e outra de Nossa Senhora da Ripalda, da região de meus parentes, padroeira da grande província de Foggia. Falavam quase todos o mesmo dialeto: os bareses, os “foggianos”, os “cerignolanos”, os “ortanovenses”, mas não entendiam o dialeto dos calabreses³⁵⁹ (BOSI, 1983, p. 168-169).

Rogatto mostra que as vizinhanças étnicas possibilitaram parcerias na organização de festejos, de associações e de outras atividades.

Esta espécie de vizinhança étnica permitia que se mantivessem unidos em colônias, procurando reelaborar aqui os termos socioculturais da aldeia de origem, como as festas católicas em louvor aos específicos santos de devoção: San Genaro, San Vito, Madonna Achiropita (ROGATTO, 1990, p. 414).

³⁵⁸ A antiga Hospedaria do Imigrante, fundada em 1887, onde hoje funciona o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, situado nos limites dos bairros Brás/Mooca.

³⁵⁹ Depoimento extraído do livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi.

O Brás constituía-se como zona de pequenas propriedades agrícolas, cujas chácaras, no período de 1880-1890, deram lugar a um bairro proletário e industrial de São Paulo. Nessa fase, os paulistanos se deram conta de que os imigrantes desempenhavam um papel determinante na fisionomia da capital. Os italianos, juntamente com imigrantes de outras nacionalidades e brasileiros menos favorecidos, ocuparam as áreas ao longo dos ramais da estrada de ferro (Santos-Jundiaí e Sorocabana), nos bairros do Bom Retiro e Barra Funda, dando origem à “cidade baixa”, espaços destinados às camadas proletárias, ao contrário dos bairros aristocráticos, como Higienópolis, Campos Elíseos e Avenida Paulista, que ofereceram terrenos em melhores condições e onde se instalaram os mais favorecidos.

Situados na “cidade baixa”, em áreas situadas ao redor do “centro velho”, os bairros étnicos estimularam novas sociabilidades, dando origem a festejos, escolas, clubes e associações. O senhor Amadeu, filho de italianos e nascido no Brás em 1906, registra, em depoimento, a festa de rua de São Vito Mártir:

No fim da festa tinha um bombardeio que estremecia todas as vidraças do centro da cidade. Essas bombas chamadas morteiros, eram enterradas e soltas debaixo da terra (...). Comia ghimirella, carne de cordeiro tostada e pizza (...) Era uma festa de bareses, puglianeses, napolitanos, todos da Baixa Itália³⁶⁰ (BOSI, 1983, p. 79).

A Mooca, no início do século XX, abrigou as primeiras indústrias, atraindo imigrantes. Em 1924, hospedou o time de futebol Clube Atlético Juventus, fundado por operários. A Mooca realiza anualmente a tradicional festa de San Genaro. Os espaços do Brás, Mooca, Bixiga, Bom Retiro, Barra Funda tornaram-se sinônimos da herança italiana. Por se tratar de uma região sem indústrias, o Bixiga acabou atraindo pequenos comerciantes, mecânicos, tipógrafos, alfaiates, sapateiros, marceneiros e outros, tornando-se um território ocupado por italianos artesãos.

No centro da cidade, por sua vez, um prédio emblemático chama a atenção, trata-se do Edifício Itália, localizado na Avenida Ipiranga. O nome oficial do edifício é *Circolo Italiano*, nome da associação centenária fundada em 1911 e representada pela elite italiana. Também aprovado em 1911, *Istituto Medio Italo-Brasileiro Dante Alighieri* tornou-se uma das importantes

³⁶⁰ Depoimento publicado em BOSI, 1983.

instituições educacionais da cidade de São Paulo destinada à elite (PETRONE, 1990).

A partir de 1897, as primeiras sociedades italianas começaram a se estabilizar, e suas manifestações culturais e artísticas tomaram impulso (SILVEIRA, 1976). Existiam centenas de sociedades no início do século XX, entre elas: *Circolo Unione Calabrese*, *Società Veneta San Marco*, *Muse Italiche*, *Liga Lombarda* e outras.

Um dos traços marcantes da vida dos italianos de São Paulo é a sua propensão a criar associações de todos os tipos, musicais, caritativas, esportivas ou políticas, influenciando as diversas correntes ideológicas da colônia, que compreende monarquistas, republicanos garibaldinos, socialistas, anarquistas, positivistas e católicos” (CARELLI, 1985, p. 53).

O clube de futebol Palestra Itália, fundado em 1911, tornou-se um dos clubes mais populares e de prestígio na cidade. As associações buscavam enfatizar suas identidades regionais, agrupando pessoas dos mesmos lugares de origem. Foram importantes na formação do proletariado paulista e na primeira greve geral operária de 1917. O jornal *Fanfulla*, fundado em 1833, lançava apelos à união da comunidade, em nome de uma *italianità* única e repudiando regionalismos. No período entre guerras, surgiram associações e sociedades italianas que se referiam ao governo de Mussolini como de reconstrução nacional (ROGATTO, 1990).

A cidade tornou-se mais alegre, mais movimentada, com a presença de bandas, bailes periódicos, sociedades literomusicais e também como palco das reivindicações trabalhistas, das greves e dos anarquistas convictos (LE-MOS, 1990).

Sr. Amadeu³⁶¹ relata a sonoridade italiana na cidade:

Na minha infância só existia rádio de por no ouvido, mas quando veio o rádio fomos dos primeiros a ter, eu devia ter uns quinze ou dezesseis anos... Lembro do programa ‘Tito Shipa’, em língua italiana que era transmitido no Jardim da Luz. O patrocinador era um italiano chamado Morgantini, que tinha uma cantina que denominou ‘Tito Shipa’ (BOSI, 1983, p. 90).

³⁶¹ Depoimento publicado em BOSI, 1983.

A sonoridade não se limitava às ruas, às fabricas e às associações, estendia-se também aos teatros, à literatura e ao cinema. Foram muitas as imagens estereotipadas dos italianos no teatro e na literatura. A literatura registrou desde o linguajar do tipo anedótico representativo do espaço urbano até a cidade em mudança expressa pelos Modernistas. O tipo ítalo-paulista foi contemplado em crônicas, entre elas “Brás, Bixiga e Barra Funda”, registradas em 1927 por Alcântara Machado, e em poemas futuristas como a “Paulicéia desvairada”, anunciados em 1922 por Mário de Andrade, nos quais São Paulo é apontada como um espaço em grande transformação. Mário de Andrade (2016), em seus poemas, faz um inventário das vivências desencadeadas pela modernização, em que São Paulo aparece como protagonista de uma população heterogênea, com multicoloridos festejos, com espaços em constante mutação. Alcântara Machado (1995), um modernista tardio, contribuiu para renovação da prosa ficcional brasileira usando como fonte de inspiração o ítalo-paulista com suas acentuadas caricaturas. Em um de seus contos referentes ao Bixiga, registrou:

A roda de pizza chiava na panela.

__ *Com molto alici, eh dama Bianca.*

__ *Si capisce, sor Luigi.* (ALCÂNTARA MACHADO, 1995, p. 69)

A elaboração do tipo ítalo-paulista por Alcântara Machado não é fruto de uma narrativa estática, uma vez que sua crônica se integra aos movimentos, faz alusões e, por meio de diálogos instigantes, retrata as alterações na língua desencadeadas pela chegada dos italianos.

Em relação ao cinema e ao teatro dos anos 1950, a iniciativa do italiano Franco Zampari, ao fundar a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, possibilitou o surgimento de atores, diretores, cenaristas e a criação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). O TBC tornou-se um reduto de italianismo, com Franco Zampari, encenadores e figurinistas italianos. A região do Bixiga foi contemplada com atores, salas de espetáculos, que vieram ao encontro de seu espírito cultural, marcado pelas serestas e musicalidade desde a primeira metade do século XX.

Segundo Silveira (1976), as óperas representavam um grande espetáculo:

O gênero operístico representava a suma arte do espetáculo, tanto para as elites quanto para as incipientes média e pequena burguesias, ao pas-

so que o operariado italiano sempre garantia as ‘torrinhas’ e os ‘poleiros’ paulistanos nos teatros que anunciassem Verdi e Bellini, ou depois, Puccini e Mascagni. Desde 1874 que o gênero tivera acolhimento em sua forma integral, quando da primeira temporada no Teatro Provisório (p. 25-26).

Os italianos aproveitaram-se de suas tradições e habilidades culinárias para se inserir no cotidiano da cidade. Assim, *trattorie* e *pizzerie* foram abertas não só nos bairros étnicos como também no centro da cidade, permitindo a oferta de uma produção artesanal e caseira, que contava com a participação das mulheres. Trata-se de uma cozinha à base de farinha de trigo: *spaghetti*, *tagliatelli*, *pizza*, *ravioli* e *gnocchi*, ou de milho: a polenta (COLLAÇO, 2014; CARELLI, 1985).

A cidade de São Paulo começou a se constituir um acervo amplo e diversificado de expressões culturais, de diferentes línguas, festas, danças, músicas, saberes e sabores, técnicas e fazeres diversificados. Os usos e costumes sofreram modificações; até mesmo a pronúncia, ou seja, os modos de falar da população local, foi influenciada pela cultura do imigrante. Sendo assim, a imigração não se limitou a trazer para São Paulo a mão de obra para a lavoura do café, para as construções e indústrias, mas também transferiu hábitos europeus, introduziu outros costumes, gostos e sabores. Em pouco tempo, a cidade perdeu o aspecto colonial e passou a ser a capital da aristocracia cafeeira e dos imigrantes. Em 1896, ela atingia 150.000 habitantes, dos quais mais da metade eram estrangeiros.

Todavia, não se pretende aprofundar aqui um estudo comparativo da inserção do italiano em diferentes espaços paulistanos. A seguir, presta-se uma atenção especial ao território do Bixiga, por tratar-se de um bairro que evidencia a importância da etnia italiana na história de São Paulo e de um espaço que contribuiu para a aproximação ítalo-paulista.

Calabreses ocupam os *Campos do Bexiga*³⁶²

O Bixiga³⁶³ é entendido como um território histórico, como um dos espaços paulistanos que ainda mantém traços culturais italianos, resultado da

³⁶² Cabe uma explicação sobre o uso das palavras Bexiga e Bixiga. Nos anos 1980, foi adotado de forma oficial o uso do termo Bixiga com “i”, dando ênfase a sua popularidade. Todavia, ao citar documentação anterior ao protocolo, mantenho a palavra com “e”, Bexiga.

³⁶³ Bixiga é um território histórico com fronteiras imaginárias, encravado no bairro da Bela Vista. Por

fixação de calabreses, no final do século XIX e início do XX. A formação e o arruamento do bairro originaram formas distintas e possibilitaram a ocupação de italianos recém-chegados. Nem todos se instalaram nos conjuntos de habitações operárias; muitos se apressaram em ter logo uma casa própria. A operação imobiliária dos *Campos do Bexiga* teve seu início em oito de maio de 1878 e, a partir de então, os anúncios começaram a ser sucessivamente publicados no Jornal *A Província de São Paulo*.

Como os lotes eram vendidos a preços convidativos, os italianos foram atraídos pela oferta e se tornaram eles próprios os construtores de suas residências. No final do XIX, antes da chegada dos imigrantes, junto do riacho na baixada da Saracura, já existia um Quilombo que levava o nome do lugar. O espaço, depois de arruado e urbanizado, deu origem a uma grande concentração de habitações coletivas, onde os italianos se instalaram, ao lado dos cortiços negros, antigos escravizados, marginalizados, já existentes na baixada da Saracura. Por volta de 1890, o Bixiga tornou-se um dos bairros de São Paulo com a maior concentração de habitações coletivas, o que explica os cortiços fazerem parte de sua história.

Lemos (1990) ressalta que os italianos exerciam vários tipos de funções no dia a dia:

Constituíram o grosso do operariado e dominavam literalmente a indústria da construção, indo desde os arquitetos, passando pelos engenheiros, pelos “capomastri” até chegarmos nos mais humildes pedreiros e serventes. Mudaram a cidade. Trocaram o velho burgo de estudantes, todo feito de taipa, pela próspera urbe de tijolos (p. 401).

Desde o início, quando foram construídos pelos “capomastri”, os casarões do Bixiga, mesmo aqueles com as edificações mais simples, já eram subdivididos em inúmeras residências. Os lotes foram projetados sem muito rigor; os terrenos, em sua maioria pequenos, eram oferecidos por preços atraentes para os italianos recém-chegados, prioritariamente os calabreses, seguidos por portugueses, espanhóis, sírios, judeus, austro-húngaros e outros. O Morro dos Ingleses, região vizinha onde estão instaladas as ruas dos Ingleses e dos Franceses e que constitui uma extensão da Av. Paulista, foi um dos espaços de moradia da aristocracia cafeeira e de estrangeiros com condição econômica privilegiada.

conta de suas peculiaridades, é denominado de bairro pelos moradores e frequentadores.

Giovani, brasileiro, filho de calabrês, nasceu no Bixiga em 1905. Em memórias reveladas em 1982, expressa as dificuldades enfrentadas pela família, tanto na Itália como na chegada ao país de destino:

Na Itália passava fome, as pessoas passavam mal, conta meu pai, por isso, vieram para o Brasil, primeiro veio ele, depois veio minha mãe. Morava na Rua Treze de Maio, lembro que havia três casas naquela época, uma era a que vivia. Em casa grande moravam mais de uma família para dividir o aluguel. Chegavam a morar oito famílias em cada casa (...). Havia muita briga com os negros. A alimentação diária era pasta com feijão³⁶⁴ (1982).

Muitas edificações foram construídas na cidade, sendo notória a contribuição da arquitetura italiana, que estabeleceu vivos contrastes com a arquitetura luso-brasileira dominante até então. Na capital paulista, os territórios definiram-se, entrelaçaram-se com as múltiplas identidades, e os traços culturais foram sinalizados. Em poucas décadas, o bairro adquiriu ares de urbanização e uma fisionomia italiana, tanto no linguajar quanto nos costumes, alimentação, religiosidade e nos modos de morar (LUCENA, 2013).

O território do Bixiga, desde cedo, ofereceu espaço para a formação de gueto de italianos mais simples, ao mesmo tempo em que não foi escolhido para a instalação de grandes indústrias. Assim, tanto os imigrantes italianos como os negros já instalados na baixada da Saracura, dedicaram-se às atividades comerciais e à prestação de serviços. Diferentemente de outros bairros populares, marcados pela concentração de indústrias e entendidos como bairros de operários, o Bixiga destacou-se como um lugar de mestres de ofícios e aprendizes.

O seresteiro Roberto Fioravanti, filho de calabrês, em relato proferido em 1982, relembra:

Meu pai era sapateiro, calabrês e tivemos uma vida com algumas dificuldades. Pagávamos setenta mil reis por mês de aluguel do cortiço. No final do mês sr. Mastatônio passava cantando uma musiquinha, que era sempre a mesma e todo mundo já sabia que era o dia da co-brança³⁶⁵.

³⁶⁴ Entrevista Giovanni Pinto, coletada por Célia Lucena, em 28/07/1982.

³⁶⁵ Entrevista de Roberto Fioravanti, coletada por Célia Lucena, em 19/03/1982.

Os italianos e descendentes dedicaram-se ao comércio, criando seus próprios negócios; em suas moradias, abriram vendas, armazéns, chapalaria, alfaiatarias, barbearias e sapatarias. Em seu depoimento, Armandinho Puglisi, grande entusiasta do bairro e criador do Museu Memória do Bixiga (MUMBI), ao fazer referência aos anos 1940, denomina de “indústria de fundo de quintal” os trabalhos de artesãos, pelo fato de o local nunca ter tido forte indústria:

Naquela época, de cada 20 a 20 casas, no Bixiga, no fundo tinha uma indústria de quintal desses grandes artesãos que vieram da Itália. Um fabricava cinzeiro, outro lustre, outra vassoura, outro fabricava bandejas, poncheiras (...). Ninguém do Bixiga tinha o que fazer fora. Então isso virou um gueto (MORENO, 1996, p. 99-100).

Existia movimento nas ruas: algumas crianças brincavam, outras trabalhavam, e italianos faziam comércio. Eram vendedores de queijo, de pães, de peixe, de jornais, engraxates, compradores e vendedores de garrafas, vendedores de bilhete de loteria. Vendedores ambulantes circulavam pelo bairro, de porta em porta, com carroças que conduziam alho, cebola, batatas e legumes em geral. Dentre esses personagens, apareceram figuras como os vendedores de castanhas assadas, de sorvete, e os tocadores de realengo acompanhados de melodias italianas (CENNI, 1975).

Haim Grünspun (1983), imigrante romeno que viveu no Bixiga, deixou como legado suas reminiscências e uma crônica intitulada *Anatomia de um bairro: O Bexiga*. Sobre as profissões, comenta que as mulheres eram doceiras, costureiras, enquanto os homens:

(...) em sua maioria não tinham vínculos empregatícios como os operários da Lapa, Brás, Mooca ou Bom Retiro. Nem queriam esse vínculo; portanto, passavam longos dias sem trabalho. Além dos ótimos artesãos, que também passavam longos períodos de ócio em seu trabalho (p. 37).

Ao publicar, em 1922, *A Paulicéia desvairada*, Mário de Andrade (2016) inaugurou uma nova fase da poesia brasileira, a qual também refletiu a fisionomia de São Paulo. Em seus poemas, assinalou a mistura de raças e os contrastes que a cidade assumia. Quanto aos trabalhos femininos, fez menção às profissionais de costuras, como ilustram seus versos:

Costureirinha de São Paulo
Ítalo-franco-luso-brasílico-saxônica,
Gosto de seus crepusculares,
Crepusculares e por isso mais ardentes,
Bandeirantemente! (ANDRADE, p. 25)

A culinária italiana espalhou-se pela cidade, ocupando áreas consideradas ícones da presença italiana. Dedicaram-se às padarias familiares, pizarias e cantinas. Assim, nas primeiras décadas do século XX, empórios, cantinas e padarias constituíam-se espaços de convivência, ou seja, lugares para conversar, beber vinho, comer antepastos, tocar sanfona e jogar cartas. Dessa forma, as práticas instaladas no bairro trouxeram novos modos de vida e introduziram outros gostos e paladares aos hábitos paulistanos. O Bixiga, na metade do século XX, já era considerado um espaço de gastronomia italiana.

Figura n.º 1
Cantina no Bixiga, espaço de convivência (anos 1940)



Fonte: Arquivo MUMBI

A imagem do imigrante italiano no cenário paulistano foi valorizada por sua operosidade, sua capacidade criativa de trabalho e muitas outras “virtudes”, em oposição aos negros “desqualificados”, considerados de menos valia e sem ascendência europeia e aos quais cabiam os trabalhos mais árduos, geralmente em serviços públicos. A produção criativa instalada em bairros de população italiana baseou-se numa inventiva inspirada na memória.

A celebração da Madona da Achiropita, a partir de 1910, caracterizou-se como um festejo de rua, a partir da transferência da santa da região de Rosano, na Península Itálica, para São Paulo. A religiosidade é a manifestação que mais expressa a presença calabresa no bairro. O festejo nunca é único, existem festas dentro da festa: missa, procissão, quermesse de rua, barracas de comida italiana. A comida étnica mobiliza pessoas e faz a conexão entre as várias festas contidas na manifestação (LUCENA, 2013). Em 2022, no mês de agosto, a festividade é celebrada pela 96.^a vez. Comemorar é ressignificar, é estabelecer novas normas e novas formas de sociabilidade.

Salvador Risaffi, em relato feito em 1980, apontou a animação das festas em tempos passados:

Na festa da Achiropita havia a apresentação de bandas. Existia uma rixa entre as bandas. Do lado da Igreja ficava a banda dos italianos, que tocava música italiana. Do outro lado a banda dos brasileiros com samba e chorinho³⁶⁶.

Figura n.º 2
Procissão do festejo da Madona Achiropita, Bixiga (anos 1980)



Fonte: Arquivo MUMBI. Foto, Célia Lucena.

³⁶⁶ Entrevista de Salvador Risaffi, cedida ao Museu Memória do Bixiga, ano de 1982.

A festa da Achiropita mantém a ligação entre o lado lúdico e o sagrado dos rituais. O lado sagrado do festejo encoraja a devoção, induz à prática e ainda reforça o compromisso da continuidade. A magia do elemento negro misturou-se desde cedo ao espírito calabrês, dando aos festejos locais características híbridas. Nas primeiras décadas dos anos 1900, a festividade da Achiropita era abrilhantada por samba e zabumba, que já iniciavam os folguedos de origem afro-brasileira, oficializados, em 1930, como cordão que futuramente daria origem à escola de samba Vai-Vai. Assim, o ritmo africano mesclava-se com tarantelas, milongas e chorinhos. A escola de samba Vai-Vai pulsa hoje como o coração do bairro, carrega a tradição popular ao exibir o som de uma renomada bateria e a exuberância de suas alegorias. Presta homenagem ao bairro ao cantar sambas-enredos com letras que reforçam a identidade do lugar e, quando recebe o título de campeã, agradece de joelhos na porta da Madona Achiropita. A igreja é mediadora na aproximação entre os grupos étnicos na localidade. “Em 1989, com a efetivação do Padre Toninho como pároco da Igreja Nossa Senhora Achiropita, o grupo Pastoral Negro começou a se tornar realidade” (BORGES, 2001, p. 158).

A musicalidade, uma forte característica do Bixiga, surgiu de forma espontânea: por um lado, o samba de raiz originado no Quilombo da Saracura e, por outro, a presença de músicas líricas e de canções italianas. A profusão de bares, cantinas, pizzarias e teatros permitiu que o território se tornasse, na primeira metade do século XX, um espaço gerador da música paulistana, de encenações teatrais e de manifestações culturais (LUCENA, 2021). Também as sapatarias, alfaiatarias e barbearias funcionavam como lugar de permuta de livros, de ensaios musicais e de troca de anúncios sobre oportunidades de trabalhos.

Ecos geracionais no Bixiga

No Bixiga, a memória coletiva também é entendida como memória cultural, pois o grupo construiu sua história por meio de ecos culturais transmitidos entre gerações. A memória cultural do Bixiga, ao produzir sentidos com os quais o grupo se identifica, construiu identidades. Esses significados estão contidos nas histórias de vida contadas de forma intergeracional.

Interpretar as experiências de um grupo de descendentes de imigrantes italianos, proprietários de tradicionais padarias e de determinadas cantinas, a partir da relação intergeracional, tornou possível compreender suas expe-

riências, suas práticas e interações vivenciadas em um determinado espaço em diferentes camadas de tempo. O exercício de refazer as trajetórias de vida de descendentes de imigrantes em um bairro étnico oferece perspectiva para estudos sobre legado cultural, sobre lembranças construídas a partir de imagens do lugar e sobre memórias construídas em diferentes camadas de tempo.

As lembranças individuais reaparecem quando são recordadas pelos outros, sendo assim, lembranças e memórias se mesclam, se cruzam e fortalecem os ecos do grupo. Quando se trata de um grupo social, os respectivos membros empenham-se em manter semelhante persuasão junto aos seus membros. A memória coletiva apoia-se sempre em histórias vividas, do ponto de vista do grupo. Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial.

É sobre o espaço, sobre nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou o nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143).

As revisitas³⁶⁷ contínuas ao bairro possibilitaram a releitura e o levantamento de *pós-memórias* (HIRSCH, 1997), constituindo uma outra fase da pesquisa. Após terem sido localizados alguns testemunhos sobreviventes do passado, personagens de novas gerações foram priorizados, partindo-se da hipótese de que o vínculo entre gerações é uma forma específica de transmissão de experiências.

As sensibilidades colhidas por meio de memórias e pós-memórias refletiram subjetividades, valores e sentimentos dos protagonistas. Os lugares são tempos empilhados; os moradores estão ligados ao lugar pelas lembranças. As imagens espaciais desempenham um papel na memória do grupo social. Os hábitos locais resistem à transformação, expressando o quanto a memória coletiva do grupo se apoia em imagens espaciais. Nas imagens contidas nas pós-memórias, percebe-se que para a transmissão de determinados valores não se fez necessário o uso de narrativas, uma vez que as sensações e emoções nas relações cotidianas deram conta da transmissão de

³⁶⁷ Vale dizer que a minha investigação realizada no território do Bixiga se estendeu em diferentes fases: a primeira, nos anos 1980 e a segunda, a partir dos anos 2010.

determinadas práticas. No vai e vem das lembranças entre gerações, a memória e a imaginação são mescladas (BACHELARD, 1974.).

As narrativas das novas gerações, mencionadas a seguir, são montadas com imagens e histórias dos ascendentes e expressam a forma como se identificam e como as práticas são reativadas. As padarias de famílias italianas surgiram no final do século XIX e início do XX; quatro delas, Basilicata, Italianinha, 14 de Julho e São Domingos mantêm-se hoje nos mesmos lugares onde foram fundadas, dando continuidade aos produtos e receitas herdadas dos ascendentes. Em depoimento, Armandinho explica: “A padaria vendia arroz, feijão, milho, alho, tudo era uma venda, só que faziam o pão também. O forte era o empório”³⁶⁸. O napolitano Domingos Laurenti comprou em 1929 a Padaria Basilicata, fundada em 1914. Em fala realizada em 1980, relembra a atmosfera dos anos 1940:

Quando eu era moço, aqui havia muita serenata, eu saía de madrugada para entregar pães e encontrava colegas ainda cantando pelas ruas. Quando as cantinas não eram de luxo, funcionavam nos porões. Naquele tempo se entregava o pão de carrocinha³⁶⁹ (1980).

A entrevista revela a forma como os distribuidores de produtos alimentícios se encarregavam de atender seus clientes, pela manhã ou durante a madrugada. A entrega de pães, no passado, era feita com a ajuda de carroças. Hoje, seus sobrinhos-netos narram sobre os sucessos, sobre a modernização ocorrida na Padaria, todavia, sem perder de vista as tradições e o aprendizado transferido em família.

A Padaria 14 de Julho proclama-se Patrimônio de São Paulo e anuncia como marca (:) o legítimo *pane d'Italia*. As embalagens dos produtos trazem a frase de Alexandre Franciulli, proprietário e representante da quarta geração: “Em 1897 nostro nonno carregava de carroça nossos pães. A carroça se foi, mas a receita do pão ainda é a mesma”. Conta, ainda, que seu filho, representante da quinta geração, está cursando gastronomia e já se prepara para ser o sucessor.

As cantinas também realizam a transferência da herança cultural entre gerações. A Cantina Roperto traz o nome da família. Caetano Roperto, ao chegar em São Paulo em 1899, dedicou-se ao empório de venda de vinhos,

³⁶⁸ Depoimento de Armandinho Puglisi cedido a Júlio Moreno, registrado no livro Memórias de Armandinho do Bixiga, 1996, p. 153.

³⁶⁹ Entrevista com Domingos Laurenti, coletada por Célia Lucena, no ano de 1980.

azeitonas, linguiça e aliche no centro da cidade. “Os empórios se constituíram como espaço de convivência, lugar para jogar cartas, tocar sanfona e beber vinho”, explica Afonso Luiz Roperto sobre o negócio de seu tio-bisavô.

Afonso Roperto, (pai de Afonso Luiz), em conversas na década de 1980, já havia explicado a instalação da cantina no território do Bixiga nos anos 1940. Seu pai Humberto Roperto escolhera o lugar por conta da concentração de italianos e de descendentes, achou que seria assertiva a transferência do empreendimento situado na Rua Barão de Itapetininga para a Rua 13 de Maio, ou seja, do centro da cidade para o Bixiga. Na memória dos comerciantes, as décadas de 1940 e 1950 foram um momento especial para a instalação de restaurantes, e o Bixiga, o território apropriado para esse empreendimento. As cantinas eram frequentadas por diferentes grupos: atores, músicos, seresteiros, jogadores de futebol, políticos, moradores e visitantes. A presença de italianos permitiu uma produção artesanal e caseira de massas, molhos e pães. As *mammas* (mães italianas) eram mulheres com grande habilidade na cozinha, assim como as *nonas* (avós). A família constituiu-se o núcleo econômico nos primeiros tempos do século XX (COLLAÇO, 2014).

Afonso Luiz Roperto reforça a questão geracional como forma de manutenção do negócio familiar:

A primeira cozinheira da cantina, em 1941 foi minha avó. Meu avô o primeiro administrador. Minha filha Bianca, que trabalha na cantina é a quinta geração na lida diária por aqui³⁷⁰ (2012).

O entrevistado exhibe fotos ao dar explicações sobre os retratados, apoia-se em narrativas vivenciadas e transmitidas entre gerações, em vestígios dos familiares protagonistas nos retratos expostos na parede da cantina. Chama a atenção para uma foto, registrada em 1955 (dois anos antes de seu nascimento), da família reunida em frente à cantina. O núcleo familiar funciona como núcleo econômico e espaço de transmissão da memória por excelência. O depoente acredita que a imagem do retrato familiar pode levar o observador a senti-la (HIRSCH, 1997). Para Afonso Luiz, a fotografia tornou-se o principal meio de autorrepresentação da família. Diante do poder do registro visual, percebe-se que a foto da família provoca um meio poderoso para moldar a memória familiar e cultural.

³⁷⁰ Entrevista de Afonso Luiz Roperto, coletada por Célia Lucena, em 28/06/2012.

Alessandra, prima de Afonso Luiz, participa, desde 1999, do núcleo econômico familiar e aponta o avô como seu grande mestre. Nas imagens de suas lembranças, a prática e a observação cotidiana foram pontos fundamentais para a manutenção do acervo de conhecimentos da família. Assim, em conversa realizada em 2016, Alessandra rememora:

Fiquei dez anos convivendo com meu avô. Ele contava muitas histórias. Quando eu chegava de carro com as compras que trazia do mercado, ele dizia - no meu tempo eu carregava as sacolas no bonde. Na época que eu ficava na casa de massas, meu avô passava todo dia e dava uns palpites. A vivência era isso, situações cotidianas que lembro até hoje. No tempo de criança eu brincava de cantina, de ficar no caixa. Tem coisa que já está no sangue³⁷¹.

Muitas lembranças coletadas junto aos descendentes foram inspiradas nas conversas entre famílias e a comunidade local. Com o decorrer do tempo, as memórias da localidade constroem uma história e acompanham os personagens, sendo enriquecidas por experiências e embates. A memória coletiva desenvolve-se a partir de laços de convivência familiar e grupal; é o indivíduo que recorda. Para Bosi (1983):

Muitas de nossas lembranças (...) foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente as incorporamos ao nosso cabedal (...). Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo (p. 331-332).

No Bixiga, as paisagens são ressignificadas sob um imaginário denominado patrimônio, em que o casario e as manifestações culturais caracterizam o “espírito do bairro”. Os festejos, a culinária, o presunto e o provolone dependurados no teto de uma cantina, uma vestimenta, uma alegoria, um instrumento de escola de samba, os labirintos das casas coletivas, os ateliês de artesãos, as canções, os ritmos das músicas, as sutilezas dos mercadinhos como espaço para jogo de dominó, as roupas expostas em brechó, os móveis exibidos em antiquários, os teatros e casas de cultura transformam-se em verdadeiros monumentos.

³⁷¹ Entrevista de Alessandra Roperto realizada por Célia Lucena em 2016.

Patrimônio cultural no Bixiga e expressões

O patrimônio cultural no Bixiga expressa-se por meio de um conjunto de práticas, memórias e identidades. Vale refletir como o legado étnico é transmitido entre gerações, como as lembranças e memórias são perpetuadas e, ainda, como os movimentos de preservação são constituídos. O patrimônio da imigração é composto por manifestações e paisagens culturais, edificações, gastronomia e festejos. Esse patrimônio cultural cria a paisagem que expressa simbolismo, saberes, sabores, sons, sensibilidades e modos de vida. O território do Bixiga é marcado pelo samba, pela gastronomia e pelas práticas culturais e religiosas. O espaço mantém ainda hoje uma concentração de teatros, casas culturais, antiquários, brechós, bares, cafés e cantinas. A festa da Achiropita, uma das maiores manifestações tradicionais religiosas de São Paulo, mantém a marca italiana, enquanto a escola de samba Vai-Vai, herdeira do Quilombo da Saracura, enaltece a presença afrodescendente no Bixiga.

Assim, o urbanismo de meados do século XX verticalizou algumas áreas do território. Alguns discursos, viabilizados por meio do *Projeto Bixiga*, deram início a um movimento popular, que permitiu a manutenção das especificidades locais e do qual participaram moradores, comerciantes, estudantes, jornalistas, fotógrafos, investigadores, museólogos, historiadores, arquitetos, urbanistas, cartunistas, atores de teatro e outros. Os ecos desse movimento repercutiram a partir dos anos 1980, quando se passou a dar importância às histórias de sua gente. Começou-se a falar em cidade cultura, cidade imagem e cidade patrimônio. Os valores ressaltados reforçam crenças, costumes, festejos e manifestações herdadas.

A representação dominante no Bixiga encontra-se associada à imigração italiana, representada na arquitetura, preservada com o tombamento de um conjunto significativo de edificações, nas padarias centenárias, nas cantinas e na celebração anual da Festa de Nossa Senhora da Achiropita (LUCENA, 2013). A partir dos anos 1980, sons e ecos propagaram-se pela capital paulista, em cujo ar pairavam um discurso em busca de reconhecimento e a luta para preservar e manter o patrimônio material e imaterial na cidade. Foi, então, dentro deste cenário, que emergiram no Bixiga a ideia do tombamento de edificações e a preocupação com o patrimônio intangível. Já nesse momento, a grafia foi oficialmente alterada de *Bexiga* para *Bixiga*, dando lugar à grafia popular carregada de significados para os seus frequentadores. Uma documentação requerendo o tombamento do

bairro foi encaminhada às autoridades, e a solicitação foi finalmente efetivada em 2002.

Figura n.º 3
Sede do Museu Memória do Bixiga. Casa de família italiana, construída em 1924



Fonte: Arquivo MUMBI

Na segunda metade do século XX, o turismo étnico já se constituía uma temática na cidade de São Paulo. Para compreender a lógica dessa relação cultura-turismo, é necessário conhecer as especificidades culturais dos grupos e seus legados. O turismo apoia discursos de preservação e apropria-se do capital simbólico e cultural associado à migração (BASTOS, 2021). Assim, outros bairros, como Brás e Mooca, possuem a marca italiana, ao passo que o bairro da Liberdade carrega como legado a cultura asiática. A partir dos anos 2000, os trabalhos realizados em parceria ganham visibilidade no Bixiga, com a presença de ONGs e o desenvolvimento de programas voltados aos moradores. Inúmeros projetos de música na rua, de preservação arquitetônica, de atividades em casas culturais e outros programas voltados aos moradores caracterizam o “espírito do bairro”.

Breves considerações

Este estudo permite algumas breves conclusões. A assimilação não depende exclusivamente do esforço do estrangeiro, mas também da aceitação dos membros da sociedade receptora. O conceito de assimilação foi utilizado no Brasil e influenciou os rumos da política migratória praticada na primeira República (TRUZZI, 2012). Para Alfredo Ellis, “do cruzamento do estrangeiro com o paulista resulta a homogeneização de duas mentalidades diferentes, ficando a exótica plasmada nos moldes da paulista que acaba prevalecendo” (ELLIS JR., 1934, p. 85). Caricaturas e estereótipos foram expressos na música, na literatura, mas, por meio de identificação recíproca, houve uma aproximação entre italianos e paulistas. Comenta-se que as dificuldades e os choques entre italianos e paulistas eram quase sempre finalizados em *pizza*. Vale ressaltar que a migração em outros Estados e no meio rural apresentou características singularmente diferentes. O processo de aculturação em colônias rurais revelou-se de forma mais lenta do que na cidade de São Paulo (CARELLI, 1985; PEREIRA, 1974).

Não há dúvida de que a vida do paulista foi marcada pela presença dos imigrantes italianos na arquitetura, nos costumes, na vida cotidiana, na vida social, na alimentação e no linguajar. O paulista aprendeu a gostar de massas e de pão, a frequentar cantinas, a comer *pastas* com diferentes molhos e a fazer uso do tomate de diversas formas. Esta investigação pretende ainda abrir espaço para futuros debates e estudos mais aprofundados sobre a distribuição dos imigrantes na cidade e a formação de guetos específicos, que marcam territórios e deixam legados na história da cidade. As entrevistas coletadas em diferentes temporalidades e a interpretação de experiências vividas e repassadas “por tabela” entre gerações abrem uma nova perspectiva para o estudo da história da migração.

A representação do bairro do Bixiga como espaço singular associa-se às experiências populares, a alguns tipos de práticas e exercícios de identidade cultural que expressam, tanto no Bixiga como também no Brás, a italianidade dos *carcamanos*, diferente daquela dos comendadores do *Circolo Italiano*. As práticas culturais populares, a memória construída por meio de uma vida comunitária e participativa deram ao território uma fisionomia cultural específica.

O Bixiga, entendido como patrimônio da cidade, constitui uma somatória de saberes e sabores, um saber fazer em continuidade geracional, preservado pela memória do grupo que, por sua vez, se apoia na trajetória de

vida da imigração italiana e de outros grupos étnicos que compõem o território. Sua memória é inventariada por meio da literatura musical, e o legado cultural de encenações encontra-se nos teatros, na feira de antiguidade, na festa da Achiropita, na escola de samba e nos espaços culturais. As práticas exibem uma maneira própria de estar no mundo, ao mesmo tempo que o calendário das festas proporciona repetições de celebrações.

O território hoje é mais turístico, menos italiano, mais paulistano e muitos dos descendentes dos imigrantes já não vivem mais no Bixiga. Boa parte dos familiares de italianos, ao adquirirem melhores condições econômicas, buscaram novos locais para viver, embora ainda mantenham seus negócios no bairro. Atualmente, as casas coletivas, os chamados cortiços, oferecem moradia para migrantes nordestinos e de outras regiões do país que buscam abrigos, na maioria das vezes, com a perspectiva de subempregos e a aspiração de encontrarem uma vida melhor ou diferente. Todavia, por conta da forte divulgação construída pela mídia, o bairro continua a atrair visitantes em busca de sua gastronomia e de seus festejos afro-italo-brasileiros. Estudos realizados no Bixiga desdobram-se em um inventário sensível que permite interpretar as maneiras de fazer e os caminhos que conferem ao território uma singularidade, os usos de linguagens que vêm reforçando as marcas culturais, dando ao espaço oportunidade de conquistar reconhecimento e de se anunciar como patrimônio cultural da cidade.

Fontes e Bibliografia

Fontes Orais – Entrevistas

Antônio, entrevista publicada em 1983 no livro de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade: memória de velhos*.

Amadeu, entrevista publicada em 1983 no livro de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade: memória de velhos*.

Giovani, filho de calabrês, entrevista cedida em 1982.

Fioravnti, filho de calabrês, entrevista cedida em 1982.

Armandinho. Entrevista publicada em 1996 no livro de Júlio Moreno, *Memórias de Armandinho do Bixiga*.

Risaffi, entrevista cedida em 1980.

Laurenti, entrevista cedida em 1980.

Afonso Luiz Roperto, entrevista cedida em 2012.

Alessandra, entrevista cedida em 2016.

Bibliografia

ALCÂNTARA MACHADO, Antônio de, 1995 – *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo: Nova Alexandria.

- ALVIM, Zuleika, 1986 – *Brava Gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1970*. São Paulo: Brasiliense.
- ANDRADE, Mário, 2016 – *Pauliceia Desvairada*. São Paulo: Roteiro Digital. PROJETO LIVRO LIVRE. Livro 718. Disponível em: www.poeteiro.com [consult. 2 de ago. 2020].
- BACHELARD, Gaston, 1974 – “A poética do espaço”, in *Os Pensadores*, v. XXXVIII. São Paulo: Abril Cultural.
- BASTOS, Sênia, 2021 – “Introdução”, in Sênia Bastos (org.), *Migração e turismo na cidade de São Paulo: Liberdade e Bixiga em perspectiva*. Rio de Janeiro: Provisório Produções: Modo Produções.
- BORGES, Rosangela, 2001 – *Axé Madona Achiropita: um estudo da presença de elementos da cultura afro brasileira nas celebrações da Igreja Nossa Senhora Achiropita*. São Paulo: Edições Pulsar.
- BOSI, Ecléa, 1983 – *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- CENNI, Franco, 1975 – *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins/USP.
- CARELLI, Mário, 1985 – *Carcamanos & Comendadores: os italianos de São Paulo da realidade à ficção 1919-1930*. São Paulo: Ática.
- CERTEAU, Michel de, 1994 – *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- COLLAÇO, Janine, 2014 – “O bairro do Bixiga: restaurantes e cozinha italiana”, in Rose Satiko Hikiji; Adriana de Oliveira Silva (orgs.), *Bixiga em artes de ofícios*. São Paulo: CPC-USP/Edusp.
- ELLIS, JR., Alfredo, 1934 – *Populações paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos, 2003 – “O patrimônio como categoria de pensamento”, in Regina Abreu; Mário Chagas (orgs.), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- GOODEY, Brian, 2002 – “Interpretação e comunidade local”, in Celina Albano; Stela Maris Murta (orgs.), *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- GRÜNSPUN, Hain, 1983 – *Anatomia de um bairro: o Bixiga*. São Paulo: Cultura.
- HALBWACHS, Maurice, 1990 – *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- HIRSCH, Marianne, 1997 – *Family Frames: Photography Narrative and Postmemory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- IANNI, Constantino, 1972 – *Homens sem paz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LE MOS, Carlos, 1990 – “O morar em São Paulo no tempo dos italianos”, in Luis De Boni, et al. (orgs.), *A presença italiana no Brasil*, vol. II. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli.
- LUCENA, Célia, 2013 – *Bixiga Revisitado*. São Paulo: IMBRASA.
- LUCENA, Célia, 2021 – “Códigos, Letras e Músicas anunciam o Bixiga”, in Sênia Bastos, (org.), *Migração e turismo na cidade de São Paulo: Liberdade e Bixiga em perspectiva*. Rio de Janeiro: Provisório Produções: Modi Produções.
- MORENO, Júlio, 1996 – *Memórias de Armandinho do Bixiga/Júlio Moreno*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

- PEREIRA, João Batista Borges, 1974 – *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: Pioneira/EDUSP.
- PETRONE, Pasquale, 1990 – “Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua”, in Luis De Boni, *et al.* (orgs.), *A presença italiana no Brasil*, vol. II. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli.
- ROGATTO, Geraldo Matheus, 1990 – “Achiropita, fettuccine e vinho. Sobre a italianidade e a colônia italiana de São Paulo”, in Luis De Boni, *et al.* (orgs.), *A presença italiana no Brasil*, vol. II. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli.
- SILVEIRA, Miroel, 1976 – *A contribuição italiana ao teatro brasileiro*. São Paulo: Quiron; Brasília: INL.
- TRUZZI, Oswaldo, 2012 – Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. *Dados revista de Ciências Sociais*, 55, n.º 2. p. 517-553.

Casas regionais: lugares de memória e de reforço identitário³⁷²

Lená Medeiros de Menezes³⁷³

Alteridade e identidade funcionam conjuntamente na fabricação do imaginário e do sistema de representações. O outro serve à construção da imagem de si /.../ A formação da identidade passa pela produção da imagem dos outros /.../.

As identidades coletivas têm uma estabilidade em longa temporalidade, mas, felizmente, elas mudam, e as imagens do outro são tanto fator quanto reflexo dessas transformações (FRANK, 2008, p. XVII).

Nação é conceito que ocupa a atenção dos historiadores e demais cientistas sociais. Superada sua concepção como herança de sangue, a questão do desejo individual ganhou relevância, a partir, principalmente, da conferência *Qu'est-ce qu'une nation*, ministrada por Ernest Renan na Sorbonne, em 1882. Mais recentemente, o imaginário e os sistemas de representação têm ocupado centralidade na definição conceitual. Para Benedict Anderson, por exemplo, nação é uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008); para Eduardo Rinesi, ela traduz uma ilusão, uma ficção, um enigma (RINESI, 2004); para Norberto Bobbio, o conceito tem “conteúdo emocional”, permanecendo, assim, “confuso e incerto no dicionário político” (BOBBIO, MATTEUCI, PASQUINO, 2004).

Em um tempo no qual é contestada a equação Estado-nação, tal qual ela foi proposta pela Política das Nacionalidades de meados do século XIX, o conceito de nação permanece, mais do nunca, aberto a formulações, bem como o conceito decorrente de identidade nacional, muitas vezes – como nos diz Robert Frank (FRANK, 2008, p. XVII) –, pela alteridade. Um exemplo que cabe lembrar foi a definição do nacional como não-estrangeiro, que marcou a Primeira República brasileira, como forma de evitar a discussão

³⁷² Este texto contempla reflexões acumuladas ao longo de vários projetos sobre e/imigração portuguesa no Rio de Janeiro e representa a versão original de texto a ser publicado, posteriormente, com acréscimos, no livro *Portugueses no rio de Janeiro: negócios e trajetórias*, previsto para publicação pela Editora Ayran.

³⁷³ UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

sobre o peso do escravizado recém-liberto em uma nação idealizada em moldes europeus.

Não é objeto deste texto discutir o conceito de nação ou o de identidade nacional, mas cabe lembrar a força social que ambos possuem, bem como o fato do emigrante, ao partir de sua terra natal, carregar consigo o sentimento de pertencimento a uma nação, que o torna membro de um grupo *desterritorializado*, que o leva a ressignificar sua identidade.

Com sua fixação em outras terras, o imigrante sente a necessidade de recordar e celebrar sua nacionalidade; forma de fortalecer sua identidade no contato com o *outro*. No contexto imigratório surgem, então, estratégias de revisitação do *ser* em um novo *estar* no mundo, nas quais os processos associativos ganham importância enquanto possibilidades de estar junto, de recordar e ressignificar costumes e tradições e de compartilhar saudades. Formam-se, dessa forma, pontes simbólicas entre os dois lados do Atlântico, que enriquecem o diálogo entre o *cá* (terra de chegada) e o *lá* (terra de partida).

Dentre as várias formas de associativismo português no Rio de Janeiro, as casas regionais assumem um espaço emblemático, não só pelas finalidades a que se propõem, como, também, pelo nome escolhido, que remete diretamente ao aconchego e à representação de um *lar* coletivo deixado em Portugal.

Casa: sentidos e simbolismos

A escolha da palavra *casa*, para designar associações regionais em terra estrangeira, não é ocasional ou fortuita. Ela mergulha em uma dimensão simbólica de muito significados, na qual o sentimento de pertencimento a laços do passado tem papel crucial. Ainda que a casa regional tenha características próprias e represente um *deslizamento* do sentido original da palavra casa, ela possibilita, em um plano representacional, a ideia de

/.../ lugar destinado à construção de relações, vínculos, como um reservatório de lembranças que, a qualquer momento, um detalhe, um cheiro, um objeto, um olhar, são rapidamente evocadas e se apresentam da maneira como as ressignificamos. (CÔRTE, 2010, p. 231-242).

O sentido descrito por Luciana Côrte é reforçado por Ligia Saramago ao comentar Heidegger e seu conceito de *habitar*:

O ser-no-mundo existe e se determina como aquele que habita. O habitar assume, neste momento, um sentido primordialmente temporal, de deter-se junto ou de acostumar-se a algo, ou ainda um sentido de cultivar; trata-se de uma forma de proximidade que se define antes de tudo pela permanência junto aos entes em geral, permanência esta que concede ao ser-no-mundo uma espécie de amparo, uma certa familiaridade calcada no conforto do que é sempre o mesmo. O hábito, o habitual e o habitar não se separam, porém, de seu outro: o não familiar, o inabitual, o inabitável, o ‘em parte alguma’ que angústia e que irrompe no seio do que se imaginava conhecer. A tensão que aqui se revela no âmago do habitar humano diz respeito fundamentalmente à condição do ser-no-mundo como aquele que, em habitando, não se sente em casa, permanecendo atravessado por um sentimento de exílio /.../ e, principalmente, de sua própria finitude. (SARAMAGO, s/d, s/p.)

Seja qual for a perspectiva e as circunstâncias do uso da palavra, é na *casa*, material e simbolicamente, que se estabelece o diálogo entre o interno e o externo; entre a proteção e o desamparo; entre o pertencer e o não pertencer a um determinado *lugar*, o que a projeta como *lugar* de expressão de interioridade, de proteção e de pertencimento, remetendo aos verbos acolher, guardar, recolher e preservar. Para Kant:

A casa, o domicílio, é a única barreira contra o horror do caos, da morte e da origem obscura; encerra em suas paredes tudo o que a humanidade pacientemente recolheu ao longo dos séculos; opõe-se à evasão, à perda, à ausência, pois organiza sua ordem interna, sua civilidade, sua paixão /.../. A identidade do homem é, portanto, domiciliar”. (KANT, 1984, p. 25-26)

O medo do horror do caos, da morte e da origem obscura, aos quais se refere Kant, pode ser, no caso do imigrante, metaforicamente traduzido como *medo* do desconhecido, da morte da vida passada e da visão ameaçadora do *outro*. É nesse contexto que a necessidade do acolhimento e da proteção ganha seu maior significado.

Extrapolando o sentido mais restrito de casa como domicílio familiar, é possível dizer que, ao comungar lembranças, costumes, alegrias e saudades, em um determinado espaço, os sujeitos migrantes reforçam a identidade de si e marcam, ao mesmo tempo, a diferença frente ao *outro*, ao *estranho*, ao *externo* e ao *exógeno*.

Ainda que os portugueses ajustem-se, no Brasil, à qualificação de “estrangeiros conhecidos”, utilizando classificação proposta por Jean-Baptiste Duroselle (2000), devido ao fato de comungarem língua e costumes com os brasileiros, eles não deixam de ser e de se sentir “estrangeiros”, experimentando a sensação da exterioridade ou da “dupla exterioridade” (TODOROV, 1991); o sentimento de se sentir *fora do lugar* ou de não pertencer a lugar nenhum.

Estar com *os seus*, dessa forma, leva o imigrante a superar as adversidades inerentes ao estar em terra estrangeira, através do reforço à sua identidade original, ou àquela que é por ele ressignificada. Ao sentir-se parte de uma comunidade que remete a Portugal, em um *lugar* capaz de o acolher e proteger, ele minimiza o sentido do deslocamento, do estranhamento e do sentir-se à margem.

Para Maria Beatriz Rocha-Trindade:

O imigrante fora da terra, numa que não é a sua, procura combater o isolamento com que se depara e o desgaste emocional causado pela vida no novo ambiente social em que passa a estar inserido, onde naturalmente ocorrem dificuldades de adaptação, através da procura de oportunidades de encontro e de convívio com conterrâneos ou com compatriotas (ROCHA-TRINDADE, 2004, p. 44).

Colocando o foco no indivíduo, Rocha-Trindade enfatiza o sentimento de isolamento e as dificuldades de adaptação do imigrante como propulsores da necessidade do “encontro com conterrâneos ou compatriotas”. Dependendo da situação e das oportunidades, o convívio pode ser tecido fora dos canais institucionais. Regra geral, porém, como indica a autora, torna-se necessária a institucionalização dos espaços de convívio, com a adoção de estruturas permanentes, definição estatutária, quadro de dirigentes e de associados.

É válido lembrar que as sensações de isolamento e de falta de proteção independem da temporalidade, e variam de indivíduo a indivíduo. Essa variação, porém, não implica dizer que o imigrante não sinta saudades de sua

terra e de sua gente, que ele tende a romantizar como lugar de proteção e de ausência de tensões, diferentemente do que ocorre em uma terra que não sente como sua.

Associativismo: classificações e instituições icônicas

Qualquer estudo sobre associativismo implica considerar o problema das possibilidades e das sensibilidades. Estes são patamares necessários ao aprofundamento das análises sobre todo e qualquer processo associativo que envolva imigrantes. Implica, portanto, considerar a diversidade de soluções que podem ser adotadas, demandando a elaboração de critérios de classificação, no caso dos canais institucionalizados.

Para Maria Helena de Lima, as associações portuguesas podem ser divididas em “associações recreativas (clubes portugueses não regionais ou casas/centros regionais), associações beneficentes e de socorro mútuo e associação culturais”. Caberia às primeiras a responsabilidade pelo oferecimento de possibilidades de diversão, na forma de festas, bailes, recitais e outros. As segundas teriam caráter assistencial, incluídas as assistências médica e hospitalar. No caso específico das associações de socorro mútuo, sua atuação seria mais diversificada, incluindo ajuda em casos de desemprego, doença, invalidez, enterros e assistência jurídica, com a existência de vínculos com o exercício profissional. As associações culturais, por fim, estariam voltadas para a cultura letrada, responsáveis pela criação e manutenção de escolas e bibliotecas (LIMA, 1972, p. 32).

Um quadro mais discriminado foi proposto por Elisa Muller. Segundo a autora, existiriam associações relativas aos serviços médico-hospitalares, ao auxílio mútuo e beneficência, bem como sociedades recreativas, bandas e orfeões, casas regionais e de folclore, clubes socais e instituições de caridade.

Nenhuma classificação, porém, dá conta da complexidade de que se revestem as associações, visto que as sociedades recreativas, por exemplo, podem exercer atividades de benemerência, sendo possível muitas outras superposições. Seja qual for a classificação utilizada, o Rio de Janeiro sediou associações portuguesas icônicas. Algumas delas foram fundadas na segunda metade do século XIX e desafiaram a passagem do tempo, continuando, em pleno terceiro milênio, como expressões da força e da presença lusitana na cidade.

Como instituições oitocentistas podem ser citadas a Beneficência Portuguesa, o Gabinete Português de Leitura, o Clube Ginástico Português (fundado em um tempo que o conceito de clube se difundia pelo mundo), o Orfeão Português e a Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V.

Quase todas elas incluíram a distinção de *real* a suas denominações, demonstrando seus vínculos governamentais, o que é assim explicado por Vitor Fonseca:

(...) o esforço em manter uma ligação com o governo português ficava publicamente expresso quando (...) incorporavam títulos de ‘Real’ ou ‘Benemerita’ às suas denominações, o que contribuía também para seu engrandecimento frente à colônia” (FONSECA, 2006, p. 142).

A Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro foi fundada em 17 de maio de 1840, tendo o objetivo de dar assistência aos cidadãos portugueses residentes no Rio de Janeiro, com a pedra fundamental do edifício destinado ao hospital datando de dezembro de 1853, embora suas dependências só tenham sido inauguradas em 16 de setembro de 1858.

O Real Gabinete Português de Leitura foi fundado em 18 de setembro de 1837, o que o torna a associação portuguesa mais antiga da capital do Império. Inspirado nas *boutiques à lire*, surgidos na França iluminista, define-se hoje como “biblioteca e instituição cultural lusófona”, sendo uma joia da arquitetura manuelina na área central da cidade Rio de Janeiro.

A Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V foi fundada no ano de 1863, tendo por objetivos: perpetuar a memória do Rei D. Pedro V; socorrer portugueses na indigência, prisão ou enfermidade; subsidiar passagens para Portugal de compatriotas para lá se tratarem de enfermidades que não tivessem tratamento no Brasil ou, simplesmente, custear seu repatriamento; socorrer viúvas e órfãos desamparados; constituir elos entre o império brasileiro e o reino de Portugal, contribuindo, ainda, para a criação de um clima de amizade entre os dois povos. Inicialmente ocupou-se de portugueses em situação de extrema pobreza e abandono. A partir de 1884, por questões financeiras, passou a beneficiar seus sócios (geralmente ligados ao comércio, incluindo caixeiros), deixando de estar aberta a toda a comunidade. Em 1897 recebeu o título de *benemerita* e, em 1902, o de *real*. Teve várias sedes antes de se fixar no belo prédio da Avenida Marechal Floriano, construído para ser o primeiro templo evangélico do Brasil.

Figura n.º 1
Prédio da Beneficência Portuguesa



Fonte: Arquivo pessoal e fotos da autora, março de 2020.

Figura n.º 2
Gabinete Português de Leitura



Fonte: Arquivo pessoal e fotos da autora, março de 2020.

Figura n.º 3
Caixa de Socorros D. Pedro V



Fonte: Arquivo pessoal e fotos da autora, março de 2020.

A Real Sociedade Clube Ginástico Português, fundada em 31 de outubro de 1868 oferece, até os dias de hoje, atividades esportivas, artísticas, culturais e sociais, de forma a promover, segundo seu site oficial, “a integração da Comunidade Luso-brasileira.” Sua atual sede, em estilo *art déco*, foi inaugurada em novembro de 1938, tendo piscina na cobertura (a primeira suspensa na América do Sul); teatro, por onde passaram artistas nacionais e internacionais e salões, que tiveram grande expressão nos tempos áureos dos bailes, incluindo bailes à fantasia.

As raízes do Clube Orfeão Português recuam ao ano de 1915, quando o Recreio Dramático Juventude Portuguesa foi fundado em 25 de julho, com o intuito de promover o desenvolvimento da arte dramática. Em agosto do mesmo ano, foi criado um coral na instituição que ganhou rápido reconhecimento, tendo feito apresentações no Teatro Municipal do Rio e no de São Paulo. Com o passar do tempo teve seu nome mudado para *Orfeon Club Juventude Portuguesa* e, posteriormente, para Clube Orfeão Português, tendo sua sede localizada no bairro da Tijuca. Em 13 de julho de 1925, houve a primeira apresentação do Rancho Folclórico da Casa, que teve, na assistência, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema. Essa data, segundo a

tradição, marcou a criação do folclore português no Brasil, havendo, ainda, a tese de que o clube deu origem às diversas casas regionais da cidade.

Figura n.º 4
Baile a fantasia no Órfeão Português



Fonte: *O Malho*, RJ, 7 de abr.de 1923.

Dentre todas as associações criadas no Rio de Janeiro, casas regionais destacam-se como formas privilegiadas de celebrar a cultura das diferentes regiões de Portugal e de ressignificar identidades. Como associações regionais, elas já suscitaram ampla discussão sobre serem ou não expressões de localismos independentes, expressos, por exemplo, em declarações de “exaltação regional”, como demonstra aviso publicado pelo Clube Transmontano em *O Jornal*, nos idos de 1940:

Homenagem do Clube Transmontano ao Concelho de Miranda do Douro

Amanhã esse ato de *exaltação regional*

O Centro Transmontano levará a efeito amanhã, em sua sede, uma festa regional de exaltação à terra, homens e coisas do Concelho de Miranda do Douro, um dos mais importantes distritos de Bragança pelo seu passado rico de tradições e pela sua vida moderna intensa e fecunda³⁷⁴.

³⁷⁴ *O Jornal*, 24.5.1946, Rio de Janeiro, “Vida Portuguesa”, p. 6.

Independente desses eventuais arroubos regionalistas, autores como Roberto Ribeiro de Sousa pontuam que o regionalismo nunca deixou de se reportar ao nacional:

O tipo de associação ‘casa regional’ apresenta-se como lugar de produção identitária com base em representações espaciais de ordem local, regional e nacional relacionadas ao concelho, ao distrito, à província, à região e, é claro, ao próprio espaço nacional. (SOUSA, 2007, p. 155).

A análise de Sousa aproxima-se das reflexões de Maria Beatriz Rocha-Trindade, com as quais concordo, quando esta afirma que não se trata

(...) de movimento de independência política do lugar de origem, mas de ‘valorização’ da área natal dentro da pátria maior portuguesa, como forma cultural de agregar e defender os interesses dos imigrantes (ROCHA-TRINDADE, 1989, p. 10).

Como marcas da presença portuguesa ou “lugares de memória”³⁷⁵ da imigração, as casas regionais ocupam um lugar de grande simbolismo no contexto das associações portuguesas, podendo ser vistas na perspectiva dada aos lugares de memória por Pierre Nora:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que se caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida (...) (NORA, 1993, p. 21-22).

³⁷⁵ “Lugar de memória” foi um conceito na obra *Les Lieux de Mémoire* (1984), sob a coordenação de Pierre Nora. Segundo o autor, os lugares de memória são *lugares* no mais amplo sentido do termo, referindo-se a objetos materiais - funcionais na maioria dos casos - que remetem ao abstrato, ao simbólico, ao representacional.

As casas regionais portuguesas estão espalhadas por vários bairros do Rio de Janeiro, incluindo subúrbios distantes, embora uma grande concentração tenha visibilidade no bairro da Tijuca e arredores, onde se localizam sete *Casas*: Açores, Macau, Porto, Poveiros, Aveiro, Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila da Feira e Terras de Santa Maria, além de instituições que remetem ao nome de Portugal ou a uma identidade *portuguesa*: Casa de Portugal e Orfeão português. Comprovando que o imigrante português tendeu a acompanhar a expansão da malha urbana, encontramos a Casa de Ovar no bairro de Guadalupe, a Casa de Leiria no Jardim América, a Casa de Viseu na Penha Circular e a Casa do Espinho em Vista Alegre, bairros distantes cerca de uma a uma hora e meia do centro urbano.

Casas portuguesas, com certeza

Ao todo, contabilizamos 14 instituições que assumem a denominação de *Casa*, por vezes de *Casa regional*, no Rio de Janeiro. Cada uma delas remete a regiões de Portugal com expressiva presença na cidade, a maioria delas criadas nos idos de 1950. Algumas permanecem em franca atividade; outras, principalmente as localizadas em bairros mais distantes, carecem das verbas necessárias ao seu pleno funcionamento. Uma explicação para o fato foi o processo de deslocamento de portugueses, muitos deles seus fundadores, Regra geral comerciantes, estes imigrantes, ao ascenderem socialmente, tenderam a buscar *áreas mais nobres* para viver, até por conta da violência que se alastrou em determinadas áreas da cidade. Esse processo pode ser exemplificado pela migração de comerciantes portugueses da Tijuca para a Barra da Tijuca, possibilitando que o Clube Arouca reúna, hoje, a nata da elite da colônia portuguesa fixada na cidade.

Quadro n.º 1
Casas regionais: local e data de fundação

Nome	Bairro	Ano de fundação
Clube Transmontano/Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro	Tijuca	1906/1956
Casa do Minho	Cosme Velho	1924
Casa dos Poveiros	Tijuca	1930
Casa do Porto	Tijuca	1945
Casa dos Açores	Tijuca	1952
Casa das Beiras	Tijuca	1953
Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria	Tijuca	1953
Casa Regional de Aveiro	Maria da Graça	1958
Casa do Espinho	Vista Alegre	1964
Casas Aldeias de Portugal	Jacarepaguá	1966
Casa de Viseu	Penha Circular	1966
Casa Regional de Ovar	Guadalupe	1974
Casa Regional de Leiria	Jardim América	1977
Casa de Macau	Vila Isabel	1991

Fonte: Fontes diversas. Elaboração própria

Regra geral, quando buscamos informações sobre as *Casas* no universo digital, é possível perceber que poucas acompanharam a vertiginosa evolução tecnológica do tempo presente. Algumas delas não têm sites, quando muito possuem uma página de Facebook, o que pode demonstrar, inclusive, as dificuldades financeiras pelas quais algumas delas passam. Nesse quadro, a Casa dos Açores mostra-se pioneira com relação a outras, tanto pelo investimento no site oficial da instituição quanto pela competência em historiar sua existência, certamente com a interveniência de um historiador³⁷⁶. A história da casa é associada à história do “povo açoriano”, da imigração açoriana, e narra, em pormenores, o passo-a-passo de sua constituição.

Uma das principais características do povo açoriano é a imigração e foi no século XX que atingiu suas maiores taxas, principalmente para os EUA, mas também em grande número para o Brasil. Na década de 1950 o Estado do Rio de Janeiro já contava com mais de 30.000 açorianos, concentrados principalmente na capital, empresários e comerciantes.

A intenção de reuni-los num grêmio ou clube para preservar as práticas e a cultura açoriana já existia, mas faltava uma figura que os reunisse e in-

³⁷⁶ O atual diretor da associação é Daniel Evangelho, doutorando em História.

centivasse. Esta pessoa foi o escritor e intelectual de origem açoriana que se destacou como romancista, Vitorino Nemésio. Em sua primeira passagem pelo Brasil em 1952, deixou sua marca na História do povo açoriano em solo fluminense e dos cariocas, ao incentivar a formação de uma Casa Regional que congregasse os açorianos e suas práticas culturais.

Em 17 de Julho de 1952, reuniram-se no Centro Trasmontano (tradicional Casa Portuguesa estabelecida na Tijuca) um grupo de açorianos com este fim e lá a ideia transformou-se em fato. Com um brilhante discurso patriótico de Vitorino sobre o encanto das Ilhas e sobre o sentimento de solidariedade que deveria unir o povo açoriano nascia à Casa dos Açores. Futuramente, os vinte e seis presentes nesta reunião se tornariam Sócios Iniciadores, como consta no Estatuto da Casa dos Açores, e Vitorino Nemésio se consagraria Presidente de Honra³⁷⁷.

Como “lugar de memória”, cada *Casa* dedica-se à preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) de sua localidade de raiz, ressignificando tradições. Como “lugares monumentais”, sua arquitetura torna-se um primeiro registro de que ali se encontra “um pedaço de Portugal”.

Figura n.º 5
Casa dos Açores



Fonte: Arquivo pessoal e fotos da autora, março de 2020.

³⁷⁷ Site oficial da instituição, <http://www.casadosacoresrj.com.br/historia/>. Consulta em 28.10.2020.

Figura nº 6
Casa dos Poveiros



Fonte: Arquivo pessoal e fotos da autora, março de 2020.

Figura nº 7
Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (sede antiga)



Fonte: Arquivo pessoal e fotos da autora, março de 2020.

Registros preciosos da localização espacial dos portugueses na cidade, as casas regionais permitem o mapeamento da distribuição portuguesa na cidade, demonstrando a existência de cadeias migratórias alimentadas pela empregabilidade, principalmente no setor industrial, o que explica sua maior presença em bairros adjacentes ao Maciço da Tijuca, de onde correm rios cujas águas foram vitais ao funcionamento das fábricas têxteis na virada do Oitocentos para o Novecentos (MENEZES, 2019, p. 193-210).

Três *Casas* aqui estão destacadas devido à sua anterioridade no tempo. A primeira é a Casa do Minho, fundada em 8 de março de 1924, que, desde a fundação, adotou a denominação *Casa*, antes, portanto, da palavra ter sido difundida no mundo lusófono graças aos investimentos do Salazarismo. Situada à rua das Laranjeiras, em local muito próximo ao da antiga Fábrica de Tecidos Aliança, ela permanece em funcionamento em uma área que mais nada tem de fabril, sendo a única localizada na zona sul da cidade. A segunda é a Casa de Trás-os-Montes, evolução do Clube Transmontano, fundado em 1923 e transferido do centro da cidade para a rua Meira Matos, na atual Tijuca,³⁷⁸ onde a *Casa* ocupa nova sede, construída em terreno contíguo ao prédio original, ainda preservado. A terceira é a Casa dos Poveiros, fundada em 1930, cuja sede está localizada à rua do Bispo, no caminho da Tijuca para o Rio Comprido.

A Casa do Minho apresenta-se como “Uma casa genuinamente portuguesa, pronta para receber a todos de braços abertos”, tendo sido criada “com a missão de divulgar a tradição minhota e a gastronomia portuguesa, valorizando “sua cultura, sua língua, religião, costumes etc.”, estando localizada, segundo o site da instituição,

(...) em um dos bairros mais agradáveis da zona sul da cidade do Rio de Janeiro: o Cosme Velho, que tem o privilégio de receber a estação do trem que leva moradores e turistas ao Morro do Corcovado, onde o Cristo Redentor também recebe a todos de braços abertos.

Como uma sociedade “de direito privado e sem fins lucrativos”, a Casa do Minho orgulha-se de não fazer “qualquer distinção de crença, raça, cor, sexo, religião ou preferência partidária”, desenvolvendo atividades culturais que têm como objetivos:

³⁷⁸ Nos idos de 1920, a Tijuca foi desmembrada de terras do Andaraí. Na hoje grande Tijuca localizavam-se as fábricas têxteis América Fabril, Corcovado (antes da transferência para a Lagoa), Confiança e Covilhã.

- Promover a fraternidade luso-brasileira.
- Desenvolver a prática de atividades desportivas, recreativas, culturais e sociais.
- Difundir o culto à comunidade lusíada.
- Lutar pelos interesses da Região do Minho, ao Norte de Portugal (que compreende as cidades do Minho, Braga, Viana do Castelo, Barcelos e Guimarães), tornando conhecidas sua história e belezas naturais e divulgando também o seu folclore.
- Manter vivas as tradições daquela região de Portugal, por meio das atividades dos três ranchos folclóricos, que são: Rancho Maria da Fonte, Rancho dos Veteranos e Rancho Juvenil.
- Valorizar a gastronomia portuguesa (...) ³⁷⁹

A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro assumiu essa denominação em 1956, mas reivindica uma origem que recua ao *Clube Transmontano*, cujas origens datam do ano de 1905, em um contexto de difusão do modelo de clubes recreativos, o que faz com que a instituição se considere a mais antiga na cidade. Criado como instituição de “associação e recreio”, o clube, como outros de época ³⁸⁰, tinha a finalidade “congregar os filhos da província de Trás-os-Montes, divulgando a pátria, difundindo [sua] história por meio de palestras, conferências e publicações”.

Os jornais indicam que o Clube Transmontano compunha o calendário de festejos da cidade, incluindo a mais carioca de todas as festas: o Carnaval, tendo passado por oito sedes no centro da cidade, até chegar à avenida Mello Matos, na Tijuca, onde, até hoje, funciona a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Em 1963, a instituição foi agraciada com o título de Instituição de Utilidade Pública. Segundo seu último estatuto, são seus objetivos:

³⁷⁹ Disponível no site oficial da instituição: <http://minho.com.br/casa-d0-minho/>. Acessado em 20.8.2019.

³⁸⁰ Um deles foi o Clube Galego, fundado em finais do século XIX e fechado durante o Estado Novo, em 1943.

- A defesa dos interesses da Região junto dos Órgãos de Soberania, da Administração Central, Regional e Local, tendo em vista o seu desenvolvimento económico, social e cultural;
- A promoção do Património Natural, Histórico e Cultural de Trás-os-Montes e Alto Douro com vista à sua valorização e desenvolvimento;
- A cooperação com os Organismos da Administração Central, Regional e Local, celebrando protocolos e / ou contratos para obter os fins de interesse geral que representa;
- A aproximação entre a comunidade transmontano-duriense residente em Lisboa, em particular entre os seus associados;
- O desenvolvimento, em benefício dos associados, de atividades culturais e recreativas; a prestação de assistência e apoio aos associados em quaisquer situações de necessidade;
- A intensificação e desenvolvimento das relações com as associações regionalistas sediadas em Lisboa e com todas as Casas de Trás-os-Montes e Alto Douro espalhadas pelo território nacional e pelo resto do mundo;
- A exploração da atividade de restauração, a criação de um Centro de Artesanato Regional com escola e comercialização do mesmo, bem como o exercício de qualquer outra atividade que por lei seja permitida e se verifique necessária à subsistência financeira da CTMAD³⁸¹.

Um exercício comparativo entre as Casas do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro permite perceber a proximidade de objetivos, havendo, entretanto, diferenças de ênfase em questões relativas às relações entre o central, o regional e o nacional, bem como ao destaque dado às relações luso-brasileiras.

Com relação à Casa para os Poveiros, surgida um pouco depois, a ideia de sua fundação datou de 1929, um ano, portanto, antes de sua fundação. Segundo o histórico apresentado no site oficial da instituição:

³⁸¹ Disponível no site da instituição: <https://casadetrasosmontes.com>. Acessado em 20.8.2019.

A ideia da criação de uma ‘Casa dos Poveiros’ nasceu em 1929 na casa do alfaiate João Figueiras. No início pensou-se em criar grupos pró-Póvoa, tal como acontecia em Manaus, interligando os grupos de poveiros espalhados pelos estados do Brasil. Seria uma forma de unir as colônias poveiras e fazer propaganda da sua terra no país onde canta o sabiá. Dada a sua imensidão e a dificuldade de contactar os poveiros residentes nos mais recônditos lugarejos do país irmão, a ideia abortou. Na altura, era grande o surto de emigração para o Brasil. Gente nova à procura da árvore das patacas; fugindo dum país sem futuro, afogado em tristeza, desemprego e más condições de vida.

Nessa avalanche de jovens emigrantes poveiros, fervilhava urna sadia rivalidade desportiva entre o Varzim e o Sporting Clube da Póvoa, dois clubes que traziam colados ao coração. Habitados a conviver alegremente com as suas derrotas e vitórias, não podiam desabafar o fervor clubista por falta de lugares de convívio. Esse fervilhar do perde-e-ganha era “despejado” esporadicamente em qualquer esquina ou na mesa de um botequim em redor de um “chope” geladinho. Sabia a pouco, esse afiar de língua. Havia que se topar um local certo para se falar da Póvoa, dos amigos e dos clubes. Numa palavra faltava uma sede própria para matar saudades. Por outro lado, o caso do repatriamento dos pescadores poveiros chocou a jovem colônia emigrante. Se muitos pescadores regressaram à Póvoa para não se naturalizarem, outros por lá ficaram “vegetando” pelas praças com dificuldades económicas. Era necessária e urgente uma instituição que lhes fizesse o cadastro e lhes tratasse das suas preocupações e necessidades. Esses dois itens, um local mata-saudades e uma instituição que zelasse pelos pescadores menos afortunados, foram o gatilho para a criação da ‘Casa dos Poveiros no Rio de Janeiro’³⁸².

O lugar das festas na vida associativa

Como expressão de sociabilidade, encontro e preservação de tradições, as festas ocuparam no passado – e ocupam no presente – um papel de destaque no calendário de atividades das casas regionais. É importante lembrar que a palavra *feira* “é um termo vago, derivado do senso comum” (GUARI-

³⁸² Disponível no site da instituição: <http://www.casadospoveiros.com/joomla/>. Acessado em 29.10.2020.

NELLO, 2001, p. 969), que pode ser usada em uma “ampla gama de situações sociais concretas”. Como nos diz Alberto Ikeda e Américo Pellegrini Filho:

As festas representam momentos da maior importância social. São instantes especiais, cíclicos, da vida coletiva, em que as atividades comuns do dia-a-dia dão lugar às práticas diferenciadas que as transcendem, com múltiplas funções e significados sempre atualizados. As diversas espécies de práticas culturais populares podem ser a ocasião da afirmação ou da crítica de valores e normas sociais; o espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal (IKEDA, PELLEGRINI FILHO, 2008, p. 207).

Não há festa – quer as de rua quer as realizadas em ambientes fechados –, sem que um esmerado processo de preparação a anteceda, envolvendo sempre a colaboração de muitos. Além da lembrança de importantes efemérides, a gratificação maior do grupo que organiza uma festa é o oferecimento de diversão capaz de se transformar em uma lembrança inesquecível. No caso das festas tradicionais, que remetem à preservação da cultura de um povo, muito presentes no calendário das casas regionais, elas tendem a revisitar origens rural, ainda que os que se unem para celebrar há muito tenham se transformado em cidadãos. Um exemplo paradigmático é a festa da vindima, promovida pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, ainda que os portugueses fixados no Rio de Janeiro nunca tenham se dedicado, na terra de acolhida, ao cultivo da uva ou à produção de vinho.

Algumas festas apresentam-se como “tradições inventadas” em tempos mais recentes (HOBBSAWM, RANGER, 1984), tendo motivações que se irradiam para o campo do turismo. Como exemplo pode ser citada a Festa de Santoínho, que reúne, em terras minhotas, tradições variadas da região, apresentadas como espetáculo.

O Arraial Minhoto situado na região rural de Darze, Viana do Castelo, é simplesmente monumental, arrastando, durante alguns meses do ano, verdadeiras multidões, que formam, com ingresso na mão, filas intermináveis na entrada do *arraial*. O ingresso, comprado com antecedência, garante não só o acesso ao local quanto comida farta e variada. A animação cresce com o passar das horas, à medida que vários conjuntos folclóricos se apresentam e

bonecos gigantes invadem o salão para animar o baile, tudo regado a vinho e aos sabores da terra³⁸³.

Figura n.º 8
Arraial Minhoto Quinta do Santoinho,
Darze, Viana do Castelo



Fonte: Arquivo e foto da autora, 2018

Reproduzida no Brasil a partir de 1979, pela Casa do Minho, por iniciativa do vice-presidente da instituição, que, após participar de uma noite em Darze, vislumbrou o potencial da festa, o evento tornou-se um momento especial para lembrar tradições vividas em Portugal. Para além da alegria que caracteriza a festa em Viana do Castelo, a festa do Santoínho torna-se um momento de rememoração no Brasil. Ao envergarem seus trajes minhotos, cantarem e dançarem músicas tradicionais, como a Desfolhada e a Malhada, os grupos folclóricos *falam* do passado, de saudades e de celebrações.

³⁸³ Tive ocasião de participar da festa em fevereiro de 2018. Levado por um casal de amigos, Alberto Lebrão Cancela e Mércia Cabral de Oliveira. Tivemos que chegar muito cedo, para conseguir um bom lugar, quando se abrissem os portões. Fiquei deslumbrada com a monumentalidade do local e tive, efetivamente, uma noite inesquecível.

Figura n.º 9
Festa de Santoinho, apresentação de grupo folclórico



Fonte: *O Malho*, RJ, 7 de abr.de 1923. Arquivo e foto da autora, 2018.

Ao reproduzir festas portuguesas, adaptando-as a determinados locais e ressignificando suas conformações, características e finalidades, as *Casas* possibilitam que as saudades sejam amenizadas; que a distância entre os dois lados do Atlântico seja encurtada e que o sentimento de pertencimento à nação, enquanto “comunidade imaginada” ou sentida, floresça em outras dimensões, afastando o tão sofrido sentido de exterioridade. Durante as festas, as *Casas* engalanam-se e a alegria explode de várias formas: na visão de trajes seculares; na apresentação de danças que movimentam as lembranças; no som de músicas que despertam sonoridades adormecidas; nas emoções de compatriotas que comungam sentimentos e afetos; nos gostos que apuram o paladar; enfim, no viver, à distância, experiências de raízes.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict, 2008 – *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: São Paulo: Companhia das Letras.
- CÔRTE, Luciana Helena Mussi Beltrina, 2010 – O significado ‘afetivo’ daquilo que chamamos ‘casa’: uma reflexão através do cinema. *Caderno Temático Kairós Gerontologia*, 8, p. 231-242.

- DUROSELLE, Jean-Baptiste, 2000 – *Todo Império perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora da UNB.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da, 2006 – “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909”, in Ismênia de Lima Martins; Fernando de Souza (org.), *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiriquitã/FAPERJ.
- FRANK, Robert, 2008 – “História das Relações internacionais e imagens”, in M. M. Benzoni; Robert Frank; S. M. Pizetti, *Images des peuples et histoire des relations internationales du Xve siècle à nos jours*. Paris: Edizioni Unicopli/ Publications de la Sorbonne.
- GUARINELLO, Norberto Luiz, 2001 – “Festa, trabalho e cotidiano”, in István Jancsó; Íris Kantor (org.), *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/ Editora da USP/ Fapesp.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.), 1984 – *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IKEDA, Alberto Tsuyoshi; PELLEGRINI FILHO, Américo, 2008 – Celebrações populares: do sagrado ao profano. *Terra Paulista: Histórias, artes, costume.*, v. 3.
- LIMA, Maria Helena Beozzo de Lima, 1972 – A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português. *Antropologia Social* (UFRJ).
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2019 – “Diálogos entre história e memória: os portugueses e a expansão fabril no Rio de Janeiro (finais do XIX e inícios do XX)”, in José Jobson de A. Arruda *et al.* (org.), *Diásporas globais e migrações contemporâneas*. São Paulo: Alameda, p. 193-210.
- NORA, PIERRE, 1993 – Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, p. 7-28.
- PERROT, Michelle, 1994 – “Maneiras de morar”, in Philippe Ariés; George Duby (org.), *História da vida privada*, 4 (4.^a reimpressão). São Paulo: Companhia das Letras, p. 307-308.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2010 – Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações*. 6, p. 39-58.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1989 – A presença dos ausentes. *Revista de estudos urbanos e Regionais: Sociedade e Território*, n.º 8, p. 8-16.
- SARAMAGO, Lígia, 2011 – *Entre a Terra e o Céu: a questão do habitar em Heidegger*. Disponível em: http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_30_5_ligia_saramago.pdf [consult. 01 de set. 2019].
- SOUSA, Roberto Ribeiro de, 2007 – Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o lugar da Casa Regional no movimento associativo luso-brasileiro. *Espaço e Cultura*, n.º 22.
- TODOROV, Tzvetan, 1991 – *Nosotros y los otros. Reflexões sobre a diversidade humana*. México/Madrid: Siglo veintiuno.

Açorianos em São Paulo

– Tradição, Identidades e Turismo

Maria Izilda Matos³⁸⁴

Elis Regina Barbosa Angelo³⁸⁵

Não se habita impunemente em outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos (SAYAD, 2000, p. 14).

1. Apresentação

Os fenômenos migratórios contemporâneos vislumbram o estabelecimento de novos fluxos, não se podendo prever todos os desencadeamentos e amplitudes. Como tudo que desempenha a função de revelar conflitos e crises, as atuais migrações internacionais criam oportunidades de reavivar as questões em torno do tema, discutir trajetórias, memórias e tradições.

Os processos de deslocamentos para cidade de São Paulo possibilitaram a formação de territórios imigrantes³⁸⁶, que se tornam palcos privilegiados de experiências associativas gerando processos simbólicos. Essa investigação busca compreender os sentidos dessas formações, com uma atenção especial para as experiências associativas dos portugueses (Casa de Portugal, Casa da Madeira e Casa dos Açores). As casas e associações regionais surgiram em diferentes momentos e com perspectivas distintas, devendo ser entendidas como ações de práticas políticas, já que se inscrevem em arenas

³⁸⁴ PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³⁸⁵ UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³⁸⁶ A noção de territorialidade identifica o espaço enquanto experiência individual e coletiva, refletindo a trama das relações sociais, culturais, políticas e econômicas vivenciadas neste espaço transformado historicamente e marcado de lembranças, experiências e memórias (LEFEBVRE, 1986; RAFFESTIN, 1993; ROLNIK, 1992).

de tensões, relações de dominação, negociações com trocas internas e com a sociedade de acolhimento.

Nesse texto privilegia-se a presença dos açorianos, observando sua prática associativa na Casa dos Açores de São Paulo (CASP), abordando a historicidade desta experiência organizativa (fundação, questões associativas, práticas cotidianas e recreativas), particularizando, as discussões nas questões das memórias, patrimônio e turismo. Entre suas propostas, a CASP fortalecer as memórias e o patrimônio da imigração açoriana, desta forma, se constitui como “lugar de memória” (NORA, 1993), das invenções das tradições e identidades³⁸⁷, incluindo aspectos rituais, saberes, fazeres, afetividades, valores, costumes, religiosidade e memórias presentes na vida dos açorianos deslocados para a cidade. No seu calendário cultural e de festas destaca-se as celebrações do Divino Espírito Santo, considerado como símbolos da açorianidade³⁸⁸.

Metodologicamente a pesquisa está assentada na história oral (ALBERTI, 2003; ALBERTI, 2005, p. 155-202; AMADO, FERREIRA, 2005; BOSI, 1987; LANG, CAMPOS, DEMARTINI, 1998; POLLACK, 1989, 1992; PORTELLI, 1997, 2004; THOMPSON, 2002), acrescentando outras fontes como fotografias, e o regimento da CASP, além de observação de documentos da própria associação. Esses depoimentos narram afetivamente o pertencimento à comunidade, rememorando experiências e recuperando histórias sob múltiplas perspectivas. Percebe-se a produção de sentidos dadas as experiências vivenciadas, as memórias constituídas e reforçadas com marcos escolhidos conformando representações de uma *comunidade imaginada*³⁸⁹. Nas rememorações, as referências à Festa do Divino emergem a todo o momento como uma forma de reconexão aos Açores.

A pesquisa foi expressivamente desenvolvida entre os anos de 2006 a 2011, no entanto, outros momentos de acompanhamento da comunidade sem sendo feitos nos últimos anos, dedicados a observação participante, em festas, eventos e comemorações da Casa dos Açores e de seus representantes.

³⁸⁷ A categoria invenção está aqui posta no sentido de se questionar a existência de uma essência identitária, subentendendo um processo de criação cultural, pleno de sentidos, disputas e tramas de poder (HOBBSBAWM, RANGER, 1997; MATOS, 2019).

³⁸⁸ Açorianidade é entendida como um sentimento aflorado sobre as raízes que vai além do simples bairrismo, pois, condensa a solidariedade e a união dos sujeitos oriundos do mesmo lugar. São aqueles que constituíram um estado de ser do “homem açoriano”, com destaque ao e/imigrante que busca preservar suas raízes ilhoas (NEMÉSIO, 1932).

³⁸⁹ A expressão *comunidade imaginada* foi cunhada por Benedict Anderson e se relaciona a uma abordagem antropológica de nação. Assim, o autor definiu nação como comunidade política imaginada implicitamente limitada e soberana. (ANDERSON, 2008).

2. Questões e debates: historiografia e saídas

Os estudos sobre a imigração podem ser considerados uma temática eleita pela historiográfica paulista, particularmente, quando entrecruzada com outras questões como: cafeicultura, indústria, trabalho e movimento operário. Apesar deste privilegiamento, as experiências migratórias dos portugueses, só mais recentemente, têm sido investigadas (MATOS, 2013; MATOS, MENEZES, 2015, 2017; ANGELO, 2015; PASCAL, 2005; FRUTUOSO, 1989; FREITAS, 2006). Abrindo novos campos a questionamentos que observem as especificidades dos imigrantes lusos em relação a outras nacionalidade e internamente ao grupo as singularidades dos que vieram de diferentes regiões de Portugal Continental e das Ilhas, já que

... não houve um único padrão de deslocamento dos grupos familiares, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir (DEMARTINI, 2003, p. 3).

Dessa forma, pretende-se recuperar e problematizar a imigração açoriana ressaltando toda complexidade de situações vivenciadas, incluindo os contextos das saídas, diferentes projetos e estratégias para concretizá-los, os valores que envolveram escolhas e reorientações, o estabelecimento de redes (RAMELLA, 1995; TILLY, 1990; TRUZZI, 2008), tensões e rompimentos, observando sua prática associativa (CASP) e suas ações na busca pela manutenção da memória e das identidades.

Apesar das controvérsias sobre os motivos da emigração açoriana, pontuam-se: as limitações da região (solo vulcânico e catástrofes naturais), as dificuldades econômicas (crises de alimentação e de produção), sociais e familiares (aumento demográfico), o tipo de propriedade e o atraso tecnológico. Também às tensões políticas, fugas ao recrutamento militar, poucas oportunidades de trabalho e baixos salários, acrescentando-se à frágil expressão do setor comercial e industrial, a este conjunto de fatores se soma o desejo de “fazer a América”. Para além de focalizar as questões explicativas dos motivos de saída e das possibilidades que se apresentavam na sociedade de acolhimento, cabe observar que as partidas contínuas eram movidas por

expectativas, aspirações, sonhos, desalentos, resistências que no seu conjunto constituíram uma cultura de emigração, com histórias marcadas por epopeias do enfrentamento do desconhecido no além-mar.

A emigração açoriana se ampliou e se transformou num processo contínuo, gerando polêmicas. Apontava-se os aspectos negativos dos fluxos, enfatizando que o despovoamento afetava as atividades agrícolas e fabris; em contraposição, se destacava os deslocamentos como válvulas de escape para as tensões sociais, assinalando a importância das remessas para o desenvolvimento da economia insular, esses recursos possibilitavam benefícios às propriedades e negócios, além de estimular investimentos e aquecer o comércio (CORDEIRO, SILVA, 2010). Quanto às ações políticas do governo português no que se refere a emigração podem ser consideradas ambíguas, ou seja, ora repressiva, ora permissiva (PEREIRA, 2002). A emigração passou a ser encarada como uma questão social e política e se buscou aprimorar o controle sobre as saídas clandestinas, o tráfico ilegal e as ações dos engajadores que contavam com a conivência de agentes e tripulantes.

Além do Brasil, entre outras regiões que atraíam a emigração açoriana destacaram-se Estados Unidos, Bermudas, Havaí e Canadá, aparecendo como destinos menos significativos: Venezuela, Argentina e Uruguai, Austrália, África do Sul, Europa e países africanos de língua portuguesa.

No Brasil têm-se notícias de açorianos nos estados do Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, com destaque para Santa Catarina e Rio Grande do Sul e São Paulo, onde se encontram imemoriáveis referências aos açorianos (FREITAS, 1985). Nos inícios da Grande Imigração (finais do século XIX), foram localizadas famílias da ilha de São Miguel em fazendas na região de Ribeirão Preto (de propriedade de Martinho Prado Jr.) e também em Descalvado, Mogi Mirim, Campinas e Piracicaba.

A partir das décadas de 1950 e 1960, pode-se perceber um novo rumo nos deslocamentos açorianos, privilegiando a cidade de São Paulo, com a instalação na Vila Carrão (Zona Leste). A retomada da imigração portuguesa para o Brasil na década de 1950, ocorreu quando da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953), sendo São Paulo o principal polo de atração, devido expansão econômica e industrial. Nesse período, a imigração portuguesa foi espontânea, apesar de não haver quotas que limitassem as saídas, também, não se podia contar com subsídios governamentais (de Portugal, nem do Brasil), assim, quem decidisse emigrar deveria vir com recursos próprios.

Em 1950, o Brasil tinha a maior colônia de portugueses no estrangeiro, havia no país 1.085.287 estrangeiros, sendo 310.261 portugueses, destes, 135.428 moravam em São Paulo (TRINDADE, CAMPOS, 2003). Essa comunidade constituiu associações e centros, que se tornaram veículos de comunicação entre o governo português e os lusos no estrangeiro.³⁹⁰

Dado o número enorme dos portugueses emigrados, bem como sua dispersão e a ausência de mecanismos rigorosos de localização, o único veículo de comunicação bilateral nesse momento são as estruturas locais organizadas sob a forma associativa: embora o recurso a técnicas de comunicação de massas permitisse teoricamente levar determinada informação ao conhecimento de todos os membros de uma comunidade, era inviável o trajeto em sentido contrário (TRINDADE, 1984, p. 234).

Um dos trabalhos relevantes sobre a temática açorianos em São Paulo é a tese de doutoramento de Elis Regina Barbosa Angelo (2011), que traz em seu bojo as representações culturais da comunidade açoriana, estabelecendo um diálogo com suas memórias de e/imigração. Processos de produção, transformação e ressignificação cultural convergem na Festa do Divino Espírito Santo, símbolo da dinâmica entre a manutenção das tradições e a vida no novo país. Nessa perspectiva, os indivíduos e o coletivo vão sendo favorecidos pela ideia de união e solidariedade, a partir desse núcleo comum de ações, a CASP.

3. Casa dos Açores de São Paulo: associativismo e território

A partir das décadas de 1950 e 1960 os açorianos buscaram em São Paulo novas possibilidades, conforme apontamentos acima descritos, com base em publicações e investigações acerca da temática, expressivas em número e análise de sentidos das festividades, da construção da Casa dos Açores e mesmo de aspectos acerca desses sujeitos da imigração na cidade, eles se instalaram na Vila Carrão (Zona Leste), nas ruas Dentista Barreto, Água

³⁹⁰ O governo salazarista (1933-1968) aperfeiçoou a propaganda do regime (difusão de notícias e do ideário do político) para portugueses residentes no estrangeiro, tendo como canal prioritário as casas e associações (RODRIGUES, 2006).

Funda e Luzia da Conceição Moraes, que ainda hoje apresentam um número elevado de ilhéus e seus descendentes.

Esses açorianos se estabeleceram nesta região devido as oportunidades de trabalho, em particular, as oferecidas pelo Cotonifício Guilherme Giorgi, no qual ocupavam maior parte dos postos. O sistema funcionava através de *redes*, os recém-chegados que eram chamados tinham indicações para a inserção na fábrica:

Primeiro veio meu tio, minha tia e duas primas e depois nós viemos ah... o meu pai e minhas 2 irmãs, depois a minha mãe e 4 filhas e depois ainda mais um tio que morou na nossa casa...o meu pai e as minhas 2 irmãs quando chegaram aqui, o meu tio já tinha arrumado um serviço na tecelagem de Guilherme Giorgi, que geralmente onde todos trabalhavam...Meu pai trabalhou sempre em indústria e nessa tecelagem na Cotonifício Guilherme Giorgi, chamava. E trabalhava também fazendo horta, todo pedaço de terra que ele via. Tinha um campo aí do Guilherme Giorgi, que eram tudo casas, sobrados, apartamentos, que tinha ali, que os portugueses se juntavam ali naquele pedaço de terra e cultivavam ali. E isso, e o meu pai trabalhava de noite na fábrica e durante o dia ele pegava as verdurinhas dele, botava num carrinho de mão e ia vender na feira (Maria de Lurdes Arruda Paz, 2006).

Além do trabalho nas fábricas, os açorianos dedicavam-se às ocupações em setores técnicos especializados, ainda, se fazendo presentes nas padarias, armazéns, floriculturas, feiras livres, açougues, participando de forma ativa e garantindo a visibilidade na comunidade da Vila Carrão.

Os desejos por organizar uma associação se expressaram frente as necessidades de apoio e auxílio, não só na procura por trabalho, também na inserção e assentamento na nova sociedade.

Apesar de seu caráter recreativo, um dos objetivos mais respeitados pelas associações portuguesas – inclusive pelas Casas Regionais – é a orientação e introdução dos novos imigrantes no mercado de trabalho e na vida urbana (a maioria dos portugueses vem de áreas rurais). Por outro lado, elas pretendem reproduzir no Brasil símbolos e padrões culturais característicos de Portugal ou das regiões portuguesas que representam (SEYFERTH, 1990, p. 67).

Concentrados nessa vizinhança, os açorianos se reuniam para conversar, trocar notícias e rememorar a terra natal, aflorando o desejo de retomar devoções difundidas nas ilhas como as do Divino Espírito Santo e do Senhor Santo Cristo dos Milagres, dessa forma, a iniciativa associativista foi aflorando no sentido de fortalecimento dos traços culturais e religiosos diluídos pelo processo de deslocamento.

A Casa dos Açores na Vila Carrão foi idealizada e implementada pelos esforços e cooperação entre os membros da comunidade frente aos anseios em compartilhar relações de sociabilidade e preservar expressões culturais açorianas³⁹¹. O projeto se concretizou em 1980³⁹², quando foi formada a primeira diretoria, presidida por Manuel de Medeiros. Em novembro de 1981, a sede foi transferida para a casa adquirida na Rua Dentista Barreto, 1.282, sendo que o projeto de construir/reformar a nova sede mobilizou várias famílias que participaram do processo através das doações em dinheiro, material e trabalho, sendo a obra finalizada (1986). As edificações contam com os dois Salões de festas, Cozinha, Adega, Bar, Salas de reuniões, Secretaria, Biblioteca e a Capela do “Divino Espírito Santo”.

A Casa do Açores visa construir um espaço de encontro e sociabilidade entre parentes, conterrâneos e amigos, manter elos com as origens e cultivar as tradições açorianas, para tanto, propõem atividades culturais, sociais, eventos de lazer e recreação, encontros gastronômicos, festas religiosas, merecendo destaque a organização do Grupo Folclórico (ANGELO, 2015). Assim, como outras:

... casas regionais apresentam-se como locais de representações e manifestações culturais de identidade local, regional e nacional relacionadas aos distritos, províncias e regiões além é claro do próprio espaço nacional português. Tais representações estão apoiadas em referências geográficas a partir das festas, símbolos, imagens, saudosismo da terra natal em que as casas regionais se constituem como lugares para o estabelecimento e encontro de manifestações que revelam lado do processo de construção de identidade associado ao espaço geográfico (SOUSA, 2005, p. 2).

³⁹¹ Surgiu um novo tipo de movimento associativista, movido também pelo desejo de preservação da identidade e da memória, distinto das associações portuguesas (OLIVEIRA, 2014).

³⁹² Fundação da Casa dos Açores de São Paulo, em Vila Carrão. Açor - Órgão Informativo da Casa dos Açores. Ano I, n.1. São Paulo, jun./jul. 1987. p.1.

Como outras iniciativas de associativismo³⁹³, CASP buscou se legitimar politicamente através de articulações com as origens, cultivando relações com o Governo Regional das Comunidades nos Açores³⁹⁴, possibilitando que vários representantes da CASP participem de eventos nas Ilhas com o apoio governamental.

Pelo conjunto de suas ações, a Casa dos Açores de São Paulo inscreveu marcas no bairro, propalando costumes e tradições açorianos, deixando marcas no patrimônio construído e nas heranças imateriais (festas, manifestações culturais e religiosas) e se tornou uma possibilidade para a recuperação de histórias da açorianidade³⁹⁵. Nesse processo, se destaca a promoção da Festa do Divino Espírito Santo, reconhecida como o elo estratégico de ligação com a tradição das ilhas e considerada patrimônio turístico da cidade de São Paulo.

4. Festa do Divino Espírito Santo: memória, tradição e turismo

Os imigrantes açorianos estabelecidos em São Paulo buscaram a manutenção de vínculos com as origens, consolidando formas de identificações que foram definidas e redefinidas ao longo de trajetórias e gerações (ESCOSTEGUY, 1999). Enquanto elementos de memória e tradição, as festividades, celebrações e comemorações religiosas constituem-se em legados culturais que na sua historicidade passam por processos de ressignificação, interferências e transformações, sendo constantemente construídos e reconstruídos através dos tempos e em diferentes espaços (HALL, 2000). No caso da comunidade de açorianos merece destaque o culto e a celebração da festa

³⁹³ Sobre a criação e objetivos das Casas Regionais: “A origem do associativismo pode ser mesmo relacionada ao núcleo familiar: essa prática é atribuída ao “espírito de economia e previdência da família”. Os imigrantes teriam herdado essa tradição e se precavam criando muitas vezes um lar comum para os que não formavam família aqui ou não a traziam aos poucos (NOGUEIRA, 1998, p. 44).

³⁹⁴ O Conselho Mundial das Casas dos Açores foi formado pelos membros constituintes das Casas dos Açores no mundo. Na Declaração de Horta, reunidos seus representantes, formou no período de 12 a 15 de novembro de 1997, sob o patrocínio do Governo Regional dos Açores, por meio do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades, esse elo com as direções efetivas das instituições, entre elas Elisiário dos Santos Filho, representante da Casa de São Paulo.

³⁹⁵ “Açorianidade, as memórias da migração, a identidade diaspórica, a formação de redes transnacionais, as comunicações virtuais, a política cultural, as formas de organização comunitárias e as diferenças entre as comunidades inseridas em contextos nacionais específicos, aparecem como campos privilegiados de pesquisa” (LACERDA, 2003, p. 52).

em louvor do Divino Espírito Santo que se tornaram símbolos da açorianidade, encontrando-se presente no cotidiano e em momentos celebrativos.³⁹⁶

O culto e a festa do Divino têm ancestralidade na cidade de São Paulo (FREITAS, 1985), com a chegada dos imigrantes, essa tradição e suas celebrações foram recriadas e ressignificadas. Com o estabelecimento dos açorianos na Vila Carrão e adjacências, a festividade religiosa passou a ser realizada anualmente na sede e nos entornos da Casa dos Açores, o trajeto da procissão corta as avenidas mais importantes da área (década de 1970).

A devoção ao Espírito Santo é uma tradição cultural nos Açores com contexto e práticas diferenciados da sociedade de acolhimento (São Paulo), aonde se observam adaptações e novas práticas. Nesse sentido, alguns depoentes que acompanharam a festividade ao longo dos anos, destacam a importância de valorizar e difundir as tradições açorianas por meio das celebrações e, também, de conscientizar e transmitir essas tradições às novas gerações, atribuindo sentido de continuidade ao grupo e fortalecendo vínculos e laços afetivos com a terra natal. As devoções e celebrações trazidas das Ilhas agregam a comunidade recriando formas de pertencimento que estabelecem relações simbólicas e permitem observar como que os traços da cultura açoriana se mantêm e como foram (re)construídos e reelaborados ritualisticamente, recriados, modificados e transformados.

Nesse sentido, a Casa dos Açores na Vila Carrão se constituiu em um território cultural *lócus* de construção de experiências e trocas culturais, observa-se que ela integrou vivências identitárias (hábitos, religiosidade, devoção, festividades, sonoridades, sabores) que estabelecem ligações simbólicas, emocionais e expressam sentidos de pertencimento e de evocação da memória coletiva. As comemorações do Divino Espírito Santo da Vila Carrão envolve atividades de cunho religioso e outras práticas, podendo ser identificada como uma festa profano-religiosa³⁹⁷.

A primeira festa do Divino foi realizada no bairro ocorreu em maio de 1974, com a criação da CASP (1980), esta passou a encabeçar as celebrações, participando ativamente da promoção do evento, através de seus associados e da arrecadação de fundos ao longo do ano. Visando angariar recursos e articular a comunidade, são organizados encontros religiosos, gastronômicos

³⁹⁶ Na trajetória da investigação, foram realizadas visitas à CASP, especialmente nos momentos de festividade, em particular a Festa do Espírito Santo, percebendo-se a importância dessa atividade para a comunidade.

³⁹⁷ Sobre a configuração das festas pode-se observar tanto as religiosas, ministrados por sacerdotes ou por pessoas autorizadas pela igreja; quanto as profano-religiosas, ministrados por leigos com a aprovação do sacerdote homenageando as figuras sacras (PAIVA MOURA, 2001).

e festivos, como: terços do Divino Espírito Santo, quermesse da festa, coquetel dos colaboradores, aniversário dos Açores, Revelando São Paulo (com a participação do grupo nas atividades no parque da Água Branca), Semana Cultural Açoriana, Natal, entre outras. Nestas ocasiões, além da apresentação dos grupos folclóricos, são servidos pratos tradicionais da gastronomia portuguesa e açoriana, como bacalhoadas, massa sovada, cordeiro assado e cozido açoriano.

Figura n.º 1
Folias e Foliões do Divino na Casa dos Açores



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo – comemoração dos 31 anos de folias³⁹⁸.

As apresentações como essa contida na imagem acima representa ações diversas da CASP, nas quais se pode identificar datas comemorativas, ações sociais e culturais relevantes em dias festivos da cidade e mesmo para a comunidade açoriana, nessa data foi comemorado 31.º Aniversário do Grupo Folclórico da Casa dos Açores de São Paulo em 28 de outubro de 2021.

Outros referenciais são os Terços do Divino Espírito Santo, que envolvem a reza diária dos terços durante sete semanas, alternando-se as rezas cantadas por homens e mulheres, essas preces buscam manter as práticas das Ilhas, especialmente as de São Miguel e da Ilha Terceira, de onde veio

³⁹⁸ As imagens utilizadas são fotografias tiradas pela CASP durante as apresentações. CASP. Imagens. Disponível em: <https://www.facebook.com/casadosacoressp>. Acesso em 12/02/2021.

a maioria dos açorianos. As datas e os locais onde se realizam as rezas e os demais rituais da festa são previamente determinados. Os símbolos do Divino (Coroa e Bandeira) são levados para diferentes casas sorteadas a cada ano, sempre no último domingo de festa, conhecidas como “as domingas do Divino”. Também ocorrem as Folias do Divino, feitas de improviso por repentistas que recolhem doações e cantam em agradecimento.

A cada ano a festa é organizada por um casal diferente – os “mordomos da festa”, escolhidos e anunciados ao final do festejo anterior, momento em que já se iniciam os preparativos para o ano seguinte.

Escolha do ‘Mordomo’, é assim, a gente até muitos anos atrás, a gente tinha até muitas vezes o sorteio. Como tinham vários casais que queriam participar, que sabiam que tinham vontade de participar, vinham e colocavam o nome e era sorteado aqui dentro, antes de ser anunciado lá. Hoje, o ‘Mordomo’ atual, com uma equipe, convida o próximo ‘Mordomo’. Como que é esse convite? Normalmente, a gente procura que seja uma pessoa que participa da Comunidade, que esteja presente aqui, que conheçam as nossas tradições... Não precisa ser açoriano, porque nós temos muitos açorianos... Nós temos muitos colaboradores aqui nossos que não são açorianos, que são brasileiros, mas que adoram... (Leonilda dos Reis Jacob, 2009).

Na seleção e sorteio das semanas os sujeitos da ação do próximo ano são escolhidos para gerenciar a festa, trazendo aspectos de cada grupo ou família, dando àquele ano um caráter único.

No dia de Pentecostes, às nove e meia da manhã inicia-se a procissão (com os símbolos do Divino e também a imagem de Nossa Senhora de Fátima), que sai da CASP em direção à Igreja de Santa Maria Virgem, também na Vila Carrão, onde se realiza a missa em louvor ao Divino Espírito Santo. Durante o ritual religioso, sete crianças são coroadas e realiza-se a bênção aos presentes, em nome do Divino Espírito Santo.

Alguns pontos altos da festa incluem a procissão e a escolha das sete crianças a serem coroadas, isso fortalece as relações de amizade e de referência cultural às antigas festa dos Açores, retratando uma peculiaridade desse grupo, pois, adaptaram a coroação, típica dos Açores com uma coroação de adulto para sete crianças, formando elos e garantindo uma nova expressão local.

Figura n.º 2
Procissão do Divino na Casa dos Açores



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo. CASP, 2017³⁹⁹.

A procissão garante o elo da CASP com a Igreja onde se comemora o Pentecostes sagrado, unindo os esforços profanos que representam o grupo nessa região. Na mesma área, as celebrações continuam através de festejos (profanos) com a apresentação de grupos folclóricos, que alegram os visitantes com as antigas cantigas portuguesas e açorianas (memórias afetivas). Compõem a festividade, a quermesse na qual as barraquinhas vendem comidas consideradas típicas da gastronomia açoriana, com destaque para as linguças, alheiras, malassadas e morcelas, bolinhos de bacalhau, arroz doce, massas sovadas, além do vinho dos Açores⁴⁰⁰.

³⁹⁹ CASP. Imagens. Disponível em: <http://www.casadosacores-sp.com.br/index.html>. Acesso em 08/03/2021.

⁴⁰⁰ “A divisão binária de passado e presente, tradição e modernidade, no nível da representação cultural e de sua interpelação legítima. Trata-se do problema de como ao significar o presente, algo vem a ser repetido, relocado e traduzido em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos de artifício do arcaico” (BHABHA, 1998, p. 64-65).

Todos os produtos comercializados ou compartilhados durante a festa do Divino são preparados na própria Casa dos Açores. As mulheres ficam intensivamente envolvidas, a cozinha da CASP passa a ser uma extensão das suas casas e de seu país de origem o que envolve uma conotação emocionalmente construída, como se a Casa fosse um pedacinho dos Açores uma forma de voltar as raízes ancestrais.

Para as mulheres, os tempos da festa são divididos entre esse trabalho de preparo e o dia da celebração, com a retomada das tradições do “sistema culinário”⁴⁰¹ desenvolvido e recriado na prática do fazer, possibilitando relações de sociabilidade concretizadas, não apenas no ato de comer, também, no preparo visto como celebração.

Figura n.º 3
Massa Sovada



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo⁴⁰²

O tempo das mulheres é visualizado em ações coletivas, organizando atividades do saber-fazer que ultrapassa a técnica, ao referenciar aspectos das histórias comuns e das histórias de seus antepassados, formando laços afetivos importantes na comunidade açoriana. Apesar das incorporações, adaptações, apropriações e transformações, os momentos de sociabilidade, as celebrações, os sabores das antigas receitas se constituíram um legado cultural da comunidade⁴⁰³, possibilitando identificações pessoais e coletivas.

⁴⁰¹ Sistema Culinário se constituiu num conjunto cultural, enfatizando relações simbólicas que envolvem a alimentação de um grupo, seja na produção dos ingredientes, modos de fazer, cocção e serviço a mesa.

⁴⁰² CASP. Imagens. Disponível em: <http://www.casadosacores-sp.com.br/index.html>. Acesso em 08/03/2021.

⁴⁰³ O saber-fazer da cozinha se transmite geracionalmente, o processo de aprendizado se dá através da transmissão de mãe para filha e, também, na experiência coletiva nesses momentos de encontro. Entretanto da tradição escrita pouco restou, a elaboração dos pratos era/é majoritariamente automática, mantendo-

Tem gente que tá aqui fazendo linguíça, tá aqui fazendo a alheira, tá aqui trabalhando o dia inteiro, então, também são doadores. São doadores do trabalho. Aí, esse número de duzentos passou pra trezentos... O que a gente faz de Culinária, assim, na Festa, por exemplo: o dia que a gente faz a Morcela, no dia que a minha mãe faz a Morcela, que a gente se reúne pra fazer a Morcela aqui, aí elas fazem o Pão de Milho, elas fazem o debulho, fazem... Deixa eu ver mais o quê... Fazem o Arroz-Doce... (Leonilda dos Reis Jacob, 2009).

O preparo das alheiras é um momento a parte, a imagem retrata um cenário que produz o prato típico e os sentidos desses sabores para a comunidade e a sociedade em geral. Às mulheres cabe o fazer e os seus sentidos, que definem o grupo na questão do outro, o bairro acaba sendo reconhecido pelas diferenças, entre elas, pelos sabores da CASP. Quanto à doçaria, o arroz doce é outro prato de festa, usado como sobremesa, sobressai em todos os recantos de Portugal, mas, em especial nas festas do Divino das Ilhas. Nas receitas reproduzida nas festas da Casa dos Açores, o arroz doce, tem a cor amarelada porque na receita além do arroz, leite, canela, incorpora ovos.

Figura n.º 4
Confecção das Alheiras



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo⁴⁰⁴.

se como parte dos costumes e elemento da memória, com práticas, hábitos recebidos e transmitidos oral e empiricamente. As receitas enraizadas vinculam-se a ideia de cozinhar bem e estão associadas à vida doméstica e às tradições. Através delas podem-se decifrar códigos econômicos (produção e consumo), a recorrência de ingredientes (vinculada a produção local ou às ações de importação e exportação), favorecimento de certos produtos, mudanças e permanência de hábitos familiares, diferentes paladares, hábitos de comer frio ou quente, mais ou menos salgado, apimentado, pastoso ou sólido, também os sentimentos estéticos com suas diferentes maneiras de apresentar e servir.

⁴⁰⁴ CASP. Imagens. Disponível em: <http://www.casadosacores-sp.com.br/index.html>. Acesso em 08/03/2021.

Figura n.º 5
Arroz doce



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo, 2017⁴⁰⁵.

O arroz doce, servido como as Ilhas, é atrelado ao cozido açoriano como sobremesa no Pentecostes outro sabor marcante da festa. A gastronomia se tornou um dos principais atrativos da visita à festa, as ditas experiências gustativas, que envolvem comidas rituais, próprias de festejos e comemorações, como a Festa do Divino. As práticas gastronômicas constituem relações sociais/simbólicas e marcas identitárias, sendo portadoras de valores, hábitos e costumes que se deslocam com os imigrantes. Os fazeres e saberes da alimentação compõem as trajetórias das mulheres imigrantes presentes no cotidiano e nos momentos celebrativos.

A alimentação (gosto e cozinhar) vincula-se às tradições transmitidas, no caso das imigrantes açorianas os sabores da memória foram reconstruídos e reelaborados na sociedade de acolhimento. Contudo, nesse processo histórico ocorrem interações, experiências fronteiriças e híbridas, constituindo “identidades recriadas”.

Durante a preparação e consumação da Festa do Divino se estabelecem ligações emocionais que mobilizam a comunidade despertando “campanhas de memória”, aflorando lembranças e emoções, recordações da sociedade de origem, das saídas e dificuldades enfrentadas na nova terra, das devoções, canções e sabores da comida materna, num rememorar que implica na re-

⁴⁰⁵ CASP. Imagens. Disponível em: <http://www.casadosacores-sp.com.br/index.html>. Acesso em 08/03/2021.

construção do passado irreversível, com a reelaboração e ressignificação das trajetórias e de si mesmo.

Os sabores da festa fazem parte das memórias tanto dos imigrantes açorianos, seus descendentes como dos visitantes, a gastronomia, sem dúvida é um dos carros-chefe das celebrações ao Divino. A celebração e os festejos saíram do recinto da CASP para o espaço público, chegando a atrair cerca de 20.000 pessoas (envolvendo mais de 150 pessoas trabalhando) conta com o apoio da Polícia Militar da Guarda Metropolitana e da Companhia de Engenharia de Tráfego, no fechamento da rua. Dona Leonilda rememora: “A nossa festa faz parte do calendário oficial da Prefeitura de São Paulo e tem todo o suporte da mesma.”

Mesmo frente as mudanças ocorridas na trajetória dos membros da comunidade (com o deslocamento de alguns para outros bairros), os açorianos reconhecem a importância e a necessidade da manutenção das tradições, reconstruindo de forma resistente elos entre o passado e o presente. Desta forma, a Festa do Divino se tornou, além de marco celebrativo-identitário e uma referência turística na cidade de São Paulo.

Figura n.º 6
A gastronomia típica da festa



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo, 2020⁴⁰⁶.

⁴⁰⁶ CASP. Imagens. Disponível em: <http://www.casadosacores-sp.com.br/index.html>. Acesso em 08/03/2021.

Figura n.º 7
Festa na rua: quermesse da Festa do Divino



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo.⁴⁰⁷

Com o crescimento e importância da festa, a CASP teve que reorganizar o seu funcionamento, ajustando um cronograma anual de atividades e preparativos para garantir a efetivação com sucesso do festejo, também criar fundos, angariar valores e fazer previsão de gastos, assumindo uma logística ampliada, tanto durante a festa do Divino como nos preparativos. Como um dos chamativos da festa é o elemento gastronômico, foi ampliada a oferta de barracas, de doces, folar, alheiras e mesmo de malassadas e massas sovadas, observa-se como o turismo se apropria e ressignifica múltiplas práticas e tradições identitárias.

A experiência de participação nos festejos é identificada como *turismo cultural proposital* no qual “os turistas aprendem sobre outras culturas ou patrimônio e este é o maior motivo para visitar um determinado destino. Este tipo de turista busca aprofundar suas experiências culturais”⁴⁰⁸. A comensalidade é um elemento presente durante o evento, o acolhimento aos visitantes também simboliza um vínculo com as memórias migrantes, expressão dos sentimentos do grupo.

O turismo enquanto experiência cultural, de lazer e gastronômica corrobora para o conhecimento, enriquecimento e percepção da cultura de um

⁴⁰⁷ CASP. Imagens. Disponível em: <http://www.casadosacores-sp.com.br/index.html>. Acesso em 08/03/2021.

⁴⁰⁸ Além do Turismo Cultural Proposital, pode-se tipificar outras experiências do turista a de visitante de pontos de interesse em uma cidade; turismo cultural casual; turismo cultural incidental e o turismo cultural serendipista (MCKERCHER, CROS, 2002).

grupo (aqui em pauta dos açorianos). Enquanto forma de entretenimento e recreação envolve as dimensões da imaginação e da ação. A dimensão da imaginação se vincula às memórias imigrantes (o que foi trazido da origem, o que resistiu aos tempos e como foram às adaptações).

A dimensão da ação vincula-se a experiências de interação e participação dos rituais da festa (sensações, sabores, sonoridades), tanto os açorianos e seus descendentes quanto de turistas e visitantes buscam socializar-se e usufruir da comemoração, também registram essas experiências por meio de narrativas, fotos e filmagens divulgando-as nas redes sociais (MARCELLINO, 2002).

5. Algumas considerações

A pós memória dos descendentes de açorianos se constitui através das narrativas ouvidas dos pais e avós, com as descrições da festa vivenciadas antes dos deslocamentos, relembrando as distantes terras açorianas, seus sabores, imagens e sonoridades. Contudo, neste processo histórico, ocorrem interação com a sociedade de acolhimento, gerando experiências fronteiriças e híbridas, numa trama de ligações afetivas com à cultura da sociedade de origem e a de acolhimento, constituindo-se “identidades recriadas” sendo a festa na Vila Carrão foi ressignificada com a “invenção identitária”.

Ainda existem múltiplas outras histórias para serem contadas e diversificados processos de deslocamentos para serem desvendados. Novas investigações e interpretações poderão contribuir para reverter invisibilidades, cooperando no desvelar de memórias e histórias da e/imigração, a inclusão de uma perspectiva do associativismo (Casa dos Açores de São Paulo) poderá ser favorável para recuperar as experiências desses sujeitos históricos.

Ao expressarem as formas identitárias como grupo local, a Festa do Divino da Vila Carrão encontra na fé a motivação celebrativa de indivíduos de mesma identidade, ao passo em que fomentam a visitação e a sociabilidade, seja de adeptos religiosos, seja de turistas e visitantes que celebram e comungam da mesma manifestação.

O lazer e o turismo, atividades crescentes com a promoção da festa despontam como possibilidades de interação dos membros da comunidade açoriana com outros indivíduos, compartilhando gostos, tradições, crenças, valores e costumes. Contudo, o fomento ao turismo envolve polêmicas e questionamentos, como: se as festas tradicionais para a comunidade como

momento celebrativo não seria desvirtuado com o crescimento do festejo; como fazer para manter a longevidade das celebrações tradicionais como elemento de coesão social; como enfrentar as necessidades de reorganização logística da festa; como divulgar o caráter educativo do significado da manutenção das identidades, entre outras inquietações (MELÉNDEZ, 2001).

A CASP se constitui como um território açoriano em São Paulo, tornando-se uma possibilidade para pesquisas em vários temas como: açorianidade, memórias da migração, cultura e patrimônio, turismo e cultura, identidade diaspórica, formação de redes transnacionais, política cultural, organizações comunitárias, além de permitir observar diferenças entre essa comunidade e outras inseridas em outros contextos.

Contextualizar a referência do turismo e das tradições faz parte do que a CASP promove em São Paulo, pois, a e/imigração teve destaque numa diversidade de países, nos quais se observa ações de apropriação da cultura da festa, dos sabores e dos fazeres de homens e mulheres, formando elos de memória e de histórias a serem contadas e recontadas ancestralmente.

Fontes e Bibliografia

Fontes

CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. Fundação da Casa dos Açores de São Paulo, em Vila Carrão. *Açor - Órgão Informativo da Casa dos Açores*. Ano I, n.1. São Paulo, jun./jul. de 1987.

CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. *Estatuto da Casa dos Açores de São Paulo*. In: Estatutos Antigos. Disponível em: <http://casasdosacores.org/casas-dos-acores/sao-paulo/>. Acesso em 13/04/2017.

CASP. Imagens. Disponível em: <http://www.casadosacores-sp.com.br/index.html>. Acesso em 08/03/20021.

DL/GACS. Diário da Lagoa. *Governo dos Açores assinala Dia Internacional dos Migrantes*. Disponível em: <http://diariodalagoa.com/arquivo/24727>. 16 de dezembro de 2015. Acesso em: 22/01/2018.

FALCÃO, Napoleão. Estudo: O Espírito Santo no Novo Testamento. Disponível em: <http://www.estudosgospel.com.br/artigo-evangelico-reflexao-poesia-gospel-esboco-e-sermao/o-espírito-santo-no-novo-testamento.html>. Acesso em 13/01/2018.

Bibliografia

ALBERTI, Verena, 2005 – “Histórias dentro da história”, in Carla Bassanezi Pinsky (Org.), *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.

ALBERTI, Verena, 2003 – *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC.

- AMADO, J.; FERREIRA, M, (coord.), 2005 – *Usos & Abusos da história oral* (7. ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ANDERSON, Benedict, 2008 – *Nação e consciência nacional*. RJ: Ática.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa, 2017 – “As celebrações do divino espírito santo: Um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (Res)significação da cultura”, in Lená Medeiros de Menezes; Fernando de Sousa (org.), *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa; MATOS, Maria Izilda Santos de, 2008 – “Imigrantes açorianos em São Paulo: Tempos, tradições e transformações”, in, Maria Izilda Santos de Matos; Fernando de Sousa (Org.), *Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses*. Bauru: EDUSC, p. 259-272.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa, 2015 – *Trajetórias dos Imigrantes Açorianos em São Paulo*. Jundiaí: Paco Editorial.
- BHABHA, Homi, 1998 – *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOSI, Ecléa, 1987 – *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz-Edusp.
- CORDEIRO, Carlos; SILVA, Susana Serpa, 2010 – “Perspectivas sobre a emigração açoriana no século XIX”, in Maria Lucinda Fonseca, *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares. Actas da Conferência Internacional*. Lisboa: Sersilito-Empresa Gráfica, p.327-345.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena, 1999 – *Cartografias dos estudos culturais: Stuart Hall, Jesús Martín-Barbero e Nestór Garcia Canclini* (tese de doutorado em Ciências da Comunicação/USP. São Paulo).
- FREITAS, Afonso Antonio de, 1985 – *Tradições e Reminiscências paulistanas (1868-1930)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- FREITAS, Sônia Maria de, 2006 – *Presença Portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, Memorial do Imigrante.
- GARCIA, Sylvia Gemignani, 1996 – Cultura, dominação e sujeitos sociais. *Tempo Social*, 8(2), p. 159-176.
- HALL, Stuart, 2000 – *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence, 1997 – *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JURKEVICS, Vera Irene, 2005 – Festas Religiosas: A Materialidade da Fé. *História: Questões & Debates*. n.º 43.
- LANG, Alice B. S. G.; CAMPOS, Maria Christina S. S.; DEMARTINI, Zeila de B. F., 1998 – *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. SP: Humanitas.
- LACERDA, Eugenio Pascele, 2003 – *Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade* (tese de Doutorado em Antropologia Social/UFSC).
- MARCELLINO, Nelson C, 2002 – *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas. Autores Associados.
- MATOS, M. Izilda de, 2019 – *Cotidiano e Cultura* (3.ª Ed.). SP, E@Manuscrito.
- MATOS, M. Izilda S. de, 2013 – *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX*. Bauru: EDUSC.

- MATOS, M. Izilda S.; MENEZES, L. M, 2017 – *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo - XIX e XX)*. São Paulo: E-Manuscrito.
- MCKERCHER, B. e CROS, H. 2002 – *Cultural Tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management*. New York, London, Oxford: THHP.
- MELÉNDEZ, U. L. A, 2001 – Revitalización de la Cultura a través del Turismo: Lãs Fiestas Tradicionales como Recurso Del Turismo Cultural. *Revista Turismo em Análise*, v. 12, n.º 2, p. 43-59.
- NEMÉSIO, V, 1932 – *Açorianidade*. Barcelona, Insula, n. 7-8, jul./ago.
- NOGUEIRA, Ana Maria de Mora, 1998 – *Como Nossos Pais - uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói, 1900/1950* (dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense).
- NORA, Pierre, 1993 – Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28.
- OLIVEIRA, Antonio Henrique Seixas de, 2014 – “Associações e Casas regionais Portuguesas na Cidade do Rio De Janeiro - Lugares de Memória”, in *Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. Salvador BA: UCSal, n. 3, v. 6, p. 50-66. Disponível em: <http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2006/04.%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 12/08/2017.
- PAIVA MOURA, A., 2001 – “Turismo e Festas Folclóricas no Brasil”, in Pedro Paulo Funari; Jaime Pinsky, *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Contexto.
- PASCAL, Maria Aparecida, 2005 – *Portugueses em São Paulo*. São Paulo: Expressão e Arte.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Bauru: EDUSC.
- POLLACK, Michael, 1989 – Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n. 3, p. 3-15.
- POLLACK, Michael, 1992 – Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro, 2004 – “O Momento da Minha Vida: Funções do Tempo na História Oral”, in *Muitas Memórias Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’água, p. 292-313.
- PORTELLI, Alessandro, 1997 – Tentando Aprender um Pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História* (15), p. 13-49.
- RAMELLA, Franco, 1995 – “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratórios”, in María Bjerg; Hernán Otero, *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, p. 9-21.
- RODRIGUES, Ondina Antonio, 2006 – *Imigração portuguesa no Brasil* (4.ª ed.) (Série Resumos, 5). São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura: Departamento de Museus e Arquivos. Memorial do Imigrante/Museu do Imigrante.
- ROLNIK, R, 1992 – “História urbana: história na cidade”, in A. Fernandes; M. A. Gomes (org.), *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA.
- SAYAD, A, 2000 – O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 13.
- SEYFERTH, Giralda, 1990 – *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UNB.

- SOUSA, Roberto Ribeiro de, 2005 – *Representações geográficas de identidades: o caso das casas regionais de origem portuguesa no Rio de Janeiro - RJ*. Londrina, Paraná: Universidade Estadual de Londrina.
- THOMPSON, Alistair, 2002 – Histórias Comovedoras. História Oral e Estudos de Imigração. *Revista Brasileira de História: Viagens e Viajantes*. Vol. 22, n. 44, p. 341-364.
- TILLY, Charles, 1990 – “Transplanted Networks”. In: Yans-McLaughlin, Virginia (ed.). *Immigration Reconsidered. History, Sociology and Politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 79-95.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 2010 – Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações*, n. 6, abril, p. 39-58.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 1984 – *O diálogo instituído*, Nova Renascença, jul/set.
- TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina S.de Souza, 2003 – *Olhares Lusos e Brasileiros*. São Paulo: Usina do livro.
- TRUZZI, Oswaldo. 2008 – Redes em processos migratórios. *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*. SP: v. 20, p. 199-218.

Depoimentos Orais

- ARRUDA, Antonio Tavares. [60 anos]. [Janeiro de 2018]. São Paulo.
- JACOB, Leonilda dos Reis, [junho de 2009]. São Paulo.
- MEDEIROS, Manuel de. [61 anos]. [junho de 2008]. São Paulo
- PAZ, Maria de Lurdes Arruda [novembro de 2006]. São Paulo.
- REIS, Ilda Maria Salvador dos. [78 anos]. [junho de 2008]. São Paulo.
- RODRIGUES, Maria Joana Rezende. [78 anos]. [outubro de 2006]. São Paulo.
- SOARES, Henrique de Arruda. [68 anos]. [julho de 2008]. São Paulo.

Das práticas de ajuda mútua ao “fandango de finta”: a (re)invenção da identidade portuguesa no litoral do Paraná

*Roseli Boschilia⁴⁰⁹
Emilio Carlos Boschilia⁴¹⁰*

Introdução

A experiência do deslocamento geográfico, para além de deixar marcas indeléveis na memória daqueles que vivenciam esse fenômeno, exige dos indivíduos que e/imigram um esforço colossal no sentido de transpor barreiras culturais e afetivas. Por esta razão, o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (2000, p. 14) afirma que ninguém deixa sua terra impunemente, pois entre os desafios enfrentados pelo sujeito que se desloca é preciso lembrar não só do esforço por ele empreendido no sentido de adaptar-se às novas formas organizacionais da vida cotidiana no país estrangeiro, mas, sobretudo a necessidade que esse indivíduo tem de revisar seus sistemas de referência, normas e valores, percurso esse que dá origem a uma nova identidade, que se constitui historicamente por meio de processos de hibridização e transnacionalização (CANCLINI, 2001, p. 144).

Ao desembarcarem na América Portuguesa os colonizadores lusitanos, como se sabe, transportaram na sua bagagem, além de artefatos materiais, vasto patrimônio imaterial, constituído de bens intangíveis nos quais estão incluídos os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, lendas e mitos, enfim, tudo aquilo que diz respeito às práticas e representações sociais, culturais e linguísticas de um determinado grupo social.

Os obstáculos a serem transpostos por estes colonizadores, para adaptar-se a um novo cenário absolutamente adverso eram diversos, exigindo deles, para além de esforço físico e habilidade para desafiar os perigos impostos pela natureza, a necessidade de acionar mecanismos de coesão e in-

⁴⁰⁹ UFPR – Universidade Federal do Paraná.

⁴¹⁰ Pesquisador autônomo.

tegração social, que pudessem, de algum modo, facilitar as condições de sobrevivência. Nesse sentido, as práticas de ajuda mútua, durante as atividades laborais, bem como o estabelecimento de espaços de sociabilidade para a realização de rituais e celebrações culturais e religiosas foram extremamente importantes para minimizar o processo de isolamento, desterritorialização e desenraizamento identitário ao qual os estrangeiros, de modo geral, estiveram submetidos nas chamadas sociedades de acolhimento.

Nessa perspectiva, ancorado nas reflexões teóricas sobre memória coletiva, patrimônio imaterial e identidade, este artigo tem como objetivo analisar a permanência e a transformação de práticas sociais, culturais e simbólicas de herança portuguesa na sociedade paranaense, com ênfase nas manifestações culturais associadas à dança e à música. No interior de um amplo espectro de costumes e práticas transmitidas pelos colonizadores, algumas foram apropriadas ou “reinventadas” pelos e/imigrantes portugueses e seus descendentes, se configurando como importante fator de integração e manutenção dos laços identitários desses e/imigrantes com a sua cultura de origem.

Trabalhar e se divertir: as práticas de ajuda mútua e a celebração do fandango no jogo das trocas simbólicas

As sucessivas levas de portugueses que, desde o século XVI, estiveram envolvidos no movimento diaspórico que resultou no deslocamento de milhares de pessoas em direção às colônias, deixaram traços de seus hábitos e costumes que ainda hoje sobrevivem através da memória, da história e de fragmentos.

Oriundos de áreas geográficas marcadas pela pobreza, especialmente da região do Minho e do arquipélago dos Açores, os colonizadores e imigrantes que aportaram na América Portuguesa descobriram precocemente que para sobreviver naquele território, que nada tinha de “paraíso tropical”, era preciso, antes de mais nada, colocar em prática o provérbio muito apregoado no interior das sociedades rurais portuguesas de que “uma andorinha só não faz verão”. Ou seja, para fazer frente às dificuldades da vida cotidiana era imprescindível que os agricultores contassem com a indispensável cooperação e solidariedade dos vizinhos. Em Portugal, como ademais em outras regiões da Europa, as ações coletivas, ancoradas fundamentalmente na ideia

de reciprocidade⁴¹¹, integravam o cotidiano das aldeias camponesas tradicionais, sempre que houvesse dificuldade para executar uma tarefa que não podia ser realizada a contento por meio de uma ação individual. A colheita de determinado produto agrícola antes do período de chuvas, por exemplo, era motivo para que toda a comunidade se mobilizasse, evitando assim que o proprietário da terra tivesse prejuízo, caso o produto não fosse colhido no momento certo. Assim, em determinadas épocas do ano, era usual que homens, mulheres e crianças se reunissem em torno de atividades laborais que podiam incluir não só tarefas associadas ao plantio e a colheita de produtos agrícolas, mas também a preparação do vinho e do azeite ou ainda a construção de instrumentos, maquinários ou edificações diversas.

De acordo com regras internas que estavam implícitas na prática da ajuda mútua, de “dar, receber e retribuir”, durante a jornada de trabalho, era dever da família anfitriã alimentar aqueles que atendiam ao seu convite. Na região norte de Portugal, a refeição mais comumente oferecida pelos anfitriões por ocasião dos eventos de ajuda mútua era composta de produtos disponíveis na região, como carne de caça ou sardinha, pão, vinho verde, frutas e azeitonas. No momento das refeições, as pessoas conversavam e trocavam ideias, mas era ao final do dia, depois de encerrada a labuta, que, de fato, ocorria o evento de confraternização, ansiosamente aguardado por toda a comunidade. Como forma de agradecer pelo auxílio recebido, era imperativo que o anfitrião honrasse o compromisso de reunir os trabalhadores para uma comemoração festiva, durante a qual, além de comer e beber, as pessoas tinham oportunidade de cantar, dançar e se divertir. Essa festa, que se estendia noite adentro e não tinha hora para acabar, se configurava como um “momento extraordinário”, no qual as pessoas, momentaneamente liberadas da carga imposta pelas adversidades da vida cotidiana, podiam não só fortalecer as relações de amizade e o sentimento de solidariedade como também transmitir às gerações mais jovens atitudes e condutas estreitamente associadas às regras de convivência social.

Desse modo, estes espaços de sociabilidade, definidos por François Dosse como “comunidades de inscrição”, para além de se configurarem como lugares da reprodução de comportamentos capazes de garantir a manutenção da identidade coletiva do grupo, cumpriam importante papel na transmissão

⁴¹¹ A reciprocidade, de acordo com as reflexões de Karl Polanyi (2000), consiste em uma ação que implica no ato de retorno, estabelecendo vínculos que, além de estimular a produção de bens materiais também promove a circulação de bens simbólicos. Sobre o assunto consultar Sabourin (2009) e Souza *et al.* (2013, p. 169).

de signos memoriais, cujo maior objetivo era impedir que determinadas práticas e saberes caíssem no esquecimento (CANDAU, 2019, p. 120).

Nestes momentos de celebração e conagração se praticava um estilo de dança, que na Península Ibérica era conhecido como fandango, caracterizado pelo ritmo barulhento, ao som de músicas compostas de improviso e entremeadas por palmas e batidas de pés.

No que diz respeito à origem do fandango, para a maior parte dos pesquisadores que se dedicaram ou se dedicam ao estudo do tema, essa manifestação cultural, de origem árabe, teria se disseminado na Península Ibérica, durante o domínio mouro (ARAÚJO, 1975; RODERJAN, 1981; PINTO, 1983; RANDO, 2003). Em contraposição existe uma outra vertente, cujo principal expoente é o historiador inglês Peter Burke, que defende a ideia de que o fandango é originário da América Latina, de onde teria partido para a Espanha no início do século XVIII (BURKE, 1989, p. 142). Essa discussão, sem dúvida, ainda carece de maior aprofundamento, pois “poucos pesquisadores foram além da abordagem folclórica do tema e discutiram aspectos históricos e sociais em torno do fandango”, como bem observou o historiador José Augusto Leandro (2007, p. 42).

Apesar das controvérsias em torno da origem do fandango, autores portugueses, como Teófilo Braga (1985)⁴¹², defendem que essa manifestação cultural estava presente no cotidiano das sociedades camponesas, de diferentes regiões de Portugal, desde o século XVIII.

Em que pese a ausência de fontes documentais que possam fornecer indícios acerca do contexto histórico em que o fandango foi incorporado ao cotidiano das sociedades camponesas da Península Ibérica, é inegável a semelhança entre as celebrações que foram trazidas pelos colonizadores para a América Portuguesa, com esse nome, e o fandango ainda hoje praticado no litoral paranaense.

Do nosso ponto de vista, uma das principais razões para que o fandango, nos moldes que era praticada em Portugal, tenha sido transferido para a América, se deve, em grande medida, à relação direta, para não dizer simbiótica, desta manifestação cultural com as práticas de ajuda mútua que integravam o cotidiano das populações rurais na Península Ibérica.

⁴¹² [Em Portugal] as danças populares do século XVIII eram muito desenvoltas, tais como a *Fofa*, o *Batuque*, a *Arrepiã* e o *Fandango* (BRAGA, 1985, p. 300).

O fandango caíçara: uma manifestação cultural (re) inventada

Como já mencionado, a prática da ajuda mútua, baseada na ideia de reciprocidade, era uma das poucas, senão a única alternativa que restava aos colonizadores e posteriormente aos imigrantes que, via de regra, aqui chegaram sem dispor de muitos recursos, além da sua própria força de trabalho, para sobreviver. Assim, para a execução de qualquer tarefa que exigisse maior número de braços, como o corte de uma árvore para a confecção de uma canoa ou a construção de um telhado, estas pessoas necessitavam contar com a ajuda dos vizinhos.

Cabe lembrar ainda que, na tentativa de se contrapor à ideia de que as práticas de ajuda mútua tenham sido trazidas para a América pelos europeus, alguns autores defendem que essa prática era um recurso já utilizado pelas populações autóctones, antes mesmo da chegada dos colonizadores europeus ao território americano. Nesse sentido, cabe lembrar que o termo “mutirão”, que no Brasil é sinônimo de “ajuda mútua”, é originário do tupi-guarani e seu significado está diretamente associado à ideia de “trabalho comum”. Embora essa discussão seja relevante, ela não será problematizada no âmbito desse artigo, tendo em vista que nosso foco de análise está voltado para a manifestação cultural do fandango e não às práticas da ajuda mútua propriamente ditas.

Não obstante, é preciso lembrar que, ainda que os mutirões já fossem praticados na América antes do século XVIII e fossem igualmente regidos pelos princípios de reciprocidade presentes na estrutura das ações de ajuda mútua que ocorriam na Península Ibérica, a música e a dança praticadas pelas populações indígenas durante as festividades de encerramento do mutirão eram diversas das celebrações do fandango. Essa distinção entre as celebrações realizadas por indígenas e luso-brasileiros, fartamente descritas por viajantes europeus que percorreram o território brasileiro no século XIX, reforça a hipótese de que o fandango praticado no litoral do Paraná carrega evidentes traços da música e da dança portuguesa.

Não se pode negligenciar, contudo, que, ao serem trazidas para a América Portuguesa, tanto as práticas de ajuda mútua quanto às manifestações culturais do fandango, sofreram modificações dependendo não só das condições materiais dos grupos que precisavam lançar mão desse artifício para garantir as condições de sobrevivência, mas também dos códigos culturais e representações simbólicas presentes nos locais onde essas ações coletivas foram recriadas. Ou seja, no processo de hibridização, essas manifestações

culturais perderam a relação exclusiva com seus territórios de origem, incorporando elementos oriundos de outros grupos sociais (CANCLINI, 2000, p. 348).

Porém, antes de nos concentrarmos nas diferenças entre o fandango português e o fandango caíçara, vamos destacar algumas semelhanças entre as duas manifestações culturais. Ao descrever as danças do Minho, o escritor Faustino Xavier de Novais, citado por Teófilo Braga (1985, p. 302), faz referência não só às “marcas” que compõem o fandango, como a chula e a cana verde, mas menciona também dois instrumentos indispensáveis nesta dança, que são a rabeca e a viola.

Dansa a *chula* e o *pésinho*,
A *Canna verde*, a *chiquita*,
A *Constança* e o *Josesinho*,
Tão insípidas na Invicta
Quanto engraçadas no Minho.
Bem repinizada a *chula*
Tem p’ra mim maior valia;
Vêr a moça quando pula,
E a rabeca quando chia.
E a *saranda* na viola,
Isso é trigo sem mastúra:
Mas é moda a cantarola,
Quem num vae num faz fugura.

Embora esse autor enfoque especialmente a região do Minho, é interessante observar que a viola utilizada ainda hoje pelos fandangeiros do litoral paranaense, guarda muita semelhança com as violas portuguesas produzidas em diversas regiões de Portugal, como Braga, Amarante, Coimbra, Beira Baixa, Alentejo e, também, no arquipélago dos Açores (MARCHI, 2006, p. 61).

Outro elemento que evidencia os traços da cultura lusitana no fandango caíçara, está relacionado à presença do adufe⁴¹³, instrumento musical que, ao lado da viola e da rabeca, é peça obrigatória nas celebrações do fandango.

⁴¹³ Também conhecido como adufe, pode ser descrito como um pandeiro membranofone quadrangular. Associado às tradições folclóricas da zona interior fronteiriça de Portugal, principalmente a Beira Baixa, o adufe é um instrumento muito antigo, cujas origens, segundo Dias (2011, p. 17-15) remetem à antiga Suméria ou ao Egito. De acordo com esta mesma autora, testemunhos arqueológicos encontrados em Tavira, na região do Algarve, trazem evidências de que esse instrumento musical faz parte da cultura

A permanência de características ligadas à estrutura do evento, não só no que diz respeito aos instrumentos, mas também em relação à coreografia e à musicalidade, mostram que, mesmo após ter passado por um processo de ressignificação, o fandango caiçara, como enfatiza o pesquisador Alceu Maynard Araújo (1975) mantém fortes laços com o fandango português. Estudos mais recentes, tais como os realizados por Carmem Lúcia Rodrigues (2013), e José Carlos Muniz (2017), mostram que a manutenção dessas características, que aproximam o fandango caiçara da sua matriz, de origem portuguesa, se deve fundamentalmente à força da tradição oral.

Mas para além de destacar aspectos que evidenciam a forte semelhança entre as celebrações praticadas no norte de Portugal e no sul do Brasil, alguns autores mostram que o fandango caiçara precisou passar por um processo de ressignificação para continuar a fazer parte do repertório cultural dos habitantes da região que hoje compreende o litoral sul de São Paulo e do Paraná. Nesse sentido, cabe perguntar: o que teria provocado essa necessidade de adaptação? E quais foram as táticas utilizadas pela população caiçara para garantir a manutenção de uma celebração que há várias gerações integrava o seu cotidiano e, portanto, fazia parte das suas representações simbólicas?

O “fandango de finta”: um jeito novo de dar e receber

Nos seus estudos sobre o fandango, a pesquisadora Roselys Roderjan (1981) chama atenção para a especificidade do fandango caiçara, enfatizando que, embora essa manifestação cultural guarde em sua essência, semelhanças com o fandango praticado em outros estados da região sul do Brasil, ela adquiriu contornos específicos, que estão diretamente relacionados às atividades de subsistência praticadas pelas comunidades caiçaras, voltadas especialmente à pesca, à agricultura da mandioca ou ao extrativismo (CORREA, 2016, p. 426).

Corroborando essa ideia, Inami Custódio Pinto (1983) também destaca a especificidade do fandango paranaense, que é bastante distinto de outras partes do país, nas quais essa manifestação cultural se apresenta sob a forma de autos e dramatizações. No caso do Paraná, de acordo com este pesquisador, o fandango não se restringe a uma determinada dança, mas se configu-

portuguesa desde o final do século XI ou início do XII (DIAS, 2010, p. 872).

ra como um conjunto de danças regionais (“marcas”) que só sobrevivem de modo integrado (PINTO, 1983).

Na região denominada como zona caiçara, boa parte da população vive, ainda hoje, essencialmente da pesca e da agricultura de subsistência, tendo em vista que sua estrutura fundiária está apoiada, desde o século XIX no modelo da pequena propriedade. O isolamento geográfico foi outra característica que contribuiu para a baixa densidade demográfica, trazendo como resultado a existência de comunidades rurais, cuja população, não raro, é composta por membros de apenas duas ou três famílias. A persistência desse perfil socioeconômico e das condições geográficas deu à região feições singulares que acabaram definindo um modo de vida tipicamente caiçara, fruto de um sistema organizado de saberes, gestos e crenças, cuja transmissão está ancorada na memória coletiva.

No interior dessa configuração socioeconômica, a prática da ajuda mútua, mesmo em localidades com maior concentração populacional, como Paranaguá, Morretes e Antonina, acabava se restringindo às atividades de caráter social e religioso, uma vez que eram raros os proprietários de terra que, após se beneficiar do trabalho realizado pelos amigos e vizinhos, tivessem condições materiais para oferecer, em troca, comida, bebida e divertimento.

Diante da carência de membros da comunidade capazes de mobilizá-la em torno do trabalho coletivo e do ritual de encerramento festivo ligado à prática dos mutirões tradicionais, a população caiçara reinventou a tradição, procurando manter as redes de convívio através de festividades organizadas pelos próprios fandangueiros. Para a aquisição e preparo dos alimentos e das bebidas, que não podiam faltar nestas comemorações realizadas especialmente em dias de descanso, os organizadores precisavam contar com a generosidade dos participantes, motivo pelo qual essa festividade passou a ser conhecida como “fandango de finta”, ou simplesmente “Finta”. O termo finta, vale lembrar, deriva de um imposto que foi lançado, de forma arbitrária, pela Coroa portuguesa, no século XVIII⁴¹⁴. De acordo com Roderjan (1981, p. 29), o termo “finta” passou a ser utilizado pelos membros da sociedade caiçara como sinônimo de “coleta”.

⁴¹⁴ Na época do Brasil Colônia, os mineradores eram obrigados a pagar à Coroa Portuguesa o quinto, imposto correspondente a 20% (um quinto) da produção aurífera que passava pelas casas de fundição. Porém, diante das dificuldades para fiscalizar a quantidade do metal extraído e evitar desvios ilegais, a Coroa Portuguesa substituiu o quinto pela finta, que consistia na cobrança de um valor fixo. No início do século XVIII este imposto correspondia a trinta arrobas (aproximadamente 450 quilos) anuais.

A prática da coleta, como mecanismo para viabilizar a realização do fandango, contando exclusivamente com a cooperação dos participantes do evento, permanece ainda hoje entre os fandangueiros do litoral paranaense, conforme relata a moradora de Guaraqueçaba, Dona Dorçulina Eiglmeier, entrevistada pelo pesquisador José Carlos Muniz. em 2004: “amanhã é sábado, vamos fazer um fandango. Então saiam pedir em cada casa, que cada um dava um dinheiro pra comprar pinga [aguardente], comprar café, comprar açúcar, pão, comprar tudo pra fazer o fandango” (*cit.* por MUNIZ, 2017, p. 71).

Para além de arrecadar donativos, com o objetivo de adquirir os produtos necessários para a celebração do fandango nos dias de descanso, a população caiçara também costumava promover festas de fandango em homenagem aos santos padroeiros e, nesse caso, a arrecadação de doações em dinheiro era destinada à igreja ou capela da comunidade. Traços desse costume, recorrente no século XIX, aparece na documentação analisada pelo historiador José Augusto Leandro (2007). Um dos processos criminais cotejados pelo autor põe à mostra o caso de um lavrador, residente no Rocio de Paranaguá que, na noite de 15 de agosto de 1868, organizou um divertimento “em regozijo ao dia da Assunção de Nossa Senhora” e foi acusado de estar organizando uma “reunião sediciosa” em seu fandango (LEANDRO, 2007, p. 47-48).

Em virtude da referida acusação, sua casa foi cercada por um destacamento policial que impediu a realização do evento. Indignado com a situação, o lavrador moveu uma ação de responsabilidade contra o Delegado de Polícia do termo, alegando que a ação policial havia causado um dano de quatro mil réis, dinheiro este que “seria oferecido a Nossa Senhora do Pilar, em honra de quem fazia o seu regozijo” (LEANDRO, 2007, p. 48). Reforçando a hipótese de que a maior parte das celebrações de fandango eram promovidas por iniciativa de algum membro da comunidade, sem vinculação direta com a prática que envolvia o ritual dos mutirões, este autor lembra que nos processos por ele analisados “as testemunhas sempre salientam, em suas falas, o fato de terem sido convidadas para ir ao fandango “armado” [ou seja, organizado] por alguém (LEANDRO, 2007, p. 48).

Exemplos como esses evidenciam os mecanismos que foram adotados pela sociedade caiçara no sentido de garantir a permanência de uma manifestação cultural que, longe de se restringir à dança e à música, guarda fortes traços de uma “economia moral camponesa”, na qual a solidariedade constitui um elemento fundamental para a manutenção dos laços identitários.

Assim, a invenção do “fandango de finta”, fruto do hibridismo cultural e das condições materiais da sociedade caiçara, exemplifica claramente os modos pelos quais as pessoas se apropriam do seu patrimônio imaterial, visando preservar suas raízes identitárias. Como observa o antropólogo Joël Candau (2019, p. 99), as celebrações têm uma dimensão teleológica, cuja função principal é a de garantir a boa gestão da identidade de um grupo, de uma instituição ou de uma nação. Porém, conforme esse mesmo autor assevera, o fato de um grupo compartilhar marcos memoriais semelhantes não significa que as representações construídas sobre o passado serão idênticas (CANDAU, 2019, p. 36).

Ou seja, embora o fandango caiçara contenha distorções em relação à festividade original, ele guarda traços das manifestações culturais praticadas pelas sociedades camponesas da Península Ibérica. Estes traços estão presentes não só no uso dos instrumentos, como já foi destacado anteriormente, mas também por outros elementos como a coreografia, composta por uma série de danças, de origem lusitana, denominadas “marcas”, e cujos movimentos variam de acordo com o ritmo de cada uma delas Roderjan (1981). Estas danças, identificadas pelos fandangueiros por nomes associados à fauna e à flora, tais como caranguejo, anu, andorinha, sabiá, lajeana, chamarrita e cana-verde também estão presentes no repertório dos grupos folclóricos paranaenses, conforme será visto mais adiante. Ao lado das danças que são identificadas por nomes relacionados a elementos da natureza, também são comuns denominações como vilão de lenço, xarazinho, xará grande e marinho (RODERJAN, 1981, p. 30).

Outra particularidade destacada por essa autora em relação ao fandango caiçara, reside no fato de que,

Algumas danças são valsadas, executadas arrastando os pés, e outras, sapateadas (batidas ou rufadas), entremeadas de valsados e palmas. O sapateado é feito pelos homens, com tamancos especiais, e as mulheres dançam arrastando os pés, atentas à coreografia. Os sapateados finais são chamados de arremate (RODERJAN, 1981, p. 30).

A autora reforça a ideia já discutida anteriormente de que “o acompanhamento musical é feito com duas violas, uma rabeca e um adufo (pandeiro), confeccionados pelos próprios fandangueiros. O historiador José Augusto Leandro acrescenta que “o próprio tamanco dos dançarinos, batido incessantemente sobre tábuas de madeira”, constitui uma importante fonte

sonora (LEANDRO, 2007, p. 42). Roderjan observa ainda que os cantos são tirados pelos dois violeiros, em vozes paralelas, e podem ser tradicionais ou improvisados (RODERJAN, 1981, p. 30).

Assim, em que pese o caráter polissêmico presente na noção de fandango, as celebrações realizadas pelas populações litorâneas, relacionadas ou não aos mutirões de trabalho, reconhecidas como “fandango caiçara” podem ser definidas como “uma expressão popular associada à cultura “caipira” ou “caiçara”, que reúne dança, com coreografias em pares e roda, e música executada por violas, rabecas [...] e outros instrumentos [...]” (CORREA, 2016, p. 1).

Vestígios do fandango tradicional na dança e na música dos grupos folclóricos portugueses

A permanência de traços de herança portuguesa em determinadas manifestações culturais da sociedade paranaense, vale lembrar, é bastante visível não só no que diz respeito ao fandango caiçara, mas também pode ser constatada, por exemplo, em relação às Cavallhadas de Guarapuava⁴¹⁵.

Este fenômeno ganha ainda maior relevância quando consideramos que o território paranaense nunca se caracterizou como lugar de destino preferencial dos portugueses. Pelo contrário, em comparação com outras regiões do Brasil, que receberam grande afluxo de colonizadores e imigrantes oriundos de Portugal, o Paraná está entre os estados cujo contingente de população portuguesa sempre foi considerado modesto.

Assim, é surpreendente a permanência destas manifestações culturais no interior de grupos sociais específicos, ainda que, ao longo do tempo, tenham passado por um processo de reinvenção. De acordo com Denys Cuche, um costume particular só pode ser explicado se estiver relacionado ao seu contexto cultural (CUCHE, 1999, p. 45), tendo em vista que este está imerso no jogo das lógicas simbólicas que articulam cultura e identidade. Apoiando-se na antropóloga americana Ruth Benedict (1934), Cuche afirma que, “uma cultura não é uma justaposição de traços culturais, mas uma maneira coerente de combiná-los (CUCHE, 1999, p. 78). Nessa equação, talvez resida o segredo que permitiu que celebrações culturais como o fandango caiçara

⁴¹⁵ Há farta documentação escrita e iconográfica a respeito das cavallhadas de Guarapuava, especialmente no período entre 1899 e 1999. Sobre o assunto consultar Schipanski (1999).

ganhassem centralidade no cotidiano da população, se constituindo não só como uma oportunidade de divertimento, mas, principalmente, em um espaço de sociabilidade e de afirmação identitária.

Vale notar que nem mesmo os conflitos gerados pelo processo de independência, entre “portugueses de Portugal” e “portugueses brasileiros”, foi capaz de arrefecer o interesse da sociedade paranaense pelas manifestações culturais de herança portuguesa, tendo em vista que no jogo das lógicas simbólicas, tanto o fandango quanto as cavalhadas já eram consideradas no século XIX como celebrações tipicamente paranaenses.

No contexto político do I e do II Império, os novos contingentes populacionais oriundos de Portugal, que ingressaram em vários estados brasileiros na condição de imigrantes, se mobilizaram em prol da criação de entidades associativas que pudessem, de algum modo, minimizar os problemas mais imediatos que afetavam sobretudo os imigrantes pobres, como aqueles relacionados à saúde, às relações de trabalho e às questões jurídicas. Neste cenário, por iniciativa dos portugueses que já estavam estabelecidos no território brasileiro há mais tempo, houve um esforço voltado especialmente à fundação de Santas Casas de Misericórdia e à criação de Associações de Socorro Mútuo e de Beneficência, instituições estas que, além de oferecer amparo aos seus compatriotas, também se configuravam como espaços de sociabilidade que estimulavam a interação da comunidade ética⁴¹⁶.

No cenário cultural, o objetivo central dessas associações era a constituição de gabinetes de leitura, contendo acervos bibliográficos voltados exclusivamente à literatura portuguesa, bem como jornais, álbuns e almanaques que tivessem como foco assuntos relacionados a Portugal, facilitando o contato dos imigrantes com a sua cultura de origem.

No Paraná, a primeira associação portuguesa foi criada em 1878, por iniciativa de imigrantes e descendentes de portugueses que, além de ocuparem lugar privilegiado na área do comércio, também buscavam inserir-se no nascente ramo industrial que emergia na província, graças à produção da erva-mate. De acordo com a documentação disponível, havia, por parte deste grupo de fundadores, a preocupação em criar mecanismos que propiciassem a coesão do grupo e de um território simbólico capaz de fortalecer os laços identitários.

Pela leitura das atas que compõem o acervo da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro (SPBPD), é perceptível o silêncio dos di-

⁴¹⁶ Sobre o assunto consultar Fonseca (2008) e Boschilia (2008).

rigentes daquela entidade em relação à programação de atividades culturais, que fossem além das celebrações comemorativas de aniversário da Sociedade ou de outras datas festivas, a exemplo do dia de Camões. O foco em projetos voltados preferencialmente à resolução de problemas mais emergenciais, como a construção de um hospital ou a criação de um fundo de reservas para socorrer as famílias de imigrantes em caso de doença ou morte de compatriotas, foi a questão central para as diversas gestões da Sociedade Portuguesa até o final do primeiro governo Vargas⁴¹⁷. Assim, somente no contexto pós Segunda Guerra Mundial, alguns representantes da Sociedade Portuguesa passaram a se preocupar com a criação de um grupo de dança folclórica, envolvendo as gerações mais jovens.

Do nosso ponto de vista, o interesse pela criação de grupos de dança folclórica vinculados às associações étnicas derivou de três fatores distintos. O primeiro deles, de caráter mais pragmático, tinha como objetivo atrair os filhos de imigrantes e de seus descendentes para o interior dos clubes, visando não só o aumento do número de associados, mas também fomentar a presença das gerações mais jovens nas atividades promovidas pelas entidades.

No caso da SPBPD uma primeira tentativa no sentido de envolver as gerações mais jovens nas programações organizadas pela Sociedade já havia ocorrido na década de 1920, com a criação do Grêmio Luis de Camões, que, conforme consta nos registros exibidos no site da entidade (<http://www.sociedadeportuguesa.com.br/sociedade.html>), era composto de “senhoritas e cavalheiros, para efeitos recreativos”. Não é possível, no entanto, saber se essa agremiação teve continuidade, em virtude do extravio do acervo de atas produzidas pela da Sociedade no período entre 1931 e 1949. O que se sabe, entretanto, é que no início da década de 1950, a Sociedade já dispunha de uma sede própria, cujo edifício de dois pavimentos, abrigava um amplo salão, com palco, que permitia não só apresentações musicais e exibição de peças teatrais, como também a realização de outras atividades de lazer, a exemplo de bailes, saraus e jantares festivos.

A disponibilidade desse novo espaço para o exercício de atividades culturais na sede da Sociedade Portuguesa, acabou propiciando as condições necessárias para que membros ligados à esta entidade procurassem se integrar ao projeto político que estava sendo gestado pelo governo do Estado do

⁴¹⁷ A partir de 1943, com a promulgação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), as associações mutualistas e beneficentes foram liberadas do encargo de auxiliar aos trabalhadores que anteriormente, em virtude da ausência de legislação trabalhista, dependiam do apoio financeiro dessas entidades em casos de demissão, invalidez ou aposentadoria.

Paraná, no sentido de valorizar os diversos grupos de imigrantes europeus e asiáticos que estavam radicados no território paranaense desde o início do século XIX, como agentes do progresso. Durante a organização das festividades relativas ao centenário da emancipação política do Estado do Paraná, cujas comemorações ocorreram ao longo do ano de 1953, o governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, se empenhou em construir um discurso oficial que, para além de garantir à posteridade a rememoração daquele acontecimento, buscava fortalecer os laços entre as diferentes regiões e as diferentes etnias, minimizando as tensões identitárias (BAHLS, 2007).

Durante o discurso proferido na sessão de instalação de um dos congressos comemorativos do centenário, o governador Bento Munhoz da Rocha Netto, fez referência à diversidade étnica do Paraná, sem deixar de mencionar suas raízes portuguesas:

(...) A vós todos um recado do Paraná para o Brasil: Isto aqui tem características regionais nossas, específicas. Temos manchas louras, gente loura de olhos azuis, mas que é tão brasileira quanto aquela que mais o seja. Temos aqui brasileiros de sobrenomes muito complicados, mas que se honram deste nosso Brasil, como nós outros que possuímos sobrenomes portugueses (NETTO, 1953).

Para exemplificar esse “mosaico étnico” nada mais assertivo do que promover a exibição de conjuntos de dança folclórica que continham elementos que remetiam à tradição dos diferentes grupos que contribuíram para a configuração social, política econômica e multicultural do Estado do Paraná. Além disso, os grupos folclóricos, com seus trajes pitorescos e exibição de agilidade física, ao som de música alegre e festiva, continham apelo suficiente para atrair grande número de expectadores.

É curioso, no entanto, que, embora o governo paranaense pretendesse transmitir a ideia de retorno às tradições, reunindo “elementos que estabelecessem uma ligação com suas origens e sua configuração territorial” (BAHLS, 2007, p. 68), por ocasião dos festejos do centenário, o comitê responsável pela organização do evento deixou de privilegiar manifestações tradicionais como o fandango e a cavallhada e tampouco procurou dar visibilidade às manifestações culturais de grupos indígenas ou da população negra.

E foi assim, no interior desse cenário político, que a diretoria da SPB-PD, com o objetivo de atender ao apelo do governo estadual, incentivou a

organização de um grupo de dança folclórica que pudesse representar os portugueses nas festividades do centenário do Paraná, ao lado de outros grupos étnicos, como os de origem germânica, polonesa, italiana, ucraniana, holandesa e japonesa (KOEHLER, 2014, p. 44).

É interessante lembrar também que, além dos dois fatores que propiciaram o surgimento do Grupo Folclórico Português, já referidos acima, os projetos voltados à formação de grupos folclóricos em Portugal e no Brasil estavam em consonância com a política cultural que vinha sendo implementada pelo governo salazarista desde a Fundação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN).

Como se sabe, desde a sua criação, em 1933, o SPN foi utilizado pelo Estado Novo, com o objetivo de implementar uma política de valorização das tradições e do modo de vida rural. Sob o comando de António Ferro, o SNP investiu em um plano de ações que privilegiava a música portuguesa e as danças populares como símbolos de portugalidade e, nesse sentido, os grupos folclóricos surgem como um meio eficiente para a construção de uma visão ruralista e folclorista do regime salazarista, baseadas em ideais românticos e nacionalistas construídos desde finais do século XIX, que procurava difundir a ideia de um povo, que apesar da pobreza, era ordeiro, honrado e apreciava a vida simples, conforme pode ser percebido na narrativa do próprio Salazar:

Que pena me faz a mim filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos, que esta gente de Lisboa passe as horas e dias de repouso acotovelando-se tristemente pelas ruas estreitas, e não tenha um grande parque, sem luxo, de relvadas frescos e árvores copadas, onde brinque, ria, jogue, tome o ar puro e verdadeiramente se divirta em íntimo convívio com a natureza! (*apud* TORGAL, HOMEM, 1982, p. 1449).

Como exemplo destas ações, que buscavam difundir a cultura portuguesa, lembramos a criação do Bailado Português Verde Gaio, em 1940, durante as celebrações do VIII Centenário da Fundação da Nacionalidade (CUNHA, 2019, p. 7)

Dentro deste espírito ufanista, o SNP procurou cooptar artistas e escritores portugueses que foram convidados a colaborar, de forma direta ou indireta, nas iniciativas de propaganda do regime, bem como na construção da imagem de Portugal no estrangeiro.

Os estudos sobre o folclore minhoto e as novas expressões na dança tradicional portuguesa, realizados pela pesquisadora Flávia da Cunha apontam que:

foi em 1947 que o SNI começou a dar mais atenção aos grupos folclóricos com o objetivo de criar um “mapa da música popular portuguesa”. A música e a dança popular foram utilizadas enquanto matéria-prima para criar o retrato de Portugal, onde a preocupação do secretariado sempre foi a representação da arte popular, no que respeitava levá-la além-fronteiras (CUNHA, 2019, p. 7).

Assim, é no interior deste contexto político que, em 1959, os dirigentes da SPBPD fazem referência ao Grupo de Folclore Portuguez, que havia sido criado para participar dos festejos do Centenário do Paraná. (SPBPD, ata 02 dez. 1959).

O grupo folclórico português, bem como os demais grupos que haviam participado dos festejos do Centenário do Paraná, passaram a ter maior visibilidade a partir de 1959, quando o governo do Estado do Paraná incluiu no calendário oficial de atividades culturais o Festival Folclórico e de Etnias do Paraná. Patrocinado inicialmente pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, o evento tinha como objetivo prestigiar não só as danças folclóricas de origem étnica, mas também manifestações culturais consideradas como tipicamente brasileiras, oriundas de grupos locais.

Com periodicidade anual, este evento passou a atrair um público heterogêneo para assistir apresentações que iam das danças de origem europeia, como a do “pau de fitas” e a da “quadrilha” à congada, de origem africana, passando pelo “boi de mamão” - manifestação cultural praticada pela população do litoral de Santa Catarina - , e pelo frevo, dança típica do estado de Pernambuco. De acordo com o jornal *O Dia*, na edição do Festival do Folclore de 1959, “mais de três mil pessoas aplaudiram com entusiasmo a apresentação dos 40 alunos da escola técnica de Curitiba, que encenaram o auto popular litorâneo ‘boi de mamão’.” (*O Dia*, 04 jul. 1959, p.4). Nessa mesma reportagem, era anunciada a apresentação das danças do ‘coco do engenho novo’ da ‘quadrilha’, da ‘dança do café’, ‘Escravos de Jó’, ‘Sambalelê’, ‘frevo’ e ‘Chimarrita’. Como se pode verificar, nesta edição do Festival, bem como nas subsequentes, não havia por parte dos organizadores qualquer preocupação em relação à origem das manifestações folclóricas apresentadas ao grande público. Pelo contrário, nas entrevistas concedidas à imprensa, os

organizadores defendiam “a harmônica conjugação dos folclores Nacional e Estrangeiro, em todas as suas mais vivas e encantadoras características” (*O Dia*, 10 jul. 1959, n.p.).

Prova disso é que na programação do II Festival Folclórico Internacional, realizado entre os dias 13 e 19 de dezembro de 1960, enquanto o grupo folclórico português compõe o elenco dos sete grupos de origem imigrante, o Fandango do Litoral aparece como convidado especial junto a outros três grupos folclóricos locais que tiveram o privilégio de abrir o evento (KOEHLER, 2014, p. 75).

Com isso, o fandango caiçara, que até então constituía uma manifestação cultural conhecida apenas pela população litorânea, rompe as barreiras territoriais, passando a ter maior visibilidade junto a um público mais amplo.

No entanto, é interessante notar que naquele contexto histórico, em razão do processo de hibridização, os laços entre o fandango caiçara e o fandango português, do qual ele se originou, haviam se rompido e o fandango reinventado pela sociedade caiçara passou a ser reconhecido exclusivamente como folclore local. Essa questão é evidenciada na narrativa de um deputado paranaense que, ao se manifestar sobre a exibição do Grupo do Fandango do Litoral, emitiu a seguinte opinião:

um dos mais belos espetáculos folclóricos jamais oferecidos aos olhares e aos ouvidos atentos e interessados de todo o povo: era o fandango. [...] E tudo isso, senhores, se deveu ao espírito de um grupo local, que se reuniu na famosa e já tradicional ‘Associação Tradicionalista Gralha Azul’, *fiel guardiã do folclore paranaense* (*Gazeta do Povo*, 3 set. 1972).

Como é possível perceber, a narrativa deste entrevistado corrobora a ideia de que o fandango que se praticava no território paranaense era uma manifestação cultural independente do folclore português contemporâneo e, por essa razão, ambas apareciam na programação do Festival de Folclore em categorias distintas.

Essa hipótese, conforme mostram alguns estudos mais recentes, estava ancorada nas representações presentes no imaginário da sociedade caiçara, segundo a qual a manifestação cultural do fandango se configurava como uma celebração de caráter autônomo, ou seja, sem qualquer vinculação com as práticas de ajuda mútua, e de origem local.

Interessada na análise de mecanismos sociais relacionados à expressão cultural do fandango como elemento de reelaboração identitária na região do Vale do Ribeira, a pesquisadora Carmem Lúcia Rodrigues chama a atenção para a estreita relação entre aquela manifestação cultural e o estilo de vida caiçara, que pode ser compreendida como uma maneira de salvaguardar o modo de se relacionar com o mundo “para não esquecer quem são” (RODRIGUES, 2013, p. 229). Ao fazer referência aos artefatos que, atrelados aos saberes que compõem o patrimônio imaterial, dando concretude às celebrações do fandango, a autora observa que os objetos do folclore, “presos nas teias nebulosas de um tempo supostamente já vivido [...], por vezes seriam resgatados [pelos fandanguheiros caiçaras] como testemunho de um mundo e de uma gente que não existe mais” (RODRIGUES, 2013, p. 221).

Já no que diz respeito às representações sobre o folclore português propriamente dito, os coordenadores do Festival buscavam valorizar os trajes, coreografias, gêneros musicais, músicas e instrumentos musicais atrelados ao projeto político que vinha sendo levado a cabo pelo governo salazarista desde os anos quarenta que visava difundir a ideia do português como “gente trabalhadora, ordeira e feliz” (PAULO, 2017, p. 9). Esse tipo de discurso acabou tendo ressonância no imaginário dos imigrantes e descendentes de portugueses radicados nos centros urbanos, que tinham dificuldade em estabelecer vínculos mais estreitos entre a sua cultura de origem e o modo de vida caiçara, cuja população era referida, com frequência, simplesmente como cabocla. Todavia, “marcas” características do fandango caiçara, como o sapateado, os valsados, bailados e as tiranas, também faziam parte do repertório de grupos folclóricos portugueses existentes no Paraná, como se pode perceber no programa do Grupo Alma Lusa,⁴¹⁸ que exhibe danças de vários distritos portugueses, dentre as quais merecem destaque: ‘malhões’, ‘viras’, ‘canas-verdes’, ‘valsas’, ‘corridinhos’, ‘fandangos’, ‘balhos’, ‘chulas’, ‘tiranas’ e ‘bailaricos’.

Não se pode olvidar, no entanto, que as motivações para a realização destas celebrações eram de natureza absolutamente distintas. Se no interior dos clubes portugueses as celebrações tinham e tem um caráter eminentemente artificial, cujo maior objetivo é a valorização de tradições ligadas ao modo de vida de seus antepassados, completamente alheios ao seu dia a dia, o fandango caiçara, pelo contrário, é parte integrante do cotidiano da sociedade caiçara, ou seja, traduz o modo de ser de parte significativa da po-

⁴¹⁸ ALMA LUSA. Folder de divulgação do grupo. Curitiba: Grupo Folclórico Alma Lusa, s.d. n.p.

pulação do litoral paranaense, conforme fica evidenciado na narrativa de D. Maria das Neves, entrevistada por Rodrigues, em abril de 2011.

[sou] Caiçara mesmo! Tem gente que conhece o caiçara pela fala, sabia? *E caiçara conhece o fandango*. Minha mãe conhecia tanta dança: era tirana, tiraninha, era nhamaruca, era tudo, dança do limão, dança do lenço [...] mais nos mutirão, no fim de semana. Todo sábado (*cit. por RODRIGUES, 2013, p. 49*).

No caso dos grupos de dança folclórica de origem portuguesa em atividade no estado do Paraná⁴¹⁹, em que pese o esforço no sentido de manterem-se o mais fiel quanto possível em relação aos trajes que vestem, aos instrumentos que tocam, as músicas que executam e as coreografias que praticam, tem sido cada vez mais frequente no seu elenco a presença de músicos e bailarinos pertencentes a outros grupos folclóricos. O crescente desinteresse das gerações mais jovens não só de participar, mas também de prestigiar eventos promovidos com o intuito de divulgar as tradições de origem portuguesa, evidenciam a fragilidade de projetos de espetacularização forjados para assegurar a preservação de uma memória coletiva.

Considerações finais

Para os estudiosos do patrimônio cultural, a questão da origem de determinadas práticas, constitui um constante desafio, sobretudo quando as análises se voltam para sociedades nas quais, por alguma razão, a comunicação entre gerações foi interrompida, resultando na perda do repositório de conhecimento partilhado. Esse rompimento, como argumenta Aleida Assmann (2011, p. 17), pode ser observado com maior frequência no interior de sociedades que, devido a carência de registros gráficos, fazem uso da memória comunicativa para a transmissão e compartilhamento dos saberes e das práticas simbólicas. A sociedade caiçara, em razão do isolamento geográfico em que vive ainda hoje a maior parte da sua população, pode ser enquadrada no rol das comunidades rurais, cuja salvaguarda do patrimônio imaterial se dá por meio de atos de memória individual e coletiva que, ao reproduzirem

⁴¹⁹ Atualmente estão em atividade no Paraná três grupos folclóricos de dança portuguesa: Alma Lusa, e Rancho Português Vila dos Pinheirais, em Curitiba e o Lusíadas, em Maringá. Sobre o assunto consultar os trabalhos de Boschilia (2015) e Boschilia, Pereira (2015).

hábitos e costumes socialmente determinados e culturalmente regrados, levavam as pessoas pertencentes àquele grupo a compartilharem representações cujos significados contribuem para a manutenção de suas raízes identitárias.

Assim, do nosso ponto de vista, a manifestação cultural do fandango pode ser considerada uma celebração que, no fluxo do tempo, foi capaz de assegurar a reprodução de uma memória forte, garantindo a coesão da sociedade caiçara, ainda que para tanto, tenha sido necessário acomodar essa prática às condições materiais vivenciadas pelo grupo. Embora seja difícil aquilatar a partir de que momento histórico a sociedade caiçara recorreu à sua capacidade criativa para realizar as celebrações do fandango sem que esse evento estivesse necessariamente vinculado às práticas de ajuda mútua, é possível perceber que não havia por parte dos caiçara o propósito de romper com os princípios de cooperação e solidariedade, que embasavam as práticas herdadas de seus ancestrais. Pelo contrário, a criação de mecanismos que permitiam a celebração do fandango em dias de descanso era uma forma de assegurar à comunidade a possibilidade de frequentar espaços de lazer, garantindo desse modo não só relações de sociabilidade, que podiam resultar em casamentos e batizados, mas também ações ligadas à cooperação e à reciprocidade. Ou seja, o processo de reinvenção da prática do fandango, longe de promover mudanças nos padrões de convivência da sociedade caiçara, teve como objetivo a estabilidade social do grupo.

Vale lembrar, no entanto, que embora o processo de reinvenção do fandango caiçara tenha garantido a permanência dessa celebração, de forma quase inalterada, ao longo dos séculos XIX e XX, nas últimas décadas algumas mudanças ligadas à política ambiental tiveram desdobramentos importantes na economia da região, com ressonância não só nas relações de trabalho, mas na própria visão de mundo da população caiçara. A desestruturação trazida por estas mudanças de caráter socioeconômico, somada à proliferação naquele espaço territorial de novas igrejas neopentecostais, que proíbem a dança e o consumo de bebidas alcóolicas, foram responsáveis pelo quase desaparecimento do fandango caiçara.

E não por acaso, foi justamente nesse instante de perigo, conforme definição do filósofo Walter Benjamin, que alguns agentes ligados à instituições de defesa do patrimônio, em colaboração com lideranças locais, se mobilizaram em torno de um projeto, com o intuito de salvaguardar a expressão cultural do fandango, cuja performance engloba um conjunto de práticas que articulam expressões coreográficas, musicais e poéticas, profundamente enraizada no cotidiano das comunidades caiçaras, situadas na faixa litorâ-

nea que abrange o litoral sul do Estado de São Paulo e o litoral norte do Estado do Paraná (IPHAN, 2012). Esse objetivo foi atingido em 2012, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela política de preservação de bens materiais e imateriais em nosso país, reconheceu oficialmente o Fandango Caiçara como Patrimônio Cultural do Brasil.

Ao fim e ao cabo, se hoje o fandango caiçara é reconhecido como patrimônio cultural brasileiro, não podemos esquecer que esse legado é fruto de práticas culturais que foram transmitidas por homens e mulheres que ao se deslocarem de várias regiões de Portugal em direção ao Brasil, trouxeram inscritas em seus corpos e mentes as marcas de hábitos e costumes que visavam minimizar os problemas e obstáculos enfrentados pelas sociedades camponesas, tanto lá quanto cá.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Cristina, 2000 – As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, v. 43 n. 1. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:U_i8yKOpJssJ:https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/27091/28863/31554+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br [consult. fev. 2021].
- ALMA LUSA, s/d – *Folder de divulgação do grupo*. Curitiba, PR: Grupo Folclórico Alma Lusa.
- ARAÚJO, Alceu Maynard, 1975 – *Folclore Nacional; festas Bailados Mitos e Lendas*. São Paulo: Melhoramentos.
- ASSMANN, Aleida, 2011 – *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural* (trad. Paulo Soethe). Campinas, SP: UNICAMP.
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva, 2007 – *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba, PR: UFPR.
- BOSCHILIA, Emilio Carlos, 2015 – *Grupos folclóricos em Curitiba/PR: elementos de identidade imigrante: o grupo Alma Lusa*. Curitiba/PR: Ed. Autor.
- BOSCHILIA, Emilio Carlos; PEREIRA, Márcio José, 2015 – *Grupos folclóricos em Maringá/PR; elementos de identidade imigrante: o grupo Os Lusíadas*. Maringá/PR: Ed. Autor.
- BOSCHILIA, Roseli, 2008 – “A sociedade portuguesa em Curitiba: um projeto identitário (1878-1900)”, in Maria Izilda Matos; Fernando de Sousa; Alexandre Hecker (coord.), *Deslocamentos & histórias; os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC.
- BRAGA, Teófilo, 1985 – *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Etnográfica Press. Disponível em: https://www.bdalentejo.net/BDAObra/obras/310/BlocosPDF/bloco31-299_xc.pdf [consult. jan. 2021].
- BURKE, Peter, 1989 – *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Cia. das Letras.

- CANCLINI, Néstor García, 2000 – *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* (trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa, 3.^a ed.). São Paulo: EDUSP.
- CANDAU, Joël, 2019 – *Memória e Identidade* (1.^a ed., 5.^a reimpr.). São Paulo: Contexto.
- CORREA, Joana Ramalho Ortigão, 2016 – A construção social do fandango como expressão cultural popular e tema de estudos de folclore. *Sociol. Antropol* [online]. vol.6, n.º 2, p.407-445. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v6n2/2238-3875-sant-06-02-0407.pdf> [consult. dez. 2020].
- CUCHE, Denys, 1999 – *A noção de cultura em ciências sociais* (trad. Viviane Ribeiro). Bauru, SP: EDUSC.
- CUNHA, Flávia Mafalda Pedro da, 2019 – *As novas expressões na Dança Tradicional Portuguesa Folclore Minhoto* (dissertação de Mestrado em Gestão Cultural. Escola Superior de Arte e Design. Instituto Politécnico de Leiria). Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream> [consult. dez. 2020].
- DIAS, Ana Carina Marques, 2010 – “As faces do Adufe”, in *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodovar, Beja, p. 10-20 nov. 2010. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3889/1/Faces_adufe_V_Encontro_Arqueologia_Sudoeste_Peninsular_2010.pdf [consult. jan. 2021].
- DIAS, Ana Carina Marques, 2011 – *O adufe: contexto histórico e musicológico* (dissertação de Mestrado apresentada à Univ. do Algarve). Disponível em: file:///D:/Arquivos%20de%20Usuario/Desktop/Adufe_contexto_hist%C3%B3rico_musicol%C3%B3gico_2011.pdf [consult. dez. 2020].
- DIEGUES, Antonio Carlos S., 1988 – *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*. São Paulo: NUPAUB-USP. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/DiversidadeBio%20%26%20CultTrad015.pdf> [consult. jan. 2021].
- DIEGUES, Antonio Carlos S., 1993 – *Realidades e falácias sobre pescadores artesanais*. São Paulo: CEMAR-USP. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/realidades-e-falacias-sobre-pescadores-artesanais/oclc/651672599> [consult. jan. 2021].
- GAZETA DO POVO, 1972 – *Curitiba*, PR: 03 set.
- GULIN, Rogério, 2002 – “O fandango da família Pereira”, in Lia Marchi; Juliana Saenger; Roberto Corrêa, *Tocadores: homem, terra, música e cordas*. Curitiba, PR: Olaria.
- IPHAN, 2012 – *Reconhecimento de bens culturais*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606> [consult. jul. 2020].
- KOEHLER, Eumar André, 2014 – *As práticas e os usos do “folclore” no Festival Folclórico e de Etnias do Paraná (1958-2013)*. Curitiba, PR: UFPR. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36883/R%20-%20D%20-%20EUMAR%20ANDRE%20KOEHLER.pdf?sequence=1&isAllowed=y> [consult. out. 2020].
- LEANDRO, José Augusto, 2007 – No fandango. *Revista de História Regional*, vol. 12, n. 1, p. 41-63. Disponível em: <file:///D:/Arquivos%20de%20Usuario/Desktop/Artigo%20Leandro.pdf> [consult. out. 2020].
- MARCHI, Lia, 2006 – *Tocadores Portugal-Brasil sons em movimento*. Curitiba, PR: Olaria Projetos de Arte e Educação.

- MUNIZ, José Carlos, 2017 – *O meu pai não me deu mestre, minha mãe não me ensinou, não sei por quem eu puxei, violeiro e cantadô: memórias de um caixara fandangueiro de Guaraqueçaba/PR*. Matinhos, PR: UFPR. Disponível em: <https://acer-vodigital.ufpr.br/handle/1884/52611> [consult. nov. 2020].
- NETO, Bento Munhoz da Rocha, 1953 – Discurso pronunciado na sessão de instalação de um dos congressos comemorativos do centenário. *Ilustração Brasileira* (edição comemorativa do Centenário do Paraná), ano XLIV, n. 224.
- O DIA*, 1959 – Curitiba, PR.
- PAULO, Heloisa, 2017 – Imagem em movimento: o documentarismo no Estado Novo e a representação do povo (1933-1950). *Revista Comunicação Pública*, v. 12 n.º 23. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/1714> [consult. dez. 2020].
- PINTO, Inami Custódio, 1983 – *Fandango paranaense*. Curitiba, PR: SEEC. Datilografado.
- POLANYI, Karl, 2000 – *A grande transformação: as origens de nossa época* (trad. Fanny Wrobel., 2.ª ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- RANDO, José Augusto Gemba, 2003 – “Fandango: contextualização histórica”, in Maria de Lourdes da Silva Brito; José Augusto Gemba Rando, *Fandango de Mutirão*. Curitiba, PR: Gráfica Mileart.
- RODERJAN, Roselys Velloso, 1981 – *Folclore Brasileiro*. Paraná; Rio de Janeiro: MEC-SEC-FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore.
- RODERJAN, Roselys Vellozo, 1969 – O folclore no Paraná. *História do Paraná*. Curitiba, PR: Grafipar.
- RODRIGUES, Carmem Lúcia, 2013 – *O lugar do fandango caixara: natureza e cultura de “povos tradicionais”, direitos comunitários e travessia ritual no Vale do Ribeira (SP)*. Campinas, SP: UNICAMP.
- SABOURIN, Eric, 2009 – *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SAYAD, Abdelmalek, 2000 – *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP.
- SCHIPANSKI, Carlos Eduardo, 1999 – *Cavalcadas de Guarapuava: história e morfologia de uma festa Campeira (1899-1999)*. Niterói, RJ: Univ. Fed. Fluminense (Tese).
- SOCIEDADE Portuguesa Primeiro de Dezembro. *Resgatando nossa história – 1ª Parte (1878-1923)*. Disponível em: <http://www.sociedadeportuguesa.com.br/sociedade.html> [consult. out. 2020].
- SOUZA, Glaucia Macedo *et al.*, 2013 – A reciprocidade nas organizações de agricultores familiares em comunidades rurais no Nordeste do Pará. *Raízes*, v 33, n.º 2, jul-dez. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/394/376> [consult. fev. 2021].

Intersecções do Turismo com a Emigração em Daniel de Sá

Leonor Sampaio da Silva⁴²⁰

O importante é, não tanto perguntar para onde vamos (pergunta perigosa, que traz marcas de totalitarismos, ou pelo menos de sobrançeria dirigista), mas sobretudo tentar entender onde estamos, não impondo formas nem caminhos ao mundo (BARRENTO, 2011, p. 62).

O Turismo e a Emigração constituem expressões contemporâneas do tema da Viagem que preservam tópicos tradicionalmente associados à figura do viajante, como o encontro (ou desencontro) de culturas, dor e privação, aprendizagem e autoconhecimento, partida e regresso. Apesar de partilharem aspetos em comum, eles raramente coexistem na literatura, por nascerem de motivações diferentes, desde logo, enquadradas em contextos socioeconómicos dificilmente coincidentes. O turista usufrui de um desafogo económico que não define o emigrante.

Começando, porém, pelas semelhanças, e seguindo a proposta de Zygmunt Bauman, em *A Vida Fragmentada*, nós podemos verificar a existência de traços comuns ligando o Turista e o Emigrante. Ambos são sucessores das duas grandes figurações do Viajante do Passado, o Peregrino e o Judeu: o Turista é um “caçador de experiências” (BAUMAN, 2007, p. 101), que circula no mundo em busca da identidade alheia; o Emigrante é um descendente do Judeu, que se movimenta no mundo em busca de uma Pátria sonhada. Ambos representam modalidades contemporâneas da movimentação num mundo erodido.

O mundo do Peregrino era sólido. A vida acontecia de forma a poder ser contada como uma história contínua, dotada de sentido, em que cada acontecimento era efeito de um que lhe antecedia e causa de outro que viria a seguir; era um mundo “ordeiro, determinado, previsível, garantido” (BAUMAN, 2007, p. 93), percorrido com passos que se inscreviam duradouramente na memória, para conservação futura do rasto da viagem. O mundo contemporâneo já não é hospitaleiro para a peregrinação, pois a continuidade deu

⁴²⁰ Universidade dos Açores / CHAM Açores/CHAM-Centro de Humanidades.

lugar à interrupção, a duração cedeu vez à brevidade, e a lentidão foi substituída pela urgência.

As figuras que sucedem o Peregrino e o Judeu representam os novos valores do mundo contemporâneo – o Turista é um produto da insatisfação incessante, um colector de novidades domesticadas, excitantes e efémeras. No Turista avoluma-se o medo de estar acorrentado ao lar e a procura ávida por experiências que o libertem da rotina doméstica. No Emigrante (que é uma figura muito próxima do Jogador, se quisermos usar a terminologia de Bauman), encontramos o desejo de começar do zero, como se a vida fosse composta por vários jogos, cada um deles com o seu começo e o seu fim. Por isso, no fim do jogo da emigração, há o desejo de um regresso ao país de origem, um novo lance de cartas, uma nova partida, outro jogo no tabuleiro da vida.

Ilha Grande Fechada, de Daniel de Sá, é um exemplo de convivência dos diversos pontos acima referidos. Nesta obra, a intersecção entre Turismo e Emigração desenvolve-se tendo por fundo um quadro predominante de peregrinação religiosa.

Em primeiro lugar, convém sublinhar a centralidade de uma personagem, o açoriano João, na qual convergem elementos do viajante enquanto Peregrino, Turista e Emigrante. Todo o livro é atravessado por viagens, obrigando o protagonista a deslocamentos físicos (no espaço) e mentais (ao passado). Conhecemos parcelas do passado dele, sabemos o que ele faz no presente e o que irá acontecer-lhe no futuro. Em jovem, por exemplo, ele formou uma certa ideia da América e do Canadá (destinos privilegiados de emigração açoriana) enquanto terras de oportunidade e de abundância, por via do contacto com jovens luso-americanos em férias na ilha. No presente, ele empreende uma peregrinação religiosa, pagando uma promessa feita quando soube que teria de ir combater na guerra do Ultramar. No futuro, sabemos que irá emigrar assim que termine a romaria.

Enquanto peregrino que percorre a ilha a pé, ele desloca-se com um olhar que começa por ser muito pouco turístico, indiferente à paisagem observada, tal é a concentração na dureza da romaria e o anseio pela experiência emigratória. Apesar disso, no final da obra, esta personagem deixa-se atingir pela beleza natural da ilha. Muitas vezes, o seu itinerário é-nos descrito pelo narrador como se estivéssemos a acompanhar a visita guiada de um profissional do Turismo, descrevendo paisagens, ao mesmo tempo que nos é fornecida informação e nos são contados os factos históricos e as lendas dos lugares. Terminada a romaria, João partirá como emigrante para

aquilo que se espera venha a ser um futuro propiciador de sucesso económico.

Não existem na obra todas as etapas da clássica *cadeia migratória* (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 37). Recordando as principais, saliente-se que a experiência de emigração geralmente respeita as seguintes fases: a decisão de partir (impulsionada por grandes dramas económicos e sociais), os preparativos da viagem, a viagem em si (perigosa, devido às condições em que era feita a travessia do Atlântico e ao medo do desconhecido), a primeira instalação (sempre precária e vulnerável), a inserção (nem sempre bem sucedida), a fixação também nem sempre definitiva, pois muitos emigrantes são “judeus-errantes” em permanente “peregrinação entre a Costa Leste e Oeste, entre uma e outra povoação à procura de emprego e de condições de vida, entre os Açores e a América à procura do lar que nunca mais terão” (FAGUNDES, 2018, p. 224), e, finalmente, o regresso ao lugar de origem e a reinserção (tantas vezes obrigatória e não desejada e também tão dolorosa quanto a partida).

Desta sequência, apenas temos conhecimento dos dois primeiros momentos: a decisão de partir é motivada pela pobreza e pelo desgosto de viver num país que sacrificou os seus jovens numa guerra brutal; os preparativos da viagem incluem a despedida não das gentes, mas da terra e de um animal. A emigração é apresentada como desejo para colmatar uma carência, assumindo, assim, contornos de utopia que termina com o pressentimento distópico.

O espectro da partida é uma presença persistente no livro e acompanha as outras viagens do protagonista, enquanto romeiro e enquanto viajante no tempo, que regressa a momentos do passado para justificar a vontade de emigrar. O facto de não termos mais do que duas etapas da cadeia migratória não eclipsa a importância da emigração na obra. Pelo contrário, acentua o justo testemunho de Vamberto Freitas, quando afirma n’ *O imaginário dos escritores açorianos* que o espaço para onde se dirige o emigrante é “sem fronteiras, sem governação, sem ideologia, quase sem língua e muito provavelmente sem futuro, caminhando para gerações dissolvidas no mosaico americano, que um dia tudo esquecerão” (FREITAS, 2013, p. 95). Esta visão mostra-nos um lugar fora do tempo e fora do espaço – uma suposta utopia, privada daquilo que a deveria definir, a perfeição. Enquanto utopia é mais sonhada do que propriamente vivida – logo, viver este sonho obriga a que não conheçamos a realidade subsequente aos preparativos.

João é, na obra, sobretudo um romeiro que nos é apresentado por um narrador-guia que nos leva pelos caminhos sagrados da ilha. É, portanto, um peregrino numa época hostil a peregrinações. Devido a esta hostilidade, ele apresenta traços dos viajantes que a contemporaneidade produziu: o Turista e o Emigrante. Observemo-lo, primeiro, enquanto Turista. João não é um Turista convencional: não é rico, não viaja pela ilha de modo a interromper a sua rotina doméstica pelo mero prazer da novidade comprada com garantia de satisfação. Nem sequer é um turista atento à beleza natural, pois começa a romaria mostrando-se indiferente a ela. Ele é o oposto de tudo isto: é pobre, viaja para pagar uma promessa, fá-lo a pão e água, sofre com a dureza da caminhada. Tudo isto faz dele um peregrino, cuja viagem no interior da ilha é motivada por outra que a antecede (a guerra), que ficará inscrita na sua vida para memória futura e que é antecededida por outra ação, a partida como emigrante. No entanto, tal como o turista, João está temporariamente no lugar, recusa ser parte do lugar, deseja mergulhar numa experiência nova e diferente, longe do conforto do que lhe é familiar, embrenhado numa atmosfera híbrida de perigo e de salvação. Não havendo nenhuma almofada de segurança, como nas viagens lazer, há, em compensação, com o progredir da caminhada, o deslumbramento perante a beleza natural da ilha.

Delineando um roteiro a partir dos caminhos e dos retratos literários que Daniel de Sá incorpora em *Ilha Grande Fechada*, verificamos que o narrador elimina todas as referências à vida citadina e ao progresso material. Não se diz de onde partem os romeiros, mas o primeiro local que merece a atenção do narrador é o Pico da Vara. É aí que se fixam, em primeiro lugar, os olhos do romeiro João – não por acaso, certamente, dado que estudos geológicos afirmam ser esse o ponto mais antigo da ilha e a partir do qual ela se formou.

O protagonista segue com o rancho de romeiros para oriente e passa pela Lomba da Pedreira, de onde nos é oferecido um retrato objetivo da paisagem: “Olhando em frente só se vêem encostas onde mal se percebem caminhos”, logo seguido de uma apreciação mais subjetiva: “nem se imagina como foi possível abri-los nelas” (SÁ, 2010, p. 27). Ao passar a ribeira dos Cambos, a narrativa agarra a oportunidade para falar do passado histórico da ilha. Depois de seguirem por várias freguesias do Nordeste chegam à Povoação, acerca de cujas lombas se diz que são sete lombos que se “abrem pela ilha dentro, ao contrário de em quase todas as outras partes, onde a terra se abre é na direção do mar” (SÁ, 2010, p. 35). A linguagem poética enfatiza a importância do lugar. Ao ser a Povoação a vila onde a terra “se abre pela ilha

dentro”, expressa-se desse modo a sua relevância para a progressão no território insular. Com efeito, o conhecimento da ilha desenvolveu-se a partir desta zona e assim se recorda o tempo dos primeiros passos de descoberta da ilha de São Miguel.

Foi por aí que começou o povoamento – por causa desse convite da terra dirigido aos navegantes para que a conhecessem. O começo deveu-se a um apelo da ilha para uma subida pelo seu interior até à serra mãe. As primeiras imagens do Pico da Vara e da Povoação formam a dualidade original de São Miguel, do ponto de vista geológico e humano – lugares originais da ilha e do povoamento. A linguagem escolhida pelo narrador reforça o peso primordial destes lugares. Foi lá que foi feita “a primeira casa de ramos e ervas” (SÁ, 2010, p. 36) aí se encontraram “os amantes que se amaram e o filho gerado antes de qualquer outro e que foi o primogénito da ilha” (SÁ, 2010, p. 36), esse é o lugar

do mato desbravado, do grão que se semeou e se colheu, de tantos primeiros actos que fizeram a ilha começar a mudar-se [...] e só nos fica o imaginar passos e gestos, esperanças e temores, e a expectativa mítica do que seria esta terra que revelava segredos ainda impossíveis de entender.

Cabe ao narrador descrever a ilha como se de um mundo novo se tratasse e, por conseguinte, apresentá-la como a utopia vivida em contraste com o destino de emigração, que não passa de uma utopia com existência apenas no sonho. A seguir, a romaria passa pela Ribeira Quente, “terra de pescadores, fechada entre barrancos” (SÁ, 2010, p. 37) acerca da qual se conta que crescem as unhas da imagem do seu patrono, São Paulo. Além do ambiente misterioso que a rodeia, volta a acentuar-se a singularidade da natureza (SÁ, 2010, p. 37):

E as ruas, que parecem o corredor de uma casa e que um burro carregado enche de parede a parede e nalguns sítios nem cabe, completam-lhe a tal ideia de mistério e de outro mundo que faz que aquele lugar [...] ferva junto à praia de areia clara, por ali respirar o ventre imenso da Terra nas convulsões do magma.

Além de um mundo novo, a ilha é o microcosmo da Terra. Ali – diz-se –, ao lado das suas ruas estreitas, “respira o ventre” do planeta, núcleo gerador de vida para o mundo inteiro.

Nas Furnas, regressa o caráter de excepcionalidade da ilha, pois o vale e os seus “panelões espantosos” (SÁ, 2010, p. 101) – como são chamadas as caldeiras – foi escolhido por Deus para reinventar “os contrastes de todos os verdes possíveis” (SÁ, 2010, p. 101). À profusão alia-se o extremo do possível, separado por uma ténue barreira do ilimitado (impossível?).

O ritmo utópico destas descrições abranda em Vila Franca, onde se privilegia a narrativa histórica e etnográfica. O narrador menciona lendas ligadas a Água de Pau; da Caloura, elogia o melhor vinho de cheiro que se bebe na ilha. Já nos Arrifes, refere um facto histórico de justiça personalizado por Horácio Teves, figura relevante dessa freguesia nos anos 50 do século XX. A caminho da ponta mais ocidental da ilha, o rancho pára na Vista do Rei, nas Sete Cidades.

Certamente que, para chegar aos Arrifes passou por aglomerados populacionais mais densos, mas isto não é mencionado, porque os lugares em destaque são lugares sagrados, numa aceção atávica do termo, que aponta para a divinização da natureza.

Como se depreende dos excertos supracitados, durante a caminhada, são comunicadas informações de cariz turístico. O elemento turístico coincide com quatro tipos de retratos da ilha, compostos segundo quatro tipos de olhar:

- a) O olhar empírico, que observa e descreve objetivamente os espaços, naturais ou edificados;
- b) O olhar histórico, que regista, comunica e interpreta o passado;
- c) O olhar religioso, que acompanha as práticas relacionadas com a romaria;
- d) O olhar literário, que recria o real elevando a ilha a um patamar sagrado.

O primeiro tipo de olhar fornece-nos informações sobre a área, o clima e as características gerais do território: 250 km em redor; com ravinas abruptas, neblinas densas, nevoeiro persistente nas zonas mais altas e in-

teriores, pingos de chuva, trilhos difíceis e íngremes, túneis abertos através das colinas – elementos físicos da realidade insular que formam a primeira impressão de um viajante pelos caminhos açorianos.

O olhar histórico consagra um capítulo inteiro à guerra colonial, detém-se na lenda associada à construção da ermida de Nossa Senhora do Pranto, na explicação para o nome da Ribeira dos Cambos, na importância de algumas personalidades da comunidade (como por exemplo, Horácio Teves, regedor e figura de vulto nos Arrifes).

O olhar religioso, por seu turno, revela uma crença presa ao dever (o cumprimento de promessas, por exemplo) e à importância do sacrifício e da penitência como fator de salvação. Não encontramos na obra a vivência convencional da religião, dado que o sagrado é parte integrante não dos templos ou das preces, mas da natureza e do silêncio. E, frequentemente, o olhar religioso coexiste com a linguagem poética com base na qual se fala da ilha.

Quanto ao olhar literário, ele está presente desde a primeira vez que se fala da ilha. A narrativa começa com uma espécie de Preâmbulo, uma moldura em torno de um quadro fechado na pobreza, na hipocrisia e no sofrimento. À imagem de clausura que encerra a ilha num passado imóvel, fechada ao destino de só se abrir “para deixar sair gente” (SÁ, 2010, p. 9), segue-se a apresentação sucinta do protagonista, cingido ao mesmo cárcere que aprisiona a ilha: “João nascera desta gente que só servia para servir, e crescera neste pedaço de terra, onde o mar suspende um meridiano de água para que a ilha se levante [...], fechada no seu cilício de espuma”. (SÁ, 2010, p. 9).

Critica-se um cristianismo hipócrita que promete a salvação dos pobres depois da morte, garante aos ricos a felicidade por via do prestígio que lhes concede nas igrejas e rituais religiosos, tem como padroeira a avareza e prende a população numa mortificação perpétua – o “cilício de espuma” é uma imagem eloquente de dor rodeando a ilha num aperto constante. Noutra passagem, a linguagem poética reaparece para acentuar o sentimento religioso que caracteriza a população açoriana e a dimensão sagrada da natureza. João vai começar a romaria e o narrador descreve o que os seus olhos vêem: “Tem à vista o reino da Tronqueira, com o Pico da Vara a apontar o céu, numa oração em silêncio” (SÁ, 2010, p. 11). Do mesmo pico se diz algumas páginas depois que ele “anuncia o último instante do chão da ilha” (SÁ, 2010, p. 27), que é outra maneira de dizer que é o ponto mais elevado da ilha de São Miguel.

O itinerário começa, portanto, com uma imagem literária do Pico da Vara que dá o mote para a demonstração da espiritualidade da matéria física

da ilha. Em modo de oração silenciosa, a montanha simultaneamente corporaliza o divino e exacerba o sentimento religioso em quem a observa.

A vista da Lagoa das Sete Cidades é outro lugar onde o sentimento religioso e a poesia se fundem. Neste caso, religião e linguagem poética associam-se à lenda e ao mito, e exibem as várias camadas de que é feita a memória: comparada a uma “catedral de montanhas e de ravinas, de prados e matagais, com uma enorme pia de água benta lá no meio, onde o Criador parece ter-se entusiasmado a repetir todas as formas do Mundo” (SÁ, 2010, p. 107), as nuvens esparsas deste lugar são “fumos de incenso” (SÁ, 2010, p. 107), numa aproximação inequívoca da linguagem poética ao espírito religioso:

Para quem costuma rezar, talvez não haja melhor sítio para o fazer. Ali, Deus dispensa o Altar e a liturgia, e qualquer pregação, que seja mais do que a paisagem somente, são palavras inúteis. Ali, a Teologia é revelação, não um tratado de raciocínios lógicos com que o homem confunde o Inenarrável. Ali, se fosse possível imaginar Cristo, em vez de um Sermão da Montanha Ele teria parado para um Sermão do Silêncio.

Apesar de se encontrar num lugar sagrado e fortemente espiritual por ação da beleza dos elementos naturais que o compõem, João decide emigrar. As páginas sobre a participação dos açorianos na guerra colonial, a hipocrisia das convenções morais e sociais e a dureza da vida explicam a sua decisão. Partir é um risco, como João se vai apercebendo à medida que se aproxima o dia da viagem, sem qualquer garantia de vir a concretizar o sonho que deixou a pobreza levedar na sua mente. A personagem arrepende-se, mesmo, da decisão que tomou. Não a tomou de ânimo leve. Tal como o Jogador de Bauman, não há acidentes na jogada do emigrante. Ele prepara a partida de modo a não ficar nenhum dia extra na ilha. Emigrará logo a seguir ao fim da romaria. Mas o rigor dos preparativos não elimina o incontrolável. Há golpes de sorte e de azar. Num golpe de azar, João nasceu num ambiente de extrema pobreza; num golpe de sorte, conseguiu a carta de chamada para o Canadá. Os vizinhos felicitam-no pela sorte. Noutro golpe de azar, João arrepende-se da sua decisão, mas tarde demais. Tal como em qualquer jogo, o objetivo é vencer. Por isso, “o jogo é como a guerra”: “não consente qualquer margem à piedade, à comiseração, compaixão ou cooperação” (BAUMAN, 2007, p. 105).

João vai partir primeiro, e depois a família seguirá. Antes de partir, tem de se libertar do último elo que o prende à ilha, a sua cadela. Numa passagem de grande tensão dramática, o emigrante reconhece que lhe é mais difícil partir sabendo-a viva e a sofrer de saudades dele do que morta. E mata-a, realizando o último sacrifício (depois da caminhada penosa) para conseguir sair da ilha.

O emigrante faz o que tem de fazer para conseguir começar outro jogo. Mas toda a vida terá pesadelos com a morte da cadela. E parte com desejo de ficar. Vai, portanto, para o Canadá contaminado por filtros anteriores. Abre-se ao mundo já receando o pior. É como o “viajante sedentário”, expressão tomada de empréstimo a Islam (1996), que se abre ao mundo já esperando confirmar as suas expectativas, marcado pela ideia do que vai encontrar. Formou uma imagem da sociedade de destino como propiciadora de melhoramento económico, e, no final da obra, arrependido da decisão, reafirma uma identidade açoriana apegada às raízes e fortemente religiosa, quando diz que ninguém é feliz com dinheiro, bastando apenas “saúde e a graça de Deus” (SÁ, 2010, p. 132).

A sua viagem deixá-lo-á imobilizado na ilha, pois ele levará consigo memórias fortes da terra. Os últimos dias passados na ilha foram selados pelo sacrifício: primeiro, devido aos rigores da romaria a pão e água; depois, por via da morte da inocente Diana. Há uma parcela do mundo que determina como deve ser ou viver o elemento humano independentemente do lugar onde ele esteja. João adquiriu uma marca sacrificial de que dificilmente se libertará. Enquanto Peregrino, não consegue, num mundo pressionado por novas forças, continuar na terra onde nasceu. Quando a percorre, ele resiste o mais que pode à tentação do Turista, embora mantendo com ele algumas semelhanças e, no fim, deixa-se engolir pelas regras de um jogo que faz da vida uma sucessão de lances individuais e descontínuos. Apesar de não o vermos nunca na condição de Emigrante instalado no Canadá, pressentimos nele a imobilização acima referida, por via do poder da memória. Ele mantém-se ligado à ilha pela recordação dolorosa da morte de Diana, que assombra os seus dias e as suas noites de pesadelo, pela saudade da terra, da sua textura e cheiro, tornando célebre uma das frases do livro mais conhecidas: “Sair da ilha é a pior maneira de ficar nela” (SÁ, 2010, p. 132).

Retratando o final de um ciclo na história política de Portugal, *Ilha Grande Fechada* – o da ditadura, encerrado com o fim da guerra colonial – este livro constitui uma oportunidade não só para revermos o passado recente ditado pelos rigores da emigração, mas também para pensarmos o nosso

tempo, em que as migrações continuam a gerar desafios ao nível da formação da identidade e da relação com os outros e os nossos lugares de origem. Justifica-se, assim, regressar à afirmação em epígrafe: “O importante é, não tanto perguntar para onde vamos (pergunta perigosa, que traz marcas de totalitarismos, ou pelo menos de sobrançeria dirigista), mas sobretudo tentar entender onde estamos, não impondo formas nem caminhos ao mundo” (BARRENTO, 2011, p. 62).

João esteve num lugar de penitência, que podia ter sido a terra do bem e da felicidade (a Utopia) se não tivesse sido ferida pelos espinhos da guerra e da pobreza. Procurou outros caminhos, mas deixa-nos com a forte impressão de que os percorrerá com a mesma atitude com que vestiu a pele de Peregrino: com arrependimento, cansaço e tristeza. Nunca foi um Turista na sua terra, mas outra voz textual aproveitou-se da sua viagem de romaria para criar em nós o deleite e conhecimento resultantes das descrições e informação que interessam a este tipo de pessoa. Será um Emigrante, mas nunca o veremos como tal. Nos encontros e desencontros com as figurações contemporâneas do viajante, podemos sempre revê-lo como testemunho de um tempo e espaço do passado; e como alguém em que se cruzaram linhas urdindo um futuro melhor.

Felizmente, a “Ilha grande, fechada” abriu-se ao mundo e não só os caminhos do mundo vão mudando como as formas de os percorrermos também. Trilhá-los é sempre uma maneira de conhecermos outras geografias e identidades, mas, acima de tudo, de termos uma experiência transformadora, que nos conduza ao autoconhecimento, como aconteceu a João, depois da romaria.

Bibliografia

- BARRENTO, João, 2011 – *O mundo está cheio de deuses. Crise e crítica do contemporâneo*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- BAUMAN, Zygmunt, 2007 – *A vida fragmentada. Ensaios sobre a moral pós-moderna* (tradução de Miguel Serras Pereira). Lisboa: Relógio D'Água.
- FAGUNDES, Francisco Cota (organização, tradução e posfácio), 2018 – *A Porta Aberta*, Laurinda C. Andrade. Açores: Companhia das Ilhas; Lajes do Pico.
- FREITAS, Vamberto, 2013 – *O imaginário dos escritores açorianos* (2.^a edição). Ponta Delgada: Letras Lavadas.

- ISLAM, Syed Manzurul, 1996 – *The ethics of travel: from Marco Polo to Kafka*. Manchester; New York: Manchester University Press.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *et al.*, 1995 – *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SÁ, Daniel de, 2010 – *Ilha Grande Fechada* (2.^a edição). Ponta Delgada: VerAçor.

Herança portuguesa e visitação turística de brasileiros a Portugal

Sênia Bastos⁴²¹

Leandro Rodrigues Gonzalez Fernandez⁴²²

O Brasil passa por um momento de redescoberta de Portugal, país que tem atraído muitos turistas daquela nacionalidade, a ponto de se tornar um importante mercado consumidor. Os investimentos da União Europeia ali implementados, publicação de novas regras destinadas à obtenção da nacionalidade e incentivos do governo português para o ingresso de estudantes, imigrantes qualificados, empreendedores ou aposentados, também fomentam o interesse de fixação permanente ou como trampolim para o ingresso em outros países da Europa.

Estudos⁴²³ de março de 2019 apontam que a maioria dos visitantes brasileiros são oriundos de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília e Fortaleza, em conjunto esse mercado constituído por 1,1 milhões de hóspedes, resultou em 2,6 milhões de dormidas⁴²⁴ e 640 milhões de euros de receitas turísticas apenas em 2018.

O país ocupou em 2018 a quinta posição na procura externa para Portugal com uma cota de 5,5% do total. Na área metropolitana de Lisboa chegou a atingir 10,3% dos pernoites de estrangeiros assumindo a segunda posição, o que na prática registrou um aumento de 9,7% em relação ao ano de 2017.

Em 2018, as dormidas de brasileiros foram relevantes também nas regiões Centro e Norte de Portugal, onde assumiram a terceira posição em relação ao total, dados igualmente significativos no levantamento parcial realizado entre janeiro e março de 2019, já que o país aparece em segunda posição nas mesmas regiões e na primeira posição na área metropolitana de Lisboa.

⁴²¹ Universidade Anhembi Morumbi

⁴²² IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

⁴²³ A entidade Turismo de Portugal, ligada ao Ministério da Economia, acompanha o comportamento do mercado consumidor de Turismo. Disponível em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/mercado-em-numeros-brasil.aspx>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

⁴²⁴ No Brasil o termo utilizado no jargão mercadológico da atividade turística para este desígnio é “pernoite”.

O crescimento do turismo na economia portuguesa não fica restrito apenas aos visitantes brasileiros. Em 2005, o país do Sul da Europa recebeu quase seis milhões de visitas de todo o mundo saltando para 12,6 milhões de turistas estrangeiros⁴²⁵ em 2017, tendo recebido nesse mesmo ano e no seguinte, o prêmio *World Travel Awards*⁴²⁶ de melhor destino turístico do mundo.

Neste cenário de crescimento de visitas turísticas os brasileiros possuem papel relevante atribuindo-se ao sucesso de Portugal, ao menos em parte, os laços históricos de proximidade que sempre interligaram os dois países (SACCHETTA, 2011).

Faz sentido afirmar que o movimento turístico de brasileiros também se explique pela descendência portuguesa. Seria como um retorno às origens, viagens que buscam a reconexão com o passado e que se inscreve no turismo de raiz. Estratégias promocionais visam atrair descendentes “[...] com o objetivo não apenas de aumentar o fluxo turístico internacional, mas também para nutrir um sentimento de nacionalismo e lealdade dentre as gerações mais novas e possivelmente menos apegadas emocionalmente às terras de origem dos seus antepassados” (PINHO, 2018, p. 126). Ao fomentar a visitação dos descendentes e estimular a apreciação de sua história, cultura e política, o país revela propósitos de construção de um sentimento de nacionalismo e de orgulho (TIMOTHY, 2008).

O turismo de raiz viabiliza experiências individuais e coletivas de pertencimento e a reconexão com o passado nos lugares que suscitam lembranças, experiências e memórias familiares.

Em seu processo de transformação, a cidade tanto pode ser registro como agente histórico. Neste sentido, destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias. Lugares que, além de sua existência material, são codificados num sistema de representação que deve ser focalizado pelo pesquisador, num trabalho de investigação

⁴²⁵ Agência Brasil, 2018 - Número de turistas brasileiros em Portugal cresce 39% e bate recorde em 2017. 06 de mar. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-03/numero-de-turistas-brasileiros-em-portugal-cresce-39-e-bate-recorde-em>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

⁴²⁶ Lisboa recebeu o prêmio de Melhor cidade para Turismo e a entidade Turismo de Portugal ganhou pela segunda vez seguida o prêmio de melhor organismo oficial de Turismo do mundo. Disponível em: <https://www.worldtravelawards.com/winners/2018/world>. Acesso em 16 de agosto de 2019.

sobre os múltiplos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (MATOS, 1999, p. 14).

A comunicação do imigrante e descendentes com o país de origem tem se estreitado em razão do desenvolvimento dos transportes e da tecnologia, o que contribui para a circulação contínua de pessoas, bens, informações, tomada de decisões e participação nos eventos familiares. Essa relação estimula o senso de pertencimento à família e ao país dos antepassados, bem como o desejo de regresso à casa ancestral em múltiplos níveis, por vezes mitigado por meio do estabelecimento de viagens periódicas com esse propósito (CLIFFORD, 1997).

Filhos e netos de imigrantes costumam estabelecer um relacionamento especial com o local de nascimento dos ancestrais. A busca de reconexão com a raiz familiar, linhagem dos ascendentes e herança cultural implica no contato ou deslocamento ao país de origem dos antepassados. O senso de conexão interrompe o processo de esquecimento da pátria ancestral e de assimilação na sociedade de origem, enquanto a viagem, por vezes, possui sentido de peregrinação, abrange a busca de si mesmo, de lugares e de pessoas, ou seja, trata-se de uma trajetória personalizada. Nesse sentido, a visita não coincide com os destinos turísticos e populares, tampouco a hospedagem corresponde à modalidade comercial, pois a busca por memórias ancestrais, tradições perdidas, identidade, pertencimento e estabelecimento de conexões rompidas há muito tempo, direciona o visitante aos pequenos povoados e acomodação na casa de familiares.

Essa modalidade⁴²⁷ foi captada pelo turismo e se inscreve na segmentação cultural, mediante ofertas de programas de visita aos lugares e marcos relacionados à história da emigração portuguesa para o Brasil, como a chamada “Um passeio pelas raízes do Brasil em Lisboa e arredores”, disponibilizados na Internet⁴²⁸. Considerados um grande negócio pelos governos, em razão da magnitude dos benefícios econômicos e impactos sociais gerados, visam atrair à terra natal os descendentes, mediante oferta de pacotes de serviços e atrações (FAYOS-SOLÁ, 1996).

Modalidade difundida, o turismo de raiz se concentra nos locais associados à própria linhagem, realização de atividades relacionadas à história

⁴²⁷ A importância econômica dessa modalidade de viagem motivou o parlamento escocês a considerá-lo como um dos três principais nichos de mercado do *Scottish Tourism* em 1999 (BASU, 2007).

⁴²⁸ Um passeio pelas raízes do Brasil em Lisboa e arredores. Disponível em: <https://matuete.com/destinos/lisboa/>. Acesso em 7/4/2019.

familiar como conhecer parentes próximos ou distantes, pesquisar em comunidades ou arquivos de igrejas, coletar dados em lápides de cemitérios, participar de reuniões familiares, embora também inclua a visita ao patrimônio, museus, lugares históricos, compra de antiguidades e interação em eventos (TIMOTHY, 2008).

A visita aos locais associados aos antepassados possibilita a conexão com a identidade ancestral, práticas de deposição de objetos íntimos e de coleta de lembranças e de relíquias a serem incorporados aos santuários domésticos. A motivação não se restringe a conhecer os antepassados, mas a compreender seus anseios e motivações, bem como o lugar, considerado como o berço do pertencimento e de regresso à casa. Essa jornada pessoal de peregrinação é complexa e, por vezes, inatingível, proporciona invenção, recomposição de memórias, tradições, identidades e pertencimento (BASU, 2007).

Monumentos e sítios associados às narrativas históricas do lugar e às histórias íntimas da família, tais como túmulos de parentes, ruínas entre outros, possibilitam a reconexão com o passado e com as camadas de significados passíveis de serem apreendidos, o que torna a experiência plural e propensa a renegociações constantes.

Basu (2007) inscreve a visita à pátria ancestral como um movimento de massa, desencadeada pela sensação de pertença a uma comunidade distinta, fundada em uma história comum. O interesse pela genealogia e as viagens de regresso à casa ancestral são motivados por diferentes desejos e sentidos, ao que atribui potencial polissêmico. A busca de compreensão sobre a causa do deslocamento do antepassado também desencadeia o interesse no passado da pátria de origem e, conseqüentemente, a pesquisa com familiares, livros populares de história, ficção histórica, sites e exposições.

Os mitos de origem da terra ancestral podem ser romantizados e fantasiados. A viagem possibilita a reconstrução da memória, imersão cultural, aproximação ao contexto de origem, compreensão dos comportamentos e padrões familiares:

[...] Encontrar os seus semelhantes é importante não apenas por possibilitar um maior entendimento da sua história e um (re)encontro com raízes culturais que são geralmente concebidas como perdidas, mas porque permite, também, que os turistas possam se sentir “em casa” (PINHO, 2018, p. 122).

Considerados como recursos motivadores para as viagens, passado e herança familiar fundamentam estratégias promocionais destinadas a incrementar o turismo internacional com pacotes turísticos concebidos com a assessoria de genealogistas (TIMOTHY, 2008). Campanhas são articuladas tendo como apelo o “sentimento de nacionalismo e lealdade dentre as gerações mais novas e possivelmente menos apegadas emocionalmente às terras de origem dos seus antepassados” (PINHO, 2018, p. 126). Roteiros oferecem visitas em arquivos, bibliotecas e cemitérios, incluem experiências de alimentação na casa de famílias, com refeições preparadas de maneira tradicional, com ingredientes locais. O passado converte-se em um recurso turístico altamente significativo (TIMOTHY, 2008).

Associações portuguesas no Brasil

O associativismo propicia ao descendente a recuperação dessa territorialidade ancestral sem ter a necessidade de viajar ao país de origem do imigrante. Nos centros associativos promovem-se encontros, discussões, troca de informações e de notícias sobre a terra natal, bem como opera-se a reconstrução de manifestações culturais com base na memória, que levam o sujeito histórico à reterritorialização.

Diante da necessidade de suprir o desejo associativo em termos de sociabilidade e revalorização de suas origens identitárias, surgiram diversas associações na cidade de São Paulo nas décadas iniciais do século XX.

A Câmara Portuguesa de Comércio teve início em 1912, Clube Português e a Associação Portuguesa de Desportos em 1920. Na década de 30, imigrantes provenientes de mesmas regiões criaram suas associações – o Centro Trasmontano (1932), a Casa do Minho (1933), o Centro Beirão (1933). A Casa de Portugal foi criada em 1935, com a finalidade de incorporar as associações, prestar assistência aos imigrantes portugueses e promover a defesa da cultura e do idioma (VERDASCA, 1983, p. 83). Ainda na década de 30, outras associações surgiram, especialmente voltadas para o desenvolvimento de práticas esportivas. Durante as décadas de 40 e 50, apenas o Clube Elos teve início (LANG, 2003, p. 115).

Das associações de socorros mútuos relacionadas como de origem portuguesa⁴²⁹, ainda se encontram ativas a Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas (1891), Associação Beneficente São Pedro do Pari (1917), Sociedade Portuguesa Beneficente Vasco da Gama (1898) e a Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência (1859). Destas apenas a Beneficência Portuguesa se destaca como centro hospitalar de alta complexidade, as demais se tornaram planos de saúde, realizando exames e atendimentos médicos. Por sua vez, o Centro Trasmontano (1932) surgiu com finalidade beneficente e recreativa, no entanto, com o passar dos anos, a parte recreativa foi subestimada e se tornou um plano de saúde de referência, enquanto seu grupo folclórico, denominado Carvalho de Araújo, dissipou-se e originou o Grupo Folclórico da Casa de Portugal.

Não foram identificados registros atuais da Casa do Minho⁴³⁰ e do Centro Beirão, ambos fundados em 1933, enquanto na relação de associações portuguesas consta a Casa Cultural Império do Minho (2006), com sede no bairro da Casa Verde em São Paulo.⁴³¹

“No período posterior a 1963, quando o fluxo migratório diminuiu drasticamente, várias associações foram criadas, o que indica a vitalidade da comunidade (LANG, 2003, p.115).” Após esse período constata-se a constituição de diversas associações de caráter regional na cidade: a Casa Ilha da Madeira (1969)⁴³², Arouca São Paulo Clube (1979)⁴³³, Casa dos Açores (1980)⁴³⁴, Associação Casa de Macau (1989)⁴³⁵, Casa de Brunhosinho

⁴²⁹ Foram identificados dois sítios na internet que relacionam as associações da comunidade portuguesa: CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM SÃO PAULO. Disponível em: <http://consuladoporlugalsp.org.br/associacoes-portuguesas-e-luso-brasileiras>. Acesso em: 12/11/2015. CONSELHO DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.cclb.org.br/associacoes.htm>. Acesso em: 15/10/2011.

⁴³⁰ A Casa do Minho no Rio de Janeiro foi fundada em 1924 e permanece atuante. CASA DO MINHO. *A Casa*. Disponível em: <http://www.minho.com.br/?s=data+de+funda%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09/10/2014.

⁴³¹ Associações portuguesas e luso-brasileiras. Disponível em: <https://consuladoporlugalsp.org.br/associacoes-portuguesas-e-luso-brasileiras/>. Acesso em: 07/11/2020.

⁴³² A sede localiza-se no bairro do Horto Florestal. CASA ILHA DA MADEIRA. *Pequena História da casa da Ilha da Madeira*. Disponível em: <http://www.casailhadamadeira.com.br/historia.html>. Acesso em: 12/11/2015.

⁴³³ A associação situa-se no bairro do Tremembé. AROUCA SÃO PAULO CLUBE. Disponível em: <http://www.aroucaclube.com.br>. Acesso em: 12/11/2015.

⁴³⁴ CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.casadosacores.com>. Acesso em: 12/11/2015.

⁴³⁵ A sede localiza-se no bairro de Interlagos, zona sul de São Paulo. CASA DE MACAU EM SÃO PAULO. *Quem Somos*. Disponível em: <http://www.casademacausaopaulo.com.br/quem-somos.php>. Acesso em: 12/11/2015.

(1991)⁴³⁶, Comunidade Gebelinense de São Paulo (1992)⁴³⁷ e a Associação dos Poveiros de São Paulo (1991)⁴³⁸.

Pontua-se na cidade de São Paulo, por sua relevância, o Centro Cultural 25 de Abril⁴³⁹ e o Lar da Provedoria da Comunidade Portuguesa⁴⁴⁰. O Centro Cultural 25 de Abril (1982) constitui iniciativa de imigrantes intelectuais politizados e mais à esquerda. Vários de seus fundadores fizeram parte do movimento de resistência democrática de oposição a Salazar, inclusive criaram um jornal denominado *Portugal Democrático*⁴⁴¹. O Lar da Provedoria da Comunidade Portuguesa (1968)⁴⁴² é uma entidade sem fins lucrativos, criada por iniciativa do Consulado Geral de Portugal de São Paulo, visando estender as ações de assistência social já desenvolvidas⁴⁴³, no intuito de acolher portugueses idosos em situação de vulnerabilidade social. Está ligada ao Centro de Apoio a Portugueses Carentes, braço de assistência social do Consulado, com escritório central na Casa de Portugal.

A diversidade de associações portuguesas na cidade e estado de São Paulo é numerosa e estiveram desde seu surgimento como associações pautadas no mutualismo e solidariedade. Ainda que muitas transformações sociais tenham ocorrido desde suas origens, o acolhimento com base nas origens e na solidariedade social se perpetuam.

⁴³⁶ Localizada na Vila Curuçá, cidade de de São Paulo. CASA DE BRUNHOSINHO. *Quem Somos*. Histórico da Casa de Brunhosinho. Disponível em: <http://www.brunhosinho.com.br/rancho/>. Acesso em: 12/11/2015.

⁴³⁷ A sede fica em Mairiporã. COMUNIDADE GEBELINENSE DE SÃO PAULO. *Histórico da Fundação*. Disponível em: <http://gebelinenses.blogspot.com.br>. Acesso em: 12/11/2015.

⁴³⁸ Os emigrados Póvoa de Varzim possuem a associação Casa dos Poveiros, no Rio de Janeiro, enquanto a sede paulistana Associação dos Poveiros de São Paulo localiza-se no bairro de Vila Maria.

⁴³⁹ Com sede no bairro do Butantã, em São Paulo, o Centro Cultural 25 de Abril “[...] congrega parte significativa dos antigos exilados do regime e que, de certo modo, é uma extensão do extinto Centro Republicano Português (CRP) e do próprio jornal *Portugal Democrático*.” (SILVA, 2006, p.28)

⁴⁴⁰ Nas duas principais fontes de informações referentes a elas, Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Estado de São Paulo e Consulado Geral de Portugal em São Paulo, encontram-se os registros de 60 diferentes associações espalhadas pelo estado de São Paulo de diversas finalidades: beneficentes (prestação de serviços médicos), esportivas, culturais, recreativas e de assuntos específicos como vinhos ou sindicatos.

⁴⁴¹ “O jornal foi criado em 1956 por um pequeno núcleo de emigrados portugueses ‘antifascistas’ radicados em São Paulo. [...]” (SILVA, 2006, p.32).

⁴⁴² As instalações físicas localizam-se na Serra da Cantareira, São Paulo, com capacidade para atender 98 idosos. PROVIDORIA DA COMUNIDADE PORTUGUESA DE SÃO PAULO. *Nossa História*. Disponível em: <http://www.provedoria.org.br/historia.htm>. Acesso em: 12/11/2015.

⁴⁴³ O Consulado Geral de Portugal em São Paulo conta com diversos programas assistenciais, entre eles os voltados para os idosos consistem em Apoio Social a Idosos Carentes (ASIC), Apoio Social a Emigrantes Carentes (ASEC) e o Programa Portugal no Coração. Serviços de Apoio Social. CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM SÃO PAULO. Disponível em: <http://consuladoporugal.org.br/associacoes-portuguesas-e-luso-brasileiras>. Acesso em: 12/11/2015.

Estreitando laços com Portugal

A Casa de Portugal possui em seu quadro de associados quase dois mil títulos (entre individuais e familiares), desse conjunto nem todos são considerados ativos e estima-se que cerca de 200 a 230 associados colaboram mensalmente com a taxa de manutenção⁴⁴⁴.

Muitos associados são recentes, em virtude do interesse pela obtenção da cidadania portuguesa, decorrente das mudanças regulamentadas pelo Parlamento Português em relação à obtenção da nacionalidade em maio de 2015. Nesta ocasião uma reportagem publicada na mídia impressa revelando essas mudanças e divulgando que um dos critérios para netos de portugueses nascidos no estrangeiro obterem cidadania seria a comprovação de vínculo com clubes ou entidades ligadas ao governo de Portugal no Brasil para receber o benefício (ZERBATO, 2015).

O então secretário da Comunidade Portuguesa, José Cesário, afirmou em entrevista que a associação a clubes e entidades ligadas aos consulados locais consistia na principal hipótese consolidada⁴⁴⁵ pelo governo e que estariam entre os beneficiários, por exemplo, os sócios da Casa de Portugal, Sociedade Beneficência Portuguesa, da Câmara Portuguesa de Comércio e da Associação Portuguesa de Desportos. De fato, essas regras foram aprovadas pelo poder executivo português (representado pelo Conselho de Ministros) somente a 20 de abril de 2017⁴⁴⁶.

Tanto a publicização da mudança das regras pelo parlamento em 2015, como sua aprovação em 2017, pelo poder executivo, pode ter influenciado o aumento da procura de descendentes pelas associações comunitárias portuguesas e, conseqüentemente, a busca de suas raízes em Portugal.

Por este motivo recorreu-se ao quadro de associados da Casa de Portugal, no intuito de averiguar o possível impacto dessas medidas no número de associados. Para tanto buscou-se os arquivos⁴⁴⁷ de dados no intuito de contabilizar os novos associados correspondentes a janeiro de 2009 a agosto de 2019.

⁴⁴⁴ Informação verbal obtida pela Secretaria em 14 de agosto de 2019.

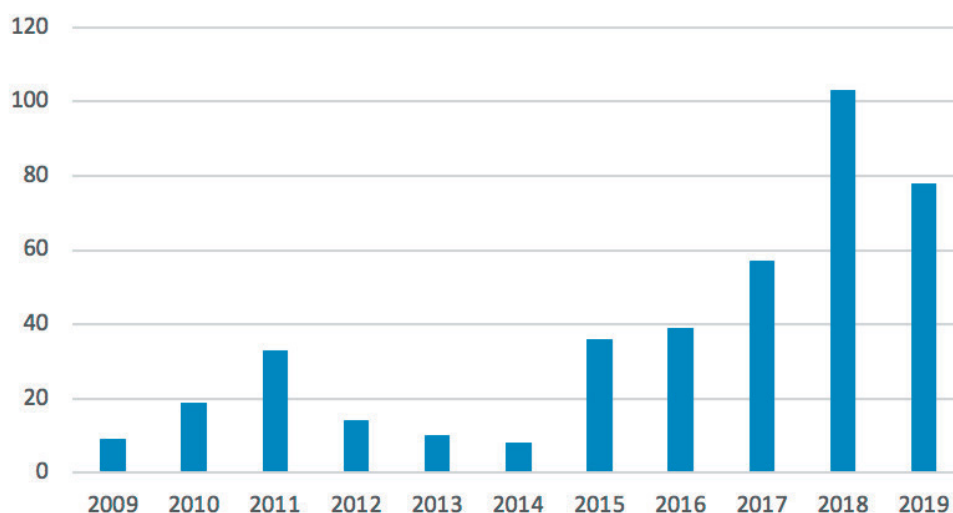
⁴⁴⁵ Outras hipóteses também são consideradas como a comprovação de viagens constantes a Portugal ou residência fixa no país.

⁴⁴⁶ Portugal aprova cidadania para netos de portugueses. *Folha de São Paulo*. 20/04/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/04/1877346-portugal-aprova-cidadania-para-netos-de-portugueses.shtml>. Acesso em 13/08/2019.

⁴⁴⁷ Os novos associados são mencionados nominalmente em todas as reuniões mensais de Diretoria, sendo devidamente registrados nas atas. A leitura dirigida das atas para a busca desses dados de janeiro de 2009 a agosto de 2019 foi realizada para a sistematização dos números de novos associados.

Notou-se sensível incremento na procura, pois a média anual de ingresso de associados entre 2009 e 2014 foi de 15,5 novos sócios. Já no ano de 2015 o número de novos associados totalizou 36, tendência consolidada nos anos posteriores, visto que o ingresso de novos associados seguiu aumentando: 39 em 2016, 57 em 2017, 103 em 2018 e 78 até agosto de 2019.

Gráfico n.º 1
Associados da Casa de Portugal (2009-2019)⁴⁴⁸



É sabido entre os membros da Diretoria da Casa de Portugal que o Consulado de Portugal em São Paulo indica muitos destes novos associados que estão em busca da obtenção da nacionalidade. Mas como a Casa de Portugal é apenas uma das múltiplas associações portuguesas espalhadas pela cidade e estado de São Paulo, acredita-se que a busca por todas elas tenha crescido, levando assim a considerar que importante efetivo do público frequentador das associações seja composto também por descendentes em busca da nacionalidade portuguesa e que o número total de associados componham parte do fluxo turístico de brasileiros a Portugal.

Com o intuito de averiguar o pressuposto de que parte do público de turismo de raiz realizado a Portugal seja o mesmo das associações, realizou-se uma pesquisa exploratória por meio de aplicação de questionário para identificar as motivações e a importância da herança portuguesa na visita-turística de brasileiros à Portugal.

⁴⁴⁸ Atas da Casa de Portugal, 2009-2019.

A forma encontrada para o engajamento do público alvo foi o envio do *link* do formulário de pesquisa para o *mailing* dos associados da Casa de Portugal e pelo envio, por meio de grupos específicos de interesse em Portugal, nas redes sociais. Obteve-se um total de 67 respostas cujos resultados serão analisados abaixo.

Constatou-se baixa adesão de respondentes entre os associados da Casa de Portugal. Apesar de apenas 27 dos 67 respondentes pertencer a alguma associação portuguesa, 31 deles identificaram e nomearam uma associação em razão da frequência aos seus eventos.

Distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, foram mencionadas oito associações, tais como a Associação Casa dos Poveiros (SP), Centro Cultural Português de Santos (SP), Associação Luso-Brasileira de Campo Grande (MS), Centro Cultural Português de Ijuí (RS), Câmara Portuguesa de Comércio (SP), Centro Português do Rio Grande (RS), Casa do Minho (RJ) e Casa do Distrito de Viseu (RJ).

Dos respondentes pertencentes a alguma associação (27), a Casa de Portugal (São Paulo) evidenciou-se como a mais citada nos municípios paulistas (15), acrescentam-se outras, presentes em São Paulo (9), Campinas (4), Praia Grande (1) e São Carlos (1). Além dessas ocorrências, houve a referência simultânea à Associação Portuguesa de Desportos (2) e individual ao Arouca São Paulo Clube (1).

A participação em atividades propostas por associações portuguesas é reconhecida por 55 respondentes como elemento de fortalecimento da identidade portuguesa. Estimulados a detalhar essa afirmação em uma questão aberta, evidenciaram que desencadeia a proximidade a Portugal, o resgate e a permanência da cultura e das raízes portuguesas.

Para 39 dos 49 respondentes, as atividades organizadas pelas associações portuguesas estimulam a visita a Portugal, ainda que essas atividades não estejam relacionadas à organização de viagens de fato. O resgate da cultura, dos festejos, das apresentações musicais ou da gastronomia, desperta o desejo de lá estar, o que em parte corrobora com a premissa deste estudo, ao associar a frequência às associações portuguesas no Brasil com a visita de brasileiros a Portugal.

Dentre os 67 respondentes, foram obtidas 205 respostas válidas a uma questão de múltipla escolha sobre a motivação de visita a Portugal. Vínculos afetivos (53), conexão emocional (48) e interesse na história familiar (48) constituem fatores relacionados ao turismo de raiz e traduzem a maio-

ria das respostas assinaladas, enquanto o interesse turístico possui alta aceitação (46).

A obtenção da cidadania portuguesa estimulou a visitação à Portugal de 10 respondentes. Dentre estes, metade (5) associou o contexto da viagem à solicitação da cidadania, enquanto seis confessaram realizar pesquisas com esse propósito durante a viagem.

Quase unanimemente, 66 responderam possuir interesse pela história familiar, ao passo que 59 afirmaram realizar pesquisas na internet para identificar e conhecer a região de origem da família e 56 revelaram que essas pesquisas despertaram o interesse em visitar o referido local.

Estas respostas deixam claras as intenções dos respondentes em visitar a região de origem de seus familiares, mais um indício forte do apelo do turismo de raiz entre os brasileiros que visitam Portugal.

Quando questionados se já visitaram Portugal, das 65 respostas obtidas apenas uma pessoa identificou nunca ter realizado a viagem, fator indicativo da atratividade que o país exerce sobre os imigrantes e descendentes portugueses. Embora predomine uma (12) ou duas (19) visitas, percebe-se a recorrência, atestada por meio dos que retornaram três (1), quatro (1), cinco (9), seis (1), oito (1), dez (3), mais de 20 (3) ou muitas vezes (5); há os que possuem frequência indeterminada (7), enquanto outros afirmaram manter visitação anual (1) ou a cada 2 anos (1). Somando-se os respondentes que foram 1 ou 2 vezes, atinge-se a cifra de 31 pessoas, quase metade do total, o que significa que 33 respondentes foram 3 vezes ou mais a Portugal⁴⁴⁹.

A moradia pregressa e o domínio de uma residência em Coimbra constituem argumentações para enfatizar o deslocamento periódico ao país, enquanto a criação ou aprofundamento de raízes em Portugal resulta da frequência de viagens a ele.

A visitação à região de origem familiar reforça a proposição de que o apelo do turismo de raiz é forte, pois das 67 respostas válidas, 56 revelaram ter visitado a região de origem de suas famílias, evidenciando que parte dos participantes de atividades das associações portuguesas no Brasil praticam esta modalidade de turismo.

A emotividade é evocada no turismo de raiz quando esse tipo de iniciativa se traduz em resgate histórico familiar, tal como nas respostas externas em relação aos sentimentos vivenciados ao visitarem o local de origem

⁴⁴⁹ Exclui-se desse conjunto o entrevistado que revelou nunca ter viajado a Portugal.

da família. Entre os 57 respondentes, 20 citaram a palavra emoção⁴⁵⁰ para definir a situação do encontro (FERNANDEZ, 2009) familiar, oito relataram a sensação de bem-estar⁴⁵¹ e nove estabeleceram vínculo com a hospitalidade.

Entre as que expressaram situações relacionadas à emotividade, destaca-se o seguinte relato: “como se uma parte do quebra-cabeça da vida se juntasse ao meu coração”. Esta expressão tematiza a busca pessoal inscrita nessa modalidade de turismo, que não se reduz a um simples momento de lazer.

Nos relatos que salientam situações de hospitalidade (CAMARGO, 2004) foram frequentes os termos sentir-se “em casa” e “acolhido”. Dentre os mais emblemáticos citam-se: “acolhido pelos parentes que lá ainda moram”, “Portugal é como uma segunda casa” e “sensação de pertencimento”. Em consonância à externalização dos respondentes, Basu (2007) problematiza o sentido da casa potencializado pelo turismo de raiz como terra natal, local de origem, volta ao lar, morada, ambiente de segurança e felicidade, refúgio, permanência de afetos e pertencimento, e estímulo para a autoidentidade.

O encontro familiar revela que esse tipo de turismo gera relacionamentos, expresso na afirmação: “Muito feliz, pois conheci uma meio irmã que mora em Portugal e não perdemos mais o contato”. Ou o reencontro familiar nesta: “Emocionada, conheci meu avô, quando fui visitar Portugal 28 anos atrás”.

A origem familiar motiva a realização da viagem e reverbera no sentimento de lar na declaração: “Me senti bem. Portugal é como uma segunda casa. Embora só tenha estado no continente que é o lado paterno da família e ainda não tenha ido aos Açores que é o lado materno.” Observa-se que não faltam motivos para o retorno em outras ocasiões, revelando a vontade de conhecer outra região específica também pautada na ancestralidade.

O explícito desejo de retorno, que explica em grande parte a reincidência da viagem já discutida anteriormente, é reforçada na resposta: “Foi emocionante visitar Caranguejeira/ Leiria, onde nasceu meu avô paterno. Quero voltar e conhecer Soure onde nasceu minha avó paterna.”

Do conjunto, apenas três respondentes revelaram não ter realizado nenhuma visita aos locais de origem familiar, mas a busca do contato com parentes é reforçada pela maioria dos respondentes, ao revelarem aproxi-

⁴⁵⁰ Melancólica, saudoso e nostálgico foram outros adjetivos utilizados. Sobre esses sentimentos, ver RAMOS, 2003.

⁴⁵¹ Respostas que variaram entre bem, muito bem, excelente, encantada etc.

mação com parentela residente em Portugal e a visitação aos lugares significativos para a família durante a viagem. Nesse sentido, 47 respondentes relataram ter entrado em contato com parentes durante a viagem, enquanto 57 visitaram lugares significativos para a família, o que pode determinar a definição do destino buscado dentro de Portugal. Os entrevistados visitaram diversas regiões de Portugal, de Norte a Sul do país, tais como Aveiro, Porto, Lisboa e Coimbra, mas também aldeias e pequenas cidades nas regiões do Algarve, Trás-os-Montes, Ilha da Madeira e Açores.

Um recurso utilizado pelas associações portuguesas em território nacional para celebrar a memória portuguesa é a gastronomia, elemento que tampouco passa despercebido em uma viagem turística. Se o contexto é o de turismo de raiz, a experimentação de pratos associados à tradição familiar revela-se uma característica.

E foi exatamente o que responderam 57 pessoas, o que possibilita inferir que as comidas associadas à tradição familiar, por constituírem-se em recurso de memória gustativa, funcionam como campainhas da memória (MATOS, 2013) por conectar aromas e sabores presentes no cotidiano desde a infância, constituintes do *habitus*, à visitação.

Esse *habitus* foi representado nas respostas obtidas pelos seguintes pratos: alheiras, bacalhau, sardinhas, batatas, couves, frutos do mar, chana de cordeiro, grelos, migas, folar, enchidos, leitão a bairrada, arroz de polvo, francesinha, rojões. Também citados localizam-se vinhos e diversos itens da doçaria portuguesa: pão-de-ló, pastéis, aletria, cavaca e bolo-rei.

Para 61 respondentes a viagem fortaleceu a herança portuguesa e os estimulou a residir em Portugal (54), enquanto para 13 deles, inscreveu-se no contexto de solicitação da cidadania portuguesa. Desse conjunto, 18 realizaram pesquisas para obtenção da cidadania durante a viagem.

A proporção de respondentes em relação ao total que revelam o interesse pela cidadania explica em parte o aumento da demanda pela prática associativa, mas também projeta a evidência de que a possibilidade da obtenção da nacionalidade conforme os moldes mais recentes impulsionam as viagens turísticas a Portugal por parte dos brasileiros.

A coleta de relíquias pessoais e a participação em cerimônias familiares também se inscrevem nas motivações do turismo de raiz. Nesse sentido, 35 pessoas afirmaram ter trazido lembranças ou objetos pessoais de parentes vivos ou falecidos, evidenciando a busca pelas raízes e a relação afetiva com os locais visitados, enquanto 29 participaram de cerimônias como aniversários, batizados ou casamentos de familiares. Mais do que evidenciar o tu-

rismo de raiz esta questão revela o relacionamento familiar como elo entre Brasil e Portugal, elemento capaz de justificar a procura desse país como destino turístico entre os brasileiros.

Conexão emocional com a pátria

Inserida na prática social, a memória apoia-se nos lugares, personagens, eventos, celebrações, marcos desaparecidos e em diferentes atores sociais. A tendência de recuperação do passado, das origens das famílias insere-se nesse contexto de valorização da memória: “não há mais nenhuma família na qual pelo menos um membro não tenha recentemente se lançado à reconstituição mais completa possível das existências furtivas de onde a sua emergiu. O crescimento das pesquisas genealógicas é um fenômeno recente e maciço” (NORA, 1993, p. 17). Tendência incrementada pela busca de comprovação para a obtenção das cidadanias italiana, espanhola e portuguesa verificada no Brasil por filhos e netos de imigrantes dessas nacionalidades.

Concorre para esse quadro a conexão emocional e alianças com o país de origem dos ascendentes, pesquisas genealógicas e histórias de família (TIMOTHY, 2008). Embora não possa ser generalizado, o turismo de raiz coloca em pauta a conexão do descendente com o seu país de nascimento: sentem-se cidadãos portugueses no Brasil, brasileiros com ascendência portuguesa ou o vínculo com a pátria ancestral é uma fabricação recém criada para fins turísticos? – aprofundamentos possíveis em pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

- BASU, P., 2007 – *Highland homecomings: Genealogy and heritage tourism in the Scottish diaspora*. Routledge.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima, 2004 – *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph.
- CLIFFORD, James, 2007 – *Routes. Travel and translation in the late 20th century*. London: Harvard University Press.
- FAYOS-SOLÁ, E. 1996 – Tourism policy: a midsummer night’s dream?. *Tourism Management*, v.17, n.º 6, p. 405-412.
- FERNANDEZ, Leandro Rodrigues Gonzalez, 2009 – *Hospitalidade e encontro: o relacionamento entre moradores e turistas de segunda residência em Praia Grande*. (dissertação de Mestrado em Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo).

- LANG, Alice Beatriz S. 2003 – “Portugueses em São Paulo: memória e identidade”, in Maria Beatriz Rocha-Trindade; Maria Christina Siqueira de Souza Campos (orgs.), *Olhares Lusos e Brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro, p. 99-130.
- MATOS, Maria Izilda Santos de, 1999 – *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água,
- MATOS, Maria Izilda Santos de, 2013 – *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano. São Paulo séculos XIX e XX*. Bauru: Edusc.
- NORA, Pierre, 1993 – Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- PINHO, Patrícia de Santana, 2018 – Turismo diaspórico. Mapeando conceitos e questões. *Tempo Social. Revista de Sociologia*, vol. 30, n.º 2, p. 113-131 (may-aug.).
- RAMOS, Silvana Pirillo, 2003 – *Hospitalidade e migrações internacionais*. São Paulo: Aleph.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza (orgs.), 2003 – *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro.
- SACCHETTA, José Ramos Mendes, 2011 – *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Edusp.
- SILVA, Douglas Mansur da, 2006 – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.
- TIMOTHY, Dallen J., 2008 – “Genealogical mobility: tourism and the search for a personal past”, in Dallen J. Timothy; Jeanne Kay Guelke, *Geography and genealogy. Locating personal pasts*. Ashgate, p. 115-135.
- ZERBATO, Diego, 2015 – Portugal detalha regras para nacionalidade. *Folha de São Paulo*. Caderno Mundo, 18 set. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/233440-portugal-detalha-regras-para-nacionalidade.shtml>. [Acesso em 13/08/2019].

Gastronomia da Memória

– O que leva os turistas brasileiros que visitam o Porto a (re)conhecer a atual gastronomia portuguesa?

Maria Isabel Andrés Marques⁴⁵²

Alexandra Matos Pereira⁴⁵³

Introdução

Uma das formas mais comuns de manter laços com a terra natal é viajar com o objetivo de preservar ou fortalecer relações pessoais e emocionais e redescobrir lugares. De facto, a conexão com a pátria é o principal fator de motivação de fluxos turísticos para os migrantes e seus descendentes que desejam reencontrar as suas raízes, reexperimentar a antiga terra natal e, assim, realocar a sua identidade (IORIO, CORSALE, 2013).

Em 2019, o mercado brasileiro era o 5.º maior mercado emissor em hóspedes e dormidas, 7,8% e 6%, respetivamente. S. Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília e Fortaleza são as principais fontes de turistas para Portugal. Em 2019, o mercado foi responsável por 1,3 milhões de hóspedes, 3 milhões de dormidas, indicadores que registaram um crescimento relativamente ao ano de 2018 de 16,2% e de 14,6%, respetivamente. A estada média do mercado brasileiro em Portugal, em 2019, era de 2,3 noites, sendo que a Área Metropolitana de Lisboa foi o principal destino nacional dos turistas brasileiros que visitaram Portugal (54,8%), seguido do Norte (23,6%) e Centro (10,6%). Em relação às receitas turísticas, o Brasil ocupava o 6.º lugar com 735 milhões de euros, com um aumento de 10,1% face ao ano transato (TRAVEL BI, 2021).

Sendo o mercado brasileiro um mercado em expansão em Portugal, este estudo tem como objetivo conhecer as práticas gastronómicas dos turistas brasileiros que visitam a cidade do Porto, tendo em consideração o facto de serem ou não luso-descendentes. Pretende-se assim perceber se existe

⁴⁵² Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto / CEPESE.

⁴⁵³ ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia / CEGOT.

uma relação entre a sua condição de luso-descendente, as suas preferências gastronómicas e a tipologia de restaurante escolhido. Este estudo pretende igualmente perceber se, ao preferirem determinados alimentos e/ou pratos da gastronomia portuguesa, os brasileiros identificam traços comuns entre os dois patrimónios gastronómicos e, além disso, se identificam a influência da gastronomia portuguesa no receituário brasileiro mais geral.

1. Revisão da Literatura

1.1. Turismo de Raízes

Do ponto de vista académico, a investigação sobre turismo diaspórico e turismo de raízes é relativamente recente. As abordagens iniciais, particularmente dos estudos em turismo, envolviam análises estatísticas de fluxos turísticos para identificar a importância económica da “terra natal” como destino de viagem (THANOPOULOS, WALLE, 1988; KING, GAMAGE, 1994) e a prevalência deste tipo de viagem para grupos específicos de migrantes (OSTROWSKI, 1991; HALL, DUVAL, 2004). Entretanto, conceitos relacionados com turismo de raízes diásporico têm sido amplamente estudados por Timothy (1997), McCain e Ray (2003), Coles e Timothy (2004), Basu (2001, 2002, 2004a, 2004b, 2005, 2007), Higginbotham (2012) e Iorio e Corsale (2013).

Os termos ingleses *Roots Tourism* (turismo de raízes) e *Diasporic Tourism* (turismo diaspórico) ou *Diaspora tourism* (turismo de diáspora) (DE SANTANA PINHO, 2018), geralmente usados como sinónimos, referem-se a um tipo de viagem que encerra estas duas dimensões, isto é, raízes e turismo. As pessoas estão motivadas para viajar para lugares onde acreditam que têm raízes e de onde pensam que as suas famílias são originárias (IORIO, CORSALE, 2013).

O turismo de raízes configura-se como uma tendência internacional inspirada pelos movimentos *Black Arts* e *Black Power*, que nasceu nos Estados Unidos, no final da década de 60 e início de 70, e mais tarde pelo popular romance de Alex Haley, *Roots: Saga of an American Family*, que estreou como mini-série na TV, em 1977. Tendo sido o terceiro programa mais visto na história da televisão – 130.000.000 de pessoas, representando um amplo espectro de telespectadores em todo o mundo –, *Roots* contribuiu para a produção

da memória coletiva de uma comunidade marginalizada, com a institucionalização de África como terra natal dos negros norte-americanos (CLARKE, 2006). Do mesmo modo, o romance *Everything is Illuminated*, sucesso de Jonathan Safran Foer em 2002, demonstra a persistente popularidade da temática da investigação das raízes e turismo (IORIO, CORSALE, 2013).

McCain e Ray (2003, p. 713) definem turistas de raízes como “indivíduos que viajam para realizar atividades de genealogia, para pesquisar informações ou simplesmente para se sentirem ligados aos antepassados e às raízes ancestrais”. Para Basu (2004a; 2005), o “voltar às raízes” é um movimento físico real, bem como um ato performativo de pertença expresso através de visitas a lugares de herança ancestral, num projeto coletivo mais generalizado de ligação à terra natal.

De acordo com Timothy (1997), turismo de raízes diásporico é uma forma de turismo de património pessoal que envolve pessoas que possuem conexões emocionais com a terra dos seus antepassados.

Vários autores tentaram definir diáspora não apenas através de uma única meta-declaração, mas com base numa série de características comuns e componentes principais. Cohen (1997) com base no trabalho de Safran (1991) postulou nove atributos que capturavam a essência das comunidades diaspóricas: “i) dispersão de uma pátria de origem, frequentemente traumática, para duas ou mais regiões estrangeiras; ii) alternativamente, a expansão de uma pátria em busca de trabalho, busca de comércio ou outras ambições coloniais; iii) uma memória coletiva e mito sobre a pátria, incluindo a sua localização, história e conquistas; iv) uma idealização do suposto lar ancestral e um compromisso coletivo na sua manutenção, restauração, segurança e prosperidade, até mesmo a sua criação; v) o desenvolvimento de um movimento de retorno que ganha aprovação coletiva; vi) uma forte consciência de grupo étnico sustentada ao longo do tempo e baseada na idiossincrasia, numa história comum e crença num destino comum; vii) um relacionamento conturbado com as sociedades anfitriãs, sugerindo pelo menos uma falta de aceitação ou a possibilidade de outra calamidade afetar o grupo; viii) um sentimento de empatia e solidariedade para com membros co-étnicos em outros países; e ix) a possibilidade de uma vida criativa e enriquecedora nos países anfitriões tolerantes ao pluralismo” (COHEN, 2008, p. 17).

Coles e Timothy (2004) identificaram vários pontos em que diásporas e turismo se cruzam, por exemplo, viajar para a terra natal ou para enclaves étnicos e diaspóricos, fazer investigação genealógica ou visitar as comunidades da diáspora pelas pessoas do país de origem.

O turismo de raízes promove, assim, o reforço da identidade coletiva das populações diaspóricas, alicerçando o sentimento de pertença do indivíduo a essa população, ativando memórias e materializando-as, sobretudo, participando em atividades dedicadas à reativação da memória dos locais visitados e recriando as experiências dos seus antepassados (LEITE, 2005).

Na perspectiva de Iorio e Corsale (2013), a viagem é motivada pelo desejo de reforçar ligações pessoais e emocionais ou de redescobrir lugares de importância familiar, reencontrando, assim, uma parte da sua identidade. É a forma mais comum de os indivíduos manterem os laços com a terra natal, sendo que as motivações das viagens de diáspora variam consoante a geração que as realiza, desde visitas a familiares e amigos, a procura pelas raízes, descoberta da terra dos antepassados e participação em festivais ou cerimónias.

Os turistas de raízes têm por hábito visitar casas e locais onde eles ou os seus antepassados viveram, de modo a “ver, cheirar, tocar”, sentir esses locais que os ligam à identidade das suas famílias (IORIO, CORSALE, 2013; LEITE, 2005). Ao partir, levam consigo recordações (pedras, pedaços de cerâmica, água de nascentes ou poços, etc.), que expõem em estantes dedicadas à terra natal, e deixam objetos pessoais, como forma de partilhar uma parte de si no local, de pertencer, realmente, à terra natal (BASU, 2004b).

Normalmente, o significado destas viagens varia de acordo com a geração. Para muitos migrantes da primeira geração, viajar para a terra natal é uma forma de lidar com o sentimento de nostalgia (BALDASSAR, 2001) e procurar conforto num ambiente em que eles deixaram uma parte da sua própria identidade (PICKERING, KEIGHTLEY, 2006; LOWENTHAL, 2015). Para as crianças dos migrantes e das gerações posteriores, a experiência pode ser bastante diferente, já que não têm as suas próprias memórias individuais sobre a terra natal, ou sobre visitas feitas no passado. Podem saber histórias de família ou tradições culturais, mas, geralmente, são os que têm ligações mais fracas com determinados lugares.

Para os turistas de raízes a ênfase está na importância do espaço ancestral, que é consumido tanto simbolicamente, ao passearem, fotografarem, olharem a paisagem, como materialmente, ao preferirem o consumo de gastronomia local ou a compra de produtos locais (COLES, TIMOTHY, 2004).

Este conjunto de razões explica as motivações para a viagem, mas o facto mais memorável pode ser a carga emocional da experiência do visitante. Muitos turistas diaspóricos podem chegar com razões mal definidas, mas a visita ao espaço ancestral chama e desperta uma série de reações que

podem incluir um sentimento de nostalgia ou de saudade de um mundo que eles associam à sua história familiar. Generalizações são válidas, mas cada visitante tem uma química individual com o lugar, na forma como o vive, como interage com os outros e como experiencia os eventos associados (HERBERT, 2001).

1.2. Gastronomia, Identidade e Nostalgia

Cada cultura tem as suas receitas, os seus aromas, ingredientes, técnicas de preparação, maneiras de servir e de comer. É através de características que são atribuídas aos alimentos que estes se tornam uma herança gastronómica (CUNHA, OLIVEIRA, 2009).

A cultura gastronómica é capaz de diferenciar as cores e sabores, e ainda outros valores sociais, como a religião, a etnia e a história, não se restringindo apenas aos processos de confeção dos alimentos e de como ingeri-los, mas permitindo fazer uma distinção entre os diversos povos e os seus hábitos alimentares. A cozinha reafirma-se, então, como um espelho da sociedade, um microcosmo da sociedade. Bourdieu (1984) argumenta que em vez de se falar em cozinha, será mais correto falar em cozinhas, porque elas mudam e transformam-se em função das influências que sofrem ao longo dos tempos e também pelos intercâmbios e pelas novas interpretações, tanto graças à introdução de novos produtos e alimentos, como a novos hábitos e práticas alimentares. Aquilo que denominamos de “gosto” está relacionado com várias expressões culturais como a arte, a música, o vestuário e a comida e todas são modeladas socialmente (BOURDIEU, 1984).

A comida é cultura quando se produz, quando se prepara ou quando se consome (MONTANARI, 2006). As cozinhas tradicionais são elementos que valorizam a cultura do local, resguardam a memória culinária e ao mesmo tempo levam ao desenvolvimento da economia local.

A gastronomia local, enquanto expressão da identidade, adquiriu relevância para o turismo a partir dos anos sessenta do século XX. O combate à estandardização da alimentação fez com que os indivíduos procurassem a autenticidade, as raízes da cozinha e os pratos típicos. As culturas alimentares em contacto com o turismo conhecem, então, um caminho de evolução e de recomposição. O turismo é, assim, considerado um vetor de inovação na dinâmica de reconfiguração do património alimentar. Através de um efeito de confronto e negociação, as populações locais são colocadas em contacto

com os turistas, para inovar e recompor as suas culturas alimentares. Os fenómenos dos encontros interculturais, aqui aplicados à comida, consistem então na adaptação, preservando uma identidade central forte ou, ao contrário, na diferenciação pela resistência ou oposição (BESSIÈRE, POULAIN, TIBÈRE, 2013).

A patrimonialização dos recursos alimentares contribui, por meio do turismo, para o fortalecimento e revitalização da organização social local, enquanto estimula o equilíbrio económico e cultural dos territórios. Este processo de património alimentar invoca a imaginação dos turistas ao definir a gastronomia como uma experiência turística fora da alimentação quotidiana (BESSIÈRE, POULAIN, TIBÈRE, 2013).

Segundo Cohan e Avieli (*cit in* LÓPEZ-GUZMÁN, CAÑIZARES, 2012), o turista gastronómico terá uma experiência sensorial completa, visto que através da comida poderá experienciar os sabores locais, conhecer a cultura e métodos tradicionais do lugar que visita. Assim, através da gastronomia, os turistas terão conhecimento e informações acerca das pessoas, da cultura, das tradições e da identidade local. O conjunto de elementos tangíveis e intangíveis das culturas alimentares, consideradas como um bem comum, uma herança partilhada, segundo Bessière & Tibère (2010), constitui o património gastronómico.

Estudos recentes sobre alimentação começaram a prestar mais atenção a como as práticas alimentares no presente estão relacionadas com as memórias dos ciclos alimentares, da comida infantil ou da comida da terra natal (SUTTON, 2001a). A pluralidade e as múltiplas memórias alimentares do passado são, para muitas pessoas, reconstruções ou invenções imaginárias, no presente. A comida é, de facto, lembrada de maneira diferente, em vários momentos e por pessoas diferentes, quando apropriada pelo presente em resposta à inexorável mudança (CHAN, 2010).

A comida, básica para a sobrevivência, é fundamental para a identidade cultural. Como argumenta Martin (2005, p. 39), “comer inclui a performance de comer, e cozinhar inclui a performance de cozinhar; como tal, ambos são partes integrantes do facto como os alimentos constituem a identidade”. Concomitantemente, a comida, a sua preparação e consumo desempenham um papel proeminente na preservação da identidade e reconstrução do “lar” em situações diaspóricas (HOLTZMAN, 2006; MANNUR, 2007).

Para a diáspora, cozinhar é “uma tentativa de reconstruir e lembrar sinesteticamente, de retornar a todo aquele mundo de casa, que é subjetivamente experienciado quer local, quer nacionalmente” (SUTTON, 2001b, p.

127). Sutton dá o exemplo da comida caseira enviada para migrantes gregos, que serve como estratégia para revitalizar a continuidade cultural, ao mesmo tempo que a comida local vai assumindo significados variáveis à medida que a identidade das pessoas muda no contexto da migração (SUTTON, 2001a).

Sobre as memórias nostálgicas da comida, vários estudos discutem como as reconstruções imaginárias do passado são criadas como memórias de outros tempos. A ressonância emocional da nostalgia que a comida evoca às vezes é o resultado de amizades íntimas e de relacionamentos entre as pessoas (YANO, 2007), apesar de a nostalgia poder ser uma memória que nunca foi vivida, apenas aprendida. A lembrança nostálgica de alguns alimentos ou pratos revela, frequentemente, um contraste entre um passado dourado e uma perda presente, em que o conforto psicológico advém da lembrança do passado (CHAN, 2010).

O estudo de Locher, Yoels, Maurer e Ells (2005) explica as fortes relações entre emoções, memória e preferências alimentares, examinando a construção social de alguns objetos alimentares como “alimentos de conforto”.

O Dicionário Merriam-Webster define no *website* “comida de conforto” como “comida preparada num estilo tradicional com um apelo geralmente nostálgico ou sentimental”. Wansink e Sangerman dão uma definição mais geral, “um alimento específico consumido numa situação específica para obter conforto psicológico” (2000, p. 66). Por sua vez, Locher (2002, p. 442) definiu comida de conforto como “qualquer comida consumida por indivíduos, muitas vezes durante períodos de stresse, que evoca emoções positivas e está associada a relações sociais significativas”. Embora a seleção de determinados alimentos para o conforto possa parecer uma escolha altamente pessoal, ela está profundamente enraizada em sistemas sociais e culturais mais amplos, sendo que o consumo de determinados alimentos identifica as pessoas como membros de várias classes, grupos étnicos ou religiosos (BOURDIEU, 1984), do mesmo modo que a culinária, ou mais especificamente a técnica de cozinhar, reflete a estrutura social dessa sociedade.

Locher *et al.* (2005) classifica os alimentos de conforto em quatro categorias: alimentos nostálgicos, alimentos de indulgência, alimentos de conveniência e alimentos de conforto físico. Particularmente relevante para este estudo são os alimentos nostálgicos que são aqueles identificados com um determinado tempo e lugar na história da pessoa.

O desejo nostálgico e o consumo de bens alimentares específicos sustentam o sentido de identidade cultural, familiar e pessoal de cada indivíduo.

Quando estamos fisicamente desconectados de uma comunidade, família ou qualquer grupo primário que define quem somos, o nosso sentido de identidade pode ser fragmentado. Nesses casos, consumir alimentos intimamente ligados ao passado pode reparar essas fraturas, mantendo uma continuidade do eu em ambientes desconhecidos. Isso pode ser especialmente verdadeiro quando se mantém uma identidade étnica (LOCHER *et al.*, 2005).

Os alimentos nostálgicos costumam estar ligados às lembranças de ser cuidado por outra pessoa. Uma das principais maneiras pelas quais as mulheres, nos seus papéis de avós, mães e esposas, expressam o seu cuidado pelos outros é alimentando-os. Muitos indivíduos optam por consumir determinados alimentos, pois esses objetos evocam a sensação de terem sido cuidados pelas suas progenitoras. É a memória da “mãe” carinhosa evocada pelo objeto alimentar (LOCHER *et al.*, 2005).

Os alimentos nostálgicos estão associados à partilha com outras pessoas chegadas durante eventos ou atividades especiais. Esses alimentos em particular são consumidos durante ocasiões especiais associadas a atividades altamente ritualizadas, imbuídas de emoções felizes (LUPTON, 1996).

Os alimentos nostálgicos estão também intimamente ligados com a sua preparação. A interação social íntima que frequentemente acontece com os familiares na cozinha, enquanto preparam a comida, serve como um poderoso mecanismo de ligação, num local onde os menos íntimos muitas vezes têm o acesso negado (LOCHER *et al.*, 2005).

Em síntese, os alimentos nostálgicos servem para aliviar as “saudades” de casa, da terra, do país, são muitas vezes alimentos étnicos preferidos e consumidos regularmente por indivíduos separados da sua terra natal.

É comum que, em alguns casos, exista a tendência de tratar o ato de comer como um produto meramente funcional (MITCHELL, HALL, 2003), no entanto é sabido que o papel da alimentação no fenómeno turístico se tem intensificado e surgem cada vez mais estudos que evidenciam a sua importância direta ao nível da imaginação e da potenciação das sensações, produzindo assim um alto significado simbólico na própria experiência turística. À luz dos panoramas sensoriais de Urry, a experiência gastronómica poderá ser uma das mais completas, permitindo despertar no mesmo momento e local todos os panoramas sensoriais em uníssono: *sensescapes*, *soundscales*, *smellscales*, *tastescapes* e *landscapes* (URRY, 2002).

O consumo de alimentos é reconhecido como um comportamento complexo, com fatores culturais, sociais, psicológicos e de aceitação sensorial, todos desempenhando um papel no processo de tomada de decisão do

consumo, durante a viagem (KÖSTER, 2009, SOBAL *et al.*, 2006). Kim, Eves e Scarles (2009) identificaram a neofobia alimentar e a neofilia como dois dos fatores que afetam a vontade dos turistas em consumir comida local durante as férias. Os turistas que têm predisposição para serem neofóbicos, parecem relutantes em comer alimentos estranhos. Já Chang, Kivela e Mak (2011) sugerem que o conceito de neofilia justifica a tendência de os turistas procurarem várias experiências gastronômicas diferentes durante as férias.

A experiência anterior com um alimento e/ou prato também pode afetar significativamente o comportamento de consumo alimentar do turista. Para Barker (1982), essa experiência contribui para o desenvolvimento de “memórias alimentares”, que estão associadas aos atributos sensoriais do alimento. O efeito da exposição e a experiência anterior são fatores importantes que vão determinar o consumo alimentar do turista. A exposição do turista à gastronomia local de um destino, potenciada pelas “memórias alimentares”, pode aumentar a familiaridade com aquela cozinha e, assim, determinar a preferência por determinados pratos. Assim, a comida e a cozinha tradicionais podem ser excelentes atrações turísticas (BESSIÈRE, 1998) em destinos de viagens diaspóricas, onde provar a cozinha local é uma parte integrante da experiência de viagem.

1.3. Gastronomia brasileira

Ao experimentar os tradicionais pastéis de Belém portugueses durante sua estada em Lisboa em 1947, Cascudo é conduzido a outro espaço-tempo no qual ele próprio é o protagonista. Sua memória do sabor dos pastéis de nata de Natal Velho, nesse sentido, corrobora as motivações que o levam a pensar a alimentação brasileira numa perspectiva histórica. O valor simbólico do gosto e sua relação com a materialidade do alimento, no contexto da modernização, geram discursos em defesa da cozinha tradicional, uma vez que a continuidade de seu sabor depende intrinsecamente de sua continuidade material. (CORÇÃO, 2012, p. 421)

A gastronomia brasileira tem origem na cozinha indígena e é baseada numa síntese entre as culturas primitivas e a superposição dos saberes gastronômicos dos portugueses e africanos e também de todos os povos emigrantes. Assim, a cozinha brasileira é um composto de influências dos

portugueses, africanos, espanhóis, holandeses, franceses, alemães, italianos e muitos outros ao longo de séculos de colonização.

A fusão entre todas essas culturas e a cultura indígena é a maior premissa da gastronomia brasileira. No processo de adaptação e readaptação de um grupo social que emigra, a culinária é a última a perder-se, num processo que dos Santos (2011) considera de resistência. Os estudos da História da Alimentação consideram que estas dinâmicas são uma “Santa Aliança” entre memória, tradição e identidade. Na cozinha permanece a arte de manter os traços culturais e a identidade do grupo através da escolha dos alimentos e da forma como se lhes dá sabor e sentido. Desta maneira, a gastronomia brasileira reserva um lugar para todos, pois é diversa, a partir de uma riqueza étnica e cultural. Tais contactos e simbioses, revelam relações e trocas complexas de diferenças, afirmadas e reafirmadas numa fecunda assimilação que redundava numa “mestiçagem gastronómica” (DOS SANTOS, 2011).

Atualmente, a sociedade procura resgatar e valorizar os livros de receitas, em nome da qualidade das cozinhas locais e regionais, carregadas de culturas. Não obstante, existem estratégias para adaptar aos gostos locais a cultura gastronómica transnacional, num processo em que o local e o regional precedem o nacional e o internacional, fazendo com que a gastronomia, mesmo diante da globalização do gosto alimentar, revele a resistência de identidades específicas (DOS SANTOS, 2011).

Tentando reproduzir a cultura gastronómica da Europa, os portugueses levaram diversos produtos e animais que não existiam no Brasil, mas também incluíram alguns ingredientes na sua gastronomia autóctone como a mandioca que substituiu o trigo para a produção do pão. A construção de uma cozinha num país colonizado tem por base as grandes deslocções populacionais e as trocas de práticas culturais que daí decorrem (MACIEL, 2004). Nasceu, assim, no Brasil, uma gastronomia colonial que foi enriquecida com a introdução de produtos como as especiarias, o arroz, o açúcar, o gado suíno e bovino, o vinho, as hortaliças, o azeite e o vinagre (ARAÚJO, TENSER, 2006; CORÇÃO, 2012).

Em termos regionais é notório que as diferenças gastronómicas se prendem com as características geográficas e culturais, mas também existe uma forte influência da imigração nas tradições gastronómicas regionais.

A região Norte é caracterizada pela gastronomia em torno da mandioca, alimento típico da região, herdada da cultura dos índios nativos. Por ser uma região de grandes rios, o peixe também é muito apreciado. A região do Nordeste tem uma forte influência portuguesa, indígena e africana, mas

também recebeu influências de holandeses, ingleses e franceses. Assim, é possível afirmar que o litoral nordestino utiliza como alimentos básicos a farinha de mandioca, o feijão, a carne de sol (influência indígena), a rapadura, o milho, os peixes e os mariscos. A cozinha do Sertão tem como base a carne bovina, caprina, o leite e a manteiga, o feijão, a batata doce, a mandioca e alguns legumes e frutas nativas. Como pratos típicos de influência portuguesa, pode encontrar-se nesta região a galinha de cabidela. Na cozinha baiana, os portugueses introduziram o uso das vísceras, do sangue e do tutano - sarrabulho, buchada e panelada (GOES, 2008).

A região Sudeste foi a que mais influência teve de outros povos. Na zona do Espírito Santo existe a influência ainda marcante da cultura indígena, como exemplo a moqueca de peixe cozida em panela de barro à base de coentro e urucum. O estado de Minas Gerais recebeu forte influência indígena e dos bandeirantes e a comida mineira é fiel até hoje à tradição do feijão, do milho e do porco. Como pratos típicos, pode destacar-se o feijão tropeiro, o torresmo, o angu com quiabo, a couve à mineira, a canjiquinha com carne, a pamonha e a broa, entre outros (GOES, 2008).

São Paulo e o Rio de Janeiro são estados que se destacam pelo cosmopolitismo das suas cozinhas devido, em grande parte, à forte influência da colonização, mas também pelo número de imigrantes que recebem de todas as regiões do país. Em São Paulo a influência mais marcante é a italiana com a pizza, a lasanha, o macarrão e os canelones, entre outros pratos. No Rio de Janeiro predomina a influência portuguesa na gastronomia local, em grande medida devido à instalação nesta cidade da corte portuguesa, no século XIX. Embora não haja unanimidade por parte de vários historiadores sobre a origem do prato mais generalizado da gastronomia brasileira *a feijoada*, existem indícios que indicam que terá sido no Rio de Janeiro que a prática de cozinhar as carnes de porco e o feijão terá surgido, pela influência dos cozidos de feijão que existiam em Portugal com influência do *cassoulet* francês (MACIEL, 2004).

Por outro lado, e contrariando as teses de que a feijoada teria nascido no seio da população escrava, na Senzala, por aproveitamento dos *restos* do porco cedidos pelos *fazendeiros*, é sabido que em Portugal era muito comum o aproveitamento das partes *menos nobres* do porco” (MACIEL, 2004). No Rio de Janeiro também se podem encontrar o caldo verde, os pastéis de bacalhau e o bacalhau à Gomes de Sá, e na doçaria, o pastel de Santa Clara (GOES, 2008).

A região Sul foi a que recebeu um maior fluxo de imigrantes europeus: portugueses, italianos, alemães e polacos (ARROTEIA, FISS, 2007). Na cidade de Pelotas, onde existe uma forte presença da comunidade portuguesa, em especial da Região Autónoma dos Açores e da cidade de Aveiro, existe uma forte tradição na produção de ovos moles. A cidade é conhecida por um evento gastronómico anual, o festival FENADOCE, onde se podem degustar os ovos moles, típicos da região de Aveiro (CERETTA, DA SILVA, 2012). De salientar que o ovo foi introduzido pelos portugueses na culinária do Brasil e que com a introdução da plantação da cana do açúcar no século XVII, a doçaria teve uma grande expansão em todo o país, mas com uma maior expressão na Baía onde se localizavam os principais engenhos de cana de açúcar (GOES, 2008).

Em Pelotas também existe um festival dedicado ao bacalhau, organizado anualmente pelo Centro Português 1.º de Dezembro (CERETTA, DA SILVA, 2012). O bacalhau foi introduzido no Brasil pela corte portuguesa por ser um produto muito apreciado em Portugal e o seu consumo remonta às tradições judaico-cristãs do Jejum. Este alimento ficou ligado durante séculos às classes mais abastadas que a ele tinham acesso durante todo o ano e não exclusivamente na época da Quaresma, como acontecia com todas as classes sociais (BASTO, cit in SALVADO, JOUKES, 2020). O seu consumo generalizado só ocorreu em finais do século XIX, em que assumiu presença assídua, nas mesas dos portugueses. De acordo com Salvado e Joukes (2020), o bacalhau tem presença nas receitas tradicionais, especialmente no Douro e no Minho e é também nessa região, junto com Lisboa, onde existe uma maior procura e consumo dos pratos de bacalhau. Este facto explica a importância do bacalhau para as comunidades lusodescendentes no Brasil⁴⁵⁴.

Se a cozinha tradicional brasileira tem como base a cozinha tradicional portuguesa, o gosto e a saudade, nesse sentido, congregam a sua história alimentar em favor da continuidade de ambas as cozinhas tradicionais (CORÇÃO, 2012).

⁴⁵⁴ No Brasil existem 8 núcleos regionais da Academia do Bacalhau (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Niterói, Recife, Rio de Janeiro e Teresópolis).

2. Metodologia

Sendo o consumo da gastronomia local destacado como de grande importância para os turistas de raízes (COLES, TIMOTHY, 2004), o presente estudo exploratório tem como objetivo perceber se para os turistas brasileiros existe uma relação entre a sua condição de luso-descendente, as suas preferências gastronómicas e a tipologia de restaurante escolhido. Pretende igualmente perceber se, ao preferirem determinados alimentos e/ou pratos da gastronomia portuguesa, os brasileiros identificam traços comuns entre os dois patrimónios gastronómicos e, além disso, se identificam a influência da gastronomia portuguesa no receituário brasileiro mais geral.

Tendo em consideração os objetivos do estudo, foram aplicados inquéritos por questionário com perguntas abertas e fechadas, a uma amostra de conveniência de 50 turistas brasileiros com ascendência portuguesa que visitavam o Centro Histórico do Porto, durante o mês de maio de 2019.

3. Análise descritiva dos dados

A amostra é constituída por 50 inquiridos, 55% dos quais com idades entre os 36 e os 50 anos, 20% entre 51 e 65, 15% entre 19 e 35 anos e 10% com mais de 66 anos. Dois terços dos inquiridos são de género feminino (65%). Quanto às habilitações literárias, verifica-se que 55% dos inquiridos possui licenciatura, 40% o ensino secundário e apenas 5% possui mestrado e/ou doutoramento. No que diz respeito à sua procedência, 40% dos inquiridos vivem no Rio de Janeiro, 30% em São Paulo e 10% em Brasília e os restantes 10% distribuem-se entre Minas Gerais e Espírito Santo, equitativamente.

Sendo que a amostra é composta por indivíduos com ascendência portuguesa, 50% dos inquiridos tem ascendência ao nível do 3º grau (trisavô), 25% (bisavô), 20% (avô) e 10% (mãe/pai). No que diz respeito à ligação com os familiares portugueses, 50% dos inquiridos afirmou ter família a residir em Portugal e 50% referiu que já não tinha familiares vivos, conhecidos, a residir em Portugal.

Dos inquiridos que afirmaram que tinham familiares a residir em Portugal, todos afirmaram que os iriam visitar, nomeadamente na Região do Porto e Norte de Portugal (70%) e os restantes (30%) na Área Metropolitana de Lisboa.

Uma grande parte dos inquiridos afirmou que era a primeira vez que estava em Portugal. As razões apresentadas para viajarem até à cidade do Porto foi visitar familiares e amigos (40%), lazer e férias (50%) e só 1% afirmou ter viajado em negócios e estudos. 55% dos inquiridos estavam no Porto entre 2 e 6 dias, 25% estavam há menos de 1 dia e 20% há mais de 7 dias. Grande parte dos inquiridos viaja com a família (50%) e com o cônjuge (25%) e só 25% dos inquiridos viajam sozinhos.

No que diz respeito às experiências gastronómicas dos turistas, a grande maioria afirma que gosta de experimentar pratos típicos dos países que visita (70% concorda bastante e 25% concorda totalmente) e, habitualmente prefere fazer as suas refeições em restaurantes de gastronomia tradicional e experimentar pratos da gastronomia local, especialmente em restaurantes onde percebem uma grande afluência dos residentes. Os inquiridos preferem esta tipologia de restaurantes aos restaurantes *gourmet* ou de *fast food*. Os inquiridos também afirmaram que gostam de visitar mercados e feiras de venda de produtos locais quando viajam (70% concorda totalmente e 25% concorda).

Questionados especificamente sobre a sua experiência gastronómica na cidade do Porto, aquando da aplicação dos inquéritos, a grande maioria dos inquiridos procura restaurantes típicos da gastronomia portuguesa e em restaurantes fora dos circuitos turísticos, privilegiando os restaurantes onde habitualmente come a população local (75% concorda totalmente, 25% concorda).

Quando questionados se reconheciam nos pratos portugueses a presença de ingredientes e ou especiarias utilizadas na gastronomia do Brasil, a grande maioria afirma que sim (60% concorda totalmente e 20% concorda). Uma parte significativa dos inquiridos afirmou que costumava cozinhar pratos típicos portugueses no Brasil (25% concorda e 40% concorda totalmente) e verificou-se a mesma proporção de inquiridos que costuma consumir pratos portugueses no Brasil. A grande maioria dos inquiridos também reconhece a influência da gastronomia portuguesa na gastronomia do Brasil (60% concorda totalmente e 30% concorda). No que diz respeito às preferências dos inquiridos na escolha dos pratos da gastronomia portuguesa, evocados livremente, destacam-se seguintes: bacalhau, francesinha, prego no prato, polvo, lulas, ovos moles, pastel de nata e pastel de Santa Clara. Quando questionados sobre os produtos/ingredientes que habitualmente também comem no Brasil destacam-se o bacalhau, o polvo, o porco, as tripas, a sardinha, o azeite, a batata, a cebola e a pimenta.

Conclusões

De acordo com os dados do TravelBI (2019), o mercado brasileiro tem revelado nos últimos anos um comportamento crescente no que diz respeito às chegadas ao território nacional e às dormidas. Os dados previsionais do turismo para o mercado brasileiro para os anos 2022/2023 apontam num crescimento constante da procura quando a situação da pandemia de Covid-19 permita, de novo, o restabelecimento da atividade turística em segurança. Tendo em consideração a forte procura do mercado brasileiro em Portugal, e as condições históricas e culturais que unem os dois territórios, é importante perceber as especificidades inerentes à atividade turística dos brasileiros que visitam Portugal.

Sabendo que aproximadamente 5 milhões de brasileiros têm ascendência de 1º, 2º grau e que 25 milhões de brasileiros teriam ascendência portuguesa (incluindo os 1º, 2º, 3º grau, ou mais), a importância do estudo do comportamento do turista de raízes diaspórico é pertinente para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

O presente estudo exploratório pretendia examinar os modos pelos quais os migrantes portugueses e os luso-descendentes estabelecem elos de ligação ao seu *país de origem*, focando sobretudo representações gastronómicas dessa *cultura de origem*. A análise centrou-se nos elementos mais visíveis da vida quotidiana na diáspora luso-descendente, nomeadamente, na gastronomia e na procura de bens culinários tipicamente portugueses, e no papel das memórias alimentares na sua experiência de viagem.

Os resultados permitem concluir que os turistas brasileiros lusodescendentes têm preferência pela escolha de restaurantes da cozinha tradicional, em detrimento da cozinha internacional, sempre que viajam, mantendo esse comportamento na sua visita à cidade do Porto. Os inquiridos também manifestaram interesse na visita a mercados e a feiras, o que denota um interesse gastronómico em linha com o perfil dos *Foodies* (GETZ, ROBINSON, 2014).

O estudo revela que os inquiridos reconhecem nos pratos portugueses a presença de ingredientes e ou especiarias utilizadas na gastronomia do Brasil e uma parte significativa dos luso-descendentes afirmou que costumava cozinhar pratos típicos portugueses no Brasil, reconhecendo, igualmente, a influência da gastronomia portuguesa na gastronomia do Brasil. No que respeita à escolha dos pratos, os respondentes privilegiam os pratos da gastronomia local e referem o bacalhau como o ingrediente preferen-

cial. No entanto, não deixam de referir o consumo dos tradicionais pratos portuenses, como a francesinha, e dos portugueses prego no prato, polvo e lulas. No que diz respeito à doçaria, identificam facilmente os doces convencionais, como os ovos moles, o pastel de nata e o pastel de Santa Clara. Reforçando a matriz diaspórica luso-descendente os produtos/ingredientes mais visíveis no consumo alimentar da vida quotidiana no Brasil são o bacalhau, o polvo, o porco, as tripas, a sardinha, o azeite, a batata, a cebola e a pimenta.

Em suma, os luso-descendentes, em viagem à cidade do Porto, privilegiam a gastronomia portuguesa e portuense e reconhecem nos pratos portugueses a influência na gastronomia brasileira e repetem a performance de comer gastronomia portuguesa no Brasil e de cozinhar pratos portugueses em suas casas.

A verdade é que a relação do ser humano com a comida se tornou num elemento de vital importância para o mundo de hoje. Molda a cultura e a economia, mas sobretudo a saúde do corpo e da alma. É o grande unificador, um fator que aproxima as pessoas de uma forma que qualquer outro não consegue.

Se a exposição do turista brasileiro à gastronomia local potencia as *memórias alimentares*, aumentando a familiaridade com a cozinha e induzindo a preferência por determinados pratos, pode concluir-se que compreender as necessidades e desejos dos turistas em termos de consumo de alimentos é de suma importância para a gestão e desenvolvimento dos destinos turísticos de viagens diaspóricas.

Bibliografia

- ARAÚJO, Wilma Maria Coelho; TENSER, Carla Márcia Rodrigues, 1984 – *Gastronomia: cortes & recortes*. University of Arkansas Press.
- ARROTEIA, Jorge; FISS, Regina, 2007 – Traços da comunidade portuguesa em Pelotas. *População e Sociedade*, 14, p. 171-191.
- BALDASSAR, Loretta, 2001 – *Visits home: Migration experiences between Italy and Australia*. Melbourne University Press.
- BARKER, Lewis M., 1982 – “Building memories for foods”, in L. Barker (ed.), *The Psychobiology of Human Food Selection*. Westport, CT: AVI Publishing Co. Inc.
- BASU, Paul, 2001 – “Hunting Down Home: Reflections on Homeland and the Search for Identity in the Scottish Diaspora”, in B. Bender, M. Winer (eds.), *Contested Landscapes: Movement, Exile and Place*. Oxford: Berg, p. 333-348.
- BASU, Paul, 2002 – *Homecomings: genealogy, heritage-tourism & identity in the Scottish Highland diaspora* (Doctoral dissertation, University College London, University of London).

- BASU, Paul, 2004a – My own island home: The Orkney homecoming. *Journal of Material Culture*, 9(1), p. 27-42.
- BASU, Paul, 2004b – “Route Metaphors of Roots-Tourism in the Scottish Highland Diaspora”, in J. Eade, S. Coleman (eds), *Reframing Pilgrimage: Cultures in Motion*. London: Routledge.
- BASU, Paul, 2005 – Macpherson Country: genealogical identities, spatial histories and the Scottish diasporic clanscape. *Cultural Geographies*, 12(2), p. 123-150.
- BASU, Paul. 2007 – *Highland homecomings: Genealogy and heritage tourism in the Scottish diaspora*. Routledge.
- BESSIÈRE, Jacinthe, 1998 – Local development and heritage: traditional food and cuisine as tourist attractions in rural areas. *Sociologia ruralis*, 38.1, p. 21-34.
- BESSIÈRE, Jacinthe; POULAIN, Jean-Pierre; TIBÈRE, Laurence, 2013 – “L'alimentation au cœur du voyage. Le rôle du tourisme dans la valorisation des patrimoines alimentaires locaux”, in *Espaces, tourisme et loisirs, Actes du colloque AsTRES/2013*. Paris: Publications ESPACES.
- BESSIÈRE, Jacinthe; TIBÈRE, Laurence, 2010 – *Innovation et patrimonialisation alimentaire: quels rapports à la tradition*. 25.
- BOURDIEU, Pierre, 1984 – *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge: Harvard University Press (Original edition, 1979).
- CERETTA, C. C., DA SILVA HERES, D., 2012 – El festival del bacalao como manifestación de la gastronomía portuguesa en pelotas, brasil. *Estudios y perspectivas en turismo*, 21(6), p. 1558-1577.
- CHAN, Selina Ching. 2010 – Food, memories, and identities in Hong Kong. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 17, 2-3, p. 204-227.
- CHANG, Richard CY; KIVELA, Jakša; MAK, Athena, 2011 – Attributes that influence the evaluation of travel dining experience: When East meets West. *Tourism Management*, 32(2), p. 307-316.
- COHEN, Robin, 2008 – *Global diasporas: An introduction*. Routledge.
- COLES, Tim; TIMOTHY, Dallen J. (eds.), 2004 – *Tourism, diasporas and space* (Vol. 6). Routledge.
- CORÇÃO, Mariana, 2012 – A influência do gosto da cozinha portuguesa na História da alimentação no Brasil de Câmara Cascudo. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 25(50), p. 408-425.
- CUNHA, Kênia Braz; OLIVEIRA, Leidmar da Veiga, 2009 – *Gastronomia enquanto atrativo turístico-cultural tourist-cultural attractive gastronomia*, While1.
- DE SANTANA PINHO, Patricia, 2018 – Diaspora tourism: mapping concepts and questions. *Tempo Social*, 30(2), p. 113-131.
- DOS SANTOS, Carlos Roberto Antunes, 2011 – A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. *História: questões & debates*, 54(1) p. 103-124 (jan/jun).
- FISCHLER, Claude, 1988 – Food, self and identity. *Social science information*, 27(2), p. 275-292.
- FOX, Renata, 2007 – Reinventing the gastronomic identity of Croatian tourist destinations. *International Journal of Hospitality Management*, 26(3), p. 546-559.
- GETZ, Donald; ROBINSON, Richard NS., 2014 – “Foodies” and their travel preferences. *Tourism Analysis*, 19.6, p. 659-672.
- GOES, Antónia, 2008 – *Brasil na Hora de Temperar — História, Gastronomia e Receitas*. Sintra: Editora Colares.

- HALL, Colin Michael; DUVAL David Timothy, 2004 – Linking diasporas and tourism-transnational mobilities of Pacific Islander residents in New Zealand. *Tourism, diasporas and space*, p. 78-94.
- HIGGINBOTHAM, Gregory, 2012 – Seeking roots and tracing lineages: constructing a framework of reference for roots and genealogical tourism. *Journal of Heritage Tourism*, 7(3), p. 189-203.
- HOLTZMAN, Jon D., 2006 – Food and Memory. *Annual Review of Anthropology*, 35, p. 361-378.
- IORIO, Monica; CORSALE, Andrea, 2013 – Diaspora and tourism: Transylvanian Saxons visiting the homeland. *Tourism Geographies*, 15(2), p. 198-232.
- KIM, Yeong Gug; EVES, Anita; SCARLES, Caroline, 2009 – Building a model of local food consumption on trips and holidays: A grounded theory approach. *International journal of hospitality management*, 28(3), p. 423-431.
- KING, Brian; ARI GAMAGE, M., 1994 – Measuring the value of the ethnic connection: Expatriate travelers from Australia to Sri Lanka. *Journal of Travel Research*, 33(2), p. 46-50.
- KIVELA, Jakša; CROTTIS, John C., 2006 – Tourism and gastronomy: Gastronomy's influence on how tourists experience a destination. *Journal of hospitality & tourism research*, 30(3), p. 354-377.
- KÖSTER, Egon P., 2009 – Diversity in the determinants of food choice: A psychological perspective. *Food quality and preference*, 20(2), p. 70-82
- LEITE, Naomi, 2005 – Travels to an ancestral past: On diasporic tourism, embodied memory, and identity. *Antropologicas*, 9, p. 273-302.
- LOCHER, Julie L., YOELS, William C., MAURER, Donna, ELLS, Jillian van, 2005 – Comfort foods: an exploratory journey into the social and emotional significance of food. *Food & Foodways*, 13(4), p. 273-297.
- LOCHER, Julie L., 2002 – “Comfort Food”, in *Encyclopedia of Food and Culture*.
- LÓPEZ-GUZMÁN, Tomás; CAÑIZARES, Sandra María Sánchez, 2012 – La gastronomía como motivación para viajar. Un estudio sobre el turismo culinario en Córdoba. *PASOS. Revista de turismo y patrimonio cultural*, 10(5), p. 575-584.
- LOWENTHAL, David, 2015 – *The past is a foreign country-revisited*. Cambridge University Press.
- LUPTON, Deborah, 1996 – *Food, the Body, and the Self*. London: Sage.
- MACIEL, Maria Eunice, 2004 – Uma cozinha à brasileira. *Revista Estudos Históricos*, 1(33), p. 25-39.
- MAK, Athena HN, *et al.*, 2012 – Factors influencing tourist food consumption. *International Journal of Hospitality Management*, 31(3), p. 928-936.
- MAK, Athena HN; LUMBERS, Margaret; EVES, Anita, 2012 – Globalisation and food consumption in tourism. *Annals of tourism research*, 39(1), p. 171-196.
- MANNUR, Anita, 2007 – Culinary Nostalgia: Authenticity, Nationalism, and Diaspora. *MELUS*, 32 (4), p. 11-31.
- MARTIN, Elaine, 2005 – Food, Literature, Art, and the Demise of Dualistic Thought. *Consumption Markets and Culture*, 8(1), p. 27-48.
- MARTINS, U. M. O.; Baptista, M. M. R. T., 2011 – La herencia de la gastronomía portuguesa en Brasil como un producto del turismo cultural. *Estudios y perspectivas en turismo*, 20(2), p. 404-424.

- MARTINS, U.; Baptista, M. M., 2010 – A gastronomia portuguesa no Brasil: um roteiro de turismo cultural. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(13/14), p. 633-644.
- MCCAIN, Gary; RAY, Nina M., 2003 – Legacy tourism: The search for personal meaning in heritage travel. *Tourism Management*, 24(6), p. 713-717.
- MITCHELL, Richard; HALL, Michael, 2003 – Consuming tourists: Food tourism consumer behaviour. *Food tourism around the world: Development, management and markets*, p. 60-80.
- MONTANARI, Massimo, 2006 – *Food is culture*. Columbia University Press.
- OSTROWSKI, Stanisław, 1991 – Ethnic tourism—focus on Poland. *Tourism Management*, 12(2), p. 125-130.
- PICKERING, Michael; KEIGHTLEY, Emily, 2006 – The modalities of nostalgia. *Current sociology*, 54(6), p. 919-941.
- QUAN, Shuai; WANG, Ning, 2004 – Towards a structural model of the tourist experience: An illustration from food experiences in tourism. *Tourism management*, 25(3), p. 297-305.
- SALVADO, Josefina; JOUKES, V., 2020 – Bacalhau, um Marcador Simbólico da Identidade Alimentar Portuguesa: Um Olhar Sobre o Território de Trás-Os-Montes e Alto Douro. *Revista portuguesa de estudos regionais*, 53, p. 55-68.
- SOBAL, Jeffery; BISOGNI, Carole A.; DEVINE, Carol M.; JASTRAN, Margaret, 2006 – “A conceptual model of the food choice process over the life course”, in R. Shepherd, M. Raats (eds.), *The Psychology of Food Choice*. Oxford: CAB International, Oxfordshire, p. 1-18
- SONATI, Jaqueline Girnos; VILARTA, Roberto Silva; SILVA, Cleiliane de Cassia, 2009 – Influências culinárias e diversidade cultural da identidade brasileira: imigração, regionalização e suas comidas. *RT unilasalle. edu. br/index. php/Mou-seion/article/view/247/248*.
- SUTTON, David, 2001a – *Remembrance of Repasts: An Anthropology of Food and Memory*. Oxford: New York: Berg.
- SUTTON, David, 2001b – Whole foods: Revitalization through everyday synesthetic experience. *Anthropology and Humanism*, 25(2), p. 120-130.
- THANOPOULOS, John; WALLE, Alf H., 1988 – Ethnicity and its relevance to marketing: The case of tourism. *Journal of Travel Research*, 26(3), p. 11-14.
- TIMOTHY, Dallen J., 1997 – Tourism and the personal heritage experience. *Annals of tourism research*, 24(3), p. 751-754.
- TURISMO DE PORTUGAL, 2019 – “Mercados”. Disponível em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-PT/mercados/Paginas/br.aspx> Acedido em 31.01.2021
- TURISMO DE PORTUGAL, 2021 – “Mercados”. Disponível em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-PT/mercados/Paginas/br.aspx> Acedido em 31.01.2021
- URRY, John, 2002 – *The tourist gaze*. Sage.
- WANSINK, Brian; SANGERMAN, Cynthia, 2000 – The taste of comfort: food for thought on how Americans eat to feel better. *American Demographics*, 22(7), p. 66-67.
- YANO, Christine, 2007 – “Side dish kitchens: Japanese American delicatessens and the culture of nostalgia”, in David Beriss; David Sutton (eds.), *The Restaurants Books: Ethnographies of Where We Eat*. Oxford, New York: Berg.

Nota sobre os coordenadores

Susana Serpa Silva é doutora em História Contemporânea pela Universidade dos Açores. É Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da mesma Universidade. Atualmente, exerce o cargo de Diretora do CHAM Açores, núcleo do CHAM – Centro de Humanidades (FCSH – Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores), integrando, por inerência, a direção executiva desta UI&D. É autora e cocoordenadora de doze livros e tem mais de setenta capítulos e artigos publicados em obras coletivas e revistas nacionais e estrangeiras. Ao presente, é investigadora responsável pelo projeto de investigação (PRO SCIENTIA – DRCT) *Trabalho (no) Feminino – Histórias dos Açores (1850-1926)*.

Fernando de Sousa é doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor catedrático da Universidade do Porto (1984), é coordenador científico do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Autor de mais de uma centena de trabalhos no âmbito da História Económica, Social e Política de Portugal na Época Contemporânea. Ao presente, dirige os projetos de investigação *História da Contabilidade em Portugal*, *História da Área Metropolitana do Porto* e *A Guarda. Das Origens à Atualidade*.

Diogo Ferreira é doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011). Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, onde é coordenador adjunto do Grupo de Investigação “Políticas de Património e Identidade Cultural” e diretor-adjunto da revista *População e Sociedade*. Autor de diversos trabalhos no âmbito da História Contemporânea, ao presente, integra os projetos de investigação *A Guarda. Das Origens à Atualidade* e *História da Área Metropolitana do Porto*.

